



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Doutorado em Ciências Sociais

José Eduardo León Szwako

**‘Del otro lado de la vereda’: luta feminista e construção
democrática no Paraguai pós-ditatorial**

**Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas, para obtenção do Título de Doutor
em Ciências Sociais.**

Orientador: Prof^a. Dr^a. Evelina Dagnino

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA E APROVADA PELA COMISSÃO JULGADORA.
CPG, 14/03/2012**

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

Sz81d Szwako, José, 1981-
Del otro lado de la vereda: luta feminista e construção
democrática no Paraguai pós-ditatorial / José Eduardo León
Szwako. -- Campinas, SP : [s. n.], 2012.

Orientador: Evelina Dagnino.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Democratização – Paraguai. 2. Feminismo.
3. Gênero. I. Dagnino, Evelina, 1945- II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Del otro lado de la vereda: feminist struggle in the
Paraguayan democratization

Palavras-chave em inglês:

Democratization – Paraguay

Feminism

Gender

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Evelina Dagnino [Orientador]

Celi Regina Jardim Pinto

Adrián Gurza Lavalle

Luciana Ferreira Tatagiba

Carolina Maria Rodriguez Zucolillo

Data da defesa: 14-03-2012

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Tese de Doutorado

José Eduardo León Szwako

“Del otro lado de la vereda: Luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial”

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof.^º Dr.^ª Evelina Dagnino.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 14 / 03 / 2012.

Comissão Julgadora:

Titulares:

Prof.^º Dr.^ª Evelina Dagnino (orientadora)

Prof.^º Dr.^ª Celi Regina Jardim Pinto

Prof. Dr. Adrian Gurza Lavalle

Prof.^º Dr.^ª Carolina Maria Rodriguez Zuccolillo

Prof.^º Dr.^ª Luciana Ferreira Tatagiba

Suplentes:

Prof.^º Dr.^ª Meryl Adelman

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

Campinas
Maço de 2012

*Para minha mãe e minhas tias Lidia e Reneé,
con cariño.*

*Para Rodolfo Héctor Costa Torres,
siempre vivo.*

Agradecimentos

Além da paixão pela pesquisa, outras razões moveram esta tese. Este agradecimento se dirige a todas aquelas pessoas que me inspiraram, me ajudaram e me apaixonaram ao longo desse processo.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo financiamento durante os quatro anos de doutorado e pelo acompanhamento anual através dos pareceres anônimos. Ao 'Centre for Latin American Research and Documentation' e, em especial, a Fabio de Castro, pelo acolhimento em meu estágio doutoral em Amsterdam.

Ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas e, especialmente, à Maria Rita Gândara, pela atenção eficaz e sempre afetuosa. Ao corpo docente do Programa, às professoras Ângela Araújo e Guita Debert, e a Ronaldo Almeida e Rachel Meneguello que escutaram vários dos meus dilemas.

À minha orientadora Evelina Dagnino, que me ensinou a respeitar a complexidade das coisas, das pessoas e da história. Suas reflexões são minha principal fonte de inspiração – mas dizê-lo se torna desnecessário ao longo da leitura deste trabalho. Deixo minha dívida anotada pela orientação e por sua generosa dose de paciência com minha disposição ciclotímica.

A Luciana Tatagiba e Adrian Gurza Lavalle, meus avaliadores e interlocutores constantes. Suas críticas deixaram marcas, nem sempre devidamente explicitadas, por toda a tese. Essas marcas, contudo, não fariam qualquer sentido sem o estímulo e o carinho que recebi de ambos.

No Paraguai, sou imensamente grato a todas as mulheres que se dispuseram com seu tempo e generosidade a contribuir com a pesquisa. Agradeço igualmente a todas as organizações, redes e instituições entrevistadas. A Clyde Soto e ao 'Centro de Documentación y Estudios', pelo acesso irrestrito a textos e documentos centrais na investigação. A Carmen Vallejo, Moli Molinas e Carol Thiede, pelo carinho e pela amizade únicos. A Teté Cano, pela ajuda indispensável na pesquisa de campo. A Esther Prieto, Line Bareiro, Magui Balbuena e Graziella Corvalán pela interlocução e pelas longas horas de entrevista. A Diego Abente, Erwing Szokol, Marco Castillo e Hugo Valiente, pelas informações e trocas enriquecedoras. Enfim, à minha família, em especial, a meus tios Pedro e Renee, pela acolhida no trabalho de campo e pelo entusiasmo com a pesquisa.

Na Unicamp deixo dívidas impagáveis, as amizades de Eduardo, Rosa, Mariana, Jorge, Marcelo, Gustavo, Diocleide, João e Marina são as principais delas. De perto ou de longe, a crítica e a ajuda de Ludmila, Maria do Carmo, Gabriel e Ana Claudia foram essenciais. Em

contextos muito diferentes, mas igualmente importantes, Millie e Ernesto me fizeram olhar além do que o pessimismo momentâneo deixava ver. Durante boa parte do doutorado, compartilhei com Lucybeth e Lili da força e do sentido da intimidade. Nesse mesmo período, Luiz e Lucas se tornaram grandes amigos para mim. Mario me apoiou com seu toque platense nas transcrições. E, em meio à tormenta, Rosângela, Bruna e Hellen foram intelectual e emocionalmente reestruturantes.

Agradeço muito especialmente aos e às colegas do Núcleo Democracia e Ação Coletiva do CEBRAP. Partes substantivas do texto se valeram do nosso debate sistemático e apaixonado, mas sei que não dei conta de todas as contribuições e ressalvas à tese.

Em Curitiba, meus amigos seguem me apoiando desde o mestrado ou antes. Miriam e Maiumi, Maria Rita e André, Vinicius e Adriano, Helô e Ju (em Sampa) têm me acompanhado carinhosamente nessa trajetória. Meus amigos de longa data, André, Wagner, Fabio, João e Ale permanecem grandes referências afetivas. A amizade de Eduardo durante toda essa fase foi algo inestimável. Sou grato também à Julita, pelo carinho e pela força.

Nesse período, Carol e Vilma me foram vitais. Além de mulheres e amigas apaixonantes, elas são minhas grandes interlocutoras. Monika e Julia vieram em sentido contrário, pois a inicial interlocução com elas se tornou uma deliciosa amizade para mim.

Desde Curitiba, passando por Amsterdam, Barão e Assunção, chegando a São Paulo e a Porto Alegre, João esteve ao meu lado. Meu único amor, ele acreditou e me fez acreditar que eu chegaria até aqui. Por isso e por sua integral fidelidade, eu agradeço *phoreber*.

(...)

Ao meu pai, por tudo.

Eu, quanto a mim, sempre achei que o dever de uma mulher era passar sua juventude tendo filhos. Eu venerava minha mãe, que teve dez; e mais ainda minha avó, que teve quinze; minha própria ambição, confesso, era ter vinte. Passamos por todas essas épocas supondo que os homens fossem igualmente industriosos e que suas obras eram de igual mérito. Enquanto criávamos os filhos, eles, supúnhamos, criavam livros e quadros. Povoamos o mundo. E eles o civilizaram. Mas agora que nós sabemos ler, o que nos impede de julgar os resultados? Antes de trazermos outra criança ao mundo, temos de nos jurar que vamos descobrir como o mundo é.

V. Woolf,
Uma sociedade

¡Qué país! Me habían llevado preso sin decirme por qué. Me atribuían um affaire con una desconocida. ¿Quiénes? ¡Nunca lo sabría! En París la policía estaba en todas partes, pero no intervenía en las cuestiones de alcoba como en Asunción, donde un noviazgo o un juego de naipes podían ser causa de un proceso criminal. En Asunción se vivía bajo la mirada de los demás, las suposiciones de los demás, la malquerencia de los demás. Comenzaba a sentir nostalgia de la odiosa policía parisina, menos temible que la asuncena porque no recibía la colaboración de los vecinos.

G. Rodríguez Alcalá,
El Peluquero francés

Lista de quadros e tabelas

Quadro 1: Exemplo de sistematização dos dados.....	63
Figura 1: O <i>pynandi</i> no imaginário epifanista	84
Figura 2: <i>Facsímile</i> da capa da memória do Encontro-Taller	100
Quadro 2: Sumários dos encontros de mulheres de 1987.....	102
Quadro 3: Síntese das práticas das articuladoras feministas em 1989 e 1990.....	148
Tabela 1: Coordenação de Mulheres do Paraguai, composição interna, 1988.	173
Quadro 4: Trajetória das siglas e rupturas entre as militantes ‘políticas’.	175
Figura 3: Efeitos da temporalidade institucional sobre a ação coletiva.....	198
Figura 4: Capa do informe sobre a implementação da Plataforma de Beijing.....	259
Figura 5: Capa do Informe Sombra CEDAW	374

Lista de abreviaturas

- ADAP – Associação de Advogadas do Paraguai
- ANAMURI – Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas
- ANR – Associação Nacional Republicana (Partido Colorado)
- APT – Assunção para Todos
- BASE-IS – BASE Investigações Sociais
- BECA – Base Educativa e Comunitária de Apoio
- BPD – Banco Paraguaio de Dados
- CADEP – Centro de Análise e Difusão da Economia Paraguaia
- CDE – Centro de Documentação e Estudos
- CDIA – Coordenadoria pelos Direitos da Infância e Adolescência
- CECTEC – Centro de Educação, Capacitação e Tecnologia Campesina
- CEDAW – Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women
(Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres)
- CEDHU – Centro de Estudos Humanitários
- CEP – Conferência Episcopal Paraguaia
- CEPAG – Centro de Estudos Paraguaios Antonio Guash
- CEPEM – Centro Paraguaio de Estudos da Mulher
- CEPEP – Centro Paraguaio de Estudos de População
- CIDSEP – Centro Interdisciplinar de Direito Social e Economia Política

CIM – Comissão Interamericana de Mulheres
CIMPAR – Coordenadoria Interpartidária de Mulheres do Paraguai
CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
CLADEM – Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
CLOC – Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo
CMP – Coordinación de Mujeres del Paraguay
CODEHUPY – Coordenadoria de Direitos Humanos do Paraguai
CONAMURI – Coordenadoria Nacional de Organizações de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas
COPACO – Companhia Paraguaia de Comunicações
CPES – Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos
EN – (Partido) *Encuentro Nacional*
FAM – Frente Ampla de Mulheres
GECD – Grupo de Estudos da Construção Democrática
GEMPA – Grupo de Estudos da Mulher Paraguaia
IBR – Instituto do Bem-estar Rural
INDERT – Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra
INECIP – Instituto de Estudos Comparados em Ciências Penais e Sociais
MCNOC – Mesa Coordenadora Nacional de Organizações Camponesas
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMP – Multisetorial de Mulheres do Paraguai
MOPOCO – Movimento Popular Colorado
MRC – Movimento de Reconciliação Colorada
OEA – Organização dos Estados Americanos
PLRA – Partido Liberal Radical Autêntico (Partido Liberal)
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROMUR – Centro de Promoção da Mulher
RCCP – Rede de Controladorias Cidadãs do Paraguai
RMMP – Rede de Mulheres Municipais do Paraguai
RMP – Rede de Mulheres Políticas
SEFEM – Serviço de Formação e Estudo da Mulher
SMPR – Secretaria da Mulher da Presidência da República
SNRE – Secretaria Nacional de Reforma do Estado
UMPA – União de Mulheres do Paraguai

UNACE – União Nacional dos Colorados Éticos

UNFPA – Fundo de Populações das Nações Unidas

WUNC – worthiness, unity, numbers and commitment

Resumo

Esta tese trata das relações entre Estado e organizações do movimento feminista no Paraguai. O período analisado vai de 1987, quando da gênese do feminismo no país, passa pelo período de abertura e transição, entre 1989 e 1992, chegando até 2008, após os três mandatos do Partido Colorado à frente da Presidência. Os pressupostos de análise se baseiam na chamada chave da construção democrática, cujos deslocamentos teórico-analíticos fizeram avançar a compreensão sobre o papel dos movimentos sociais nos cenários latinoamericanos de (re)democratização. A essa chave interpretativa somam-se a teoria do processo político e especialmente sua noção de oportunidade política. Depois de abordar os traços institucionais e ideológicos constitutivos do último autoritarismo paraguaio, a tese se dedica aos momentos nos quais as organizações feministas interagem com a institucionalidade estatal, levando consigo suas demandas, argumentos e projetos. Subjacente à observação dessas interações está a dupla hipótese de que elas tiveram como efeito a incorporação estatal do 'gênero' (ou 'generificação' estatal) e que, por outro lado, elas não minaram a 'autonomia' das atrizes civis. Ao mesmo tempo em que essa hipótese foi ganhando corpo ao longo dos capítulos, deu-se também um debate com e contra a corrente interpretativa da chamada consolidologia (ou transitologia). As instâncias empíricas privilegiadas para verificar o alcance e os limites da hipótese, e para criticar essa última corrente, foram as ações, reivindicações e interações das organizações e redes que compuseram (ou até hoje compõem) o feminismo paraguaio. São elas: o Grupo-Taller, a Coordenação de Mulheres do Paraguai e suas organizações, a Multisetorial de Mulheres do Paraguai, transformada em Rede de Mulheres Políticas, a Coordenadoria Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas (CONAMURI), bem como o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM-Paraguai). A observação das interações entre organizações feministas e institucionalidade permite ver que o Estado paraguaio incorporou o 'gênero', embora tal incorporação tenha se concentrado em partes do tecido executivo e tenha sido limitada por fatores como a herança institucional, as disputas intracoloradas pela Presidência, bem como pela reação do contramovimento católico. Por outro lado, essas interações não tiveram como efeito macular a 'autonomia' feminista, entendida como capacidade do movimento de criticar e controlar o Estado, mas, ao que parece, a intensificação das interações sócio-estatais transforma radicalmente a compreensão dos sentidos da autonomia. No seu todo, a partir do caso do movimento feminista, a tese ilumina um nível público de tematização e controle ativamente conquistado, bem como inovações público-estatais, via de regra negligenciados ou não observados por parte da bibliografia especializada, mas que configuram algumas das bases a partir das quais vem se dando e se disputando a democratização paraguaia.

Abstract

This thesis studies the relationships between the State and organisations of the feminist movement in Paraguay. It analyses the period between 1987, when feminism emerges in the country, and 2008, after the three presidential administrations of Partido Colorado, comprehending the time of political transition, a process known as “abertura” (*opening*), between 1989 and 1992. The analytical assumptions are based on the so-called key for the democratic construction paradigm, whose theoretical and analytical shifts contributed to the development of the comprehension of the role of social movements in re(democratisation) scenarios in Latin American. The interpretive key that adds to the theory of political process, especially its notion of political opportunity, was also part of the theoretical framework of the dissertation. After addressing some aspects that were institutionally and ideologically constitutive of the late Paraguayan authoritarianism, the dissertation focuses on to the moments in which feminist organizations interact with state institutions, bringing their demands, arguments and projects. The observation of these interactions is grounded on the double hypothesis that they lead to the incorporation of ‘gender’ by the State (or “gendered” State) and that they did not undermine the ‘autonomy’ of the civil actors. At the same time this hypothesis takes shape along the chapters, the text also debates with the prevailing view of democracy as ‘steps toward consolidation’. The actions, claims and interaction of the organisations and networks that constituted (and still do) the Paraguayan feminism, were the privileged empirical instances to verify the reach and the limits of the hypothesis and to criticise this latter point of view. These organisations and networks are: the *Grupo-Taller*, the *Coordinación de Mujeres del Paraguay*, the *Multisectorial de Mujeres del Paraguay*, the *Red de Mujeres Políticas*, the *Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas* (CONAMURI), and the *Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer* (CLADEM-Paraguay). The observation of interactions between feminist organizations and institutions shows that the Paraguayan State has incorporated the ‘gender’ (as a concept and a practice), although such incorporation has been concentrated in parts of the Executive fabric and limited by factors such as institutional legacy, disputes inside the Partido Colorado for the presidency of the republic, and as for the Catholic counter-reaction. Moreover, these interactions have not had the effect of tarnishing the “autonomy” of the feminist movement, understood as the ability to criticize and control the State, but it seems that the intensification of the social-State interactions, radically transforms the understanding of the meanings of autonomy . As a whole, from the case of the feminist movement, the thesis illuminates a public theme process and an active sociability conquered, as well as the public-State innovations, usually neglected or not observed by the specialized bibliography, but that shape the bases from which the democratization of Paraguay has been disputed.

Sumário

Introdução.....	21
1. Bases teóricas da ‘construção democrática’: pressupostos e escopo da pesquisa	29
1.1. Avanços e deslocamentos: o par político-cultural, a crítica à concepção idealizada da sociedade civil e o reconhecimento de seu caráter heterogêneo e conflituoso.	30
1.1.1. ‘Del otro lado de la vereda’: objetivos, categorias e hipóteses de pesquisa	36
1.2. Movimentos feministas e Estados sulamericanos: paralelos e dilemas.....	49
1.3. Delimitação do objeto e tratamento dos dados	58
2. Herança stronista: sobre a tríade Partido-Estado-Forças Armadas e a vocação totalitária do autoritarismo paraguaio	67
2.1. Interpretações do regime (1954-89).....	67
2.2. ‘El precio de la paz’: sobre os efeitos ideológicos do stronismo	80
3. Gênese e estruturação do feminismo paraguaio	93
3.1. Sobre a gênese do feminismo contemporâneo no Paraguai. Oportunidade ou projeto político? (Ou ambos?).....	94
3.1.1. Origens sociais e intelectuais da Coordenação de Mulheres do Paraguai	107
3.2. Tensões de classe e identidade na gênese do feminismo paraguaio	116
4. Feministas na abertura: arenas, disputas político-culturais e a retomada da vida pública no pós-golpe	135
4.1. Abertura e transição democrática: delimitações, dilemas e limites no pós-Stroessner	136
4.2. Diversas arenas, diversos públicos: a mobilização do consenso e a dinâmica Estado-sociedade civil na abertura democrática.....	143
4.2.1. Violência, corpo e sexualidade: temas presentes, ausentes e quase presentes na agenda feminista	154

4.3.	‘Em defesa da família’: a lei do divórcio, matrizes autoritárias e vida pública na abertura	159
5.	Feministas na transição: conquistas e conflitos da Multisetorial de Mulheres e da Coordenação de Mulheres do Paraguai	171
5.1.	‘Investigadoras <i>versus</i> políticas’: dos conflitos, às alianças, à mudança do Código Civil	172
5.2.	Articulação e oposição: as feministas na Assembleia Constituinte e na Constituição de 1992	190
5.2.1.	Tempos, encaixes e teatros da ação coletiva e da política institucional	197
6.	<i>La Secretaría de la Mujer: o quê, para quem e por quê?</i>.....	207
6.1.	‘Críticas y sugeriones’: heterogeneidade, desconhecimento estatal e participação no argumento da Multisetorial.....	208
6.2.	‘Bases para el proyecto de ley de la Secretaría de la Mujer’: a lógica argumentativa nas bordas do ideológico e do cultural.	212
6.3.	A Secretaria da Mulher ao tempo de sua fundação: lógicas concorrentes e conflitos pela posição ministerial.....	217
6.3.1.	A Rede de Mulheres Políticas, seu vínculo com a Secretaria da Mulher e seu projeto partidário-participativo	226
7.	‘Gênero’ e ‘relação fluida’: reivindicações e interações feministas antes, durante e depois da IV Conferência Mundial da Mulher	235
7.1.	Camino a Beijing: o ‘gênero’ como vitrine e como reivindicação	239
7.1.1.	Os primeiros passos de uma relação fluida.....	246
7.2.	As guerras de gênero: conservadorismos religiosos <i>versus</i> interesses em confluência	249
7.2.1.	A internalização da Plataforma de Beijing e a avaliação em ‘Beijing+5’.	257
8.	‘Los encantos de la participación’: a incorporação estatal de ‘gênero’ nas arenas e interações civis/estatais/internacionais	265
8.1.	Efeito de uma ‘relação fluida’: produção civil/estatal de conhecimento no contexto pós-Beijing.....	266

8.2.	Direitos sexuais e reprodutivos e a violência contra a mulher: temas feministas nas arenas civis/estatais/internacionais de profissionalização	278
8.2.1.	RMP e outras siglas 'políticas' do movimento paraguaio de mulheres.	291
9.	O <i>Marzo</i> paraguaio: resistência cidadã, 'Reforma do Estado' e esfera pública no Paraguai pós-ditatorial	295
9.1.	A política institucional pós-transição: pacto cívico-militar e messianismo desestabilizador entre 1993 e 1999.	297
9.1.1.	A 'crise de abril' e o ' <i>Marzo</i> paraguaio': pontes de resistência-estabilização cidadã e uma mesma necessidade político-pública ..	307
9.2.	'Reforma do Estado': o Governo de Unidade Nacional e a luta antiprivatização	312
9.2.1.	O ' <i>Gobierno de Unidad Masculina</i> ', as plataformas civis de controle e esfera pública no pós- <i>Marzo</i>	318
9.3.	Campesinas feministas socialistas: projeto, vínculos e interações sócio-estatais da ' <i>Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas</i> ' .	327
10.	A reconfiguração do feminismo paraguaio durante o '<i>nicanorismo</i>': multiplicação, articulação e autonomia feministas.....	341
10.1.	O ' <i>nicanorismo</i> ': lógicas sócio-estatais, deslocamentos rumo à institucionalidade e a questão da 'autonomia'.....	344
10.2.	Multiplicação das vozes feministas: permanência e transformações temáticas no feminismo paraguaio	352
10.2.1	'Encuentros feministas': uma vasta, múltipla e polifônica arena	360
10.3.	Outro contexto, outras interações: a ampliação de pontos de contato entre organizações feministas e a institucionalidade paraguaia, e os limites da generificação estatal.....	364
10.3.1.	Informe Sombra CEDAW: uma interface internacional e a questão da autonomia	373
	Conclusão: a democratização paraguaia à luz da luta feminista, e vice-versa.....	387
11.	Referências	403
12.	Fontes.....	417

13. Lista de websites consultados.....418

14. Apêndice.....419

Anexos435

Introdução

Em novembro de 2008, fui a um ‘painel de debate’, no centro de Assunção, Paraguai, organizado pelo Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, CLADEM. Nesse encontro, que finalizava uma semana de atividades das diferentes representantes nacionais desse Comitê, foram expostos e debatidos, na ‘chave dos direitos’¹, alguns dos dilemas que atravessam a militância feminista latinoamericana. Além de três integrantes de fora, advindas dos ‘capítulos nacionais’ da Colômbia, da Argentina e de Porto Rico, também estava à mesa a então representante de CLADEM-Paraguai. Após a exposição das integrantes de CLADEM, Terezita Silveiro, assessora direta da atual Ministra da Secretaria da Mulher da Presidência da República, foi convidada a participar da mesa e teve sua vez na discussão. Algo incomodada, oscilando entre um tom despojado e outro mais formal, Terezita iniciou sua fala enfatizando que, embora agora ela fosse ‘do governo’, ela estava sentada ao lado de amigas de longa trajetória na ‘luta’. O incômodo, ela expressou, se devia à sua falta de costume em utilizar o registro oficial de fala, dado que, agora e ali, ela estava representando a Secretaria da Mulher. Em suas palavras: “...*ahora estoy del otro lado de la vereda*” (agora estou do outro lado da rua).

Naquele auditório, Terezita Silvero falava desde o lado do governo. Na mesa junto a ela e no auditório à sua frente, mas ‘do outro lado’, estavam diversas ativistas do movimento amplo de mulheres do Paraguai. Alguns meses antes da realização dessa arena de debate, em abril daquele mesmo ano, eu havia entrevistado Terezita como participante de ‘Mujeres por la Democracia’ e também como integrante da consagrada rede feminista de organizações ‘Coordenação de Mulheres do Paraguai’ (CMP). Quase seis meses depois, em novembro, me deparo novamente com ela e com suas colegas, divididas e unidas, afastadas sem estarem separadas, em lados opostos não necessariamente conflitantes, enfim, umas aqui, ao passo que ela se encontrava *del otro lado de la vereda*.

Essa expressão sintetiza de forma única as questões deste trabalho de doutorado e os raciocínios que o estruturam. Ele toma como objeto de análise as formas e espaços de interação formados pelo contato e pela aproximação entre organizações civis feministas e partes do Estado paraguaio – duas das *veredas* de luta. Entretanto, menos do que tratá-las como lados essencialmente divididos ou como posições fixas e opostas, interessa-me abordá-

¹ ‘Los desafíos políticos del feminismo en América Latina, en clave de derechos’ – título da arena que fechou o ‘Programa de Formación de CLADEM’ realizado no país entre 6 e 8 de novembro de 2008.

las em suas interseccões, confluências, justaposições e em várias outras formas assumidas por essas relações. Mais ainda, interessa questionar os resultados dessas formas de interação, de afastamento ou de deslocamento, e como aí se desenrolam as relações, quando entre esses '*lados de la vereda*' circulam, não sem atritos, atrizes governamentais e civis, com seus projetos, ideologias e valores

Em abril de 2008, Terezita Silvero era integrante da CMP e, em novembro, parte do quadro da Secretaria da Mulher. O episódio que está entre esses dois momentos é a eleição de Fernando Lugo. Sua vitória eleitoral, ao mesmo tempo em que tirou a Presidência das mãos do Partido Colorado, então há mais de meio século à frente do Executivo paraguaio, reordenou globalmente a força das trocas sócio-estatais e o sentido dos deslocamentos de atores e atrizes civis, dentre as quais estava a própria Terezita, rumo à institucionalidade. Contudo, esse tipo de deslocamento sócio-estatal não começou em 2008. Se, em fins do último regime autoritário paraguaio, em meados da década de 1980, grupos e vozes civis já se articulavam e se expunham '*apesar do Estado*'², o período pós-ditatorial, isto é, de 1989 em diante, vai paulatinamente ver crescer as formas de interação entre grupos civis e autoridades político-institucionais. Esta tese se dedica, especialmente, a esse intervalo que vai da abertura e da transição políticas (1989 – 1992) até o fim dos três mandatos presidenciais colorados (1993 – 2008). Importa, então, observar e reconstruir os argumentos, demandas e projetos feministas em suas múltiplas interações com o Estado paraguaio nesse período delimitado.

A primeira etapa do trabalho de campo no Paraguai coincidiu com a reta final da disputa pela Presidência do país em abril daquele ano. Além de ter entrevistado militantes de organizações feministas e burocratas envolvidas com questões de gênero, fui a vários comícios do coloradismo e da oposição. Vivenciar a singularidade e efervescência política deste momento decisivo da história paraguaia recente foi uma experiência marcante, tanto intelectual quanto pessoalmente. Se me assustava o tom raivoso do então presidente Nicanor Duarte Frutos e de seus apelos de que 'o Partido Colorado não poderia cair', não era menos assustadora a evocação feita pelo discurso luguista de que o próprio Fernando Lugo descenderia, na verdade, de uma família colorada. Estratégias eleitorais à parte, o fato é que a ida às urnas no dia 20 daquele mês consagraria um novo, ou uma nova, presidente.

O clima tranquilo e aparentemente pacífico daquele domingo ensolarado em Assunção escondia tensões, chegando eventualmente a episódios de violência física, que brotavam pelos colégios eleitorais país a fora. No fim da tarde, com o encerramento da votação e o início da

² Veja-se '*La Sociedad a pesar del Estado. Movimientos sociales y recuperación democrática en el Paraguay*' (ARDITI & RODRIGUEZ, 1987).

contagem dos votos, o silêncio das ruas da capital só era interrompido por fogos de artifício esparsos que explodiam no horizonte, sem ainda saber por quem. À noite, o avanço na apuração dos votos e a declaração resignada e nobre da candidata colorada à imprensa sentenciavam o vencedor. Sem esperar o anúncio oficial do resultado, um mar de pessoas, de bandeiras, de discursos e de anseios foi tomando conta das praças e ruas do microcentro assunceno. Como não poderia deixar de ser, algumas das minhas colegas e entrevistadas também estavam lá, junto do mar de gente à espera do novíssimo Presidente: *‘;Se siente, se siente, Lugo presidente; se siente, Lugo está presente!’*. À chegada dele e à sua subida no palanque seguiu-se uma ovação eletrizante e ensurdecadora. Em meio a esse espetáculo único, um observador internacional das eleições enviado do Brasil me disse: “isto é como a primeira vitória do Lula”; a o que contestei, sem titubear: “não, isto é como se fosse as Diretas Já!”.

Com essa resposta eu estava reproduzindo uma ideia bastante difundida por parte importante da militância e da bibliografia paraguaias, qual seja, a ideia de que a derrota do Partido Colorado na disputa pelo Poder Executivo seria uma condição para o fim da fase da transição política e o início de uma fase propriamente democrática na história do país. Quer dizer, para boa parte dos militantes de corte democrático e também dos autores paraguaios, o período da ‘transição’ equivale a todo o período pós-ditatorial e teria acabado somente em 2008. Algumas das raízes dessa concepção alongada de transição serão observadas e contestadas ao longo da tese, mas é importante, desde já, deixar claro que a democracia, para nós, não é um lugar ao qual se chega depois que alguns requisitos institucionais são ‘consolidados’, dentre os quais está o revezamento eleitoral. A democracia é, antes, um processo não-linear e perpétuo de disputa e em disputa, é a própria história da democratização. Ou seja, é o conjunto das inúmeras e silenciadas disputas travadas pela democratização não somente das instituições políticas, mas também de outros níveis sócio-políticos como, por exemplo, a esfera pública, e de outros âmbitos da vida social como o cotidiano e a intimidade.

Esta concepção processual e multidimensional de democracia deriva da grade de leitura que vamos chamar, no primeiro capítulo, de ‘construção democrática’. É com base nos pressupostos desta chave interpretativa que serão observadas as interações sócio-estatais e as disputas nas quais se envolveram as organizações e militantes do feminismo paraguaio. Além dos acúmulos e avanços teóricos da chamada construção democrática, o capítulo inicial apresenta as categorias de análise por meio das quais adentramos no universo empírico, elas são: projetos políticos, ‘vitrine dos movimentos’ e oportunidade política. Com estas categorias em mãos, nosso principal objetivo de pesquisa persegue os efeitos produzidos pelas interações

entre projetos feministas e partes do tecido político-institucional. Para qualificar os resultados esperados, nossa hipótese de pesquisa é dupla: por um lado, supõe que, como efeito dessas interações, o Estado paraguaio incorporou a 'perspectiva de gênero' ou, como também vamos dizer, esse Estado foi 'generificado'. Por outro lado, nossa hipótese se volta para os efeitos que essas interações sócio-estatais tiveram para o feminismo paraguaio, mais precisamente, para a sua 'autonomia'. Ao seu final, o capítulo discute alguns dos dilemas que atravessam os feminismos sulamericanos, e apresenta as organizações e redes do feminismo paraguaio, bem como as fontes empíricas que nutriram a análise.

O segundo capítulo faz uma digressão sobre o último regime autoritário do Paraguai. Os infundáveis 35 anos do regime stronista, em alusão ao nome do ditador Alfredo Stroessner, tiveram seu início em 1954, antes de todas as ditaduras do Cone Sul, e acabaram apenas em 1989. O capítulo apresenta as bases institucionais e ideológicas que sustentaram o regime. Do ponto de vista político-institucional, destacam-se a fusão Partido Colorado-Estado paraguaio-Forças Armadas, as tendências implicadas nessa tríade (por exemplo, a militarização do partido e a partidarização do Estado), bem como os nefastos efeitos dela herdados, dos quais o mais conhecido é a corrupção institucionalizada. Do ponto de vista ideológico, a imposição de um imaginário bélico e homogeneizante, junto de outras formas abertamente repressivas e de práticas insidiosas de vigilância, dá acesso à face totalitária do stronismo. Muito mais que um modo restritivo de exercício do poder político, o último autoritarismo paraguaio se pretendia um modelo de sociedade, uma sociedade a-histórica, totalizada pelas figuras do par guerra-paz, do passado-presente e do povo-Partido. Tal como vemos, aquela herança institucional e estas figuras ideológicas permeiam até hoje a realidade paraguaia e, portanto, o campo de luta pela democratização do país.

No terceiro capítulo, é abordada a gênese do feminismo paraguaio com base em duas grandes reuniões de mulheres realizadas em 1987: o *Encuentro Nacional de Mujeres* e o *Encuentro-Taller*. De olho nos objetivos de pesquisa, o capítulo se questiona sobre a relação entre projetos feministas e o caráter oportuno dos contextos nos quais eles ganham forma. Em circulação nessas duas arenas são vistos ideais, categorias e objetos de tematização inspirados pelo discurso feminista. As discussões levantadas em ambas as reuniões não deixam dúvida que se trata de um movimento feminista, uma unidade de sentido que então nascia. No entanto, uma tensão de classe, ela própria constitutiva da realidade social paraguaia, foi notada entre as ouvintes campesinas e as 'panelistas' urbanas, a despeito mesmo do empenho notadamente igualitarista destas últimas.

As arenas feministas de mobilização erguidas no contexto imediatamente posterior à queda de Alfredo Stroessner, em 1989, são o objeto do quarto capítulo. A observação dessas arenas permite ver, por um lado, que as vozes feministas tematizavam publicamente a violência de gênero e a saúde reprodutiva, mas eram bem mais discretas quanto a temas corpóreo-sexuais. Por outro, é possível ver que esses palcos feministas de difusão e tematização estavam, na verdade, ao lado de vários outros palcos, discursos e grupos organizados. Em diálogo crítico com interpretações correntes na literatura paraguaia, e utilizando-se do caso dos embates e de protestos contra a consagração jurídica do divórcio e a favor dela, o capítulo argumenta que a vida pública é um nível indispensável à compreensão dos processos de democratização.

O quinto capítulo trata da atuação da Multisetorial de Mulheres do Paraguai e da Coordenação de Mulheres do Paraguai no contexto de transição, isto é, durante o rearranjo das regras do jogo político posterior ao fim da ditadura. Neste capítulo são observadas as tensões e as pontes entre militantes da Multisetorial e da CMP, bem como as estratégias e alianças por elas acionadas para transformar parte do Código Civil e da Constituição paraguaia. A partir dessas estratégias e das formas pelas quais interagem projeto e oportunidade, são descritos os encaixes entre ação coletiva e política institucional, e como a temporalidade desta afeta aquela primeira.

O sexto capítulo gira ao redor da Secretaria da Mulher, criada oficialmente em 1992. Nele são observadas estratégias argumentativas das militantes da Multisetorial de Mulheres e da CMP: se, em um primeiro momento, os argumentos feministas criticam o Estado paraguaio em função de seu desconhecimento com relação à heterogeneidade das mulheres paraguaias, já em outro momento, que marca a conquista do órgão estatal reivindicado, as feministas fazem um interessante uso dos temas e mitemas do imaginário herdado do autoritarismo. À sequência, são analisadas as lógicas da composição burocrática da Secretaria, bem como seus conflitos internos ao tempo de sua gênese. Por fim, é observado o efeito dessa conquista sobre a fração líder da Multisetorial de Mulheres, que logo se transformou em *Red de Mujeres Políticas*.

A Conferência Mundial da Mulher, realizada em 1995 na capital da China, é o objeto privilegiado do sétimo capítulo. No caminho rumo à conferência, a 'vitrine' do movimento amplo de mulheres permite ver claramente uma reivindicação: as paraguaias mobilizadas demandavam a institucionalização estatal do 'gênero'. Com a participação paraguaia na conferência, a abertura da então Ministra da Secretaria da Mulher e sua aproximação junto à fração líder da CMP selam aquilo que ficou chamado de uma 'relação fluida'. E, na volta da

China, a chamada ‘mesa tripartite’ encarna uma das formas pelas quais se deu a generificação estatal no país.

No oitavo capítulo, são analisadas as interações sócio-estatais travadas pelas militantes e organizações feministas, em especial, pelas ‘históricas’ da CMP no contexto pós-Beijing. O capítulo argumenta que, como efeito daquelas interações, algumas partes executivas do Estado paraguaio incorporaram a ‘perspectiva de gênero’. Esse processo ganha sentido dentro de uma tendência mais ampla de racionalização e de modernização que permeava também outras frações do Executivo paraguaio. No entanto, essa institucionalização esteve limitada não somente pela herança stronista, mas também pelas pugnas coloradas que à época pretendiam desconhecer e desrespeitar a institucionalidade democrática.

O nono capítulo faz um desvio para tratar do chamado *Marzo* paraguaio, ocorrido em 1999. Ainda que não diga respeito propriamente à luta feminista, a compreensão desse episódio importa porque ele não foi somente o maior ciclo de protestos da história recente do país, mas também porque significou uma notória inflexão no laço sócio-estatal paraguaio. O cotejo entre o *Marzo* de 1999 e outro episódio anterior, igualmente disparado por uma força colorada antidemocrática, permite ver que atores internacionais e civis operaram em ambos os casos como pontes de resistência em defesa da democracia paraguaia. Já do ponto de vista dos seus efeitos, o *Marzo* significou uma inflexão de sentido publicizante na zona na qual interagem atores civis e autoridades. Ao seu fim, o capítulo trata da gênese de Coordenadoria Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas (CONAMURI), ocorrida no contexto pós-*Marzo*. Embora não traga pistas empíricas de conexão com esse ciclo de protestos, a luta das camponesas feministas se dá em um contexto de oxigenação do laço sócio-estatal paraguaio e se vale de algumas de suas inovações público-estatais.

Por fim, o décimo capítulo observa as transformações do feminismo paraguaio no contexto do mandato presidencial do colorado Nicanor Duarte Frutos. São observadas as emergências, mudanças e tensões que então renovavam o movimento como um todo e se faziam sentir fortemente dentro da CMP. Junto de CONAMURI, outros dois grupos feministas são as marcas mais evidentes, ainda que não as únicas, dessa renovação: o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM-Paraguai) e *Aireana - Grupo por los derechos de las lesbianas*. A realização dos chamados *Encuentros feministas* permite ver a multiplicação de faces e de vozes identificadas com o discurso feminista no país. Além disso, é observada a ampliação do espaço das interlocuções entre feministas e institucionalidade: se em fins do século XX, essas interações sócio-estatais pareciam se concentrar no Executivo, tocando pontualmente no Legislativo, o contexto pós-*Marzo* verá o

aumento dos pontos de conexão entre grupos feministas e tecido institucional, chegando também ao Judiciário paraguaio. Por fim, o capítulo retoma parte da hipótese de pesquisa e, a partir do chamado 'Informe Sombra CEDAW', trata do dilema da 'autonomia'. Por meio deste informe, a partir de uma aliança entre CLADEM e CMP, ao mesmo tempo em que afirmaram e defenderam sua 'autonomia', as feministas fizeram uma contundente crítica ao Estado paraguaio e seguiram mantendo com ele suas diversas interações.

No seu todo, a tese reconstrói momentos e episódios-chave da democratização paraguaia, a partir dos projetos das organizações e redes do movimento feminista e de suas interações com partes da institucionalidade. Perseguindo as ações e reivindicações feministas, os espaços e passos do 'gênero' vão da sociedade civil rumo a arenas de interação sócio-estatal e chegam, por fim, *del otro lado de la vereda*. Os conflitos, sejam internos ou externos ao movimento, as ambiguidades, os temas e não-temas, as negações e as agendas da luta feminista não se resumem, porém, a esse campo específico de mobilização, pois nos dão pistas também de outras disputas, paralelas e simultâneas, e dão acesso à história de um país que, ao contrário do que imaginavam e ainda imaginam alguns, não para nem para de se transformar.

1. Bases teóricas da ‘construção democrática’: pressupostos e escopo da pesquisa

Este capítulo sintetiza alguns dos mais recentes avanços e consensos do debate a respeito da relação entre movimentos sociais, sociedade civil e democracia na América Latina (DAGNINO et al, 2007). Esse debate se deu de diversas formas e em diversos âmbitos: por um lado, ele se valeu tanto da alta dose de expectativa encerrada nas análises acadêmicas a respeito das potencialidades dos atores e atrizes civis nos cenários de redemocratização ou, como foi o caso paraguaio, de democratização. Por outro lado, os avanços desse debate foram conseguidos através da crítica empreendida a outras chaves de leitura, cujos pressupostos impossibilitam a visualização dos múltiplos níveis e âmbitos nos quais a democratização opera além e aquém do Estado, e, mais especialmente, no próprio espaço das interações e chances de interação com ele.

A primeira parte do capítulo introduz o que chamo de chave da ‘construção democrática’. Esse registro de análise fornece os pressupostos adequados a uma análise que prescindir de uma idealização teórica dos movimentos sociais, porquanto não vistos como essencialmente democráticos e homogêneos, ao mesmo tempo em que é capaz de expandir a compreensão do caráter político *lato sensu* da ação desses movimentos, bem como do caráter cultural da luta política *stricto sensu*. O trecho seguinte traz, no debate com os teóricos anglossaxões do processo político, nossas categorias de análise centrais: projetos políticos, ‘vitrine dos movimentos’ e oportunidade política. É a plasticidade analítica dessas categorias que inspira a análise dos momentos nos quais interagem organizações do feminismo paraguaio e Estado, e é o uso conjugado delas que guiam nossos objetivos e hipótese de pesquisa. Antes de finalizar o capítulo abordando a coleta e o tratamento dos dados, fazemos um resumo dos traços e dilemas mais marcantes na literatura sobre as trajetórias dos feminismos na América Latina e, mais particularmente, na América do Sul. Neste trecho apresentamos nossa definição de ‘movimento social’, tarefa incontornável a pesquisas deste naipe. Vale dizer, por fim, que tanto aqueles pressupostos da construção democrática, quanto os debates inicialmente apresentados neste capítulo, seja frente às literaturas do processo político, da chamada ‘consolidologia’ ou dos feminismos sulamericanos, devem reaparecer ao longo da tese, ganhando maior fôlego empírico e mais profundidade argumentativa.

1.1. Avanços e deslocamentos: o par político-cultural, a crítica à concepção idealizada da sociedade civil e o reconhecimento de seu caráter heterogêneo e conflituoso.

O último quarto do século passado foi marcado por processos de abertura política e transição democrática transcorridos, paralela e desigualmente, em vários países do globo, desde o Leste europeu, passando por casos mediterrâneos, até parte significativa da América Latina. Considerar esse cenário político como uma realidade unívoca, algo como uma grande (e quiçá derradeira) 'onda de democratização', ou esquadrihá-lo em seu ritmo e entraves internos, em registro comparativo amplo e conceitualmente minimalista, foram duas das várias formas pelas quais os teóricos se debruçaram sobre tais processos. Neste percurso, frente a desenvolvimentos institucionais e sociais incertos que contornavam cada caso, e se utilizando dos discursos e paradoxos ali gestados, se deram diversas redescobertas e reconstruções teóricas, tal como foi o caso da noção de sociedade civil e também da teoria política normativa. No rol de interpretações situadas na intersecção de Teoria Política e Sociologia Histórica, e voltadas para a explicação dos processos de democratização, em especial, dos casos latino-americanos, situa-se a chave interpretativa da chamada aqui 'construção democrática'. A discussão que segue, que é o ponto de partida para a formulação das hipóteses de pesquisa sobre a interação feministas-Estado no Paraguai, deve apresentar quatro idéias-força – *i*) redefinição do par político-cultural; *ii*) crítica à concepção idealizada de sociedade civil; *iii*) a afirmação de seu caráter internamente heterogêneo; e *iv*) a postulação de sua conflitualidade constitutiva. Como veremos, a articulação destas ideias diferencia a chave da construção democrática tanto das correntes teóricas que tomam a ação dos movimentos sociais como objeto privilegiado de interpretação, quanto das interpretações predominantes sobre democracia no campo da Ciência Política³.

É incontestável a posição já ocupada pelas análises da chamada 'transitologia' no espaço das interpretações sobre os processos de democratização. Foi em uma sorte de interlocução virtual com estas análises, sintetizadas em 'Transições do Regime Autoritário' (O'DONNELL & SCHMITTER, 1988), e certamente também com outros desdobramentos desenvolvidos a partir delas, que se deram os primeiros delineamentos da chave de interpretação da construção democrática. Em linhas gerais, a ênfase dada pelos teóricos da

³ Além de três trabalhos que sintetizam fundamentalmente o que estou chamando aqui de 'construção democrática' (ALVAREZ et al, 2000; DAGNINO, 2002; DAGNINO et al, 2007), referências que compartilham, parcialmente ou não, do mesmo conjunto de pressupostos podem ser encontrados em KUNRATH SILVA (2006), ALBUQUERQUE (2004) e TEIXEIRA (2003).

transição estava voltada aos ‘cálculos dos atores relevantes’ no jogo político das elites, de seus ‘pactos’, bem como à institucionalidade e à estabilidade democráticas. A concepção minimalista de democracia e a concepção decisionista – ou ‘estatista’, tal como a denomina Lechner (1988, p.21) – de política, ambas caras à razão transitológica, foram alvo de várias críticas que, dentre outras questões, apontavam para a grave negligência a respeito do desempenho de atores que, embora não decidissem em plano institucional, foram instituintes dos rumos assumidos pela democratização e dos níveis em que ela se deu⁴. Neste sentido, é significativo o uso de noções tais como ‘nova cidadania’ (DAGNINO, 1994) e ‘políticas culturais’ (ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR, 2000), que pretendem frisar, além e aquém da institucionalidade, as transformações demandadas e impelidas por sujeitos coletivos, nomeadamente, pelos movimentos sociais no nível da sociabilidade pública e cotidiano dos laços sociais.

Mas não somente isso. Mesmo quando a ‘cultura política’ foi reconhecida, em viés neotoquevilleano, como um componente estruturante dos processos de democratização, a noção de cultura implicada nesse tipo de raciocínio – qual seja, “a cultura política favorece ou pode favorecer a institucionalização, ou prejudicá-la” (DIAMOND, HARTLYN & LINZ, 1999, p.39) – foi criticada por ter sido fortemente desligada da Política pois, resumida a “comportamentos e orientações psicológicas”, ela se esvazia de um potencial político robusto (ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR, 2000, p.31).

Reside aí um duplo ponto de referência da construção democrática: a afirmação do caráter reciprocamente constitutivo das esferas cultural e política, e, além disso, o reconhecimento da dupla mutação da política, como esfera de prática política (institucional) e como o político (instituinte)⁵. Por um lado, ao voltar-se àqueles grupos sociais cujas formas de protesto se orientam contra formas de opressão e desrespeito sistematicamente re-produzidas – tais como, por exemplo, o racismo ou o sexismo –, ou ignoradas enquanto tais, o referencial de análise não precisa e tampouco deve separar o que é meramente ‘cultural’ daquilo que seria suposta e propriamente ‘político’. A ideia aqui é afirmar a reciprocidade entre esferas cultural e política, evitando reificar e, mais uma vez, privatizar aquelas formas de protesto sob o rótulo de

⁴ É certo que a complexidade e variedade interna da ‘transitologia’ e da ‘consolidologia’ não se resumem ao minimalismo ou ao decisionismo, mas eles cumprem função inescapável no raciocínio de tais autores devido, sobretudo, à posição dada às instituições e aos atores políticos, assim designados. Mesmo se se considerasse os desdobramentos posteriores a *Transitions from the Authoritarian Rule*, que levaram esse grupo de autores a se perguntar sobre os predicativos das então recém reconstruídas democracias, isto é, sobre os “tipos de democracia” (WHITEHEAD, 1993, p.313), seus ‘dilemas’ continuaram a ser pensados a partir do pressuposto do mínimo procedural de Dahl, com inflexões internas, é verdade, mas sempre restritos àquela lógica de interpretação que resume democracia a democracia política. Para os ‘dilemas da democratização’, ver KARL (1990).

⁵ A discussão em torno da Política e do político tem hoje longas data e bibliografia. Sua diferenciação na língua inglesa é bastante clara – *Politics* e *political* – e tem na reflexão de Mouffe (2005) uma versão clara e radical. Em francês e em espanhol, C. Lefort e E. Lechner são, respectivamente, duas das principais referências dessa diferenciação.

pré-políticas ou, pior, de apolíticas, porque culturais⁶. Trata-se, portanto, de reconhecer a constelação de valores operante na e a partir da esfera político-pública, bem como o efeito de hierarquização advindo das representações culturalmente difundidas.

Por outro lado, pensar nos termos da construção democrática significa pensar a política em sua duplicidade: como prática institucionalizada em aparatos público-estatais (a política), e como *regime*, no sentido dado por Lefort, isto é, como modo de instituição da sociedade e de disposição das formas de vida (o político). Em direção oposta à transitologia, o referencial aqui proposto e endossado reconhece que “ignorar ‘o político’ significa amputar a política e reduzir o fenômeno político a suas formas visíveis” (LECHNER, 2004, p.14). Assim, a disputa política nos termos da construção democrática não se encerra nos atores e limites da institucionalidade democrática – sem dela prescindir, é evidente–, e aponta para a atuação de sujeitos e movimentos sociais cujo potencial democratizante encerrado em suas ‘bandeiras’ tanto denuncia a existência de distintos níveis de democratização, quanto exige, no domínio analítico, categorias suficientemente plásticas para dar conta de tais processos (GECD, 2000).

Se a redefinição do par político-cultural foi, ainda que virtualmente, concebida em oposição à teorização da chamada consolidologia, a crítica da concepção idealizada de sociedade civil, por sua vez, se deu no bojo das interpretações realizadas por autores que, ao lado dos teóricos da construção democrática, enfatizavam o papel desempenhado pelos atores civis nos rumos da democratização. De fins da década de 1970 até fins do século passado, apesar da diversidade de matrizes interpretativas terem sido a marca característica do debate em torno dos movimentos sociais⁷ e, depois, da sua correlata e silenciosa substituição pela ‘nova sociedade civil’, o tom de análise vigente neste campo de interpretações ficou fortemente marcado por uma aposta política cuja tradução, em termos teóricos, implicava em um ‘registro acentuadamente normativo’ com demasiadas perdas em plano heurístico (GURZA LAVALLE, 2003; GURZA LAVALLE et al, 2004). Nos termos da revisão e da inflexão interna ao debate, a crítica da sociedade civil se compõe de dois elementos, que embora sejam analiticamente separados, estão fortemente atrelados: trata-se de reavaliar os limites da chamada leitura ‘autonomista’ da atuação dos movimentos sociais – e, nela, o uso cruzado de adjetivos tais

⁶ A afirmação da reciprocidade entre tais esferas leva, ainda, a outro problema: o uso reificado ou idealizado da própria noção de cultura. Conforme Benhabib (2006), discursos progressistas e conservadores dividem premissas epistemológicas ‘imperfeitas’ que representam a Cultura como um todo ‘coerente’, ‘fechado’ e acabado. Se se pretende politizar a cultura, é necessário sua des-fetichização analítica e considerá-la como uma arena de representações e de constantes criações simbólicas, e também, como espaço de negociações e disputas entre aquelas representações.

⁷ A vasta bibliografia brasileira dessa problemática tem como pontos de referência SADER (1988), PAOLI (1995) e CARDOSO (1994). Veja-se também e especialmente SADER e PAOLI (1986).

como ‘emancipatório’ e ‘espontâneo’, por exemplo – e por outro lado, de relativizar a celebração de um suposto caráter inerentemente virtuoso da sociedade civil.

Quanto à crítica da leitura autonomista, é notório que parte da produção teórica dos anos 1980 sobre os ‘novos movimentos sociais’ pretendia sublinhar a ‘novidade’ desses atores com olhos voltados para sua gênese e disposição autônomas em relação ao Estado e, não raro, contra ele. Enfatizar a autonomia e elogiar, por exemplo, a mobilização de ‘grupos de base’ não foi de todo um equívoco. Isso porque esse tipo de ação de deu em um contexto cujos marcadores cidadãos estiveram historicamente ou sob controle estatal, a exemplo da noção de ‘cidadania regulada’, ou limitados pela herança do militarismo. Mais do que mero elogio, essa disposição cognitiva autonomista expressava a capacidade e a vontade intelectuais de reconhecer o estatuto político daquelas formas de mobilização (PAOLI, 1995). No entanto, o uso reificado da noção de autonomia entendida como negação da relação com o sistema político, especialmente no contexto pós-transição, levou a uma polarização desnecessária do e no debate – autonomia *versus* institucionalização (TATAGIBA, 2007). Tal polaridade interessa em particular à compreensão da luta feminista, pois em quase todos os casos sul-americanos, no contexto de democracia em construção das décadas de 1980 e 90, os feminismos passaram por intensos e contraditórios processos de profissionalização, de ‘ONGuização’ e, especialmente, de institucionalização estatal (ALVAREZ, 1999; 2000). O impasse político delineado nos 1980 e explicitado na década seguinte consistia em definir se a articulação com o aparato estatal era, afinal, positiva ou negativa e via sua problematização enclausurada a termos altamente excludentes – articulação ou autonomia, absorção ou cooptação (VARGAS & SCHUMAHER, 1993). Entretanto, tendo visto que tal polarização disjuntiva é desnecessária, menos do que optar por um dos lados da contenda, partindo do registro da construção democrática, a questão passa a ser a compreensão do quê entra em questão quando atrizes civis e estatais estabelecem contato, como se dão tais formas de contato. Nestes termos, a ‘autonomia’ é por nós tomada como categoria nativa, quer dizer, não como categoria de análise, pois ela foi e é objeto de disputa em praticamente todos os feminismos latinoamericanos⁸. Como veremos no próximo tópico, ela compõe a segunda parte de nossa hipótese de pesquisa, relativamente aos efeitos das interações sócio-estatais para as organizações feministas e para sua ‘autonomia’.

Uma das raízes dessa visão ‘autonomista’ pode ser situada na influência da vertente europeia da teoria dos ‘novos movimentos sociais’ sobre a reflexão latino-americana e, em

⁸ Cf. “A questão sempre contenciosa da autonomia agora viria [ao longo da década de 1990] girar em torno de um novo eixo: o engajamento cada vez maior de algumas feministas em instituições políticas nacionais e internacionais” (ALVAREZ et al, 2003, p.550).

específico, na produção de Alain Touraine, cuja ênfase no caráter puramente cultural da luta dos movimentos teve como efeito teórico desligá-los da política institucional⁹. Em sentido diferente deste, e bastante afim ao da revisão crítica da chamada construção democrática, o trabalho de autores como Sidney Tarrow, Charles Tilly e Theda Skocpol também tem sublinhado as continuidades empíricas nas quais se enredam e se entrelaçam atores civis e estatais. A despeito da variedade de caminhos e exemplos históricos tomada por esses autores, suas análises coincidem naquilo que diz respeito à ‘interseção’, no belo termo de Skocpol (1999, p.354), entre formas de ação coletiva e estruturas político-institucionais. Na medida em que não parte de uma visão autonomista dos movimentos, a contribuição desses autores para nossa tese deve ser adiante explicitada nas categorias-chave e nas hipóteses.

Ao lado da revisão e da relativização da ‘autonomia’, se situa a crítica àqueles autores que na década de 1990 reproduziram uma noção demasiado defensiva de sociedade civil e cuja série de exigências morais projetadas sobre os atores civis os enraizava em um mundo que prescrevia sua separação virtuosa com relação ao sistema político-burocrático – que deveria ser, no máximo, comunicativamente influenciado (GURZA, 2003). Tal como observa esse autor, os ditames prescritos pela razão comunicativa não apenas se baseavam em uma concepção demasiado idealizada da ‘nova sociedade civil’, como implicavam em uma forte exclusão das formas reais de associação dificilmente enquadráveis nos consensos morais tributários daquela razão. Exatamente para esse mesmo foco, embora não voltada para as implicações da teorização habermasiana, aponta a observação do GECD segundo o qual “as manifestações e organizações coletivas podem problematizar as injustiças e problemas da sociedade, assim como podem reforçá-los através de mecanismos de reprodução de relações de dominação existentes” (GECD, 2000, p.39).

Assim, frente às críticas da autonomia e da separação virtuosa, e tendo reconhecido que as práticas dos atores civis, apenas porque civis, não estão imunes a matrizes de cunho autoritário ou conservador, a chave interpretativa da construção democrática demanda um tipo de raciocínio mais relacional e processual, e menos substantivo. Ao invés de afirmar uma separação *tout court* entre atores civis e autoridades, trata-se de observar, em institucionalidades e mesmo sociabilidades de níveis variados, o trânsito daqueles atores, os modos de aproximação e interlocução estabelecidos entre essas partes, bem como os projetos de cunho democratizante ou não aí em circulação e disputa.

Ao questionamento da celebração dos atores civis corresponde outra demanda teórica, a saber, o reconhecimento da heterogeneidade interna à sociedade civil, tanto no que diz

⁹ Veja-se, GOHN (2000, p.142) e ALONSO (2009, p.59-ss).

respeito à variedade de matrizes discursivas (mais, ou menos, democráticas, mais, ou menos, autoritárias) ali disponíveis, bem como aos objetos de tematização pública, aos vários níveis associativos e formatos organizacionais de tal ou qual movimento social. “A sociedade civil se expressa empiricamente como uma densa rede de movimentos sociais e associações de caráter diversificado” (DAGNINO et al, 2007, p.32). Este ponto de partida, por um lado, desloca a consagrada e maniqueísta visão que opunha movimentos sociais a Estado, ator que não encarna necessariamente o Mal (DAGNINO, 2002). Por outro, ele impõe a necessidade de uma análise que, face à impossibilidade de falar de uma unificada e coerente Sociedade Civil e face à impossibilidade de tratar de atores civis em uníssono (GECD, 2000), se volte para a circulação de projetos na sua multiplicidade interna – relativamente aos sujeitos, às suas estratégias, a seus níveis de ação ou estilos de argumentação e mobilização. A ideia aqui é enfatizar o desempenho de um conjunto heterogêneo de tais sujeitos em suas diferentes e divergentes performances e disputas (GECD, 2000, p.32-ss).

No registro da construção democrática se evidencia, também, a ênfase dada à conflitualidade dos processos através dos quais diferentes formas de injustiça social são tematizadas e combatidas. Falar em discursos e sujeitos reivindicatórios se torna, assim, falar de um espaço que “não é uma família ou uma ‘aldeia global’, mas um terreno de luta” (ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR, 2000, p.39). Com efeito, o reconhecimento do papel constitutivo do conflito nesse e desse terreno é corolário das inflexões anteriormente levantadas: se não é possível falar em uma só e coerente ‘Sociedade Civil’, se seus atores coletivos não partem de matrizes exclusiva ou necessariamente democráticas, se a relação deles com o Estado ultrapassa aquela fórmula absolutizante da ‘autonomia’ ou de ‘separação virtuosa’, então o conflito se torna uma dimensão inescapável e estruturante dos processos pelos quais diferentes sujeitos e projetos políticos tentam se fazer instituir nos sentidos assumidos pela democratização. Assim, em nossa chave de leitura, o emprego mesmo da conflitualidade – seja quando negada, eufemizada, negociada ou explicitada – se torna marcador privilegiado para a compreensão de tais processos de democratização e, em especial, de seus limites.

São estes, então, os pressupostos básicos que devem nos acompanhar ao longo da tese: o reconhecimento do par político-cultural, a crítica à concepção idealizada da sociedade civil, o reconhecimento de sua heterogeneidade, bem como a afirmação de seus conflitos constitutivos. Embora tenham nascido dos debates travados direta ou virtualmente com outras chaves de interpretação, esses pressupostos foram herdados de uma gama muito diversa de fontes e inspirações teóricas. Neste ponto refiro-me especificamente a Jurgen Habermas, a

Claude Lefort e, sobretudo, a Antonio Gramsci¹⁰, e à disposição cognitiva comum e implicada em parte importante de suas obras, a saber, a afirmação do caráter histórico do fenômeno democrático, isto é, do seu caráter essencialmente contingente, disputado e conquistado. De certo modo, a expressão ‘construção democrática’ encerra essa disposição, pois uma construção pressupõe sujeitos historicamente constituídos e ativamente situados em dinâmicas de embate e de debate. Neste sentido, “[o] esforço analítico e político mais produtivo”, dizem DAGNINO et al, “[seria] identificar a disputa política, que insiste em se repor continuamente no interior desse processo [de democratização]. (...) [seria r]econhecer e expor a permanência dessa disputa, examinar de modo detido suas características” (2007, p.60). Enraizada nas bases teóricas acima delineadas, nossa chave de leitura pretende observar as faces dessa ‘disputa política’ – na qual o termo política não se resume às instituições políticas –, a partir do caso da reconstrução da série de interações mantidas por organizações feministas com o Estado paraguaio desde o fim do último autoritarismo no país, o ‘stronismo’. Contudo, para fazer adequadamente essa reconstrução (ou seja, considerando-se aqueles pressupostos e mantendo a idéia de que a democratização é um processo contingente e disputado), são necessários instrumentos de análise suficientemente plásticos e abertos para dar conta da historicidade e da complexidade envolvidas nos processos através dos quais o feminismo paraguaio surgiu e passou a fazer parte das disputas políticas travadas no contexto pós-ditatorial paraguaio. Vamos, então, a esses instrumentos, bem como aos objetivos e hipóteses de pesquisa que deles se nutrem.

1.1.1. ‘Del otro lado de la vereda’: objetivos, categorias e hipóteses de pesquisa

Afirmei no tópico inicial que as reflexões e inflexões elaboradas pelos autores da chamada construção democrática servem como pontos de partida para o enquadramento teórico de nosso caso empírico, qual seja, a performance das organizações do movimento feminista em suas múltiplas e tendencialmente contínuas relações com o Estado paraguaio no contexto pós-ditatorial. A observação dessas interações se enraíza nas inflexões já levantadas – a crítica da separação artificial entre cultura e política, a crítica da sociedade civil, de sua autonomia imaculada e do suposto de que seus atores seriam essencial ou necessariamente democráticos e ainda homogêneos.

A partir desses pressupostos, nosso objetivo central de investigação consiste em:

¹⁰ Sobre a influência destes e de outros autores sobre os estudos de movimentos sociais na América Latina, veja-se GOHN (2000).

compreender quais são os efeitos, em diferentes níveis, produzidos pela interação mais ou menos contínua ao longo do período selecionado entre as organizações do movimento feminista e a institucionalidade política paraguaia.

No final deste capítulo, ao tratar da pesquisa de campo, da coleta e do tratamento dos dados empíricos, apresento em grandes linhas as organizações do movimento feminista paraguaio selecionadas para análise, de modo a encarar a controversa tarefa de oferecer uma definição conceitual de ‘movimento social’. Antes disso, contudo, me atendo a três noções centrais em nossa tese: projeto político, ‘vitrine’ de exposição dos movimentos e oportunidade política.

A primeira noção-chave de nossa tese é ‘projeto político’. No registro da construção democrática, ela é tomada como o “conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (DAGNINO, OLVERA, PANFICHI, 2006, p.38). A noção não apenas encerra a vinculação entre cultura e política, como também pressupõe que a luta dos atores não civis não pode prescindir de um exercício (mais, ou menos, intenso) de simbolização porquanto é irremediavelmente mediada por este último. Como categoria aberta à dinâmica da vida empírica, ela carrega em si aqueles pressupostos cuja ênfase recai sobre a heterogeneidade e a conflitualidade constitutivas da sociedade civil, de tal forma que ela possibilita objetivar as diversas e específicas formas concretamente assumidas pelas relações (de disputa, convergência, articulação, negação) entre diferentes vozes em uma dada arena ou em torno de um mesmo objeto tematizado.

O uso da noção de projeto político não supõe que a resultante dos processos sociais seja produto das tomadas grupais de posição ou, mesmo, produto de tal ou qual projeto. Antes, se trata de entender que as demandas dos grupos mobilizados estão enraizadas em experiências concretas e paralelas, elas mesmas produto das relações cotidianas, institucionais ou institucionalizadas, desenroladas em âmbito público e privado e dentro de estruturas de distribuição desigual de privilégios e de representações hierarquizantes. Tais demandas, por sua vez, são traduzidas e organizadas em um conjunto de concepções de mundo, em um projeto político, cuja função de mediação é parte fundamental da constituição genética dos grupos mobilizados e de sua ação coletiva. Neste sentido, os projetos são parte dos processos nos quais e através dos quais algumas hierarquias são tematizadas e cujos efeitos podem, ao menos virtualmente, ser democratizantes. Um projeto político não é, portanto, mero produto

nem produtor de estruturas sociais, mas antes um componente estruturante de amplos processos históricos.

Ao nos voltarmos para os projetos políticos grupalmente forjados, para suas ênfases e âmbitos, vendo aí o que é tematizado e como se dá tal tematização, pretendemos entender como eles designam uma sorte de mapa cognitivo grupal, isto é, como eles desempenham uma função de mediação entre experiência individual e demandas grupais. Ao cumprir esse papel mediador, determinado projeto torna inteligível a orientação dos grupos mobilizados seja para suas próprias integrantes, seja para o público interlocutor com o qual ela dialoga ou disputa, ou, ainda, para o público cívico mais amplo. Nesse sentido, por meio da análise dos documentos produzidos pelas organizações selecionadas, essa ferramenta metodológica permite adentrar nos argumentos por elas levantados em momentos-chave de sua aproximação junto ao Estado ou em resposta a ele. Com esta categoria em mãos, nosso primeiro objetivo parcial de pesquisa trata de

compreender quais foram os projetos políticos publicamente levantados pelas organizações do movimento feminista paraguaio orientados para o Estado paraguaio e/ou em interação com partes dele.

Especialmente nos momentos nos quais os projetos feministas se encarnam em argumentos dirigidos às autoridades, vamos recorrer àquilo que, inspirados em Tilly, chamados de ‘vitrine WUNC de difusão’ dos movimentos: “[f]rom early on social movement performances broadcast WUNC: worthiness, unity, numbers, and commitment” (2005, p.15)¹¹. O recurso a esses eixos varia histórica e situacionalmente, mas eles compõem o modo básico pelo qual, segundo Tilly, os movimentos se fortalecem e fortalecem suas demandas perante a arena político-institucional. Para cada um daqueles eixos, o autor evoca formas de manifestação que lhe preencheriam de conteúdo. Por exemplo, o tradicional ‘recolhimento de assinaturas’ seria uma forma de reforçar a quantidade (*numbers*) dos movimentos. Apelos com base em ideias de ‘compromisso’ e de ‘unidade’ são bem mais evidentes nas reivindicações civis institucionalmente direcionadas. Neste último eixo especificamente, Tilly vai ao encontro de uma simples e importante ideia de Melucci (1989), segundo a qual boa parte do investimento dos movimentos é dedicada a forjar uma unidade, forjar um movimento homogêneo, ali mesmo onde convivem forças e vozes bastante díspares. Para o que nos interessa, vamos observar ao

¹¹ Veja-se também: “[t]he distinguishing features of social movements lie in sustained challenges to authorities and responses by those authorities, during which at least one challenger publicly displays WUNC: worthiness, unity, numbers, and commitment. WUNC matters” (TILLY, 2003, p.260).

longo da tese como esses eixos são acionados e como eles constituem a chamada 'vitrine de difusão' através da qual as organizações do feminismo paraguaio dirigem suas demandas e projetos às autoridades político-institucionais.

O uso de uma noção complementar às noções de projeto político e de 'vitrine' pode ser útil para evitar qualquer voluntarismo metodológico, ou seja, qualquer ideia de que a orientação dos processos históricos depende unicamente da vontade dos atores. Para tanto, vamos utilizar a noção de 'estrutura de oportunidade política' ou apenas oportunidade política, tal como ela vem sendo compreendida e desenvolvida, especialmente a partir do campo estadunidense de debate, por autores como S. Tarrow (2009) e D. McAdam (1999).

De um ponto de vista bastante amplo, as pesquisas e achados desses dois pesquisadores, que ao lado do nome de Charles Tilly foram agrupados na literatura sob a alcunha de 'teoria do processo político'¹², guardam algumas afinidades com os pressupostos da construção democrática. Dentre elas, podemos lembrar o fato de que ambas as chaves interpretativas abrem mão da separação entre atores estatais e não-estatais, tomando como ponto de partida a aproximação e a 'interação contínua entre autoridades e oponentes' (TARROW, 2009)¹³. "Os teóricos do processo político afirmam (...) que independente dos seus objetivos (...) e, inclusive, de sua autodefinição, os movimentos sociais estão sempre em interação com o meio político institucional" (TATAGIBA, 2007, p.17).

A despeito de certo risco implicado nessa visão, risco de resumir a ação coletiva àquela dirigida ao sistema político, ela evita os erros implicados em outras posturas que tendiam, ou tendem, a enclausurar a ação e a eficácia dos movimentos em um suposto âmbito puramente

¹² Na literatura brasileira, duas sínteses de fôlego a respeito das escolas europeia e norte-americana de estudo de movimento sociais podem ser vistos em Alonso (2009) e Gohn (2000, p.49-ss). Na literatura internacional, Cohen (1985) e Melucci (2001) apontaram os limites de cada uma dessas vertentes e, a seu modo, tentaram estabelecer uma ponte entre elas. No que tange o debate propriamente estadunidense, a primeira coletânea que sintetiza o consenso entre a chamada 'teoria da mobilização de recursos' e a 'teoria do processo político' é '*Comparative perspectives on Social Movements*', por mim citado na versão espanhola (McADAM, McCARTHY & ZALD, 1999). Como bem notou Alonso (2009, p.59), embora tenham competido durante os anos 1980, os teóricos da mobilização de recursos e seus pressupostos utilitaristas foram suplantados e, em certa medida, englobados pelos *insights* centrais da teoria do processo político, aos quais nos referiremos acima.

¹³ 'Interação contínua' ou 'mantida' (TARROW (1997, p. 25). De modo mui interessante, a segunda metade da década de 1990 assistiu uma radicalização da vontade explicativa desses três teóricos. No bojo dessa radicalização, os movimentos sociais perderam o estatuto próprio de objeto de pesquisa e foram inseridos em uma das pontas de *continuum* de formas de 'confronto político', cujo extremo oposto seria ocupado por 'revoluções' (McADAM, TARROW & TILLY, [1996] 2009, p.20;33-ss). Com a publicação de '*Dynamics of Contention*' (*idem*, 2001), na busca por mecanismos robustos e processos (leia-se, seqüências claras de mecanismos robustos), os movimentos sociais se esfumaram em meio a guerrilhas, causas nacionalistas e revoluções, todos afinal '*contentious politics*', cuja definição fundamental passaria pelo seu caráter 'episódico antes que contínuo' (McADAM, TARROW & TILLY, 2001, p.5), definição posteriormente abandonada em Tarrow & Tilly (2007). Para notar como essa radicalização não foi bem recebida no debate estadunidense, basta ver o prefácio a essa última obra, no qual Tilly e Tarrow tiveram que esclarecer - "[l]et us clear (...). Both of us think that social movements exist and have distinctive properties"(2007 p.xii).

cultural¹⁴. Além disso, para esse grupo de autores, a interação entre atores estatais e civis leva a qualificação de contenciosa ou de ‘confronto político’, como preferem McAdam, Tarrow e Tilly. Por último, no diapasão desses autores, e também da chave da construção democrática, o legado histórico ‘importa’ para a compreensão das ações e mobilizações coletivas na medida em que ele “formata a disponibilidade de meios para a construção de reivindicações coletivas” (TILLY, 2005, p.12).

Tomada em sua sóbria complexidade, essa recordação de Tilly não nos deve fazer perder de vista a diferença de ênfase dada ao peso histórico em cada uma das chaves interpretativas. Na teorização de McAdam e Tarrow, influenciados por Tilly, o viés é ‘histórico-estrutural’, no termo inequívoco de Alonso (2009, p.56). Quer dizer, um viés ‘focado em condições não moldadas por atores de fora do sistema político-institucional’ (TARROW, 2009). Daí o lugar coerente ocupado pela noção de oportunidade política em um *corpus* que privilegia os contextos históricos que ‘formatam’, isto é, condicionam, limitam e incentivam a mobilização e a ação coletivas. Para Tarrow, oportunidades políticas são “dimensões consistentes - mas não necessariamente formais ou permanentes - do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou fracasso” (2009, p.105). Essas ‘dimensões consistentes’ dizem respeito àqueles fatores que não estão à mercê dos atores mobilizados, sendo ‘exteriores’ a eles¹⁵. Tais fatores podem facilitar ou dificultar o surgimento de um movimento social ou a coordenação para a ação, e são basicamente quatro: abertura relativa do sistema político institucionalizado a novos atores; mudança ou instabilidade nos alinhamentos político-partidários; disponibilidade de aliados influentes; e, por fim, a capacidade de Estado e sua propensão para a repressão (TARROW, 2009; McADAM, 1999)¹⁶. Satisfeito um ou mais de um desses fatores, se desenha um contexto oportuno que opera então como uma espécie de catalisador da ação coletiva.

Dizíamos o raciocínio dos teóricos do processo político assume um viés ‘histórico-estrutural’¹⁷, no sentido de que enfatizam a formatação exercida pelo contexto histórico-político sobre a ação e a identidade dos grupos mobilizados. Dizíamos também que a noção de

¹⁴ Neste sentido, veja-se a crítica de N. Pichardo (1997) aos pressupostos centrais da vertente europeia dos ‘novos movimentos sociais’.

¹⁵ Cf. “The basic premise is that exogenous factors enhance or inhibit prospects for mobilization, for particular sorts of claims to be advanced rather than others, for particular strategies of influence to be exercised, and for movements to affect mainstream institutional politics and policy” (MEYER e MINKOFF, 2004, p.1457-1458).

¹⁶ Não estou desconsiderando a vasta crítica endereçada, ao longo de duas décadas de debate, à noção de estrutura de oportunidade política. Veja-se *inter alia* GOODWIN & JASPERS (1999); KOOPMANS (2003) e MEYER & MINKOFF (2004). De frente para tais críticas, e incorporando boa parte delas, a noção e seu caráter explicativo (em oposição a descritivo) permaneceram de pé (TILLY e TARROW, 2007, p.57-ss; p.203).

¹⁷ Veja-se GOODWIN & JASPERS (1999), KOOPMANS (2003) e GOHN (2000). À crítica daquela primeira dupla Tilly responde dizendo que seu objetivo é “integrar a explicação da mudança das identidades coletivas na análise da interação contenciosa, ao invés de tratá-las como anteriores ou separadas dessa interação” (1999, p.61).

oportunidade política, ao sublinhar e deslindar as dimensões exteriores e consistentes que promovem, facilitam ou dificultam a ação coletiva, é coerente com aquela linha de pensamento. Essa ênfase 'histórico-estrutural' se diferencia do viés proposto pelos teóricos da construção democrática, a meu ver, mais orientados para os discursos, projetos e estratégias engendrados pelos próprios atores mobilizados. Certamente, enfatizar a capacidade de ação (*agency*) dos atores não é o mesmo que descurar da compreensão dos fatores e processos nos quais tais sujeitos coletivos surgem e nos quais se desenrolam suas performances. “[Na] formação das associações”, dizem Dagnino *et al*, “intervêm diversos atores e fatores que convém analisar (...). As associações e movimentos podem ser promovidos pelo próprio Estado (...); pelos partidos políticos (...); por outros atores da sociedade civil (...) ou por atores que emergem diretamente da sociedade”(2006, p.32).

Olhando para realidades empíricas iguais ou muito semelhantes, a diferença entre ambas as chaves de leitura está, como destacamos, na ênfase dada por cada uma delas: uma mais voltada para os limites e oportunidades historicamente formatados e fornecidos, ao passo que a outra está mais preocupada com a capacidade ativa dos agentes dentro de determinadas condições históricas. Menos que hierarquizar essas duas categorias, nossa pesquisa pretende explorar seus alcances e limites por meio da análise dos exemplos empíricos nos quais se desenrola, ao longo do período delimitado, uma interação real ou virtual entre organizações do movimento feminista e o Estado paraguaio. Nestes termos, nosso segundo objetivo parcial de pesquisa pretende

compreender como se relacionam contextos oportunos e projetos políticos naqueles casos nos quais as organizações feministas selecionadas interagem direta ou indiretamente com o Estado paraguaio.

Como se nota, o uso conjugado dessas noções reatualiza o clássico dilema sociológico do par ação-estrutura. Além disso, essas noções, assim como a de 'vitrine', demandam uma postura de pesquisa aberta para a reconstrução histórica da ação dos atores sociais e de seus respectivos contextos. Isso implica em que, relativamente a nosso objetivo central de pesquisa, nossas categorias-chave não permitem responder quais os efeitos advindos da interação entre organizações feministas e a institucionalidade paraguaia sem que sejam tratados e reconstruídos conteúdos e processos concretos.

Para ser justo com as respectivas chaves de leitura, é fundamental lembrar que essas categorias jamais pretenderam fazer as vezes de variável independente, que pudesse *per se*

explicar a complexidade das condições, bases, meios, fins e efeitos da ação coletiva. De um lado, os pesquisadores da chamada construção democrática, por exemplo, situaram junto da noção de projetos a investigação das trajetórias individuais e coletivas dos atores envolvidos nas lutas dos movimentos e ONGs em suas múltiplas e fortemente ambíguas interações com o Estado (*inter alia* DAGNINO et al, 2006). Relativamente à observação das trajetórias, estudo da maior importância para nossa tese deve ser ‘Protecting Soldiers and Mothers’, obra na qual T. Skocpol (1995) ilumina, dentre outras coisas, as estratégias acionadas por mulheres mobilizadas em defesa de pensões para mães e contra a mortalidade materno-infantil no contexto de começo do século XX. Esse estudo de Skocpol nos serve de inspiração não apenas porque enfatiza o encaixe (*‘fit’*¹⁸) entre estruturas políticas e a capacidade acumulada através das trajetórias dos atores civis, mas também porque sua reflexão, em particular com relação à noção ‘encaixe’, pede contornos e detalhes teóricos mais elaborados.

De outro lado, no espaço de discussão anglossaxão foram desenvolvidas categorias que paralelamente à noção de oportunidade pretendem dar conta de outros níveis e âmbitos da ação coletiva. Exemplo dessas categorias são as noções de repertório de ação e de trabalho de enquadramento interpretativo (*framing*). Frente a esses desdobramentos teórico-conceituais, é importante esclarecer o porquê do uso conjugado das noções de projeto e de oportunidade, ao invés de se valer do rol de categorias já forjado pelos pesquisadores estadunidenses.

O investimento em noções como a de ‘frames’ decorreu da reação à crítica segundo a qual os pesquisadores do processo político teriam negligenciado o papel da cultura na estruturação da ação coletiva. Ao redor dessa crítica, alguns teóricos estadunidenses passaram a reconhecer a influência da vida cultural na atuação dos movimentos sociais, definindo-lhe nos seguintes termos: “[cultura] é o conjunto compartilhado de crenças e formas de ver o mundo, mediado e constituído por símbolos e linguagem próprios de um grupo ou sociedade” (ZALD, 1999, p.371). Nessa versão à *la* Geertz¹⁹, o sistema cultural é como um armazém de símbolos, imagens e ideais do qual os movimentos estrategicamente se valem – “[eles] recorrem ao

¹⁸ Cf. “[O] ‘fit’ – ou ausência dele – entre os objetivos e capacidades dos vários grupos politicamente ativos e os pontos de acesso e de alavanque historicamente cambiantes e fornecidos por uma instituição política nacional” (SKOCPOL, 1995, p.41). Nas entrelinhas e sem citações, Skocpol trava um diálogo discreto com os autores da mobilização de recursos e também do processo político: “[O] nível de sucesso de qualquer grupo politicamente ativo ou das conquistas de um movimento”, diz ela, “não é influenciado apenas pela autoconsciência e pela ‘mobilização de recursos’ daquela força social por si mesma. (...) [Os] níveis de sucesso em alcançar objetivos políticos (...) dependem das oportunidades relativas que as instituições políticas existentes oferecem ao grupo ou movimento em questão” (1995, p.54). Por meio de um diagrama que coloca em relação instituições e grupos civis, Skocpol sugere três perguntas a serem respondidas quanto a tal relação: essas partes se encaixam (*fit*)?; qual é o grau de acesso entre as partes e como uma parte alavanca a outra?

¹⁹ Quando se trata de afirmar que ‘a cultura importa’, o nome de Clifford Geertz é repetidamente citado por esses autores. Atenho-me aqui à crítica dessa concepção apolítica de cultura e às implicações heurísticas nela implicadas. Para o papel diminuto ocupado pela cultura no esquema explicativo dos teóricos do processo político, veja-se ALONSO (2009, p.58-ss).

estoque cultural em busca de imagens que lhes permitam definir o que é uma injustiça”, e prossegue Zald, “seus líderes e participantes (...) buscam repertórios e marcos interpretativos que, ao seu alcance, sejam compatíveis com as capacidades, orientações e estilos dos grupos que lhes compõem [aos movimentos]”(1999, p.377-378).

Nas principais teorizações do chamado ‘enquadramento interpretativo’, a cultura é entendida como ‘estoque’ e tal acepção opera como pressuposto de análise: “[*The*] *cultural material most relevant to movement framing processes include the extant stock of meanings, beliefs, ideologies, practices, values, myths, narratives, and the like*” (BENFORD & SNOW, 2000, p.629). Tal concepção encerra uma das antípodas do raciocínio da construção democrática, que insiste no nexos constitutivo entre cultura e política. No sentido precisamente oposto, tomada *qua* ‘estoque’, a cultura é instrumentalizada, pois as lideranças dos movimentos recorrem a ela do mesmo modo que um mecânico recorre à sua caixa de ferramentas, e também despolitizada, pois a versão demasiado culturalista (geertziana) do ‘sistema cultural’ se sustenta sem qualquer relação com a política e sem uma explicitação da dimensão política própria à cultura (KUPER, 2002), cujos símbolos e imagens, além de conferir sentido à vida social, nunca é demais lembrar, hierarquizam, estigmatizam e excluem determinados grupos sociais.

De fato, a ideia de que a cultura opera de modo recursivo é bastante adequada, pois os atores e grupos mobilizados recorrem a imagens e símbolos culturais para organizar sua luta e suas visões de mundo. Ocorre, no entanto, que esse não é o único nem o principal papel desempenhado pela cultura e essa metáfora do ‘estoque’ oblitera a compreensão da natureza já política das dinâmicas e disputas culturais (ALVAREZ et al, 2000). Menos que um armazém, a cultura é uma arena de diálogos, representações e relações hierarquizantes e, ao mesmo tempo, de sentidos e significados constantemente contestados (BENHABIB, 2006). Assim, uma metáfora mais adequada para nossos pontos de partida e de chegada assumiria uma via mais bélica: a cultura seria algo como um ringue, ou melhor, um campo de disputa no qual se luta pela definição de limites (entre público e privado, por exemplo), de parâmetros (de normalidade, de aceitabilidade ou de razoabilidade, por exemplo) e de significados consagrados (mais ou menos excludentes, mais ou menos tolerantes).

Além dessa base despolitizante, o instrumental metodológico desenvolvido no bojo da literatura estadunidense para identificar o peso da cultura sobre a ação coletiva parece conter pressuposto um tanto utilitarista: “quando Snow e Benford falam de marcos interpretativos”, nos diz McAdam em acordo com esses dois autores, “estão pensando nos esforços estratégicos conscientes dos grupos que conformam um movimento para dar de sentido a si próprios e aos

problemas que os preocupam” (McADAM, 1999, p.476). Ou, nos termos de Tarrow, “são atividades centrais dos movimentos inserir os descontentamentos em quadros interpretativos amplos que identificam uma injustiça, responsabilizar outros por ela e propor soluções” (2009, p.145). Pois bem, não há nada de novo em afirmar que os movimentos dão nome àquilo que consideram injusto e, tampouco, nada demais em dizer que a atuação dos seus líderes é, não raro, instrumental e estrategicamente arquitetada inclusive nos termos dos signos e imagens por eles evocados – e dizê-lo não dá necessariamente à análise uma natureza utilitarista.

O problema, a meu ver, reside na hiperredução aí implicada e que fica bem exposta na análise de McAdam (1999b) a respeito de Martin Luther King no contexto da luta pró-direitos civis dos negros de meados dos anos 1960. McAdam diz:

“A coisa é muito simples: nenhum líder negro havia falado como King. Ele ofereceu um marco interpretativo único para o debate, utilizando temas cristãos que resultavam familiares com a teoria democrática convencional e com a filosofia da não-violência. (...) [Ao] utilizar modos cristãos de pensar e a teoria democrática convencional, King enraizou o movimento em dois dos pilares ideológicos da cultura estadunidense (...). A importância que King dava à caridade cristã e à não-violência era uma promessa de paz e redenção capaz de sanar divisões raciais. (...) Resumindo: a grande variedade de temas invocados por King, e ressonância de seu pensamento (...), lhe dotou de um atrativo ideológico sem comparação entre outras figuras de destaque dos movimentos sociais” (McADAM, 1999b, p.487).

Traduzindo: a retórica de Martin Luther King teve sucesso porquanto seu enquadramento logrou ‘ressoar’ nos ‘pilares ideológicos’ do seu país. De fora dessa explicação fica nada menos que a luta contra a desigualdade e a discriminação raciais ou, para ser mais preciso, ficam de fora os argumentos substantivos e específicos publicamente levantados pelos sujeitos dessa luta. Nesse tipo de raciocínio, basta dizer que o caminho estratégico da não-violência, um dentre tantos caminhos, coaduna em alguma medida com valores hegemônicos, e pouco importa se esse projeto era ou não, como dizia o próprio King, um ‘sonho’, pouco importa como tal ‘sonho’ foi forjado. Do mesmo modo que um mecânico, o líder negro usou a caixa de ferramentas culturais, mas os efeitos desse uso (ou seja, se e em que medida ele é democratizador) ficam em sombra. É certo que McAdam não se esquece das formas coletivas de protesto acionadas pela Conferência de Liderança Cristã do Sul, às quais chama de ‘dramaturgia estratégica’. Contudo, ao preferir o estratégico à dramaturgia, ele reduz um emaranhado processo de lutas, de interações e de formas públicas e midiáticas de exposição ao perfil tático e carismático do líder negro:

“[Seu] domínio das táticas de alteração da ordem pública explica apenas como King e a Conferência foram capazes e atrair a atenção dos meios de comunicação (...) [E] preciso explicar por que os meios geralmente mostravam sua simpatia aberta. A chave do *puzzle* parece estar na enorme habilidade de King para definir suas ações de forma altamente ressonante e empática.

(...)

[É] impossível compreender o trabalho de enquadramento de significados de um movimento se não se presta a devida atenção às suas táticas e ao tipo de ações nas quais se envolve. (...) [O] gênio (sic) de Martin Luther King residia precisamente em sua capacidade de estruturar a ação de tal forma que pudesse dar de barato [*dar por supuestas*] as reações não só de um, mas de quatro grupos de referência. A chave estava na habilidade de King para incitar aos segregacionistas a cometer atos de violência racista extrema, enquanto mantinha o firme compromisso por parte de seus seguidores de não recorrer à violência. Somado aos temas religiosos que invocava com frequência e à justaposição de manifestantes pacíficos negros e virulentos brancos, isso gerou imagens poderosas e de grande ressonância que catalisaram reações importantes nos demais grupos implicados” (McADAM, 1999, p.486;495-496).

Desse modo, além da noção apolítica de cultura, vê-se o pressuposto utilitarista da ação e dos agentes sociais na base da ideia de enquadramento de marcos interpretativos. A partir desse conceito, um ator do naipe de Martin Luther King aparece como se fosse o ápice da *rational choice*: “King”, nos diz McAdam, “primeiro criou um marco de interpretação convencional, em termos ideal-valorativos, e posteriormente dedicou grande atenção à função cognitiva das táticas a que recorria” (1999, p.486).

Esta dupla crítica ao caráter despolitizado da concepção de cultura e ao tipo de utilitarismo implicado nos *framing processes* serve, primeiramente, para justificar a razão pela qual vamos utilizar a noção de oportunidade política sem trazer consigo o arsenal metodológico caro ao debate estadunidense. Tal noção de cultura implica em um custo teórico alto e em uma disposição cognitiva incompatível com os pontos de partida da construção democrática. Em segundo lugar, tal crítica nos faz lembrar que o uso conjugado das noções de projeto político, ‘vitrine’ de movimento e oportunidade política traz como vantagem o arcabouço relacional e processual comum a ambos os registros teóricos de donde surgem nossas categorias-chave.

Dizer que se assume uma perspectiva relacional é dizer que os movimentos sociais estão como que enredados em diferentes relações e envolvidos em encaixes e desencaixes de níveis variados com os atores estatais. Dizer que nossa perspectiva é processual significa que a interação contínua entre atores civis e estatais não apenas compreende projetos políticos e condições oportunas, mas também produz tanto efeitos socialmente relevantes para um público cívico mais amplo quanto efeitos determinantes para a sequência futura de interações.

Portanto, diferentemente de uma visão como a de McAdam que tende a reduzir um denso e tenso processo à ‘táticas’ ou ao ‘gênio’ de uma figura política, os efeitos são centrais para nós. Não se trata evidentemente de retirar a racionalidade inerente aos atores e movimentos sociais e sequer imputar-lhes uma visão idealizada na qual seus valores e projetos seriam despojados de interesse e de cálculo. Trata-se de referir a racionalidade dos atores às suas interações e a seu processo, ou seja, ao conjunto de efeitos produzidos pelas interações nas quais eles entram de forma racional e interessada. Neste registro importa mais deslindar os traços, níveis e forças em jogo nas *performances* e nas formas de aproximação entre atores

civis e autoridades, e menos repetir que os agentes sociais são racionais e estratégicos, pois eles de fato o são. Focar-se somente na estratégia poderia nos fazer perder de vista os efeitos (desejados ou não, antecipados ou não) produzidos naquela e por aquela série de interações.

Assim, para dar conta da explicação de tais efeitos proponho uma hipótese central de pesquisa subdividida, a seguir, em duas hipóteses parciais:

A interação contínua entre organizações feministas e institucionalidade política teve como efeito uma dupla transformação na capacidade burocrático-administrativa paraguaia e, ao mesmo tempo, na capacidade das atrizes do movimento feminista daquele país.

Para confirmar ou refutar esse provável efeito duplo, e medir seu alcance, vamos nos remeter necessariamente aos objetivos parciais de pesquisa e reconstruir os projetos políticos forjados por aquelas atrizes ao longo desse período e, ainda, qual sua relação com os contextos mais, ou menos, oportunos nos quais elas interagem com o Estado paraguaio. Nossa hipótese principal se desdobra, por sua vez, em duas sub-hipóteses relativas a dois níveis diferenciados, porém fortemente articulados:

Em nível institucional, a interação contínua entre organizações do movimento feminista e a institucionalidade política teve como efeito a incorporação burocrático-administrativa de perfil profissionalizante da chamada ‘perspectiva de gênero’.

Paralelamente, em nível associativo, como efeito da interação com partes da institucionalidade paraguaia, as organizações do movimento feminista não perderam sua ‘autonomia’.

Nossa primeira sub-hipótese diz o seguinte: a chamada ‘perspectiva de gênero’ foi incorporada pelo Estado paraguaio devido à interação de alguns de seus atores com atrizes do movimento feminista e com seus projetos políticos. Por detrás dessa simples afirmação hipotética está a ideia de que os Estados dominam determinadas capacidades técnicas e informacionais empregadas por seus atores burocrático-administrativos e de que, no caso paraguaio, a ‘perspectiva de gênero’ passou a compor o rol daquelas capacidades. Tal rol é denominado por A. Giddens de vigilância, isto é, “a acumulação de ‘informação codificada’, que pode ser usada para administrar as atividades de indivíduos associadas a ela [à informação]”

(GIDDENS, 2008, p.39). Com tal noção Giddens quer mostrar como uma das bases fundantes e fundamentais do poder de Estado está no poder administrativo, relativamente às maquinarias estatais, de produzir e processar informações a respeito de seu território e das realidades internas à sua população. Nos mecanismos de vigilância estão implicadas atividades como controle e armazenamento de informação, produção de documentos e também supervisão de atividades e de grupos (GIDDENS, 2008, p.39-ss; 193-ss). A vigilância é entendida, portanto, como a capacidade estatal de prever dinâmicas e realidades sociais por meio da produção, do acúmulo e da sistematização de dados e conhecimento²⁰.

O debate de Giddens sobre vigilância estatal tem como interlocutor fundamental M. Foucault. À crítica deste último às práticas e instituições de vigilância – notadamente prisões, hospitais e escolas –, e ao controle subjetivo por elas exercido, Giddens soma um componente democrático ou, como ele prefere, ‘poliárquico’²¹. À medida que a vigilância estatal é historicamente aberta e passível de ser transformada, varia o alcance de suas práticas e categorias administrativo-burocráticas, bem como o alcance dos sujeitos e dos temas vigiados pelo Estado.

Assim entendida, a vigilância não é apenas uma função estatal; a natureza vigilante é, antes, uma condição do Estado moderno²², de tal modo que o *quid* da questão passa a ser sua ‘natureza mutável’, ou seja, a possibilidade do espaço estatal de vigilância ser contestado e alargado. É aqui que a contribuição do britânico a respeito da vigilância importa para o estudo dos movimentos sociais: “[os] movimentos dedicados ao alargamento da participação

²⁰ O reconhecimento de que uma das bases fundamentais do poder de Estado está na produção de conhecimento a respeito de partes da população em um dado território não foi notado apenas por Giddens. Também Pierre Bourdieu, ao falar do campo burocrático, observa que, dentre as várias espécies de capital acumuladas e monopolizadas pelo Estado, está o ‘capital da informação’ (1996, p.99). “[Os] poderes públicos realizam pesquisas a respeito dos estados dos recursos (...). O Estado concentra a informação, que analisa e redistribui” (BOURDIEU, 1996, p.105). Embora Bourdieu tenha percebido tal espécie de capital, ele comete um deslize ao deslocar para o Estado a função da Sociedade (qual seja, impor um conformismo lógico, segundo Durkheim). Giddens, mais fiel ao clássico, trata o Estado como ‘cérebro’ do organismo social e, nesses termos, sua função não é impor um conformismo moral ou lógico, mas muito antes ‘pensar’ as relações sociais, ou seja, prever e garantir a reprodução das relações. Para fazê-lo, todo Estado produz e acumula dados, conhecimentos e categorias administrativo-burocráticas a respeito do território e de sua população. A vigilância é, então, a materialização do pensamento de Estado. Nisso tudo, tão interessante quanto a inspiração durkheimiana, é a completa inexistência de referência à vigilância estatal em Weber, que fala no máximo da ‘disciplina’ do burocrata e da gênese militar da concepção moderna de disciplina.

²¹ Cf. “Seu caráter poliárquico [dos Estados-nação] provém da sua concentração administrativa (obtida por meio da expansão da vigilância) e da natureza mutável da dialética do controle que isso produz” (GIDDENS, 2008, p.30) (Grifo meu).

²² Em seu comentário à obra de A. Giddens, Skocpol capta o risco inerente à natureza vigilante do Estado moderno, mas critica o alcance explicativo da proposta do britânico: “[A]ll industrialized national states are at risk to become ‘totalitarian’, because of the control potentials built into their surveillance mechanisms. (...) Reading Giddens, it is hard to tell where exactly to look, and whose activities to trace, to get a handle on various patterns of surveillance in modern nations. (...) It explains very clearly what the twentieth century has cruelly taught: modern national states are more than frameworks for class relations (...); they are purveyors of deadly violence and potent agencies of social control. This is a valuable point. But it leaves a lot of analysis and explanation yet to be done” (SKOCPOL, 1987, p.296).

democrática devem ser vistos como voltados sempre em direção à correção dos desequilíbrios de poder envolvidos em vigilância” (GIDDENS, 2008, p.325). Embora possa levar a algum tipo de redução, essa ideia da luta dos movimentos sociais como estando ao redor da ‘correção dos desequilíbrios’ na capacidade estatal de vigilância fica bem exemplificada em fenômenos como a conquista de leis de combate ao racismo e à violência contra a mulher. Em casos como estes, a mobilização civil não faz senão conseguir que o Estado combata uma realidade que os sujeitos mobilizados consideram injusta por meio da incorporação estatal de categorias (de vigilância) como ‘gênero’ e ‘raça’, por exemplo. Nesses termos, nossa hipótese aponta para a provável e esperada incorporação estatal da ‘perspectiva de gênero’ advinda da interação entre atrizes feministas e o Paraguai paraguaio, ampliando a capacidade de vigilância deste último e, *a contrario* das leituras de corte foucaultiano²³, democratizando-o.

A segunda parte de nossa hipótese diz respeito aos efeitos das interações sócio-estatais que recaem sobre as organizações do movimento feminista: tal como supomos, as feministas não perdem sua ‘autonomia’ em virtude da aproximação junto a partes do tecido institucional paraguaio. Aqui, o ponto de partida é que “a autonomia não significa ausência de relação” com o Estado, em nosso caso, “mas nos informa acerca da qualidade dessa relação, a forma como os atores [e atrizes] se colocam nela” (TATAGIBA & TEIXEIRA, 2006, p.229). Esta hipótese se vale dos avanços teóricos tributários dos debates da construção democrática. Ao ter criticado a concepção de autonomia como não-relação, essa chave interpretativa apontou para a tensão encarada pelos movimentos em suas interações sócio-estatais, qual seja, a tensão entre autonomia e eficácia política (TATAGIBA, 2007). Além disso, apontou também para as limitações de outras tentativas de explicação que resumem as interações sócio-estatais e seus efeitos a supostas, porque não explicadas e explicitadas, formas de ‘cooptação’ (DAGNINO & TATAGIBA, 2010).

²³ Exemplo de leitura inspirada em M. Foucault a respeito da aproximação entre feministas e aparato estatal pode ser vista V. Schild (2001). Em ‘Novos sujeitos de direitos?’, essa autora parte de uma constatação bastante próxima à nossa hipótese: “Vastas redes de profissionais e ativistas que são feministas”, diz ela, “estão engajadas na produção de conhecimento, incluindo categorias que se tornam parte dos repertórios morais usados pelo Estado” (2001, p.149). Esta autora ‘segue concepções recentes de Estado influenciadas pela obra de Foucault’, e, a partir de tais concepções, vê que “no centro dessa [forma estatal de] dominação não estão as intenções dos burocratas e profissionais abrigados nas instituições, mas os textos (...) que esses burocratas produzem rotineiramente, no curso de suas atividades. O conhecimento que é central para a ordenação da vida social é produzido por meio dessas ‘práticas textualmente mediadas’” (SCHILD, 2001, p.154-155). É possível concordar com cada vírgula dessas citações, e inclusive Giddens se utiliza dessa expressão ‘conhecimento textualmente mediado’ para designar os saberes implicados na capacidade estatal de vigilância. Contudo, embora o viés foucaultiano de análise dê acesso à “dimensão fundamentalmente moral dos projetos de dominação nos processos de formação do Estado” (p.155), ela fica restrita ao papel desempenhado pelo Estado no sentido de “estabelecer uma estrutura de possibilidades que define os parâmetros para as ações das pessoas” (p.155), sem explorar se e como as disputas por essa suposta ‘estrutura de possibilidades’, à medida que incorporadora, podem ter efeitos democratizantes – o outro lado da vigilância estatal.

É importante notar que, em ambas as hipóteses parciais de pesquisa, os termos ‘perspectiva de gênero’ e ‘autonomia’ vêm com aspas simples. Isso serve para designar o caráter empírico dessas categorias. Quer dizer, elas poderiam ter, mas não têm o mesmo estatuto dado à noção de projeto ou de oportunidade, por exemplo. Por meio desse simples recurso, pretende-se evitar que a autonomia se torne um problema teórico de pesquisa, e fazer dela objeto de interesse na medida mesma em que emerge como questão empírica, ou seja, como questão para as atrizes investigadas – daí, então, as aspas. Tal recurso importa porque esse termo circula por níveis variados e com sentidos variados. “A autonomia é um valor e, como tal, informa os limites a serem observados na relação entre movimentos e sistema político”, dizem Tatagiba e Teixeira (2006, p.229) (Grifo meu). Sem dúvida, a autonomia, pelo menos desde Toqueville, é um valor, mas o é em âmbito normativo. Já com referência a realidades empíricas, elas prosseguem, “[a] autonomia pode existir mesmo em um contexto no qual os movimentos mantenham vínculos constantes e permanentes com outros atores” (*idem*). Com um só nome e com acepções distintas, o ‘problema da autonomia’ vem se impondo às pesquisas, deslizando em âmbitos diversos e fundidos: “Não há, a priori, nenhum problema no fato dos movimentos se aliarem aos governos, partidos (...). O problema está na sensação de que essas relações servem muito mais ao estado, aos partidos e ao governo do que aos próprios movimentos” (*idem*). Em que pese tal deslizamento, relativamente à nossa hipótese, o importante é ‘qualificar’, como dizem Tatagiba e Teixeira, as interações sócio-estatais mantidas pelas organizações do feminismo paraguaio, para então observar se essas interações minaram aquilo que as feministas designam como ‘autonomia’.

1.2. Movimentos feministas e Estados sulamericanos: paralelos e dilemas

Vimos no tópico anterior que, do ponto de vista daquilo que chamamos de construção democrática, a análise das relações entre atores civis e sistema político não precisa reatualizar algumas das polarizações analíticas que marcaram o campo das interpretações das democratizações sulamericanas pelo menos desde os anos 1980. Vimos também que a relação entre atrizes feministas e Estado encarnou de modo exemplar alguns dilemas então lidos em termos de uma exclusão recíproca: articulação ou autonomia, absorção ou cooptação, álibi ou conquista, na excelente expressão de VARGAS & SCHUMACHER (1993). Nesta seção, vamos nos dedicar brevemente a alguns dos dilemas que atravessaram a experiência de militância feminista nos processos de construção democrática, incluindo-se aí as fases que na literatura transitológica são chamadas de liberalização e transição, ou seja, partindo dos momentos

derradeiros dos governos militares sulamericanos. Menos do que se dedicar a uma exegese de cada caso, esta breve revisão levanta pontos comuns entre os casos já cobertos e analisados pela literatura sobre a performance feminista em contextos democratizantes do último quartel do século XX²⁴. Dispostos lado a lado, os exemplos em tela podem iluminar com maior precisão o uso aqui feito de noções como movimento feminista e ‘gênero’ e, ainda, no cotejo com as análises que dão vazão a eles, tornar mais evidentes alguns dos pressupostos já esquadrihados.

Em termos gerais, parece haver um relativo consenso quanto ao papel politicamente relevante e à natureza altamente conflituosa e internamente diferenciada dos feminismos sulamericanos nos processos de democratização (STERNBACH et al, 1992; ALVAREZ, 1998; ALVAREZ et al, 2003). Dizer que a luta feminista foi e é politicamente relevante significa reconhecer que as formas de mobilização e os temas que serviram de alvo de politização e publicização do movimento feminista por toda a região, reorganizaram o papel atribuído às mulheres, e por elas ocupado, seja no imaginário de gênero, nos laços cotidianos entre homens e mulheres, seja ainda no espaço de luta e de transformação propriamente jurídicas.

Por outro lado, dizer que o feminismo é altamente conflituoso e internamente diferenciado significa corroborar tanto o pressuposto da heterogeneidade caro ao registro da construção democrática, quanto à tendência segundo a qual “[o feminismo] se constitui hoje em um campo amplo, heterogêneo, policêntrico, multifacetado e polifônico” (ALVAREZ, 1998, p.265). Nestes termos, todo e qualquer movimento feminista é composto por diversas e divergentes vozes feministas. Ou seja, o feminismo, como a maior parte dos chamados ‘novos movimentos sociais’, é empiricamente composto por um sistema de ações e relações, de grupos, organizações e articuladoras, de instituições e individualidades, no qual uma identidade coletiva é compartilhada – neste caso, a identidade feminista. Para os fins desta tese, no entanto, trata-se menos de inquirir cada um e todo elemento constitutivo dessa vasta rede, que pode ir desde uma pessoa interpelada pelos discursos de tal ou qual organização civil até instrumentos internacionais de denúncia de violação dos direitos humanos das mulheres, e

²⁴ As duas fontes que serviram de base para esta revisão foram: “Sociedad Civil, Esfera Pública y Democratización en América Latina”, organizado por PANFICHI (2002), e “Historia de las Mujeres en España y América Latina”, quarto volume, coordenado por GOMEZ-FERRER, CANO, BARRANCOS, LAVRIN (2006). O caso argentino é abordado por CARMEN FEIJOO (2002, p.177-210), e, em conjunto com o caso uruguaio, por GIL (2006, p.881-902). O caso chileno é brilhantemente analisado por BARRIG (2002, p.578-609), por RÍOS (2002, p.297-330), e, em conjunto com o caso peruano, por IGLESIAS (2006, p.923-945). Uma análise focada na ‘participação política das mulheres’ nos casos colombiano e venezuelano pode ser vista em DUEÑAS-VARGAS (2006, p.597-618). As ‘cinco viagens’ do feminismo colombiano são abordadas em WILLS (2002, p.411-448). Os ‘feminismos à brasileira’ são analisados por RAGO (2006, p.863-880) e são também objeto de análise de ALVAREZ (1990), PINTO (2003), COSTA (2005). Em tempo, devido à perspicácia e à sua ênfase na relação entre Estado e feministas, inseri o exame do feminismo mexicano elaborado por LAMAS (2006) no conjunto desta revisão.

mais de entender as fronteiras delineadas por essa forma de identificação e os contextos nos quais essa identidade entra em questão ou em disputa.

A inspiração da qual se parte aqui é a diferenciação proposta por Melucci, por ele denominada de “decomposição analítica”²⁵, entre o caráter empírico do movimento entendido como sistema de ações e relações e sua definição analítica assentada numa forma específica de identificação coletiva, assentada nas suas fronteiras identitárias significativas.

Quanto a esse ponto, o feminismo é um movimento social em sua acepção clássica e ao mesmo tempo uma forma de identificação e de autoidentificação, sendo estas duas últimas o aspecto que interessam mais de perto para nossa pesquisa. A escolha do feminismo como um marcador de fronteira identitária importa especialmente para evitar um tipo de raciocínio comum nos estudos de movimentos sociais segundo o qual o movimento é definido, antes de tudo, a partir de sua visibilidade. Neste sentido, os movimentos tendem a ser concebidos por seu repertório público de ação como, por exemplo, ocupações, protestos de rua ou conflitos com forças de segurança. Contudo, ao concentrar-se na visibilidade e na concretude empírica da ação coletiva, essa chave interpretativa acaba por decretar o refreamento dos movimentos sociais (com seus vários nomes correlatos: retrocesso, derrota, desmobilização²⁶) e também da militância feminista, dado que tal chave não vê onde, concreta e positivamente, estaria o movimento: “O que aconteceu com aquelas 20 mil mulheres que, em 1989, lotaram o estádio Santa Laura para comemorar o 8 de março e celebrar o retorno da democracia?”, se indaga ao falar do movimento feminista chileno M. Ríos (2002, p. 309).

²⁵ Cf. Melucci (2001). As asserções do italiano quanto à distinção propriamente analítica para os estudos de movimentos sociais tendem a se coadunar com nosso quadro teórico mais amplo, pois Melucci foi um dos primeiros teóricos a apontar para um duplo fato: o que é denominado geralmente de ‘movimento’ não é naturalmente homogêneo e nem unificado, e, daí, o fato de quantias significativas de energia e recursos serem investidas na manutenção da imagem homogênea e pacificada do movimento. Para o que nos interessa, vamos nos inspirar em uma das “dimensões analíticas básicas” por ele proposta, a ‘solidariedade’(1989, p.57) e renomeá-la com a alcunha de ‘unidade de sentido’, para, mais adiante, enfatizar a significação compartilhada entre aquelas mulheres em cujas formas de mobilização, desde fins do regime autoritário paraguaio, ‘feminista’ aparece como uma distinção identitária autorreferenciada.

²⁶ Impossível não perceber os eixos do debate que vêm atravessando as análises sobre os feminismos sulamericanos, em particular, quanto à adjudicação do seu êxito – político, virtual, simbólico (na pior acepção do termo), difuso, póstumo... M. Barrig, por exemplo, parece ironizar algumas análises nostálgicas: “Onde está o *Movimento*, se perguntam recentes artigos e estudos, ainda sujeitos ao mar lilás e às flores brancas do 08 de março (...); o *Movimento* já não é mais a agregação de grupos e pessoas, contesta uma feminista estadunidense, é só um discurso” (BARRIG, 2002, p.578); nessa mesmo registro, “[a] efervescência da mobilização feminista teve vida curta. (...) Na América Latina, o ciclo de consciência de gênero e ativismo foi rapidamente revertido quando regimes eleitos se acomodaram em um modelo de transição seguro”(MONTECINOS, 2003, p.363). Em sentido oposto, “[é] comum ouvir entre amigos”, diz Ana Alice Costa sobre o caso brasileiro, “que o movimento feminista acabou. Acredito que essa é também uma afirmação comum em muitos outros países, em especial da América Latina. Eu sempre respondo: o feminismo enquanto movimento social nunca esteve tão vivo, tão mobilizado, tão atuante como nesse início de século, de milênio. Talvez tenha mudado de cara, já não ‘queima sutiã’, raramente faz passeata e panfletagem, o que não significa dizer que tenha perdido sua radicalidade, abandonado suas lutas, se acomodado com as conquistas obtidas ou mesmo se institucionalizado” (COSTA, 2005). Já autoras como C. Pinto e S. Alvarez falam persuasivamente em ‘difusão’ ou ‘multiplicidade’ de discursos e identidades feministas.

Nosso caminho é outro: ao invés de ficar refém desses ou de outros marcadores de visibilidade, esta tese busca entender como ambos, o feminismo como unidade de sentido e o predicado ‘feminista’ como forma de identificação, se originaram e se difundiram no Paraguai, para, a partir daí, iluminar suas principais vozes e múltiplas faces, bem como os efeitos e dilemas advindos da interação de suas portadoras com a institucionalidade política daquele país.

Vale notar desde já que a existência de um movimento feminista no Paraguai é, para algumas de suas ativistas, alvo de controvérsia: em entrevista a feminista de longa data na militância e atual Ministra da Secretaria da Mulher, Gloria Rubin, hesita: “É muito perigoso responder” – contesta ela à questão ‘como vai o movimento’ – “creio que não há um movimento feminista, tem pequenos grupos, movimentos... (...) pessoas, grupos, ONG, dentro dos partidos há uma ou outra individualidades, e atividades concretas como os Encontros Feministas que acontecem todos os anos” (RUBIN, 2008, p.18-19)²⁷. Mesmo que de forma oblíqua, tal depoimento evidencia a idealização projetada, não sobre o feminismo, mas sobre a ideia de movimento, pois afinal o que faltaria nessa lista para a caracterização de um movimento feminista? Se ficássemos apenas com os dados que Gloria Rubin nos passa – pessoas, grupos, encontros, frações partidárias – e se fosse possível distinguir aí as fronteiras identitárias que fazem deles uma unidade de sentido, já teríamos conteúdo empírico mais que suficiente para a delimitação de um movimento tal como analiticamente o havíamos definido. Essa ideia de que não há feminismo no Paraguai é também reproduzida pela educadora feminista de uma ONG de Assunção ligada a desenvolvimento rural, Elizabeth Duré, que diz:

“É possível nomear e assumir a existência de um movimento feminista no Paraguai? Em sua concepção com espaço que integra militantes e mulheres comprometidas com ideias feministas, [sim,] é possível. Mas, para além da CMP, uma expressão organizativa, com propostas feministas, reconhecida em sua luta pelos direitos das mulheres (...), não foi concebido um espaço de militância do pensamento feminista (...).

Em espaços políticos tradicionais, como os Partidos Colorado e PLRA [Liberal], também se encontram, sobretudo, mulheres com sensibilidade de gênero e algumas mulheres feministas. Elas conseguiram avançar em certas conquistas, como a cota de participação (...). Novos espaços políticos como Encontro Nacional, País Solidário, Pátria Querida, postulam claramente a igualdade de direitos entre mulheres e homens.

(...)

Quanto as correntes feministas, no Paraguai não se distinguiram correntes fortes como aquelas que apareceram no âmbito mundial. (...) O feminismo institucionalizado foi o que mais força teve nos últimos anos” (DURÉ, 2005, p.53-54) (Grifo meu).

²⁷ RUBIN, Glória. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff (2008). Posição quase igual à de Gloria Rubin pode ser vista em ‘*Hacia una presencia diferente*’, obra na qual as pesquisadoras da *Area Mujer* do CDE (Centro de Documentação e Estudos) mesmo depois de falar de ‘adscricão feminista’, ‘ações impulsionadas por feministas’, ‘organizações de mulheres feministas’ e ‘influência’ destas últimas, ainda insistiam na ‘inexistência de um movimento feminista’ (CDE, 1992, p.70-ss; p.108-ss).

O destaque na citação de Duré serve para lembrar que nossa hipótese de pesquisa, relativamente à incorporação estatal da 'perspectiva de gênero', tem algum alcance. Mas, diferentemente do que se pode imaginar, esse trecho no qual se vêem difusão de ideias feministas e grupos orientados por tais ideias, com ênfase nos partidos políticos, não leva a autora à constatação de um feminismo paraguaio: "Resumindo, o feminismo teve presença em diferentes núcleos e espaços políticos a partir da proposta de mulheres feministas, mas não se pode afirmar a existência de um movimento feminista no Paraguai" (DURÉ, 2005, p.54). Em sentido oposto a esse, como veremos o feminismo paraguaio não apenas tem uma gênese a partir da qual esses 'espaços políticos' citados por Duré puderam identificar-se com o discurso feminista, como ele também está atravessado por faces e vozes feministas que tanto ultrapassam quanto interpelam o 'feminismo institucionalizado' no Estado paraguaio.

Voltando ao quadro mais amplo dos feminismos sulamericanos, instiga o forte paralelismo encontrado entre eles. Trajetórias coletivas, coalizões, estratégias, dilemas, disputas e divisões internas ao movimento, as imagens e argumentos levantados pelas feministas, suas tensões com os partidos, seus conflitos geracionais, os processos de profissionalização e 'ONGuização', a tendência a operar dentro daquilo que S. Alvarez e outras cunharam como a 'lógica da *advocacy*' – tudo isso, apenas para citar de forma telegráfica, atravessa a quase totalidade dos exemplos da militância feminista nos países da América do Sul.

Marca comum entre as análises pode ser vista no destaque dado às chamadas 'feministas históricas', definidas como uma geração de militantes "predominantemente brancas, de classe média e com formação universitária" (ALVAREZ, 2002, p.395)²⁸. Na maior parte dos casos, a performance das 'pioneiras', ou 'fundadoras' como também são chamadas, se deu ainda sob um clima político autoritário, mas, a despeito de serem reconhecidas por seu empenho e investimento iniciais nas formas e espaços de articulação feminista, elas são, em geral, alvo de dura crítica. Em diferentes contextos, as 'históricas' são acusadas de terem acionado o 'feministômetro', que serviria como um teste de veracidade de quem é ou não feminista, são acusadas de monopolizar espaços de recrutamento de novas gerações de feministas e, ainda, de controlar de forma autoritária a orientação assumida pelas suas organizações na relação mantida com outros atores, em especial, com os governos nacionais²⁹.

²⁸ Para definições muito próximas a essa, com ênfase respectivamente no perfil 'intelectual' e 'profissionalizado' das históricas, ver RAGO (2006, p.866) e GROSSI (1998, p.5).

²⁹ Para uma crítica às 'históricas' chilenas, ver RÍOS (2002, p.322-ss). Para uma crítica feita pelas próprias 'históricas', no caso colombiano, ver WILLS (2002, p.422). Em nota, S. Alvarez et al citam como as 'históricas' foram descritas: "aquelas fundadoras do feminismo que se apropriaram dele para si próprias, e que empregam categorias

De frente para esse mar de críticas, do ponto de vista de nossa tese, vale apenas reconhecer a posição de centralidade ocupada pela geração das 'históricas' na vanguarda do movimento, em quase todos os casos sulamericanos e também no Paraguai, para então perscrutar as batalhas e as aporias advindas do exercício de tal liderança.

Outro traço importante na militância feminista sulamericana são as divisões que lhe compõem internamente, bem como aquelas caudatárias de divisões sociais mais amplas. No rol do primeiro grupo de divisões, a mais elementar oposição foi autônomas *versus* institucionalizadas que, no bojo da profissionalização da militância e da incorporação estatal da chamada 'perspectiva de gênero', se transformou, dando lugar às demais formas de divisão. Outros dois pares que repetidamente surgem nas análises são vistos no embate entre 'feministas e políticas' e também entre 'militante *versus* técnica', cujos 'muros imaginários'³⁰ parecem ter sido erodidos sob influência da Conferência Mundial da Mulher em 1995 e ainda, na recorrente oposição entre 'políticas e intelectuais' que traz à baila a tensão provocada pela aproximação com os atores partidários.

Já no grupo de divisões mais amplas entram marcadores sociais como raça, classe, pertencimento étnico e orientação sexual, que por caminhos específicos levam a um mesmo dilema: o difícil ponto de equilíbrio, necessário para a formulação de argumentos e reivindicações, entre o reconhecimento da desigualdade de poder e de recursos existente entre as mulheres e a construção de pontes entre elas ou mesmo de uma unidade forjada em torno delas³¹. A mobilização das feministas negras no Brasil e a contestação das identidades indígena e campesina no caso chileno, mexicano, boliviano e peruano, ilustram de forma nítida como as clivagens sociais atravessam irremediavelmente a luta feminista. No recorte de classe (cuja dinâmica de reprodução empírica não é de modo algum exterior às formas étnico-raciais de diferenciação social³²), sobressai na literatura a já consagrada divisão entre movimento de mulheres e movimento feminista, que conjuntamente designam o que vem sendo chamado de movimento amplo de mulheres. Tendendo a variar conjunturalmente, as relações entre as duas partes não são alvo de rotulação fixa e o ponto distintivo entre ambas está tanto nas suas

que não apenas são obsoletas como também discriminatórias contra as mulheres que estão chegando no movimento" (GARGALLO *apud* ALVAREZ et al, 2003, p.549).

³⁰ Termo de Wills (2002, p.421).

³¹ Cabe notar que a construção de pontes e de uma unidade é uma necessidade mesmo para aquelas mulheres que partilham um mesmo discurso ou disposições sociais e orientações políticas próximas ou comuns. Como observa Lamas (2006, p.903) em tom crítico e autocrítico, a unidade pressuposta entre as feministas, denominada por ela de *mujerismo*, é altamente nociva ao movimento, pois tal unidade é e deve ser sempre construída e negociada.

³² Ou, na síntese de Nancy Sternbach e outras, "[Black] and Indian feminists in Latin America argued that race, like class, is constitutive of gender consciousness and oppression and that their interests as women were not identical to those of white or mestiza Latin American women; that is, that one's lived experience of gender encompasses class and/or race specific dimensions"(STERNBACH et al, 1992, p.426).

origens de classe quanto, mais especialmente, na natureza dos objetos de tematização e dos argumentos levantados em torno de tais objetos. Em contextos autoritários, a exemplo do Brasil de meados dos anos 1970, a reivindicação por melhores condições de vida e de moradia e o acionamento de imagens que colam papéis familiares à mulher, chamada de ‘maternidade militante’ (ALVAREZ, 1990, p.50-51), contrastava fortemente com o discurso feminista, de base universitária e intelectualizada, mais voltado para questões voltadas ao uso do corpo, à intimidade ou à igualdade entre homens e mulheres.

Com o restabelecimento de regimes políticos democráticos, embora não seja desprovida de tensões, a relação entre os dois tipos de movimento parece cada vez mais caminhar na direção de diálogos e de pontes recíprocas. Isso é tanto mais verdade se considerados os processos de ONGuização e profissionalização de parte das organizações feministas, que passou a atuar como ‘especialistas de gênero’ e, ao mesmo tempo, passou a ver as mulheres das camadas populares como alvo, de modo a operar a partir de uma identidade híbrida simultaneamente ‘profissional-movimentista’³³.

Aqui cabe uma ressalva com relação ao uso da noção de gênero e matizar em que registro a utilizamos. Embora no debate brasileiro tal noção tenha como marco fundamental a tradução do texto de Joan Scott, o gênero entendido como categoria que designa o caráter sociocultural das diferenças sexuais e das desigualdades a elas ligadas, teve seus antecedentes teóricos e históricos (NICHOLSON, 2000; FLAX, 1991), cuja recompilação exaustiva, seja em função da superação da ideia (politicizada, porém reificada) de ‘mulher’ ou da crítica aos limites da noção de patriarcado, não seria frutífera nos limites deste trabalho. Caudatário dos argumentos feministas da segunda onda, o gênero enfatiza o fato de que as diferenças sexuais não são nem fixas, nem essenciais, nem biológicas. Além disso, a noção permite identificar as instituições e formas através das quais a divisão sexual do trabalho organiza a realidade social, com base em representações sobre os mundos público e privado e em posições (sexuadas) de sujeito supostamente a eles correlatas.

Contudo, a noção de gênero no todo desta tese não deve ser tomada em sentido analítico, mas antes em registro empírico, ou seja, tal como ela é entendida e empregada pelas organizações pesquisadas e pelos documentos forjados nos laços e aproximações entre elas e a institucionalidade estatal. Em registro positivo, irão aparecer ideias como ‘perspectiva’, ‘padrões’ ou ‘dinâmicas de gênero’. Certamente, essas formas empíricas de uso e significação não estão descoladas de diferentes níveis da acepção mais teórico-acadêmica da noção, em especial, nos casos em que falas e argumentos das feministas paraguaias enfatizam o caráter

³³ Cf. Alvarez (1998, p.274).

não-natural da diferença sexual³⁴. Não se trata, portanto, de uma análise de gênero e tampouco de tomá-la como noção autoevidente; trata-se, antes, de uma análise dos usos do 'gênero', das funções político-culturais por ele desempenhadas nos projetos e discursos, nas relações e embates entre atrizes, instituições e atores perscrutados.

Essa diferenciação entre o uso analítico do gênero e a inquirição do seu sentido empírico é tanto mais importante se observarmos que os anos 1990, em praticamente todos os países latinoamericanos, foram marcados pela incorporação estatal da chamada 'perspectiva' ou 'agenda de gênero'. Essa incorporação, por um lado, foi produto daquela forma híbrida de mobilização das feministas que, desde meados dos anos 1980, situadas entre o movimento de mulheres e o ativismo profissionalizado, se inseriram em aparatos político-públicos e, com elas, trouxeram uma série de discursos feministas. Em diferentes casos nacionais, os órgãos públicos advindos dessa onda de institucionalização estatal têm vários pontos em comum: seja sob a forma de Ministérios ou de Secretarias estaduais e municipais, esses órgãos tendem a ser 'profundamente partidarizados', desligados do movimento amplo de mulheres, e tendem também a ocupar posições desprivilegiadas na hierarquia político-burocrática, não contando com recursos materiais e humanos suficientes e adequados às suas missão e reprodução institucionais³⁵.

Por outro lado, como atestam a maior parte das análises, um divisor de águas na década de 1990 e passo decisivo nos processos de incorporação da 'perspectiva de gênero' foram as Conferências mundiais realizadas pelas Nações Unidas sobre 'população e desenvolvimento' no Cairo, em 1994, e sobre 'mulher' na capital chinesa, no ano seguinte; esta última conferência "teve, sem dúvida, um imenso impacto na política do movimento feminista e nas políticas de gênero por toda a América Latina e Caribe" (ALVAREZ et al, 2003, p.554)³⁶. Em seus documentos e resoluções, as reuniões do Cairo e de Beijing legitimaram a perspectiva civil-feminista frente a seus respectivos Estados e, como veremos no tópico dedicado à ida do Paraguai ao encontro internacional na China, abriram uma série de disputas em torno do

³⁴ Vale relembrar que em nossa hipótese de pesquisa a ideia de 'perspectiva de gênero' vinha diferenciada por aspas simples. Na hipótese dizíamos que a incorporação da 'perspectiva de gênero' era um efeito produzido pela interação entre feministas e atrizes político-institucionais. Tal diferenciação serve para indicar o caráter significativo e positivo a ser inquirido e matizado no bojo dos projetos políticos que se valem do 'gênero'.

³⁵ 'Profundamente partidarizado' é termo de ALVAREZ (1990, p.243-ss). Sobre a vida curta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, ver PINTO (p.68-72) e, em nível local, GALGANI & SAID (2002, p.229-ss). Sobre o caso chileno, ver IGLESÍAS SALDAÑA (2006, p.934-35) e MONTECINOS (2003); sobre as descontinuidades institucionais no caso colombiano, ver DUENA-VARGAS (2006, p.615-16) e WILLS (2002, p.432-ss); sobre a 'Subsecretaria da Mulher' dentro do Ministério da Saúde argentino, ver FEIJOO (2002, p.188).

³⁶ M. Lamas afirma textualmente que "essas conferências da ONU legitimam o discurso feminista na esfera pública nacional como 'perspectiva de gênero'" (2002, p.914). Já M. Wills (2002, p.419), ao falar do feminismo na Colômbia, designa a Conferência Mundial sobre a Mulher como um 'marco', mesmo termo utilizado por uma militante paraguaia para falar de Beijing (MARTINEZ, 1995, p.11). Ver, ainda sobre Beijing, Carmen Feijoo (2002, 198-ss). Os dilemas peruanos no seguimento à Conferência do Cairo são analisados por M. Barrig (2002, p.587-ss).

'gênero' nas quais se opuseram, em várias arenas nacionais, o conservadorismo católico e as vozes feministas.

O feminismo foi, então, “das margens ao centro” – expressão comum de E. Wills (2002, p.432) e V. Schild (2001, p.158); “[a] política feminista lentamente se trasladou dos bairros populares aos corredores dos ministérios e dos Congressos”, diz M. Barrig (2002, p.579). Esse traslado pode ser ponto pacífico na análise dos feminismos sulamericanos, mas o sinal a ele atribuído, ou seja, decidir se e em que medida a incorporação e a institucionalização estatais da ‘agenda de gênero’ são positivas ou negativas, parece algo bem mais complicado. A complicação aqui gira em torno daquilo que L. Tatagiba (2007) vem denominando de tensão entre a eficácia e a autonomia dos movimentos, com implicações para nossa segunda hipótese parcial. Por um lado, para colocar em prática parte importante de seu projeto político, a fração altamente profissionalizada do movimento feminista passou a operar por dentro da lógica político-institucional, servindo aí como ‘experts’, ‘tecnocratas’ de gênero, ou sendo apenas tachadas de ‘institucionalizadas’³⁷. Por outro lado, essas mesmas relações travadas com o sistema político encerraram um ‘mal-estar’ ou vários ‘paradoxos’³⁸, na medida em que colocam em risco o que V. Vargas chamou de negociação-crítica das feministas com seus interlocutores político-institucionais. No meio desta tensão comum aos casos analisados, estavam as feministas que decidiram enveredar pela senda da política consagrada. Afinal de contas essas militantes “deveriam (...) ser vistas simplesmente como a vertente da *advocacy* do movimento, estariam elas se ‘vendendo’, ou, pior ainda, seriam elas ‘traidoras’ da causa feminista?” (ALVAREZ et al, 2003, p.550).

Se os pontos comuns e convergentes entre os movimentos feministas da América do Sul impressionam, isso não deve obliterar o reconhecimento de que cada um deles encerra também uma especificidade. Se suas particularidades, por um lado, se devem à conformação e à variedade étnico-culturais de suas respectivas sociedades, por outro, estão ligadas à herança

³⁷ ‘Expert’ é termo de S. Alvarez (1997); ‘tecnocratas’ é utilizado por Montecinos (2003) e por Wills & Zambrano (2002, p.430-ss), ao passo que ‘institucionalizada’ é o termo corrente na pugna entre feministas chilenas, analisada por Ríos (2002).

³⁸ ‘Mal-estar’ é termo utilizado por Iglesias (2006, p.935); sobre o mesmo caso, Ríos utiliza ‘mal-estar coletivo’ e ainda ‘paradoxo’, para dizer que o feminismo no Chile logrou muitas conquistas e (por conta da natureza institucional dessas conquistas) se desmantelou: “junto dessas conquistas”, diz Ríos, “há um consenso no reconhecimento de que a presença pública do movimento de mulheres, incluindo aí o feminista, se desfez [*se ha desdibujado*, no original] (...). Paradoxalmente, as vozes feministas foram se extinguindo ao mesmo tempo em que suas propostas e demandas se massificam” (2002, p.298). *Como se desmantelaria algo que, de fato, se massifica?* Note: ela mesma diz que, “atualmente, é impossível calcular o número de mulheres que se dizem/sentem/aderem ao feminismo no país” (p.315). Como já vimos, o problema aqui é a idealização de cunho positivo implicada no conceito de movimento social a partir do qual ela raciocina e do qual ela se ressent: “O cenário político feminista [chileno] evidencia a falta de referentes coletivos (...), [de] coletivos de reflexão e ação, [de] organizações sociais estruturadas sobre a base da participação voluntária (...); em síntese, a falta de espaços para a militância social e política entendida na acepção mais clássica” (2002, p.320). Ao não todos esses critérios, ou alguns deles, a autora só pode concluir que o movimento feminista, no Chile, se desmobilizou, se fragmentou ou mesmo inexistiu enquanto tal.

político-institucional própria a cada caso nacional. Neste sentido, a atuação das feministas paraguaias, por exemplo, em um contexto marcado pela longevidade do último regime autoritário paraguaio, que durou de 1954 a 89, difere do governo militar brasileiro de vida média (1964-85), e ambos, por sua vez, diferem do breve porém brutal caso argentino (1976-83). As especificidades dizem também respeito às bases institucionais e ideológicas sobre as quais se assentou a reprodução dos governos militares, assim como à intensidade variada do emprego ilegítimo da violência em as fases de maior ou menor repressão. Esses fatores em conjunto emprestam sentido e ritmo específicos aos processos de construção democrática e, por conseguinte, ao papel aí ocupado pela mobilização feminista, em particular, e às formas civis de resistência, em geral. Tal como vínhamos falando com C. Tilly e com os teóricos da construção democrática, essas heranças histórico-institucionais importam. Elas delinham em grande medida o espaço dos interlocutores e das negociações no qual as feministas sulamericanas viriam, nos anos 1980 e 90, a tentar desempenhar um papel relevante, como de fato o fizeram, nas redemocratizações. No caso paraguaio, esta herança político-institucional foi legada pelo autoritarismo do governo de Alfredo Stroessner.

Antes de passar à exposição de alguns traços do longo governo militar stronista, vamos apresentar as organizações e redes feministas que delimitam nosso objeto de pesquisa, bem como as fontes a partir das quais empreendemos nossa análise.

1.3. Delimitação do objeto e tratamento dos dados

Esta seção apresenta brevemente os quatro grupos civis que, em sua relação com a institucionalidade paraguaia, constituem centralmente meu objeto de pesquisa. Eles são: a Coordenação de Mulheres do Paraguai (CMP), a Rede de Mulheres Políticas (RMP), a Coordenadoria Nacional de Organizações de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas (CONAMURI) e o capítulo paraguaio do Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM-Paraguai). A apresentação dessas atrizes vem aqui acompanhada de uma pequena referência ao contexto no qual foram coletados os dados durante as duas etapas de pesquisa de campo realizadas em abril e novembro de 2008. A seleção destas organizações responde ao critério de autoidentificação, quer dizer, elas foram selecionadas porquanto se definem feministas. Essas articuladoras, suas organizações e atrizes individuais mantiveram, desde fins do regime autoritário até o ano 2008, vários tipos de relação com diferentes partes do tecido institucional paraguaio e se identificam como feministas. De olho em nossos objetivos, importa entender os projetos políticos dessas articuladoras e como eles se relacionam com contextos mais, ou menos, oportunos.

A primeira e mais importante articuladora civil no processo de aproximação junto ao Estado paraguaio é a Coordenação de Mulheres do Paraguai. O peso atribuído a essa rede feminista de organizações civis se deve, como veremos adiante, ao fato de que a CMP desempenhou um inegável protagonismo na sequência e na intensidade das formas e pontos de contato com a institucionalidade estatal. Fundada em 1988, a Coordenação é internamente composta por organizações civis, a maior parte delas organizações não-governamentais, cuja área de atuação está voltada exclusiva ou parcialmente para temas relacionados a ‘mulher’ ou ‘gênero’. Entre as organizações que trabalham de forma exclusiva com tais temas, é possível situar o Coletivo 25 de Novembro, organização que até hoje compõem a Coordenação e que trabalha na prevenção e assistência a mulheres em situação de violência e de risco. Nesta mesma área de atuação, poderia citar a Fundação *Kuña Aty* (reunião de mulheres, em guarani), organização integrante da CMP até meados de 2007, quando se desligou desta última, e cuja líder principal – a feminista ‘histórica’³⁹, Gloria Rubin – que desde o início do mandato de Fernando Lugo ocupa o cargo de Ministra da Secretaria da Mulher.

A menção à saída da Fundação *Kuña Aty* de dentro da CMP importa aqui por duas razões. Primeiramente, ela serve para indicar a dificuldade em situar exatamente quantas e quais organizações civis compuseram ou compõem a Coordenação ao longo de quase duas décadas. Embora conte, desde sua fundação até hoje, com a participação contínua e ativa de um mesmo grupo de pessoas e organizações integrantes, a articuladora feminista tem sua história permeada por uma série de tensões e conflitos, significativamente traduzida na variação encontrada, em diferentes fases, no número total de organizações participantes.

Em segundo lugar, a menção à saída da Fundação *Kuña Aty* permite entender e, sobretudo, relativizar a situação na qual encontrei, com os fins da pesquisa, a Coordenação. Não foram poucas as entrevistas em campo nas quais escutei, por parte de militantes de fora da CMP e de algumas de suas ex-integrantes, que ela estava ‘morta’, ‘falida’, ou ainda que a Coordenação ‘sequer alcança quorum nas reuniões’. Ou seja, durante meu período de pesquisa parecia haver uma crise interna aguda, pela qual a Coordenação estava passando ou talvez da qual ela estivesse saindo. Seja como for, tal crise será abordada no décimo capítulo e será compreendida à luz dos embates geracionais que então permeavam a CMP e, em especial, à luz do contexto de rearranjo interno e externo pelo qual a articuladora passou no bojo da última gestão colorada, desde 2003, e por ela potencializado. Portanto, menos do que se juntar ao

³⁹ Feminista ‘histórica’ é a designação atribuída a algumas personagens individuais da luta feminista, cuja performance é amplamente reconhecida dentro e fora do amplo campo de mobilização de mulheres. Adiante, ao tratar dos paralelos entre feminismos sulamericanos, voltaremos a essas personagens.

coro do réquiem da Coordenação e aceitar os depoimentos coletados por si próprios, vou inseri-los em uma interpretação mais ampla do processo no qual eles se enraízam e ganham sentido.

À diferença da CMP, a Rede de Mulheres Políticas não é uma articuladora, mas uma organização civil que agrupa militantes da maior parte dos partidos políticos do país. Como veremos, a RMP foi criada pelas lideranças da chamada Multisetorial de Mulheres do Paraguai, cujo projeto político, por sua vez, tomou como alvo a criação de um órgão ministerial dedicado à formulação de políticas de gênero. Por meio de quais argumentos a ‘Multisetorial’ conquistou o reconhecimento institucional reivindicado e como, no rastro de nossos objetivos de pesquisa, esta conquista teve efeitos sobre a sua fração líder, serão algumas das questões abordadas ao longo da tese.

A terceira organização selecionada é a Coordenadoria Nacional de Organizações de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas. A gênese de CONAMURI se deu entre os anos de 1999 e 2000, e suas estratégias de interpelação dirigidas às autoridades político-institucionais passam pelos olhos da opinião pública paraguaia e assuncena, em particular. Na base dessas estratégias está um projeto político cruzado por dimensões de classe e de gênero. A ação dessas mulheres ‘socialistas feministas’ se dá em um contexto atravessado pelas heranças da maior convulsão social da história do Paraguai pós-ditatorial: o *Marzo* paraguaio. O espírito fundamentalmente público dessas heranças e como elas permearam a mobilização da fração feminista do campesinato mobilizado serão observados no nono capítulo.

Por fim, a quarta articuladora feminista selecionada é o capítulo paraguaio do Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM-Paraguaio). A rede tem sede em praticamente todos os países da região e atua a partir de uma noção ampla de direitos – humanos, sexuais, reprodutivos. No Paraguai, CLADEM surgiu apenas ao início do século XXI, em um contexto duplamente em transformação: ao mesmo tempo em que transcorria uma série de mudanças geracionais, temáticas e identitárias dentro dos limites do feminismo, a entrada do último presidente colorado do período pós-ditatorial, Nicanor Duarte Frutos, iria também direta e indiretamente reorganizar os pontos de contato entre partes do movimento e partes da institucionalidade paraguaia. No último capítulo serão observadas a natureza ‘sócio-jurídica’ do projeto de CLADEM-Paraguai e sua recente consolidação no campo feminista de mobilização.

O acesso aos dados empíricos que nutriram a pesquisa foi possibilitado inicialmente pelas entrevistas realizadas em campo. Realizei nas duas fases de pesquisa um total de 55 entrevistas. Entre elas, estão 40 representantes ligadas às quatro organizações civis selecionadas, 09 funcionárias e ex-funcionárias da Secretaria da Mulher, e ainda 06

interlocutores civis e estatais dessas organizações. Especialmente com algumas das feministas ‘históricas’, como Esther Prieto e Line Bareiro, cheguei a repetir duas ou três vezes nossos encontros. De caráter aberto, as entrevistas tinham como objetivo redesenhar a trajetória delas e basearam-se no seguinte plano: ‘como começou a sua militância’, ‘já trabalhou para ou na Secretaria da Mulher’, ‘onde atua neste momento e por quais organizações civis já passou’, e a questão, ‘como é/foi a relação de sua organização com a Secretaria?’. Esse mesmo roteiro foi traduzido para a realidade do funcionalismo público: ‘desde quando você está na Secretaria’, ‘como foi sua trajetória dentro dela e qual seu primeiro posto aqui’, e ‘como é a relação de seu departamento com a sociedade civil’.

A abertura implicada no plano de entrevista me aproximou de forma bastante forte do universo de mobilização das mulheres entrevistadas, das suas trajetórias e das posições que elas julgam ocupar nas oposições e conflitos desse universo. No entanto, ainda que tenham sido bastante longas, chegando por vezes a mais de duas horas de escuta, as entrevistas não contribuíram de forma substantiva para reconstruir os momentos um pouco mais distantes no tempo e que dissessem respeito à aproximação de outrora entre suas organizações e autoridades político-institucionais. Um exemplo disso está nas memórias e relatos sobre a Convenção Constituinte, ocorrida entre 1991 e 1992 no país, a respeito da qual pouco ou quase nada foi dito nas entrevistas. As falas, portanto, se concentraram no contexto mais imediato, isto é, no mandato presidencial que coincidentemente terminava à mesma época da realização da pesquisa de campo. Isso não significa que os depoimentos sejam desimportantes no todo da pesquisa; significa apenas que eles devem ilustrar nosso argumento em seu cotejo com os documentos de cada caso aventado. Assim, a reconstrução dos projetos políticos levantados organizações feministas, ao longo do período delimitado, tem como fonte fundamental os documentos produzidos nas interações sócio-estatais e a respeito delas, e, de modo complementar, se dá com base nas falas coletadas nas entrevistas.

A maior parte desses documentos foi retirada do *Anuario Mujer*, síntese anual publicada pela Área Mulher do Centro de Documentação e Estudos (CDE), uma das mais antigas e renomadas ONGs do Paraguai e organização de peso dentro da Coordenação de Mulheres do Paraguai. Atualmente dividido em duas áreas de atuação⁴⁰, áreas *Mujer* e *Sociogremial*, o CDE congrega especialistas em Ciências Sociais, cuja produção de conhecimento está voltada para outras organizações sociais e pretende auxiliar na construção de bases e consensos para a

⁴⁰ A gênese dessa ONG remonta aos tempos do stronismo, quando ainda levava a denominação de ‘Banco Paraguaio de Dados’ até ter sido fechado, em 1983, pelo regime ditatorial. Embora não haja aqui espaço maior para uma história dessa organização, é preciso dizer que parte significativa da reflexão intelectual de corte democrático do país passou e passa por essa organização e por seus líderes, dentre os quais já estiveram José Carlos Rodríguez, Benjamin Arditi, Line Bareiro, dentre tantos outros. Para mais dados, veja-se www.cde.org.py.

democratização do país. No que toca à mobilização feminista, as pesquisas levadas a cabo no CDE têm formado gerações de pesquisadoras, como Line Bareiro e Clyde Soto, por exemplo, e com atuação bastante intensa e expressiva na Coordenação de Mulheres do Paraguai.

Produzidos durante toda a década de 1990, os *Anuarios Mujer* encerram uma espécie de memória do movimento amplo de mulheres e formam um de nossos principais eixos de dados. Cada *Anuario* tem a seguinte divisão: primeiramente, são expostas análises sobre os principais eventos sócio-políticos e sobre as arenas e temas da mobilização de mulheres no país relativos ao ano a que se refere o volume; essas análises são, em geral, assinadas por participantes da Coordenação de Mulheres do Paraguai e do próprio CDE. Em seguida, é apresentada uma cronologia dos eventos relativos ao movimento, ocorridos mês a mês. Por fim, são compilados os documentos que marcam tomadas de posição pública, acordos ou convênios civis/estatais e que foram publicados e debatidos durante o período correspondente.

Exemplo de documento publicado pelo anuário de 1994 é '*Mujeres paraguayas camino a Beijing*' (CMP, 1994), que foi resultado de uma série de arenas de consulta lideradas pela Coordenação no contexto das preparações da IV Conferência Mundial da Mulher. Vários detalhes a respeito desse processo ao redor da conferência estão descritos no texto '*En Paraguay no hay terremotos, pero hay mujeres que movilizan todo*', de Carmen Vallejo, feminista àquela época integrante do CDE e da CMP. Tal como me foi explicado em entrevista, embora tenham autoria individual, os textos do anuário circulavam entre as demais colegas da articuladora feminista que podiam, ou não, fazer críticas e sugerir modificações antes de sua última versão. Importante notar que a publicação da maior parte dos *Anuarios Mujer* se deu com um intervalo de tempo entre o ano da publicação e o ano a que se refere cada volume⁴¹. Relativamente a estes dois exemplos, embora se trate do anuário de 1994, sua publicação se deu apenas em 1997, daí então a referência CDE (1997 [1994]) e VALLEJO (1997 [1994]). Contudo, esse lapso editorial não compromete a qualidade do dado empírico. Isso porque documentos como aquele '*Camino a Beijing*', produzidos por organizações feministas ou por instituições, ou por ambas em situações de interação, foram reproduzidos nos anuários em suas datas e versões originais – daí, então, a referência a CMP (1994).

Eixo importante de dados foi construído a partir da cronologia, publicada nos anuários, a respeito das atividades e práticas mensalmente desenvolvidas pelas organizações e redes do feminismo paraguaio. Neste tipo de dado consta, em geral, a atividade desenvolvida, o público e/ou local, bem como seus eventuais apoiadores e/ou oponentes. As práticas e arenas

⁴¹ A lista dos anuários, de 1989 até 1999, com suas respectivas datas originais de publicação, segue ao final da tese no espaço reservado às fontes.

feministas foram agrupadas em função de três contextos distintos da política institucional paraguaia: o primeiro deles, entre 1989 e 1990, período imediatamente posterior ao fim do regime ditatorial paraguaio; o segundo, entre 1998 e 1999, ano no qual o maior ciclo de protestos da história recente do país selou o respeito das elites partidárias à institucionalidade democrática; e o terceiro, entre 2004 e 2005, quando do último mandato presidencial colorado do período pós-ditatorial.

Exemplo de dado retirado da cronologia do anuário é:

“[28, octubre:] en el marco del proceso de elaboración para la propuesta del Anteproyecto de Ley de Salud Sexual y Reproductiva que lleva adelante la CMP, con el apoyo del FNUAP, se desarrolló el ‘Seminario Internacional de Debate del Anteproyecto de Ley de Salud Sexual y Reproductiva’ en el Parlamento Nacional. Para el mismo se contó con la presencia de Susana Chiarotti, coordinadora [regional] del Cladem y Susana Galdós, de la organización peruana Manuela Ramos. El seminario fue organizado por la Cámara de Senadores y la CMP, con el apoyo del FNUAP” (CDE, 2000b [1999], p.132).

Tal como se pode ver no apêndice, este tipo de dado foi organizado em seis tabelas, relativas aos anos de 1989, 1990, 1998, 1999, 2004 e 2005. A escolha dos dados incorporados nessas tabelas se deu, primeiramente, em função da pluralidade de sujeitos organizadores e, apenas secundariamente, dos públicos e apoiadores observáveis. Esse critério de pluralidade se escora naquela premissa segundo a qual os movimentos sociais são internamente heterogêneos e, portanto, exigem uma postura metodológica afim a ela. Além disso, vale dizer que não se trata de uma análise quantitativa desses dados, mas, antes, de situá-los frente a nossos objetivos e hipóteses que tratam dos efeitos das interações sócio-estatais mantidas por organizações e redes do feminismo paraguaio. A tabela seguinte, formada com base na citação anterior a respeito de uma arena de interação entre a CMP e o Senado paraguaio, ilustra como esses dados foram decompostos e organizados:

Quadro 1: Exemplo de sistematização dos dados

Data	Formato / Nome	Quem realiza	Para/com quem	Local	Temas tratados, apresentação
28 de out	Seminário / Debate Anteprojeto de Saúde Sexual e Reprodutiva	Coordenação de Mulheres do Paraguai e Câmara de Senadores	Parlamentares	Senado	Elaboração para a proposta de anteprojeto de Lei de Saúde Sexual e Reprodutiva, com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas, no Parlamento Nacional. O evento contou com a presença de Susana Chiarotti, coordenadora de Cladem e Susana Galdós, da organização peruana Manuela Ramos.

Fonte: Cronología. In: *Armas de Mujer – Anuario Mujer 1999*. (CDE, 2000b, p.132).

Em tempo, cabe esclarecer que, devido ao período total de publicação dos anuários ir de 1989 a 1999, os dados relativos a práticas e atividades feministas realizadas em 2004 e 2005, foram retirados da *'Cronología sobre Mujeres y Género'*⁴². À diferença dos anuários, esta cronologia é mensal, mas, a despeito disso, seus dados seguem a mesma lógica daqueles expostos no *Anuario*: “[Enero, 2004] *La Red de Mujeres Políticas presentó el [día] 6 en el salón de actos del Tribunal Superior de Justicia Electoral su Plan de Trabajo 2004*” (CDE, 2004a, p.1); e ainda “*Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI) dió a conocer el 7 un comunicado a la opinión pública sobre el caso del niño Silvino Talavera*” (idem).

Embora tenham posição central na reconstrução das interações sócio-estatais em cada um desses contextos que atravessam nossa tese, os anuários não foram nossa única fonte de dados. Durante a pesquisa de campo, as militantes entrevistadas entregaram cópias de documentos e memórias centrais nas suas próprias trajetórias e das suas organizações. Exemplos desses documentos são a memória do *'Encuentro Taller de Mujeres'* (ETM, 1988), *'Memoria de la Secretaría de la Mujer 1993-1998'* (SMPR, 1998), *'Al rescate de nuestra historia: La historia de lucha y conquistas de la Multisectorial y de la Red de Mujeres Políticas del Paraguay'* (YORE & COLAZO, 2001) e *'Mujeres en rebeldía y resistencia. Ñande Rape. Nuestro camino. Ñane Ñe'e. Sistematización de nuestros relatos'* (CONAMURI, 2009). É, então, por meio da aproximação entre este conjunto de documentos e as entrevistas de campo, que deve se dar a reconstrução dos projetos feministas e dos momentos nos quais eles foram dirigidos às autoridades político-institucionais paraguaias.

A essas fontes foram somadas outras reflexões não diretamente ligadas à luta feminista, mas igualmente importantes para a compreensão dos contextos e processos nos quais se dá essa luta. Exemplo deste tipo de fonte são *'Es mi informe: los archivos secretos de la policía de Stroessner'* (BOCCIA PAZ; GONZÁLEZ & PALAU, 1994) e o conjunto de relatórios *'Derechos Humanos Paraguay'*, anualmente elaborados pela Coordenadoria de Direitos Humanos do Paraguai (CODEHUPY), desde 1999. Junto destes documentos, a reflexão de outros atores civis forneceu maior insumo à tese. Dentre outras organizações, estão o próprio CDE, o grupo BASE - Investigações Sociais, bem como o Centro Paraguai de Estudos Sociológicos, sendo esta última responsável pela publicação da Revista Paraguuaia de Sociologia. Este conjunto de fontes permite entrever um traço da sociedade civil paraguaias: diferentemente do Brasil, por exemplo, onde parte significativa do debate e do pensamento críticos advém da reflexão universitária ou da interlocução com ela, as principais referências do debate intelectual no

⁴² Veja-se www.cde.org.py - acessado em 10 de novembro de 2010.

Paraguai, e sobre ele, estão situadas em grupos e personagens da sociedade civil majoritariamente, embora não exclusivamente, desligados das universidades. Como veremos no terceiro capítulo, essa distribuição do trabalho intelectual, caracteristicamente concentrada na sociedade civil, se fez sentir sobre a gênese do feminismo paraguaio. Mas, antes de passar às arenas e tensões da gênese feminista no país, vamos observar alguns dos traços institucionais e ideológicos do último autoritarismo paraguaio, o chamado stronismo, e como a sua vocação totalitária, dentre outros efeitos, imprimiu um tom monocromático (colorado) não apenas no pensamento acadêmico paraguaio, mas sobretudo no seu imaginário.

2. Herança stronista: sobre a tríade Partido-Estado-Forças Armadas e a vocação totalitária do autoritarismo paraguaio

Este capítulo trata do último regime autoritário paraguaio. Vamos observar, primeiramente, as bases institucionais da reprodução da ditadura presidida por Alfredo Stroessner de 1954 até 1989. Em tais bases, a reciprocidade e a permeabilidade entre Partido Colorado, Forças Armadas e Estado paraguaio são centrais e tiveram efeitos de longo prazo para este último – em particular, para sua partidarização e sua desprofissionalização intensas. Em seguida, a observação de uma série de discursos e de fontes oficiais de produção ideológica, conjugada a coloradas e colonizadoras práticas de vigilância, dará acesso àquilo que parte importante dos intérpretes do país vê como a feição totalitária do stronismo. Nesses dois âmbitos, tanto em nível político-institucional quanto ideológico, a compreensão do passado autoritário é fundamental para entender as cenas e capítulos posteriores da construção democrática paraguaia. Nesses termos, esta digressão sobre o período autoritário não se reduz a mero ‘panorama histórico’. Ela deve nos acompanhar ao longo da tese, assim como as heranças institucional e ideológica do stronismo acompanharam inúmeros sujeitos e suas lutas pela democratização do país, circunscrevendo o espaço de ação no qual e contra o qual se deram tais lutas, e do qual elas também se valeram.

2.1. Interpretações do regime (1954-89)

Desde a Guerra da Tríplice Aliança (1865-70), a história paraguaia está permeada por sucessivos combates internos e externos como, por exemplo, a Guerra do Chaco, contra a Bolívia (1932-35), da qual o Paraguai saiu vitorioso, porém internamente destruído. Junto de tais combates, a alternância no poder entre Partido Colorado e Partido Liberal não significou, em nenhum momento desde 1870 até 1989, o estabelecimento de um regime proto ou semidemocrático uma vez que, na maior parte das vezes, os estamentos militares (variando de acordo com o tom no espectro ideológico, Liberais-azul e Colorados-vermelho⁴³) se revezavam de forma violenta e autoritária no governo paraguaio (LEWIS, 1980). Em 1947, entretanto, uma violenta guerra civil, iniciada com a organização de liberais e comunistas contra o Partido Colorado então no poder, marcaria definitivamente a dominação *roja*, dando início ao período do 'terror colorado'. Segundo Lewis, durante este período, devido à “busca casa por casa aos

⁴³ Os nomes oficiais desses partidos são Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), o Partido Liberal, e Associação Nacional Republicana (ANR), o arqui-conhecido Partido Colorado, ao qual correspondem os termos coloradismo e também oficialismo.

opositores”, 80% dos militares de oposição abandonaram as Forças Armadas e milhares de civis fugiram para a Argentina, “levando com eles a última esperança de democracia” (LEWIS, 1980, p.78).

Se levarmos em conta apenas este sucinto panorama, o regime de Stroessner aparece como caudatário de uma história política notadamente caracterizada pelo autoritarismo, pelo envolvimento em guerras, bem como pela militarização do Estado e da sociedade. Frente a esse contexto de alta instabilidade, o stronismo impressiona por sua longevidade. Alfredo Stroessner seria, em 1954, o oitavo presidente em apenas sete anos, e seria, supostamente, mais um dentre tantos outros ditadores que, em breve, daria lugar a outro golpe e a outra facção colorada. Como observa Lewis, em fins dos anos 1950, nenhum dos grupos internos ao coloradismo pretendia que Stroessner se mantivesse na presidência por mais tempo. Dado significativo disso é a observação de um historiador estadunidense, segundo a qual: “embora o General Stroessner tenha sido capaz de se manter no poder durante o período pesquisado, houve tentativas de tirá-lo a força em 1955, 1956 e 1957” (STOKES, 1964, p.128). Como se sabe, no entanto, Stroessner permaneceu no poder até o fim da década de 1980. Esse sucesso ditatorial, especialmente em um dicionário histórico-político que desconhecia o verbete ‘estabilidade’, se deu “graças, não apenas à repressão, mas (...) à sua habilidade política para fazer uma série de alianças com o bloco político-econômico e militar, bem como, [para fazer] o refinamento dos mecanismos de controle que serviam para desmobilizar e cooptar partes da sociedade civil” (LAMBERT, 1997a, p.3). Tais mecanismos e alianças estão, por sua vez, subsumidos à forte e complexa simbiose entre Partido, Estado e Forças Armadas, tríade cujo centro real e simbólico foi ocupado pelo general.

Em sua primeira década e meia de existência, o stronismo logrou com notório sucesso extirpar via repressão seus opositores político-partidários. De acordo com a maior parte da historiografia do Paraguai, o regime autoritário, relativamente às práticas repressivas, pode ser dividido em três fases distintas (LEWIS, 1980, p.332-34): a primeira, até 1963, foi sua fase mais violenta, dado que ali se iniciara a limpeza política, com formas agudas de perseguição e extermínios dos opositores civis e militares, quer fossem externos ou internos ao Partido Colorado; a segunda, cristalizada na Constituição de 1967, marcada por uma estratégia desmobilizadora de ‘incluir’, ao menos formalmente, a oposição nas eleições para o Parlamento; e a terceira fase, iniciada na segunda metade dos anos setenta, as tensões sociais voltaram a aumentar, pois, no bojo da exclusão produzida pela política econômica voltada para o capital estrangeiro e para a construção de Itaipu – o ‘milagre brasileiro do Paraguai’ (HILL,

1993) –, frações organizadas do campesinato foram violentamente reprimidas (LARA CASTRO, 1985).

Ponto central na performance stronista é o incessante recurso à legalidade. Discursos públicos, constituições e mesmo eleições, com repetidas vitórias altissonantes de Stroessner, faziam constante e orgulhosa referência à ordem legal e à ‘democracia’ – ‘*democracia gua’u*’, como dizem no Paraguai, algo entre de mentira e de brincadeira, em guarani. “[Os] partidos gozam de garantias máximas (...). Os direitos cidadãos funcionam com regularidade (...). As liberdades e direitos consagrados pela Constituição têm ampla vigência (...). Nessas condições”, acreditava o ditador, “é possível afirmar que nossa democracia é uma das mais efetivas do continente” (STROESSNER, 1966, p.121-123)⁴⁴. Esse tipo de evocação à democracia e a realização de supostas eleições foram alcunhadas de ‘ritualização da política’ (ARDITI, 1992). Por um lado, por meio desse tipo de ritual o regime stronista desmobilizava a oposição político-partidária, visto que cooptava partes importantes do opositor histórico ao coloradismo, o Partido Liberal. Reside aí uma das mais eficazes estratégias do regime: a ‘participação’ autorizada dos setores brandos da oposição: “[Após] uma fase inicial de política não-competitiva monopartidária (1954-62), Stroessner permitiu um sistema pluripartidário rigidamente controlado com atividade política limitada dada a partidos de oposição selecionados” (LAMBERT, 1997a, p.12). Por meio da suposta tolerância partidária, o regime de Stroessner desmobilizava a esquerda, dividindo-a entre legais/ilegais, entre brandos/radicais e, em especial, separando aqueles que participam do jogo político, aceitando-o em suas regras, daqueles taxados de irregulares ou abstencionistas que se negavam a jogá-lo (ARDIT, 1992). Assim, a repressão propriamente político-partidária, apesar de apresentar altos e baixos em seus níveis de violência, esteve fortemente alicerçada na sua capacidade de ‘incluir’ a oposição em um jogo cujas regras autoritárias estavam já dadas.

Por outro lado, o uso ritual das eleições também proporcionava uma fachada democrática à comunidade internacional e aos Estados Unidos, em especial. Como viria a ser o caso nos autoritarismos ulteriores do Cone Sul, o regime stronista teve no apoio militar e técnico estadunidense, isto é, na ‘Doutrina de Segurança Nacional’ e na luta contra o ‘inimigo comunista’, um de seus principais suportes de natureza material e ideológica (YORE, 1992; MORAES, 2000). No âmbito das práticas repressivas, no entanto, o regime paraguaio, tal como *sus hermanos sudamericanos*, criava de forma algo obscura e arbitrária seus ‘inimigos’ a serem

⁴⁴ Todos os discursos citados foram retirados dos terceiros e quarto tomos da coleção ‘Mensajes y discursos del Excelentísimo Señor Presidente de la Republica del Paraguay General del Ejército Don Alfredo Stroessner’ (PARAGUAY, 1981). Os discursos advêm de eventos corriqueiros no exercício da função presidencial, como viagens internacionais, homenagens oficiais, festas natalinas, recepções no Lyons Club, conversas com a imprensa ou com o Parlamento.

perseguidos e eliminados. Foi, em geral, neste registro ideológico do anticomunismo, legalmente amparadas pelo Estado de sítio (Art.79) e, dentro dele, pela 'Defesa da democracia' (lei n.294/1955), que se davam as formas de repressão e violência contra setores mobilizados na sociedade civil⁴⁵.

Eficaz instrumento de perseguição e repressão do regime autoritário paraguaio foi a chamada "Operação Condor", designação dada à aliança entre os governos militares de Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, forjado em meados da década de 1970. O 'Condor' tinha como objetivo perseguir, encontrar e extirpar os 'inimigos' nas fronteiras entre esses mesmos países⁴⁶. Bem ao modo da vigilância totalitária, o repertório logístico-burocrático desse dispositivo repressivo compreendia "sede, arquivos, pastas, funcionários, chefes, subchefes, cargos, promoções (...) tudo girando em torno da coleta de dados para a realização de novas prisões e assassinatos, para o aniquilamento do 'inimigo' (SANTOS, 1998, p.28-29). No Paraguai, o 'Condor' era parte da polícia política stronista, cuja descoberta posterior de documentos e dados foi alcunhada por ativistas pró-Direitos Humanos como os '*Archivos del Terror*' (BOCCIA, GONZÁLEZ e PALAU, 1994; NICKSON, 1995). O acesso parcial a tais documentos (e, portanto, ao nome das pessoas perseguidas, fichadas ou presas pela polícia stronista) está atualmente disponível na rede mundial de computadores, e uma breve mirada aí pode dizer bastante da influência da Operação Condor sobre o saber policial paraguaio⁴⁷: as buscas para os anos "1973", "1974" e "1975" apresentam, respectivamente, 544, 570 e 862 documentos; daí em diante, quando o 'Condor' é institucionalizado secretamente no Paraguai, o número de arquivos coletados por ano passa a girar ao redor de dois mil casos nos *Archivos*.

Ainda que eficaz, a repressão não foi o único meio pelo qual o regime logrou se reproduzir por tempo tão longo. Paralelamente às práticas repressivas, se desenrolou o chamado 'pacto cívico-militar', tal como é amplamente conhecido na historiografia paraguaia, que levou a um duplo processo: à partidarização do Exército e à militarização do partido oficialista. Tal processo submeteu e subverteu o partido e, principalmente, deslocou o jogo das lealdades pessoais e políticas do Partido e da instituição armada para a pessoa do ditador (YORE, 1992, p.95-ss)⁴⁸. Estavam dadas, assim, as condições nas quais operavam, por um

⁴⁵ Em seu comentário 'A tirania Stroessner', Paulo Sérgio Pinheiro satiriza e sintetiza bem esse misturado e monstruoso estado de sítio democrático: "Lá o Poder Executivo pode dissolver o Parlamento quantas vezes quiser e governar com decretos-leis (que sonho). O presidente da República pode ser reeleito indefinidamente (que beleza). O estado de sítio pode ser declarado somente pelo presidente da República" (PINHEIRO, 1987)

⁴⁶ Para um panorama mais detalhado do sistema administrativo-repressivo paraguaio ao tempo da ditadura de Stroessner, veja SANTOS (1998).

⁴⁷ Veja-se www.aladin0.wrlc.org/gsd/collect/terror/terror_s.shtml.

⁴⁸ Mais uma vez, P.S. Pinheiro sintetiza: "O partido do governo é mais que uma parte da opinião pública: é realmente um órgão estatal que sem nenhum disfarce se acha financiado por contribuições do setor público. A administração do Estado é uma verdadeira tesouraria para os descontos destinados ao partido. Configurando de fato um sistema de

lado, a unificação partidária 'granítica', na qual os desleais eram punidos com perseguição e repressão e, por outro lado, a institucionalização da corrupção que, embora tivesse permeado a estrutura político-burocrática como um todo, serviu como moeda de troca em torno da qual os militares fiéis a Stroessner barganhavam seu apoio ao regime. Neste sentido, a garantia de sobrevivência hierárquica e, sobretudo, econômica das elites civil e militar extrapolava os limites de uso da gestão pública, por meio de sua participação autorizada e privada no mercado, tanto quanto, pelo envolvimento direto no contrabando de armas, de drogas ou de mercadorias legais ou não (NICKSON, 1997, p.24).

Para além dos estamentos militares, o regime stronista logrou pacificar e cooptar frações importantes da sociedade civil por meio da oferta seletiva de toda sorte de prebendas como, por exemplo, cargos, serviços, contratos e favores – cuja distribuição a uma clientela de indivíduos e grupos particulares teve como efeito a produção de laços de dependência em relação ao Estado e ao partido simultaneamente. Quer dizer, o acesso às prebendas estatais de variados naipes tinha como condição primeira e inegociável uma forma de lealdade traduzida no alistamento quase compulsório ao coloradismo⁴⁹. Daí que, em uma realidade social que praticamente desconhecia a estruturação do mercado como uma esfera (suposta ou realmente) autônoma, a disputa em torno das posições-chave disponíveis ligadas ao aparelho estatal passasse necessariamente por um tipo de profissão de fé para com o partido ou com a figura do ditador. Tal distribuição prebendária era organizada pelo partido e mediada pelos aparatos político-burocráticos, favorecendo alguns poucos atores que, a exemplo da nascente e corrupta burguesia rotulada no Paraguai de 'Barões de Itaipu', superfaturavam contratos públicos nacionais e internacionais (MASI, 1989). Através dessa forma de clientelismo, o stronismo operava o que Arditi chamou de 'consenso passivo cúmplice', que

“[operou] habilmente para desincentivar resistências. A corrupção via contrabando, a obtenção fraudulenta de licitações, o superfaturamento do orçamento de obras públicas (...), as comissões pagas a gestores e intermediários (...) e as prebendas a quem detinha altos cargos [tudo isso] criava um 'esprit de corps' muito especial entre eles, fosse para acrescentar ou para proteger seus privilégios. Diante da ausência de contrapesos sociais, o controle do aparato estatal e do orçamento público por parte do Partido Colorado tornou possível distribuir favores que permitiam manter o poder de caudilhos e afirmar sua lealdade ao líder e ao partido, mas também gerava o agradecimento dos beneficiários de escassos recursos e lhes dava uma via de ascensão social” (ARDITI, 1992, p.37)

Somado à institucionalização da corrupção, o crescimento econômico característico da década de 1970 contribuiu tanto para afiançar a moeda de troca do regime (apoio-por-lucro),

partido único. Como o partido, o Exército paraguaio afirma sua lealdade aos interesses das cliques que convém ao governo” (PINHEIRO, 1987).

⁴⁹ Digo quase compulsório porque, menos que uma regra propriamente normatizada pelo coloradismo, o alistamento era uma prática que, com as décadas, se tornou um costume partidário-estatal.

quanto para legitimá-lo mais ampla e posteriormente. Neste sentido, o Paraguai, não só experimentou nessa década níveis de desenvolvimento econômico nunca antes vistos por sua população, especialmente se comparado aos níveis de miséria da primeira metade do século passado, mas, teve também um dos maiores índices de crescimento da América Latina (HILL, 1993). Entretanto, embora tenha composto *a posteriori* uma das fontes de legitimação do regime, o 'milagre econômico' à paraguaia não constitui por si só uma base do regime autoritário. Isso porque esse desenvolvimento é indissociável da estrutura e do aparelhamento político-burocrático no interior do qual ele ganhou vida. Ou, em outras palavras – tal como é possível entrever por meio do mote clássico do regime '*Paz, Trabajo y Bienestar con Stroessner*' –, na medida em que crescimento econômico se articula, empírica e politicamente, ao sistema prebendário e corruptivo, sua lógica obedece necessariamente àquela base tripartite do autoritarismo paraguaio – Partido-Estado-Forças Armadas.

Assim o chamado 'consenso passivo cúmplice', tendo ultrapassado a corrupção e as barganhas entre frações de militares⁵⁰, teve efeitos sobre a materialização de um quadro burocrático cuja composição e funcionamento não se assentavam em uma racionalidade de Estado, mas, antes, na sua partidarização, desprofissionalização e hipertrofia profunda, bem como na adulação do general. "Ninguém podia trabalhar na administração pública, nem como professora, nem como juiz, nem como militar, se não estivesse filiado à ANR [Associação Nacional Republicana]" (BAREIRO et al, 2004, p.139).

A expressão jurídica que instituiu e consagrava a partidarização e a desprofissionalização estatal foi a Lei n.200, de 1970, que 'estabelece o estatuto do funcionário público' e cujas disposições regulavam "as relações entre o Estado e seus funcionários e empregados, com o propósito de garantir uma administração pública eficiente" (PARAGUAY, 1970). Embora fizesse alusão a uma genérica 'carreira administrativa', a redação da lei não trata objetivamente de condições de trabalho no Estado e dos direitos de seus trabalhadores. Curiosamente, ela tampouco explicita qualquer ideia de vinculação obrigatória entre o Partido Colorado e a ocupação de um dado cargo político-administrativo. Para preencher os requisitos de um burocrata, seu artigo quarto traz um tipo de prescrição moral repetida em vários pontos da lei: basta 'ter boa conduta', 'justificar o cumprimento das obrigações pessoais exigidas pela

⁵⁰ "Muitas das prebendas distribuídas Stroessner vão dirigidas aos militares (...) eles ocupam alguns dos postos mais lucrativos do Estado. (...) Devido à falta de capital privado ou a que algumas atividades são consideradas muito essenciais ao bem-estar público (...), o governo paraguaio estabeleceu certos monopólios estatais. De maneira que (...) tudo cai sob a autoridade do compadrio [*padrinazgo*] de Stroessner. Muitas dessas empresas são dirigidas por oficiais do Exército. (...) Militares e policiais de alto nível também têm acesso às enormes recompensas do contrabando no Paraguai (...). Todas as áreas do comércio de contrabando estão divididas, como feudos, entre os oficiais (...). Quanto mais importante o nome do oficial, mais lucrativa é a fraude sistematizada a ele adjudicada" (LEWIS, 1986, p.245-252).

lei' e 'possuir a idoneidade necessária para o exercício do cargo'. Desnecessário insistir que, na prática, 'boa conduta' e 'idoneidade' eram atestadas pela filiação partidária ou por alguma demonstração de apreço pelo ditador. Ironicamente, em diferentes artigos⁵¹, a lei falava da realização de cursos de capacitação para os funcionários, em sua imensa maioria, tecnicamente incapazes ou escolarmente limitados ou ambos.

A curto e médio prazo, essa dinâmica stronista de seleção formou um quadro estatal inchado e despreparado em diversos níveis e setores da administração pública privatizada e levou, em paralelo, a um volume tristemente impressionante de filiação colorada⁵². Já no longo prazo, com o decorrer de mais de três décadas de seleção irracional e prebendária, parte nada insignificante do funcionalismo público paraguaio foi ocupada por funcionários 'fantasmas', os chamados '*planilleros*'⁵³. Dois exemplos dramáticos da irracionalidade incrustada no tecido burocrático-administrativo paraguaio estão, de um lado, na desvinculação entre postos de trabalho, funções desempenhadas e salários correlatos a essas mesmas funções e, de outro, no desconhecimento apenas recentemente sanado da quantidade real de empregados públicos no país (PARAGUAY, 2010)

Exceção a essa dinâmica de seleção burocrática desprofissionalizada foi a chamada Secretaria Técnica de Planificação, constituída em meados de 1962, como órgão político-administrativo dependente da Presidência da República. Embora ainda esteja à espera de uma leitura sistemática mais que necessária a respeito de suas formação e transformação institucionais, é válido notar como essa agência operou como ilha de racionalidade estatal no oceano de funcionários que afundavam o Estado paraguaio, pois nela se concentravam praticamente todos os planos e projetos que faziam as vezes de políticas públicas stronistas. A seguinte fala do próprio ditador permite notar a disposição burocrática desse órgão e, nela, a noção de produção e acúmulo de conhecimento estatal tal como sugerida por Giddens e incorporada em nossa hipótese:

"O incremento acelerado do bem-estar nacional poderá ser produzido com o conhecimento e o aproveitamento harmônico de todos os recursos naturais e humanos de que dispõe nosso país. Neste trabalho de imensa transcendência para a orientação da política nacional nos distintos campos do fazer

⁵¹ Cf. Art. 20; Art. 67 (PARAGUAY, 1970).

⁵² Cf. "Colorado membership rosters were enormous (1.7 million affiliates), due in part to the expansion of public employment under Stroessner. Membership, payroll deductions to the party, and subscriptions to the party newspaper were all obligatory for public employees. In addition to public employees, many people (...) joined the party for survival" (POWERS, 1992, p.33-34).

⁵³ No Paraguai, esses *planilleros* são 'funcionários fantasmas', aqueles que não trabalham de fato, mas aparecem nas planilhas de gastos e salários do Estado. Imediatamente depois da histórica derrota do Partido Colorado nas eleições presidenciais de 2008, "[esses] *planilleros* viram-se obrigados a voltar a seus postos, muitos dos quais careciam de escritório, *cadeiras*, etc. Ocorre que na administração que está acabando [2003-2008] eles não precisavam ir ao escritório, bastava mostrar suas credenciais de colorados e estar em dia com alguma seccional colorada para não serem incomodados" (RIQUELME, 2008) (Grifo meu).

governamental, a Secretaria [Técnica] de Planificação está realizando uma tarefa de promoção e coordenação dos esforços nacionais com o propósito de conquistar (...) a prosperidade da nação” (STROESSNER, 1966, p.145) (Grifos meus).

Aquém da institucionalidade político-administrativa corrupta e partidarizada, é importante apontar como o regime operava também no nível das relações cotidianas por meio das chamadas ‘*seccionales*’ coloradas: menos do que reproduzir a repressão em nível microssocial, as seccionais do partido exerciam vigilância insidiosa sobre vizinhanças, bairros e cidades inteiras, operando local e psicologicamente como dispositivo estatal-colorado de coerção e de controle. Um documento coletado e publicado em ‘Es mi informe’ (BOCCIA, GONZALEZ e PALAU, 1994) exemplifica o efeito colonizador das seccionais: em uma comunicação à polícia vê-se uma lista de nomes de jovens que poderiam concorrer a uma vaga no ensino médio, contudo os pais do segundo aluno listado “não se encontram registrados como afiliados na Seccional Colorada 17, (...) tampouco foi registrada atividade qualquer em favor da Seccional”. Casos como este se espalham pelo livro de Boccia et al (1994) e, em comum, eles mostram como a distância/proximidade mantida com a ‘seccional’ fez as vezes de critério de controle ideológico-familiar e, neste caso, como critério para a seleção escolar.

Arditi (1982) fala em um elo semioficial entre a polícia e as seccionais, ao passo que outros autores dizem que, além de comitês locais do partido, elas funcionavam como quadros policiais e parapoliciais, verdadeiras ‘milícias coloradas’, a partir das quais eram delatados e perseguidos possíveis opositores, reais ou imaginários (MASI, 1989). Distribuídas em uma rede nacional de controle e influência, as mais de 230 *seccionales* estavam, no ano de 1988, por 17 departamentos paraguaios e “representavam os ‘olhos e os ouvidos’ do governo, empregando milhões de *pyragués*” (LAMBERT, 1997a, p. 7)⁵⁴. “Nessa época”, diz Gloria Rubin, ativista histórica do feminismo paraguaio e atual Ministra da Secretaria da Mulher, “tinham [no país] quatro milhões de habitantes e provavelmente três milhões eram informantes”, e segue, “todos

⁵⁴ Em guarani, *pyragué* significa ‘pés aveludados’. No senso comum paraguaio o termo designa os afiliados colorados espalhados por todo o país, cuja função era basicamente espionar e delatar supostos opositores do regime. A vida social paraguaia estava infestada desses *pyragués*, mas isso não significa que os cidadãos não soubessem dessa infestação ou não resistissem a ela: em um documento de comunicação à polícia stronista um delator assume que foi publicamente desabonado em contexto de deliberação estudantil: “[um] estudante propôs e indicou que dentro da Assembleia se encontrava um agente de Polícia, imediatamente o conselheiro estudantil (...) pediu aos alunos para que me expulsem do local, gritando, ‘fora *pyragué*, fora *pyragué*’, fazendo uma roda de alunos, ‘seu idiota inútil, não queremos *pyragué*, sai fora’; então, seguido por vários alunos que não paravam de me xingar, deixei o lugar” (Es mi informe, p.432). Não bastasse esse impressionante relato, o próprio *pyragué* era apoiado por outros delatores: “Segundo alguns informantes, a assembleia terminou às vinte horas e vários alunos fizeram uso da palavra” (p.432) (Grifo meu).

para ficarem de bem (...) com um delegado, um ministro, um atendente, com um presidente de uma seccional colorada, passavam-lhes as informações”⁵⁵.

Em que pese certo exagero nesses números, o fato é que a função desempenhada pelas seccionais não se restringiu a seu papel de vigilância político-ideológica local. Elas acabaram por se enraizar no imaginário e no cotidiano nacional, à medida que serviam de espaço de sociabilidade estruturante dos níveis expressivos e íntimos dos laços vitais. “Muito frequentemente”, diz Arditi, “a sede partidária é [era] o único local com facilidades para realizar eventos como bailes ou torneios de futebol, com o que se convertem em sedes sociais comunitárias” (1992, p.169).

Assim, as seccionais podem ser entendidas também como expressão societal do viés totalitário do stronismo. Paul Lewis, autor de *‘Paraguay bajo Stroessner’*, descreve de modo único a relação entre o partido e vigilância em nível microssocial: “[o] Partido Colorado no Paraguai desempenha funções similares às do partido oficial em ditaduras totalitárias mais avançadas. Proporciona o apoio popular a Stroessner, ao ponto de se constituir um culto à personalidade”, e prossegue, “difunde propaganda e serve como rede organizativa para controlar os vários grupos intermediários: associações de trabalhadores, estudantes, profissionais e veteranos. Ocupa-se, além disso, da vigilância, já que se espera que um militante colorado vigie a seus vizinhos não colorados e informe todas as atividades suspeitas” (LEWIS, 1986, p.260).

A fala do então presidente da terceira seccional de Assunção ilustra bem a vontade de poder, ou melhor, a vontade de se identificar totalmente com o poder encarnada no militante: “a função do presidente de seccional vem a ser como a do governador de estado, em outro país (...). Na seccional número 3, temos 50 homens controlados, e lhes temos totalmente fichados. Temos fichados aos que habitam nossa jurisdição, aos estrangeiros etc. Enfim, temos tudo controlado” (*apud* ARDITI, 1992, p.169). Desnecessário enfatizar uma ou outra parte dessa fala. Mais vale dizer que essa disposição vigilante encontrava eco no acervo ideológico stronista, cujo conteúdo, como veremos no próximo tópico, visava moldar um Paraguai unificado e unívoco, patologicamente pacificado e cuja síntese residia na figura triádica do ditador Caudilho-Presidente-General.

Como se vê, então, o regime autoritário paraguaio, tal como as demais ditaduras, foi marcado funcionalmente pela repressão e pelas formas de cooptação/corrupção. De baixo, a desmobilização do campesinato se deu pelo uso da violência ou pela distribuição seletiva e

⁵⁵ Agradeço à gentileza da professora Joana Maria Pedro pelo acesso à entrevista realizada com Gloria Rubin, no bojo do ‘Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990)’, da UFSC.

irracional de pequenas terras. Por sua parte, as *seccionales* serviram tanto como ponte para o Estado, no sentido de canalizar uma necessidade local e/ou imediata via partido, e também como meio de mobilidade e ascensão sócio-profissional (MASI, 1989), para desempenhar uma função nas empresas estatais ou na própria burocracia pública privatizada. Já vista de cima, a estrutura tripartite composta pela fusão entre Forças Armadas, Estado e Partido Colorado, deriva sua capacidade de reprodução quer da repressão aos inimigos internos e externos, quer do arranjo delicado de interesses tanto entre os operadores partidários, quanto dentro do estamento militar partidarizado.

Contudo, no bojo da crise econômica dos anos 1980, que atravessou a América Latina como um todo e que marcou o Paraguai justamente no desaquecimento pós-Itaipu, o stronismo, tal como o próprio Stroessner, começou a dar sinais de cansaço. No quadro da crise internacional que marcou essa década e frente às agudas transformações liberalizantes em curso nos países vizinhos, o regime não teve capacidade para reproduzir o núcleo de seu sistema burocrático corruptor, desagradando diversas e importantes frações do partido e das Forças Armadas (POWERS, 1992; GOIRIS, 2000, p. 92-5). Por outro lado, o Partido Colorado passou, especialmente nos cinco últimos anos de regime, por um grave enfraquecimento interno, desfazendo a forjada *unidad granítica* e levando diferentes facções que davam, ou não⁵⁶, suporte a Stroessner e que se digladiavam em todos os níveis da estrutura partidária, do Estado até as seccionais (ABENTE, 1989; ARDITI, 1992).

Se no plano das lealdades internas aquela base tripartite começava a dar sinais de fraqueza, no plano externo, tal como em outros casos sul-americanos, quatro fatores em conjunto desafiavam de forma mais ou menos aberta e direta a legitimidade do regime: i) atores e fatores internacionais⁵⁷; ii) o nítido desencaixe entre a prosápia ideológica da 'paz' e a série de denúncias de corrupção e de fraude eleitoral; iii) a rearticulação das forças e dos partidos da esquerda paraguaia então considerados ilegais ou 'abstencionistas'; e iv) o descontentamento de atores civis, tais como a imprensa, parte da Igreja Católica e do campesinato mobilizado, bem como atores sindicais e estudantis desatrelados do controle estatal. Relativamente a este último grupo de atores, vale notar que o Paraguai da década de 1980 (portanto, em plena

⁵⁶ Em fins de 1980, dois grupos disputavam o controle partidário. Eles eram os *militantes*, "talvez a parte mais corrupta, repressiva e autoritária do Partido Colorado, [que] encontravam coesão ideológica no apoio fanático a Stroessner" (LAMBERT, 1997a, p. 18); e os colorados *tradicionalistas*, que reivindicavam uma reorganização hierárquica nas Forças Armadas, bem como, a sucessão do ditador. Mas, como veremos, havia também algumas facções que, embora expulsas do oficialismo, tinham posturas mais democráticas e democratizantes.

⁵⁷ Cf. "[The] changes in the international context are having far-reaching implications for the nature of the political conflict in Paraguay. (...) [Democratization] is no longer against the U.S. interest and a dictatorial regime, although stable, is no longer automatically good for the U.S. (...) [Whereas] in the past international factors had consistently been obstacles to overcome in the struggle for democratization, they are now favoring it and opening up new and unheard of possibilities for political reform" (ABENTE, 1988, p).

ressaca do milagre pós-Itaipu) viu renascer formas discretas de mobilização tais como greves e ocupações de terra: “[as] ações empreendidas pelos trabalhadores do Hospital de Clínicas, pelos sindicatos, pelos estudantes e pelas organizações camponesas criaram um clima de efervescência” (ARDITI; RODRIGUEZ, 1987, p.92)⁵⁸. No que diz respeito aos camponeses, por sua vez, mesmo depois da forte repressão sofrida pelas ‘Ligas Agrárias’ nos anos 1970, estes atores voltaram a se articular paulatinamente e chegaram, entre 1984 e 1985, a grandes formas de protesto e ocupação na região de Caaguzú – cidade do interior do país conhecida e reconhecida pelo histórico de mobilização dos atores rurais (RIQUELME, 2003).

Embora a influência desses atores e fatores não possa ser superestimada na determinação do fim do regime stronista, o fato é que o nível de descontentamento social vivido no Paraguai de meados dos anos 1980 colocava o país numa sorte de limbo político-cultural: “a ação movimentista atual (...) começa a gestar pequenos núcleos de relacionamento democrático, formas organizativas que impulsionam a participação e espaços ‘liberados’ que nascem e se mantêm, com maior ou menor precariedade, no interior mesmo de uma ordem autoritária e excludente” (ARDITI & RODRIGUEZ, 1987, p.97). Esse limbo era o ‘entretanto de um presente não democrático e uma futura sociedade democrática’, na expressão desses autores. Como veremos, é nesse tempo intermediário de recuperação democrática e de agitação e expressão quase pública do descontentamento que vai se dar a gênese do movimento feminista paraguaio – “[mulheres] que trabalham, que são sindicalistas, estudantes, intelectuais ou militantes de partidos começam a se colocar, a si mesmas e aos demais, os problemas relativos à subordinação da mulher ao homem” (ARDITI & RODRIGUEZ, 1987, p.98).

Tal como assinala o consenso entre os pesquisadores paraguaios, o golpe que em fevereiro de 1989 deu fim ao governo Stroessner tem suas raízes na dinâmica interna às relações entre partido e Forças Armadas e, mais especificamente, nas insatisfações das respectivas hierarquias com o regime. Antes de ir aos meandros do golpe que em 1989 derrubou Stroessner, é válido retomar aquele que talvez seja o principal efeito da atuação complementar e específica de cada um dos atores daquela base tríplice: o apoio ao general.

⁵⁸ Esse ‘clima de efervescência’ não precisa ser negado de chofre, mas vale a pena ser relativizado, tal como o faz a feminista paraguaia Line Bareiro no prólogo à ‘La Sociedad a pesar del Estado’: “El espíritu general del trabajo es de un optimismo desbordante por la recuperación de espacios democráticos y democratizadores. Eso hace que, aunque se señalen los límites y dificultades, al terminar la lectura, quede una sensación de que pasa más de lo que en realidad sucede, lo cual puede generar falsas expectativas acerca de la magnitud de los espacios ganados. En su trabajo, los autores parecen estar descorchando una botella de champán” (BAREIRO, 1987, s/p). Exemplo desse otimismo está na análise que os autores fazem do movimento estudantil: “[...] la fuerza del entusiasmo de la colectividad juvenil que, para hacer lo posible debió proponerse lo imposible, hoy, al menos dentro del gremio estudiantil, la dictadura fue derrotada” (ARDITI & RODRIGUEZ, 1987, p.84) (Grifo no original).

Seja pela adulação ao Partido, seja pela mistificação da pessoa de Stroessner, as bases sociais do regime não estavam enraizadas exclusivamente na cooptação corruptiva ou no uso da força repressiva. Além e aquém destes fatores, o desempenho longo do stronato se deve, em grande medida, ao fenômeno *sui generis* que foi sua base de apoio simultaneamente de massa e de elite. Assim, a figura de Stroessner e o discurso nacionalista do coloradismo foram, através de sua peculiar arquitetura discursiva, quase completamente incorporados à identidade e ao imaginário nacionais. Prova disso é a ideia amplamente difundida de que, em várias regiões do país, ser anticolorado significava estar contra o Paraguai. Foi esse estrondoso alcance do coloradismo que levou um dos mais profundos conhecedores da realidade paraguaia a acreditar que, '*bajo Stroessner*', não haveria mudança no Paraguai. Diz ele: “[a] forma como Stroessner utiliza a organização massiva do Partido Colorado constitui uma arma contra os militares, muito mais poderosa do que o Paraguai viu desde a época de Solano Lopez. Isso reduz praticamente a zero a possibilidade de êxito de um golpe de Estado contra ele” (LEWIS, 1980, p. 281).

No entanto, como o desenrolar histórico acabou por provar, uma série de fatores concorrentes levaram a um descontentamento interno à hierarquia militar e colorada⁵⁹, a partir de onde surgiram os primeiros passos rumo à transição política paraguaia.

Na fase final do regime stronista, dentro da série de tensões envolvendo o Partido Colorado e as Forças Armadas, dois processos conjugados serviram de justificativa última para o golpe levado a cabo pelo general Andres Rodriguez, em fevereiro de 1989. O primeiro deles diz respeito à sucessão presidencial, tema que após a metade da década se tornava relevante uma vez que o enfraquecimento físico de Stroessner era notório. Na concorrência interna, como que defendendo uma espécie de sucessão dinástica, a facção colorada dos *militantes* (stronistas radicais, militares e civis) via na figura de Gustavo Stroessner, filho do ditador, a melhor opção. Se o faccionalismo deflagrado em torno da sucessão começava, desde 1984⁶⁰, a dar sinais do fim da *unidad granítica*, também a relação partido-Forças Armadas se reorganizava à medida que os *militantes* civis passaram a influenciar em níveis de decisão exclusivamente militar, e à medida que o nível superior da hierarquia militar não dava mais

⁵⁹ Seguramente, um processo externo e mais amplo de mudanças em curso também levou ao fim do stronato. Dentre os fatores que externamente influenciaram a queda do regime, podemos incluir a crise econômica da década de 1980, além da pressão política e moral dos países vizinhos em processo de abertura. Entretanto, ao apontar para a determinação interna àquela base tripartite e para sua incapacidade de reprodução política e, sobretudo, hierárquica, estou apontando – do mesmo modo que o fazem LAMBERT (1997b) e ARDITI (1992) – para os fatores que concorreram de forma decisiva e relevante, não apenas para o golpe isoladamente, mas, também e mais principalmente, para os limites político-institucionais herdados no sentido da construção democrática no Paraguai da década de 1990.

⁶⁰ Cf. “[The] first cracks in the governing coalition at the leadership level surfaced during the 1984 party convention. The newly-elected Junta rejected an attempt to promote Stroessner’s Private Secretary Mario Abdo Benitez to one of the three vice-presidencies. Abdo’s followers, also known as *militantes*, were forced to retreat and the ruling clique of *traditionalistas* seemed to have been strengthened after weathering the storm” (ABENTE, 1988, p.50).

conta das progressões na carreira e tampouco da entrada de novos agentes no lucrativo sistema prebendário e de contrabando.

A gota d'água foi, então, a exoneração, transferência ou retirada compulsória de militares mais antigos para a reserva, junto da nomeação de oficiais da ala *militante* para cargos importantes na burocracia militar, ocorrida entre dezembro de 1988 e janeiro de 1989. No início de fevereiro, no contexto destes dois processos conjugados, crise de sucessão e crise no laço partidário-militar, uma rebelião militar – liderada por um general 'com poucas credenciais democráticas' (LAMBERT, 1997b, p. 202) e ligada à ala colorada antimilitante – conseguiu derrubar Stroessner e o regime. Como é possível notar, o *putsch* não teve participação civil e, muito menos, um horizonte democrático. O primeiro e principal objetivo do general Rodriguez foi, tal como declarado após o golpe, 'recuperar a dignidade das Forças Armadas e reunificar o Partido Colorado'. Além disso, embora a divisão entre *militantes* e *tradicionalistas* opere no plano interno ao coloradismo, ela não corresponde à tipologia transitológica que opunha *duros* a *blandos*, isto é, sem querer negar a face grotesca e violenta do stronismo encarnada nos 'militantes', os 'tradicionalistas' não tinham qualquer intenção aberturista e estavam longe de ser um grupo minimamente composto por civis cujo objetivo seria a democratização. Assim,

“[the] putsch and the subsequent transition relied on the support of many of the political, economic and military interests associated with the dictatorship, whose support for democratisation has been contingent on the belief that a reconstructed and strengthened Colorado-military alliance could control the pace and the scope of the transition to democracy (...). As a result, the transition has been characterised by a high degree of continuity with regard to military autonomy, political control and socio-economic policy” (LAMBERT, 1997b, p. 202).

2.2. 'El precio de la paz': sobre os efeitos ideológicos do stronismo

Ao lado de jargões como '*Paz, Trabajo y Bienestar con Stroessner*' ou '*Patria, Libertad y Progreso*', outro ponto de referência exaustivamente reproduzido pelo regime autoritário era a ideia de 'o preço da paz'. Através desse mote amplamente conhecido, o próprio general e autoridades públicas tentavam justificar a corrupção institucionalizada no aparato estatal, relativamente à participação ativa e ao enriquecimento ilícito das elites militar e burocrática por meio do contrabando de mercadorias legais e ilegais, drogas e armas. O custo social da 'paz' não era caro, ao menos, não aos olhos daqueles que se beneficiaram da dinâmica clientelista do Estado. Já para aqueles que, a exemplo de alguns sindicatos urbanos ou de frações do campesinato ligadas às ligas cristãs, foram fortemente reprimidos⁶¹, o preço pago foi bem mais alto.

Aquela expressão, contudo, não dizia respeito ao terror e à violência de Estado; não se tratava de tentar justificar as atrocidades físicas, até hoje negadas pelo coloradismo, impostas à oposição civil. Muito antes, tratava-se da dimensão tomada pela corrupção no tecido político e na reprodução da segurança social assentada na distribuição de prebendas estatais via Partido Colorado. Algo cínica, a expressão significa que, caso se quisesse paz, a corrupção seria seu preço. O jargão '*el precio de la paz*' complementava discursivamente a lógica prebendária do regime autoritário (NICKSON, 2009, p.160). Esse mote, porém, não se esgota em sua função e tampouco serve de componente residual daquele governo militar. Compreender a rentabilidade político-discursiva do 'preço da paz' implica em colocar esse *slogan* dentro da produção ideológica do stronismo como um todo. Ou seja, do ponto de vista dos efeitos ideológicos do autoritarismo, para além da tentativa bem ou mal sucedida de justificar a corrupção pública, é sobre a invenção de um passado altamente idealizado e sobre a mistificação da figura de Stroessner, que opera a semântica fortemente unificadora e normalizante produzida pela tríade Estado-Partido-Forças Armadas. Em tal repertório semântico, a paz engloba o país, que aparece como um todo ultracoerente sintetizado na identificação total entre povo e Partido e que é patologicamente pacífico porque, sem divisões, o imaginário do povo-Partido não pode ver nem reconhecer quaisquer conflitos.

Se voltarmos duas décadas antes do golpe que levou Stroessner ao poder em 1954, encontraremos um desastroso e instável contexto sócio-político paraguaio: esse foi “[um] período de grandes e permanentes conflitos, (...) como, a Guerra Civil de 1922 entre as duas

⁶¹ Cf. “La paz y el orden interno (...) se convirtieron en el *leit motiv* [sic] del régimen”; “[la] paz que vive el país’, lema recurrente en las declaraciones oficiales, no impedía de que se reprimiera (...) a confederistas y dirigentes políticos y sociales” (ARDITI, 1992, p.6;62).

frações do Partido Liberal, o Golpe Febrerista de 36 e a Guerra Civil de 1947 (...), além da Guerra do Chaco [contra a Bolívia, entre 1932 e 1935]" (MORAES, 2000, p.25). Embora o Paraguai tenha saído vitorioso dessa última guerra, o desfecho da contenda bélica em torno das terras chaquenhas foi muito desfavorável para o Partido Liberal que, de 1904 a 1936, permaneceu à frente do Estado. O período posterior à 'era liberal' foi marcado pelo revezamento violento entre frações dos partidos na Presidência, pela politização das Forças Armadas, por uma breve porém importante ditadura, e por duas Cartas constitucionais de forte inspiração nazi-fascista (LEWIS, 1980; YORE, 1992). É perante esse período de quase meio século de combates civis ou intra e interpartidários que deve ser entendida a evocação insistente e retrospectiva da 'paz' nos slogans do regime e na boca do ditador, que diz:

"É com orgulho que posso seguir anunciando ao povo paraguaio que a paz que conquistamos instaurar segue presidindo nossas realizações (...) Sem essa paz, as melhores intenções teriam ficado ilhadas e os melhores esforços, esterilizados. Através da paz, superamos o ciclo nefasto das revoluções fratricidas" (STROESSNER, 1965, p.112)⁶².

Antes da chegada de Stroessner ao poder na década de 1950, se desenrola o chamado 'revisonismo histórico' no Paraguai (RODRIGUEZ, 2005), cujas intenções e nomes maiores se voltavam para a reeleitura, não da Guerra do Chaco, mas, muito antes, da Grande Guerra, tal como é denominada no país a Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança, ou "mais propriamente a Guerra contra o Paraguai" (MOTA, 1995, p.244). Datado de meados dos anos 1930, o revisionismo histórico paraguaio consistiu em um esforço intelectual de dissecar e inventar as bases de uma *paraguayidade*, fossem elas históricas, culturais, raciais, geográficas ou tudo isso junto, resposta de praxe dos ideólogos nacionalistas, colorados, em especial. É certo que à época a busca pela 'verdadeira' identidade e a inspiração em ideais mais ou menos fascistas permeavam, para além do Paraguai, vários outros países e seus respectivos imaginários – peronistas e varguistas, por exemplo.

Contudo, o traço distintivo do Paraguai foi, como nos diz G. Rodriguez, a inversão feita em torno da figura dos primeiros líderes políticos do Paraguai após sua independência, sobretudo José Gaspar Rodríguez de Francia, Carlos Antonio López e Francisco Solano López, e em torno da própria Guerra do Paraguai: nos termos do revisionismo, as representações de Francisco Solano Lopez, por exemplo, passaram de 'tirano' odiado por ter submetido a quase totalidade da população masculina paraguaia ao massacre de guerra, a 'herói máximo' do país

⁶² Ou ainda: "[Na] lembrança dos pontos positivos deve ser computada com prioridade a preservação da paz. Dizer que no decurso do meu governo não houve revoluções, golpes de Estado, quarteladas, nem outras formas de subversão, não é aludir a mera causalidade, mas antes consignar um acontecimento transcendental na vida da Nação" (STROESSNER, 1966, p.121).

e supostamente injustiçado durante toda a era Liberal, cujo ideário era, segundo ideólogos colorados, ‘exótico’ se não ‘venenoso’. A essa retórica se somava decretos que perdoavam Lopez e um sem-fim de obras nacionalistas nas quais, por meio de uma intrincada e incongruente mistura de fascismo, socialismo e liberalismo, heróis e nação eram um e apenas Um: “Referimo-nos ao culto de Francia e de Lopez, que faz parte da ideologia oficial do Paraguai (...). De acordo com isso, o Marechal Lopez é o chefe que, cega e voluntariamente, deve ser obedecido (...). O ‘doutor’ Francia é o criador, o único criador da nacionalidade paraguaia. Em todos os casos, estes indivíduos ‘são’ a pátria; criticar sua atuação política é ser ‘antiparaguaio’” (RODRIGUEZ, 2005, p.127).

Assim, desde os anos 1930, o discurso nacionalista paraguaio oscila, a partir daquela primeira inversão operada em torno da figura de Solano Lopez, entre o lopizmo e o antilopizmo – com uma clara vitória do primeiro. Entretanto, menos do que estar ligada a uma disputa entre intelectuais encantados ou desencantados com tal figura, a lógica da interpretação sobre a Grande Guerra e sobre a ‘natureza’ dos Lopez e de Francia – o fato de decidir se, afinal, eles tinham feito do Paraguai um país independente, desenvolvido e democrático em pleno século XIX – se enraizava nas disputas de caráter ideológico partidário e tinha como árbitro ninguém menos do que o oficialato intelectualizado das Forças Armadas⁶³. Postos lado a lado, ‘heróis’, guerras e um Passado sempre ‘glorioso’ são, mesmo hoje, incessantemente lembrados e revivificados; “a propaganda oficial divulga-os e vulgariza-os (...) até o ponto de que a ‘ideologia do doutor Francia’ [ou seja, o mito de que o Paraguai nasceu uma nação livre, igualitária e, em especial, sem a instituição da escravidão] chega a ser matéria básica na universidade paraguaia” (RODRIGUEZ ALCALÁ, 2005, p.129).

O regime stronista herda esse contexto ideológico de debate polarizado e o atualiza. Entretanto, antes de se consagrar e de se difundir, o stronismo teve de lutar contra outras facções coloradas em disputa pelo poder e pela imposição de uma memória paraguaia. A principal corrente colorada e opositora a Stroessner foi o chamado ‘epifanismo’, ligado a Epifanio Méndez Fleitas, figura cuja trajetória altamente multifacetada passou pelas arenas do partido, da polícia e do Banco Central do Paraguai, e cuja fama no país se deve a obras musicais e intelectuais de amplo alcance. Entre elas⁶⁴, está ‘A Ordem para a Liberdade: Fundamentos do Coloradismo’, na qual ele investe na defesa dos Lopez, afirmando que à época da Grande Guerra “resultava que Povo e Governo eram uma mesma coisa na pátria de

⁶³ Um exemplo dessa sorte de oficial intelectualizado envolvido no dilema nacionalista lopizmo *versus* antilopizmo é o coronel Arturo Bray (1898-1974), autor de ‘Solano Lopez: soldado de la gloria y del infortunio’ (BRAY, 1945).

⁶⁴ Entre suas obras estão ‘El coloradismo no será destruido’ (1949), ‘Psicología del colonialismo. Imperialismo del Yanqui-Brasileño en el Paraguay’ (1971), ‘Carta a los liberales’ (1979) - os títulos dizem bastante da sua ligação com o coloradismo.

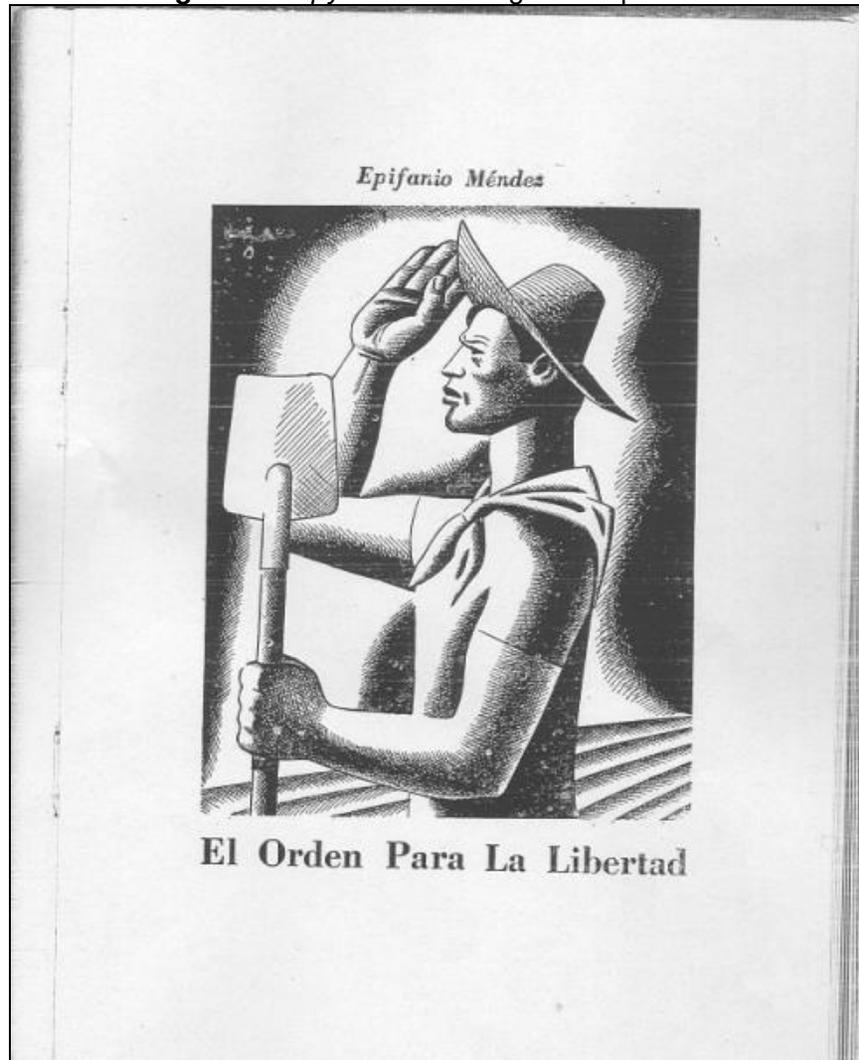
Solano Lopez” (MÉNDEZ, 1951, p. 67). E, mais que isso, defendendo a ideia de que posteriormente à guerra teria cabido a um dos principais fundadores do partido a reconstrução do país: “O General Caballero é no Paraguai, ao lado de Dom Carlos Antonio Lopez, o estadista que mais alta visão teve da função do Povo na prosperidade econômica (...) e cultural do Estado. (...) [Caballero] recebe com justiça o título de Recontrutor da Pátria” (MÉNDEZ, p.128). A despeito de seu peso no coro lopizta, Epifanio Méndez foi exilado em 1955, pouco tempo depois da chegada de Stroessner ao poder, levando consigo à Argentina sua família e vários de seus companheiros ‘epifanistas’ do partido e do Estado.

Ao longo de três décadas, a ideologia do regime stronista consegue catapultar as imagens do general presidente e do partido para dentro do panteão do nacionalismo lopizta. A entronização da figura de Stroessner foi discursivamente operada de diversas maneiras e em diferentes níveis. Como observa G. Rodriguez Alcalá (1998), a propaganda oficial “saturou a vida cotidiana de uma maneira difícil de compreender para quem não haja vivido sob a ditadura de Stroessner”; (quase) tudo que era passível de se tornar público e visível fazia alusão ao general. Ruas, cidades, praças, aeroportos, monumentos, programas de rádio e de televisão, produtos, empresas e até mesmo bilhetes de loteria faziam lembrar publicamente onde se estava: no asfixiante Paraguai de Stroessner. Se somarmos a esse sistema onipresente de representações o papel de panóptico desempenhado pelas seccionais coloradas no sentido de vigiar ‘desvios’ ou ‘suspeitos’ possíveis ali no nível vital das trocas comunicativas, não fica difícil imaginar o efeito insidioso e colonizador operado pelo regime. Assim, o caráter perverso do Leviatã stronista não advém somente do terror institucionalizado e sistematicamente difundido através de suas práticas repressivas ilegítimas, concentradas nas primeiras décadas e distribuídas durante o período; sua perversão consiste na internalização subjetiva do terror que passa a ser difuso e mais suave, rotinizado em ruas e cidades, e nos corpos recalcados. Em algum momento do longo regime – entendido, a um só tempo, como modo de instituição das disputas políticas e das relações sociais –, tornou-se difícil discernir as formas do nacionalismo ideológico-partidário daqueles conteúdos culturais não menos nacionalistas e tradicionalmente herdados.

Contudo, e de forma altamente significativa, o regime stronista não contava com uma política cultural ou, mais precisamente, o regime não desenvolveu uma política específica de produção cultural, orientada para tal ou qual expressão artística, literária ou intelectual. Isso se deve, em parte, à própria natureza agrária e populista da ideologia do coloradismo, que pretendia identificar o partido ao campesinato e, por essa via, representá-lo. Para falar nos termos de LEWIS (1980, p.277), dois ingredientes centrais da retórica colorada são o

'sentimentalismo pelos campesinos pobres' e a difusão de 'preconceitos das classes baixas contra os ricos'⁶⁵. A figura abaixo, extraída do livro de Epifanio Méndez, encerra a imagética que a elite intelectual do coloradismo projetava, e ainda projeta, sobre o mundo rural paraguaio e seus sujeitos.

Figura 1: O *pynandi* no imaginário epifanista



Fonte: MÉNDEZ, E. (1951) *El Orden para la Libertad*. p.7.

⁶⁵ Irretocável, este argumento de P. Lewis fica bem exemplificado na obra de Epifanio Méndez que aciona, no nível da oposição partidária, um jogo de proximidade/distância com a figura idealizada e ruralizada do 'homem paraguaio', o assim chamado *pynandi*. "O Coloradismo", diz Méndez, "encarna a autoctonia com suas veias de ouro puro. (...) O valor político e dialético do Coloradismo assume assim uma forma peculiar de universalidade. Como expressão orgânica do movimento de reivindicação social e econômica do homem paraguaio, seu sentido nativista adquire prudente sublimação dentro de um sistema de ideias de concepção ampla e fecunda. (...) [Já a] classe dirigente liberal – mentores urbanos e caudilhos dos povoados – se distingue especialmente por seus modos afetados, sua inclinação ao esnobismo e sua 'pose' (...). Igualmente, sua prédica liberal não é mais que pura forma: no seu espírito se agita uma crueldade fria e, por vezes, refinada" (MÉNDEZ, 1951, p.118-119).

Assentada nisso que Lewis chamou de ‘radicalismo descalço’, a política stronista de Estado relativamente a produções culturais ficou enclausurada entre a difusão oficial de polcas nacionalistas coloradas nas quais são celebrados o ‘nativo’ e o ‘Povo’ (leia-se, aquilo que se imaginava dos *pynandí*⁶⁶) e, do outro lado, os constantes ataques àquelas expressões culturais, em geral, urbanas que eram consideradas ‘importadas’, ‘exóticas’ e que, sem referência ao povo ou ao partido, não seriam puramente ‘paraguaias’. Daí que, como nos diz Ticio Escobar, embora as propostas oficiais para a cultura tenham sido escassas durante o stronismo, elas operaram sempre ‘de forma negativa’. Quer dizer, para um regime ‘retrógrado e obscurantista’, “os fazeres simbólicos não constituíam uma dimensão fundamental da sociedade, mas um conjunto de práticas extravagantes, no melhor dos casos, apenas toleráveis” (ESCOBAR, 1990, p.26).

A inexistência de uma política cultural sistemática, entretanto, não concorreu com a produção oficial de imagens e de discursos sobre o Paraguai ‘de Stroessner’. Com efeito, esses discursos dispunham o general em linha direta e imaginária de continuidade com aqueles ‘heróis’ ressuscitados pelo revisionismo dos anos 1930. Exemplo disso pode ser visto de forma oblíqua na defesa de tom fortemente nacionalista da língua guarani, então alçada à posição de essência única da identidade nacional paraguaia. Como observa Rodriguez-Zucolillo, o discurso stronista “se autoproclama ele mesmo continuador da verdadeira tradição e das glórias do passado” (2000, p.219) (Grifos no original). Utilizando-se da língua guarani, seus ‘defensores’, intelectuais colorados próximos a Stroessner, empreendiam a essencialização da língua e a idealização do passado, através de um dispositivo ideológico que operava e recobria a “identificação total Estado = nação [guarani] = sociedade”, de modo que

“estar contra os símbolos da nação – o guarani, o Marechal Lopez e outros símbolos (...) – é estar contra ela (já que exprimem a sua [suposta e imposta] essência) e contra o Estado (governo) que a interpreta e, portanto, é ser anti-paraguaio” (RODRIGUEZ-ZUCOLILLO, 2000, p.221) (Todos os grifos no original).

A análise dos essencialismos nacionalistas em torno da língua guarani permite entrever um dos eixos centrais da ideologia stronista, qual seja, a ideia de uma identificação total entre Estado e sociedade, ambos sintetizados nos ‘símbolos nacionais’stronistas.

Paralela à defesa idealizante da língua guarani, que, apesar de ter sido proclamada a ‘essência’ do país durante o autoritarismo stronista, não ganhou nesse período o estatuto de língua oficial, corria a celebração ideológica não apenas dos Lopez e das agruras ‘gloriosas’ da

⁶⁶ Cf. “La referencia al campesino *pynandí* (...) fue mantenida en el acervo discursivo del coloradismo mucho después de haberse disuelto esas milicias campesinas (...) [pues] el campesinado constituía el grueso de su clientela política. La figura del *pynandí* sirvió como un elemento de anclaje para el populismo agrario del partido” (ARDITI, 1995).

Grande Guerra, mas, também, de um conjunto de autores cuja reflexão exaltava o lopizmo e o agora consagrado conflito bélico. Em sua atualização do revisionismo histórico, a ideologia stronista celebrava intérpretes paraguaios de raízes coloradas homenageados pelo Instituto Colorado de Cultura, instância intelectual do partido ou pela coletânea 'Biblioteca Clássicos Colorados'. A título de exemplo vale citar o volume de número cinco dessa coleção, dedicado ao sociólogo Ignacio Pane, que, de acordo com a 'apresentação', "atuou desde sua mocidade no Partido Colorado. À doutrina liberal, (...) Pane opôs sua doutrina nacionalista e sua firme adesão aos aspectos sociais dos fins do Estado" (1976, p.8). Bem ao lado do coloradismo de berço está expressa a entronização de um dos principais heróis do país, seus 'Próceres', em emocionante frase supostamente dita pelo intelectual ali homenageado: "[Lopez] está morto, mas seguirá vivendo eternamente no coração de seus concidadãos!" (1976, p.9). A obra de vários intelectuais revisionistas teve reedição completa durante o governo de Stroessner, com seus bordões lopiztas sendo lidos e relidos até hoje no Paraguai e, também, sendo repetidos de modo vulgar e perverso fora do país (CAPDEVILA, 2005)⁶⁷.

Foi então por meio da invenção desse cenário que exaltava heróis injustiçados e que os anexava à identidade nacional, que operou a 'moeda corrente da propaganda oficial', ou seja, 'a identificação de Stroessner com os três grandes' (RODRIGUEZ, 2000). Tal identificação está expressa em diferentes eventos e contextos daquilo que Arditi denominou de 'ritualização da política' e pode ser notada em praticamente todos os discursos públicos do general. Em falas desse naipe⁶⁸, o *Excelentísimo Señor Presidente de la Republica del Paraguay General del Ejército Don Alfredo Stroessner* discursava para seus 'Colorados e Coloradas' que, tal como no exemplo da campanha eleitoral de 1973, "responderam ao chamado das autoridades partidárias

⁶⁷ Há um paralelo entre as reflexões nas áreas da Linguística e da História que, desde fora do Paraguai, deixaram passar despercebida a função ideológica de mediação desempenhada pela lopicização de Stroessner, inseparável, por sua vez, da celebração dos revisionistas colorados. No que toca a Linguística, a tese de doutorado de Rodriguez-Zucolillo mostra de forma cabal como um grupo estadunidense de linguistas simplesmente tomou o 'discurso stronista' como guardião 'autêntico' da língua guarani, descuidando do enquadramento lopizta colorado que contornava tal discurso. Daí que, sem prestar atenção ao 'dispositivo ideológico', como nos diz essa autora, dois linguistas possam afirmar que "para todos os paraguaios Stroessner é um autêntico camarada paraguaio" (RODRIGUEZ-ZUCOLILLO, 2000, p.218) (Grifos no original). Não por acaso, também entre décadas de 1960 e 80, historiadores sul-americanos pretenderam ver na figura de Francia um homem que tornou o Paraguai 'livre' ou, pior, ver no segundo Lopez um verdadeiro herói paraguaio, tal qual pregava a prosápia colorada do regime. No Brasil, o exemplo mais notório do desconhecimento com relação à mediação colorada no sentido de reinventar um Lopez e de inventar seu sucessor 'natural', Stroessner, é 'Genocídio americano: A Guerra do Paraguai' (1979). Autointitulada 'jornalística', J. Chiavenato idealiza nessa obra os primeiros tiranos do Paraguai e também o país, caracterizando-o como 'desenvolvido' e 'soberano'. Para um balanço competente das versões brasileiras acerca da Guerra do Paraguai e de seus ora heróis, ora ditadores, ver DORATIOTO (2009).

⁶⁸ Na quase totalidade das falas, ao lado da 'paz' perfilam outros cavalos ideológicos de batalha como 'Correligionários', 'Coloradismo', 'Colorados', 'mi Gobierno', 'Próceres' e, óbvio, a 'democracia': "a democracia [sic] tem no Coloradismo sua melhor garantia" (p.52). Este discurso tem como pano de fundo as semieleições presidenciais de 1973, cujo desenlace o general conseguia prever: "Dia 11 de fevereiro (...), o Partido Colorado alcançará com sua fervorosa maioria um grande triunfo, que será oferecido à Nação" (p.60).

como um só homem com uma só vontade, como um só e imenso coração” (STROESSNER, 1973, p.54). Porém, se Correligionários e Correligionárias aparecem na fala do ditador ‘como um só homem’, isso não se deve somente ao chamado do partido, pois os próprios correligionários “souberam se mobilizar, respondendo a um íntimo chamado de sua própria consciência cidadã (...) para dar testemunho de suas convicções a favor da paz, da prosperidade e da liberdade” (*ibid*, p.51).

Esses discursos dão acesso privilegiado à lógica totalitária subjacente à produção ideológica stonista, que, ‘com uma só vontade’, se pretende operante desde a intimidade, e daí, desse ‘íntimo chamado’ advém a necessidade política de falas que operem como mecanismos de identificação com o poder. Como argumentou persuasivamente C. Lefort (1983) a respeito do fenômeno stalinista, na gramática totalitária opera uma pretensão de que o político e o social coincidam, uma pretensão de identificação completa, pois nela as partes não estão sobrepostas ou relacionadas. Antes, povo e partido são identificados, acoplados e, daí, tornados o Mesmo. Um leva e ‘chama’ a outro; ambos formam apenas um, e esse Um está ‘em consonância com os ideais’ daquele cenário exaustivamente inventado, revisado e repetido:

Los Colorados sentimos y comprendemos en su verdadero alcance la misión nacional que el destino nos ha asignado. Tenemos una cerada voluntad y un patriotismo insobornable para trabajar por la causa suprema de la felicidad del pueblo.

(...)

Podemos expresar que la tarea cumplida en las visitas al interior del país ha sido fructífera. Ha servido para evaluar toda la obra de mi Gobierno y para señalar las obras del futuro en consonancia con los ideales que inspiraron en su hora a nuestros Próceres y que dieron jerarquía moral a los sacrificios de nuestros héroes, como José Gaspar Rodríguez de Francia, Carlos Antonio López, Francisco Solano López y [um dos fundadores Partido Colorado] Bernardino Caballero

(...)

La empresa en que estamos empeñados los Colorados ha hecho suya la tradición de nuestros mayores, el sacrificio de nuestros Próceres y el heroísmo del soldado guaraní” (STROESSNER, 1973,p.52).

O passado bélico e sua ‘tradição’ correspondente servem de ideal para o futuro. Tudo isso, julga o general, é a ‘nossa Epopéia’ (p.53), que um dia já teve como protagonistas os ‘Próceres’ e que continua viva graças ao ‘Coloradismo’, “fórmula eficaz e necessária para o progresso do país” (*ibid*, p.55), e aos ‘Correligionários’, aqueles “que por se sentirem profundamente colorados se sentem autenticamente paraguaios, dispostos a colocar seus músculos, seus nervos e seu vigoroso espírito para apoiar a evolução social política” (*ibid*, p.54-55). A uma sociedade total, na qual o Partido-povo engloba o pertencimento (sentir-se ‘autenticamente paraguaio’), corresponde uma estória também total, repleta de supostos protagonistas, os colorados, e sem espaço para coadjuvantes – “que nunca estão conforme com o que se está fazendo e que são críticos implacáveis do que se faz, sem eles terem jamais

feito nada pela causa nacional” (*ibid*, p.53). Essa versão de Paraguai é lida por T. Escobar como o ‘modelo cultural stronista’, cujas idéias centrais “se forjam em torno da explicação da História como evolução linear de um tempo que culmina em Stroessner, o conceito da Nação como conteúdo homogêneo do Estado onipotente e a representação do Povo como sujeito idealizado e abstrato” (ESCOBAR, 1990, p.30)⁶⁹. Tal como a lopicização operada pelo revisionismo dos anos 1930, os ideais difundidos pela ideologia stronista faziam do general o destino da Nação, e do Partido Colorado, a encarnação primeira e última do povo⁷⁰.

A interpretação de T. Escobar é irretocável, mas é preciso notar que a autoria daquele triste roteiro e de seu falso protagonismo não se deve à pessoa de Stroessner – e dizer isso seria tão fácil como equivocados. Esse roteiro e essa retórica são, muito antes, faces daquilo que um grupo de intelectuais paraguaios, dentre os quais estava o próprio Escobar, chamou de ‘matrizes autoritárias na cultura paraguaia’: “[A face do] nacionalismo militarista, cujo eixo central é a idealização da proeza guerreira como fundadora e legitimadora do poder, erigindo o líder guerreiro carismático como titular natural do poder” (ARDITI et al, 1987, p.84)⁷¹.

As performances públicas do general se nutriam dessa matriz e a alimentavam com os recursos interpretativos acumulados e forjados desde o revisionismo histórico dos anos 1930. Nesse acervo ideológico, a evocação da ‘paz’ não é apenas uma lembrança constrangedora de que o passado foi violento e de que o presente é pacífico graças àquele que o enuncia. O par complementar e necessário do discurso da ‘*Pax Stroessner*’ é o passado e o conflito bélico reinventados com seus ‘próceres’ devidamente ressuscitados. Nem mesmo metáforas e imagens de gênero escapam da hegemonização da memória paraguaia erigida à base do par bélico guerra/paz: “é bem conhecida a insígnia da mulher do Guairá que sabe engendrar filhos heróicos que, ao morrerem com honra nos campos do Chaco, legaram seus nomes à imortalidade” (STROESSNER, 1968, p.431). Os homens, por sua vez, além de terem ‘cimentado o pedestal da Pátria lutando como leões nos campos da honra’, teriam ‘legado um patrimônio moral que o passar dos séculos não pode desfazer’, segundo o próprio general⁷².

⁶⁹ As datas variam para frente e para trás, mas as categorias que organizam o discurso stronista são as mesmas: “O Partido Colorado abraça a causa do nacionalismo paraguaio que é a causa do Povo. É ele que permite a consolidação de uma paz que é nosso orgulho e a chave que explica o heroísmo e o trabalho do homem paraguaio, capaz de realizar fatos extraordinários tanto na guerra quanto na paz” (STROESSNER, 1967b, p.374)

⁷⁰ Vale notar que as referências ao ‘Passado’ e a anexação fantasiosa do coloradismo ao povo paraguaio seguem sendo, durante e após os anos 1990, dois dos principais nós da rede ideológica colorada. Em ‘La doctrina social del coloradismo ante el tercer milenio’, por exemplo, é possível ver que “o Coloradismo em sua formação (...) é uma manifestação política, cultural e social vibrante e sensível na própria entranha do povo. (...) O Partido Colorado reconstruiu outrora o aspecto formal da República e lhe deu a estrutura jurídica da democracia; ademais, com a presença e a chefia de [Bernardino] Caballero [fundador do partido], vivificou e tonificou o acervo moral do povo, nutrindo sua consciência cívica” (ROMERO, 2000, p.119-20).

⁷¹ Cf. ‘Comunidad cultural y democratización en el Paraguay’(ARDITI et al, 1987).

⁷² Cf. ‘Al recibir la medalla ‘Bernardino Caballero’, conferídale por la Asociación Nacional Republicana’.

Observe-se novamente que o ditador não é autor único dessa novela ideológica e tampouco desse estereotipado roteiro de gênero que exalta machos e reduz as mulheres a um papel reprodutivo, pois é igualmente conhecida no interior do país a expressão popular segundo a qual ‘a mulher é como a escopeta, é melhor que esteja sempre carregada’.

Essa matriz nacionalista e militarizante “mitifica a história pra construir um ‘ser nacional’ único, indiviso e uniforme (...). Tudo o que escapa ao miticamente concebido ‘ser nacional’”, nos dizem os intelectuais anti-Stroessner, “é forasteiro, ou seja, [é considerado] estrangeiro e, por conseguinte, rechaçado e passível de sanção” (ARDITI et al, 1987, p.84). A ideologia stronista forjava a justificativa e autojustificativa para a perseguição dos ‘críticos implacáveis’ do regime, infantilmente rotulados pelo ditador como os ‘maus paraguaios’: “Os falsos democratas (...) se afastam de seus deveres essenciais para cair no erro da demagogia (...). Só os maus paraguaios falam uma linguagem distinta da sincera, nobre e desinteressada linguagem do povo, que é de paz e de concórdia” (STROESSNER, 1967, p.275). De fora desse falsamente pacificado ‘ser nacional’ fica aquilo que não cabe nesse Povo idealizado e santificado, ficam de fora as críticas, as divisões e os conflitos. As operações ideológicas por meio das quais se anexam e se identificam líder e nação, povo e partido, sociedade e Estado, são, a meu ver, centrais nessa matriz discursiva, pois é através dessas operações que se legitima e se naturaliza a visão do Paraguai como se ele pudesse ser uma sociedade ‘única, indivisa e uniforme’. O Paraguai imaginado, pretendido e difundido por esse tipo de ideologia é anomia em estado bruto e simultaneamente uma contradição em termos: um todo social não-dividido em qualquer nível, dimensão ou esfera, enfim, uma sociedade sem divisões e articulações sociais.

Aquilo que T. Escobar chama de ‘modelo cultural’ é, então, uma mentalidade imposta a partir de distintas posições de produção ideológica que, em diferentes níveis, da sociabilidade cotidiana nas ‘seccionais’ até a suposta defesa do guarani, se articulavam em uma retórica rubro-nacionalista. Essa séria de pares fundidos e confundidos (povo e Partido, sociedade e Estado, líder e Nação), assim anexados e identificados, configura a perversão e a pretensão totalitárias do partido-Uno, “que tem como vocação agir graças a uma única vontade e nada deixar fora de sua órbita” (LEFORT, 1983, p.80). E aos que restam dentro dessa ordem simbólica forçadamente totalizada, mas que não se identificam com ela, fica a não-posição de ‘antiparaguaios’, esses ‘estrangeiros em seu próprio país’ (ZUCOLILLO-RODRIGUEZ, 2000, p.242).

Essas interpretações da produção ideológica do regime mostram como o espírito totalitário foi marca constitutiva do último autoritarismo paraguaio. Se a pretensão totalitária se

fez notar e naturalizar no âmbito dos discursos e das representações ideológicas, no âmbito das práticas repressivas, uma perseguição específica contra as diferenças sócio-sexuais deixou marcas indeléveis no imaginário paraguaio: apesar de nunca terem sido objeto de juridificação, espaços de sociabilidade e sujeitos não-heterossexuais foram reiteradamente criminalizados pelo stronismo. Casos de perseguição e prisão de homossexuais, quase que exclusivamente contra homens, abundam nos registros que emergem a partir das atuais lutas pela democratização da memória paraguaia (COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, 2008; RIVAROLA, 2009). E esse tipo próprio de perseguição não escapa à vontade de saber do regime, que, ao privar supostos homossexuais de liberdade, vasculhava a sua vida íntima para encontrar aí pistas de que o sujeito não identificado pela normalidade (heterossexual) era um ‘mau paraguaio’⁷³.

A lógica totalitária pretende negar constitutivamente a existência de tudo aquilo que não seja idêntico a si. No dizer do ditador: “não aceitamos como nossos os princípios de fora incompatíveis com nossa idiossincrasia nem nos submetemos a ideologias estranhas à margem de nossa sociedade” (*ibid*, p.55). Traduzindo: o que não é ‘nosso’, ou seja, o que não está preso a esta cadeia de identificações delimitadora da ‘nossa sociedade’ só pode ser considerado falso, anormal, exterior..., porque na lógica de tons totalitários aqueles sujeitos que não se identificam com o poder, ou não são por ele identificados, estão “condenados em sua postura antinacionalista e abandonados em seus sonhos de dominação (...) e de traição aos interesses superiores da Pátria” (STROESSNER, 1973, p.56).

Em suma, apesar de ter falido historicamente devido às distensões partidário- militares e à sua incapacidade de reprodução institucional da corrupção, o stronismo teve um sucesso notório do ponto de vista de sua produção ideológica e dos efeitos simbólicos dela decorrentes. A retórica nacionalista colorada não apenas ‘transformou o passado em presente’ (RODRIGUEZ, 2000), por meio de seus Próceres ressuscitados, por exemplo, como também logrou, por meio da identificação povo-Partido e da mistificação do general, difundir e impor uma imagem de país fortemente homogeneizada e homogeneizante. Que dissensos sejam politicamente perseguidos e reprimidos é fenômeno típico dos autoritarismos de feição burocrático-militar. O que a vocação totalitária do stronismo nos mostra, no entanto, é mais que isso: é a vigilância das seccionais empestando bairros e vilas; é a idealização abjeta do campesino e sua pseudorepresentação partidária; é a supressão de expressões artístico-culturais que, por serem mais que polca, eram chamadas de ‘forasteiras’; é a criminalização das

⁷³ Veja-se, nos anexos, o arquivo de um inquérito no qual um indivíduo responde à pergunta: ‘tem conhecimento do motivo de sua prisão?’; ‘sim’, ele diz, ‘por homossexualidade’.

diferenças e das intimidades sócio-sexuais; é, enfim, a negação das divisões sociais e, portanto, dos conflitos trazidos pelo reconhecimento e pela tematização dessas divisões. Assim, se em âmbito político-institucional o regime deixou um monstruoso 'Estado', as coisas não eram nada melhores no plano do imaginário – e as pugnas pela democratização paraguaia exigiram muito fôlego, paciência e perspicácia daqueles sujeitos dispostos a encará-la.

3. Gênese e estruturação do feminismo paraguaio

Durante a década de 1980, as formas de vigilância e repressão do regime stronista continuavam a solapar os grupos e práticas de resistência política articulados discretamente no âmbito da sociedade civil paraguaia. Uma breve busca na compilação dos “Arquivos do Terror”⁷⁴ pode indicar que nesse jogo subterrâneo de repressão e resistência, os grupos civis, urbanos e rurais, foram gradualmente conformando espaços, senão públicos, informais de mobilização. Se nos voltarmos para a literatura produzida àquela época sobre articulação de demandas civis, veremos que, “à primeira vista, um estudo sobre movimentos sociais poderia ser considerado como algo estranho ou impensável” (RIVAROLA, 1986, p.13). Não tão ‘impensável’ assim, pois os sete capítulos aí reunidos – dentre os quais são tratados atores sindicais, crise econômica, luta por terra e ‘mulheres urbanas’⁷⁵ – davam sinais daquilo que, junto de Arditi e Rodriguez, chamamos de limbo entre ‘o presente não democrático e um futuro democrático’. “Hoje”, diziam esses autores em 1987, “é possível se constatar um processo de reversão paulatina da passividade societal. O processo de crescimento das demandas e tensões sociais nos últimos anos foi inegável” (ARDITI & RODRIGUEZ, 1987, p.23). O Paraguai da segunda metade dos anos 1980 via o renascimento paulatino e discreto da ‘sociedade apesar do Estado’. Tal renascimento civil, a despeito dos incansáveis olhos onipresentes de aparelho de vigilância policesca do stronismo, foi influenciado pela pressão de atores internacionais, nomeadamente as comissões de direitos humanos dos países vizinhos e das Nações Unidas⁷⁶, e também pela intensa demanda dos próprios atores domésticos, em especial, de parte da Igreja Católica.

Se olharmos desde a perspectiva dos dados reunidos nos “Archivos”, é possível observar como parte significativa das mulheres envolvidas na conformação da Coordenação de Mulheres do Paraguai estava, desde a primeira metade dos anos 1980, ligada a grupos e atividades sistematicamente vigiados pela polícia política stronista. A atuação dessas mulheres se dava em grupos de mobilização como, por exemplo, agrupamentos sindicais e partidários ou no movimento campesino. Alguns dos nomes centrais naquilo que ao fim dos anos 1980

⁷⁴ Em espanhol “*Archivos del Terror*”, nome dado ao conjunto encontrado de documentos e dados coletados pela polícia política do regime autoritário paraguaio. A tipologia dos documentos aí encontrados corresponde ao resultado da equação entre a relação do agente produtor do documento com a polícia secreta e um certo nível de “perigo” daquele grupo ou indivíduo vigiado. Assim, dispostos de menos a mais perigoso, os tipos de documentos são: informe, correspondência, delação, controle ou seguimento de pessoas, pedido de busca, entrada/saída pela fronteira. Panorama dos *Archivos* pode ser lido em BOCCIA PAZ, GONZÁLEZ & PALAU (1994).

⁷⁵ “La acción colectiva de las mujeres urbanas en el Paraguay”, de Graziela Corvalán.

⁷⁶ A publicação de “Movimentos sociais no Paraguai”, por exemplo, foi apoiada pela Universidade das Nações Unidas e por CLACSO.

conformaria o espaço feminista de mobilização no Paraguai, nomes que, portanto, aparecem com frequência nesta tese, como Line Bareiro e Perla Yore, podem ser vistos, sob a vigilância do regime, ao lado de organizações como o extinto “Banco Paraguaio de Dados” ou o “Partido Revolucionário Febrerista”, respectivamente. Gloria Rubin é outro nome histórico no feminismo contemporâneo paraguaio e que, à época de sua gênese, aparece junto da “Sociedade Interamericana de Imprensa” também vigiada pela polícia stronista. Esta última personagem está atualmente *del otro lado de la vereda*, à frente da Secretaria da Mulher, e teve sua biografia assim resumida:

“Glória Rubin é psicóloga e jornalista. (...) Participou da resistência a ditadura militar no Paraguai por meio de seu trabalho em uma rádio que apresentava programas que faziam oposição ou tentavam denunciar os abusos do regime militar; posteriormente tais programas passaram a ser voltada a causa feminista em prol da igualdade de direitos. Ela é a futura Ministra da Mulher no Paraguai” (RUBIN, 2008, p.2).

Sendo parte de um conjunto mais amplo de casos, os nomes de Line Bareiro, Perla Yore e Gloria Rubin ilustram um dos lados daquilo que a literatura sobre democratização e mulheres organizadas designa como ‘dupla militância’ (VARGAS & SCHUMACHER, 1995; WILLS & ZAMBRANO, 2002; ALVAREZ et al, 2004). Ou seja, num contexto político antidemocrático em distensão, a luta dessas mulheres estava voltada, em parte, para grupos de contestação nos quais eram tratados temas politicamente gerais, e também mínimos, como respeito aos direitos humanos ou liberdades de associação e de expressão. Nota-se, então, que a fundação da CMP ao início de 1988 transcorre em um contexto ainda autoritário, muito embora o regime viesse ao longo daquela década dando sinais evidentes de cansaço.

Mas, e a outra parte daquela dupla luta? Porque e como se dá o primeiro impulso dessas mulheres, já mobilizadas em torno de outros agrupamentos vigiados, no sentido de lutar “pelas mulheres”? Para responder essa questão, é necessário olhar para o quando da formação da CMP e procurar aí as condições oportunas que facilitaram a passagem do potencial de mobilização, senão à própria ação coletiva rumo ao Estado, a uma forma real de articulação feminista.

3.1. Sobre a gênese do feminismo contemporâneo no Paraguai. Oportunidade ou projeto político? (Ou ambos?)

Em fins de 1985, o governo de Alfredo Stroessner promulgava seu mais novo Código Civil, cujo “livro primeiro” trata “das pessoas e dos direitos pessoais nas relações de família”. Seu décimo quinto artigo diz que “a capacidade de direito e de fato é igual para o homem e para a mulher, qualquer que seja o estado civil desta, salvo as limitações expressamente estabelecidas em lei”

(grifo meu). Traduzindo: homens e mulheres são iguais *pero...* Tais 'limitações expressamente estabelecidas' faziam toda a diferença para os direitos das mulheres, que eram discriminadas por vários artigos e, não raro, de forma internamente contraditória, em três pontos básicos: em primeiro lugar, a capacidade legal da mulher casada que então se tornava função da vontade do marido⁷⁷; em segundo lugar, a posição de refém do matrimônio dada à esposa quanto aos direitos de administração dos bens familiares⁷⁸; e, por fim, o tratamento rígido do concubinato que, além de usar uma terminologia imprecisa e infantilizante com relação à mulher, tinha como efeito indireto vulnerabilizá-la⁷⁹.

Como algumas mulheres mobilizadas viriam a provar pouco tempo depois⁸⁰, várias partes do primeiro livro do Código Civil entravam em uma contradição patente com a Constituição de 1967, segundo a qual “todos os habitantes da República são iguais perante a lei, sem discriminação alguma” (Art. 54). O que o novo regimento trazia era nada menos que a hierarquização de tipos de mulher, com maior ou menor grau de honra, mais ou menos capazes em função do estado civil, com tipos de relação íntima mais ou menos ‘legítimos’, isto é, uns mais protegidos por direitos que outros.

Em algumas das entrevistas uma interpretação bastante ácida desse retrocesso legal é fornecida, variando-se nela apenas seu personagem principal: ou o próprio general Stroessner ou a cúpula da tríade partido-estado-forças armadas ou algum jurista que encarnasse algo equivalente ao poder judiciário do regime, supostamente, teria uma rede de amantes e, daí, uma lei que tirasse dele a responsabilidade paterna, mas de forma a proteger “a família”, seria interessante e adequada a ele – seja quem for tal personagem. Seja como for, o que importa reter aqui é a formalização jurídica da desigualdade entre homens e mulheres, sintetizada nas três “limitações” acima elencadas. Não são homens ou mulheres e tampouco a sociedade paraguaia que o diz, é um *corpus* normativo que assim o prescreve: de saída, as decisões da mulher casada não contam, ela é como um semi-indivíduo, quase capaz, pois sua capacidade é, antes de tudo, de reprodução familiar e praticamente todo o resto (extrafamiliar) passa a depender da vontade dela e do marido. Marido-de-fato, diga-se de passagem, porque, no tratamento demasiado conservador dado ao concubinato, as formas alternativas de intimidade e

⁷⁷ “Será necessária a conformidade de ambos os cônjuges para que a mulher possa realizar de forma válida os seguintes atos: a) [dentre outros] exercer profissão, indústria ou comércio por conta própria, ou efetuar trabalhos fora de casa (...)” (Art. 158) (PARAGUAY, 1987).

⁷⁸ “A obrigação de manter a esposa cessa para o marido pelo abandono do domicílio conjugal que ela faça sem justa causa, se se recusa a voltar a ele” (Art. 162) (PARAGUAY, 1987).

⁷⁹ “É válida a obrigação contraída pelo concubino de passar alimentos a sua concubina abandonada, durante o tempo que ela necessite. Se o fez por sedução ou abuso de autoridade de parte daquele [concubino], poderá ser compelido a lhe dar uma indenização adequada, qualquer que seja o tempo de duração da união extramatrimonial” (Art. 218) (PARAGUAY, 1987).

⁸⁰ Veja-se ENM, p.75; 108.

de vínculo afetivo-sexual, para o bem da figura sagrada da família (e quiçá para o bem de alguns homens), encontrariam, a partir dali, maiores dificuldades em provar sua facticidade, não sendo mais vinculantes e não gerando obrigações legais e reciprocidades entre homens e mulheres. Desnecessário dizer que, debaixo do clima autoritário, essa mudança de cunho jurídico ocorreu sem a consulta da vontade civil, algo impensável à época. Dado o impacto de tal retrocesso jurídico para algumas mulheres, esse fato acabou por servir como a oportunidade para reunir os esforços que, em pouco tempo, dariam forma e vida à Coordenação das Mulheres do Paraguai.

Embora tenha sido promulgado no fim de 1985, o Código de veia notadamente sexista passaria a entrar em vigor apenas ao início de 1987. Nesse intervalo, atento ao retrocesso em marcha, o Centro Paraguaio de Estudos da Mulher (CEPEM), situado na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Assunção e sob a liderança de Olga Caballero, realiza um seminário no qual se reúnem e debatem “representantes de organizações não governamentais que se ocupam da condição da mulher (...) para refletir sobre este novo Código que afeta nossa vida” (ENM, 1987, p.7). A principal conclusão deste grupo foi a necessidade de convocar outra reunião e, nela, outras organizações de mulheres para expor e debater as ameaças e injustiças contidas no Código que entraria em vigor em 1987. Em junho deste mesmo ano, como seguimento daquele seminário, foi realizado o “Encontro Nacional de Mulheres ‘*Por Nuestra Igualdad ante la Ley*’”. O Encontro foi impulsionado por treze organizações civis - ‘Alter Vida’, Associação de Advogadas do Paraguai, ‘Base’ Investigações Sociais, Centro de Estudos Humanitários, Grupo de Estudos da Mulher Paraguaia, Centro Paraguaio de Estudos de População, Círculo de Advogadas do Paraguai, Frente Amplo de Mulheres, Mulheres pela Democracia, União de Mulheres do Paraguai, ‘Palavra de Mulher’ da Rádio *Ñanduti*, além do próprio Centro Paraguaio de Estudos da Mulher e da Pastoral Social Arquidiocesana, que forneceu o espaço físico para a reunião.

Esse evento se dividiu em dois dias e assumiu o formato de plenárias, nas quais as “distintas panelistas”, “muito qualificadas em suas respectivas áreas, falaram sobre a discriminação das mulheres partindo de diversos enfoques” (VALIENTE, 2003, p.7). “Fizemos apresentações sobre os aspectos mais ressaltantes da discriminação da mulher”, elas seguem, “refletimos em oficinas, conversamos durante as refeições e nas plenárias chegamos a pontos de convergência, que agora apresentamos neste livro” (ENM, 1987, p.8). Os sete capítulos do livro-memória do Encontro Nacional de Mulheres correspondem à exposição de dez ‘panelistas’ e fornecem alguns dos termos-chave sobre os quais e em torno dos quais seu projeto político foi forjado. Os contornos mais gerais desse projeto estão sintetizados na introdução e na

conclusão da memória do Encontro, de forma a encerrar parcialmente a lógica argumentativa de seus sete capítulos⁸¹. No entanto, antes de entrar nos meandros desse projeto, cujos efeitos se fariam sentir logo ao início do seguinte ano com a criação da CMP, vale destacar a repetida referência nos documentos e em algumas entrevistas à forma altamente coesa assumida por esse Encontro.

“Ao final do encontro saímos enriquecidas com sentimentos de solidariedade. Constatamos que unidas, acima de qualquer credo religioso ou ideologia política, pudemos refletir e discutir num marco de respeito mútuo e aceitação do dissenso. Manifestamos nossa desconformidade com a discriminação de que somos objeto e deixamos claro que nossa luta será pela igualdade” (ENM, 1987, p.8) (Grifos meus).

Ou ainda:

“Queremos destacar aqui o ambiente de respeito e fraternidade com que se realizaram as plenárias, [destacar] a responsabilidade das companheiras e a solidariedade que foi o motor que nos impulsionou a concretizar tão importante evento” (CABALLERO, 1987, p.104)

Para este mesmo sentido aponta reflexão de Line Bareiro sobre os rumos assumidos pela relação entre as organizações de mulheres e o Estado paraguaio: “[assim que] deram o passo de pequenos grupos a articulações maiores”, ela diz, “em 1987, o objetivo que as uniu [as organizações] foi a transformação da ordem jurídica naquilo que as afetava, discriminando-lhes em seus direitos civis” (BAREIRO, 1991, p.12). Seria possível multiplicar as versões dessas falas, pois a sua ideia central é hoje ponto pacífico no feminismo paraguaio: não apenas o retrocesso legal impelido pelo regime autoritário era uma ameaça aos direitos das mulheres, mas também o fato de ele ser explicitamente retrógrado (em especial, com relação ao concubinato) facilitou a vocalização em uníssono das demandas das mulheres organizadas. A passagem acima nos dizia: os ‘sentimentos de solidariedade passaram por cima da ideologia política’. Tais ‘sentimentos’ conseguiram a façanha de colocar debaixo de um mesmo guarda-chuva político o Círculo de Advogadas e a Associação de Advogadas, dois grupos historicamente apartados devido à intimidade excessiva desta última com o Partido Colorado. A ideia de um ‘por cima’ pode ser percebida também em uma avaliação positiva do Encontro: “apesar das diferenças, foi possível chegar a interessantes conclusões para pensar uma mudança” (ENM, 1987, p.132) (Grifo meu).

Vê-se, então, como a mudança no regulamento jurídico serviu como oportunidade excelente para a unificação e o agrupamento de mulheres que, como vimos, já atuavam em

⁸¹ Para designar os elementos textuais gerais – introdução (p.7-8), conclusão (p.125-127) e avaliação das participantes (p.131-136) –, utilizei apenas a referência ENM, 1987. Com relação aos capítulos aí publicados, utilizo o nome das próprias autoras tal como elas são apresentadas no índice da memória do Encontro. São sete capítulos escritos por dez ‘panelistas’ ou expositoras. Desses sete capítulos, cinco deles são de autoria individual, e os dois restantes levam três e duas autoras cada um.

discretas cenas e grupos de aspiração democratizante. Essa situação responde adequadamente aos pressupostos da noção de oportunidade política, visto que um fator exterior à movimentação civil e de âmbito formal – o Código, neste caso – abriu portas para o impulso mobilizador do Encontro Nacional de Mulheres, na sequência da iniciativa anterior do Centro de Estudos da Mulher Paraguaia. Mais que isso: o próprio tom da nova regulamentação, anacrônico e patriarcal, acabou por fazer dela, não só um mero inimigo, mas o inimigo comum contra o qual se luta⁸². “A sanção do código civil machista se converteu no catalisador de uma série de iniciativas que estavam sendo levadas adiante pelas mulheres” (VALIENTE, 2001, p.6). Para usar os termos de Tarrow a respeito de governos repressivos, poderíamos dizer que o tom e a promulgação do Código forneceram às mulheres, respectivamente, “um campo unificado e um objetivo centralizado” (TARROW, 1997, p.168) para sua mobilização, mesmo que discreta, pois o ambiente formal era ainda autoritário. É daí, da relação contra esse inimigo comum encarnado no Código, que as menções a coesão, união e ‘solidariedade apesar das diferenças’, ganham sua adequada compreensão.

Se explica o quando da mobilização, a noção de oportunidade parece, contudo, insuficiente para dar conta das categorias através das quais as mulheres mobilizadas constroem seu argumento, quais questões político-culturais a sua mobilização traz a público, quais, enfim, os significados atribuídos àquelas categorias. Nada disso parece iluminado por condições oportunas e externas. Falta ainda responder qual foi o projeto político forjado no Encontro Nacional de Mulheres e cujos efeitos levaram à formação da CMP. Uma pista foi há pouco citada e sublinhada: “Manifestamos nossa desconformidade (...) e deixamos claro que nossa luta será pela igualdade”. Outro dado importante para entender o projeto fundador da CMP pode ser visto na influência literalmente nominal que a rede herdou do Encontro Nacional de Mulheres. Até meados da década de 1990, em vários de seus documentos, a rede feminista assinava com o nome de *Coordinación de Mujeres del Paraguay/Por Nuestra Igualdad ante la Ley*. Aqui, duas coisas saltam aos olhos: primeiro, a formação da CMP é diretamente tributária da organização do Encontro Nacional. E, segundo, a defesa da necessidade de transformação da lei, em chave igualitária, será a primeira e distintiva forma de contestação ativa dessas mulheres. Nestes termos, visto que a luta delas foi ‘pela igualdade’, pode soar óbvia a ideia de que o projeto político da CMP, ao tempo de sua fundação, girava em torno de uma matriz jurídico-igualitária. Mais óbvio ainda se nos apegássemos àquela oportunidade aberta pelo

⁸² Tal representação do regime autoritário como inimigo comum se repete literalmente no caso do feminismo chileno. Veja-se RÍOS, 2002, p.317. O mesmo tom de unísono se repete na voz de uma feminista entrevistada por S. Alvarez: “Varias de mis entrevistadas”, diz ela, “declararon que, ‘en aquel entonces’ era (...) más simple ‘estar unidas entre nuestras metas’” (ALVAREZ, 1998, p.269).

Código Civil sexista e, a partir dela, estabelecêssemos um projeto político correspondente e que visasse transformá-lo. Se fosse este o caso, a qualificação de “jurídico-igualitário” responderia à lógica explicativa da oportunidade política, que, sem mais, sobrepor-se-ia aos projetos políticos, não apenas dando vazão a eles, mas determinando também sua natureza interna.

Para problematizar a interconexão entre esses dois momentos da explicação, vamos voltar a fins do regime stronista, quando, paralelamente aos esforços que levariam à formação da CMP, era gestado um projeto político de ênfase e natureza distintas às do Encontro Nacional.

Vimos ao início deste capítulo que a década de 1980 viu renascer de modo informal e vigiada as formas civis de resistência ao autoritarismo no Paraguai. Vimos, ainda, que a mudança no Código civil paraguaio levantou e uniu a força associativa de algumas mulheres voltadas para o Encontro Nacional de Mulheres. Dentre as treze siglas à frente da organização desse encontro estava a “Frente Ampla de Mulheres” (FAM), liderada por Perla Yore⁸³. Quase imediatamente após a realização do Encontro Nacional, algumas das principais participantes da Frente Ampla convocam e realizam, em outubro de 1987, uma reunião chamada *Encuentro Taller de Mujeres*⁸⁴, formando um agrupamento de existência volátil e de denominação quase homônima, o ‘Grupo-Taller’. “A efervescência gerada pelos diferentes grupos de mulheres nesse momento [ao fim do Encontro Nacional], (...) leva a FAM a assumir a organização de uma jornada similar na qual as participantes pudessem refletir e debater questões do cotidiano” (YORE & COLAZO, 2001, p.29).

⁸³ “[À convocação da Frente Ampla de Mulheres, companheiras de diferentes setores (...) conformamos a organização que levou a cabo o encontro [Taller]” (ETM, p.10). Veja-se também YORE, Perla.; COLAZO, Carmen. *Al rescate de nuestra historia*, 2001, p.20-21. Este livro traz marca emblemática da relação mais conflituosa no feminismo paraguaio que dividiu e divide ‘investigadoras’ e ‘políticas’, e às vezes lhes opõe. Essa divisão está sugerida no título “Ao resgate de nossa história”, de autoria de Perla Yore e Carmen Colazo. ‘Resgate’ aí deve ser tomado como tentativa de reinscrever a posição ocupada pelas mulheres ‘políticas’ na história de lutas e conquistas feministas, em oposição à história escrita pelas ‘investigadoras’: “[Devemos] a essas mulheres políticas a existência da perspectiva de gênero no capítulo ‘mulher’ do Plano Nacional de Desenvolvimento [de 1989] (...). Elas foram protagonistas, (...) ainda que nenhuma placa as immortalize na Secretaria da Mulher por elas conquistada, ainda que muitas investigadoras e mulheres cientistas silenciem seus nomes nos informes, livros, vídeos e cursos” (COLAZO, 2001, p.12-13). Tão conflituosa quanto fundamental no feminismo paraguaio, essa divisão terá espaço adiante.

⁸⁴ Uma cópia do documento “Encuentro Taller de Mujeres” – doravante ETM, 1988 (ano de sua publicação) – me foi entregue, em entrevista, por Gloria Rubin, uma das idealizadoras do evento e ‘instrutora’ da oficina ‘mulher e identidade’.

Figura 2: Facsímile da capa da memória do Encontro-Taller



Fonte: ETM, 1988.

Tomada de um ponto de vista mais amplo, a existência dessas duas reuniões de mulheres, o Encontro Nacional e o Encontro-Taller, nos leva àquele clima de efervescência e àquele limbo intermediário que marcou a segunda metade da década de 1980 no Paraguai: essas duas grandes reuniões estavam dentro de um processo maior de rearticulação dos atores civis paraguaios. Tomando emprestada a frase de B. Arditi e J. C. Rodriguez, as mulheres ao redor desses dois encontros “não esperaram a chegada da democracia política para fazer suas mobilizações” (ARDITI & RODRIGUEZ, 1987, p.97). Suas reuniões estavam nesse clima maior

de retomada de vozes civis, como foi o caso de camponeses e de atores sindicais e estudantis, e suas trajetórias estavam enraizadas em alguns desses agrupamentos.

Uma perspectiva mais sistemática sobre dados e documentos datados desse período intermediário poderia levantar outra questão: unindo provas empíricas relativas à mobilização nos encontros de mulheres a outras desse mesmo naipe, poderíamos iluminar de outro ângulo o consagrado argumento segundo o qual as insatisfações hierárquico-institucionais e materiais ocupariam quase que isoladamente a raiz do fim do regime stronista. E, nessa via, perguntar em que medida o cansaço stronista de fins daquela década tinha mais do que causas institucionais e internacionais; como, em que medida e de qual forma os discretos agrupamentos de contraforças civis que tomaram forma àquela época contribuíram para a estafa final do regime? Obviamente, não foram todos os grupos civis, nem a maior parte dos seus projetos, que se fizeram imprimir na disputa semidemocrática que marcaria os anos 1990. (Esse foi o caso, por exemplo, do Grupo-Taller, cuja existência efêmera deve ser tratada no próximo tópico.) Questões como essas ficam para uma possível agenda de pesquisa sobre processos de reconstrução democrática em contextos propriamente autoritários.

Para o que nos interessa aqui, vamos voltar aos projetos veiculados pelas memórias do Encontro Nacional de Mulheres e do *Encuentro Taller de Mujeres*. Colocá-los lado a lado (ver quadro abaixo), indagando as ênfases e usos significativos de um cada desses projetos, pode nos ajudar, primeiramente, a problematizar a relação entre projeto e oportunidade e, no próximo subtópico, a observar no detalhe a gênese do espaço de mobilização propriamente feminista no Paraguai.

Um parâmetro eficaz para contrastar os projetos de cada uma das reuniões pode ser visto nos índices dos livros que delas resultaram.

Quadro 2: Sumários dos encontros de mulheres de 1987

<i>Encuentro Nacional de Mujeres</i>	<i>Encuentro Taller de Mujeres</i>
[subnome] <i>Por nuestra igualdad ante la ley</i>	[subnome] “ <i>Educación formal e informal, Pautas que nos discriminam, Estrategias para el cambio</i> ”
Discriminação da Mulher na atualidade no Paraguai	(Oficina 1) Mulher e Identidade
Ser Mulher no Paraguai. Estatísticas da discriminação segundo dados do censo de 1982	(Oficina 2) Mulher e família
A Condição Legal da mulher no Paraguai: parte geral	(Oficina 3) Mulher e trabalho
O Código Civil Paraguaio Vigente: instâncias de uma discriminação antimulher	(Oficina 4.1) Sexualidade feminina*
A Capacidade Civil da Mulher Casada: primeira parte	(Oficina 4.2) Sexualidade feminina*
Condição Legal da Mulher Casada: segunda parte	(Oficina 5) Mulher e os meios de comunicação
O Concubinato: algumas considerações sobre o próprio no Código Civil Paraguaio	(Oficina 6.1) Mulher e forças políticas
Conclusões / diretrizes	(Oficina 6.2) Mulher e forças políticas
Avaliação das participantes	(Oficina 7) Mulher jovem
Fotos e comentários da imprensa	[Fotos e comentários da imprensa]**
“Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher”. Ratificação	Avaliação das participantes
	Conclusões gerais do encontro / ações
	Pronunciamento do “Grupo-Taller”

Fonte: o autor, a partir das memórias dos eventos em tela.

* Para fins da exposição, as oficinas 4.1 e 4.2 tiveram sua posição alteradas no quadro, pois no livro “*Encuentro Taller de Mujeres*” elas aparecem respectivamente às páginas 26 e 23.

** Embora não contenha esse sub-título (“fotos e comentários da imprensa”), é exatamente este o conteúdo do livro entre a última oficina e a “avaliação das participantes”.

O primeiro e mais evidente traço da coluna relativa ao encontro “*Por Nuestra Igualdad*” é sua ênfase nas questões legais, pois cinco dos seus sete objetos de tematização são explicitamente abordados a partir de uma perspectiva jurídica. Tal ênfase se repete em seu anexo: uma convenção internacional e sua respectiva ratificação por parte do Paraguai. Dizer que as integrantes do “Encontro Nacional” enfatizavam questões legais não significa dizer que

elas compartilhem algo como uma visão jurídica de mundo, como se as desigualdades deste fossem produto ou espelho de normas legais. “A discriminação de que somos objeto”, afirmam em seu texto ‘A Condição Legal da mulher no Paraguai’, Line Bareiro e Esther Prieto, “se manifesta na família, na educação, nas oportunidades de acesso a postos de trabalho, nos salários desiguais pelo mesmo trabalho, em renegação a postos dirigentes, em falta de oportunidades de participar na tomada de decisões que nos afetam” (p.64). Neste mesmo sentido, as sociólogas do Grupo de Estudos da Mulher Paraguaia (GEMPA) também reconhecem os ‘condicionamentos’ da mulher:

“Outro aspecto no qual se manifesta o condicionamento cultural é na preocupação da mulher para alcançar a meta tradicionalmente mais desejada: o matrimônio. O casal, em termos mais modernos, se converte assim na medida de sucesso ou de fracasso da mulher” (CORVALÁN, RIVAROLA, ZARZA, 1987, p.15).

Ou seja, a discriminação jurídica é uma fonte de desigualdade dentre outras fontes e âmbitos, elas bem o sabem, a exemplo da educação e do casal como signo de sucesso/insucesso, por meio dos quais a mulher se torna ‘objeto da discriminação’. A ênfase sobre a lei e a necessidade de sua transformação são, para elas, pontos de partida compartilhados, pois “a luta pela igualdade da mulher não termina com a igualdade perante a lei”(BAREIRO & PRIETO, 1987, p.65).

A coluna da direita, por sua vez, permite ver como a forma de divisão e organização por oficinas promovida pelo encontro do Grupo-Taller desloca as discussões sobre o papel das mulheres em função dos seus contextos sociais variados (‘mulher e família’, ‘e trabalho’, ‘na comunicação’) e, também, em função de níveis de sua intimidade (‘mulher e identidade’, ‘sexualidade feminina’). Certamente os grupos de mulheres aqui reunidos não desconheciam a então infame legislação. Seria mesmo impossível desconhecê-la porque várias das mulheres organizadas, em especial aquelas que ocupavam postos de organização e redação, circulavam entre ambos os encontros⁸⁵. Ocorre que a ênfase dada no Grupo-Taller se voltava preponderantemente para essas esferas ou “âmbitos” da vida social. “Nossa ausência nos níveis de decisão e direção em todos os aspectos do fazer nacional”, lê-se à introdução, “[ausência] que se inicia com a repressão no núcleo familiar e que se transmite em todos os âmbitos, é nosso cotidiano constante” (ETM, 1988, p.9) (Grifos no original).

⁸⁵ À abertura da memória do *Encuentro Taller* é possível ler: “Agradecemos a colaboração de Centro de Estudos Humanitários, Grupo de Estudos da Mulher Paraguaia”, grupos de pesquisa dos quais faziam parte Graziela Corvalan, Mirtha Rivarola e Esther Prieto, três das “distintas panelistas” do Encontro Nacional. Já os nomes de Perla Yore e de Gloria Rubin aparecem como ‘responsáveis’ de ambos os eventos. O protagonismo dessas mulheres e siglas será tratado no próximo capítulo.

Essa mesma ênfase nos âmbitos sociais pode ser vista no pronunciamento com que se encerra o documento do Grupo-Taller e que, de quebra, dá acesso ao significado por ele atribuído à noção de ‘igualdade’:

“convocamos a todas as mulheres (...) a nos unirmos em uma luta solidária para reivindicar: 1) o direito à igualdade da mulher com o homem. No matrimônio, no lar, nas decisões políticas, no trabalho, na educação, na saúde. Que se elimine, além disso, toda a discriminação baseada em raça, religião, classe, orientação sexual, idade ou estado civil” (ETM, 1988, p.77) (Grifos no original).

O cotejo entre as premissas de cada um dos projetos é rico. Para as integrantes do Grupo-Taller, “igualdade” é uma categoria referida a relações sociais travadas entre homens e mulheres nos mais diversos contextos, de tal forma que são estes últimos que emprestam sentido àquela categoria e servem de escopo da transformação. Para elas, falar de relações igualitárias é falar de “igualdade no lar, nas decisões, no trabalho...” (*idem*).

Já a noção de ‘igualdade’ com a qual trabalham as integrantes do Encontro Nacional de Mulheres aponta para o Direito. Como nos diz Pilar Callizo: “da leitura do artigo 158”, segundo o qual a esposa depende da vontade do cônjuge para ter uma vida extrafamiliar, “surge que a igualdade de direito é meramente declarativa” (1987, p.108). Aponta para diversos “âmbitos do direito”: “Sabemos que a análise das leis vigentes é somente uma primeira fase”, dizem Line Bareiro e Esther Prieto, “[sabemos] que se deve elaborar uma proposta pelo banimento dessas leis, pela sanção de leis igualitárias em todos os âmbitos do direito” (1987, p.64). Essa ‘igualdade’ é, antes de qualquer coisa, jurídica, e é este o seu ponto de partida:

“[A] igualdade perante a lei constitui um pressuposto indispensável para fazer uma mudança rumo a uma sociedade de seres humanos, que liberte de papéis estabelecidos limitantes ambos os sexos.
(...)”

Nossos conceitos básicos:

1. Igualdade: entendemos por igualdade jurídica de homens e mulheres o reconhecimento de uma capacidade jurídica idêntica, independentemente do seu estado civil, e das mesmas oportunidades para o exercício dessa capacidade para as pessoas dos mesmos sexos” (BAREIRO; PRIETO, 1987, p.64-65) (Grifo meu).

Note-se que tais ênfases e os usos da ‘igualdade’ a elas subjacentes – uma mais voltada para as diversas esferas sociais e outra mais voltada para o nível jurídico – não são excludentes. Ambas não desconhecem o retrocesso legal em marcha e tampouco o fato de que são múltiplas e sociais as fontes de discriminação contra as mulheres. Daí a riqueza de olhar para aquelas categorias no interior dos projetos que tanto as engendram, aproximando-lhes e diferenciando-lhes, quanto fornecem uma matriz grupalmente forjada e compartilhada a partir da qual agir – e esta sempre foi uma das premissas fundamentais nesta noção: o projeto político serve como uma matriz de orientação para a ação (DAGNINO, 2002). Neste registro, ao

tratar das próprias ações para o futuro, para buscar a ‘igualdade’ entendida como relações igualitárias em diferentes âmbitos, o Grupo-Taller se ‘compromete’ a ‘lutar por’:

- “a) acesso à informação adequada sobre anticoncepcionais para todas as mulheres, como parte de uma educação sexual integral;
- c) [sic] o direito a receber igual salário pelo mesmo trabalho;
- d) a reforma do novo Código Civil, regulamentando aqueles dispositivos que se prestam a interpretações ambíguas da lei contra os direitos já adquiridos pela mulher” (ETM, 1988, p.77).

Dados os parâmetros de gênero do Paraguai de então, a tematização de questões íntimas e o ‘compromisso’ com uma ‘educação sexual integral’ eram argumentos bastante ousados. A noção de ‘igualdade’ do Grupo-Taller formava um triângulo com a ‘liberdade’ e com a ‘participação’ – “direito à liberdade para decidir sobre nossos corpos e nossas vidas. O direito a uma maternidade livre e consciente (...) direito à participação das mulheres em todos os níveis da sociedade” (ETM, 1988, p.77) (Grifos no original)⁸⁶. Esse projeto ousado, no entanto, não vingou e as razões disso serão apontadas nos próximos capítulos. Como veremos, as líderes da Frente Ampla e do Grupo-Taller formaram a ‘*Multisectorial de mujeres*’, centrando seus esforços na demanda por ‘participação’, ou seja, em sua luta por reconhecimento propriamente institucional.

Por outro lado, no todo do projeto forjado pelo Encontro Nacional de Mulheres “Por Nuestra Igualdad ante la Ley”, quatro eram as grandes conclusões:

- “1) que é fundamental trabalhar por uma mudança na mentalidade tanto do homem quanto da mulher no nosso país, conscientizando a sociedade acerca da igualdade de direitos de ambos”
- 2) que é necessário postular mudanças na concepção de família (...);
- 3) que se deve formular uma proposta de banimento das leis discriminatórias contra a mulher, especialmente as do Código Civil (...);
- 4) que urge a adoção de políticas de superação de leis, regulamentos, usos ou práticas discriminatórias contra a mulher” (ENM, 1987, p.125).

Logo em seguida, sob o nome de ‘diretrizes’, elas respondem a um dilema clássico da ação coletiva: quê fazer?

“Para fazer destes objetivos [acima elencados] realidade, se resolve encomendar as entidades organizadoras do Encontro [Nacional de Mulheres] as seguintes ações:

⁸⁶ É possível ver que a ideia de uso (livre) do corpo implicada na defesa do ‘direito à liberdade’ encontra ecos no conteúdo de algumas das oficinas do Encontro-Taller: “[A] sexualidade é outro aspecto importante na identidade da mulher, onde ela é vista fundamentalmente vinculada à reprodução” (1988, p.15); “O funcionamento do grupo [sexualidade feminina, 4.2] explicitou um fato muito importante, a saber, que existe uma grande necessidade de falar sobre nossa problemática e, muito mais, sobre um tema tabu como é o da sexualidade feminina (...). Homens e mulheres não conhecemos os mecanismos que obstruem nosso relacionamento. [Nós] mulheres não conhecemos nosso corpo, e ao desconhecê-lo, não o queremos, não sabemos como funciona, muitas vezes, não temos nem ideia também da sexualidade masculina” (ETM, 1988, p.23;25).

1. Denunciar aos organismos internacionais correspondentes a discriminação de que é objeto a mulher na legislação nacional.

2. Conformar uma comissão interdisciplinar cujas tarefas serão:

- a) a revisão e estudo profundo de todas as leis discriminatórias contra a mulher, contidas no Código civil;
- b) a formulação de uma proposta para acabar com as disposições que discriminam a mulher no Código Civil e propor leis igualitárias. Para isso se levará em conta:
 - que os bens da comunidade conjugal devem ser administrados por ambos os cônjuges de forma conjunta e igualitária;
 - que a mulher deve ter a liberdade para optar por levar seu sobrenome ou o do marido;

(...)

5. Criar um CONSELHO PERMANENTE PELA PARTICIPAÇÃO INTEGRAL E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO DA MULHER” (ENM, 1987, p.125-126) (Maiúsculas no original).

Menos de um ano após a realização do Encontro Nacional de Mulheres, em 1988, a Coordenação de Mulheres do Paraguai foi formada pelas idealizadoras, organizadoras e ‘distintas panelistas’ do Encontro. O projeto político fundador da CMP, como se nota nessas passagens, pode ser corretamente designado como jurídico-igualitário. É a partir desta matriz que a concepção de ‘igualdade’ como ‘igualdade jurídica’ e sua respectiva ênfase na transformação do canhestro Código Civil ganham sentido, servindo, a um só tempo, como instrumentos de interpretação e de transformação do mundo. Tomado no conjunto com os demais quesitos acima elencados, o quinto ponto das ‘diretrizes’ quer apontar para a gênese de uma articulação concreta – para “fazer daqueles objetivos realidade”, elas diziam, é necessário “criar um conselho permanente”. Esse conselho levou, quase meio ano após a realização do Encontro, o nome de Coordenação de Mulheres do Paraguai. A gênese da CMP se deve então aos esforços investidos no Encontro Nacional e estes, por sua vez, derivam quase que diretamente da oportunidade aberta pela mudança discriminatória no estatuto legal da mulher.

À primeira vista, se desconsiderássemos as bases do projeto inaudito e algo esquecido no feminismo paraguaio da extinta Frente Ampla de Mulheres, a noção de oportunidade política serviria à perfeição para explicar a natureza jurídico-igualitária do projeto fundador da CMP. Se seguíssemos tal linha de pensamento, o raciocínio seria mais ou menos o seguinte: por causa da oportunidade aberta pelo retrocesso legal experimentado pelas mulheres paraguaias, a natureza da resposta das mulheres organizadas foi jurídica e igualitária PP.93. Ação e reação: para uma lei injusta, dadas as condições oportunas, um movimento social justo e uma resposta nos mesmos termos (com sinal trocado) daquela injustiça... Ora, nada mais falso. Ao início deste tópico, nós vimos que o tom retrógrado do Código Civil fornecia às mulheres envolvidas no Encontro Nacional um mesmo campo unificado a partir de onde se mobilizar ‘apesar das diferenças’. Vimos além disso que no contexto de distensão e fadiga do stronismo, no qual se deu aquele retrocesso legal, a ênfase dada pelos projetos das mulheres organizadas poderia

ser eminentemente jurídica ou não. No empreendimento do Grupo-Taller, o escopo da transformação eram os múltiplos 'âmbitos' da vida social, sendo que o nível jurídico estaria entre outros, sem ser, entretanto, capital: elas, as idealizadoras do Encontro-Taller, "participa[m] de forma ativa na apresentação de propostas legislativas [no Encontro Nacional] (...), mesmo se entende[m] que a emancipação da mulher não pode se dar apenas com a modificação do marco jurídico vigente" (YORE & COLAZO, 2001, p.29). De braços dados com um viés ousado, no qual entraria a tematização da intimidade e da sexualidade femininas, a concepção de igualdade implicada no projeto do Grupo-Taller enfatizava a diversidade de esferas da vida e de fontes da discriminação.

Pois bem, como belo caso de oportunidade política, isto é, como fator externo ao movimento social, a inferiorização legal da mulher no Paraguai e seu contexto mais amplo de cansaço do regime autoritário explicam adequadamente o impulso inicial para a mobilização seja no Encontro Nacional de Mulheres, cujos frutos mais imediatos resultariam na criação da CMP, seja no Encontro Taller, cuja transformação posterior desembocou na chamada Multisetorial de Mulheres do Paraguai. Contudo, levantado e respeitado o cotejo entre os argumentos levantados por esses dois agrupamentos, fica ainda sem resposta a relação entre condições exteriormente abertas e a natureza interna dos projetos políticos. Ou seja, não é possível correlacionar de forma direta e mecânica a natureza jurídico-igualitária do projeto fundador da Coordenação de Mulheres do Paraguai ao contexto aberto e favorecido por aquela alteração institucional de viés sexista⁸⁷. Ou, invertendo os termos, sobrepor oportunidade a projeto seria reduzir tudo à política-institucional e, para evitar essa redução, vamos olhar para as organizações responsáveis pelo Encontro Nacional de Mulheres e para o perfil social de suas líderes 'panelistas'.

3.1.1 Origens sociais e intelectuais da Coordenação de Mulheres do Paraguai

Dado que o projeto político que esteve na raiz genética da CMP levava uma ênfase eminentemente jurídica, poderíamos rapidamente pensar que isso se deve ao tipo de educação formal de suas líderes: provavelmente elas são advogadas e, então, nada mais natural que a transformação jurídica seja o meio e alvo privilegiado da sua vontade coletiva. De fato, pouco

⁸⁷ Outras interpretações tendem a fazer uma correspondência direta, porém fortemente ambígua, entre oportunidade e movimento social: "A conclusão mais importante disso tudo é que resulta evidente que o tipo de movimento que possa surgir em um momento dado dependerá das oportunidades políticas específicas que o catalisem. Sabíamos que estas [oportunidades] determinavam o momento se seu surgimento, mas devemos aceitar que também têm uma grande influência quanto à forma que [os movimentos] adotam. (...) É possível dizer então que o tipo de oportunidade aproveitada determina, de forma muito geral, o tipo de movimento que surgirá" (McADAM, McCARTHY, ZALD, 1999, p.34) (Grifos meus). A diferença entre tipo e forma não fica explicitada nestes autores, e, a partir deles, ficamos sabendo apenas que a oportunidade mantém uma relação 'muito geral' com o surgimento do movimento.

mais da metade de suas 'panelistas', seis das dez expositoras, tinha sua formação universitária em Direito. No entanto, de forma bastante interessante, nenhuma das autoras dos painéis debatidos no Encontro, fossem elas formadas ou não em Faculdades de Direito, estava ligada à Associação e tampouco ao Círculo de Advogadas do Paraguai, não sendo advogadas de atuação profissional. Assim, a formação e tampouco a atuação jurídicas de parte importante das 'panelistas' do Encontro não explicam *per se* a ênfase desse projeto⁸⁸.

Se olharmos para o conteúdo das siglas das organizações que lideraram o Encontro Nacional, encontraremos um perfil bastante próximo daquilo que T. Skocpol chamou de 'carreira ampla', isto é, uma combinação de 'pesquisa social' com 'ativismo cívico' e também com 'períodos intermitentes no serviço público'⁸⁹. Essas siglas designam grupos ou centros 'de estudos', 'da mulher', 'de população', 'estudos humanitários', 'investigações', para não mencionar o núcleo impulsor daquele seminário de fins de 1986. O que esses nomes mostram em seu conjunto é que, ao lado de uma certa intimidade com a linguagem do Direito (compartilhada por quase metade das autoras do Encontro, mas cujo domínio não pressupunha seu exercício profissional necessariamente), essas mulheres traziam em sua experiência uma determinada e específica capacidade intelectual quanto à compreensão das formas de opressão feminina. Tal capacidade se expressa não tanto na ideia anteriormente defendida de que elas prescindem de uma visão jurídica de mundo. Muito antes, vindas de organizações não-governamentais e redes de pesquisa, como por exemplo, o Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos (CPES), essas autoras contavam com os recursos intelectuais através dos quais são capazes de argumentar a respeito, não só da multiplicidade social das formas de discriminação, mas também da necessidade de sua transformação. Seus textos trazem nas referências bibliográficas nomes de intelectuais paraguaios como Benjamin Arditi e Luis Galeano (interlocutores, amigos e parentes dessas mulheres⁹⁰), e sobrenomes internacionais a

⁸⁸ Dizer que a formação acadêmica não é determinante por si só nesse projeto e, mais adiante, nos rumos assumidos pela articuladora a que ele serve de matriz, significa prescindir do tipo de explicação que olha para dado perfil universitário e dele desdobra um destino correlato para as lutas (neste caso) feministas, tal como o faz V. Montecinos (2003), que estabelece uma relação direta entre a 'disciplina da economia' e 'tecnocracia de gênero'. Diria que esse tipo de análise peca precisamente por prescindir da função de mediação realizada pelo projeto político, que não decorre única ou diretamente de um dado saber consagrado.

⁸⁹ Skocpol, 1995, p.349. A análise do perfil social das líderes do Encontro Nacional se inspira na análise de '*Educated women as Reform leaders*' (p.340-ss) e naquilo que Skocpol chama de 'linhas duais de determinação'(p.47), por meio das quais ela abre mão de uma forma político-institucional de explicação da ação coletiva, de forma a 'combiná-la' com 'fatores sociais' na base da formação de 'grupos politicamente ativos' – os destacados são termos dela.

⁹⁰ Os exemplos de cruzamento entre relações intelectuais e de parentesco se multiplicam na sociedade civil paraguaia. Para o que interessa aqui basta notar que o prefácio de "A sociedade apesar do Estado" (1987), de autoria de Benjamin Arditi e de José Carlos Rodriguez, foi escrito por Line Bareiro. Este último autor é irmão da 'jornalista feminista', citada no próximo subtópico, Maria Liz Rodriguez, ao passo que Domingo Rivarola, o organizador de "Movimentos sociais no Paraguai" (1986), é pai de Mirtha Rivarola, então pesquisadora de GEMPA e atualmente no Fundo de População das Nações Unidas, UNFPA-Paraguai.

exemplo de Julieta Kirkwood, Simone de Beauvoir e Jean Paul Sartre, ou ainda Virginia Vargas, Silvia Pimentel e Paul Singer.

Não somente isso: ao mesmo tempo em que trazem tais referenciais teóricos, elas são sua própria bibliografia. Desde a primeira metade da década de 1980, o subgrupo de mulheres envolvidas com a 'pesquisa social' produzia diversas reflexões sob a forma de artigos, de relatórios, de depoimentos ou de livros, nos quais era abordada a temática das mulheres. Esse é o caso de Olga Caballero e também de Graziella Corvalán, que, além de organizar a revista 'Enfoques de Mulher' desde 1986, reuniu a 'Bibliografía dos estudos da mulher no Paraguai'⁹¹. Foi o exemplo de Manuelita Escobar e de Line Bareiro, autoras de "Obstáculos para a participação política das mulheres no Paraguai", texto citado na memória do Encontro Nacional, e, ainda, das reflexões de Olga Zarza, Maria Victoria Heickel e de Esther Prieto, nessa área de tematização específica ou em temas afins⁹².

A partir dessas reflexões, o caráter altamente intelectualizado das mulheres da 'pesquisa social' não apenas marca o perfil das lideranças do Encontro Nacional, como é também parte constitutiva do argumento defendido no e pelo projeto desse encontro. Os dois capítulos de abertura da memória dessa reunião – 'Discriminação da Mulher na atualidade' e 'Ser Mulher no Paraguai' – foram redigidos, respectivamente, pelas sociólogas do Grupo de Estudos da Mulher Paraguai (GEMPA), situado no CPES e de BASE-IS. Neles são apresentadas pesquisas e estatísticas a partir das quais são diagnosticadas diferentes formas de discriminação contra a mulher a partir de diferentes posições de classe. No texto das pesquisadoras do GEMPA, a "discriminação econômica" ganha centralidade, pois ela "impõe a mulher uma série de limitações e obstáculos para sua incorporação e desempenho no mundo da produção em condições de igualdade com o homem"⁹³. Articulada a uma "superestrutura cultural" reprodutora de "valores patriarcais"⁹⁴, e no bojo dos processos de pauperização e de emigração do mundo

⁹¹ GODOY ZIOGAS, M.; CABALLERO AQUINO, O.; ESCOBAR de PEÑA, M. *Pintadas por sí mismas*. Asunción, El Gráfico SRL, 1986. CORVALÁN, G.; CENTURIÓN, M. *Bibliografía sobre estudios de la mujer en el Paraguay*. Asunción, CPES, GEMPA, 1986.

⁹² BAREIRO, L.; ESCOBAR, M. *Obstáculos para la participación política de las mujeres en el Paraguay: caso del movimiento estudiantil Independiente*. In: Conferencia Internacional sobre Participación Política de la Mujer en el Cono Sur. Montevideo, junio de 1986. BAREIRO, L.; ESCOBAR, M.; ZARZA, O.; MAYEREGGER, H. *Las mujeres paraguayas y su participación política: 30 testimonios*. Conferencia Internacional... Montevideo, junio de 1986. HEIKEL, M.V. *El aprendizaje en el cotidiano y la participación de mujeres en sectores populares*. BASE, 1985. HEIKEL, M.V. *Los proyectos populares de ocupación del suelo. Vivienda, Municipios y Participación*. Ponencia presentada al Seminario 'Vivienda popular y los programas de reubicación de damnificados'. CEURA, CLACSO, CPES, BASE, 1985. PRIETO, E. (198?) *Indígenas y Democratización en América* In Anuario Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica.

⁹³ G. Corvalán, M. Rivarola, O. Zarza. "Discriminação da Mulher na atualidade" In: *Por nuestra igualdad...*, p.17.

⁹⁴ "[Podemos] concluir que a discriminação econômica da mulher está determinada tanto pelas condições próprias do mercado de trabalho quanto por toda uma superestrutura cultural que sobredetermina a [discriminação] anterior a partir de valores patriarcais que definem de forma estereotipada a posição da mulher na sociedade" (CORVALÁN, RIVAROLA, ZARZA, 1987, p.24).

rural, a discriminação atinge de forma mais grave e específica um grupo social: “a modernização prejudicou mais fortemente um amplo segmento social do campesinato (...). Trata-se do [grupo] conformado pelas unidades familiares encabeçadas por mulheres, geralmente com prole numerosa”⁹⁵.

Já o segundo capítulo, bastante enraizado numa espécie de demografia crítica, faz um diagnóstico ‘quantificado’⁹⁶ das várias faces da desigualdade desagregadas por sexo: de caráter espacial (no *continuum* rural/urbano), lingüística (monolinguismo guarani/castelhano ou bilinguismo), escolar (oportunidade/desistência de educação formal), por forma de inserção no mercado e natureza do trabalho, e também na estrutura do lar. No emaranhado complexo dessas faces, os dados mostram que a organização familiar no Paraguai da década de 1980, embora mantivesse um padrão de divisão sexual do trabalho mais rígido nas áreas rurais que nas áreas urbanas, estava submetida a uma transformação interna e intensa, a saber, uma tendência na qual, devido à diversificação nas oportunidades de educação, à migração rumo aos centros urbanos, e à femininização do trabalho no mercado informal, as mulheres (sejam elas mães ou avós, fossem solteiras ou separadas, no campo ou na cidade) passam a chefiar as unidades familiares sem a presença conjugada de homens e tampouco sem sua liderança econômica.

“A proporção relativamente grande de mulheres em lares unipessoais, na cidade e no campo, deixa ver um alto grau de independência efetiva dessas mulheres, e confirma a tendência que vinha se insinuando sobre a maior capacidade (...) de alterar formas tradicionalmente consolidadas, que marcaram por bastante tempo os limites do comportamento feminino” (HEIKEL, 1987, p.45).

Logo após essa conclusão, em seu anexo (p.46-62), encontram-se quinze quadros que se somam às tabelas apresentadas e discutidas ao longo do capítulo. Juntos, os dois textos introdutórios exemplificam adequadamente a posição ocupada pela ‘pesquisa social’ (e, por conseguinte, pelos instrumentos e recursos intelectuais ligados a esse tipo de pesquisa) no argumento veiculado pelo Encontro Nacional de Mulheres. Os diagnósticos desses textos servem, de forma tácita ou explícita, como uma espécie de inspiração bibliográfica para os demais capítulos.

Dizíamos antes que um dos pontos mais criticados pelas mulheres reunidas no Encontro Nacional girava em torno da reorientação legal assumida pelo concubinato: “[Sob] o pretexto de proteger vínculos legais se ignora uma realidade (...). O princípio do Código é que as uniões de fato não devem ser amparadas por lei”, nos diz Olga Caballero (1987, p.103), e segue:

⁹⁵ “Discriminação da Mulher na atualidade” In: *Por nuestra igualdad...*, p.19.

⁹⁶ “O trabalho realizado não tem pretensões acadêmicas, [e] nem todos seus ‘achados’ são uma novidade. Sua principal contribuição deveria estar em que, ao quantificar os fatos conhecidos, se tem uma ferramenta a mais para avaliar em sua justa magnitude o problema das diferenças por sexos” (HEIKEL, 1987, p.26).

“Recortam-se drasticamente os direitos da concubina. Os legisladores pretendem por fim as uniões de fato desprotegendo os direitos daquela.

O concubinato é uma instituição muito arraigada na nossa sociedade e a porcentagem desse tipo de uniões em alguns lugares do campo chega de 60 a 80%. Não é com limitações de tipo legal que se erradicará esse tipo de costume” (CABALLERO, 1987, p.103).

Ao tentar regular juridicamente a dinâmica das relações afetivas, o Código Civil stronista não estava somente defendendo uma versão idealizada de família nuclear e biparental – com a esposa no seu devido e privado lugar, é evidente. Ao mesmo tempo, ele estava solenemente ignorando o concubinato, esse ‘costume’, verdadeira ‘instituição’ paraguaia cuja ‘realidade’, segundo os resultados das pesquisas sociais, tendia a apontar para a ‘alteração’ de padrões e ‘formas tradicionais’ de organização familiar. Expressamente inspirada pelos achados sociológicos, a ideia do concubinato como ‘fenômeno social’ é reafirmada no texto de fechamento da memória do Encontro, de autoria de Mercedes Sandoval de Hempel – quem, alguns anos depois, redigiria a versão final da lei que revogou a desigualdade legal de gênero no Paraguai, consagrando a primeira grande conquista da ação coletiva dessas mulheres. Diz ela:

“A união conjugal de fato é um fenômeno social de longa data e de considerável extensão, a tal ponto que sob legislações que o regulamentaram, o perseguiram ou simplesmente o ignoraram, [o concubinato] segue vigente, o que demonstra que sua persistência obedece a razões socioeconômicas e culturais profundas que não se podem desconhecer.

(...)

[é] precisamente agora, quando os sociólogos nos sensibilizaram sobre as sérias conseqüências deste fenômeno [do concubinato] cuja frequência segue aumentando, que se exige canalizá-lo por vias legais, pois suprimi-lo parece utópico.

(...)

[Frente] ao tratamento obsoleto de um fato social que, conforme dito, deve ser tratado com critérios renovados e positivos, [isto] nos permite afirmar que a consideração legal das uniões conjugais de fato no Código Civil merece e exige uma completa revisão” (SANDOVAL, 1987, p.119-123).

Como se vê, então, via e ênfase jurídicas estão diretamente informadas pelas conclusões da ‘pesquisa social’. Trata-se, dizia o argumento, de ‘canalizar por vias legais’ um ‘fenômeno’ para cuja seriedade os ‘sociólogos’ lhes ‘sensibilizaram’. A pesquisa opera como a base argumentativa a partir da qual se enuncia uma reivindicação, a partir da qual se ‘exige uma completa revisão’ do Código Civil então promulgado. Ainda que ocupe posição de peso na formulação do argumento do Encontro Nacional, a participação em grupos e núcleos de investigação não pode, contudo, ser considerada isoladamente como fator preponderante que marca o perfil social dessas mulheres.

Ao lado deste traço característico, tomando-se em conjunto as organizadoras do evento e suas ‘panelistas’, veremos que outro ponto de suas ‘carreiras ampliadas’ é a experiência

internacional. Ligadas a diferentes grupos de pesquisa, Graziella Corvalán e Manuelita Escobar, por exemplo, assistiram à Conferência Mundial da Mulher realizada em Nairóbi no ano de 1985. Gloria Rubin, que organizava um encontro de discussão semanal chamado ‘Palavra de Mulher’ na rádio *Nanduti*, fez um ano de sua graduação em psicologia no Rio de Janeiro e trazia de lá preocupações sobre o tipo de educação dada às mulheres. Já as autoras da ‘parte geral’ sobre a ‘condição legal da mulher’, Esther Prieto e Line Bareiro se especializaram, respectivamente, em Direitos Humanos na Suíça e em Ciência Política na Alemanha. Esses casos de circulação para além do Paraguai importam, primeiro, porque através da experiência internacional essas mulheres tiveram acesso ao debate então em pauta, tal como é possível notar em suas referências a feministas como S. de Beauvoir, J. Kirkwood e V. Vargas. No próximo subtópico veremos o papel dessas influências na gênese do espaço de mobilização propriamente feminista no Paraguai.

Em segundo lugar, a exemplo de Nairóbi e das formas de especialização na formação universitária, essa circulação dava acesso não só ao estado da arte da discussão feminista, mas, ao mesmo tempo, aos instrumentos de direito internacional então vigentes e disponíveis para a defesa dos direitos das mulheres. Neste sentido, basta ver que um dos argumentos mais utilizados no Encontro Nacional fazia lembrar que a desigualdade formal de gênero era contraditória com a Constituição paraguaia e também com a ‘Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women’. Cabe notar que essa Convenção havia sido ratificada em 1986 pelo representante do regime stronista nas Nações Unidas, e que suas implicações vinculantes eram simplesmente desconhecidas⁹⁷. De forma bastante interessante, tal ratificação operou como uma brecha oportuna, servindo de incentivo às mulheres: “tendo em conta a incongruência entre o novo Código Civil e dita Convenção (...), decidimos convocar um evento que reunisse uma presença significativa dos setores femininos” (ENM, 1987, p.7-8).

Repetido no argumento das mulheres aí reunidas⁹⁸, esse instrumento internacional não tinha um papel anódino de ‘apêndice’, ele fornecia um modelo utópico para suas participantes.

⁹⁷ Uma pérola nos discursos parlamentares em torno da ratificação da “Convenção” pode ser vista na fala de um Senador do Partido Liberal: “Senhor Presidente, penso que ninguém vai se opor à aprovação desta Convenção, mas convém deixar claro que estes princípios [igualitários] no Paraguai, já foram postos em prática há algum tempo, tanto as leis civis como constitucionais equivalem ao homem e à mulher em pé de igualdade, de modo que seguramente esta Convenção foi feita para os países da Ásia ou da África.” (*Honorable Cámara de Senadores*, 23 de outubro de 1986, pág. 18). Aqui, importa menos sublinhar a baixeza de tom racista dessa fala, e mais o completo desconhecimento da arquitetura legal do Paraguai por parte daquele que o enuncia, e, ainda, o fato de que tal ratificação “sem reservas” se deu de forma irracional (sem relação a fins determinados) e sem situar o texto internacional no conjunto da legalidade stronista que, em pouco tempo, viria a colocar “em prática” a desigualdade jurídica de gênero.

⁹⁸ À introdução: “Aparecem em seu texto [do Código Civil] conceitos e instituições que não respondem aos espaços conquistados pela mulher tanto no âmbito nacional como no internacional”; e à conclusão: “Para alcançar a igualdade plena do homem e da mulher na sociedade, se considera que: (...) [3.] se deve formular uma proposta de banimento

“[Como] precisávamos de uma medida ou modelo de igualdade”, dizem Line Bareiro e Esther Prieto, “construímos nossa utopia a partir da Convenção”, e mais adiante prosseguem, “no nosso estudo, tomamos a Convenção como ponto de referência, como nossa utopia” (1987, p.64; 72). A CEDAW, sigla da convenção em inglês, lhes fornecia um pilar utópico, mas também conceitual: “Nossos conceitos básicos [são] 1. Igualdade (....) 2. Discriminação:

“Discriminação contra a mulher denota toda distinção, exclusão ou restrição baseada no que tenha por objeto ou por resultado diminuir ou anular o reconhecimento, proveito ou exercício por parte da mulher, independentemente de seu estado civil, sobre a base da igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nas esferas política, econômica, social, cultural e civil ou em qualquer outra esfera (Art. 1 da Convenção da ONU de 1979)” (BAREIRO & PRIETO, 1987, p.65) (Grifo meu).

Em seu capítulo, essas ‘panelistas’ se utilizam diretamente de um dos conceitos da Convenção para então analisá-la em seus meandros internos, em suas implicações nacionais e em suas relações com várias outras esferas do direito e da vida social⁹⁹. Seu intuito é “fazer um apanhado geral de todas essas esferas do direito que tocam o texto internacional, objeto deste estudo” (BAREIRO & PRIETO, 1987, p.68). Uma condição necessária para alcançar tal intuito é o próprio domínio prático do texto internacional, ou seja, essas autoras estavam já amparadas por condições e recursos intelectuais através dos quais fazer aquele “apanhado geral”. Note-se que ambas, Line e Esther, estão no grupo das expositoras formadas em Direito, mas o saber jurídico por si só não as colocaria em contato com o texto internacional e, tampouco, com os recursos necessários para sua compreensão e sua aplicação como marco normativo. Evidência disso está no fato de que, à diferença dos demais capítulos redigidos por militantes com formação jurídica, apenas este texto aborda de modo sistemático a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher.

Assim, o recurso a esse instrumento internacional aparece como duplamente constrangido: ele responde tanto a uma brecha oportuna quanto à capacidade de uso dessas duas panelistas¹⁰⁰. Ou, em outros termos, a defesa do texto internacional faz sentido frente à

das leis discriminatórias contra a mulher, especialmente as do Código Civil, que estão em contradição com a Constituição Nacional e com a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher, devendo se projetar leis igualitárias”(ENM, 1987, p.7;125)

⁹⁹ “Analisada a Convenção em toda sua estrutura, [este texto] apresenta interessantes princípios abarcando aspectos relativos ao Direito Constitucional, os Direitos Cívicos e Políticos, o Direito Penal, o Direito Agrário e o Direito do Trabalho, se entendendo até as reivindicações de previdência social e educação, de forma a estabelecer princípios relativos à eliminação de papéis rígidos que a sociedade concede à mulher no âmbito familiar, dando a eles o nome de “funções estereotipadas entre homens e mulheres” (BAREIRO, PRIETO, 1987, p.68).

¹⁰⁰ Em um de seus memoriais redigidos para disputar uma vaga como integrante do Comitê da CEDAW na ONU, Line Bareiro sugere esse nexos entre experiência internacional e o domínio daquele instrumento internacional: “Chachi [Esther Prieto] había vuelto hacía poco tiempo de Ginebra, donde había trabajado varios años en el Consejo Mundial de Iglesias. Esta institución fue muy importante para la gente que luchaba por la democracia y por los derechos humanos en el Paraguay. Chachi aprendió los recovecos de las instituciones del Sistema Universal de DDHH [direitos humanos] en ese tiempo (...) además Chachi aprendió a trabajar con la lista de instrumentos de ddhh

oportunidade aberta pela ratificação irracional por parte do regime stronista, mas, ao mesmo tempo, pressupõe o seu domínio, quer dizer, tal defesa pressupõe o domínio dos instrumentos cognitivos que lhes permitem perscrutá-lo. Se nos voltarmos para a relação entre o contexto e suas 'carreiras ampliadas', o que vemos é o encaixe entre uma brecha e uma capacidade internacionalmente adquirida nas experiências de Line Bareiro e Esther Prieto na Europa. Isso porque, além de sua competência jurídica (recurso disponível a outras expositoras do Encontro), suas formas de especialização internacional lhes forneceram os recursos necessários para a análise da Convenção e para sua exposição na reunião. O sucesso argumentativo de tal análise, que tomava o texto internacional como 'modelo de igualdade' e emprestava dele uma de suas 'noções básicas', pode ser visto na destacada posição por ele ocupada no projeto resultante da reunião, em especial, sob a alcunha de 'utopia': "[a] Convenção, hoje lei da República, ratificada sem qualquer reserva repousa em princípios inquestionáveis de igualdade do homem e da mulher. Alguém [no Encontro] a chamaria com razão de 'a utopia para a igualdade jurídica de gênero'" (ENM, 1987, p.7).

Todos esses dados nos permitem esboçar uma tentativa de resposta àquela pergunta inicial: a gênese do movimento feminista paraguaio contemporâneo, afinal, foi produzida por uma configuração oportuna ou pelo projeto daquelas mulheres mobilizadas? A resposta mais adequada é dupla: a gênese feminista responde a ambos, e a ambos de modo interrelacionado. O retrocesso legal de 1987 desencadeia a mobilização de mulheres já envolvidas em outros grupos civis, mas, e isso é fundamental, ao olhar para esse conjunto de fatores cruzados, vemos que o projeto político fundacional da CMP não se deixa resumir àquela configuração oportuna, ainda que seu impulso inicial tenha suas raízes na mudança do Código Civil. Bem entendida, a natureza jurídico-igualitária do projeto político da CMP pode ser situada no cruzamento de dois marcadores que constituem o perfil social das principais personagens em torno e à frente do processo do Encontro Nacional de Mulheres: por um lado, as militantes envolvidas com 'pesquisa social' ofereciam uma visão sociológica do mundo que serviu como base primeira para a afirmação da necessidade de transformação jurídica. Por outro, a circulação internacional de algumas das lideranças do Encontro influenciou o modo como a ratificação da convenção CEDAW pode ser e foi então utilizada.

Que esse projeto tenha assumido ênfase jurídica e tomado a lei como seu alvo não pode ser resumido à educação superior de parte das idealizadoras do Encontro Nacional e não pode,

ratificados por los países. (...) [Apenas] comenzamos a investigar [en 1986], se ratificó la Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer (...). Enseguida pasamos a tener a la CEDAW como marco teórico de nuestro trabajo". Acessado em www.cde.org.py/informativomujer/?p=1408 (20 de abril de 2010).

tampouco, ser descolado das razões por elas levantadas – a família paraguaia, diz o argumento inspirado nas pesquisas, está se transformando e atualizando novas formas de arranjo íntimo que não tendem a substituir o concubinato, e desconhecer por lei a ‘realidade’ desse ‘fenômeno’, com vistas a celebrar uma versão idealizada de família, implica em recolocar as mulheres em posição desvantajosa, em especial, aquelas já ‘fortemente prejudicadas’ pelas transformações modernizantes então em marcha. Assim, a exemplo da reivindicação de ‘canalizar o concubinato por vias legais’, a ênfase jurídica para a ação coletiva depende, sem dúvida, de uma intimidade com a linguagem do Direito, recurso disponível a várias expositoras do Encontro. Mas, neste caso, tal disposição não existe em si mesma, nutrindo-se dos ‘achados’ das sociólogas do GEMPA e de BASE, ela se enraíza na ‘pesquisa social’.

Além disso, operando como micro-oportunidade dentro de uma configuração mais ampla e oportuna, a ratificação da “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher” serviu como uma brecha para as mulheres do Encontro Nacional, que, sem altos riscos políticos, poderiam defender e reafirmar essa legalidade específica consagrada de forma inseqüente pelo regime stronista. Como vimos, o recurso à Convenção respondeu a uma sorte de encaixe virtuoso entre essa brecha e o perfil internacionalizado de duas de suas principais lideranças. Frente às demais militantes com formação jurídica, a circulação internacional apareceu como fator distintivo delas relativamente ao domínio dos instrumentos prático-cognitivos para utilizar a Convenção. Dotadas dos recursos intelectuais e jurídicos necessários e adequados ao uso do ‘texto internacional’, através de sua análise, o argumento de Line Bareiro e Esther Prieto se fez imprimir (literalmente na introdução e na conclusão) no todo do projeto político construído no Encontro Nacional: muito mais que um ‘apêndice’, a Convenção de fato ofereceu um ponto de partida conceitual e utópico para a luta daquelas mulheres organizadas. Daí que, por mais uma razão, no seu resultado final esse projeto tenha assumido ênfase jurídica, pois uma de suas fontes de inspiração era nada menos que um instrumento de direito internacional, cuja possibilidade de uso variou em função de uma decisão irracional do regime tanto quanto em função do domínio cognitivo pressuposto pelo seu uso.

É, portanto, nesse perfil social cruzado que o projeto fundador da CMP deita suas raízes: de um lado, a capacidade intelectual das pesquisadoras de servir como base para a vontade e a necessidade jurídicas de transformação e, de outro, o encaixe entre uma brecha oportuna e a experiência internacional de algumas das ‘distintas panelistas’ do Encontro Nacional, mais próximas do debate feminista então em voga e aproximadas dos instrumentos internacionais de defesa da mulher. Como veremos no desenrolar da tese, ambos irão marcar

não apenas as ações e orientações da própria Coordenação, mas também as atrizes e instituições com as quais ela manteve uma constante relação.

3.2. Tensões de classe e identidade na gênese do feminismo paraguaio

Neste subtópico, vamos voltar nossa atenção para as formas de organização e de classificação envolvidas tanto no Encontro Nacional quanto no Encontro-Taller. Se uma leitura cotejada de seus índices nos ofereceu uma entrada rica para a compreensão das ênfases de seus respectivos projetos, a aproximação das dinâmicas organizacionais e discursivas assumidas e compartilhadas pelos encontros de 1987 pode dar acesso a alguns dos traços que marcam a gênese do feminismo paraguaio. Ou seja, ao olharmos para aquilo que os aproxima relativamente aos seus ordenamentos internos e a seu repertório, poderemos ver aí as fronteiras e marcas genéticas do espaço de mobilização no qual determinadas atrizes dividem uma unidade de sentido, neste caso, propriamente feminista.

De um ponto de vista bastante geral, alguns pontos em comum entre as duas reuniões se destacam: primeiro, sua abrangência. Ambas as memórias afirmam ter reunido “mais de uma centena de mulheres das cidades e do campo” (ENM, 1987, p.8) ou, ainda, “mais de duzentas mulheres, distribuídas em nove oficinas dos mais diversos setores e níveis de instrução, que durante dois dias seguidos se dedicaram a analisar e debater os temas propostos” (ETM, 1988, p.12) (Grifo no original).

Em segundo lugar, separados por apenas quatro meses, os dois encontros contaram com o apoio da Igreja Católica. Mais especificamente, eles foram apoiados pela Pastoral Arquidiocesana, que forneceu o mesmo espaço físico para sua realização, o Seminário Metropolitano de Assunção. Certamente, esse apoio significou muito mais que um tipo material de apoio, pois, ainda sob o clima autoritário, era fundamental a chancela explícita do ator religioso para realização desses eventos. Indício significativo da importância desse apoio e de seu caráter quase imprescindível pode ser notado, mais uma vez, através dos olhos secretos do regime: a vigilância em torno dessas duas grandes reuniões antecede sua realização, dado que, ao longo do ano de 1987, são várias as ‘delações’ encontradas na polícia política stronista que denunciavam a articulação das militantes em menores grupos nos quais, muito provavelmente¹⁰¹, aquelas duas reuniões eram concebidas.

O tom autoritário da época se faz notar, por exemplo, no evento do Grupo-Taller, dado que suas integrantes tinham “[o] temor de que fosse suspensa a correspondente permissão

¹⁰¹ “Desde o mês de abril do corrente ano [1987], viemos nos reunindo em treze sessões que culminaram com o Encontro [Nacional de Mulheres]” (CABALLERO, 1987, p.104). E ainda: “Tornado realidade, este Projeto [do Grupo-taller] teve múltiplos antecedentes, talvez tantos [antecedentes] quanto o número de participantes” (ETM, 1988, p9).

policial” (1988, p.11). Faz-se notar também em uma opinião negativa exposta nas avaliações do Encontro-Taller, segundo a qual algumas mulheres estariam sofrendo de ‘síndrome de perseguição’ com relação à ‘aparición do *pyragué*’ (p.67)¹⁰² – ‘síndrome’ que, como se pode notar através da contínua vigilância stronista, tinha lá alguma razão de ser.

Outro ponto convergente das reuniões está em um de seus anexos: ‘fotos e comentários da imprensa’. Para além da chancela do ator pastoral, as principais figuras dos encontros contavam com o apoio de suas conexões e redes sociais mais amplas. Fosse em jornais consagrados de Assunção, como o *Última Hora* ou *Hoy*, ou em periódicos de alcance bem mais restrito e restringido, como *Sendero* ou *El Pueblo*, suas perspectivas sociais lograram chegar a um público mais amplo. Essa veiculação impressa dos resultados dos encontros pode ser entendida se levarmos em conta a posição de algumas de suas figuras-chave situadas entre a mobilização de mulheres e os espaços de produção e de circulação de informação: esse é o caso, por exemplo, das pesquisadoras do Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos que lideravam a revista ‘Enfoque de Mulher’, na qual foram publicadas as posições das mulheres então mobilizadas. Foi o caso da ‘instrutora’ da oficina ‘Mulher e os meios de comunicação’, Pepa Kostianovsky, comunicadora consagrada no jornalismo paraguaio, e de Gloria Rubin, cuja família detinha uma emissora de rádio bastante avessa ao regime¹⁰³. Foi ainda o caso de Verônica Rossato, então jornalista de *Hoy* e autora do irônico texto ‘O Paraguai fica na Ásia ou na África?’, publicado em fins de 1986 no *Mujer/Fempres*.

As manchetes veiculadas nos periódicos paraguaios traduzem de modo fiel as reivindicações das mulheres então organizadas. No anexo do Encontro-Taller pode-se ler “Analisarão a problemática atual das mulheres”, “Discutirão sobre a discriminação feminina”, “Interessantes conclusões de encontro de mulheres”, ao passo que no apêndice do Encontro Nacional as manchetes são “No Paraguai, o cumprimento da lei é relativo”, “O Código é contraditório”, e, ainda, “Imediata revisão e correção dos artigos discriminatórios”. Estranhamente, a despeito do conjunto de notas jornalísticas, a “falta de divulgação nos meios de comunicação” apareceu entre os pontos criticados na avaliação desta última reunião, mas tal percepção negativa pode ser compreendida pelo seu alto nível de expectativa: “por isso, [pela

¹⁰² Como já vimos, a figura do *pyragué* corresponde aos delatores do regime stronista que se infiltravam no tecido societal paraguaio.

¹⁰³ Em entrevista, Gloria Rubin enfatizou sobremaneira as seguidas perseguições e fechamentos sofridos pela rádio. Em ‘A Situação da mulher no Paraguai’, Line Bareiro atesta tais formas de violência: “Os espaços de encontro e discussão sobre a condição feminina vão ocupando um lugar na vida cultural, social, política e gremial asuncena, por meio de painéis, seminários, conferências, etc. O mais relevante deles é possivelmente ‘Palavra de mulher’, um encontro semanal de mulheres (que quer ser para homens também) sobre a problemática feminina. ‘Palavra de mulher’ é um empreendimento da Rádio *Nanduti*, o símbolo da resistência democrática do Paraguai de hoje, que, apesar de estar sem ir ao ar já há alguns meses, continua sendo o espaço de encontro e de comunicação mais importante do país” (BAREIRO, 1988, p.15).

falta de divulgação] o Encontro teve pouco impacto na sociedade”. Decidir se ou em que medida os encontros foram social e imediatamente relevantes é uma questão para cuja solução não dispomos de evidência empírica suficiente (e, muito provavelmente, elas não lograram o esperado impacto na sociedade), mas, como veremos nos seus dilemas internos e categorias compartilhadas, eles foram definitivamente relevantes para a gênese do movimento feminista paraguaio.

Do ponto de vista de suas formas internas de organização, as reuniões apresentam semelhanças e diferenças. Impulsionado pelo Centro Paraguuaio de Estudos da Mulher e, depois, por mais doze organizações civis, o Encontro Nacional de Mulheres foi dividido sob a forma de plenárias. Nelas as ‘panelistas’ expunham sobre temas de sua especialidade, que passavam então ao debate. Representação bastante difundida sobre o processo ao redor desse Encontro foi a sua forma coesa, o clima de ‘solidariedade’ que, como vimos no tópico anterior, adequadamente correspondia ao tom demasiado retrógrado do Código Civil stronista. Já a divisão interna do Encontro-Taller estava baseada nas ‘oficinas’, relativas àqueles âmbitos e níveis da vida social e nelas operavam as “técnicas de Dinâmica de Grupo, cujo objetivo consistiu em que cada grupo desenvolvesse em sua oficina, na base de análise e discussão, os temas selecionados para chegar às conclusões e propostas correspondentes” (ETM, 1988, p.11).

Diferentemente da representação do Encontro Nacional de ‘solidariedade apesar das diferenças’, a autoimagem difundida na memória do Encontro-Taller estava mais ligada à ideia de ‘participação igualitária’ baseada na:

“necessidade urgente de gerar um espaço ao qual recorrer, sem as odiosas discriminações tradicionais, [na necessidade de gerar] um momento no qual cada uma de nós tivesse a mesma oportunidade de opinar, compartilhar vivências próprias, sermos escutadas e opinar em um nível de igualdade, respeito e solidariedade” (ETM, 1988, p.9) (Grifos meus).

Essa autoimagem participativa coaduna com a técnica grupal de deliberação proposta pelo Encontro-Taller e também com a posição aí ocupada pelas ‘instrutoras’ que “contaram com jornadas prévias de capacitação, facilitando assim a participação igualitária, pluralista e democrática das companheiras, participantes”; além disso, “as instrutoras atuaram como orientadoras, facilitando o diálogo, evitando todo o tipo de pressão durante o trabalho, cuidando que na elaboração final dos documentos se conservasse a qualidade dos debates” (ETM, 1988, p.11) (Grifos meus).

Essa autoimagem participativa, junto de seu método grupal de discussão e da função a ser desempenhada pelas “instrutoras” no sentido de promover a “participação igualitária”, deve

ser entendida em uma relação de oposição à dinâmica interna do Encontro Nacional de Mulheres. Neste sentido, “[as participantes do Encontro-Taller] não se limitaram a ser meras espectadoras, mas assumiram um papel de protagonista no trabalho grupal, vencendo mitos e tabus que normalmente nos inibem para nos expressar” (ETM, 1988, p.11). Para este mesmo sentido aponta o destaque de uma matéria jornalística publicada a respeito dos *talleres*: “Fomos todas protagonistas”. Silencioso, o subtexto nessas passagens parece ressoar como ‘nos reunimos para discutir de igual para igual, e não para assistir plenárias’. Neste sentido, ao ‘opinar em um nível de igualdade’, as participantes do Encontro-Taller não seriam ‘meras espectadoras’ de ‘panelistas’, elas seriam antes ‘todas protagonistas’.

O que entra em jogo nesses modelos de organização do debate interno? Ou antes, esses dois modelos são tão distintos como imaginam as líderes do Encontro-Taller? Talvez não. Na dinâmica prática dos encontros, os dois modelos de organização do debate são distintos, sem dúvida, um mais expositivo e outro mais participativo. Contudo, ‘panelistas’ e ‘instrutoras’ não apenas coincidem na orientação dos temas a serem propostos e debatidos, como também, e mais fundamentalmente, é partir de suas mãos que se dá a ‘elaboração final dos documentos’ das memórias de ambos os encontros, seja por um protagonismo mais autoral ou tentando preservar a ‘qualidade dos debates’.

Se esses modelos de organização do debate interno não são tão distintos assim, o que entraria aí em jogo? Para responder a essa questão, vamos olhar para aquilo que, na redação das memórias dos dois encontros, escapa às mãos de suas organizadoras e lideranças: ‘a avaliação das participantes’.

“Que não tenham participado mulheres de outros setores” (ENM, 1988, p.132) – essa é a primeira opinião na lista de aspectos negativos do Encontro Nacional de Mulheres. A julgar pela composição no público participante dos dois eventos, tal como vimos na sua ampla abrangência, esses ‘outros setores’ se referem basicamente às mulheres ‘do campo’ e de ‘vários níveis de instrução’ (leia-se, níveis mais baixos de instrução relativamente aos das mulheres urbanas). Esse contraste rural/urbano permeia boa parte das críticas aos encontros: “Houve o predomínio da mulher urbana sobre a rural. Pouca presença campesina e pouco interesse nelas” (ENM, p.133). E, mesmo com seu modelo mais igualitário e participativo, no Encontro-Taller “as diferenças existentes entre mulheres rurais e urbanas entorpeceu o enriquecimento das mulheres campesinas, que foram as que não aproveitaram. Seus problemas são diferentes e bem específicos” (ETM, 1988, p. 66).

Esses ‘problemas diferentes e bem específicos’, claro está, dizem respeito à desigualdade de classe existente entre mulheres urbanas e campesinas. E é a queixa destas

últimas que permite perceber como, a despeito do caráter mais, ou menos, participativo das metodologias de debate, ambos os encontros não foram tão diferentes como se poderia imaginar: “a linguagem deveria ser mais simples”, “a linguagem foi um entrave para as companheiras do interior, o que limitou sua participação” (ETM, p.67). Tal crítica ressoa com os mesmos termos na avaliação crítica do Encontro Nacional: “o nível da linguagem de algumas plenárias” (ENM, p. 133). A desigualdade nos “níveis de instrução” afastava e dificultava a participação das mulheres camponesas que consideravam negativamente que “as exposições de tipo legal e estatístico foram pouco acessíveis” e que houve “muita ênfase no legal” (ENM, p.133). Já no Encontro-Taller, ainda que tenham sido treinadas para aplicar a dinâmica de grupo, “as moderadoras não faziam participar a todas, falavam mais que as participantes” (ETM, p.66). Isso tudo sem mencionar outra clivagem social operante no Paraguai e indiretamente reproduzida nos dois encontros – “a não participação da mulher indígena” (ETM, p.66), e seu correlato monolinguismo, “a incomunicabilidade com as camponesas que falavam em guarani” (ENM, p.133).

Em suma, várias críticas, dois eventos e uma mesma tensão: a oposição subjacente a essas críticas nos remete a uma clivagem social constitutiva do Paraguai, a saber, a divisão espacial de classe no *continuum* urbano/rural, no qual, neste caso, estão dispostas camponesas e urbanas¹⁰⁴. Dessa perspectiva, o que essas críticas encerram e o que entra em jogo nos modelos de organização interna dos dois encontros é, respectivamente, a clivagem de classe e a tentativa de dar conta, de algum jeito, dela. Quer dizer, as formas de divisão interna dos eventos devem ser tomadas como um esforço de tradução dessa desigualdade social orquestrado pelas suas líderes urbanas. Uma leitura mais apressada e maniqueísta poderia imaginar que, porquanto dotadas de uma linguagem distinta, as lideranças dos encontros tenderiam (natural ou necessariamente) a ocultar a divisão social que as separa das ‘companheiras do interior’. Em sentido exatamente oposto a esse, a existência de um espaço para a avaliação das participantes pode ser lida como marca textual do esforço das líderes dos dois encontros no sentido de não restringir a versão final do evento aos seus pontos de vista,

¹⁰⁴ Cabe esclarecer os limites da expressão ‘divisão espacial de classe’ que pretende enfatizar a centralidade ocupada pela divisão campo/cidade na vida social e econômica paraguaia. ‘Classe’, aí, não diz respeito a seu uso teórico mais consagrado, como se as mulheres urbanas fossem ‘burguesas’ e as camponesas, ‘trabalhadoras’ ou algo assim. O uso da noção de classe responde à teorização de naípe bourdiano, que prescinde de uma concepção reificada de classe (i.e., “a Classe quer tal coisa”), para utilizá-la como categoria relacional capaz de iluminar formas específicas de desigualdade por meio de noções como, por exemplo, capital cultural. Exemplo empírico do alcance explicativo dessa noção se encontra em torno da ‘linguagem’, cujo uso feito pelas ‘panelistas’ é considerado ‘pouco acessível’ pelas camponesas, ou seja, cuja quantidade de capital cultural acumulado é respectiva e relativamente maior e menor entre essas partes desiguais dispostas no *continuum* urbano/rural.

bem como no sentido de driblar a desigualdade pré-existente entre ‘instrutoras’ ou ‘panelistas’, de um lado e, de outro, algumas das ‘participantes’, as ‘companheiras do interior’, em especial.

O jeito arranjado pelas idealizadoras do Encontro-Taller foi o emprego de um método de debate que permitiria a participação e o protagonismo de ‘todas’ em ‘nível de igualdade’. As lideranças do Encontro Nacional de Mulheres, por sua vez, foram diretamente inspiradas pelo argumento das sociólogas da ‘pesquisa social’ que, como vimos, destacava o efeito dos processos de pauperização e de migração das famílias rurais sobre as mulheres, em especial, sobre as ‘mães solteiras’. Na síntese do projeto político do Encontro Nacional, fica expressa a tentativa de englobar as demandas das camponesas e de reconhecer sua especificidade, dado que, logo após “conclusões e diretrizes”, são levantados cinco pontos com o rótulo “inquietações e sugestões”:

- “1. Em relação à mulher rural, viu-se que um dos principais problemas que a afeta é a falta de terra (...).
2. Sobre a condição da mulher como sujeito da reforma agrária, se considerou com preocupação o caso da mãe solteira (...);
3. Foi tema de análise de uma das oficinas o êxodo rural-urbano (...)
4. Foi debatida a situação de discriminação social da mulher e a necessidade de mudar a imagem tradicional estereotipada (...)
5. Não se pode chegar a um consenso sobre se o divórcio forma parte das preocupações concernentes à modificação do Código Civil (...).”(ENM, 1987, p.126-127)

Indício da valorização das mulheres do campo e de sua inclusão em ambos os eventos pode ser visto no lado positivo das avaliações: “a presença das mulheres camponesas” (ENM, p.132), e mais, “a contribuição das companheiras camponesas foi inestimável” (ETM, p.65)¹⁰⁵. As opiniões positivas e críticas negativas parecem se chocar, de forma a configurar uma tensão: há, de um lado, a insatisfação expressa das “companheiras do interior” e, de outro, a celebração da sua participação. Uma tensão, note-se, mediada pela tentativa organizacional e textual de dar conta da forma de desigualdade que separa aquelas mulheres.

Assim, métodos de exposição temática, formas internas de divisão, a ‘linguagem’ ou a perceptível defasagem no ‘nível de instrução’, espaços dedicados à avaliação e ao reconhecimento das especificidades das mulheres camponesas, as contundentes opiniões aí veiculadas – tudo isso em conjunto atesta o papel ocupado pela clivagem e pela tensão interclassistas tanto no Encontro Nacional quanto no Encontro-Taller. Para evitar que a

¹⁰⁵ A menção à ‘contribuição’ das camponesas parece não ser meramente retórica, pois em diferentes partes da memória do Encontro-Taller, elas são representadas como sujeitos da dinâmica ali travada. Por exemplo, nas duas oficinas dedicadas ao tema “Mulher e forças políticas”, vê-se que “[entendemos] por negociação a capacidade de conseguir acordos inteligentes. As camponesas nos explicaram suas experiências práticas para efetivar sua capacidade de negociação, demonstrando criatividade como método organizativo”(p.39), e também que “[na] militância sindical camponesa e em alguns sindicatos da cidade, assim como em movimentos políticos, o setor feminino tem se esforçado por analisar sua contribuição para a luta para incorporar reivindicações específicas do seu sexo” (ETM, 1988, p.35).

desigualdade implicada em tal clivagem excluísse *a priori* a participação das campesinas mobilizadas, a fração líder e organizadora das reuniões tentou arranjar meios textuais e organizacionais para o reconhecimento e inclusão daquelas primeiras. Com esses dados em mãos, podemos entender aquela primeira crítica exposta “que não tenham participado mulheres de outros setores”, ou seja, ponto negativo foi que as mulheres campesinas não tenham participado de forma ativa nos encontros. Ainda que as lideranças em ambos os casos tenham se esforçado, suas tentativas tiveram um resultado tenso e insatisfatório.

No todo, então, vê-se que três marcadores atravessam a dinâmica dos dois encontros de 1987: a clivagem de classe, o esforço para acomodar as partes desiguais daquela clivagem, e as relações de tensão advindas desse esforço. Apesar da autoimagem de ampla participação ou de solidariedade, as relações internamente então e ali desenroladas foram permeadas por um nível significativo de tensão, não somente tributário das desigualdades de classe, mas também e, a meu ver, mais fundamentalmente, mediado por uma disposição igualitária expressa nas tentativas de abrir e de ampliar as chances de debate e de participação das ‘companheiras campesinas’. No decorrer da construção democrática paraguaia, as relações entre campesinas e urbanas assumirão outras formas e faces, seja sob o nome de tensão, coalizão ou influência, mas interessante a relação de negação entre essas partes parece não ter sido, desde a realização desses dois grandes encontros no Paraguai, uma opção para elas.

Para completar este subtópico, vamos nos remeter às formas de classificação e de autoclassificação compartilhadas pelas lideranças do Encontro Nacional e do Encontro-Taller. Vamos procurar as categorias através das quais essas atrizes se nomeiam e nomeiam aos outros, com ou contra os quais elas se identificam. Nesse jogo de afirmação e de diferenciação identitárias, jogo que necessariamente traz a marca daquelas ‘carreiras ampliadas’ e das tensões dos encontros, veremos como se delineou de forma mais clara a fronteira semântica distintiva da gênese do espaço de mobilização feminista no Paraguai. Quer dizer, ao olhar para as categorias em circulação nas duas grandes reuniões de 1987 e para a unidade de sentido subjacente a tal circulação, veremos a existência positiva de um movimento feminista paraguaio¹⁰⁶.

Vimos no tópico anterior que a bibliografia citada pelo conjunto de pesquisadoras do Encontro Nacional de Mulheres incluía sobrenomes como de Beauvoir, Kirkwood, Vargas e Pimentel. Como se sabe, essas citações constituem alguns dos pontos obrigatórios de

¹⁰⁶ Como vimos no primeiro capítulo, há ainda hoje uma tendência em negar a existência de um movimento feminista paraguaio.

referência do debate feminista internacional e regional nas décadas de 1970 e 80. Uma noção-chave e bastante característica daquele debate reaparece nos capítulos da memória desse evento: “[a] cultura dominante da sociedade”, nos dizem as sociólogas do GEMPA, “adjudica a cada sexo um determinado papel a cumprir nela. O papel adjudicado à mulher está fortemente atado ao predomínio da ideologia patriarcal” (1987, p.10) (Grifo meu). Como adjetivo ou substantivo, a denúncia daquilo que é patriarcal e do patriarcado atravessa esse documento. Line Bareiro e Esther Prieto, por exemplo, abrem seu texto com este termo: “vivemos numa sociedade patriarcal e não estamos de acordo com isso, queremos modificar o lugar subordinado que a sociedade nos reserva pelo fato de termos nascido mulheres” (1987, p.63). Para este mesmo sentido aponta a reflexão de Pilar Callizo, “a instituição da família patriarcal deixou a mulher à sombra por muitos séculos e apenas recentemente as legislações ocidentais deste século a colocaram em um plano de relativa igualdade no seio da família” (1987, p.105).

Junto da noção de patriarcado, outras noções e pares produzidos pela crítica feminista, tais como divisão sexual do trabalho, público/privado, produção/reprodução, compunham o repertório semântico não apenas do Encontro Nacional, mas também do Encontro-Taller: “O ideal tradicional da ‘mulher’”, ironiza a pesquisadora de BASE,

“não é senão uma boa desculpa para não atender suas necessidades humanas [das mulheres], e como ser social que contribui com a comunidade em [forma de] bens e serviços igualmente aos homens, mesmo quando fiquem guardados a ela – dentro de uma ‘rígida divisão sexual do trabalho’ – os [postos] menos reconhecidos e mais desgastantes. (HEIKEL, 1987, p.26)

Além disso,

“[essas] duas esferas [público e privado] não designam senão dois conjuntos de atividades básicas na criação da vida social: a produção e a reprodução (...)
(...)”

A separação entre o mundo dos homens e o das mulheres trouxe como consequência a especialização de espaços que cada um ocupa. Existe uma forte tendência em nossas sociedades a considerar as funções públicas como masculinas e as privadas como femininas” (CORVALÁN, RIVAROLA, ZARZA, 1987, p.11).

Essa última perspectiva ressoa com outros termos na oficina ‘Mulher e identidade’ ministrada em conjunto por Gloria Rubin e Olga Zarza: “A educação que recebemos, tanto formal como informal, transmite valores, normas de conduta diferentes para o homem e para a mulher, porque existem objetivos sociais diferentes para cada um deles: ‘a mulher para a família e o homem para vida pública’” (ETM, 1988, p.13). Com base nessas passagens, não é difícil reconhecer a influência feminista nas próprias categorias que atravessam o repertório comum das lideranças dos dois encontros.

Como já vimos, devido à ponte construída por mulheres jornalistas e comunicadoras com posição de destaque nos eventos, as conclusões e opiniões das mulheres então organizadas foram veiculadas em jornais assuncenos. Poderíamos nos questionar se essa veiculação, em especial nas entrevistas e depoimentos dados, ganha outra semântica, talvez mais comportada e com tons mais leves para um público mais amplo. Quer dizer, poderíamos questionar se o tom de seu repertório era tão feminista para dentro como para fora dos encontros, e, a partir daí, iluminar a entusiasmada afirmação da impulsora do seminário de 1986 que, pouco tempo depois, desembocou no Encontro Nacional, Olga Caballero, que diz: “[naquela época] eram suplementos femininos, não de moda, mas com conteúdo. Eram mulheres jornalistas feministas” (Ênfase da entrevistada). Não seria equivocado corroborar o entusiasmo e a afirmação da professora, pois, como se pode ver abaixo, o conteúdo das entrevistas não se disciplinava diante dos microfones e veiculava uma postura definitivamente feminista.

“[Assim] legalmente consagrada”, dizem as pesquisadoras do GEMPA, “a discriminação da mulher parte do pressuposto de que as mulheres somos incapazes de exercer direitos básicos, dada nossa eterna minoridade social que faz necessária a tutela do homem, para salvaguardar as sagradas instituições e os bons costumes da sociedade patriarcal” (Última Hora, 30 de junho de 1987).

Também na cobertura jornalística dada ao Encontro-Taller, se exprime um tom de crítica muito próximo a esse:

“Se cumpriu no local do Seminário Metropolitano um encontro-taller de mulheres denominado ‘Educação formal e informal – Estratégias para a mudança’ (...)
(...)”

Durante um recesso dos trabalhos [do Encontro-Taller, nós do jornal] conversamos com Olga Zarza representante do GEMPA, coordenadora da oficina n.1 ‘Mulher e Identidade’, que assinalou: [Diz ela] ‘Discutimos no nosso grupo se conhecemos realmente a identidade da mulher, o que entendemos por ‘ser mulher’, quais os modelos sociais com os quais nos identificamos, qual imagem projetamos, quais atributos aceitamos cada uma de nós. Em uma palavra, existem muitíssimos conceitos para discutir, mas o que acredito que concordamos todas é que devemos romper o isolamento individual em que nós mulheres nos encerramos’.
(...)”

Por último, [a entrevistada] assinalou que seria interessante a possibilidade de realizar este tipo de encontro no interior do país, com um conjunto de temas que responda as necessidades da mulher campesina” (Última Hora, 26 de outubro de 1987).

As passagens acima não apenas deixam explícita a influência exercida pelo discurso feminista no rol de categorias utilizadas e compartilhadas pelas líderes urbanas das reuniões de 1987, em especial aquelas cuja ‘carreira ampliada’ estava marcada pela passagem em grupos de pesquisa, como também permitem ver publicizada a preocupação daquelas lideranças com relação a um conjunto de temas voltados para as mulheres situadas no outro pólo do *continuum* rural/urbano paraguaio. Interessantemente, no entanto, as manchetes veiculam tons e categorias feministas cujos sujeitos parecem ser, não feministas, mas mulheres mobilizadas.

Neste sentido, para além da influência e do uso de um repertório feminista, vale questionar se e em que medida essa foi uma forma distintiva de autotaxação: afinal, naquele momento, as idealizadoras e organizadoras do Encontro Nacional e do Encontro-Taller se definiam e se viam como feministas? Se nos prendêssemos aos espaços textuais nos quais são sintetizadas as posições coletivas dos dois encontros, ou seja, se nos limitássemos às suas introdução e conclusão, a resposta a essa questão seria negativa, pois o termo ‘feminista’, como sujeito ou como predicado, não aparece em nenhum desses espaços. A razão desta falta pode ser atribuída a um dilema muito simples, bastante conhecido da militância feminista em um sem-fim de contextos nacionais, e adequadamente resumido por Olga Caballero em entrevista: “A CMP”, diz ela, “teve um papel muito importante na sociedade, formávamos opinião, opinião pública. E formamos mulheres com pensamento, pelo menos, reivindicativo. Ninguém queria dizer a palavra feminista, [na época] era satanizado”.

A despeito dessa falta nos espaços textuais de síntese, é possível encontrar esparsos os termos ‘feminista’ e ‘feminismo’ pelas memórias daqueles dois encontros. “Desde nosso enfoque feminista”, afirmam as sociólogas do CPES, “o mais importante é analisar a existência ou não de uma fazer política desde as mulheres” (1987, p.16). Vimos no tópico anterior que a ‘pesquisa social’ das pesquisadoras de GEMPA e de BASE trouxe para o conjunto de textos do Encontro Nacional citações de sobrenomes internacionais e consagrados na teorização feminista da época, e, ao mesmo tempo, serviu como fonte de inspiração bibliográfica e argumentativa para o projeto político ali forjado. Neste sentido, Line Bareiro e Esther Prieto levantam as ideias de sua colega, “socióloga feminista”, como citação e como inspiração, para logo depois “endossá-la”:

“A socióloga feminista Olga Zarza respondeu as perguntas do Jornal Última Hora, a respeito [da participação política das mulheres] com essas palavras:

‘Historicamente os partidos tradicionais do nosso país (...) deram uma importância secundária ao protagonismo das mulheres. Estas são consideradas na hora de juntar votos ou quando surgem tarefas administrativas para as quais as mulheres se saem bem. A concepção utilitária e oportunista do protagonismo feminino é muito marcada nos partidos políticos’.

Queremos endossar essa manifestação tão eloquente com um comentário do mesmo conteúdo (...): ‘A discriminação da mulher é sentida no aspecto laboral, no lar e na política. Não há entrada para nós mulheres no campo da política. Não nos tratam bem. Nos usam’” (BAREIRO & PRIETO, 1987, p.70) (Grifo meu).

Seguindo a pista dada por Olga Caballero, que nos falava de ‘jornalistas feministas’¹⁰⁷, é possível ver que algumas lideranças do Encontro-Taller também difundiam e defendiam o

¹⁰⁷ Interessante notar o papel desempenhado pelas jornalistas no sentido de fazer uma ponte entre o mundo feminista e o universo social mais amplo. Alvarez (1990, p.111-114), por exemplo, mostra como no fim dos anos 1970, não apenas os grandes jornais brasileiros davam espaço aos debates desenrolados no Primeiro Congresso de

feminismo: “É prioritária”, lê-se na oficina sobre meios de comunicação, “a redefinição a nível massivo do feminismo, que deve ser conhecido e respeitado como uma ideologia antisexista. Entendemos todo sexismo como um relacionamento ilegítimo. Discriminação por sexo; relação de poder de um sexo sobre o outro” (ETM, 1988, p.34). Essa defesa da difusão e da ‘redefinição massiva’ do feminismo e o papel então desempenhado pelas comunicadoras podem ser vistos, com outros termos, em um ‘documento de trabalho’ posterior aos eventos de 1987, elaborado por Line Bareiro, que diz:

“Este momento de crise é também o [momento] da reconstituição da sociedade civil e da difusão massiva das ideias feministas. Para isso contribuem decisivamente algumas jornalistas que, desde suas páginas femininas, ou desde seus espaços de rádio, em meio a receitas de cozinha, páginas sociais e concursos de beleza, dão vez a informações internacionais questionadoras da cultura e do sistema patriarcal, [que] difundem as atividades dos grupos de mulheres no Paraguai” (BAREIRO, 1988, p.14).

Nota-se, então, que o uso e a divulgação de categorias feministas não eram exclusivos à voz das pesquisadoras e que essa não era a única influência a atravessar as duas reuniões. Isso porque a opinião de uma ‘jornalista feminista’ também é encontrada no livro do Encontro Nacional, mais uma vez no texto de Line Bareiro e Esther Prieto, e, de quebra, ela nos dá acesso ao tipo de mulher que elas, as lideranças urbanas, não eram e tampouco queriam ser:

“Nos diretórios dos partidos políticos e nos sindicatos se reproduz o mesmo fenômeno: se há mulheres, são umas poucas que cumprem a função do que a jornalista Maria Lis Rodriguez Alcalá chama de ‘Mulheres-amostra’.

Para deixar de ser mulher-amostra ou excepcionais, temos que conceber políticas de superação da discriminação, [políticas] facilitadoras de uma presença equiparada e efetiva em todos os processos de tomada de decisão da nossa sociedade” (BAREIRO & PRIETO, 1987, p.66).

Essa ideia das ‘mulheres-amostra’ encerra a distinção identitária através da qual se delinearam as primeiras fronteiras do feminismo paraguaio. Apenas levando-se em conta a semântica e as categorias compartilhadas pelos dois grandes eventos de 1987, poderíamos afirmar, no mínimo, que àquela época havia ideias e ideais feministas em circulação numa porção limitada da sociedade civil paraguaia. No entanto, para ir além disso e entender a lógica implicada na crítica à figura da ‘mulher-amostra’, vamos olhar para outras duas reflexões produzidas logo antes e depois dos encontros e que circulam no mesmo espaço intertextual no qual foram produzidas aquelas duas memórias: “A Ação coletiva das mulheres urbanas”, de Graziela Corvallán, publicado em 1986, e “A situação da mulher no Paraguai”, de Line Bareiro, datado de agosto de 1988.

Mulheres, em 1979, como também representantes do discurso feminista se faziam ouvir em programas de rádio e de televisão.

Em sua reflexão, a pesquisadora do Centro Paraguuaio de Estudos Sociológicos classifica a mobilização das 'mulheres urbanas' em função de períodos político-institucionais (leia-se, com maiores ou menores níveis de repressão à mobilização civil em geral) e em função das transformações socioeconômicas que marcaram o Paraguai do século XX, em especial, a construção e a subsequente crise de Itaipu. De forma bastante instigante, após ter apresentado os 'objetivos específicos'(p.93) e 'o contexto nacional e as categorias de análise'(p.95), Graziela Corvallán se questiona: 'Feminismo ou feministas no Paraguai?' (p.99). Divisão e sentido textuais idênticos a esse são vistos na reflexão de Line Bareiro que, por sua vez, se coloca como objetivo 'analisar o nível e as formas de participação das mulheres na tomada de decisões sociais' (1988, p.5). Depois de tratar da 'condição legal da mulher' (p.6) e de 'mulher e sociedade' (p.10), a então pesquisadora do CDE abre sua reflexão sobre as 'organizações de mulheres' (p.14) dessa: "até pouco tempo, a existência de organizações feministas no Paraguai, anteriores a esta década, foi desconhecida" (p.14).

Como se pode notar, essas reflexões dividem um alvo comum, a saber, a forma assumida pela mobilização de mulheres, e se questionam quanto ao estatuto do feminismo no Paraguai. Ambas as respostas irão coincidir positiva e temporalmente, remetendo-nos à primeira metade daquela década: "o traço mais notável deste período [1980-84] é o surgimento de uma nova identidade da mulher no contexto urbano da crise nacional: a feminista" (CORVALÁN, 1986, p.124). "Na classe média, se encontram ativistas feministas não organizadas de forma permanente, já que, de 1982 em diante, se conformaram grupos bastante instáveis, que desapareceram depois de pouco tempo" (BAREIRO, 1988, p.18). Como bem notam esses textos, em meados dos anos 1980, surgia no contexto urbano paraguaio um grupo de 'ativistas feministas'. Essa 'identidade' grupal era compartilhada pelas autoras em tela e por suas companheiras que, ao longo da década, participaram de vários outros grupos de resistência ao stonismo e que, depois de 1986, liderariam o Encontro Nacional e o Encontro-Taller.

Se nos limitássemos ao repertório das memórias dos encontros, tirando-as das relações intertextuais por elas travadas com essas duas reflexões, perderíamos de vista a força e a qualidade da identificação desse grupo de 'ativistas' com o feminismo. "Nestas páginas", nos diz Graziela Corvalán em uma definição de ponta, "o conceito 'feminismo' compreende um enfoque teórico que questiona a existência de papeis 'naturalmente' diferenciados ou biologicamente determinados e um esforço social e político para lutar contra as desigualdades que se originam de tais diferenças" (1986, p.100). A defesa do caráter não-natural da diferença sexual ressoa

com termos psicoeducacionais na primeira oficina do Encontro-Taller, insistindo que “não existe a intuição feminina inerente à sua natureza”, e que segue, numa complexa ponte intertextual,

“[A intuição] é um modo de pensamento estimulado para a mulher, [assim] como se estimula o desenvolvimento da inteligência para o homem. Ao não ser a inteligência um atributo socialmente reconhecido na mulher, quando a mesma dá respostas inteligentes, são atribuídas a elas a sua capacidade intuitiva.

(...)

Não existindo em abstrato, a identidade, antes, tem a ver com as classes sociais a que pertence a mulher. No entanto, independentemente das classes sociais, as mulheres temos problemas comuns.

A identidade que nos impõem nos sugere um modelo de mulher: passiva, nos sentirmos realizada em função do outro (esposa de... mãe de...). Portanto, não se valoriza a sua própria importância, como ser autônomo. Em consequência, nos autodesvalorizamos quando não cumprimos a exigência desse modelo” (ETM, 1988, p. 13-14).

Desnecessário insistir na forte e radical identificação dessa visão de mundo com o feminismo. Em seus laços intertextuais, a definição acima proposta e as conclusões extraídas da oficina do Encontro-Taller dividem a ideia de que nem a anatomia biológica e tampouco uma suposta ‘intuição inerente’ à mulher delimitam seu destino; que suas fontes de reconhecimento (para ‘nos sentirmos realizadas’) e seus ‘modelos de mulher’ são socialmente ‘atribuídos’ e ‘impostos’, assim como também é social o ‘esforço’ para lutar contra as desigualdades derivadas da diferenciação sexual. Essa visão feminista de mundo, porém, não era compartilhada por outras mulheres. Como atestava a pesquisa de Graziela Corvalán, algumas de suas entrevistadas

“assinalam claramente um desprezo ao feminismo, pois consideravam que ‘isso também não é bom’, concepção proveniente (...) das mulheres sindicalistas urbanas surgidas na década de sessenta e obviamente das ‘damas’ políticas de épocas anteriores. É assim que eram equiparados, em termos negativos, o machismo com o feminismo, pois – na opinião das entrevistadas – ‘nenhum dos extremos é bom’” (1986, p.101) (Todos os grifos no original).

Já na classificação sugerida pela reflexão de Line Bareiro, existiriam no Paraguai quatro tipos de organização de mulheres: 1) as ‘antifeministas’, categoria ocupada somente pela colorada Liga Paraguaia dos Direitos da Mulher que “nega por princípio a existência de uma problemática específica da mulher” (p.15); 2) aquelas ‘fortalecedoras do patriarcado’: “suas integrantes consideram como natural ou desígnio divino a atual condição social da mulher” (p.16); 3) as ‘reformadoras’, que “reconhecem a existência de formas específicas de discriminação (...). Nesta classe, se situam organizações de mulheres de diferentes tendências políticas, desde oficialistas [coloradas] até ativas militantes pela democratização do país” (p.16-17); e, por fim, “a quarta classe de organizações de mulheres são as feministas”, que

“reconhecem o confinamento da mulher ao âmbito doméstico, a repressão sexual da mulher, sua utilização como objeto, [reconhecem] o assédio, chantagem e a violência sexual da que são vítimas sua incorporação

desvantajosa no mundo laboral e na economia em geral, [reconhecem] as leis discriminatórias, a existência de barreiras para a participação das mulheres nas tomadas de decisões, a falta de oportunidades, etc. Consideram essa situação como produto da cultura patriarcal dominante e se reconhecem como sujeitos de mudança, dado que entendem que a transformação das relações e valores patriarcais no âmbito público e no âmbito privado depende da ação das mulheres” (BAREIRO, 1988, p.18) (Primeiro grifo no original, segundo grifo meu).

Por um lado, estas passagens reforçam a ideia do repertório compartilhado de categorias e pares feministas – público/privado, natural/cultural, cultura e valores patriarcais. Por outro lado, a identificação dessas mulheres como feministas se dá no jogo de oposição a outros tipos de grupos civis de mulheres. Neste sentido, identificar-se com o feminismo não é apenas compartilhar categorias ou se classificar ‘feminista’. É, como faz Graziela Corvalán, criticar as ‘damas’ da Política que, além de não terem ideia do que é o feminismo, serviam de vitrine sorridente e domesticada para seus maridos, líderes de partidos tradicionais¹⁰⁸. É, como dizia Olga Zarza em entrevista, também negar a ‘concepção oportunista’ dos partidos que reservavam às mulheres o papel de isca para arrebanhar popularidade e votos. É, fundamentalmente, se ‘reconhecer’ como ‘sujeitos de mudança’ e não se deixar resumir a ‘mulheres-amostra’, que fazem as vezes de casos ‘excepcionais’ em agrupamentos sindicais ou políticos. É, por fim, recusar a existência de qualquer natureza, seja ela biológica, passiva ou inata, que vincula reiteradamente seu reconhecimento e sua realização a um outro. A linha que atravessa e articula esses diferentes e justapostos momentos de crítica é o estatuto autoreferido (mais, ou menos, explicitado) de sujeito. Quer dizer, no caso da gênese paraguaia, a delimitação da identidade feminista se dá simultaneamente na afirmação da própria capacidade de ação (agenciamento, *agency*) e na negação de figuras como, por exemplo, as ‘damas’ ou as ‘mulheres-amostra’. Munidas de um repertório de crítica feminista, suas declarações públicas nos jornais giravam em torno da contestação da sujeição e da afirmação delas próprias como sujeito: era necessário mudar o Código Civil, diziam elas, para sair da ‘eterna menoridade’, para negar ‘tutela’, para não serem mais consideradas como um semi-indivíduo.

No entanto, no bojo das tensões vinculadas às desigualdades de classe, não eram todas as participantes dos encontros que ‘concordavam’ com o feminismo ou queriam a ele aderir. Na conclusão da quinta oficina do Encontro-Taller, se pode ler que:

¹⁰⁸ Ao apresentar os caminhos metodológicos de sua reflexão, Graziela Corvalán dá, em nota, uma pista de qual era o perfil sócio-político de suas entrevistadas: “muitas das protagonistas e/ou líderes dos movimentos faleceram ou, em caso contrário, como afirmou uma das entrevistadas ‘uma vez casadas, elas se aposentam’” (1986, nota 3). Opinião quase idêntica a de Corvalán se reproduz na entrevista de Gloria Rubin: “O poder patriarcal era muito forte aqui no Paraguai e a mulher que esta[va] fazendo política, fazia política porque seu marido a levava, no caso dos liberais era mais comum”(RUBIN, 2008, p.15).

“finalmente, [nós] a oficina n.5, apesar de que este não seja seu tema específico, queremos apontar que discordamos com a análise apresentada no ato inaugural pelas companheiras camponesas, quanto a apontar que o Feminismo distorce a luta libertadora e divide forças. Pelo contrário, afirmamos que a mulher deve se incorporar a esta luta em níveis decisórios, o que implica numa reivindicação substantivamente feminista” (ETM, 1988, p.34.)

No todo das relações travadas nos dois encontros de 1987, então, o discurso feminista forneceu algumas das principais categorias por meio das quais suas personagens-chave, elas próprias ‘ativistas feministas’, empreendiam sua crítica. Fruto direto do Encontro Nacional, a Coordenação de Mulheres do Paraguai se nomeou feminista desde o momento de sua formação, tal como se pode ver no terceiro artigo de sua ata de fundação:

“A CMP adere aos seguintes princípios: a) o feminismo, entendido como uma nova ordem social no qual não se aceitam desigualdades de gênero; b) o respeito aos direitos humanos; c) o pluralismo, a observação das regras da democracia e a participação equitativa de mulheres e homens em todos os níveis de poder” (CMP, 1992)¹⁰⁹.

Vê-se, então, que o uso comum e compartilhado de repertório de categorias feministas e a defesa do feminismo atravessaram as duas grandes reuniões de 1987. No lastro das experiências acumuladas pelas suas lideranças urbanas, em sua maioria mulheres altamente intelectualizadas e politizadas, com formação universitária e passagem por outros grupos civis de resistência ao autoritarismo, a realização do Encontro Nacional e do Encontro-Taller delinea conjuntamente as fronteiras de um espaço no qual a identidade feminista passa a ser um marcador social relevante por meio do qual elas se autoclassificam, e, ao mesmo tempo, classificam o mundo (‘patriarcal’, ‘sexista’) e outras identidades sujeitadas (‘damas’, ‘mulher-amostra’) das quais elas se distinguem. Com esses dados em mãos é possível dizer que a gênese de uma unidade de sentido em torno da qual se identificam e se relacionam as “ativistas feministas” foi desenhada no conjunto de ações e de relações, anteriores e posteriores àqueles eventos, mas ao redor deles sintetizado.

* * * * *

No todo desse processo aberto por aquele retrocesso legal, mas não reduzível a ele, a gênese do movimento feminista paraguaio, de um lado, evoca um paralelo em relação àquilo que Habermas um dia chamou de ‘instituições de publicidade’ e, de outro, mostra pontos convergentes e divergentes frente aos demais feminismos na região. Os dois encontros de mulheres de 1987 nutriram a discussão e a polêmica que tomam como alvo o poder injusto,

¹⁰⁹ Embora o documento a que tive acesso date de 1992, ele reproduz a ata de fundação da CMP que é, na verdade, de maio de 1988.

'poder vigente'¹¹⁰, e nos quais, a exemplo das oficinas do Encontro-Taller, é tematizada a experiência subjetiva e íntima de suas participantes. Por meio da discussão aí desenrolada, mulheres urbanas e rurais pretendiam criticar o Código Civil stronista, isto é, racionalizá-lo a partir de seu entendimento comum e da troca de argumentos e de vivências privadas. Os encontros, contudo, foram marcados pelo tenso e insatisfatório esforço de arranjar um espaço para as camponesas nos debates e argumentos então forjados e, ao mesmo tempo, pela crítica destas últimas ao molde 'cansativo' e à 'linguagem' da discussão. Quer dizer, a desigualdade de classe e a ausência de *expertise* de parte desse público que aí tematiza e se tematiza ainda contaram, nos termos do teórico alemão (HABERMAS, 2003, p.72) como 'hierarquias sociais e políticas pré-formadas' anterior e exteriormente ao debate. Como veremos em diferentes momentos da tese, a despeito das formas de mobilização de 1987 não terem rendido frutos institucionais imediatos, essa tensão advinda da interseção das desigualdades entre as próprias mulheres gerou efeitos positivos na transição e também ao longo da construção democrática paraguaia.

No que diz respeito à comparação com os demais feminismos sulamericanos, vale notar que a realização dos grandes encontros de 1987 se dá sob um contexto ditatorial e corresponde àquilo que N. Sternbach e outras adequadamente chamaram de 'movimento intrinsecamente de oposição' (1992, p.397), marca genética de vários casos no subcontinente. Além disso, tal como em outros casos, o Encontro Nacional e o Encontro-Taller encerraram uma tensão tributária da composição social mais ampla e constitutiva do Paraguai que, como vimos, espelhou-se na qualidade da participação das camponesas organizadas e nos sinais a ela atribuídos na síntese memorial dos eventos. Por fim, e de forma bastante interessante, o perfil social das lideranças que atravessa os dois eventos de 1987 reproduz com incrível semelhança o perfil das feministas brasileiras em seu primeiro grande evento, em 1979 (ALVAREZ, 1990, p.117): em ambos os casos, essas lideranças são jornalistas, advogadas e acadêmicas. À diferença do caso brasileiro, contudo, as 'distintas panelistas' do Encontro Nacional juntavam um perfil de formação jurídica com a pesquisa social realizada em ONGs – daí que sua qualificação como 'acadêmicas', em relação ao mundo universitário, não seja estritamente correta.

¹¹⁰ Para os fins dessa analogia, é desnecessário reconstruir todo o argumento de Habermas sobre a esfera pública e sobre o papel genético das instituições privadas de discussão – dentre outras, salões, casas de chá, cafés, círculos de leitura – na racionalização do poder do Estado absolutista e na defesa de seus interesses de classe. Note-se apenas que a sociabilidade dos cafés e, *mutatis mutandis*, dos encontros de 1987 exprime a publicidade como 'princípio de controle': "Os burgueses são pessoas privadas; como tais, não 'governam'. Por isso, as suas reivindicações de poderio contra o poder público não se dirigem contra a concentração do poder que deveria [ser] 'compartilhado'; muito antes eles [os burgueses] atacam o próprio princípio da dominação vigente. O princípio de controle que o público burguês contrapõe a esta dominação, ou seja, a esfera pública, quer modificar a dominação enquanto tal" (HABERMAS, 2003, p.43).

Este perfil onguizado diferencia a gênese do feminismo paraguaio da maior parte dos casos sulamericanos. Como demonstram as revisões na literatura, os feminismos nasceram a partir de grupos pequenos e informais que, por razões locais e internacionais, foram paulatinamente tomando a forma de organizações não-governamentais; na maior parte dos exemplos, as feministas passaram por aquilo que S. Alvarez chamou de ONGuização. No caso paraguaio, no entanto, o projeto jurídico-igualitário que marcou a gênese da CMP se enraizava na pesquisa social de feministas ligadas a ONGs, como as sociólogas do CPES e de BASE. Como veremos no quinto capítulo, esse perfil onguizado e, simultaneamente, intelectualizado marca a fração líder da própria Coordenação de Mulheres do Paraguai.

Esse nascimento característico sob o formato de ONGs deve ser entendido em função daquelas práticas vigilância e cooptação do autoritarismo stronista. Como vimos, mais que um sistema político-institucional, o stronismo tinha uma pretensão totalitária de fazer coincidir o político-partidário e o social. Neste sentido, o autoritarismo no Paraguai não apenas criou um tecido institucional corroído, como também permeou a população civil paraguaia, tentando cooptá-la e, de fato, cooptando e comprando frações dela. Em busca da realização de sua vontade totalizante, o stronismo logrou infiltrar-se nos espaços culturais e intelectuais de reflexão¹¹¹, a tal ponto que a ‘história’ imaginada por seus ideólogos é ainda hoje matéria obrigatória em escolas e universidades (RODRIGUEZ ALCALÁ, 2005).

Naquele contexto autoritário, embora uma pequena parte das fundadoras da CMP tivesse postos de docência universitária, a maior parte delas tratava os centros universitários, repletos de colorados e de stronismo, tal como eram por estes tratadas: com algum desinteresse e muita desconfiança. Seus espaços de produção e de reflexão intelectual eram na verdade as ONGs. Exemplos disso são o Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos (CPES), o Centro Paraguaio de Estudos de População (CEPEP) e do Banco Paraguaio de Dados (BPD), fechado em 1983 pelo regime e cujo renascimento em fins dos 1980 deu vida ao Centro de Documentação e Estudos (CDE). Tentando situar-se à margem da colonização stronista, essas siglas permitiam que as feministas e seus colegas pesquisadores desenvolvessem seu trabalho e sua forma de resistência ao regime¹¹². Paulatinamente, ao

¹¹¹ A força da colonização rubro-stronista não deve ser subestimada. Até hoje, em período de disputas eleitorais, circulam nos corredores de universidades e escolas paraguaias listas do oficialismo nas quais são contados os votos prováveis no corpo docente, que, por coação ou volição, em alguns casos chega a abrir mão de parte de seu salário em prol do partido.

¹¹² Em seu prólogo a “A Sociedade apesar do Estado” (1986), Line Bareiro comenta a relação de exterioridade entre produção intelectual e universidade no Paraguai: “Os autores desse ensaio [seus colegas do CDE, Benjamin Arditi e Jose Carlos Rodriguez] são proeminentes no setor de intelectuais, homens e mulheres, que propõem novos modos de pensar sua sociedade e seus problemas; (...). A coletividade a qual eles pertencem pode ser qualificada como ‘não-acadêmica’. Não porque [eles] prescindem de métodos acadêmicos do trabalho intelectual como profissão, mas sim porque sua produção tem lugar fora dos circuitos universitários. [E arremata:] De fato, diferentemente de outros

longo da década de 1990, a verdadeira *intelligentsia* formada nessas e em outras ONG dedicadas à pesquisa em praticamente todas as áreas do conhecimento passou a ocupar posições nas universidades¹¹³. Para além dos limites do campo universitário, tal como o caso feminista poderá ilustrar, o saber produzido por essas siglas e as relações travadas por seus *experts* com o sistema político paraguaio passarão a desempenhar um papel fundamental na democratização e na racionalização daquele ‘Estado’ herdado do stronismo.

Por fim, à diferença do que se passou com vários feminismos, a militância feminista contemporânea no Paraguai não surgiu atrelada a um ou mais rótulos, tais como ‘feminismo radical’, ‘feminismo liberal’ ou ‘feminismo revolucionário’. Para usar o termo da feminista peruana V. Vargas, no caso paraguaio, o movimento feminista nasceu ‘sem sobrenome’. Isso, no entanto, não implica em desconhecer a coexistência altamente conflituosa entre diferentes grupos e projetos feministas, com suas ênfases próprias, debaixo de uma unidade de sentido compartilhada e disputada. Não me refiro tanto às tensões caudatárias da clivagem social entre mulheres rurais e urbanas, mas muito antes à divisão existente entre mulheres ‘investigadoras’ e ‘políticas’, ambas feministas. Se olharmos para essa divisão conflituosa, veremos que a posição de filha primogênita do feminismo paraguaio parece entrar em disputa: “[A] Frente Ampla de Mulheres”, lê-se no livro de resgate da história das ‘políticas’, foi “a primeira organização política de caráter nacional que é criada com um enfoque claramente feminista” (YORE & COLAZO, 2001, p.20-21).

Não cabe aqui decidir quem seria a primogênita do feminismo no Paraguai, a Frente ou a Coordenação. Por um lado, cabe dizer que a série de investimentos, discursos e experiências trazida por essas mulheres nos encontros de 1987, delimita uma forma de identificação feminista com a qual, ao longo da construção democrática, mulheres e homens de outras gerações, de outras posições de classe e de outros agrupamentos civis irão se identificar. Por outro lado, tal como veremos no quinto capítulo, essa divisão conflituosa entre feministas de dentro e de fora da CMP marcou não apenas gênese do movimento feminista paraguaio, mas também suas primeiras conquistas legislativas. Mas, antes de passar a essas conquistas, vamos ver no capítulo seguinte como o fim do regime stronista e o subsequente início da transição política reorganizaram os espaços político-institucional e, em especial, público de

países, atualmente no Paraguai, não é na ‘academia’, não é na universidade onde se está produzindo o pensamento mais vigoroso e mais inovador sobre a sociedade paraguaia” (BAREIRO, 1987, s/p).

¹¹³ Exemplo adequado dessa *intelligentsia* pode ser visto no debate ‘The Transition to Democracy in Paraguay’, organizado por N. Powers (1992), e no livro homônimo organizado por P. Lambert e A. Nickson (1997). Entre os debatedores e autores paraguaios aí envolvidos, todos lideram uma organização não-governamental, já foram ligados à universidade e/ou indicados a postos executivos no Estado paraguaio.

interação nos quais e sobre os quais passaram a agir as militantes, organizações e articuladoras feministas.

4. Feministas na abertura: arenas, disputas político-culturais e a retomada da vida pública no pós-golpe

Este capítulo trata das formas e espaços de mobilização da Coordenação de Mulheres do Paraguai e da Multisetorial de Mulheres do Paraguai. A 'Multisetorial', como vamos chamá-la, foi o agrupamento que se seguiu após a efêmera formação do Grupo-Taller e do Encontro-Taller. Como veremos nos dois próximos capítulos, a Multisetorial foi liderada basicamente por feministas ligadas a partidos paraguaios e tinha como cerne de seu projeto político a criação de um ministério dedicado a questões de gênero. Aqui, vamos observar a mobilização das militantes e organizações dessas duas redes feministas, a Coordenação e a Multisetorial, no contexto político imediatamente posterior ao fim do regime stronista. Quais eram os formatos assumidos pela mobilização feminista, quais marcadores elas acionavam, quais eram seus principais temas e públicos-alvo – essas são algumas das questões pelas quais passa este capítulo.

Porém, antes de irmos à série de arenas e temas da agenda feminista, nos dedicaremos aos entraves e dilemas que marcaram a transição paraguaia (1989-1993) e à forma pela qual alguns autores inflacionaram o termo 'transição'. Para parte deles, a fase de transição teria terminado apenas em 2008, uma vez respondido o quesito poliárquico do revezamento eleitoral com a eleição presidencial de Fernando Lugo. Retomando o debate virtual travado com a chamada 'consolidalogia', o capítulo ilumina o preço cognitivo pago por autores que, ao encerrar a transição em sua dimensão político-institucional, foram incapazes de reconhecer a oxigenação e o alargamento ao mesmo tempo ocorridos na sociabilidade pública paraguaia. Em suas diferentes manifestações empíricas, seja nos temas trazidos a público pelas feministas ou nos protestos católicos de oposição à lei do divórcio, tal oxigenação não se desenrolou como que descolada dos direitos garantidos e consagrados pela arquitetura legal da abertura – por mais elementares que esses direitos tenham sido. Noutras palavras, não se deu a despeito da institucionalidade política. Uma metáfora utilizada no debate paraguaio resume bem nosso raciocínio: junto de alguns autores, nós diremos que a transição não foi mero gatopardismo, quer dizer, ela não foi uma renovação dissimulada do velho, pois, como tentaremos mostrar, o velho e o novo passaram a se debater (e não foi pequeno o esforço do velho para combater o nascimento do novo) em um substrato público de tematização outrora privatizado e usurpado pelo stronismo.

4.1. Abertura e transição democrática: delimitações, dilemas e limites no pós-Stroessner

O pós-golpe no Paraguai trouxe consigo altas expectativas sociais, políticas e intelectuais relativamente aos rumos do país e ao papel desempenhado pelos principais protagonistas do golpe, em especial, no campo político e institucional. Diferentemente de *sus hermanos* brasileiros e argentinos, o fim do regime stronista significava uma ruptura com um passado de mais de três décadas sob o mesmo líder autoritário e abria portas para a primeira experiência na qual a possibilidade de disputa e de construção democráticas deixava de ser algo como um porvir longínquo, aparecendo realmente nos contornos do horizonte imediato. Quer dizer, no Paraguai pós-Stroessner não se tratava de retomar alguma tradição democrática forjada antes do último governo militar, tratava-se, muito antes, de inventar e implantar instituições democráticas ali onde elas nunca tinham existido (ARDITI, 1992). À diferença de seus vizinhos, o fim do autoritarismo no Paraguai não se deu de forma lenta ou gradual e tampouco foi alvo de idas e vindas dos militares ao poder político. Embora as condições materiais/morais e internacionais/domésticas de reprodução do regime estivessem à beira do colapso desde meados da década de 1980, o fim mesmo do stronismo veio a público como algo que ruiu rapidamente, em ‘questão de horas’¹¹⁴. Tal contexto, para falar em termos transitológicos, abriu portas para uma transição que não se configurou nem como uma ‘dictablanda’ e sequer como uma ‘democradura’¹¹⁵.

Antes de abordar diretamente a questão dos principais dilemas e limites de cunho político-institucional enfrentados com o fim do autoritarismo stronista, vale a pena delimitar aquilo que a abertura e a transição democrática compreendem cronologicamente: o termo ‘abertura’ designa os anos imediatamente posteriores à queda do General Stroessner, 1989 e

¹¹⁴ Além de aparecer repetidamente em análises da época, essa ideia das poucas horas que levaram ao fim do stronismo ressuruiu em várias de minhas entrevistas. Tal ideia denota não apenas a rapidez efetiva do *putsch*, mas também o fato de que quase ninguém o esperava. Notem: “Pouco tempo depois de começar o ano [de 1989] (...), ocorreu um fato que mudou a vida de todos os paraguaios: o golpe de Estado de 3 de fevereiro que, de uma só tacada [*de un plumazo*] (...), colocou um ponto final na longa ditadura stronista. (...) O golpe nos tomou de surpresa” (RODRÍGUEZ, 1989/90, p.21). Ou ainda: “Janeiro de 1989 foi [um mês] como qualquer outro (...). Ninguém pensava que seria o ano da mudança” (BAREIRO, CANO & COLAZO, 1989/90, p.3). E ainda: “Bastaron siete horas de combates entre militares para terminar con 34 años de gobierno autocrático” (ARDITI, 1989, p.25).

¹¹⁵ Cf. SCHMITTER (1994). “Especially when the transition is initiated and imposed from above, the previous rulers attempt to protect their interests by ‘embedding’ authoritarian practices within the emergent regime. Where they [the previous rulers] liberalize without democratizing (...) the hybrid has been labeled *dictablanda*. For those cases where they appear to democratize but do not liberalize (...), the neologism *democradura* has been proposed” (1994, p.59-60). Quanto aos cenários possíveis para o fim dos regimes autoritários, o pensamento de Schmitter é paradoxal, pois embora reconheça que “não existe escolha simples entre regressão à autocracia e progressão à democracia”, seu raciocínio parece ficar, por assim dizer, empacado, à espera da Democracia (leia-se, aquela ‘consolidada’): “There is no simple choice between regression to autocracy and progression to democracy, for at least two other alternatives are available: 1) a hybrid regime that combines elements of autocracy and democracy; and 2) persistent but unconsolidated democracy” (SCHMITTER, 1994, p.59) (Grifos no original).

1990, ao passo que a 'transição' ocupa, para nós, o intervalo entre 1989 e 1993. Ainda que seja estritamente correta, a designação 'abertura' não é comumente encontrada nas revisões e análises a respeito da então recém-nascida 'transição' paraguaia, termo muito mais utilizado no debate.

A despeito dessa utilização corrente, a delimitação dada à expressão 'transição democrática' ou 'rumo à democracia' é, porém, demasiado ampla nas interpretações construídas/elaboradas sobre o Paraguai. Parte dos autores envolvidos nesse debate, tende a situar o período relativo à transição no intervalo que vai desde o fim do regime autoritário stronista, em 1989, até o ano de 2008, quando da eleição de Fernando Lugo para a Presidência do país e do grave deslocamento político então sofrido pelo coloradismo. A sequência das análises de J. C. Rodriguez (1993; 1998; 2004), por exemplo, permite ver uma inflação crescente e constante na compreensão da transição paraguaia: em 1993, após a eleição 'quase limpa' do primeiro presidente civil do Paraguai, a 'transição mansa', tal como lhe denomina o sociólogo, 'chegou a seu fim' (1993, p.18). Cinco anos mais tarde, contudo, ele refaz seu diagnóstico e situa o país no que chama de 'transição sem revezamento': as eleições de 1998 foram limpas, livres e competitivas, *pero no hubo alternancia* (RODRIGUEZ, 1998, p.29). Passados outros cinco anos, com a terceira e decepcionante vitória consecutiva do Partido Colorado para a Presidência do país, em 2003, repete-se quase literalmente o título da análise anterior: "Paraguay: la transición sin alternancia" (RODRIGUEZ, 2004)¹¹⁶.

Ao fim dos anos 1990 e no começo do século XXI, outras análises, em geral de inspiração poliárquica, seguiram nessa mesma direção, que tende a inflacionar empiricamente a 'transição': "O processo de transição para a democracia no Paraguai", dizia Abente, "ainda tem que ser completado" (1996, p.118). Esse foi também o caso dos organizadores de 'The Transition to Democracy in Paraguay', em cujo prefácio lê-se que "[a] transição paraguaia começou em 1989, mas é mais difícil determinar quando ela terminou ou mesmo se terminou" (LAMBERT & NICKSON, 1997, p.ix). Ainda é possível citar o caso de análises que, desde um viés mais acadêmico ou mais memorialístico dos movimentos sociais¹¹⁷, preferiram sublinhar

¹¹⁶ Outras interpretações seguem de perto o raciocínio de J. C. Rodriguez: "O intuito é argumentar por meio do exemplo paraguaio que o processo de transição democrática, [sic] só pode ser considerado efetivamente concluído quando, por meio de eleições livres, ocorre a transferência do poder por parte das forças tradicionais (...) para governos que representam propostas realmente alternativas" (SILVA, 2008, p.2).

¹¹⁷ Não é somente em interpretações sistemáticas que se difunde essa visão de uma fase transitória com quase vinte anos de duração. Segundo algumas opiniões reunidas por M. Rivarola (2009), a partir de lideranças das organizações civis paraguayas, haveria 'duas transições' no Paraguai: a primeira, que atravessaria toda a década de 1990 até a vitória de Fernando Lugo, e a segunda, que teria recém começado em 2008. Posturas mais exigentes e radicais chegam a falar de 'uma só e autêntica' transição, supostamente iniciada com Lugo. Estas opiniões e posturas compiladas por M. Rivarola não são verdadeiras nem falsas por si mesmas, elas apenas encerram alta expectativa de revezamento eleitoral encarnada no nome de Fernando Lugo para a disputa presidencial de 2008.

que a transição era fundamentalmente 'perene' (SOLER, 2002) e que, mesmo após o mais violento e dramático ciclo de protestos ocorrido em 1999 no país, ela não tinha terminado 'sob qualquer hipótese' (LAMBERT, 2000, p.395).

Aquelas interpretações politológicas, por sua vez, falavam de uma transição longa e enfatizavam o requisito dahliano das eleições e do revezamento como condição de uma vida democrática saudável. Desse ponto de vista, a saúde da democracia paraguaia de fato andou mal pelos anos 1990, não tanto devido às consecutivas vitórias coloradas nas eleições presidenciais, mas antes devido aos meios violentos e inconstitucionais utilizados para chegar a tasi vitórias. Essa interpretação, no entanto, sofre de um defeito que cumpre denunciar: os distintos momentos da construção democrática paraguaia são, de vários pontos de vista, muito diversos entre si para que apenas um grande rótulo, a 'transição', recubra e explique todo o período entre 1989 e 2008. Vista em seu caráter radicalmente histórico e processual, a vida democrática, já o dissemos, não é como uma linha evolutiva, para frente ou para cima, não é um cume que se alcança e no qual se repousa. Se o Paraguai durante todo o período pós-Stroessner passou por uma 'transição', onde então o país chegou em 2008? À Democracia? Responder positivamente a essa questão não seria apenas espremer nuances, processos, sujeitos e avanços muito variados em uma só e longa transição; seria também onerar, conscientemente ou não, a dinâmica institucional pós-Lugo. Ora, se por ventura tal governo desencantasse a expectativa de que 'finalmente chegamos à democracia', restaria ao analista apenas desiludir-se ou decretar uma 'involução', quiçá, de volta a outro tipo da transição. Desse modo, embora esteja correta em apontar para a falta de revezamento na posição presidencial, a interpretação longa perde de vista as mudanças e as conquistas ativamente forjadas dentro da construção democrática marcada sim pelo coloradismo hegemônico, mas também por disputas e formas de contestação a essa mesma hegemonia.

Particularmente neste quesito, dois grandes transitólogos tinham razão ao reservar o termo 'transição' àqueles momentos nos quais as regras constitucionais e institucionais estão em jogo (O'DONNELL & SCHMITTER, 1986). No Paraguai, essa fase de negociação das novas regras institucionais se deu entre 1989 e 1993 através do reordenamento jurídico-normativo e contemplou momentos cruciais como a reformulação do Código Eleitoral (1990), a Convenção Nacional Constituinte (1991) e a promulgação da Constituição (1992). Nestes termos, a "fase de transição terminou quando o país foi novamente às urnas em (...) 1993" (ARDITI, 1995, p.5)

Quer dizer, encerram a alta expectativa daqueles militantes que, depois de terem vivido o terror stronista e visto a queda do ditador, presenciaram a reprodução da elite colorada no poder por três longos mandatos presidenciais.

para eleger de forma direta, porém ‘não tão justa’¹¹⁸, seu primeiro presidente civil, *malgré tout*, o colorado Juan Carlos Wasmosy. Dizer isso certamente não significa dizer que a democracia paraguaia começara ali e então; significa antes “colocar uma linha demarcadora no processo de transição em 1993, tendo claro”, sintetiza M. Elías, “que a democratização de nosso Estado e de nossa sociedade não apenas não tinha acabado, mas, muito antes, acabava de começar” (1995, p.5)¹¹⁹.

A transição paraguaia foi, antes de tudo, uma etapa fundamental de democratização do Estado: “[como] um todo”, diz B. Arditi, “houve um consenso geral sobre os principais pontos da agenda da transição. Os principais atores convergiam na necessidade de refazer a lei eleitoral, criar um novo registro de eleitores e mudar a constituição política do Estado” (1995, p.5). Aqui vale destacar dois pontos: o acelerado ritmo das mudanças institucionais no contexto de abertura e o papel desempenhado por seus principais protagonistas.

Primeiro, o ritmo: ao fim do primeiro ano de abertura, Benjamin Arditi parecia positivamente surpreso com “os acontecimentos [que] têm se sucedido a uma velocidade vertiginosa e [com] as perspectivas para um processo de mudança” (ARDITI, 1989, p.24-25). Apesar das eleições de maio de 1989 não terem propriamente competitivas¹²⁰, levando o General Rodriguez à Presidência e recompondo superficialmente o Congresso paraguaio, o fato é que, em menos de uma semana, o novo Poder Legislativo inseriu a normativa paraguaia dentro do marco jurídico internacional de garantia dos direitos humanos, por meio da lei n.1/1989¹²¹, e, em questão de meses, revogou os principais e mais atroz dos dispositivos legais consagrados e utilizados pelo stronismo em sua suposta e liberticida defesa da democracia¹²². Em menos de um ano após o golpe, com um presidente inegavelmente distante de qualquer matriz democrática e uma elite política majoritariamente vinculada ao regime stronista, o Paraguai passou a conviver com liberdades civis e políticas, com a legalização dos partidos (inclusive os de orientação marxista) e com reconhecimento de direitos humanos e dos sindicatos. Desse modo, “[o] novo Congresso considerou cumprida a missão fundamental nesta primeira etapa da democracia com a sanção de leis fundamentais que asseguravam as garantias básicas para marcar a mudança de caminho” (COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, 2008, p.304) (Grifo meu).

¹¹⁸ Cf. ARDITI (1995, p.17)

¹¹⁹ In: ‘Una evaluación al final de la transición’, In: CDE, 1995 [1993].

¹²⁰ Cf. ARDITI, 1989; 1995.

¹²¹ ‘Que aprueba y ratifica la Convención Americana sobre Derechos Humanos o Pacto de San José de Costa Rica’ (PARAGUAY, 1989).

¹²² Cf. Lei n.9/1989.

Tendo em conta a longa tradição do autoritarismo político no Paraguai, essas garantias e seu ritmo animaram, ao menos momentaneamente, os analistas: “existem elementos de razão que permitem supor que o processo político iniciado com o golpe de Estado não se reduz a um mero gatopardismo” (ARDITI, 1989, p.26). Ainda que se deixasse de acreditar que o pós-golpe reproduziria a máxima lampedusiana, esse autor tampouco foi ingênuo com relação aos caminhos para uma democracia paraguaia: “há que se perguntar”, ele questiona, “de qual democracia se fala? Pode ser que o governo tenha em mente uma democracia tutelada e (...) [que] o poder real de decisão siga nas mãos das Forças Armadas e do partido de governo” (ARDITI, 1989, p.30). Dito e feito: além de terem protagonizado o fim mesmo do autoritarismo stronista, militares e líderes do coloradismo desempenharam também papel fundamental na continuidade das práticas e das dinâmicas político-institucionais herdadas daquele regime.

Como já sabemos, a partidarização das Forças Armadas e a militarização do Partido Colorado eram dois lados de uma mesma moeda corrente no stronismo. Dado que “[um] pré-requisito crucial para consolidar a democracia no Paraguai será destruir a fusão entre Estado, partido e Forças Armadas” (POWERS, 1992, p.23), a despolitização dos militares, sua subordinação ao poder civil, sua profissionalização, bem como sua desvinculação do coloradismo seriam passos imprescindíveis nessa consolidação. Contudo, a profissionalização do estamento militar leva ainda a outra questão: “Uma hierarquia militar profundamente corrupta pode criar uma instituição profissional?” (POWERS, 1992, p.27). Já observamos que a corrupção institucionalizada foi uma das principais moedas de troca no stronismo e na sua economia, de modo que colocar tais interesses em jogo, à época de transição, poderia ter significado colocar em xeque a própria democratização.

Sem avanços, a tarefa necessária de desligar colorados e militares, e de submeter estes últimos ao Estado de Direito e à sua defesa, não foi feita entre 1989 e 1993 e sequer durante toda a década de 1990. “[Traço] notável na [longa] transição tem sido que, nos contextos de derrota eleitoral que oferecem perigo à hegemonia colorada, os militares têm ativamente intercedido” (LAMBERT, 2000, p.383). Exemplo dessa disposição pôde ser conferido já ao começo dos anos 1990, quando o intenso faccionalismo partidário, pré e pós-golpe¹²³, ao mesmo tempo em que desfazia o mito da ‘unidade granítica’, minava a capacidade organizacional e estratégica do Partido Colorado que perdeu a disputa nas eleições para a prefeitura da capital em 1991. Sob o efeito do perigo implicado nas pugnas entre as diversas facções, violentas e chocantes palavras de ordem voltaram ao dicionário colorado-militar:

¹²³ “Se incorporan a la dirección del partido que está en el poder (...) los setores colorados que habían hecho oposición a Stroessner: MOPOCO, ANRERM MOPOCONA y Éticos” (BAREIRO et al, 1989, p.4).

‘Exército e coloradismo’, declarou o general Lino Oviedo em defesa do nome de Wasmosy para presidente, ‘governarão unidos *per omnia secula seculorum*’, isto é, ‘até o fim dos tempos!’¹²⁴ Como veremos mais ao fim da tese, o ovidismo (termo relativo ao general Lino Oviedo) foi elemento central nas tensões e insatisfações internas ao pacto cívico-militar que, por sua vez, atravessou toda a década de 1990 e teve efeitos graves sobre a estabilidade político-institucional paraguaia.

A abertura trouxe consigo outro dilema que também ocupava a base do stronismo, a saber, a relação Estado-partido: “requer-se que o coloradismo deixe de ser o partido do Governo e dono do Estado, para se converter em um partido no Governo” (ARDITI, 1992, p.116) (Grifos no original). Isso significa várias coisas ao mesmo tempo: a despartidarização do acesso a fontes e posições estatais, e da disputa por estas; a construção de um poder judiciário autônomo frente aos demais poderes e, sobretudo, ao coloradismo; a descentralização político-burocrática efetiva para regiões e cidades no interior do país; a construção de instituições político-administrativas cujos critérios de hierarquização e distribuição de recursos não respondessem apenas a humores e interesses de uma elite partidária – para ficar apenas nesses pontos. A desprivatização, a despartidarização e a profissionalização do Estado paraguaio não foram encaradas durante a transição e seria pouco razoável esperar que ocorresse uma mudança robusta em todo um quadro administrativo de quase quatro décadas no intervalo de somente quatro anos. Aliás, não foram nem poderiam ser encaradas, pois, ainda que a dimensão da racionalidade estatal fosse um tema na agenda de parte da oposição partidária e dos atores sociais, como o era para as feministas¹²⁵, esse não era um tema para aqueles que, ‘por cima’¹²⁶, dirigiram a transição e que deram a ela um sentido jurídico-normativo *lato sensu*, especialmente após a garantia de direitos básicos.

Entre 1989 e 1993 o Paraguai teve redesenhada sua normatividade jurídica, não em sua totalidade, mas certamente em seus principais eixos – foram refeitas as chamadas regras do jogo. Além da vigência de liberdades civis e políticas, “[nesse] breve espaço de quatro anos foram realizadas quatro eleições (duas presidenciais, uma municipal e uma constituinte)”, diz José C. Rodriguez, que segue, “uma Lei Eleitoral democrática foi promulgada, [e] uma nova Constituição Nacional, que equilibra os poderes do Estado, foi democraticamente elaborada e consagrada. Todo o tempo se gozou de total liberdade de imprensa e de opinião que

¹²⁴ Cf. “Fue chocante para todo el mundo (...) la campaña electoral realizada por el general Lino Oviedo (...), quien declaró que el ejército y el coloradismo unidos gobernarán ‘per omnia secula seculorum’” (RODRIGUEZ, 1993, p.20).

¹²⁵ “A racionalização do Estado paraguaio é imprescindível (...). A ineficiência é uma das características do nosso Estado” (MULTI, CMP, 1991, p.73).

¹²⁶ Cf. “Como en toda transición ‘desde arriba’, los sectores colorados que se descolgaron del viejo régimen tuvieron un papel preponderante durante los cuatro años de la transición” (ARDITI, 1995, p.6).

transformou o clima político do país” (1993, p.18). Note-se, contudo, que esse sentido jurídico-normativo não se devia a uma negociação entre atores ligados ao autoritarismo e aqueles de oposição a ele, mas antes à preservação dos interesses de militares e colorados, ambos mais, ou menos, ligados ao regime anterior:

“A mudança veio desde cima e desde dentro do próprio poder. Foi desencadeada e administrada por forças que sustentaram o regime autoritário, isto é, as forças armadas e um setor do governante Partido Colorado. (...) [Houve] uma permuta de poder dentro da velha coalizão dominante: este [poder] foi transferido a setores dispostos a romper com o velho regime. Isso não apenas fez com que a transição fosse menos traumática, ao menos em sua primeira fase, mas fez também com que as condições e regras iniciais do jogo político fossem impostas unilateralmente (...) [Houve] um consenso geral sobre os principais pontos da agenda da transição. (...) [Mas] foi um consenso tácito, já que não houve acordos formais e explícitos entre o Governo e a oposição” (ARDITI, 1995, p.82-83) (Grifo no original).

À medida que não representava riscos reais aos interesses e às posições de poder de militares e colorados, o rearranjo jurídico-normativo deu o tom da transição paraguaia. E, cabe notar, quando tais interesses foram real ou virtualmente colocados em risco, esses atores não hesitaram em desrespeitar as novas regras do jogo, com os militares seguindo ativamente na vida partidária e na corrida presidencial¹²⁷. “[Como] uma típica transição desde cima, seus ritmo e curso foram ditados mais pela boa vontade ou pela necessidade da elite governante de fazer concessões, do que pela habilidade da oposição de conquistá-las” (ABENTE, 1996, p.118). Embora seja estritamente correta, em especial naquilo que diz respeito ao caráter imposto do tipo de mudança em curso, a observação de Abente parece não levar em conta o potencial instituinte de uma ‘concessão’ como a vigência de liberdades e, mais ainda, do novíssimo contrato social então expresso na Constituição e no processo constituinte. Tal potencial ocupa as entrelinhas de Rodriguez: “[para] além de todo romantismo partidário de uma mudança rápida, o processo institucional tem aparências de funcionar na nova situação. (...) Hoje, as bases constitucionais estão assentadas para que isso aconteça, e as circunstâncias políticas também” (1993, p.22).

Fator que também deve ser levado em conta é que, “na conjuntura atual [pós-golpe], o governo paraguaio tem a vantagem de que os princípios enunciados coincidem com seus interesses políticos. Modernidade, liberdades públicas e democracia são os eixos de seu discurso público” (ARDITI, 1989, p.27). O ponto aqui não é supor que Andrés Rodriguez e sua clique quisessem uma democracia robusta, mas que tanto a mudança nas regras do jogo quanto a retórica em torno dela respondiam instrumentalmente aos interesses dessa clique, mas também de outros atores. Bom exemplo desse discurso é o lema da campanha eleitoral do

¹²⁷ Veja-se RODRIGUEZ (1993, p.20).

general Rodriguez: '*Para construir el Paraguay moderno y democrático*'. À diferença da defesa da 'democracia' tal como utilizada ideológica e legalmente pelo regime stronista, a liberalização e a constitucionalização ocorridas ao início e ao longo da transição não tinham apenas uma evidente afinidade com aquela retórica, como tiveram também efeitos inegavelmente democráticos.

Assim, com um ritmo cronologicamente comprimido e politicamente apressado, e num registro de reorganização ampla das bases e eixos que normatizavam até então a vida político-institucional, a transição paraguaia foi dirigida 'desde cima' e, por conseguinte, capaz de operar mudanças legais e constitucionais de cunho liberalizante e democratizante, sem, porém, minar os interesses de frações superiores das hierarquias castrense e colorada. O papel desempenhado por esses atores não deixava esquecer que "[seguia] existindo uma grande assimetria entre o poder cívico-militar dominante e a oposição" (ARDITI, 1989, p.25). Mas, ao mesmo tempo, ao olhar para os rumos e mudanças no processo político pós-golpe, nada permite que se estacione na observação da preservação dos interesses desses atores e se contente com um viés gatopardista da transição, pois, para usar as palavras de J. C. Rodriguez¹²⁸, ela pode bem ter sido 'mansa', tendo se desenrolado sem grandes surpresas, mas ela certamente não foi em vão. E é da relação entre essas mudanças ocorridas no contexto político de abertura e as práticas das organizações feministas que tratam os dois próximos tópicos.

4.2. Diversas arenas, diversos públicos: a mobilização do consenso e a dinâmica Estado-sociedade civil na abertura democrática

Como vimos, a Coordenação de Mulheres do Paraguai surgiu em decorrência do *Encuentro Nacional*. Realizado naquele mesmo ano, o Encontro-Taller deu, por sua vez, forma a outra articuladora liderada por feministas da Frente Ampla de Mulheres: a *Multisectorial de Mujeres*, doravante Multisetorial. Formada em 1988, esta rede era composta por militantes vindas de organizações de mulheres, de sindicatos e, sobretudo, de partidos políticos. Enquanto a CMP visava uma transformação jurídica, o projeto da Multisetorial apontava centralmente para o tecido institucional paraguaio: "[a Multisetorial] propunha (...) a criação de um órgão governamental com nível ministerial desde o qual se desenhassem políticas públicas a favor da promoção e da dignificação da mulher" (YORE & COLAZO, 2001, p.41). A natureza

¹²⁸ Cf. "De la mansa transición paraguaya no puede esperarse grandes sorpresas, pero tampoco ha pasado en balde el tiempo político" RODRIGUEZ (1993, p.22).

substantiva das reivindicações em defesa de algo como um órgão ministerial para mulheres será tratada adiante no sexto capítulo.

Por ora, vamos observar qual a relação entre esses projetos feministas e seus espaços de atuação, seus interlocutores e públicos concretos, no contexto de abertura política. Para começar, a sentença expressa abaixo abre o primeiro *Anuario Mujer* elaborado e publicado pelas pesquisadoras do Centro de Documentação e Estudos (CDE):

“1989 foi um ano de grandes mudanças no Paraguai. A queda do Gal. Alfredo Stroessner (...) e a abertura política (...) permitiram expressões antes desconhecidas para a cidadania paraguaia. (...) [‘Paraguai, mulheres no ano da mudança’, nome daquele anuário], busca sintetizar o que foi para nós o início de um processo que esperamos que seja de transição para uma democracia sem discriminações” (CDE, 1989, p.2).

A composição deste anuário expressa em grandes linhas o conjunto de práticas e preocupações feministas especialmente, mas não exclusivamente, das organizações ligadas à CMP: após a ‘apresentação’, são abordados os ‘temas centrais’, nos quais são tratados a ‘participação política das mulheres’, ‘revisão de um ano violência’ e o fato de que ‘o golpe não as encontrou de mãos vazias’, pois elas já vinham, como vimos, se organizando desde 1987¹²⁹. Em seguida, são apresentadas as publicações de e sobre mulheres, a cronologia das atividades do ano e, por fim, a reprodução de dois documentos que marcaram a gênese do feminismo paraguaio e os projetos políticos então em voga: ‘Anteproyecto de Reforma Parcial del Código Civil’ e ‘Proyecto de creación de una Secretaría de la Mujer’, respectivamente, da CMP e da Multisetorial.

Se olharmos para a ‘cronologia’ aí publicada, veremos que, imediatamente após o golpe, as práticas de mobilização das organizações feministas estão concentradas em atos públicos como passeatas ou intervenções de cunho cultural: “15 de fevereiro”, menos de duas semanas depois da queda de Stroessner, “realiza-se uma grande marcha em função da mudança de governo, na qual participam numerosas organizações de mulheres com o tema “Democracia na rua e na casa” (CDE, 1989, p.33), lema cuja inspiração vinha das feministas chilenas¹³⁰, ou ainda,

“08 de março: Dia Internacional da Mulher. Se projeta um filme de Margaretha Von Trotta, sobre a vida de Rosa Luxemburgo, organizado pela Multisetorial de Mulheres com a participação do ‘Coletivo 25 de novembro’, *Grupo-Taller*, a Comissão de Mulheres do MDP, Coordenação de Mulheres Febreristas,

¹²⁹ Textos, respectivamente, de BAREIRO, CANO e COLAZO (1989, p.3-12); de UBALDI (1989, p.13-20), e de RODRIGUEZ (1989, p.21-28).

¹³⁰ “[Participó] por primera vez un grupo (pequeño) de mujeres con reivindicaciones específicas con carteles tales como ‘Democracia en la calle y en la casa’ (gracias a las chilenas por la consigna)” (BAREIRO, CANO e COLAZO, 1989, p.5).

Departamento Feminino do PLRA e a Comissão de Mulheres do MOPOCO. É realizado um ato cultural que consiste em esquetes sobre a problemática feminina e em exposições de trabalhos manuais realizados por mulheres” (CDE, 1989, p.33).

Nesse mesmo dia, algumas mulheres do Partido Liberal Radical Autêntico ‘realizaram uma tribuna livre’ em praça pública no interior do país (p.33). Nada mais natural que nesse período as mulheres mobilizadas, paralelamente a e junto de outros atores civis, empreendessem ações de visibilidade pública, como protestos e manifestações de rua, pois o clima já não era mais de violência ditatorial aberta; ademais, “[as] liberdades públicas foram respeitadas desde o começo [da transição], especialmente no que diz respeito à expressão, à organização e à reunião em espaços públicos” (ARDITI, 1989, p.29). Contudo, quanto mais se avança ao longo do ano e mais se adentra no ano seguinte, esse tipo de prática aberta e visivelmente pública tende a sair do calendário feminista. Além das atividades de fevereiro e março, outra manifestação deste tipo voltou a aparecer apenas ao final de 1989, por ocasião de duas datas especiais: “25 de novembro: É celebrado o Dia Internacional de Não-Violência contra a Mulher”; e “18 de dezembro: (...), *Ñandutí* Mujer e pela Multisetorial de Mulheres do Paraguai festejam o décimo aniversário da aprovação da Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher [CEDAW]” (CDE, 1989, respectivamente, p.43 e 37).

Ao longo de 1989 e 1990, a agenda das organizações feministas passa a ser ocupada centralmente por práticas de difusão ou, como eram chamadas, atividades de ‘conscientização’. Exemplos desse tipo de atividade são: “BASE-IS e GEMPA organizam o primeiro fórum sobre ‘Mulher e políticas públicas’, no qual se discute sobre mulher e saúde, emprego e educação”; “a Coordenadoria de Mulheres Febreristas realiza um seminário, apoiado pelo CEDHU, sobre Mulheres, direitos e política”; “realiza-se uma apresentação sobre ‘Inquietações da CMP em torno das leis que marginalizam a mulher’, organizada pelo Departamento de Assuntos Femininos do Partido Liberal Radical Autêntico” (CDE, 1989, respectivamente, p.35, 36 e 48,); e, em 1991, “Mulheres pela Democracia inicia cursos de educação cívica, para capacitar docentes do ensino primário e secundário” e ainda “conferência sobre a situação jurídica da mulher e da família, organizada pela Associação de Advogadas do Paraguai (...). Expositora: a advogada Mercedes Sandoval de Hempel” (CDE, 1990, p.38; 42).

Esses exemplos mostram o formato essencialmente assumido pelas atividades das organizações ligadas à Multisetorial e à Coordenação de Mulheres do Paraguai. Seja a partir de uma posição mais partidária ou civil, essas atividades se configuram preponderantemente como arenas de difusão e levam diferentes nomes no vocabulário feminista: ‘seminário’,

‘apresentação’, ‘oficina’, ‘oficina de reflexão’, ‘debate’, ‘palestra’, ‘curso’, ‘fórum’, ‘painel’, ‘painel de debate’ ou apenas ‘encontro’. Nessas arenas, as feministas mobilizadas expunham e difundiam algumas das ‘inquietações’ que estavam no centro de seus projetos políticos.

Relativamente ao seu local de realização, destaca-se a preponderância da capital paraguaia, que aparece na maior parte dos casos, sendo que apenas três encontros são realizados no interior do país. Quanto à espacialidade das atividades, 28 dos 34 casos reunidos citam explicitamente um lugar físico de realização: os locais mais citados são, em ordem decrescente, hotéis de Assunção, as dependências das próprias organizações (como, por exemplo, a Rádio Ñanduti, a ‘Casa do Povo’ do Partido Febrerista, o ‘Salão Liberdade’ do Centro Paraguai de Estudos Sociológicos e a ‘Casa da Mulher’ do Coletivo 25 de novembro) e, por fim, os chamados ‘centros culturais’ ligados a Embaixadas de países como Alemanha, Espanha e Estados Unidos. Espaços citados pontualmente são o salão do Poder Judiciário e o Parlamento paraguaio. As atividades que tomam a rua como seu lugar de exposição também aparecem pouco e se concentram em datas especiais como o Dia da Mulher Paraguuaia, o Dia Internacional da Mulher e o Dia Internacional de Não-Violência contra a Mulher. Por fim, vale notar que há entre 1990 e 1991 um tipo incomum de prática que não se realiza em um espaço físico dado e que faz da chamada ‘opinião pública’ o seu público: “[o] Coletivo 25 de novembro emite um comunicado à opinião pública no qual manifesta sua profunda preocupação pelos últimos acontecimentos de agressão e violação de mulheres e meninas” (CDE, 1989, p.53). Quiçá esse ‘comunicado à opinião pública’ tenha sido publicizado em algum jornal assunceno, mas isso nem a pesquisa nem as entrevistadas conseguiram responder com precisão.

Embora a maior parte dos exemplos encontrados nos anuários do CDE não traga uma referência explícita quanto a quem participava como público das arenas forjadas pelas organizações integrantes da CMP e da Multisetorial, é possível depreender dos dados que esse público era composto por mulheres advindas do próprio movimento amplo de mulheres ou de outros grupos mobilizados. A existência de um tipo de público interno ao movimento, intramovimentista, pode ser suposta nos casos abaixo citados, no encontro realizado pelas políticas febreristas com apoio do Centro de Estudos Humanitários (CEDHU) e na conferência de Mercedes Sandoval de Hempel sobre a situação jurídica da mulher - arenas cujos auditórios advém provavelmente de dentro do movimento amplo de mulheres. Já em outras arenas o público é composto por mulheres mobilizadas do interior do país. Nestes casos, duas ‘históricas’ da CMP, Olga Caballero e a líder do CEDHU Esther Prieto costuraram laços, inicialmente tensos, com as militantes do movimento campesino paraguaio.

Vimos acima que uma das arenas forjadas pelo grupo 'Mulheres pela Democracia' realizava 'cursos de educação cívica'. Tipo de arena bastante semelhante a essa é “[o] seminário-oficina sobre participação da mulher no desenvolvimento local, organizado por Alter-Vida (...). Objetivo: promover a capacitação cívica e política da mulher e analisar o seu papel no município”, bem como “[o curso] Mulher e violência organizado pelo Coletivo 25 de novembro. Objetivo: criar voluntárias para ajudar a mulheres vitimizadas” (CDE, 1990, respectivamente, p.50; 52). 'Educação cívica', 'voluntárias', 'capacitação' e 'participação' são marcadores expressivos das formas de mobilização e movimentação civis típicas de tempos de abertura e passam a integrar inclusive o repertório colorado - “painel sobre mulher e prefeitura, organizado pela Comissão de Mulheres da ANR. (...) Objetivo: capacitar a mulher para uma maior participação no processo democrático” (CDE, 1990, p.49). De modo instigante, é possível notar que o facciosismo colorado do período pré e pós-golpe se reproduziu fielmente em arenas como essas: “[forma-se] a Comissão de Mulheres do MOPOCO [Movimento Popular Colorado, corrente dissidente do stronismo], buscando a capacitação política e cívica da mulher” e, no mesmo mês, “[organiza-se] o Departamento de Mulheres de Ação Democrática Colorada, corrente [dissidente do MOPOCO] interna do Partido Colorado, por Maria Angélica Cano e Carmen Colazo” (CDE, 1989, p.48).

No conjunto dos panoramas de atividades desenvolvidas entre 1989 e 1990, vale destacar especificamente aquelas arenas forjadas pela Multisetorial de Mulheres e pela CMP, tal como se pode ver abaixo:

Quadro 3: Síntese das práticas das articuladoras feministas em 1989 e 1990.

Mês/ Ano	Formato/Nome*	Quem realiza	Para quem/Com quem	Local	Temas tratados
Ago/1989	Oficina	Multisetorial	Participam mulheres de 30 organizações		A criação de uma Secretaria da Mulher é proposta.
Out/1989	Apresentação	CMP	Umhas 500 mulheres participam	Rádio Nanduti	Anteprojeto de reforma do Código Civil
Nov/1989	Seminário/ Mulher e política	Multisetorial	Representantes de partidos políticos.	Hotel Guarani	
Fev/1990	Encontro	CMP	Mulheres sindicalistas, grupos de bairro, ONGs e partidos.	Rádio Nanduti	Cada grupo realiza uma apresentação
Abr/1990	[Interpelação]	CMP	Parlamento	Parlamento	Anteprojeto de reforma do Código Civil
Mai/1990	[Interpelação]	Multisetorial	Câmara dos Deputados	Câmara	Projeto de criação da Secretaria da Mulher.

* Apenas a parte entre colchetes foi adicionada, todo o demais consta na 'Cronologia' elaborada pelo CDE. **Fonte:** CDE (1989; 1990).

O mais evidente traço do quadro acima é a relação existente entre o objeto de demanda e a orientação do projeto político da rede em questão: o 'Anteprojeto de reforma do Código Civil' e o projeto jurídico-igualitário da CMP, de um lado, e, de outro, a orientação político-institucional da Multisetorial e sua proposta de criação de uma Secretaria da Mulher. Detalhe interessante nesse dado empírico é que o caráter de demanda (isto é, institucional em um caso, e jurídico noutro) não define necessariamente seu público-alvo. Ou, dito de outra forma, uma demanda de cunho eminentemente institucional não é apresentada, exposta e difundida *apenas* para um público parlamentar ou forte, como diria FRASER (1997). A ação coletiva com fins institucionais pode, por meio da instauração de arenas de comunicação e difusão, tentar alcançar outros públicos, mais fracos inclusive, a respeito daquilo que seus sujeitos consideram uma necessidade: "Painel sobre o tema 'A Secretaria da Mulher, uma necessidade impostergável', organizado pela Coordenadoria de Mulheres Febreristas na Casa do Povo, com o apoio da Multisetorial e com a presença de diplomáticas" (CDE, 1989, p.35).

As ações da CMP também estão vinculadas a seu projeto político mais amplo, e, tal como no caso da Multisetorial, seu caráter marcadamente jurídico-igualitário não restringe os esforços da rede exclusivamente para um tipo forte de público. "A CMP apresenta o Anteprojeto

de reforma do Código Civil à cidadania, em ato realizado (...) na Rádio Ñanduti. Participam umas 500 mulheres” (CDE, 1989, p.36) (Grifo meu). Esse uso de ‘cidadania’, como sinônimo de conjunto de cidadãos e cidadãs, é muito comum no vocabulário dos atores civis paraguaios. Assim entendida, as líderes da CMP expõem sua perspectiva de crítica ao código stronista para a ‘cidadania’, para essa sorte público fraco, isto é, de perfil pouco ou nada institucionalizado e sem capacidade de decisão vinculante (FRASER, 1997). Além disso, essa ação traz forte paralelo com aquela disposição comunicativa abstrata vista no caso do Coletivo 25 de novembro que, preocupado com a violência sofrida por mulheres e meninas, se dirigia à ‘opinião pública’.

Outro dado que reforça o peso do projeto político sobre a disposição das atrizes está no ‘encontro’ realizado pela CMP em fevereiro de 1990. “Objetivo: dar a conhecer os diversos grupos de mulheres (sindicatos, grupos autônomos, grupos de bairro, ONG, partidos políticos) e suas ações específicas” (CDE, 1990, p.37). Reunidas na Rádio Ñanduti, já conhecida e comentada pelo seu papel de resistência ao stronismo, as mulheres mobilizadas se ‘davam a conhecer’ e debatiam “a problemática da mulher e as possibilidades de melhoramento da condição feminina. Cada grupo realiza uma apresentação” (*idem*). Mais de 15 grupos de diversos setores sociais, de diferentes matizes ideológicos e mesmo de matrizes culturais conflitantes (como foi o caso da ultracolorada e antifeminista Liga Paraguaia dos Direitos da Mulher) participaram desse encontro. Toda essa mobilização ressoa fortemente o projeto da CMP, que desde sua fundação teve como objetivo “propiciar a formação e consolidação do Movimento de Mulheres do Paraguai” (CMP, 1990) – dentre outros objetivos. Ao forjar uma vasta arena comunicativa na qual cada grupo faz uma ‘apresentação’ sobre si e suas ações, tais agrupamentos poderiam encontrar pontos e necessidades comuns e, percebendo-se e situando-se em meio a um movimento amplo de mulheres, poderiam se identificar e compartilhar uma unidade de sentido. Aos olhos das pesquisadoras do CDE, a consolidação de um movimento amplo representava o ‘desafio’ para o feminismo paraguaio “[de] seguir unido às forças das mulheres organizadas e avançar sem se divorciar delas; sem que isso [no entanto] signifique um estancamento em suas propostas” (CDE, 1992, p.110).

Vamos rapidamente à luta institucional tanto da Multisetorial e da CMP naquele contexto de abertura. Orientada por seu projeto político, ao fim de 1989, logo depois de realizar a oficina descrita à primeira linha do quadro acima, a Multisetorial fez nada menos que enviar um comunicado ao então presidente General Andrés Rodríguez, “para reiterar nossa solicitação de data (...) referente a um pedido de audiência. Nosso interesse radica em lhe manifestar pessoalmente a necessidade da criação da Secretaria da Mulher de nível governamental”

(MULTI, 1989b). Sem resposta presidencial e sem ter tido avanços com suas 'Críticas' à Secretaria Técnica de Planificação¹³¹, a Multisetorial entrega, em maio de 1990, um projeto de criação da Secretaria da Mulher à Câmara dos Deputados.

Mais uma vez elas não teriam sucesso, mas vale a pena dar atenção à justificativa de sua interpelação. Nos dois primeiros parágrafos elas se apresentam como “representantes respeitadas por organizações políticas, sociais e sindicais” e evocam “a luta de todas as mulheres do país pela promoção de seu gênero, canalizada pela Multisetorial desde 1987”; nos três parágrafos restantes citam “o exemplo das experiências que têm muito a ensinar como a de Espanha, Venezuela, Guatemala, México, Argentina, etc. que criaram instâncias para a promoção da mulher”, lembram os leitores “[das] recomendações das Nações Unidas a respeito” e se despedem “seguras do apoio dessa Câmara jovem e renovadora” (MULTI, 1990d, s/p). A parte inicial da justificativa ilustra adequadamente dois quesitos da chamada ‘vitrine de difusão’ (TILLY, 2003) que dão força ao movimento à medida em que suas integrantes mostram o quanto são numerosas e engajadas diante das autoridades. Já a partir do terceiro parágrafo, ao evocar realidades como ONU, Espanha e Argentina, e ao aproximar a nobre Casa Baixa de uma imagem de renovação, essas feministas estavam acionando um dos pilares discursivos que, como nos dizia B. Arditi, marcou a retórica daqueles responsáveis pelos rumos da transição, a saber, a ideia de um Paraguai moderno ou mais próximo daquilo que se considera um ideal de modernidade.

A luta institucional da CMP, por sua vez, teve um percurso muito próximo ao da Multisetorial. Para falar como Maria Liz Rodriguez, ‘o golpe não lhes encontrou de mãos vazias’, de modo que já em 1989 se deram as primeiras aproximações junto aos atores políticos: “tivemos alguma capacidade”, diz ela, “de negociar com os partidos políticos já que o anteprojeto de Código Civil foi apresentado por duas deputadas” (1989, p.28) – aliadas, porém sem força na Câmara. Em sua segunda tentativa, já no ano seguinte, o movimento não foi efetivo na tarefa de convencer os parlamentares de que deveriam tratar, ao menos, de projetos importantes como o de Modificação Parcial do Código Civil (GLAVINICH, 1990, p.12). Mesmo após dois anos consecutivos de derrotas no âmbito da luta institucional, as feministas do CDE julgavam que “[o] golpe não trouxe apenas caras novas nas dependências estatais, trouxe também uma nova atitude do Estado com a sociedade e suas organizações. E este é o aspecto

¹³¹ Ao falarmos no próximo capítulo sobre os argumentos feministas em prol da Secretaria da Mulher, trataremos do argumento de ‘Críticas e sugestões’ (MULTI, 1989a).

que nos interessa desde o ponto de vista do movimento de mulheres” (ELÍAS, 1990, p.4) (Grifo no original)¹³².

O que todo esse cenário nos mostra? Nele é possível ver muitas arenas de difusão, concentradas na capital, é verdade; esforços de ‘educação cívica’ e de ‘capacitação’, inclusive a partir de dentro do coloradismo dilacerado; ações correlatas a projetos políticos e por eles orientadas, voltadas para audiências diversas como o público parlamentar, o público cívico (‘a cidadania’) ou o público intramovimentista. Esses momentos empíricos configuram aquilo que B. Klandermans (1997) chamou de ‘mobilização do consenso’: por meio da realização de oficinas, de painéis e de seminários, ou seja, por meio da instauração de arenas comunicativas, as feministas expunham e difundiam sua perspectiva a respeito da ‘problemática da mulher’, do ‘seu papel na democracia’, no ‘desenvolvimento local’, na ‘prefeitura’ e, como veremos a seguir, também a respeito ‘da preocupação com a violência’. Uma vez observada pela lente que nos fornece Klandermans, a relação entre fins institucionais da ação e o investimento em arenas cujos públicos não eram necessariamente institucionais fica iluminada, pois, por meio de tais arenas de difusão, as feministas tentam conquistar mais apoiadores – invertendo Tarrow (2009, p.128), elas ampliam o círculo do consenso – e, por essa via, podem eventualmente ganhar mais força com relação aos fins propriamente institucionais de sua ação.

Poderíamos avançar e estabelecer uma conexão entre essa ideia de B. Klandermans e aquilo que T. Skocpol chama de ‘educação moral’ ou ‘do público’:

“[...] tratar a política das mulheres do começo do século XX meramente como um astuto *lobby* de interesse de grupo seria simplificar demais. Mais fundamentalmente, a política das mulheres tinha a ver com educação moral (...). Quero dizer que as mulheres associadas repetidamente procuravam aprender sobre questões públicas e então avançavam no sentido de usar o diálogo e a publicidade morais para redesenhar a opinião pública, bem como as opiniões de cidadãos em postos de decisão e de burocratas” (SKOCPOL, 1995, p.362).

‘Educação moral’ nas palavras de Skocpol, ou ‘jornalismo’ em Gramsci¹³³, é o termo que traduz adequadamente aqueles momentos nos quais as feministas se dirigiam ‘à cidadania’ e ‘à opinião pública’. Espalhadas nos hotéis e centros culturais de Assunção, às vezes em paróquias, em espaços partidários ou no palco parlamentar, as arenas forjadas pelas

¹³² Veremos exemplo dessa ‘nova atitude’ no próximo capítulo por meio da disposição do então Presidente da Câmara dos Deputados que demandou às organizações feministas um fórum de discussão. Entretanto, essa oportunidade não foi aproveitada em função do alto nível de conflitividade entre as integrantes da CMP e da Multisetorial. Seja como for, com a transição política parte das autoridades passou a mostrar uma disposição “para estabelecer algumas pontes de comunicação com seus representados” (ELÍAS, 1990, p.4) (Grifo no original).

¹³³ Cf. “[Isso] poderia ser chamado de [jornalismo] ‘integral’ (...), isto é, o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área” (GRAMSCI, 1978, p.161) (Grifos meus). O jornalismo, diz ele, é a ‘escola dos adultos’ (p.191).

organizações da CMP e da Multisetorial criavam seu público e tentavam convencê-lo, 'educá-lo', sobre o sexismo do Código Civil ou sobre a 'necessidade impostergável' de uma Secretaria da Mulher. E, ao mesmo tempo em que responderia aos interesses das mulheres organizadas, um órgão deste naipe poderia render uma aparência 'moderna' a seus possíveis apoiadores entre os políticos paraguaios.

Poder-se-ia objetar todas essas observações: nada de novo nesse contexto, pois o Paraguai da metade da década de 1980 já vinha dando pistas do renascimento de seus atores civis. Contra essa postura, diria que os marcadores veiculados e difundidos nas arenas comunicativas de agora – 'capacitação', 'conscientização', 'educação cívica', 'o papel da mulher na democracia', etc. – trazem referências discursivas típicas de abertura e transição políticas¹³⁴. Pior ainda seria uma objeção que, ao olhar para as discretas e subterrâneas articulações de antes e ao cotejá-las com as manifestações que passaram a tomar as ruas, visse aí apenas uma mudança de grau, de um nível mais privatizado para outro mais publicizado. As ocasiões nas quais a Multisetorial e a CMP interpelaram o Estado paraguaio, no entanto, mostram mais que uma mudança de grau. Mesmo com todas as derrotas parciais das feministas e os limites impostos pelos atores à frente da transição, o pós-golpe trouxe uma nova dinâmica Estado-sociedade civil. "Agora", diz a feminista do CDE,

"[nós,] membros das organizações sociais já não nos sentíamos 'delinquentes' quando organizávamos grupos de estudo, de análise da realidade política ou quando trabalhávamos em uma ONG. (...) O reconhecimento oficial das organizações sociais mudou a percepção e a autopercepção das mesmas" (ELÍAS, 1990, p.4).

O texto de outra feminista traz interpretação próxima dessa: "[se] está produzindo uma transformação lenta, mas sustentável no relacionamento entre sociedade civil e Estado (...). Apesar de seguir evidente o poder real dos militares (...), outros atores foram adquirindo peso na construção da nova ordem" (GLAVINICH, 1990, p.18). Vê-se, assim, que o fim do regime autoritário e a liberalização subsequente alteram a disposição dos atores. Se não, como entender a audácia das mulheres da Multisetorial ao enviar uma carta requisitando uma consulta com o Presidente ainda militar? Como entender, por exemplo, que "Mulheres pela Democracia entrega ao Ministro da Educação (...) uma proposta de reforma educativa, resultado de oficinas com professoras e funcionários" (CDE, 1990, p.54). A meu ver, é a garantia básica de direitos civis e políticos que faz com que as atrizes mobilizadas se sintam minimamente protegidas para se animar a interpelar o Estado e o Presidente. *Del otro lado de la vereda*, a liberalização influencia ao mesmo tempo a disposição dos atores políticos, tal como

¹³⁴ Veja-se, por exemplo, TEIXEIRA (2003).

foi o caso no qual “[o] Estado propôs – sem ter recebido demanda nem pressão (...) das mulheres – uma lei de divórcio para nosso país” (ELÍAS, 1990, p.8) (Grifo no original). Ao fim deste capítulo veremos se e em que medida as feministas intervieram no debate sobre a lei do divórcio, mas antes vamos ver quais os principais temas que passam a ocupar a agenda feminista na abertura democrática.

4.2.1 Violência, corpo e sexualidade: temas presentes, ausentes e quase presentes na agenda feminista

Uma presença marcante e uma ausência igualmente marcante atravessam as cronologias do *Anuarios Mujer* de 1989 e 1990. A presença pode ter sido já percebida por meio do conjunto de dados citados no tópico anterior: ‘o Coletivo 25 de novembro manifesta sua preocupação pelos acontecimentos de violência contra mulheres e meninas’; ‘é celebrado o Dia de Não-Violência contra a Mulher’; ‘é organizado curso voltado a voluntárias para ajudar mulheres vitimizadas’ e, cabal, ‘revisão de um ano violência’, escrevia a feminista do CDE Norma Ubaldi. A violência contra a mulher entrava na agenda do feminismo paraguaio e na agenda pública do país sem data para sair. A ausência, ou seja, aquilo que ficou de fora da tematização das organizações da Multisetorial de Mulheres e da Coordenação de Mulheres do Paraguai foi nada menos que a sexualidade. Vejamos primeiro esta ausência, para depois passarmos àquela presença.

A sexualidade como objeto de tematização aparece uma única vez nas memórias do CDE no período em questão: “31 de agosto: Oficina de reflexão sobre sexualidade feminina e direitos reprodutivos, organizada pela Área Mulher de Alter- Vida e GEMPA, no Salão Liberdade. A oficina é conduzida por (...) profissionais do grupo Católicas pelo Direito de Decidir e do movimento feminista uruguaio. Participam ao redor de 50 mulheres” (CDE, 1990, p.49). Esse dado encerra várias facetas do ‘não-tema’ que a vida sexual das mulheres era então para as organizações feministas no Paraguai. Primeiro, ele pode ser entendido como uma atividade de formação na qual as próprias feministas e as outras mulheres participantes estavam, por assim dizer, aprendendo questões relativas a prazer, saúde e direitos. Em segundo lugar, esse aprendizado se deu em chave feminista, pois foram as colegas feministas uruguaias que conduziram a oficina. Como já vimos¹³⁵, a sexualidade foi tematizada em uma das grandes reuniões de 1987, mas tal tematização, no bojo ousado dos temas *Encuentro-Taller* e das mudanças que levaram à formação da Multisetorial, não teve continuidade. E, curiosamente,

¹³⁵ Na gênese do feminismo paraguaio, as reflexões acerca da intimidade e da identidade femininas já tinham ganhado espaço nas oficinas do *Encuentro-Taller* que, dentre seus objetivos, defendia o “acesso à informação adequada sobre anticoncepcionais para todas as mulheres” (ETM, p.77). Naquele ousado evento, a sexualidade foi tematizada e considerada “aspecto importante na identidade da mulher” (ETM, p.15). Na oficina n.1, as mulheres pareciam ter acabado de ler K. Millet, pois consideravam que “[a] mulher não é dona do seu corpo, não o conhece, não está informada. (...) [Vemos] a sexualidade como algo total (...) não é só genital (...) não tem como finalidade apenas a reprodução humana, mas também o prazer” (p.15). Além dessa postura, outras oficinas enfatizavam que “[há] uma moral sexual para o homem e outra para a mulher” (ETM, p.25; 29). Para termos uma ideia do potencial desses debates, e do interesse neles, basta ver a carta dirigida às coordenadoras na qual uma campesina diz: “estive no grupo da oficina n.4 ‘sexualidade feminina’, escolhi essa oficina porque no interior o tema sobre a sexualidade é um tema muito pouco desenvolvido, eu recebi uma formação sexual cheia de preconceitos” (*apud* ETM, p.57-58).

embora tivesse despertado o interesse de um grupo relativamente amplo de mulheres, meia centena, o tema seguiu descuidado na agenda das feministas paraguaias.

Voltando àquela arena conduzida pelas companheiras uruguaias, o fato é que o ‘não-tema’ da sexualidade ocupou uma posição mínima no feminismo paraguaio nos anos da transição e ficou assim até meados da década de 1990. As próprias feministas não desconheciam esse fato: “[na] avaliação de 1993, no que se refere à cultura, está a discussão sobre sexualidade. Em seminários, em escritos e em reflexões coletivas reaparece de forma coincidente que esse é um tema em estado não-reflexão. Uma questão tão importante para o movimento de mulheres (...) e, no entanto, tão abandonada pelas feministas do Paraguai” (ELÍAS, 1995, p.13).

Se olharmos de um ponto de vista mais amplo, veremos que, na verdade, a sexualidade é apenas uma face de uma problemática mais ampla não tematizada publicamente pelas feministas paraguaias, qual seja, o corpo, seus usos e limites. Neste registro, a sexualidade aparece diretamente ao lado de questões espinhosas como aborto e homossexualidade, e mais indiretamente em relação ao divórcio (afinal, essa é uma forma de separação de dois corpos) – essas questões se relacionam entre si e dizem respeito ao uso e à circulação livres do corpo. Se a falta de tematização da sexualidade era notória e reconhecida pelas feministas, os outros temas corporais podiam deflagrar um pânico moral, não nas feministas, mas dentro do movimento amplo de mulheres. “A despenalização do aborto nunca foi um tema de debate público (...). Deve-se considerar que este tema é um dos que poderia ocasionar maior divergência entre as próprias mulheres” (CDE, 1992, p.78-79). Em certa medida, essa não tematização das questões corporais mostra que o feminismo paraguaio, ao querer ‘consolidar’ um movimento amplo de mulheres, teve parte de suas ‘propostas estancadas’, para usar a expressão anteriormente citada. Nesse sentido, parece que havia um *gap* entre as organizações de mulheres e os grupos feministas, cujo caráter não explicitado sustentou a não-tematização desse rol de questões ligadas ao corpo. “Quanto à sexualidade, lesbianismo, trabalho doméstico, e outros temas que afetam mais a vida cotidiana, esses temas ‘brilham por sua ausência’ nas OM [organizações de mulheres] ” (CDE, 1992, p.80). Essas organizações se abstinham do debate sobre temas muito delicados e, nos casos em que a ordem do dia impunha uma questão, tal como ocorreu com o divórcio, boa parte delas, como veremos, não tinha debatido ou chegado a um consenso sobre o tema.

De modo interessante, a sexualidade aparece no rol de tematização feminista sob a forma de pesquisa social e mais precisamente demográfica. A série de pesquisas realizadas pelo Centro Paraguaio de Estudos Populacionais (CEPEP) tomava como objeto o corpo das

mulheres – seus usos reprodutivos, níveis de fertilidade e estratégias contraceptivas. Contudo, diferentemente do discurso religioso, os arranjos sociosexuais eram aí inquiridos a partir de uma embocadura voltada para as dinâmicas e efeitos do comportamento reprodutivo de homens e mulheres e para os mecanismos que poderiam ter impacto positivo sobre a saúde de ambos¹³⁶.

Se durante a abertura as feministas deixaram de lado a tematização pública do corpo, outros agrupamentos dedicaram tempo e empenho à questão sexual, como se percebe nos exemplos a seguir: “É organizada oficina semanal de orientação sexual pelo Centro de Assistência Psicológica CreSer” (CDE, 1990, p.39). A partir de uma matriz discursiva que tende a confinar a mulher a um papel familiar, outros atores tematizam a sexualidade e nela imprimem seu ponto de vista religioso a respeito dos usos e limites do corpo das mulheres: “no Seminário Metropolitano (...) curso sobre sexualidade destinado ao clero, a jovens e a comunicadores sociais” (CDE, 1989, p.42); “palestra sobre matrimônio e amor sexual, no centro paroquial Juan O’Conor. Expositores: (...) coordenadores do Departamento Arquidiocesano da Família” (1990, p.49); ou ainda “curso teórico-prático para futuras mães em CreSer” (CDE, 1990, p.48).

Mesmo sabendo dessa agitação voltada para a sexualidade dos adolescentes e das ‘futuras mães’, as feministas se abstiveram momentaneamente dos debates mais polêmicos à época:

“Na Faculdade de Direito foi levado a cabo (...) pela Conferência Episcopal Paraguaia (GEP) um painel contra o aborto. O Doutor (...) considerou que o aborto é o homicídio aleivoso por excelência, a licenciada (...) se perguntou ‘por que engravida e depois mata o filho?’, o Doutor (...) considerou que o aborto é uma câmara de tortura e o corpo da mãe é o ataúde de um indefeso. Este fenômeno de nossa sociedade, tão doloroso e difícil, no qual morrem tantas mulheres, não mereceu até o momento uma reflexão pública por parte dos grupos de mulheres.

(...)

Um curso sobre o divórcio organizado pelo Colégio de Advogados reabriu o debate sobre o tema. (...) [O] presidente do Colégio de Advogados (...) manifestou que uma lei de divórcio é necessária” (UBALDI, 1989, p.18) (Grifos meus).

Apesar de não tematizar a sexualidade *qua* prazer, as organizações feministas não desconheciam totalmente o tema, pois ele aparece na agenda de tematização e, sobretudo, de intervenção feminista sob dois outros registros: na forma de pesquisa relativa à saúde reprodutiva e na forma de combate à violência. Abordada mais extensamente no próximo tópico, a primeira forma de tematização pode ser vista nas investigações feitas pelo Centro

¹³⁶ O CEPEP aparece como importante fonte bibliográfica para o debate reprodutivo-demográfico em âmbito internacional. Prova disso são ‘*Contraceptive use and fertility in Paraguay, 1987*’ (MONTEITH et al, 1988) e o periódico *Studies in Family Planning*, que traz um relatório aberto com estas palavras: “[the] *Paraguay Demographic and Health Survey, or Encuesta Nacional de Demografía y Salud, was conducted by the Paraguay Center of Population Studies*” (POPULATION COUNCIL, 1992, p.137).

Paraguai de Estudos de População, que “[inicia] a pesquisa nacional de demografia e saúde sobre saúde materno-infantil do CEPEP” (CDE, 1990, p.43).

Por outro lado, a sexualidade aparece na forma de crítica e de combate à violência contra as mulheres. Neste registro, menos do que tematizar a sexualidade entendida como direito ao prazer, parte das organizações da CMP se dedicou mais à denúncia do caráter violento das relações entre mulheres e homens, travadas a partir de diferentes tipos de arranjo afetivo-sexual e em diferentes contextos institucionais. Exemplo dessa linha de atuação pode ser vista na atuação de “Mulheres pela Democracia [que] denuncia (...) casos de tortura e maltrato a presidiárias” (CDE, 1990, p.48). Como se pode notar no conjunto de dados, foi o Coletivo 25 de novembro (doravante Coletivo) que liderou as iniciativas ao redor desse tema. No todo da Coordenação, o Coletivo se distinguia pelo caráter prático de sua intervenção junto às mulheres vitimizadas ou em situação de risco. Além de forjar arenas nas quais se davam cursos e denúncias de violência, suas integrantes lograram um espaço chamado ‘Casa da Mulher’, no qual as vítimas de agressão contavam com apoio jurídico e psicológico.

Muito embora o Coletivo tenha se especializado nessa questão, a violência passou a ser tema presente e constante na CMP e evidência disso está espalhada em vários textos de suas organizações. Embora o *Anuario Mujer* de 1990 não traga uma reflexão dedicada especificamente ao tema, o texto ‘Vida cotidiana à margem da democracia’ (ECHAURI, 1990) aborda a atuação das feministas paraguaias com relação à violência de gênero e permite entrever o embate por elas travado contra posturas psicologizantes ao redor das interpretações dessa forma de violência:

“A abertura da Casa da Mulher (...) foi um fato importante no processo de dar visibilidade aos conteúdos políticos da vida privada.

(...)

O Coletivo também (...) promoveu a realização de denúncias de casos de violência nos meios de comunicação.

(...)

Em notas publicadas na imprensa, pessoas vinculadas a diferentes campos da atividade social abordaram aspectos relativos à diferenciação de papéis e às relações entre os sexos (...).

(...)

A prática da Psicologia é um campo no qual podemos notar algumas mudanças na forma de perceber e conceituar problemáticas que afetam a mulher. O discurso de alguns psicólogos nos permite inferir a incorporação de elementos de gênero em suas análises, tradicionalmente sujeitas ao viés da ideologia patriarcal, com o predomínio de explicações geralmente baseadas em categorias intrapsíquicas, que, sob uma linguagem científica, ocultam os fatos sociais que intervêm na construção da identidade feminina. Alguns profissionais [da psicologia] expressaram que o maltrato de mulheres faz parte da inferiorização exercida sobre elas em função do seu gênero. Esta [a inferiorização] é um produto social e, portanto, não depende apenas da experiência subjetiva, dos traços de personalidade ou de desejos inconscientes.

Um dos poucos questionamentos ao cotidiano e aos papéis sexuais que ganhou expressão pública foi realizado pela advogada feminista Esther Prieto, diretora do Centro de Estudos Humanitários. (...) Além disso, Esther Prieto expressou [em entrevista a um jornal assunceno] que a elaboração de leis reflete o

poder masculino, já que elas são uma criação cultural e respondem a um modelo político que é eminentemente masculino.

À medida que este tipo de opinião adquira extensão e manifestação pública, pode contribuir para relativizar e para colocar no espaço público problemas que seguem sendo definidos como inteiramente privados e apolíticos, e, portanto, sem possibilidades de modificação” (ECHAURI, 1990, p.21-22) (Grifo meu).

Esse trecho sintetiza o que vínhamos falando das arenas comunicativas: ‘à medida que este tipo de opinião ganha espaço, pode contribuir para relativizar problemas definidos como privados’; a Casa da Mulher, ao mesmo tempo em que protege fisicamente mulheres e crianças vítimas de violência, tem como objetivo educar o público cívico paraguaio e convencê-lo a respeito ‘dos conteúdos de poder da vida doméstica’. O Coletivo tratava de denunciar e tornar públicos casos de sequestro da vida e da liberdade e, ainda, casos de maltrato e de crueldade contra as mulheres¹³⁷. Neste sentido, embora não fosse debatida na chave do prazer corporal, a sexualidade se cruzava com a questão da violência e era assim, enquanto violência sexual¹³⁸, que aparecia no rol de tematização e combate feministas. Pode-se dizer que a sexualidade era uma ausência presente, ao passo que a violência contra as mulheres era, sem dúvida, uma presença na agenda feminista. A então pesquisadora do CDE Norma Ubaldi situa tal presença no conjunto maior de arenas então instauradas: “[a] violência contra a mulher esteve na ordem do dia e talvez foi muito mais notória porque o tema da mulher em geral saiu à luz do dia” (UBALDI, 1989, p.13).

Em suas arenas de combate à violência de gênero, as feministas paraguaias faziam uma tarefa cara e comum a vários feminismos: politizar os conteúdos da vida privada e as interpretações sobre ela. Neste sentido, paralelamente ao exercício de convencimento do público cívico e de acolhimento de mulheres vitimizadas, o discurso feminista entrava em um conflito discursivo contra interpretações psicologizantes, autointituladas ‘científicas’, que ganhavam espaço na imprensa e que insistiam em reduzir essa triste realidade a uma suposta ‘experiência subjetiva’ ou a ‘traços de personalidade’. Como se não bastasse todo o investimento com o público em geral, com os especialistas do mundo *psi* e com as integrantes de outras organizações de mulheres indispostas a debater um tema tão delicado como o divórcio, as feministas tiveram, na abertura política, de participar do ringue político-cultural armado ao redor da lei do divórcio – vamos a ele.

¹³⁷ “Teresa (...) denuncia a su marido (...) por los maltratos que sufre desde hace 15 años. El Colectivo (...) presta ayuda jurídica y psicológica a la mujer (...) El agresor no es apresado y la mujer es acusada de abandono del hogar” (CDE, 1990, p.38-39).

¹³⁸ Cf. “El Colectivo 25 de noviembre emite un comunicado a la opinión pública donde repudia el acto de violencia perpetrado por (...) en contra de su esposa. (...) La MMP [Multisetorial] y el Colectivo 25 de noviembre denuncian un caso de violación perpetrado por un médico” (CDE, 1989, p.52-53).

4.3. 'Em defesa da família': a lei do divórcio, matrizes autoritárias e vida pública na abertura

Se, durante os anos iniciais da transição, o tema da sexualidade aparece na agenda feminista cruzado com o combate à violência de gênero, a questão sexual preocupou muito mais a atores de origem religiosa naquele mesmo período. Vimos rapidamente que arenas de difusão desses últimos tinham como tópicos as 'futuras mães', a 'orientação sexual', o 'matrimônio' e o 'aborto'. Tendo apenas esses dados em mãos, seria possível dizer que a matriz religiosa a partir da qual as questões corporais são tematizadas possui como principais eixos de referência 'família', 'heterossexualidade', 'reprodução', 'corpo feminino' e, especificamente, o 'corpo materno' – esse suposto 'ataúde do indefeso'.

Apesar de não termos acesso aos conteúdos e marcadores gestados nesses encontros, a tomada pública de posição de uma dessas organizações religiosas pode ajudar a entender a orientação política subjacente, e provavelmente comum, a tais encontros:

"Serviço Amor e Vida da Pastoral Familiar para a Educação Sexual e Responsabilidade na Transmissão da Vida, da Conferência Episcopal Paraguai, emite um pronunciamento no qual expressa sua desaprovação à oficialização dos programas de controle de natalidade e à distribuição de preservativos, e denuncia a instrumentalização da educação sexual e familiar" (CDE, 1990, p.35).

Para esse mesmo sentido - mais retrógrado que propriamente conservador - aponta um curso oferecido no interior do país "sobre o método de regulação natural da natalidade Billings, organizado por Serviço Amor e Vida" (CDE, 1989, p.50). Em pleno fim da década de 1980, com a manutenção dos laços afetivos informais, isto é, com a permanência do concubinato como arranjo familiar predominante no Paraguai, essa organização e seu discurso retrógrado faziam o desserviço de defender um método de contracepção duplamente desfavorável às mulheres, aliando a prosaica 'tabelinha' a uma demonização do uso de contraceptivos eficientes: "[o] bispo (...) de Caacupé critica duramente a promoção e a prática do aborto e dos métodos de planificação familiar" (CDE, 1990, p.39).

Apesar de ter assumido preponderantemente um sentido de reorganização constitucional e eleitoral, a abertura não significou apenas o reordenamento das relações políticas *stricto sensu*. A queda de Stroessner significou também a possibilidade de abertura de palcos públicos nos quais atores e discursos sociais entraram em diálogo e em disputa. Como veremos no seguinte capítulo, a Convenção Constituinte foi um palco no qual os discursos feminista e católico se degladiaram pela inscrição dos limites da vida. Essa batalha, porém, não foi a primeira. Ela teve um antecedente em 1989 e 1990, quando se desenrolaram as tensões político-culturais em torno da juridificação do divórcio.

Agosto de 1990: “[dois] Senadores da ANR [Partido Colorado] apresentam o projeto de lei [de divórcio] ao Senado” (CDE, 1990, p.48). Tema dado, ringue armado! Os cavalos de batalha do catolicismo conservador organizado não tiveram descanso no segundo semestre daquele ano. “A CEP [Conferência Episcopal Paraguaia] (...) manifesta sua inconformidade com o projeto de lei do divórcio, defende o vínculo sagrado do matrimônio e insta aos casais a se manterem unidos, pelo bem dos filhos e das futuras gerações” e realiza a “Semana da Família (...). O Arcebispo de Assunção (...) se pronuncia a favor da família” (CDE, 1990, 48; 49). Setembro: “123º Assembleia da CEP. Os bispos ratificam seu rechaço ao projeto de lei de divórcio”. Outubro: “Marcha pela unidade do matrimônio - Não ao divórcio, convocada pela (...) Pastoral Familiar Arquidiocesana. Participam ao redor de 2.000 pessoas” (CDE, 1990, p.49; 52; 53; respectivamente). Nesta última manifestação, um cartaz dizia: ‘Sua mãe com outro? Oponha-se ao divórcio!’¹³⁹. No mês de novembro, seguem “[em] Caacupé [onde] se dá peregrinação contra o divórcio”; e, infatigáveis, o “Natal em família (...) da CEP tem como tema central a mulher e seu papel de protagonista na sociedade” (CDE, 1990, p.55). “[O] bispo de Coronel Oviedo disse (...) que se se consultasse o povo através de um plebiscito, ‘o povo diria a sua verdade’” (GLAVINICH, 1990, p.17).

De modo bastante interessante, esse arsenal todo não estava voltado contra as feministas paraguaias, ou melhor, não se voltava apenas contra elas. As feministas, na verdade, faziam parte de um coro mais amplo a favor de uma forma secular e legal da dissolução do laço matrimonial. Tal coro, desde meados de 1989, era liderado por uma voz civil eminentemente masculina: “é dado um curso sobre direito de família que enfoca o tema do divórcio, organizado pelo Colégio de Advogados. Participam os (...) autores do anteprojeto de lei que estabeleceu o divórcio vincular na Argentina” (CDE, 1989, p.43). Sobretudo após a entrada formal do anteprojeto de lei no Senado paraguaio, o Colégio de Advogados esteve envolvido em praticamente todas as arenas de debate e de formação de opinião forjadas ao redor da questão, tal como foi o caso das

“Jornadas Transdisciplinares sobre o Divórcio Vincular, organizadas pela Faculdade de Psicologia da Universidade Católica de Assunção. Participam estudantes, membros da igreja, teólogos, juristas, sociólogos, psicólogos e parlamentares. Objetivo: promover uma análise imparcial sobre o divórcio” (CDE, 1990, p.52)

Para além dos advogados e dos católicos organizados (grupos cujas matrizes não são mutuamente excludentes¹⁴⁰), a juridificação da ruptura matrimonial despertou a paixão de vários

¹³⁹ Cf. GLAVINICH (1990, p.17).

¹⁴⁰ “É criada a Associação de Advogados a Favor da Vida” (CDE, 1991, p.47).

discursos e atores paraguaios como, por exemplo, a pequena legenda partidária democrata-cristã que propôs um eufemístico “Ministério da Família, Infância e Juventude, ao invés da aprovação de uma lei do divórcio” ou como a Sociedade Paraguaia de Psicologia que “organizou um painel de debate sobre o divórcio” (CDE, 1990, p.52; 53).

Bem ao modo daquela interpretação feminista segundo a qual os atores políticos na abertura mostravam uma ‘nova atitude’ que renovava a dinâmica Estado-sociedade civil, o Senado e a Câmara requisitaram, ainda em 1990, a opinião de membros do Colégio de Advogados e da Coordenação de Mulheres do Paraguai a respeito do anteprojeto de lei, mas a decisão de votá-lo ficou postergada para 1991¹⁴¹. Neste ínterim, a reação católica seguiu ativa publicamente com suas mobilizações de rua no segundo semestre de 1990, sem dar trégua durante boa parte do ano seguinte. O conservadorismo católico contou inclusive com apoio de parlamentares contrários à dissolução do ‘vínculo matrimonial’¹⁴² e de outros para os quais ‘onde há moral, nunca pode haver este tipo de problema’ e que chegaram ao ponto de dizer que ‘existem mulheres que destruíram lares bem formados’¹⁴³.

Paralelamente a isso eram abertas outras arenas comunicativas nas quais as feministas compareciam para endossar o coro pró-divórcio: “[debate] sobre o divórcio vincular no Clube Centenário. Expositores: a socióloga Graziela Corvalán, o psiquiatra Harry Campos Cervera e a advogada Mercedes Sandoval de Hempel” (CDE, 1991, p.51). Em tais arenas as atrizes feministas aparecem mais como coadjuvantes e menos como protagonistas. Elas próprias reconhecem sua passividade frente à questão do divórcio: “A aprovação do divórcio vincular se deu apenas em 1990 [sic] e a iniciativa foi exclusivamente parlamentar, sem que as organizações de mulheres tenham mediado” (BAREIRO & SOTO, 1994, p.11).

A postura a favor do divórcio estava longe de ser ponto pacífico no movimento amplo de mulheres. No conjunto dos pontos negativos do Encontro Nacional, uma opinião dá o tom do impasse que o divórcio representava para aquelas participantes: “a contagem dos votos sobre o tema do divórcio foi errada. Quando se votou em contra, faltou honestidade” (ENM, 1987, p.133). Tal impasse se expressou nas ‘inquietações e sugestões’ da reunião: “não foi possível chegar a um consenso sobre se o divórcio forma parte das preocupações relativas à modificação do Código Civil (...), mas foi sugerido que as entidades organizadoras do encontro formem os meios para levar a cabo um estudo sobre ‘a prática do divórcio como situação de

¹⁴¹ “O Colégio de Advogados solicita ao Parlamento 30 dias para estudar o projeto (...) O Senado pede a CMP o estudo do projeto de divórcio” (1990, p.52). “A Associação de Advogadas do Paraguai envia uma nota ao (...) titular do Senado, na qual critica o projeto de lei” (1990, p.54). “A Câmara dos Deputados posterga para o próximo ano o estudo deste projeto de lei” (CDE, 1990, p.55).

¹⁴² “O deputado Carlos Duarte Torres (ANR) adiantou que votaria contra qualquer lei que possibilite a dissolução do vínculo matrimonial” (UBALDI, 1989, p.18).

¹⁴³ Veja-se ‘1990. Un movido año parlamentario, pero sin muchos resultados’ (GLAVINICH, 1990, p.17).

fato no Paraguai” (ENM, 1987, p.127). A meu ver, essa expressão ‘divórcio como situação de fato’ e sua disposição para investigá-lo são indícios de que as feministas envolvidas naqueles encontros compartilhavam uma posição favorável à lei do divórcio. De modo análogo à sua visão sobre os arranjos afetivos informais, tudo se passa neste caso como se as feministas declarassem: ‘vamos investigar o divórcio, mas saibam que desconhecer por lei esse fato não irá mudá-lo’.

Contudo, ainda que elas pudessem eventualmente pensar assim, o tema não avançou muito desde 1987. Alguns anos tinham-se passado, a abertura tinha chegado, o Estado paraguaio tinha tematizado a questão do divórcio, e as feministas paraguaias não tinham ainda encarado esse tema de frente para suas colegas do movimento de mulheres: mesmo depois de ter-se cristalizado na forma de lei, uma pesquisa do CDE mostrou que, dentre um total de 26 organizações de mulheres, 11 apoiavam a lei do divórcio, ao passo que metade delas não tinha discutido, não tinha consenso sobre o tema ou o evitava, e 2 grupos eram contrários a tal juridificação (CDE, 1992, p.79). Ao final do ano 1990, uma ativista do CDE lamentava “[que] as mulheres estiveram ausentes desse processo, no qual poderiam questionar tanto as representações tradicionais de sua identidade, quanto as desigualdades nas relações conjugais” (ECHAURI, 1990, p.23).

Finalmente, em outubro de 1991, depois de passar por um caminho parlamentar iniciado em abril do mesmo ano, o divórcio vincular finalmente se tornou lei no Paraguai e à hierarquia católica restou apenas lançar sombras sobre o futuro do agora legalmente dissolúvel matrimônio: “a aprovação da lei (...) significará uma grave ameaça para a estabilidade familiar” (CDE, 1991, p.57), lamentou em nota a Conferência Episcopal Paraguaia.

Reduzido a seus pontos mais elementares, todo esse cenário nos mostra que uma iniciativa de parlamentares paraguaios abre uma luta ao redor da juridificação do divórcio; que nesse ringue se opõem centralmente um grupo organizado de advogados e a fração mobilizada e retrógrada do catolicismo paraguaio; que outras vozes, apenas de modo lateral, vão se filiando a esses contendores centrais; que as feministas endossam timidamente o coro pró-divórcio, enquanto o tema era evitado por parte significativa das organizações de mulheres, e que, no sentido oposto, centenas de pessoas que iam às ruas ‘em defesa da família’.

Ao olhar para esse material, uma observação simples e necessária se impõe: aquela série de palcos nos quais as feministas acionavam marcadores como ‘educação cívica’ e ‘capacitação’ estava em meio a muitas outras arenas forjadas por atores de diversas matrizes igualmente empenhados em forjar seus públicos e educá-los, para falar como Skocpol. Mas educá-los a respeito do quê? Ao tratar de temas como o ‘matrimônio e amor sexual’, a violência

de gênero, a fertilidade ou o divórcio, é a respeito de questões corporais que médicos, católicos, psicólogos e feministas estão falando; é dos usos e significados do corpo que esses discursos estão tratando. O mesmo se dá ao olharmos para as pugnas ao redor do divórcio, pois essas não são apenas pelepas por sua oficialização jurídica. Essa juridificação é já uma disputa de sentidos. É dizer, opor-se ao divórcio ou defendê-lo é um jogo de forças e indissociavelmente um intenso trabalho de simbolização, no qual são evocadas concepções de mundo com suas idealizações e ideais de família, de homem, de mulher, de país, de sexualidade, de moral e por aí vai. Em outro domínio temático, o conflito discursivo entre um viés feminista e outro mais psicologizante sobre as raízes (sociais ou psíquicas) da violência contra a mulher também exprime a vinculação do par político-cultural, pois o que entra aí em jogo são modelos de natureza humana, modelos de natureza feminina e masculina, acionados para a interpretação dessa forma de violência e dos meios adequados para o seu combate.

Estas são tomadas públicas de posição sobre dramas político-culturais, mas a atuação das organizações de mulheres e das feministas paraguaias permitiu ver que abster-se do debate e não tomar qualquer posição sobre dado tema são também (não) tomadas de posição possíveis. Tal como as feministas fizeram com relação a temas corporais, é possível que um consenso restrito permaneça assim e, porquanto em 'estado de não-reflexão', para me utilizar de um termo nativo, seja mantido entre companheiras social e ideologicamente muito próximas. Quer dizer, a disputa pelos usos e limites corporais não contou com a entrada robusta das feministas neste ringue temático, embora, ao que parece, existisse um consenso entre elas próprias. Contudo, essa ausência na agenda de então, que de boa feita pode ser chamada de não-tematização, não faz desaparecer o substrato público de tematização e mobilização do consenso que serve de suporte às disputas político-culturais ao redor deste e de outros temas.

Além de expressarem a dimensão político-cultural da democratização, as cenas e arenas ao redor do divórcio mostram que "agora os enfrentamentos já não são entre um mito vivo [Stroessner] e seres humanos mortais, mas entre distintas coletividades humanas organizadas" (ARDITI, 1992, p.13). É evidente que a totalidade das arenas e formas de mobilização concretamente instauradas à época da abertura ultrapassa as questões relativas a corpo e gênero. De qualquer forma, não é necessário ir muito longe para mostrar que tais 'enfrentamentos entre coletividades' se alastraram pelas cidades pelo campo paraguaio¹⁴⁴, e se davam em âmbito civil e também estatal¹⁴⁵. Paralelamente a outros palcos dedicados aos mais

¹⁴⁴ "Desde 1989 a 1999, se produjeron aproximadamente 434 casos de conflictos de tierra. Entre estos años de la transición, los tres primeros fueron los más intensos: 87 casos en el '89, 59 en el '90 y 44 en el '91" (RIQUELME, 2003, p.29).

¹⁴⁵ Cf. 'Relaciones de trabajo en el sector público. Paraguay 1989-1993', CÉSPEDES (1993).

variados objetos de tematização e conflito social, as disputas ao redor do divórcio permitem relativizar interpretações que viram na transição algo ‘manso’ ou, em outro registro, que tendiam a enfatizar a ‘debilidade’ da sociedade civil paraguaia e a enfatizar um suposto caráter ‘reativo e sem projetos’¹⁴⁶ de seus atores. Em contraposição a este tipo de visão, seria possível dizer que a série de mobilizações e de disputas travadas naquelas arenas mostra que o fim do stronismo e a garantia básica de direitos civis e políticos permitiram que vários coros organizados ou, ao menos, vozes em reorganização paulatina desde meados dos anos 1980, viessem à praça pública e a tomassem de forma nada ‘mansa’.

Ao mesmo tempo em que reorganizaram a dinâmica entre Estado e atores civis, o golpe e a liberalização desobstruíram o acesso a um espaço intermediário entre sociedade e Estado a ser ativamente ocupado. “As liberdades”, diz Arditi (1992, p.114), “criam um espaço público no qual problemas sociais antes reduzidos ao âmbito privado podem arejar” (Grifo no original). Com o deslocamento daquela vontade totalitária de identificar sociedade e Estado paraguaio, pessoas, grupos e organizações saíam da reclusão imposta pela sufocante *Pax Stroessner*, e viviam na abertura a experiência de vir a público e de tentar fazer valer sua voz nele. Quanto ao divórcio, para além de se reunir e debater, a interação entre aqueles grupos mobilizados (de advogados, feministas, católicos seguidores e perseguidores) teve como efeito colocar em questão uma suposta e imposta ‘verdade do povo paraguaio’. Neste sentido, aproximando C. Lefort de J. Habermas, eu diria que um dos marcadores de certeza de outrora, segundo o qual existe um único modelo de família paraguaia (‘indissolúvel’) foi desestabilizado pelos debates e embates desenrolados naquelas arenas, bem como pela decisão final a favor da juridificação do divórcio¹⁴⁷.

Esse processo não teve nada de manso ou pacífico. Prova disso está no alto investimento da hierarquia episcopal paraguaia em sua oposição ao divórcio. Aliás, por que a mesma instituição que literalmente abrigou aquelas reuniões de mulheres constitutivas da

¹⁴⁶ Cf. “Factors which do not bode well for democratization are: the weakness of opposition parties, weakness of civil society, and the intransigence of certain sectors of the Colorado Party (...). We repeatedly heard the comment that the sector under discussion—the bourgeoisie, labor, political parties, or the peasant movement—is reactive, lacks projects, or needs better organization. This is a problem of the rebirth of civil society in a country where these groups are not accustomed to the freedom to pursue their projects” (POWERS, 1991, p.41).

¹⁴⁷ A falta de dados relativos à decisão pró-divórcio não nos permite indicar com exatidão as razões dessa tomada parlamentar de posição, mas uma dúvida permanece: por que, a despeito de todo investimento católico contra a lei, os atores políticos a aprovaram? Gostaria de sugerir um fator relevante para entender tal tomada de posição: aqueles eixos que, segundo B. Arditi, marcaram o discurso dos atores políticos na abertura - ‘democracia, modernidade e liberdades’. Talvez em prol de uma fachada modernizante, reforçada pela postura dos grupos de atrizes e atores urbanos e intelectualizados e pela adesão a essa postura, os atores políticos paraguaios, já interessados em tal lei desde a abertura da contenda, promulgaram tão controversa lei. Outra pista que permite notar a eficácia dessa retórica na disposição dos atores políticos está na fala da histórica Mirtha Rivarola a respeito da mudança no Código Civil: “*En general se sintió que lo que nosotras estábamos proponiendo era una propuesta válida (...), que tenía un trabajo y un proceso de mucho tiempo y creo que en ese sentido, los propios parlamentarios querían sentir que eran demócratas*” (Apud VALIENTE, 2003, p.19) (Grifo meu).

gênese do feminismo paraguaio em 1987, pouco tempo depois investiu com tal voracidade na demonização do divórcio? Se nos detivermos um pouco na trajetória das tomadas públicas de posição da Igreja Católica paraguaia, antes do golpe, veremos sem exagero que ela “demonstrou ser uma das igrejas mais eloqüentes e progressistas na América Latina” (CARTER, 1991, p.181). Em meados de 1970, ao lado de jesuítas e etnógrafos, a Igreja foi uma voz fundamental na denúncia internacional do genocídio infligido contra vários grupos indígenas no interior do país (HORST, 2002). Já vimos que, em fins daquela década, a mobilização campesina teve nas Ligas Agrárias Cristãs um de seus sustentáculos de resistência ao autoritarismo. E, ao longo dos anos 1980, a Igreja foi um articulador central das demandas por democratização e respeito aos direitos humanos no Paraguai¹⁴⁸. Ora, todas essas pistas parecem, aparentemente, ir em sentido contrário ao das ações lideradas pela Conferência Episcopal Paraguaia entre 1990 e 1991.

O evento que separa essas disposições contrárias é a queda de Stroessner que significou uma mudança não apenas para a relação entre atores civis e políticos, mas também para a relação Igreja-Estado paraguaio. Com a liberalização e a garantia mínima de direitos, e com o uso menos indiscriminado da violência estatal, o papel de mediação e de proteção até então desempenhado pela instituição católica se deslocou durante a transição, pois “vários líderes moderados e neoconservadores começaram a sentir que a Igreja deveria voltar a concentrar sua atenção em sua missão religiosa primária” (CARTER, 1991, p.194). Simultaneamente, em plano internacional, mas em especial na América Latina, o fim dos anos 1980 marcava a consagração de um modelo de papado antilibertarianista (em sua caça aos teólogos da libertação) e retrógrado, como veremos no sétimo capítulo, quanto aos direitos das mulheres. Assim, a burocracia eclesiástica paraguaia, simultaneamente à abertura, experimentou uma transformação interna, *‘un pequeño giro neoconservador’* (CARTER, 1991, p.196), que coincide com a inquisição retrógrada defendida e difundida pelo e no papado de João Paulo II.

“Em síntese, o retraimento da Igreja durante (...) a transição respondeu a uma variedade de fatores externos e internos, dos quais o novo contexto político e o surgimento de novos temas na agenda pública fizeram parte crucial” (CARTER, 1991, p.197). Assim, menos que significar uma contradição com seu passado, a orientação então assumida pelo quadro episcopal é sintoma da virada papal neoconservadora e também da complexidade da nova

¹⁴⁸ Recorde-se, por exemplo, da memória de Line Bareiro acerca da importância da Igreja Católica na formação de Esther Prieto: “Chachi había vuelto hacía poco tiempo de Ginebra, donde había trabajado varios años en el Consejo Mundial de Iglesias. Esta institución fue muy importante para la gente que luchaba por la democracia y por los derechos humanos en el Paraguay”. Acessado em www.cde.org.py/informativomujer/?p=1408 (20 de abril de 2010).

agenda pública, que, no contexto de abertura, impunha questões de domínios temáticos distintos e separados, nos quais a Igreja poderia ser ou mais conservadora (como foi o caso do divórcio) ou mais progressista (como seguiu sendo, por exemplo, com relação ao campesinato¹⁴⁹). E como qualquer ator social que se preze, a burocracia católica paraguaia não é totalmente homogênea, nem essencialmente conservadora ou progressista: ao mesmo tempo em que parte de seus líderes apoiavam o Tribunal Permanente dos Povos, endossando o discurso dos direitos humanos, outros celebravam missas reservadas para o Opus Dei¹⁵⁰; isso é verdade inclusive para temas de gênero. Assim, alguns bradavam e saíam em passeatas ‘pela família’, enquanto o público de uma arena feminista ouvia “[o] Padre José María (...) [que] expôs que a ideologia explica e legitima (...) e que o homem expressa a tapas sua suposta superioridade. Assinalou ele também a necessidade de uma teologia feminista para se opor à má interpretação da Bíblia” (UBALDI, 1989, p.17). No pós-golpe a disposição da Igreja Católica paraguaia muda drasticamente, não apenas porque a dinâmica Igreja-Estado se redesenhava, mas também porque o contexto de abertura trazia questões altamente combatidas pelo neoconservadorismo, à época consagrado e difundido.

Mas isso ainda é meia explicação. Aquelas cenas e protestos de rua dão uma noção adequada da robusta capacidade de mobilização da Conferência Episcopal Paraguaia e das organizações ‘pró-vida’ a ela ligadas. Contudo, é importante lembrar algo quase banal: o Paraguai é um país predominantemente católico, ou seja, além e aquém do quadro episcopal, o catolicismo é uma forma de vida predominante no país e um dado dessa predominância foi visto nas centenas de paraguaios e paraguayas que, ‘pela estabilidade familiar’, foram às ruas da capital e do interior. Ora, isso não pode ser explicado somente pelo neoconservadorismo de então, do mesmo modo que esse contingente de católicos não pode ser reduzido a uma suposta ‘alienação’ ou à mera ‘manipulação’ por parte da burocracia eclesiástica. Longe de ser uma espécie de ópio¹⁵¹, a religiosidade católica opera no país como forte matriz de significados na experiência desses cidadãos. Enquanto tal, ela lhes fornece um molde para a ação na realidade e para a interpretação desta, de forma a cruzar-se com outras matrizes ou entrar em disputa com elas. Contudo, naquilo que se cruzava (e ainda se cruza) com a mentalidade stronista, essa matriz tem um forte componente de intolerância que, tal como observaram Escobar *et al*, “tende a estabelecer uma ética e uma moral única e obrigatória para todos os

¹⁴⁹ Cf. “En un comunicado público, Monseñor Benitez aseguró enfáticamente a los campesinos que no iría a permitir que el gobierno los desalojara” (CARTER, 1991, p.203).

¹⁵⁰ Veja-se, Carter (1991, p.198-199).

¹⁵¹ Veja-se Gramsci (1980, p.345-ss).

âmbitos sociais. Ela [a intolerância] consiste na transposição de pautas, de pensar e de operar, internas de uma instituição para o conjunto da sociedade”(1987, p.85)¹⁵².

Neste sentido, a burocracia episcopal e seu giro neoconservador não agiam isolados e tampouco ‘manipulavam’ a base de fiéis. Naquelas arenas e mobilizações, ambos confluíam com essa matriz religiosa e, mais especificamente, com aquilo que ela tem de intolerante. Base e catolicismo organizado se reforçam e reforçam as palavras de ordem em ‘defesa do vínculo sagrado e indissolúvel do matrimônio’. Para além do tema do divórcio, outras questões relativas à circulação e ao uso livre do corpo serão alvos dessa intolerância, que também moveu suas arenas de difusão no Paraguai da abertura: “[o] titular da Comissão de Moralidade e Espetáculos Públicos da Prefeitura (...) propõe a criação de uma Comissão Interinstitucional composta por instituições religiosas, educadores, pais de família e comunicadores sociais para estudar o problema da homossexualidade e suas implicações na moral e na saúde do povo, e para combater sua propagação”; e “[reúnem-se] (...) Comissões de Moralidade e de Inquietações de Vizinhança e representantes da saúde pública, educação, polícia, meios de comunicação e Igreja Católica na Prefeitura. Temas: homossexualidade, travestimento na via pública e AIDS” (CDE, 1990, p.41; 46) (Grifo meu).

‘Pela família’ e ‘pela moralidade’ – o velho, diria Gramsci, se opõe ao novo e quer impedir o seu nascimento público. Expressas em comissões preocupadas com a ‘propagação’ de sujeitos e práticas não-heterossexuais e em organizações da reação católica, as matrizes do velho não toleram resquícios de diferença. Enquanto as feministas se abstinham de tematizar o corpo, essas arenas de difusão ‘da moralidade’ investiam no trabalho de convencimento, nesse trabalho ‘jornalístico’, a respeito da necessidade da privatização das diferenças sociosexuais paraguaias – ‘travestimento em via pública’, que espetáculo triste, diriam os vizinhos mobilizados, ‘há que se combatê-lo’. Esse é o nível institucionalizado do mundo da vida mostrando seu *tântos*, mostrando que debaixo do leviatã stronista não havia uma sociedade essencialmente virtuosa, com forças e discursos capazes de conviver com as diferenças e as tensões eventualmente advindas da interação com essas diferenças. Tal como já apontava a perspectiva da construção democrática, essas arenas permitem ver que o autoritarismo é mais que um dado político-institucional e não está somente no Estado. Esse é o autoritarismo social “que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos lugares na sociedade” (DAGNINO, 1996, p.104) (Grifo no original). Assim, o fim do stronismo e a

¹⁵² Intolerância não somente religiosa, mas também política: “Se puede mencionar asimismo, la confusión entre el ámbito político y el militar: la intolerancia política se manifiesta cuando se traspone las pautas organizativas e ideológicas de un partido a un ámbito castrense, haciendo necesaria la afiliación a un partido político determinado para ejercer la profesión militar” (ESCOBAR et al, 1987, p.85).

subsequente abertura não apagam em questão de meses ou anos essas matrizes autoritárias de longa data e os lugares excludentes e privatizados nelas reservados a coisas não-heterossexuais.

Pois bem, na busca pela ação feminista durante a abertura, encontramos primeiramente que as ações da Multisetorial e da CMP expressam forte correlação com seus projetos políticos, que suas organizações forjam arenas e públicos de diversos pesos para convencê-los de suas 'inquietações' e que o tema da violência de gênero, diferentemente da sexualidade entendida como prazer, ocupou posição de destaque na agenda de então. Tomadas de outro ponto de vista, foi possível perceber que as arenas feministas são apenas uma parte de um conjunto mais amplo de arenas de deliberação temática forjadas por outros atores. Dentre eles, se destacou a ação da Igreja Católica paraguaia e sua preocupação com a 'estabilidade familiar'. Nesse e em outros lemas afins, a postura papal neoconservadora e a tendência intolerante do catolicismo paraguaio se reforçaram e bradaram nos protestos de rua. Detalhe interessante foi notar como, junto do posterior e hegemônico conservadorismo da Igreja Católica nos anos 1990, a agenda pública de debate especializa domínios temáticos a tal ponto específicos, e até certo ponto separados, que a tomada pública de posição dos atores passa a ser perpassada por altas doses de ambiguidade e ambivalência – conservador aqui, progressista ali e reformador acolá.

Por fim, a chave da construção democrática, ao dedicar-se a níveis empíricos desconsiderados por outras chaves de leitura, permitiu ver que os entraves e as potencialidades para a democratização paraguaia tanto extrapolam o nível das regras político-institucionais quanto têm nessas regras um componente indispensável para sua realização. Ao mesmo tempo em que mudava a dinâmica entre atores sociais e políticos, mudando a 'percepção e autopercepção' de ambos, a garantia básica de liberdades de expressão, reunião e associação, permitiu que os grupos organizados e semiorganizados pudessem, com relativa segurança, respirar e disputar o ar público da transição. À liberalização, portanto, correspondeu a disposição ativa desses grupos no sentido de ocupar e oxigenar um nível intermediário de sociabilidade pública e pensante que era antes usurpado pela sede de publicidade do stonismo e por sua tentação totalitária de anexação entre Estado e sociedade.

Foi nesse processo mais amplo de oxigenação e alargamento da vida pública paraguaia, desenrolado no período posterior ao golpe de 1989, que as feministas trouxeram seus temas e 'não-temas' 'à luz do dia', desempenhando aí o papel de coprotagonistas ao lado de outros atores e discursos sociais, com ou contra eles e suas matrizes mais democratizantes ou mais autoritárias. Assim, se no âmbito da institucionalidade política os protagonistas do pacto

colorado-militar davam poucas pistas para ajudar na democratização do Estado paraguaio, as coisas não eram muito melhores no substrato público de tematização e de conflitos discursivos, pois as matrizes autoritárias de longa data davam sinais de fôlego e de forte capacidade de mobilização. Sim, as etapas posteriores da construção democrática paraguaia serão marcadas pela desilusão e por tentativas (mal sucedidas) de retrocesso autoritário. Contudo, essa experiência de vir a público por meio da instauração de arenas e de nelas lutar pela definição político-cultural de determinados temas já dava sinais de que o roteiro da vida social paraguaia e o destino de seus atores não poderiam ficar na mão de um só autor, ou de uma clique de autores, tal como um dia pretendeu o autoritarismo stronista.

5. Feministas na transição: conquistas e conflitos da Multisetorial de Mulheres e da Coordenação de Mulheres do Paraguai

Como vimos no segundo capítulo, as leituras acerca do fim do regime stronista enfatizam como atores e fatores decisivos para o *putsch* militar, em fevereiro de 1989, os descontentamentos internos às hierarquias partidária e militar, a crise econômica do pós-Itaipu e uma provável sucessão presidencial devido ao esgotamento físico do ditador. Ainda que o substituto imediato de Stroessner, Andrés Rodríguez, fosse também um militar e tivesse ‘poucas credenciais democráticas’¹⁵³, a agenda de transição foi aberta e assumiu um sentido de democratização preponderantemente jurídico-normativa. Isso significa que, tal como na maior parte dos exemplos sulamericanos, durante a transição paraguaia tratou-se de garantir as liberdades civis e políticas básicas por vias constitucionais e eleitorais. Entre 1989 e 1993, intervalo que vai da eleição (*free but not fair*¹⁵⁴) do general Rodríguez à vitória presidencial do colorado Juan Carlos Wasmosy, todo o sistema político-normativo do Paraguai foi redesenhado por meio da realização da Convenção Nacional Constituinte, em 1991, da promulgação da Carta Magna no ano seguinte, e também através das eleições municipais, em 1991, e presidenciais, em 1993.

A transição e a série de questões institucionais por ela aberta serviram como mais um contexto oportuno para o movimento feminista paraguaio. Como veremos, esse clima foi às vezes aproveitado e poucas outras, desperdiçado. Foi exatamente neste período que as feministas obtiveram suas primeiras e maiores conquistas: a) propor e fazer mudanças naquele Código Civil patriarcal herdado do stronismo; b) influenciar e alterar a mais nova Constituição paraguaia, e; c) o estabelecimento de um órgão estatal especialmente voltado a questões de gênero – a chamada Secretaria da Mulher¹⁵⁵. Nada superficiais, essas conquistas encerram o potencial contido e acumulado desde aqueles Encontros de 1987 pelas mulheres e feministas mobilizadas. “1992”, nos dizem Line Bareiro e Clyde Soto, “[foi] o ano em que nossa ética se cristalizou em leis” (1994, p.5). As duas grandes atrizes nesse processo foram a Coordenação de Mulheres do Paraguai e a Multisetorial de Mulheres do Paraguai. Neste capítulo, passamos brevemente pela composição interna dessas duas articuladoras, para abordar os conflitos entre

¹⁵³ Veja-se, Arditi (1992) e Lambert (1997).

¹⁵⁴ ABENTE, 1989.

¹⁵⁵ Por questões de economia do argumento, mas sem prejuízo dele, trato neste capítulo apenas da mudança no Código Civil e do investimento sobre a Constituinte e a Constituição. Os esforços e a linha argumentativa da reivindicação em torno da formação da Secretaria da Mulher da Presidência da República serão abordados no capítulo seguinte.

elas e, por fim, as conquistas legais advindas da interação delas com e contra os chamados atores relevantes no cenário político paraguaio.

5.1. ‘Investigadoras *versus* políticas’: dos conflitos, às alianças, à mudança do Código Civil

A Coordenação de Mulheres do Paraguai teve sua raiz primeira no Encontro Nacional de Mulheres de 1987, mais especificamente, nas trajetórias e experiências acumuladas pelas suas principais lideranças de origem caracteristicamente urbana. Ao olharmos para a realização daquele Encontro, foi possível perceber que a atividade desenvolvida por parte significativa daquelas lideranças era o que chamamos de ‘pesquisa social’. Diretamente tributária desse evento e fundada ao começo de 1988, a CMP herdaria esse perfil urbano e intelectualizado. Ao tempo de sua fundação (veja tabela à página seguinte), a Coordenação contava com quatorze organizações que estiveram implicadas de forma mais ou menos central na realização do evento do ano anterior. Do ponto de vista do seu formato organizacional, destas quatorze organizações, metade se distingue por aquilo que hoje chamamos de organização não-governamental. Elas eram ONG, parcial ou preponderantemente, ligadas à pesquisa sobre mulheres em diversos âmbitos (rural, ambiental, político, dentre outros¹⁵⁶) e de vários pontos de vista (demográfico, jurídico, sociológico). As sete demais organizações estão vinculadas a instituições da sociedade civil *lato sensu*: um núcleo de pesquisa ligado a uma universidade asuncena, dois grupos femininos de representantes da corporação jurídica, dois grupos religiosos politizados, um canal privado de comunicação radial e um grupo de existência efêmera.

A divisão entre esses dois formatos organizacionais (ONG e não-ONG), embora não tenha se constituído em nenhum momento como uma forma de oposição interna à própria CMP, traz uma marca nítida das lideranças daquele evento de 1987. Dentre as representantes das sete organizações não-governamentais que constam na ata de fundação da Coordenação de Mulheres do Paraguai (n. 1 a 7, no quadro abaixo), apenas Manuelita Escobar não foi uma daquelas “distintas panelistas” sobre as quais falávamos anteriormente¹⁵⁷. Em sua revisão sobre os chamados ‘estudos da mulher’, Margarita Elías dá uma pista evidente do

¹⁵⁶ Dividida em 18 temas (quais sejam, demografia, ecologia, educação, governança local, história, chefas de família, legislação, literatura, mulher jovem, mulheres rurais, mulheres populares urbanas, organizações de mulheres, participação política, prostituição, saúde, situação geral, trabalho e violência), a bibliografia produzida por esse grupo de ONG, no período entre 1989 e 1992, está em ELÍAS (1994).

¹⁵⁷ Apesar de não ter sido uma panelista daquele evento, o nome de Manuelita Escobar se repete várias vezes na memória do Encontro Nacional sob a forma de inspiração bibliográfica para o argumento ali veiculado.

entrelaçamento entre ‘pesquisa social’ e o formato organizacional das ONG que compunham e lideravam a CMP:

“GEMPA, BASE IS, CEDHU, CEPEM, CMP, BECA, CDE, etc., são siglas que aparecem ao longo desta revisão. Isso nos dá ideia de que grande parte dessa produção intelectual é gerada nas organizações não-governamentais, até pouco tempo quase desconhecidas.

A investigação social sobre gênero tem cobrado estatuto de problema social e, ao fazê-lo, foi se diversificando. Hoje, é difícil pensar na realização de investigações sobre a situação da mulher como um todo e como um único tema. Somos conscientes de que existem diferentes aspectos ou áreas temáticas que conformam o “problema da mulher”, e que devem ser aprofundados” (ELÍAS, 1994, p.21-22).

Tabela 1: Coordenação de Mulheres do Paraguai, composição interna, 1988.

	Nome	Subdivisão / área	Organização / instituição
1	Mirta Rivarola; Graziela Corvalan	Grupo de Estudos da Mulher Paraguuaia (GEMPA)	Centro Paraguuaio de Estudos Sociológicos (CPES)
2	Line Bareiro	Área Mulher	Centro de Estudos e Documentação (CDE)
3	Maria Victoria Heikel	Área Mulher	BASE – Investigações sociais, educação e comunicação
4	Ester Prieto; Margarita Capurro	Centro de Estudos Humanitários (CEDHU)	
5	Mercedes Sandoval de Hempel	Centro Paraguuaio de Estudos de População (CEPEP)	
6	Manuelita Escobar	Alter Vida (Centro de estudos e formação para o ecodesenvolvimento*)	
7	Berta Peroni; Pilar Callizo	Mulheres pela Democracia	
8	Eddy Irigoitia; Olga Caballero	Centro Paraguuaio de Estudos da Mulher (CEPEM)	Universidade Católica de Assunção
9	Felícia Marecos	Mulheres em ação	Associação cristã de jovens (ASO)
10	Maria Elina	Pastoral Social	
11	Carmela Insfran S.; Carmen Coronel	Associação de Advogadas do Paraguai (ADAP),	
12	Noyme Yore	Círculo de Advogadas do Paraguai	
13	Gloria Rubin	Palavra de Mulher, Rádio Nanduti	
14	Aidil Balbuena	Grupo Taller	

*Somado *a posteriori*, o complemento entre parênteses não fazia parte do nome da ONG.

Fonte: o autor a partir da ata de fundação da CMP (1992 [1988]).

A CMP nasce sob o signo do feminismo: em seu quarto artigo, ela se propõe como ‘objetivos gerais’, “a) articular, implementar e apoiar ações para alcançar a igualdade real entre os sexos; b) promover a construção de uma nova ordem jurídica e social não discriminatória nem subordinante para a mulher; c) propiciar a formação e consolidação do Movimento de Mulheres

do Paraguai” (CMP, 1992). Nada modestas, essas foram as linhas de ação seguidas pela Coordenação e tiveram sucesso em um período relativamente curto de tempo. Antes de passarmos aos processos e protestos que estiveram na base dessas conquistas, vamos olhar para o grupo de mulheres que esteve ora em aliança ora em disputa com a CMP, naqueles momentos nos quais os argumentos feministas se fizeram ecoar nos ouvidos da institucionalidade política paraguaia.

Como vínhamos falando anteriormente, mais do que uma das participantes do Encontro Nacional, a Frente Ampla de Mulheres foi a principal impulsionadora do Encontro-Taller, realizado pouco tempo depois daquele primeiro evento. Vimos também que o projeto gestado no Encontro-Taller tinha cunho libertário e era bastante ousado para a época, pois tematizava questões como identidade e sexualidade femininas. Apesar da variedade das discussões e temas das oficinas desta reunião, o Grupo-Taller logo se dissolveu e, em fevereiro de 1988, deu forma à Multisetorial de Mulheres do Paraguai – “[o] Grupo-Taller se converte em uma organização de definida conotação política, à qual se incorporam mulheres militantes dos partidos políticos de oposição [ao stronismo], de organizações sociais e da dissidência colorada que se denominou Multisetorial de Mulheres” (YORE & COLAZO, 2001, p.37).

Um nome central na transformação da Frente Ampla em Grupo-Taller e na subsequente formação da Multisetorial é o de Perla Yore. Mesmo antes da formação da Frente Ampla, esta feminista, que havia sido perseguida e exilada pelo regime stronista, esteve envolvida ao início dos anos 1980 na criação da chamada União das Mulheres do Paraguai – cuja atuação estava orientada para questões relativas à liberdade e à repressão políticas. Com base no livro de coautoria de Perla Yore, no qual o histórico de luta pelos direitos das paraguaias é reescrito em oposição à versão das ‘investigadoras’ da CMP¹⁵⁸, é possível dar um passo atrás e reconstruir, ainda que de forma telegráfica, a trajetória de siglas e rupturas pelas quais passou o grupo das ‘políticas’. Tal reconstrução permite ver não apenas uma permanência no perfil social da composição das lideranças nessas siglas, mas também o caráter altamente volátil da existência de tais agrupamentos cujas formas de ruptura interna levaram à formação da Multisetorial de Mulheres, em 1988, e sua posterior dissolução com a criação da Rede de Mulheres Políticas, em meados da década de 1990.

¹⁵⁸ Já citado. YORE, Perla. & COLAZO, Carmen. (2001) Al rescate de nuestra historia. Asunción: Red de Mujeres Políticas.

Quadro 4: Trajetória das siglas e rupturas entre as militantes ‘políticas’.

Sigla	UMPA	FAM	Grupo-Taller	MMP	RMP
Nome	União de mulheres do Paraguai	Frente Ampla de Mulheres	Grupo-Taller	Multisetorial de Mulheres	Rede de Mulheres Políticas
Perfil social das lideranças	Partidos (exclusivamente)	Partidos (sobretudo); sindicalistas;	Partidos, profissionais liberais (jornalistas, psicólogas, sociólogas)	Partidos (sobretudo); sindicalistas; organizações civis	Partidos (exclusivamente)
Período	1982-1991*	1985-1988	1987-1988	1988-1992	1993- atualmente
Atuação (Citação de YORE & COLAZO, 2001)	“...que tem como objetivo somar-se de forma organizada ao processo de luta pela vigência dos direitos humanos”(p.17)	“...primeira organização política de caráter nacional que é criada com um enfoque claramente feminista” (p.21)	“as próprias dirigentes da FAM decidem convocar o evento [Encontro-Taller]” (p.32)	“...incluir nas propostas de governo a criação de um órgão governamental com nível ministerial” (p.41)	“Sem dúvida, seu principal objetivo se concentra na conquista da quota de participação para as mulheres em postos de decisão” (p.72)

*Data estimada da fundação de UMPA.

FONTE: o autor, a partir de YORE & COLAZO (2001).

Como se pode notar no quadro acima, a presença de profissionais liberais no perfil das lideranças do Grupo-Taller foi exceção no rumo tomado pelo grupo de mulheres então líderes da Frente Ampla, que, por sua vez, havia ‘cindido’ da União de Mulheres do Paraguai¹⁵⁹. Tomado desse ponto de vista, ou seja, inserido nos descaminhos e rupturas pelos quais passaram as “políticas”, é possível compreender o porquê de o ousado projeto do Encontro-Taller não ter vingado: ele simplesmente não teve quem de fato o sustentasse e levasse adiante suas ênfases e promessas libertárias.

Voltando um pouco atrás, é possível notar, com a ajuda dos olhos da vigilância stronista, como a noção de dupla militância descreve adequadamente a atuação de parte significativa das lideranças da FAM¹⁶⁰. Desde a perspectiva dos *Archivos del Terror*, a atuação destas mulheres

¹⁵⁹ *Ipsis verbis*: “[a] Frente Ampla de Mulheres surge a partir da cisão da UMPA em 1985”(YORE & COLAZO, 2001, p.20). Vale notar que, a despeito de ter participado do Encontro Nacional de 1987 e de ter posteriormente integrado a Multisetorial de Mulheres, UMPA foi a única organização considerada ‘antifeminista’ por Line Bareiro em seu texto de 1988.

¹⁶⁰ Busca realizada no site www.aladin0.wrlc.org/gsd/collect/terror/terror_s.shtml, pelos nomes de Ángela Alvarez, Gloria Estragó, Aidil Balbuena, Margarita Capurro, Adalina Gutierrez de Galeano, Blanca Massare, Néida Dávalos,

está, contudo, bem mais concentrada em grupos de resistência ao stonismo que em grupos propriamente de mulheres. Sobretudo na primeira metade dos anos 1980, seus nomes se encontram (vigiados) ao lado de atores sindicais e partidários ligados a tons ideológicos de esquerda marxista. Esse foi o caso, por exemplo, da Juventude Revolucionaria Febrerista, à qual várias daquelas lideranças estavam direta ou indiretamente relacionadas.

Formada em 1988, a Multisetorial de Mulheres do Paraguai herda da FAM esse perfil político-partidário e sindical de oposição ao regime, mas, no bojo das transformações e oportunidades inauguradas pela queda de Stroessner, coloca a ‘questão da mulher’ no centro de seu projeto político, dando a ela uma ênfase eminentemente institucional. “Uma vez eleito Presidente da República o General Rodriguez, a Multisetorial de Mulheres decide reclamar publicamente, e por todos os meios possíveis, a criação da Secretaria da Mulher com nível ministerial” (YORE & COLAZO, 2001, p.45). Dito e feito, após poucos anos e após algumas tentativas mal e bem sucedidas, a Multisetorial, em esforço conjunto com a Coordenação de Mulheres do Paraguai, conseguiu fazer valer esta reivindicação. Nos capítulos seguintes passaremos aos argumentos levantados em defesa da necessidade de uma Secretaria da Mulher, mas, por ora, vamos observar como se desenrolaram as relações entre essas duas articuladoras feministas no contexto propício desencadeado por mais esta oportunidade, isto é, pelo rearranjo normativo do Paraguai no contexto da transição.

Como já vimos, o Encontro Nacional de Mulheres levava como subtítulo o lema “*Por Nuestra Igualdad ante la Ley*” e colocou entre suas principais conclusões a necessidade de “que se deve formular uma proposta de banimento das leis discriminatórias contra a mulher, especialmente as do Código Civil” (ENM, 1987, p.125). Coerente com este projeto jurídico-igualitário, e filha dele, a CMP realiza no ano seguinte, em 1988, o II Encontro Nacional de Mulheres para debater tal ‘banimento’. O segundo encontro foi dividido em três oficinas ou “três eixos de trabalho”, como diz Hugo Valiente, que prossegue:

“O primeiro [eixo de trabalho] versava sobre o nome das pessoas e sobre sua capacidade jurídica; o segundo, sobre o nome regime patrimonial do matrimônio; e o terceiro, sobre a regulação legal da união de fato” (VALIENTE, 2003, p.10).

Ainda sob o regime autoritário, em decadência, é verdade, mulheres urbanas e rurais se reuniam agora com o propósito de ‘banir’ a inferioridade formal que lhes maculava. Diferentemente do encontro de 1987, vale lembrar, atravessado por críticas à ‘linguagem’ das panelistas e à participação passiva das campesinas, esta reunião não teve um molde

Blanca Farina, Carmen Cardozo, Elva de Goiburú, Graciela Araujo, Blanca de Arce Montiel, Blanca Olivetti – todas citadas por YORE & COLAZO (2001, p.22).

expositivo, pois nele tratava-se de debater e de elaborar uma proposta que respondesse ao ideal de igualdade jurídica de gênero. Ao que tudo indica, a natureza da participação interna e das decisões tomadas ao redor de tal elaboração novamente pesou: “Em tudo”, diz Line Bareiro em entrevista a Hugo Valiente,

“se colocavam alternativas que eram consideradas igualitárias, e as oficinas decidiam quais eram as que mais interessavam sobre os diferentes temas, desde o sistema do nome até o sistema da administração dos bens da sociedade conjugal, ou em qualquer outro [tema]” (BAREIRO apud VALIENTE, 2003, p.10-11).

Marca genética do feminismo paraguaio, nessa fala e no segundo encontro, reaparece a preocupação com o igualitarismo entre as próprias mulheres. Não é por acaso que Line Bareiro se recorda do ‘sistema do nome’. Tal como ela, outras fundadoras da CMP, como Pilar Callizo, Mirtha Rivalora e Eddy Irigoitia, por exemplo, se lembraram positivamente daquelas discussões ao redor do nome: uma das feridas abertas pelo Código Civil stronista fora a ideia de que a mulher casada, um sujeito incapaz na imaginação autoritária, pudesse ser propriedade do marido, como se aquela pertencesse de fato e de direito a este. Ora, uma evidência dessa forma de subordinação feminina estava precisamente na posição dada ao sobrenome do marido no nome da mulher casada – fulana ‘de’ tal ciclano. Essa pequena partícula sintetizava com clareza aquilo que as feministas pretendiam denunciar: o patriarcado e a posição sujeitada da mulher nele. Elas não eram ‘de’ ninguém e uma legislação igualitária com relação a gênero não poderia constrangê-las a esse tipo de subjugação expressa na posição do sobrenome. Tratava-se, então, de forjar uma redação de lei que banisse tal forma de subjugação.

No entanto, não eram todas as mulheres que estavam de acordo com essa postura defendida pelas feministas. O seguinte depoimento da então socióloga do GEMPA, Mirtha Rivarola, sintetiza de modo formidável a relação do igualitarismo pretendido na elaboração da proposta de lei com a tensão entre duas posturas, das feministas urbanas e das mulheres rurais, divergentes quanto à posição do sobrenome:

“Tratamos o máximo possível de que esta lei refletisse as necessidades das distintas mulheres. Por exemplo: com relação ao sobrenome, logicamente aqui no contexto urbano havia quase unanimidade quanto a tirar o “de” e [quanto a] não anexar o sobrenome do marido. Mas, estiveram as companheiras do setor campesino que disseram que, na área rural, é muito importante o sobrenome do marido, no sentido de que havia muitíssimos filhos que não eram reconhecidos por irresponsabilidade paterna, e que o fato de ter o sobrenome [dele] dava a elas um tipo de segurança com respeito a seus filhos, e nós respeitamos esse desejo, pois era o que elas consideravam como realidade delas. É por isso que, na questão do sobrenome, existem várias alternativas, que refletem essa heterogeneidade quanto às distintas situações que podem se dar” (RIVAROLA apud VALIENTE, 2003, p.11).

Como se vê, então, havia uma ‘heterogeneidade de situações’ na qual a realidade desigual vivida por mulheres em diferentes posições de classe correspondia a diferentes defesas da posição do sobrenome. A saída encontrada pelas mulheres mobilizadas neste

segundo encontro, e da qual as feministas se recordavam positivamente, foi uma redação de proposta de lei centrada no caráter optativo com relação ao uso anexo do sobrenome do outro cônjuge. Foi, de fato, uma saída tão incluyente e igualitária como feminista e criativa, porque o ideal almejado pelas feministas urbanas – aquela ideia de que fulana não é ‘de’ ninguém e que, uma vez casada, ela não pertence ao marido – se manteve e, ao mesmo tempo, foi alterada: não tendo passado por cima da realidade das campesinas e incorporando (‘respeitando’) suas demandas, a redação proposta pelas feministas deixava em aberto, por meio de um simples ‘poderá’, a opção de usar ou não o sobrenome do seu par. E note-se que isso valeu para mulheres e também para homens, pois ambos, se assim o quisessem, uma vez feito o casamento poderiam somar outro sobrenome. Tendo explicitado e afirmado suas necessidades, mulheres rurais e urbanas chegaram, para falar como Gramsci, a uma ‘verdade complexa’¹⁶¹; ou, aproximando o italiano de Habermas, elas tanto criticaram o código patriarcal quanto o debate entre elas forjou um consenso final desligado dos ditames de qualquer *expertise* e das desigualdades sócio-econômicas.

Depois de realizado o segundo encontro, formou-se uma equipe jurídica liderada por Mercedes Sandoval de Hempel que, assessorada por Berta Peroni de Mulheres pela Democracia, por Line Bareiro do Centro de Estudos e Documentação e por Eddy Irigoitia do Centro Paraguuaio de Estudos da Mulher da Universidade Católica, redigiu o “Anteprojeto de Lei de Reforma Parcial do Código Civil” (SANDOVAL de HEMPEL, 1989). Embora a redação e a autoria do anteprojeto tenham ficado sob responsabilidade apenas de Mercedes Sandoval, figura àquela época publicamente reconhecida pela sua defesa dos direitos da mulher paraguaia desde a década de 1950, o ‘*feed back*’, termo usado por Line Bareiro¹⁶², dessas três assessoras tinha como objetivo fazer com que as discussões e posturas do segundo encontro se mantivessem na proposta final. Prova de que esse anteprojeto foi de fato “fiel à produção coletiva” pode ser vista nos artigos dedicados ao “sistema do nome” que, em 1992, viriam a se imprimir no próprio Código Civil paraguaio:

“Art. 10 – A mulher casada poderá usar o sobrenome do seu marido à continuação do seu próprio, mas isso não implica mudança de nome dela que é o que consta na ata [*en partida*] do Registro Civil. A viúva poderá manter o uso do sobrenome marital enquanto não adquira núpcias ou união de fato.

¹⁶¹ Cf. “Os componentes da coletividade devem (...) colocar-se de acordo entre si, discutir entre si. Por meio da discussão, deve acontecer uma fusão das almas e das vontades. Cada elemento de verdade que cada um pode trazer deve sintetizar-se na *verdade* complexa e deve ser a expressão integral da *razão*” (GRAMSCI, 1992, p.160) (Grifos no original).

¹⁶² “Cuidando especialmente para que [o anteprojeto] seja fiel à produção coletiva [...] É aí que, com as coisas aprovadas e ratificadas pela gente, com o conjunto de figuras jurídicas que se queriam e de qual maneiras se solucionavam os conflitos, Mercedes passa a redigir; uma pequena comissão se forma ao redor da versão de Mercedes e lhe dá um *feed back*” (BAREIRO apud VALIENTE, 2003, p.11).

(...)

O marido terá a mesma opção de adicionar o sobrenome da esposa ao seu próprio.

Art. 11 – Em nenhum caso, o não uso por parte da esposa do sobrenome marital poderá ser considerado como ofensivo pelo marido” (PARAGUAY, 1992b).

No entanto, o caminho entre o II Encontro Nacional de Mulheres, em 1988, e a conquista da reformulação parcial do Código Civil, em 1992, foi longo e árduo. Mesmo com a oportunidade inaugurada pelo fim da ditadura stronista, as primeiras tentativas de aproximação com o Estado paraguaio por parte das lideranças da CMP foram frustradas – quando não simplesmente ignoradas, tal como ocorreu certa vez antes da queda de Stroessner¹⁶³. Ainda que contasse com o apoio de duas parlamentares dos dois principais partidos paraguaios, a proposta do anteprojeto de lei, nos anos de 1989 e 1990, sequer chegou a ser votada, seja porque essas aliadas internas não ocupassem posições de decisão na Câmara dos Deputados, seja porque o ritmo institucional nas Câmaras alta e baixa e sua agenda anualmente fechada tornavam rígida e excludente a hierarquia de prioridades e decisões a serem ali tomadas¹⁶⁴.

Paralelamente a esses esforços da CMP, as ações da Multisetorial de Mulheres também se orientavam rumo à institucionalidade estatal, defendendo a necessidade de um órgão governamental voltado propriamente para o desenho de políticas públicas para mulheres. Neste sentido, como veremos no próximo capítulo, em diálogo com uma das raras partes racionalizadas da burocracia paraguaia, as mulheres da Multisetorial tinham desenvolvido, já em 1989, um belo e arguto documento no qual argumentavam em torno da necessidade de tal órgão. Apesar da força original e plural do argumento ali veiculado, a pressão de cunho institucional das ‘políticas’ frutificou apenas em meados de 1991, quando, por meio de um empreendimento conjunto com a CMP e através da atuação de uma forte aliada colorada, foi criada a Secretaria da Mulher da Presidência da República.

Antes disso, contudo, a relação entre os atores políticos e as atrizes do feminismo paraguaio começava a dar sinais positivos de mudança. Para felicidade da CMP e da Multisetorial, à diferença do que havia ocorrido com aquelas tentativas anteriormente frustradas, o Presidente da Câmara dos Deputados, em meados de 1990, demandou a três deputadas que

¹⁶³ “Um sinal de como se davam as relações [no pré-89] está na lembrança de uma manhã de 1988, quando umas 25 dirigentes da CMP, tendo agendado previamente o encontro, esperaram durante horas na municipalidade [*Cabildo*], sem que as autoridades do Parlamento stronista viessem sequer lhes cumprimentar” (BAREIRO, 1991, p.14).

¹⁶⁴ “Aquele ano [1989] o projeto não foi tratado porque outras prioridades (o orçamento, sobretudo) tiveram preferência. Em 23 de abril de 1990, a CMP voltou a apresentar seu projeto de reforma legislativa com o apoio das mesmas deputadas, no entanto novamente ele ficou obstaculizado na Comissão de Codificação e Legislação. (...) De outro lado, ficava cada vez mais evidente a grande debilidade das aliadas parlamentares [...] (...) Além disso, o regulamento daquele tempo nas Câmaras dificultava enormemente a participação na elaboração de leis, pois os projetos apresentados deviam ser tratados e despachados dentro do [mesmo] ano legislativo.” (VALIENTE, 2003, p.13-14). As duas aliadas eram as deputadas Adalita Schaerer del Puerto, do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), e Antonia Nuñez de Lopez, do Partido Colorado (ANR).

organizassem um fórum intitulado “Situação social, jurídica e política da Mulher”, que seria realizado no início de maio daquele ano. Tal fórum giraria ao redor do tema-título e teria como objetivo colocar Poder Executivo e mulheres mobilizadas em “diálogo” ou “sensibilizar os companheiros de partido”¹⁶⁵. Dadas suas trajetórias de militância e capacidade intelectual, ninguém melhor que ambas as articuladoras para ocupar esse espaço e debater nele, ao modo de uma protoesfera pública em plena transição paraguaia, a ‘situação da mulher’.

Apesar dessa oportunidade ímpar, a Multisetorial de Mulheres não foi convidada por aquelas deputadas para o fórum, o que evidentemente causou indignação nas feministas ‘políticas’. Em carta à Presidência da Câmara dos Deputados, elas expressam que “como cidadãos, que (...) participamos ativamente nessa etapa histórica de transição nacional (...), reclamamos a reformulação de tal Fórum” (MULTI, 1990a, p.156). Ao reclamar sua participação no evento em questão, a reivindicação da Multisetorial se voltava para a defesa e a afirmação do tipo de saber produzido por seu estilo de militância político-partidário. “O temário [do Fórum] foi elaborado com total desprezo da Política e considerando as militantes políticas como incapazes” (MULTI, 1990a, p.156).

Para piorar um pouco a situação, alguma líder da CMP teria dito que a participação das políticas macularia o nível de discussão do fórum. Na visão de Perla Yore e Carmen Colazo, a Coordenação “[prescindiu] das militantes políticas da Multisetorial (...), com a ideia expressa publicamente de que o tema seria ‘prostituído’ se as políticas participassem” (2001, p.55). O termo errado, na hora errada: por meio de um pronunciamento chamado ‘ganhamos todas’ (MULTI, 1990b), as militantes da Multisetorial levantam o tom da discussão contra a CMP e se posicionam com relação à desconvoação da realização do fórum por parte do Presidente daquela nobre Câmara. Nesse pronunciamento, a Multisetorial de Mulheres defende mais uma vez sua participação no fórum agora suspenso: “[em] defesa de seu direito natural e de sua responsabilidade de participar no debate de um tema que também lhe compete [à Multisetorial], em um espaço do povo – o parlamento – e com representantes do povo” (MULTI, 1990b, p.158) (Grifo no original). Apesar de coexistirem mais versões deste episódio no feminismo paraguaio, variando aí os meandros, nuances, farpas e culpas, o fato é que o conflito entre feministas políticas e pesquisadoras se sobrepôs à feliz oportunidade de expor publicamente aquilo que elas mais sabiam e que mais lhes interessava.

“Talvez por inexperiência,” diz Line Bareiro, “talvez por conflitos de poder emergentes, essa vez foram as próprias mulheres que ‘queimaram’ a possibilidade de dialogar com os

¹⁶⁵ “Dialogar” é termo de Line Bareiro (1991, p.14) sobre o episódio em questão, ao passo que “sensibilizar os companheiros de partido” é expressão da carta, de 05 de maio, da Multisetorial de Mulheres dirigida ao Presidente da Câmara dos Deputados – doravante MULTI, 1990a.

deputados” (1991, p.14). Este episódio da oportunidade ‘queimada’ nos dá acesso às raízes de uma divisão fundante do feminismo paraguaio, configurada pela relação entre políticas (da Multisetorial, àquela época) e pelas pesquisadoras da CMP. Por um lado, uma das raízes desse embate está no tipo de saber produzido por mulheres de trajetórias distintas:

“Antes de ‘desnaturalizar o tema’ ou de ‘o prostituir’ afetando o nível (como se disse), a presença da Multisetorial de Mulheres enriqueceria a tal evento, com a contribuição intelectual e com a experiência obtida por suas integrantes na militância cotidiana.

Ao rechaçar a postura de algumas que pretendiam abordar o tema ‘mulher’ desde um enfoque “Acadêmico-científico”, com a intenção de convertê-lo em patrimônio exclusivo e excludente de uma elite, [a Multisetorial] manifesta que o mesmo [tema] pode ser abordado de diferentes óticas, conforme está constituída a sociedade”(MULTI, 1990b, p.158).

Nesta passagem se evidencia que o saber das militantes políticas não é aquele de citações bibliográficas e de raciocínios de cunho sociológico que notadamente marcam o perfil da Coordenação de Mulheres do Paraguai. Quer dizer, embora não fossem ‘intelectuais’ *strictu senso*, parte importante das mulheres da Multisetorial tinha um acúmulo nada desprezível de experiências contra o stonismo e dentro de seus respectivos ambientes partidários e tinha, portanto, uma ‘contribuição intelectual’ a oferecer. Em certa medida, por trás dessa oposição entre saberes, não opera apenas a diferença entre dois estilos feministas de militância, mas também a relação mantida ou negada por políticas e pesquisadoras com atores das legendas partidárias.

As ‘políticas’, por um lado, mantêm relações com seus partidos - isso é obvio. Por outro, desde sua formação até hoje, a CMP se declara terminantemente apartidária¹⁶⁶ - premissa altamente repetida e controversa nas entrevistas de suas integrantes, atuais e passadas. Diferentemente do que se pode imaginar, entretanto, quando a CMP se diz ‘apartidária’, ela não quer dizer que, em nome de sua autonomia, negue relações e negociações com atores político-partidários; não se trata, portanto, daquele ideal de autonomia de fundo purista típico dos feminismos dos 1970 e 80¹⁶⁷. Como escutei em várias entrevistas, dizer-se apartidária significa apenas que em contextos eleitorais a Coordenação não se compromete com este ou com aquele partido especificamente e que tampouco suas integrantes, *qua* CMP, se lançam à disputa eleitoral¹⁶⁸. Quanto a esse ponto, o texto de Clyde Soto a respeito das eleições

¹⁶⁶ Em ata: “Fica constituída a Coordenação de Mulheres do Paraguai (CMP) como uma Associação de caráter pluralista, sem fins de lucro, não-governamental, apartidária [*ni partidista*], que nucleia organizações e grupos e/ou programas institucionais de mulheres, todos de natureza análoga”.

¹⁶⁷ Veja-se ALVAREZ et al (2003, p. 545-46).

¹⁶⁸ Mesmo na última eleição presidencial, na qual a vitória de Fernando Lugo interrompeu quase seis décadas da anômica hegemonia colorada, a CMP, fiel a essa premissa, se eximiu de uma posição a favor dele ou de qualquer outro presidenciável. “Especialmente nos setores feministas”, nos dizem dois pesquisadores atuais de BASE, “[havia]

municipais de 1991 é nítido: “algumas integrantes da CMP foram convidadas pelo Partido Liberal para integrar sua lista de candidatos, mas quem se considerava independente não aceitou” (SOTO, 1991, p.11).

A despeito dessa autoimagem ‘apartidária’ e ‘independente’, contudo, uma transformação no Código eleitoral paraguaio, ocorrida em 1990, como que empurrou parte das integrantes da CMP para um tipo de envolvimento difuso com as disputas eleitorais. Essa transformação foi a invenção da figura dos ‘movimentos políticos’ ou ‘independentes’, que poderiam apresentar listas para as eleições sem necessariamente caracterizar-se como partido. Uma vez aberta a competição eleitoral para as prefeituras municipais, em 1991, um movimento de perfil democrático, anti-stronista, de forte base associativa e urbana, denominado ‘Assunção para Todos’ (APT) entra na disputa e, pasme, vence a eleição na capital paraguaia. Nos termos da análise de Clyde Soto, “[os independentes] se converteram (...) na terceira força política paraguaia, desbancando o Partido Revolucionário Febrerista” (1991, p.7). Assim, o surgimento dessa nova clivagem no campo político-partidário de forças, para além do tradicional binômio colorados-*versus*-liberais, atingia a Coordenação de Mulheres do Paraguai, dado que aqueles ‘independentes’ eram pessoas mais ou menos próximas com as quais essas pesquisadoras, desde o stronismo, mantinham algum laço de parentesco ideológico, profissional ou familiar. Mais importante que enfatizar a ambiguidade do caráter ‘apartidário’ da CMP é destacar que a clivagem de raiz político-eleitoral parece iluminar somente de forma tangencial a divisão conflituosa entre investigadoras e políticas. Isto porque os dados disponíveis não permitem inferir uma correlação significativa entre as disputas eleitorais e a oposição entre os dois grupos de feministas, cujas formas de oposição, distinção e de distanciamento, a exemplo da realização do Encontro-Taller em 1987, se davam antes mesmo da normalização eleitoral democrática.

Voltando ao episódio da oportunidade queimada, outro fator importante na raiz das desavenças entre políticas e pesquisadoras é o formato organizacional distintivo entre a Multisetorial e a Coordenação. Vimos ao início deste subtópico que ao tempo de sua gênese a CMP estava conformada, sobretudo, por organizações não-governamentais, ao passo que o perfil interno das lideranças que compunham a Multisetorial está muito mais marcado pela sua relação com os partidos políticos. Aos olhos das líderes da Multisetorial, a composição por ONG característica da CMP necessariamente comprometeria a capacidade de ação desta articuladora. Além de ser veiculada em algumas entrevistas, tal ideia aparece no seguinte

o temor gerado por sua relação [de Lugo] com a igreja católica, percebida como uma ameaça à garantia de um Estado laico e ao avanço em reivindicações vinculadas a direitos sexuais e reprodutivos” (PALAU & ORTEGA, 2008, p.106).

trecho, no qual Perla Yore e Carmen Colazo abordam o episódio da oportunidade ‘queimada’, à luz das “diferenças entre políticas e investigadoras, uma constante na luta de gênero”:

“[a] Multisetorial é sacudida por disputas e enfrentamentos com a Coordenação de Mulheres do Paraguai, instituição que aglutina mulheres investigadoras e cientistas que trabalham conjuntamente com ela, mas que, finalmente, as quais não podem se somar em todo seu acionar porque [as investigadoras] recebem fundos do exterior, o que lhes impossibilita fazer declarações públicas na imprensa, comunicados contra as políticas existentes” (YORE & COLAZO, 2001, p.54).

Essa é uma posição no embate entre feministas: supostamente devido ao financiamento internacional, as pesquisadoras agrupadas em ONG não poderiam se posicionar publicamente. Em uma palavra, por causa do seu formato ONG, as pesquisadoras não gozariam de autonomia político-pública – segundo as políticas. Voltaremos a essa questão da autonomia que por toda a tese ressurgirá sob novas faces e em distintos contextos. Por ora vale apenas indicar que esse foi um instrumento de ataque utilizado pelas políticas, a saber, a aproximação entre a forma de organização não-governamental e um suposto comprometimento de cunho despolitizante nela implicado.

A questão do formato organizacional pesa ainda nas desavenças entre feministas naquilo que diz respeito à representação da função (desempenhada ou pretendida) por cada uma das articuladoras feministas. No livro de memória e resgate das políticas fica clara a forma pela qual estas imaginam que cada um desses perfis organizacionais (de ONG e político-partidário) corresponderia a uma natureza funcional própria: “[o] conflito se coloca entre dois setores bem definidos (...) políticas ativistas de diferentes partidos e, por outro lado, investigadoras do tema mulher de várias ONG, que se questionam e que desvalidam mutuamente a contribuição de cada setor – de ação e de reflexão” (YORE & COLAZO, 2001, p.55) (Grifo meu). Implícita nesta ideia está uma representação na qual a função das ‘ativistas’ de grupos político-partidários seria ‘agir’, ao passo que a função das ONG de pesquisa seria ‘refletir’. Tal ideia, no entanto, encontra pouco eco na realidade, pois o fato de tal ou qual ONG ser dedicada à produção sistemática de conhecimento, ou estar composta basicamente por pesquisadores (perfil distintivo da Coordenação¹⁶⁹), não afastou a CMP ou, para ser mais preciso, não afastou suas lideranças da ação – de orientação tanto coletiva, para fazer valer seu projeto jurídico-igualitário através das articulações e relações mantidas com atores políticos e com as atrizes campesinas, quanto individual, relativamente à intervenção e investigação levadas a cabo por suas respectivas organizações.

¹⁶⁹ Cinco, das sete organizações não-governamentais à época de formação da CMP, são ligadas à pesquisa, quais sejam, Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos (CPES), Centro de Documentação e Estudos (CDE), BASE – Investigações sociais, educação e comunicação, Centro Paraguaio de Estudos de População (CEPEP) e Alter Vida.

Seja como for, levou certo tempo, alguns meses, para que as feministas da CMP realizassem sua autocrítica. Até o fim de 1990, com relação à oportunidade queimada, elas preferiram acreditar que “se discutiam linhas de pensamento. A política é só uma atividade pragmática ou exige uma reflexão teórica que a guie? As cientistas sociais podem contribuir para a prática da política e a para a política prática?” - como se o saber delas tivesse sido subestimado e excluído - “As dirigentes políticas da Multisetorial desqualificaram o enfoque acadêmico-científico que se queria dar ao fórum” (Elías, 1990, p.7) (Grifo no original)¹⁷⁰.

Como se vê, então, são várias as raízes da divisão entre as políticas e as investigadoras: a diferença entre tipos de saberes acumulados em função de distintas trajetórias de militância, a relação mais ou menos explicitada com partidos ou movimentos políticos, os formatos organizacionais predominantes em cada uma das articuladoras, bem como a ideia suposta de que haveria uma disposição, mais inclinada para a ação ou para a reflexão, inerente àqueles formatos. Após esse episódio da oportunidade ‘queimada’, e especialmente durante a transição paraguaia, parte das integrantes da CMP passou a procurar as ‘políticas’ como suas interlocutoras, e vice-versa¹⁷¹, de forma a construir pontes entre essas duas partes. Exemplo disso foram os projetos idealizados pelas pesquisadoras do Centro de Documentação e Estudos (CDE), “Saberes do poder” e “Mecanismos para melhorar a participação política das mulheres”. Este último projeto deu origem a publicações da reflexão de mulheres tanto da CMP quanto da Multisetorial¹⁷², ao passo que aquele primeiro teve como objetivo empreender “uma experiência de reflexão conjunta entre mulheres políticas e pesquisadoras sobre aqueles conhecimentos, capacidades ou ‘saberes’ necessários às mulheres no desenvolvimento cotidiano da atividade política” (SOTO, 1992?, p.275).

A necessidade de levantar pontes entre os diferentes saberes feministas levou a uma ‘frente comum’, na expressão de Line Bareiro:

“Em 1991, teve início a articulação de uma frente comum de mulheres a partir da explicitação de diferenças e de interesses compartilhados. Nos dois encontros nacionais de mulheres, as políticas não tinham sido visíveis enquanto tais.

¹⁷⁰ A Multisetorial não deixou por menos e estendeu um pouco mais o conflito: “[Para] a reunião da CIM [Comissão Interamericana de Mulheres] realizada no marco da XX Assembleia da OEA (...) nenhuma das 14 organizações da CMP foi convidada” (ELÍAS, 1990, p.7). A representante do Paraguai na CIM era Cristina Munoz, do Partido Colorado e integrante da Multisetorial de Mulheres do Paraguai.

¹⁷¹ Cf. “A delegada do Paraguai convidou uma integrante do Coletivo 25 de novembro para a reunião da CIM ocorrida em Washington” (ELÍAS, 1990, p.8).

¹⁷² Síntese dessas publicações está reunida, em diferentes volumes, na “Série Participação Política das Mulheres”, publicada pelo Centro de Documentação e Estudos, com contribuições de Clyde Soto e Line Bareiro, ambas da CMP, de Carmen Colazo, da Multisetorial, e de Maria Angélica Cano, àquele momento componente do CDE, mas cuja trajetória é mais marcada pelo seu forte e inicial envolvimento com o coloradismo de tons democráticos, ou quase, e com a Multisetorial de Mulheres.

(...) Mas, em 1991, se avançou como nunca, com o estabelecimento de relações políticas entre feministas, políticas e mulheres com influência nas instituições intermediárias e em partes do Estado. Foi um trabalho de engenharia política que exigiu o esforço consciente das organizações feministas para pactuar sobre a base de interesses comuns, dado que era necessário superar as cicatrizes que ficaram do conflito suscitado entre ambos os grupos de mulheres em 1990.

(...)

Se conhecer, conversar sobre diferenças e coincidências, trabalhar juntas, se apoiar. Tudo isso garantiu o terreno para poder fazer propostas comuns, para se indignar juntas, para se manifestar em comum contra as discriminações de gênero” (BAREIRO, 1991, p.17-18).

Com ‘diferenças explicitadas’ e a partir de uma ‘base de interesses comuns’, pesquisadoras e políticas, através de negociações com seus canais e interlocutores político-partidários, voltaram à luta pela mudança do Código Civil nas trilhas da vereda institucional, mas, desta vez, por meio da Câmara dos Senadores. Em meados de 1991, com interesse e discurso afinados, as feministas contavam com fortes aliados internos que ocupavam posições importantes não apenas nos dois maiores partidos paraguaios, mas também no Senado e na Câmara dos Deputados¹⁷³. “Cada uma [das feministas] conversou com seus amigos deputados ou se aproximou dos políticos para lhes explicar sobre os projetos propostos” (BAREIRO, 1991, p.16). Uma vez tendo sido colocado em votação no Senado, o anteprojeto feminista foi prontamente aprovado com mínimos reparos e, então, enviado à Câmara dos Deputados, onde não teve a mesma sorte.

Com uma agenda muito apertada e frente a uma situação única, na qual dito projeto teria de ser avaliado e aprovado ou rejeitado em um prazo bastante curto¹⁷⁴, os deputados “decidiram tratar do projeto. Fizeram-no de forma tão desordenada e absolutamente irresponsável que culminou na reprovação do projeto, diante olhos perplexos das integrantes da CMP e de outras mulheres” (BAREIRO, 1991, p.16). Essa decisão foi tomada sem que os deputados sequer conhecessem o conteúdo do anteprojeto. A irracionalidade impregnada no tecido institucional paraguaio e nos seus atores mostrou sua lógica violenta quando um deputado tentou objetar o primeiro artigo a ser revisto no Código, tal como proposto pelas mulheres organizadas: “Art. 1º - A mulher e o homem têm igual capacidade de gozo e de exercício dos direitos civis, qualquer que seja o estado civil dela” (SANDOVAL de HEMPEL, 1989, p.17). Em uma piada de cunho misógino e, antes de tudo, juridicamente ignorante, o

¹⁷³ Os nomes citados são: entre os senadores, Evelio Fernandez Arevalo do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) e Waldino Ramon Lovera do Partido Colorado (ANR); entre os deputados colorados Osvaldo Bergonzi e Bernardino Cano Radil, e do PLRA, Jose Felix Fernandez Estigarribia. Segundo Line Bareiro, eles foram ‘verdadeiros aliados das reivindicações femininas’ (BAREIRO, 1991, p.16).

¹⁷⁴ “Como estava vencendo o prazo de noventa dias que os deputados tinham para estudar a lei – e não o fizeram nesse tempo – o projeto seria automaticamente sancionado” (VALIENTE, 2003, p.15).

colorado Juan Carlos Galaverna perguntou “a qual gozo as mulheres se referem?”¹⁷⁵. Frente a uma irracionalidade desse naipe, de nada adiantou a defesa de argumentos razoáveis dos aliados do anteprojeto, de modo que ele foi, sem maiores razões, rejeitado.

Foi a gota d’água: a reprovação da proposta de mudança do Código Civil teve como efeito imediato a transformação na estratégia das mulheres, que, indignadas com o tom ofensivo dos deputados, passaram a uma forma até então incharacterística de protesto: em dezembro de 1991, elas invadiram a Câmara dos Deputados, de modo a ‘sitiá-lo’¹⁷⁶. Não foi, contudo, uma invasão violenta ou algo assim, foi um protesto mobilizado em registro irônico e de paródia: “o antigo *Cabildo* foi literalmente coberto de cartazes coloridos com lemas engraçados, flores, rimas de canções infantis, com letras alusivas ao projeto e ao rechaço dos deputados, dando-lhe um tom lúdico” (BAREIRO, 1991, p.16). Vários depoimentos acerca desse episódio compartilham uma lembrança bastante positiva dele, de como aproximadamente 300 mulheres entraram cantando no parlamento, do seu tom cômico e transgressor.

Essa invasão ‘simbólica’ e jocosa do parlamento paraguaio teve, por sua vez, uma resposta política altamente positiva: “em menos de uma semana, [ainda em 1991] o Senado ratificou por unanimidade em sua sanção original” (VALIENTE, 2003, p.16). Devido a uma afortunada coincidência, os regimentos de ambas as Câmaras tinham sido alterados, de forma que, diferentemente de antes, o fim do ano não implicava que o caminho percorrido pelo anteprojeto, duplamente aprovado pelo Senado, tivesse de voltar à estaca zero. Em junho do ano seguinte, tendo finalmente passado pela aprovação dos deputados, é então promulgada a Lei nº1 de 1992, da “Reforma Parcial do Código Civil”, aberta justamente por aquele artigo que há pouco tempo tinha sido alvo de chacota: “*Artículo 1º - La mujer y el varón tienen igual capacidad de goce y de ejercicio de los derechos civiles, cualquiera sea su estado civil*” (PARAGUAY, 1992b).

Com algumas idas e vindas, após quase cinco anos de luta, desde os dois grandes encontros de 1987, de frente para tensões e desigualdades de classe, preocupadas em arranjar formas igualitárias de formação da opinião e atravessadas por conflitos internos ao movimento,

¹⁷⁵ Não é de hoje que atores políticos reagem à luta das mulheres com burlas sexistas; ao tratar da formação de uma agência estatal voltada para a infância, o ‘*Children’s Bureau*’, Skocpol observa como as primeiras líderes desse órgão também foram ridicularizadas: “agora”, diz um senador estadunidense, “[nos] é proposto o controle sobre as mães por parte de algumas solteiras com cargos no governo (...). Melhor [seria] inverter essa fórmula e fazer um comitê de mães que fizessem as vezes de mucamas e lhes ensinassem como conseguir um marido e como ter filhos por elas próprias” (1995, p.501).

¹⁷⁶ “As mulheres ocuparam o Parlamento e ‘sitiaram’ a sala de sessões da Câmara de Deputados, em um ato simbólico, e nunca antes registrado, de recuperar o projeto rechaçado” (BAREIRO, 1991, p.16). “Frente ao desconcerto dos policiais, aproximadamente 300 mulheres conseguiram entrar na sede do Congresso (...). Alguns parlamentares tiveram que sair do local encurralados por um ‘corredor’ de manifestantes que os ‘afrontavam’” (VALIENTE, 2003, p.15)

as feministas da Multisetorial e da CMP fizeram imprimir suas reivindicações no novo Código Civil paraguaio. Desde sua gênese, o projeto político da Coordenação visava essa transformação: a igualdade jurídica – aquela ‘utopia’, elas diziam no Encontro Nacional – se tornava agora realidade. Quase 40 artigos herdados do stronismo foram alterados ou propriamente invalidados, de tal modo que a inferioridade legal da mulher paraguaia foi banida. A partir de 1992 o estatuto jurídico da mulher se tornava equivalente ao do homem; ambos se tornavam igualmente capazes em família e a vida extrafamiliar da mulher não mais dependia do seu marido. Além disso, tal como vários feminismos latinoamericanos e de alhures, ao reconhecer juridicamente o concubinato, seus sujeitos e suas trocas, as paraguaias mobilizadas “*criticize[d] the institution of marriage itself on the grounds that it draws the line between the legitimate and illegitimate relationships and accords special privileges to the former*” (YOUNG, 1996, p.253)¹⁷⁷.

A força da inscrição das mulheres mobilizadas neste novo Código impressiona. Além de ter derrubado os artigos mais atrozes do stronismo (como, por exemplo, aquele que exigia a ‘conformidade de ambos os cônjuges’ para que a mulher tivesse uma vida fora de casa), o novo Código Civil compila de forma literal, ou quase, o anteprojeto da CMP. Dou apenas dois exemplos: “Art 2º: A unidade da família, o bem estar e proteção dos filhos menores, e a igualdade dos cônjuges são princípios fundamentais para a aplicação e interpretação da presente Lei. Tais princípios são de ordem pública e não poderão ser modificados por convenções particulares, exceto quando a lei o autorize expressamente”; e “Art 15º: Qualquer que seja o regime patrimonial adotado, cada cônjuge tem o dever e o direito de participar na administração do lar. A ambos compete igualmente decidir em comum as questões referentes à economia familiar” (PARAGUAY, 1992b; SANDOVAL DE HEMPEL, 1989, p.17; 20).

Diante de dados como estes, sob pressão de querer soar neutro, seria bastante ingênuo tentar negar o potencial democrático encerrado nas lutas e reivindicações do feminismo paraguaio. O fato é que o projeto político forjado naquele encontro de 1987, e que serviu de matriz para a formação e para ação da CMP, foi bastante exitoso com relação a seus próprios objetivos. Uma explicação possível para tal sucesso poderia se voltar para a transição paraguaia e tomá-la como excelente caso de oportunidade política, dado que o arranjo institucional e normativo daquele país estava aberto e submetido a intensas modificações. Entretanto, por si próprio esse contexto oportuno não dá conta da orientação assumida por atores e atrizes civis nele. Isso porque, tal como vimos no caso dos conflitos entre as feministas

¹⁷⁷ Especificamente no terreno dessas conquistas, vejam-se os artigos segundo, sétimo, nono, décimo quarto, décimo quinto e octogésimo sétimo do então novo Código Civil (PARAGUAY, 1992b).

políticas e investigadoras, a oportunidade aberta pela possibilidade de debate público a respeito de um tema de interesse e de domínio delas foi simplesmente, por elas mesmas, ‘queimada’. Ou seja, uma configuração ampla e claramente oportuna diz pouco sobre desenrolar da ação, que pode ou não aproveitar uma dada oportunidade.

Contudo, tomado de um ponto de vista mais geral, o entendimento da transição como oportunidade parece adequado se percebermos que, paralelamente à vitória ao redor do Código Civil, ocorreu também a promulgação da novíssima Constituição paraguaia e da Secretaria da Mulher. De fato, essas são três conquistas substantivas, que não podem ser resumidas à força ou à capacidade associativa das feministas e que precisam de um contexto aberto, como é o de transição, para ter vazão.

Para ficar apenas no exemplo da mudança do Código Civil, e aprofundando o raciocínio de Skocpol¹⁷⁸, o que parece operar positivamente para o êxito das demandas feministas é o encaixe, ou melhor, uma afinidade entre o perfil normativo do contexto de reinscrição e rearranjo político-institucionais da transição, de um lado, e, de outro, a dupla capacidade (jurídico-legal e de acesso estratégico) das feministas para abrir uma brecha naquele contexto. No que diz respeito a essa dupla capacidade, as feministas contavam com uma equipe conformada pela figura de Mercedes Sandoval de Hempel e por três assessoras, cuja competência técnico-jurídica se encaixa funcionalmente ao tipo de rearranjo em jogo, tornando-o oportuno na medida em que é afim, não a um rearranjo geral, mas mais especificamente ao tipo de rearranjo que então se desenrolava. Dito de outra forma, a natureza da capacidade das atrizes civis e a natureza própria àquela transformação política são afins, pois ambas neste caso assumem um caráter técnico-jurídico ou legal. Neste sentido, a afinidade entre elas importa para fazer de uma ‘oportunidade em geral’ uma ‘oportunidade oportuna’¹⁷⁹, por assim dizer; importa para entender as chances (maiores ou menores) de uma brecha ser aberta ativamente.

Para este mesmo sentido aponta o caso do capítulo terceiro, no qual as ‘panelistas’ Esther Prieto e Line Bareiro tinham adquirido internacionalmente e desenvolvido a competência específica para a utilização da ‘Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination

¹⁷⁸ Veja SKOCPOL (1995, p.53-ss).

¹⁷⁹ De modo interessante, Meyer e Minkoff (2004, p.1464) também propuseram a necessidade de diferenciar ‘aberturas gerais’ das ‘aberturas de oportunidades específicas’. Em sua crítica, eles sugerem que a noção de oportunidade deve se dividir *analiticamente* em dois modelos: um ‘modelo estrutural’ – que “includes variables that track formal changes in rules and policies affecting political access”(p.1467) – e outro ‘signal model’ cuja lógica consiste em “[that] activists and officials monitor changes in the political environment, looking for encouragement for mobilization and for advocating policy reforms” (p.1470). Embora concorde com a ideia de diferenciar a generalidade da especificidade empiricamente assumida por uma configuração oportuna, a meu ver, essa proposta analítica dos autores peca por contrabandear uma antinomia real para o nível das próprias categorias de análise, ao invés de assumir a complexidade dos processos engendrados pela interação entre movimentos e atores políticos.

against Women'. Conhecida por sua sigla CEDAW, esse mecanismo internacional foi aprovado pelo regime stronista poucos anos antes sem levar em conta suas prováveis implicações e tampouco seus usos e fins possíveis. Naquele caso, após ter sido institucionalizada, ou seja, após tornar-se uma 'oportunidade em geral', a CEDAW se tornava uma 'oportunidade oportuna' à medida que aquelas duas atrizes dominavam seu uso prático, e, para falar como Skocpol, é nessa medida que opera o *fit*, uma relação de afinidade específica entre capacidades civis e o registro no qual se dá a mudança institucional.

Um ponto importa aqui: não se deve confundir essa ideia de afinidade – ou seja, afinidade entre o registro da mudança em curso e os recursos acumulados pelas atrizes – com a resposta dada pelos teóricos estadunidenses à crítica de que a noção de oportunidade política sofreria de um tipo de imperialismo estrutural (KOOPMANS, 2003). Em resposta a isso, esses pesquisadores passaram a incorporar alguma *agency* dos atores: “temos que levar em conta que as oportunidades são objeto de interpretação e, às vezes, de controvérsia. Elas devem ser assimiladas através da criação de marcos interpretativos” (GAMSON e MEYER, 1999, p.391). Neste sentido, a oportunidade deve ser percebida pelos atores e visível ao menos para parte deles (TARROW, 2009, p.26). Ora, nada permite que a ideia afinidade seja confundida com uma visão demasiado estática e voluntarista da ação coletiva e de sua relação com dinâmicas institucionais oportunas: o jogo das interações com os atores estatais é um processo no qual oportunidades se abrem e se fecham de maneira dinâmica, mas no turbilhão desse processo, a meu ver, não existe uma percepção 'assimiladora' da oportunidade por parte das atrizes envolvidas, como se estas fossem ultrarracionais dotadas de uma visão global do processo quando situadas no centro dele e por ele interpeladas. Aliás, a compreensão da ação coletiva seria bem mais fácil se os atores e grupos sociais tivessem esse nível de agenciamento. Obviamente, isso não significa que as tomadas de posição das atrizes (por exemplo, sua aproximação junto a aliados de peso no Congresso) não tenham um caráter estratégico; significa apenas que a afinidade entre registro de mudança institucional e capacidade acumulada parece contar na estratégia das atrizes e, mais fortemente, no seu êxito.

Outro fator igualmente indispensável ao sucesso da mudança no Código Civil foi a aproximação e o acesso estratégicos da Multisetorial e da CMP junto a aliados fortes – dimensão básica da noção de oportunidade política. Tais aliados, por sua vez, traduziram positivamente as demandas delas na arena político-institucional, antes e depois da invasão jocosa do Congresso paraguaio. No seu todo, de modo bastante amplo, a transição pode então ser vista como um campo de oportunidades fechadas *prima facie*, cuja possibilidade de serem abertas, ao modo de pequenas brechas, parece variar em função da articulação (conflituosa,

estratégica ou outra) entre atores e, ainda, em função do encaixe entre o tipo das mudanças em curso e a espécie de capacidade acumulada pelos atores civis para atuar sobre elas.

5.2. Articulação e oposição: as feministas na Assembleia Constituinte e na Constituição de 1992

Se no caso das mudanças relativas ao Código Civil se destacaram o conflito entre feministas e o reconhecimento das demandas das mulheres campesinas, já no caso da Convenção Nacional Constituinte a pugna que marcou definitivamente a inscrição dos direitos das mulheres na Carta Magna opôs as feministas mobilizadas a setores conservadores da igreja Católica. A articulação das paraguaias rumo à Constituição se deu em duas frentes paralelas, mas fortemente relacionadas: por um lado, a CMP liderou três Fóruns da Mulher para a Constituinte. Dois desses eventos foram realizados antes da promulgação da carta constitucional e visavam debater questões para influenciar os e as Convencionais, ao passo que o terceiro evento teve como objetivo apenas difundir as conquistas e mudanças já consolidadas. Por outro lado, as demandas das mulheres mobilizadas se fizeram representar diretamente na Convenção Constituinte por meio da chamada Interbancada de Mulheres Constituintes, que agrupava representantes das legendas político-partidárias então majoritárias e era indiretamente influenciada pelos Fóruns: “as convencionais (...) conformaram a Interbancada de Mulheres, dando apoio às propostas elaboradas pelas organizações” (BAREIRO & SOTO, 1994, p.9).

Em termos muito gerais, duas características foram marcantes do processo em torno da Convenção Nacional Constituinte. Primeiro: sua redação chegou a uma versão final em um prazo bastante rápido. Entre janeiro e maio de 1992, a maior parte dos 291 artigos da nova Constituição paraguaia, promulgada em junho, já havia tomado sua feição final e, em alguns casos, eles tinham até mesmo sido submetidos à consulta de associações civis ou populares. O ritmo apressado que deu forma ao novíssimo contrato social paraguaio foi, em grande medida, devido ao medo de que o Presidente General Andrés Rodríguez lograsse imprimir na Constituição a possibilidade de sua reeleição¹⁸⁰. Por outro lado, as eleições para a Constituinte trouxeram a marca da herança stronista, de forma a consagrar mais uma vez o coloradismo, que obteve 62% das posições na Convenção, seguido do Partido Liberal Radical Autêntico com

¹⁸⁰ Cf. ‘Cronología de la transición’, “Una disposición transitoria de la Constituyente, prohibiendo la reelección presidencial del Gral. Rodríguez, generó rumores de autogolpe poco antes de su finalización” (RIVAROLA, 2008, p.73).

27% e, na esteira daqueles ‘independentes’ vitoriosos nas eleições para Assunção, o movimento Constituição Para Todos com 10% das vagas¹⁸¹.

Dos quase 200 convencionais eleitos em dezembro de 1991 para a Convenção Constituinte, apenas 21 eram mulheres, e destas, duas chegaram a compor a Mesa Diretiva da Convenção. Essas duas mulheres eram Cristina Muñoz, do Partido Colorado, líder da Comissão de Mulheres dessa legenda e também componente da Multisetorial de Mulheres, e Antonia Edith Irigoitia, do Partido Liberal Radical Autêntico, professora de Direito da Universidade Católica de Assunção, coordenadora e pesquisadora do CEPEM (aquele núcleo impulsionador do Encontro Nacional de 1987) e uma das fundadoras da CMP. A inserção destas mulheres na Mesa Diretiva pode ser compreendida se levarmos em conta que a trajetória de ambas, como destacado em suas entrevistas, está marcada pelo forte envolvimento familiar com ‘a política’, leia-se, com os dois maiores e mais tradicionais partidos paraguaios.

A Interbancada de Mulheres, da qual Cristina Muñoz e Eddy Irigoitia faziam parte, foi assessorada pelo ‘Serviço de Formação e Estudo da Mulher’ (SEFEM), organização não-governamental liderada (e então recém fundada) por Maria Victoria Heikel – uma daquelas ‘distintas panelistas’ de 1987. Característica tanto das convencionais da Interbancada quanto da assessoria do SEFEM foi a sua atuação através de toda a Convenção Constituinte. Menos que ficar restrita a este ou àquele tema específico, a atuação direta ou assessorada dessas mulheres se deu em várias entradas nas quais elas visavam influenciar a redação dos artigos constitucionais. Neste sentido, atentas às demandas elaboradas no primeiro Fórum convocado pela CMP, as representantes das bancadas colorada, liberal e do movimento Constituição Para Todos trabalharam conjuntamente para se imprimir no terceiro capítulo da Constituição – ‘Da Igualdade’ – e em diversas outras partes da carta, nas quais a linguagem constitucional precisaria, aos olhos delas, de uma explicitação dos sujeitos (sexuados) de direitos e obrigações. Esse foi o caso, por exemplo, da especificação da mulher como sujeito da reforma agrária, em cuja luta se implicaram de forma convergente as mulheres mobilizadas nos Fóruns liderados pela CMP e algumas participantes da Interbancada em relação mais próxima e direta com figuras-chave na forma e conteúdo finais da Carta Magna.

Paralelamente à atuação da Interbancada, se deram o primeiro e o segundo Fóruns da Mulher para a Constituinte, realizados respectivamente ao final de 1991 e em março do ano seguinte. No primeiro deles, a CMP conseguiu reunir várias organizações de mulheres, feministas ou não, rurais e urbanas, ligadas a diversos setores profissionais, ligadas a quase

¹⁸¹ O 1% restante ficou dividido entre o Partido Freberista Revolucionário e o Partido Democrata Cristão. Dados do Tribunal Superior da Justiça Eleitoral do Paraguai - www.tsje.gov.py/asamblea-1991.php.

todos os partidos e de diferentes matizes ideológicos. Quiçá devido ao tom das queixas escutadas em outros encontros, os fóruns para a Constituinte tinham, novamente, aquela preocupação com o caráter democrático do processo das discussões e das decisões tomadas no evento. Mais uma vez, o formato interno das discussões ali travadas ficaria na memória do movimento. Conteúdo e forma do fórum – o quê debater e como fazê-lo – tiveram como resposta nada menos que a ‘resolução por consenso’. Quer dizer, ou estariam todas de acordo quanto a um ponto em questão ou não se chegaria a uma solução. Foram vários os depoimentos nos quais as feministas, em especial aquelas da geração de fins dos 1980, deixaram claro como a opção sedutora e insidiosa por uma representação do que seria consenso havia sido equivocada, altamente exaustiva e ineficaz. Nos processos de deliberação, dizem os depoimentos, bastava uma só mulher que discordasse da decisão ou do caminho por ela assumido para que não se chegasse a ponto algum. “Como puderam chegar a um consenso”, Line Bareiro se questionava,

“coloradas tradicionalistas, renovadoras, liberais, trotskistas, independentes, socialdemocratas, democratas cristãs, feministas, católicas, camponesas, empresárias, sindicalistas, ocupantes de terra e fazendeiras?” (BAREIRO, 1991, p. 15).

Indissociável do problema da forma interna de deliberação, implícita nesse questionamento é a preocupação de veia igualitária na formação da opinião mais geral das mulheres. Ora, se as lideranças da CMP almejavam um país democrático, nada mais natural do que buscar pontos de partida e meios de discussão também democráticos. Em uma ocasião anterior, ao redor do ‘sistema do nome’, as feministas urbanas já haviam aprendido que sua busca pela igualdade de gênero e que sua defesa de uma posição ideal de sobrenome não poderiam sobrepor-se às tradições e desigualdades vividas em outras posições de classe, sob pena de mutilar as necessidades das companheiras do setor camponês. Naquele caso do Código Civil vimos que foi arranjada uma solução criativa, centrada na possibilidade de opção pela anexação do sobrenome do outro cônjuge.

Agora mobilizadas ao redor do Fórum para a Constituinte, as mulheres acreditaram que desta vez uma alternativa capaz de dar conta do seu igualitarismo e das desigualdades pré-existentes entre elas próprias, seria um tipo radical (ainda que falso) de consenso, ponto a ponto, cabeça por cabeça, todas afinadas em um só e mesmo tom. Contudo, como ouvi em muitas entrevistas, esse método foi sumamente desgastante e levou somente a ‘acordos fundamentais’, ou seja, à formulação de consensos amplos, porém magros:

“Foi difícil e foi necessária muita paciência. Em geral, se primou pela priorização da igualdade entre os sexos, [pelo] princípio de não discriminação e [pela] vontade de ter uma Constituição que transforme o Paraguai em um país com democracia política, social e econômica. Graças a isso se chegou a acordos fundamentais e se ganhou força e legitimidade para as propostas. Mas houve muitas mulheres que disseram que nunca mais aceitariam tomar por consenso nenhuma resolução, que é antidemocrático e que uma pode vetar a decisão do resto, como efetivamente ocorreu no Fórum” (BAREIRO, 1991, p.15).

Se olharmos para os documentos de síntese dos Fóruns para a Constituinte, veremos que o primeiro é muito mais amplo e inespecífico que o segundo. Endereçado à Convenção Constituinte, o primeiro documento se divide em três partes: ‘Mensagem às e aos Convencionais’, introdução na qual tem vez a denúncia da desigualdade de gênero. Já ‘nossas preocupações’ apresenta um rol de dezessete pontos, aqueles consensos amplos, que começam nas denúncias da ‘violação aos direitos humanos’, da ‘injusta e irracional distribuição de terras’ e da ‘falta de políticas regionais’, chegam até a ‘falta de defesa dos direitos dos consumidores’ e a ‘falta de garantias dos direitos consagrados na Constituição’, e passam eventualmente pela ‘desvalorização’ e ‘invisibilidade da mulher’¹⁸². Por fim, em ‘Nossas propostas’ surgem dez pontos que dizem propriamente respeito ao desenho da Constituição e àquilo que os/as Convencionais, aos olhos do Fórum, deveriam levar em conta: uma linguagem constitucional não sexista, convenções internacionais como a CEDAW, por exemplo, os direitos fundamentais da pessoa, e uma série de novas definições nos direitos políticos e sociais, nomeadamente aqueles relacionados a família, educação, trabalho, reforma agrária e saúde¹⁸³. Em certa medida, o caráter demasiado elástico desse documento pode ser considerado como um produto da intersecção entre a alta expectativa veiculada pela possibilidade das organizações de mulheres fazerem valer suas demandas na futura e aberta Carta Magna e o modelo ultraconsensualista de deliberação por elas adotado. Com uma falsa sublimação das divergências e conflitos possível e provavelmente coexistentes, a resultante textual das posições ali em jogo ficou confinada a reivindicações no atacado, àqueles ‘acordos fundamentais’.

Já as resoluções do segundo Fórum trazem a marca da pressa e da urgência da política de transição. Até fins de abril, ou seja, menos de meio ano após as eleições dos Convencionais, a Comissão Redatora da Constituinte já tinha elaborado a maior parte dos artigos e, inclusive, já tinham incorporado neles, ao menos parcialmente, algumas propostas e demandas civis. Neste ritmo acelerado, a dinâmica de participação interna deste evento parece ter diferido daquele de tom consensualista: “[em abril de 1992], se reuniu o segundo Fórum da Mulher para a

¹⁸² Respectivamente, enumerados pelo próprio documento, pontos 1, 2, 3, 15, 17, 14 e 5. Veja-se ‘Fórum da Mulher para a Constituinte’ In: CDE, 1991, p.76.

¹⁸³ ‘Linguagem constitucional’ e ‘convenções internacionais’ são duas primeiras entradas [a) e b), respectivamente] de ‘Nossas propostas’, ao passo que os demais pontos se encontram distribuídos entre c) e j). Veja-se ‘Fórum da Mulher para a Constituinte’ In: *Anuario Mujer* 1991, p.77-78.

Constituinte, convocado pela CMP. As quase 50 mulheres reunidas analisaram os artigos propostos pela Comissão Redatora” (BAREIRO & SOTO, 1994, p.6). À diferença da síntese do primeiro evento, o documento neste caso é assinado pela própria Coordenação de Mulheres do Paraguai e está dividido em duas partes: uma brevíssima introdução, na qual constam um ‘apoio’ e algumas ‘recomendações’ à Comissão e à Convenção¹⁸⁴, e um anexo de caráter muito mais circunstanciado e técnico, no qual quinze artigos são pontualmente comentados e antecidos por ‘sugerimos’, ‘consideramos’ e ‘recomendamos’, através dos quais essas mulheres sugerem termos substitutivos que veiculam suas ‘inquietações’ ou ‘aspectos pendentes’¹⁸⁵.

“Convocadas pela CMP, as representantes de ONG de mulheres e numerosas cidadãs de forma individual, nos reunimos (...) com o objetivo de analisar os artigos do Projeto Constitucional proposto pela Comissão Redatora” (II Fórum, 1992, p.74). Três fatores intervêm conjuntamente para que a segunda rodada do Fórum para a Constituinte tivesse esse formato mais restrito e um resultado altamente especificado. O primeiro deles é a temporalidade apressada da inscrição propriamente política. Como vimos, sobretudo devido ao medo de uma possível tentativa de constitucionalização da reeleição do (general) Presidente e também devido a disputas dentro do Partido Colorado, os trabalhos em torno da Convenção Constituinte tiveram um ritmo intenso e comprimido. Em segundo lugar, fosse por influência de algumas representantes da Interbancada de Mulheres ou por influência do primeiro Fórum sobre as Convencionais da Interbancada, ou pela convergência de esforços entre ambas as fontes de influência, as primeiras versões da novíssima carta constitucional traziam consigo avanços notórios quanto à igualdade de gênero. Esses avanços estão espelhados nos elogios feitos pela CMP a alguns artigos já propostos e redigidos no primeiro Projeto Constitucional, tal como foi o caso, para citar apenas dois, ‘da igualdade de direitos do homem e da mulher’¹⁸⁶ e ‘do direito à vida’¹⁸⁷. Ou seja, *pari passu* às transformações internas da Carta Magna, que rapidamente adentrava em um estágio de maior especialização e que, de saída, havia incorporado direitos

¹⁸⁴ “O II Fórum expressa seu mais decidido apoio aos artigos que incluíram (...) as propostas das mulheres expressas no nosso documento anterior. (...) [Fazemos] chegar um documento anexo com nossas recomendações” (II Fórum, 1992, p.74).

¹⁸⁵ “As conclusões [do segundo Fórum] foram entregues ao presidente da Convenção, com a solicitação de que as inquietudes sejam consideradas na redação definitiva dos artigos da Constituição” (BAREIRO & SOTO, 1994, p.6). “Também encontramos alguns aspectos pendentes que dizem respeito à posição subordinada em que ainda vive a mulher em nosso país” (II Fórum, p.74).

¹⁸⁶ “O homem e a mulher têm iguais direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. O Estado promoverá as condições e criará os mecanismos adequados para que a igualdade seja real e efetiva, superando os obstáculos que impeçam ou dificultem seu exercício e facilitando a participação da mulher em todos os âmbitos da vida nacional” (PARAGUAY, 1992a, art. 48).

¹⁸⁷ “O direito à vida é inerente à pessoa humana. Se garante sua proteção, em geral, desde a concepção.” (PARAGUAY, 1992a, art. 4).

fundamentais das mulheres, se transformava o molde do segundo Fórum, cuja adequação ao discurso jurídico (técnico e especializado) deixava de fora boa parte das organizações participantes do primeiro evento¹⁸⁸. Em terceiro lugar, mas não menos importante, face ao desgaste traumático sofrido em função daquele primeiro molde ultraconsensual de debate, e em um contexto de urgência do tempo político, não seria estranho que as lideranças da CMP evitassem uma dor desnecessária àquela altura.

Do ponto de vista dos seus resultados efetivos, o segundo Fórum da Mulher para a Constituinte não foi exatamente um sucesso. Das suas dezoito propostas de inclusão/substituição de termos ou de supressão de artigos, apenas cinco foram incorporadas pela na Constituição. Destas cinco, uma trata do direito ao trabalho e outra, da obrigatoriedade ou não do serviço militar¹⁸⁹. Ligados a questões de gênero, os três pontos restantes e incorporados dizem respeito à saúde reprodutiva, a uma educação não discriminatória e, no lastro das preocupações de classe que marcam o pensamento feminista paraguaio desde sua gênese civilmente mobilizada, à distinção especificada de ambos, homens e mulheres, como sujeitos da reforma agrária¹⁹⁰.

A despeito da quantidade de propostas rejeitadas, o texto final da Constituição paraguaia foi definitivamente permeado pelas reivindicações e argumentos feministas. Isto se deu por três vias: através das relações defendidas pela Interbancada de Mulheres que era, por sua vez, assessorada pela ONG 'Serviço de Formação e Estudos da Mulher'; pela ação de Cristina Munoz e de Eddy Irigoitia, cujas posições na Mesa Diretiva operavam como ponte para o texto constitucional; e, indiretamente, através das comunicações enviadas pelos Fóruns da CMP à Interbancada e à Constituinte como um todo. A Constituição de 1992 não apenas assumiu uma linguagem menos sexista, como fez também consolidar algumas das principais reivindicações das mulheres organizadas desde fins do regime autoritário: dentre outras, a igualdade de direitos e obrigações sem limitações por razão de sexo¹⁹¹, um conceito amplo e igualitário de família que, junto da primeira conquista citada, tornava inconstitucionais algumas figuras patriarcais do Código Civil stronista¹⁹², o compromisso do Estado paraguaio tanto para

¹⁸⁸ O inverso também parece ser verdadeiro: o resultado inespecífico do primeiro Fórum também pode ser relacionado, dentre outras questões, ao fato de que a Carta Magna ainda não tivesse assumido formato e complexidade próprios em meados de dezembro de 1991.

¹⁸⁹ Artigos 86 e 129, da Constituição do Paraguai.

¹⁹⁰ Respectivamente, artigos 61, 73, 115, da Constituição do Paraguai.

¹⁹¹ Já citado, art. 48.

¹⁹² “[A família] inclui à união estável do homem e da mulher, aos filhos e à comunidade que se constitua com qualquer de seus progenitores e seus descendentes” (Art. 49). “Toda pessoa tem o direito de constituir família, em cuja formação e desenvolvimento a mulher e o homem terão os mesmos direitos e obrigações” (Art. 50, PARAGUAY, 1992).

incentivar a participação político-pública das mulheres¹⁹³, quanto para combater a violência de gênero constitucionalmente concebida como de ‘âmbito familiar’¹⁹⁴.

Inscrever alguns de seus ideias na Constituição nacional é uma conquista inestimável. Esse processo, contudo, não foi isento de conflitos. Se olhássemos apenas para a articulação, por dentro e por fora da Constituinte, entre a Interbancada e os dois eventos realizados pela CMP, perderíamos de vista a principal força de oposição contra as mulheres mobilizadas: o discurso religioso e as associações antiabortistas a ele vinculadas¹⁹⁵. Durante todo o primeiro semestre de 1992, a Igreja Católica, por meio da Coordenadoria de Igrejas Cristãs do Paraguai e de suas associações ‘em defesa da família’, abriu guerra contra a proposta do quarto artigo da Constituição, cuja redação dizia: “garante-se a proteção da vida, em geral, desde a concepção”. Em nome da família e da vida, tal guerra se dirigia contra esse ambíguo ‘em geral’ que possibilitava ver casos excepcionais nos quais um eventual aborto poderia ser (só virtualmente) justificado, mas cujos corolários reais abriam portas para a defesa da descriminalização da interrupção da gravidez.

Texto proposto, guerra posta: a pugna pela inscrição na Carta Magna opunha concepções do que é a vida biológica e de quais os limites sociais do uso do corpo (da mulher, é claro). De um lado, como vimos, as feministas apoiavam e elogiavam essa redação ambígua, e, de outro, o discurso religioso se fazia ouvir junto aos Convencionais através de protestos de rua e por outras vias. Uma delas foi a nota enviada, depois da aprovação da redação de dito artigo em fins de abril, pelo Conselho Universitário da Universidade Católica de Assunção a seus docentes que, como Edith Irigoitia, compunham a Convenção Constituinte. Essa instituição universitária, conhecida por sua dinâmica *sui generis*¹⁹⁶, pedia em nota que eles renunciassem a seus cargos por não terem combatido e derrubado o quarto artigo da Constituição. No entanto, mesmo após uma demanda expressa daquela articuladora religiosa e depois de uma exposição midiática cuja manchete principal afirmava que “triunfou a tese da cultura da

¹⁹³ “Os cidadãos, sem distinção de sexo, têm o direito a participar nos assuntos públicos, diretamente ou por meio de seus representantes, na forma que determine esta Constituição e as leis. Promover-se-á o acesso da mulher às funções públicas” (Art. 117).

¹⁹⁴ “O Estado promoverá políticas que tenham por objetivo evitar a violência no âmbito familiar e outras causas destruidoras de sua solidariedade” (Art. 60, PARAGUAY, 1992).

¹⁹⁵ Quais sejam, “Madres al Servicio de la Familia”, “Padres Unidos en Defensa del Matrimonio”, “Hijos Unidos en Defensa de la Familia”, “Asociacion de Abogados en Defensa de la Vida” e “Servicio de Amor y Vida” – este último ligado ao Arcebispo de Assunção e liderado por Nestar de Stark, médica ginecologista, opositora histórica do feminismo paraguaio.

¹⁹⁶ Em “A Igreja Católica paraguaia: antes e depois do golpe”, M. Carter (1991) observa que, durante a transição, “vários destacados educadores católicos tomaram parte ativa na promoção de reformas (...) que puderam incorporar métodos pedagógicos alternativos e ajudar a incutir valores democráticos. Em sentido contrário, no entanto, a Universidade Católica (...) foi severamente criticada por reagir a qualquer tentativa de reforma. Além disso, ela é acusada de manter uma administração autoritária (...) e de praticar atos injustificáveis de censura e perseguição ideológica” (CARTER, 1991, p.200).

morte”¹⁹⁷, os convencionais decidiram não reescrevê-lo e tampouco os docentes pressionados se retiraram de suas posições, de forma que o quarto artigo da Constituição paraguaia permaneceu intocado. Deste modo, o resultado da batalha pela interpretação constitucional do corpo feminino pendeu mais para o lado do movimento feminista¹⁹⁸; no Paraguai,

“[o] Direito à vida é inerente à pessoa humana. Se garante sua proteção, em geral, desde a concepção. Fica abolida a pena de morte. Toda pessoa será protegida pelo Estado em sua integridade física e psíquica, assim como em sua honra e reputação. A lei regulamentará a liberdade das pessoas para dispor de seu próprio corpo, apenas para fins científicos ou médicos” (PARAGUAY, 1992a, Art. 4).

Por meio da redação deste ambíguo ‘em geral’ foi aberta a possibilidade de ver e interpretar casos, sejam excepcionais ou ‘extremos’ como chegou a admitir o contramovimento católico, nos quais a interrupção da vida intrauterina não seja necessariamente passível de criminalização. Foi uma conquista, sem dúvida, mas cujos frutos poderiam ou não ser colhidos nos processos e embates inerentes ao desenrolar da construção democrática paraguaia. “Finalmente, la Constitución recoge la frase ‘en general’, y puede decirse que en Paraguay se ha abierto un camino para que el espinoso tema del aborto sea debatido” (BAREIRO & SOTO, 1994, p.11).

5.2.1. Tempos, encaixes e teatros da ação coletiva e da política institucional

Colocados lado a lado, os desenlaces exitosos das feministas com relação à Constituinte e ao Código Civil trazem uma marca imperceptivelmente semelhante: a tendência à maior especialização no interior do movimento quanto mais próximo de uma almejada e possível decisão. No caso do Código Civil, após terem deliberado e consensuado a respeito dos interesses e das diferentes necessidades das mulheres, a CMP arranhou uma equipe de juristas para redigir a versão final do anteprojeto de lei. Para essa mesma tendência parece apontar a assessoria técnica fornecida pela ONG de Maria Victoria Heikel à Interbancada de Mulheres na Constituinte. Ao contrário do que geralmente se imagina, a conformação desses pequenos e especializados grupos de ‘técnicas’ não levou a um descolamento da opinião gestada no movimento e sequer a uma privatização dos interesses em jogo. Nestes casos, uma equipe levou em conta as sugestões dos Fóruns para a Constituinte, ao passo que outra, como atesta a letra do Código Civil, não apenas tentou como conseguiu ser “fiel à produção coletiva”. Ainda

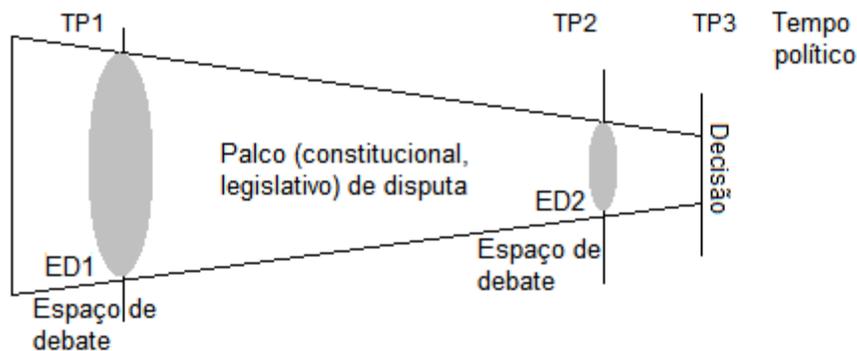
¹⁹⁷ Cf. “Triunfó la tesis de la cultura de la muerte”, ABC Color, Assunção, 21 de maio de 1992.

¹⁹⁸ De acordo com a memória cronológica do CDE, a Coordenadoria de Igrejas Cristãs do Paraguai chegou a admitir “a necessidade de que, em ocasiões pontuais de extrema gravidade, se deve praticar o aborto” (CDE, 1994, p.51)

que carregue traços democráticos, a tradução feita por tais equipes (a saber, tradução da deliberação das mulheres organizadas em textos oficiais e em ações e relações com aliados políticos) não contradiz, contudo, seu impulso à especialização.

Estes exemplos não são únicos. Em outro registro, mas igualmente significativo, o molde de discussão dos Fóruns liderados pela CMP assumiu esse mesmo sentido, tendendo a se afunilar e a se restringir do primeiro para o segundo Fórum. Como vimos, nessa ocasião foram os avanços e complexificação internos à Carta Magna, bem como a urgência do tempo político, que acabaram como que forçando as lideranças feministas a circunscrever o debate com vistas a influenciar a feição última da Constituição. Sobrepostos, se reunirmos esses distintos casos em um só movimento analítico, veremos que, em face de contextos decisivos, eles encerram uma mesma tendência para a especialização (cujo caráter democrático permanece em aberto, a depender, dentre outras coisas, dos sujeitos aí implicados) e correspondentemente para um decréscimo do espaço de debate afim àquela forma de especialização – tal como sugerido na seguinte figura.

Figura 3: Efeitos da temporalidade institucional sobre a ação coletiva.



Além disso, do ponto de vista explicativo, o êxito das feministas paraguaias frente à Constituição e ao Código Civil pode ser adequadamente elucidado através da noção de oportunidade política: as mudanças almejadas e conseguidas pelas militantes da Multisetorial e da CMP não seriam possíveis sem duas peças fundamentais repetidas nas situações nas quais a opinião feminista se imprime com sucesso em plano jurídico-político. Por um lado, um dos quesitos centrais na noção de oportunidade é a “presença/ausência de aliados influentes”, tal como Tarrow e outros a denominam¹⁹⁹. A aliança estratégica com deputados e senadores paraguaios, aliados de peso tanto na arena institucional quanto em suas legendas partidárias,

¹⁹⁹ TARROW (1999, p.159; 1997, p.91) e McADAM (1997, p.54). Mais simplesmente, Skocpol (1995, p.54) se perguntaria apenas “quanto acesso” as feministas tinham às instituições?

foi decisiva para que a mudança parcial do Código Civil fosse, mesmo com idas e vindas, afinal aprovada. Já no exemplo da Constituição, a atuação da Interbancada de Mulheres e o papel desempenhado por Cristina Muñoz e por Eddy Irigoitia na Mesa Diretiva da Convenção podem ser entendidos como a ponte de acesso à disputa pela redação constitucional. Essas duas figuras não apenas faziam parte das organizações do movimento feminista, como também gozavam, do mesmo modo que os aliados de outrora, de uma posição nos partidos colorado e liberal, pois suas trajetórias e famílias eram marcadas pela ‘política’. Reside aí, nessa ponte, uma das chaves do êxito feminista.

Por outro lado, peça igualmente central na noção de oportunidade é a “abertura do acesso à participação”, diria Tarrow, ou, o que dá no mesmo, “o grau de abertura relativa do sistema político-institucional”, nos termos de McAdam. Neste sentido, a inscrição do argumento feminista na Carta Magna paraguaia só é concebível uma vez abertos os ingressos rumo ao palco constitucional. No entanto, tal como vínhamos dizendo, essa condição soa demasiado geral e de *per se* ela parece insuficiente para o estabelecimento de uma correlação entre a ação coletiva e o seu sucesso. À conclusão do tópico anterior, com a ajuda do raciocínio de Skocpol, oferecemos uma nuance interna àquilo que ela chama de encaixe [*fit*], de forma que nele aparecesse a ideia de afinidade especificada entre oportunidade e ação, para uma melhor elucidação do sucesso dessa última – a passagem de uma ‘oportunidade em geral’ para uma de fato ‘oportuna’, dizíamos. De certa forma, essa ideia ainda não perde fôlego no caso da Constituinte, pois a função desempenhada pela ONG assessora da Interbancada de Mulheres pode ser lida como análoga à da ‘equipe técnica’ que traduzia e preservava as deliberações das mulheres agrupadas no segundo encontro, organizado pela CMP em 1988. Em ambos os casos, as funções desempenhadas por essas *experts* tendem à especialização e, mais importante, o tipo de capacidade acumulada por tais mulheres é afim ao registro da mudança em curso.

Essas observações nos ajudam a entender as condições de possibilidade das conquistas da CMP e da Multisetorial. Para transformar as leis retrógradas, as mulheres dessas articuladoras se aproximaram da institucionalidade paraguaia, e entraram, conforme a temporalidade política, em relação com alguns de seus parlamentares e ficaram perplexas com algumas de suas irracionalidades. O caráter exitoso dessa interação fica bem elucidado por suas alianças estratégicas e por uma afinidade especializada dentro de um contexto oportuno. No entanto, o sucesso político-institucional da ação feminista não deve obliterar a compreensão dos processos e embates político-comunicativos engendrados e sofridos pelas paraguaias mobilizadas para chegar até ele.

Vimos, no terceiro capítulo, como uma tensão de classe atravessou os grandes encontros em 1987. Naquelas arenas, a despeito do esforço das lideranças urbanas, a desigualdade de classe, sintetizada de modo exemplar na competência cultural das 'panelistas', operou como barreira à participação ativa das campesinas. A autoimagem de 'solidariedade' ou de 'ampla participação' da fração urbana das mulheres ali reunidas não as deixou ver uma tensão, não dita e irreconhecível enquanto tal, mas desvelada pela aproximação dos respectivos moldes internos de organização do debate.

Como organizar o debate? Como distribuir a participação na formação da opinião? Desde a realização dos encontros de 1987, essa dúvida ficou impressa na memória do feminismo paraguaio e o acompanhará por suas mais diversas arenas. A cada momento, frente a situações e ritmos políticos específicos, a resposta a essas questões teve que ser recolocada, repensada, reconstruída e reatualizada: as técnicas de grupo são melhores (ou seja, mais democráticas porquanto mais participativas) que as oficinas de trabalho? Ou, ainda, em que medida a discussão baseada na resolução por consenso é pior ou melhor que uma base conflituosa de discussão para o consenso? A cada situação, em sua vontade de influenciar e refazer as leis patriarcais herdadas do regime autoritário, as paraguaias mobilizadas tiveram que formular respostas para essas questões dilemáticas.

A série de encontros e fóruns observadas neste capítulo tiveram como objetivo deliberar e questionar poder político vigente, racionalizá-lo diria Habermas. Nessas arenas, as mulheres mobilizadas expõem suas perspectivas, seus pontos de convergência ou divergência, e forjam formas de articulação, 'pontes', afirmando ou negando aí os seus conflitos e interesses. Uma marca feminista foi aquilo que chamamos de volição igualitária expressa, por exemplo, no caso das discussões ao redor do sobrenome e também, embora com menor eficácia, nos formatos organizacionais dos debates de 1987. Naquele primeiro episódio, as campesinas fizeram valer sua postura na versão final da opinião ali forjada: "algumas de nós, se assim o quisermos, têm o direito de colocar o sobrenome do cônjuge". Nessa situação, campesinas e feministas tinham posicionamentos correlatos a experiências de gênero marcadas por um conteúdo distintivo de classe. À diferença de 1987, dado que então tais posicionamentos tiravam sua força argumentativa da experiência vivida por essas mulheres e de sua capacidade reflexiva, não haveria especialistas e leigas separadas pela 'linguagem da exposição', isto é, separadas pelos conteúdos e clivagens de classe.

Vimos que a opinião forjada nessa arena conseguiu desligar-se das hierarquias culturais e socioeconômicas exteriores ao debate, de forma que os interesses de urbanas e campesinas se imprimissem posteriormente na lei. Como dizia Mirtha Rivarola: "[queríamos] que esta lei

refletisse as necessidades das distintas mulheres (...) respeitamos esse desejo, pois era o que elas [as campestinas] consideravam como realidade delas”. Note contudo que, embora as feministas apresentem de fato uma volição igualitária, o igualitarismo não reside em algo como um caráter virtuoso e inerente às urbanas; como se elas pudessem – ao dar vez e voz às campestinas e, se fosse o caso, ao presenteá-las com uma participação previamente estabelecida – fazer de todas ‘iguais’. O potencial igualitário impregnado nas arenas comunicativas vive, muito antes, na capacidade de negociação e explicitação das partes e clivagens sociais aí em jogo. Dizíamos antes com Habermas que o caso do sobrenome ilustrava uma opinião emancipada dos liames econômicos. Falta aí apenas um retoque: tal emancipação não se dá a despeito das desigualdades, e sequer por cima delas, mas através de sua abertura para o embate e a negociação. Quer dizer, a dinâmica de paridade entre campestinas e urbanas, pela qual se esforçava em registro textual e organizacional a liderança dos encontros, não prescinde das clivagens sociais. Pelo contrário, essas mulheres se tornam iguais ou, parafraseando o alemão²⁰⁰, elas se tornam ‘meramente mulheres’, isto é, equivalentes, à medida que suas posições desiguais são explicitadas em debate e, por essa via, na medida em que tal explicitação abre portas para uma articulação dos interesses vinculados àquelas posições.

Se nos voltarmos para os demais casos nos quais as mulheres mobilizadas construíram arenas comunicativas com vistas à formação de opinião e à posterior influência no tecido político-institucional, veremos como, ao lado das ideias de explicitação e de articulação, outro par importante para pensar e problematizar o caráter mais, ou menos, democrático de tais arenas é o já clássico conflito-consenso. Contudo, diferentemente do que tende a sugerir um modelo agonístico de democracia, à *la* Mouffe, gostaria de sugerir que o conflito não é *per se* mais democrático que o consenso. O segundo encontro nacional de 1988 dá exemplo disso. Pois nele a marcante discussão a respeito da posição ideal/real/possível do sobrenome não foi atravessada por um nível alto de tensão e sequer por uma intensa conflitualidade: uma vez trazidas à tona as posturas em jogo, foram o consenso e a criatividade que deram o tom das discussões e da forma final da opinião.

Isso obviamente não faz do consenso um método democrático, aliás, longe disso. Tal como vimos na metodologia do primeiro fórum para a Constituinte, a chamada ‘resolução por consenso’ simplesmente esmagou todas as mulheres (e esmagou, portanto, toda uma gama de

²⁰⁰ “Contra o cerimonial das hierarquias”, diz Habermas, “impõe-se tendencialmente a polidez da igualdade. A paridade, cuja base é tão-somente que a autoridade do argumento pode afirmar-se contra a hierarquia social, e por fim, até se impor, para o espírito vigente à época, significa a igualdade do simplesmente ‘meramente humano’” (2003, p.52). Traduzindo: a paridade significa a igualdade do ‘meramente humano’.

interesses existente entre elas) em uma só e falsa posição 'consensuada'. Ao ter prescindido de um mínimo de conflito, quiçá devido ao afã dessas mulheres em ver uma forma concreta e ampla de participação, esse método foi ineficaz e mesmo antidemocrático, como diziam algumas.

Se o consenso como ponto de partida e, simultaneamente, de chegada resolve pouco ou quase nada os imbrólios da formação da opinião, talvez o conflito possa servir como parâmetro mais adequado para visualizar o potencial democrático encerrado nas arenas comunicativas. Dentre os exemplos levantados até aqui, dois momentos encarnam, de modos bastante distintos, uma dinâmica conflituosa: o primeiro deles nos remete à oposição entre as próprias feministas que, em meados de 1990, acabou por se sobrepor a uma oportunidade de interlocução com atores a institucionalidade paraguaia. Não tendo sido convidadas para expor para o público parlamentar, as políticas reivindicam sua participação no fórum a ser realizado e, ao final, não chegam a um consenso com representantes institucionais e tampouco com as investigadoras, de modo que a tensão entre feministas 'queimou' tal oportunidade.

Mesmo tendo perdido essa chance, a Multisetorial insistia em afirmar 'ganhamos todas': "com a suspensão momentânea [do fórum], ganhamos todas, já que reivindicamos o direito ao conflito público entre mulheres e à nossa participação sem discriminações na consolidação da atual etapa de transição" (MULTI, 1990b) (Grifo no original). Sem dúvida, as 'políticas' estão corretas ao reivindicar o 'direito ao conflito público', pois que conflitos privatizados mal merecem a alcunha de conflitos e é a sua publicidade que lhes permite alguma politização. No entanto, sem uma sublimação negociada entre feministas, o conflito parece não ter rendido politicamente, visto que dito fórum jamais se realizou. Quer dizer, sem a força de uma articulação entre saberes e estilos divergentes de feminismo, o conflito neste caso acabou em si mesmo. Ora, uma dinâmica conflituosa não pode ser celebrada em função do seu perfil (redundante e) inerentemente conflituoso, mas em função daquilo que, para além de si, ela produz e pode produzir. Pouco tempo depois, tendo sublimado o conflito ou, na expressão de Line Bareiro, tendo 'superado as cicatrizes' com base em um esforço de explicitação de suas diferenças de perspectiva e de interesse, investigadoras e políticas forjaram articulações, construíram 'pontes' ou 'pactos'²⁰¹, que operaram como pilares para a ação coletiva feminista, posteriormente exitosa.

Outro momento no qual a *performance* das mulheres mobilizadas implica em algum tipo de conflito está naquela invasão simbólica do parlamento paraguaio. Embora não se configure

²⁰¹ Cf. "Se aprendeu a estabelecer pactos entre setores tão diversos como as mulheres ativistas de organização feministas, as políticas, com espaços de decisão em organizações intermediárias e [com] as mulheres inseridas no Estado" (VALIENTE, 2003, p.21).

como uma arena comunicativa no sentido aqui empregado (isto é, como espaço forjado pela mobilização e voltado para o convencimento e formação da opinião), essa forma disruptiva de ação gerou um efeito paralelo àquele pretendido e produzido por outras arenas convencionais de embate comunicativo, a saber, a influência sobre uma decisão institucional. Para adentrar nesse episódio, ainda que sejam estritamente corretas as ideias de S. Tarrow quanto às funções da ‘disrupção coletiva’ no sentido de ‘ampliar o círculo do conflito’²⁰², gostaria de explorá-lo a partir das metáforas teatrais e musicais que ele evoca.

Naquela ocasião, afinadas em sua ‘frente comum’, as mulheres da CMP e da Multisetorial seguiam pelas vias da interlocução e da aproximação com atores políticos até o momento em que o tecido institucional paraguaio mostrou, por meio de uma reprovação injustificada do anteprojeto ali em questão, sua face irracional e misógina. ‘A qual gozo se referem as mulheres?’ – se burlava um parlamentar colorado. Frente a tal reprovação, a ação feminista muda seus meios e, em um ‘ato simbólico’, as mulheres mobilizadas ‘sitiaram’ o Congresso paraguaio. Tal estratégia fez do parlamento um palco no qual se desenrolava um musical, cujas canções e letras faziam das feministas mimosas casadouras, e dos políticos, vilões: “*Arroz con leche, me quiero casar con el Anteproyecto de Igualdad... Con ese sí, con otro no, con ese diputado no quiero yo*”²⁰³. Com uma cenografia repleta de temas e cartazes infantis, essa peça se desenrolou de tal forma que a violência aí latente se amenizasse, em boa medida, devido a seu caráter jocoso, que deixou os ‘policiais desconcertados’. Se a violência não foi empregada, isso não significa que esse protesto musical estivesse livre de tensões: “Alguns parlamentares tiveram que sair do local espremidos por um corredor de manifestantes que os ultrajavam” (VALIENTE, 2003, p.15). As músicas feministas giravam ao redor do interesse delas e do desinteresse de boa parte dos parlamentares paraguaios: “*donde está nuestro proyecto... en el fondo del cajón... pues lo iremos a buscar... Y por quién votará... Votaremos por la igualdad*”.

Através dessa performance jocosa, as feministas conseguiram não apenas fazer do parlamento um palco para representar suas demandas, mas também fazer da opinião pública paraguaia a sua plateia. Evidência disso pode ser vista nos créditos das fotografias que fazem

²⁰² “[A disrupção] é a realização concreta da determinação de um movimento. Sentando, se levantando (...) ou se movendo em conjunto de forma agressiva em espaço público, os participantes das demonstrações afirmam sua identidade e reforçam sua solidariedade. (...) [A] ruptura impede as atividades rotineiras de seus oponentes, espectadores casuais ou autoridades. Finalmente, a ruptura amplia o círculo do conflito (...), os participantes [manifestantes] incomodam os transeuntes, põem em risco a lei e colocam as autoridades num conflito” (TARROW, 2009, p.128).

²⁰³ Cf. ‘*Canciones para la manifestación contra discriminación del 12/12/91*’, In: CDE, 1991. Mais canções podem ser vistas no anexo dessa última publicação, e uma delas diz “*Sobre la desigualdad unos bailan, otras sufren, unos bailan, y yo no [refrão]. Hacen así, así los diputados, hacen así, así no quiero yo. (...) Hacen así, así los senadores, hacen así, así me gusta a mí*”(CDE, 1991, p.80).

parte da memória desse evento, então divulgado pelos principais jornais da capital. O resultado dessa pugna encenada não é difícil de imaginar, pois eram os parlamentares que mais tinham a perder com tal forma de exposição e com o papel ali reservado a eles “que, frente ao risco de se verem ‘ultrajados’, terminaram por ceder” (VALIENTE, 2003, p.19). Que o registro infantilizado do repertório de músicas e de cartazes tenha logrado transformar o conflito e a violência potencial em uma tensão entre as partes envolvidas no musical não é menos importante para o resultado (altamente positivo) da interrupção feminista: “Nesse mesmo dia, os deputados aprovaram parcialmente a Secretaria da Mulher, ainda que, em plena ‘ocupação’, quando essa aprovação foi anunciada as manifestantes contestaram: Não queremos guloseimas” (BAREIRO, 1991, p.16). Com esses dados em mãos, a ideia central de Tarrow permanece intocada e pode ser expandida, pois, retomando a expressão de McAdam, a ‘performance estratégica’ das atrizes feministas ampliou o círculo do conflito ao ter encenado um belo e irônico musical em pleno palco parlamentar e cujo público espectador foi nada menos que os leitores de jornal de circulação nacional.

Mas fica ainda uma dúvida: porque as feministas transformaram o espaço parlamentar, e não outro espaço, em um teatro para a sua *performance*? Se a questão era ampliar tanto o círculo do conflito/consenso quanto a sua audiência, elas poderiam muito bem ter se utilizado das ruas e praças de Assunção. Esse teatro feminista deve ser entendido em função daquilo que Tilly persuasivamente chama de ‘parlamentarização’ (TILLY, 1997). Isto é, com o amplo processo de reorganização jurídico-normativa do Estado, o acesso ao espaço parlamentar, antes interditado pelo stronismo, foi aberto. Desse modo, o Congresso paraguaio não somente concentrava uma série de recursos legais e institucionais, como também encarnava o espaço ou o ringue no qual se dá a disputa por tais recursos entre atores e atrizes de fora da *polity* paraguaia. Assim, de um ponto de vista histórico-estrutural, é a parlamentarização, ou seja, a concentração das disputas sócio-políticas no espaço parlamentar que está na raiz da *performance* teatral feminista e da teatralização do congresso paraguaio.

Junto dos dois capítulos anteriores, este capítulo traz um panorama da gênese e da ação coletiva feministas antes, durante e depois da queda Stroessner. Como se vê, essa mobilização envolveu conflitos, consensos, negociações, encenações e articulações (ou não), entre as diferentes redes e organizações feministas. Do ponto de vista ação feminista e do seu sucesso político-institucional, a noção de oportunidade (uma vez internamente pormenorizada com a ajuda de Theda Skocpol e de sua noção analiticamente não desenvolvida de encaixe [*fit*], a que chamamos mais simplesmente de afinidade) iluminou de forma adequada os momentos nos quais as feministas da CMP e da Multisetorial entraram em contato com o tecido

institucional paraguaio. Em tais episódios, como vimos, as mulheres mobilizadas conseguiram modificar o Código Civil e, malgrado a vontade religiosa, conseguiram influenciar a redação da nova Carta constitucional. De modo interessante, esses casos de sucesso evidenciaram como o ritmo da vida política institucional afeta a forma (mais, ou menos, aberta ou especializada) assumida pela deliberação no movimento.

Do ponto de vista de seus efeitos, as conquistas das mulheres mobilizadas são democratizantes dado que a nova arquitetura jurídico-normativa consagra estatutos igualitários entre homens e mulheres, e coloca o Estado como um ator que reconhece e protege tal igualdade. Desnecessário fazer aqui uma exegese jurídica das conquistas advindas da ação da Multisetorial e da CMP. Suas conquistas tiveram como efeito instaurar um quadro normativo a partir do qual a defesa dos direitos das mulheres está legalmente aberta. Ou seja, a luta por uma série de mecanismos, de instituições e de canais tem, desde então, vazão legal. Ao mesmo tempo, a ação feminista é democratizante porque faz lembrar àquela institucionalidade e a seus atores que demandas extraestatais e interesses extrapartidários também são legítimos. Isso é fundamental: ao reivindicar e produzir tais direitos, por meio de estratégias de aliança e de aproximação com atores políticos, a ação feminista como que descentra aquela coisa avermelhada herdada do regime stronista. O leviatã triádico de antes (Partido-Estado-Exército) mostrou na transição algumas de suas faces sexistas, irracionais e grotescas, mas não pode e não consegue mais reivindicar a representação total do Paraguai, porque entre esse monstro e o todo social que ele julgava encarnar existem outros sujeitos, outras faces, várias vozes – uma delas é propriamente feminista.

6. *La Secretaría de la Mujer*: o quê, para quem e por quê?

‘*Qué es la Secretaría de la Mujer?*’. Essa pergunta empresta o título a um discreto documento estatal, aparentemente de circulação interna, datado de fins de 1993 e tem na ideia de ‘conquista’ sua primeira resposta: “[*la Secretaría*] es una instancia gubernamental conquistada tras años de lucha por la mujer paraguaya, quien de diferente manera y lugar, participó para hacerla realidad” (SMPR, 1993). Diversos documentos produzidos ao longo da década de 1990, e mesmo até hoje, apresentam a Secretaria como ‘conquista’ da mobilização civil, variando-se aí seus sujeitos (mobilização de mulheres, de feministas, das organizações de mulheres) e também ganhando em nuance quanto à qualificação daquela conquista (política, institucional, a principal, etc.). Recoletar o rol de versões produzidas a respeito da gênese da Secretaria, seja desde dentro ou de fora do Estado, e apontar nelas as nuances de sujeitos e adjetivos não é suficiente para a entender a complexidade do processo pelo qual a Secretaria se consolida, após sua formação propriamente legal em 1992, como instituição estatal. Isso não nega, como veremos, que sua promulgação respondeu às demandas elaboradas no seio dos projetos das organizações de mulheres desde fins do regime stronista e na transição.

Exemplo significativo do investimento feito com relação ao reconhecimento estatal pode ser visto, por exemplo, no texto de Clyde Soto, integrante da CMP, na coletânea ‘*La Mujer Latinoamericana ante el reto del siglo XXI*’. Ali, a pesquisadora do Centro de Estudos e Documentação observa que um dos desafios do feminismo paraguaio estava na construção de espaços

“(…) de poder institucional: dada a ênfase posta até agora nos objetivos relacionados com o público, [é necessário] inserir-se em espaços formais de poder políticos e estatal. Só dessa maneira poderão ser alcançadas, nesse campo, transformações estáveis que afetem a uma maior quantidade da população afetada pela situação de desigualdade” (SOTO, 1992, p.179).

Aqui e acolá, são vários os textos cuja reivindicação toma objeto central a criação de um órgão estatal, isto é, nos termos de Soto, um ‘espaço de poder institucional’ para assuntos relativos à discriminação contra as mulheres e à ‘situação de desigualdade’. No entanto, os dois argumentos mais contundentes e conhecidos elaborados pelas redes do feminismo paraguaio estão em ‘Críticas e sugestões ao capítulo 9’²⁰⁴, feito pela *Multisectorial de Mujeres*, e, de outro lado, na demanda produzida em conjunto entre a Multisetorial e a Coordenação de Mulheres do

²⁰⁴ ‘Críticas y sugerencias al capítulo 9: ‘promoción de la mujer’ del Plan Nacional de desarrollo económico y social 89/90’ (MULTI, 1989).

Paraguai, em 1991²⁰⁵, cujo contexto oportuno mais amplo facilitou o êxito para a formação mesma da Secretaria. Neste capítulo, vamos adentrar na lógica argumentativa de ambos os documentos, tomando-os em função dos interlocutores aos quais se dirige a demanda por um órgão estatal de gênero. Em seguida, passamos aos conflitos de raiz partidária que marcaram a gênese da Secretaria da Mulher. E, por fim, observamos como as lideranças feministas da Multisetorial passam, com a formação desse órgão estatal, a se agrupar ao redor da chamada *Red de Mujeres Políticas*, cujo projeto toma como alvo principal o terreno partidário-eleitoral. Passemos então àqueles argumentos feministas que marcaram definitivamente a institucionalização estatal da agenda de gênero no Paraguai.

6.1. ‘Críticas y sugeriones’: heterogeneidade, desconhecimento estatal e participação no argumento da Multisetorial

Pouco tempo após a queda de Stroessner, a Secretaria Técnica de Planificação (STF), órgão que encarnava uma sorte de *intelligentsia* técnico-burocrática do regime stronista, desenhou o chamado ‘Plano Nacional de Desenvolvimento’. Novo contexto, novos ares, velhos argumentos: nesse plano, os gestores da STF incluíram um capítulo dedicado àquilo que eles consideravam como a ‘promoção da mulher’. Em resposta a esse capítulo, a Multisetorial de Mulheres desenvolveu suas “Críticas e sugestões ao capítulo 9: ‘promoção da mulher’ do Plano nacional de desenvolvimento econômico e social 89/90” (MULTI, 1989), doravante ‘críticas e sugestões’. Essa resposta das militantes da Multisetorial se deu com base na consulta a outras militantes do movimento amplo de mulheres no Paraguai: “[f]rente à inclusão do Plano Nacional de Desenvolvimento de um diagnóstico parcial da situação das mulheres e à proposta de criação de uma Subsecretaria da Mulher”, dizem as militantes da Coordenação e da Multisetorial, “se reuniram todos os [Departamentos de Mulheres] DM dos partidos, as organizações da CMP, organizações sindicais, etc. e elaboraram um documento com uma proposta de uma Secretaria da Mulher” (BAREIRO; CANO; COLAZO, 1989, p.11) (Grifo meu).

Elas não queriam uma subsecretaria, queriam uma ‘Secretaria com nível ministerial’. Afinado com as altas expectativas típicas de transição, o documento da Multisetorial é assinado por um conjunto de 30 organizações sociais. Ainda que entre elas fosse possível encontrar grupos de pesquisa, grupos de católicas, ONGs de mulheres e agremiações sindicais, suas principais integrantes eram representantes de legendas partidárias, inclusive daqueles grupos colorados que voltavam do exílio, como epifanistas e o MOPOCO, e também coloradas anti-

²⁰⁵ ‘Bases para el Proyecto de Ley para la Secretaría de la Mujer’ In: Anuario Mujer (MULTI; CMP, 1991, p.70-75).

stronistas. O argumento ali desenvolvido, em reação ao plano da Secretaria Técnica de Planificação, defende que

“[em] face da impossibilidade de contar com um sujeito único como objetivo da planificação, se faz necessário que qualquer organismo do poder público que tenha por finalidade elevar suas condições de vida e de participação no fazer nacional, desenhe e garanta o funcionamento de canais de recepção e elaboração das demandas de diferentes setores de mulheres. A convicção sobre a heterogeneidade de tais demandas junto com uma atitude pluralista e democrática são requisitos fundamentais para responder à situação de desigualdade e postergação que as mulheres vivem” (MULTI, 1989a, p.3) (Grifo meu).

‘Críticas e sugestões’ não é um argumento qualquer. Por um lado, ele traz à baila uma característica que atravessa boa parte das reivindicações de organizações de mulheres no Paraguai, a saber, a constante e enfatizada menção às diferenças entre os próprios subgrupos de mulheres, seus ‘diferentes setores’, e à ‘heterogeneidade de demandas’ daí advinda. Em certa medida, a afirmação da multiplicidade de marcadores sociais que perpassam ‘as mulheres’ está, no caso paraguaio, bastante ligada àquela distribuição no *continuum* rural/urbano.

Desconhecer ou querer desconhecer tal multiplicidade seria quase impossível, dada a experiência acumulada pelas mulheres organizadas nos debates em torno do sobrenome de frente para a mudança do Código Civil e, antes disso, nos dois encontros de 1987. Neste sentido, o feminismo paraguaio apresenta uma particularidade e, simultaneamente, um paralelo frente aos demais feminismos sul e latinoamericanos: como diz S. Alvarez (2000, p.390), notadamente após a Conferência Mundial da Mulher em 1995, as vozes feministas se ‘pluralizaram’ e ganharam novas faces. Como veremos no décimo capítulo, isso também ocorreu no Paraguai, pois paulatinamente o movimento feminista se descentrou de suas ativistas ‘históricas’ e passou a servir como fonte de identificação para campesinas, lésbicas, jovens e tantos outros grupos de mulheres ou não. Contudo, desde suas primeiras experiências coletivas datadas de fins dos anos 1980, a justificação pública das feministas já se dava em registro ‘setorial’, ou seja, através da referência explícita àquelas posições ocupadas no *continuum* rural/urbano. Isso significa que, no léxico do projeto feminista no país, os recursos a uma suposta, idealizada e descontextualizada Mulher Paraguaia são bastante pontuais, se não raros.

Tendo aberto mão de ‘um sujeito único da planificação’, é bastante clara a afirmação segundo a qual “[o] Paraguai coloca também diferenças regionais sócio-lingüísticas importantes (...). A predominância rural-agrícola da população paraguaia (e suas diferenças intraregionais) coloca a necessidade de dar uma ênfase especial à mulher campesina”, mas “[o] diagnóstico [da STF] não inclui a problemática das mulheres campesinas” (MULTI, 1989a, p.3;4). O décimo

objetivo proposto para esse órgão a ser criado seria então “superar os graves problemas sócio-econômicos das mulheres campesinas, indígenas, empregadas domésticas, proletárias, trabalhadoras do setor informal e *pobladoras* dos bairros suburbanos. Elas constituem a maioria das mulheres do país e devem ser consideradas como sujeito de fundamental relevância para o desenvolvimento nacional” (*idem*, p.7).

Essa diversidade toda não cabe na imagem única, unificada e ruralizada de Paraguai tal como imaginado e pretendido, sem divisões nem conflitos, pelos ideólogos e seguidores do stonismo. Curiosamente todas essas diferenças não negam, no entanto, uma (no singular) ‘situação de desigualdade’ vivida pelas mulheres (no plural) – e não há nenhuma aporia aí. Com efeito, a secretaria proposta pela Multisetorial teria entre seus três primeiros objetivos “conhecer de forma mais profunda a condição social das mulheres do nosso país, levando em conta a heterogeneidade de situações e as formas de discriminação por razão de gênero” (*ibid*, p.7) (Grifo meu). Esse longo destaque não é à toa, pois, ao mencionarem a necessidade de ‘conhecer de forma mais profunda’ essas realidades sociais, as feministas estavam dizendo que não é possível combater uma realidade social desconhecendo tal realidade - “é evidente a boa vontade do trabalho [da STF] para ajudar a superar a discriminação das mulheres em nosso país. Mas uma imagem vitimizada [das mulheres] distorce a realidade” (MULTI, 1989a, p.5).

Esse argumento antecipa de modo discreto nossa primeira hipótese de pesquisa, a saber, aquela que aponta para a disposição eminentemente vigilante do aparato estatal e das instituições político-administrativas (não necessariamente repressivas e policiaesca) capazes de produzir e acumular conhecimento sobre a população e sobre partes dela dentro de um dado território. Como supõe nossa hipótese, ao longo de sua construção democrática, o Estado paraguaio incorporará, por meio de suas múltiplas interações com as organizações feministas, a chamada ‘perspectiva de gênero’ de forma a dar conta do desconhecimento aí denunciado pelas mulheres da Multisetorial.

Na verdade, o próprio diagnóstico da Secretaria Técnica de Planificação tenta suprir essa falta de conhecimento por meio do recurso a um dos mais consagrados clichês de gênero do Paraguai que trata das mulheres como se fossem heroínas-vítimas: “da mesma forma que responderam na defesa da Pátria, [as mulheres] estão prontas a se empenhar no duro fazer de consolidar a democracia” (STF, p.385). Essa não é senão uma versão empobrecida das chamadas ‘residentas’ e do papel delas no mito do Paraguai bélico e glorioso. Na verdade, como argumentou persuasivamente Guido Rodriguez Alcalá, o nacionalismo militarista “prefere ignorar que houve deserções massivas do exército paraguaio e rebeliões de mulheres

populares durante a guerra, mulheres não persuadidas das vantagens de morrer pela pátria nos termos propostos pelo ‘*generalito*’ [Solano Lopez]” (RODRIGUEZ ALCALÁ, 2010, p.10).

Além disso, o argumento delas se opõe à ideia expressa no diagnóstico de que o Paraguai é uma sociedade matriarcal – aliás, verdadeira *doxa* no senso comum paraguaio mundialmente difundida devido à anomia demográfica produzida pelo conflito bélico do século XIX. “Os trabalhos mais importantes realizados por investigadoras nacionais e as reflexões dos grupos se assentam na existência de uma dominação patriarcal que exclui as mulheres do âmbito público”, dizem as feministas da Multisetorial, que seguem, “[as] investigadoras analisaram suficientemente o subregistro estatístico das atividades e contribuições das mulheres para a economia” (MULTI, 1989, p.4).

Diferentemente do que parte das lideranças da Multisetorial já tinha empreendido no Grupo-Taller, faltava uma dinâmica participativa no diagnóstico da Secretaria Técnica de Planificação: “as organizações de mulheres também não foram consultadas”; e mais que isso,

“cremos que uma das causas das limitações do trabalho [da STF] radica em não terem consultado mulheres competentes, comprometidas na luta por seus direitos e inclusive reconhecidas internacionalmente (...) fundamentalmente foram entrevistadas funcionárias públicas que não participaram em reflexões coletivas sobre o tema” (MULTI, 1987, p.5).

Neste trecho, as lideranças da Multisetorial acionam dois elementos daquilo que C. Tilly (2003) chama de ‘vitrina de difusão’ comum aos movimentos sociais: ao mesmo tempo em que mostram seu comprometimento nessa luta, elas ampliam sua representatividade ao deixarem suas indisposições de lado e se aproximarem discursivamente das ‘competentes e reconhecidas’ pesquisadoras.

Em sentido oposto ao dado pela Secretaria Técnica de Planificação, a secretaria por elas pretendida seria ‘pluralista e democrática’, tendo sua normatização construída em ‘coparticipação’: “o projeto de estatuto (...) deverá ser elaborado com a brevidade possível, com a plena participação das mulheres dos Partidos Políticos, ONG e movimentos de mulheres em coparticipação com representantes do governo” (*idem*, p.14). A participação também é mencionada em registro bastante ousado à introdução: “[para] garantir a efetividade da aplicação das políticas (...) os diferentes grupos e instituições de mulheres devem ter seu lugar assegurado tanto desde a elaboração (...) quanto na sua execução e avaliação de impactos” (*ibid*, p.73).

‘Críticas e sugestões’ é um argumento no qual as mulheres, que não são ‘um sujeito único da planificação’, ganham uma posição no Paraguai então a ser forjado com a abertura política. Desnecessário insistir que seu ponto central é a necessidade de uma Secretaria da

Mulher, “uma instância pública de atenção às necessidades mais urgentes das mulheres” (*idem*, p.2), e que “deverá ser criada com estatuto próprio e terá nível ministerial com relacionamento direto com o poder executivo” (*ibid*, p.11). No espelho desse argumento, ao mesmo tempo em que é possível ver críticas feministas aos mitos nacionalistas e militaristas da nação, a reivindicação da Secretaria traz também um *modus operandis* específico: ‘pluralista’ e em ‘coparticipação’, isto é, a participação das organizações do movimento amplo de mulheres deve, aos olhos das feministas da Multisetorial, estar contemplada não apenas na criação da Secretaria, mas, de modo mais amplo e ousado, na elaboração e na avaliação de suas políticas. Apesar dessa fina lógica argumentativa, a batalha de cunho institucional da Multisetorial de Mulheres teve êxito apenas com a reorganização dos eixos político-normativos do próprio Estado paraguaio, a partir de 1992, desde quando o Parlamento passou a encarnar, quase que fisicamente, o espaço de concentração dos recursos legais e institucionais e das disputas por esses mesmos recursos.

6.2. ‘Bases para el proyecto de ley de la Secretaría de la Mujer’: a lógica argumentativa nas bordas do ideológico e do cultural.

Antes da promulgação da Secretaria da Mulher ‘com nível ministerial’, em 1992²⁰⁶, a Multisetorial, mesmo com o apoio de outras organizações de mulheres, passou por duas frustradas tentativas de levar e defender o projeto da Secretaria perante a Câmara de Deputados. Algumas dessas tentativas foram observadas no quarto capítulo, mas o nível de abertura do sistema político paraguaio, antes de seu rearranjo jurídico-normativo, deixava pouco espaço para uma interpelação robusta das demandas civis. Foi por intermédio da atuação de Cristina Muñoz na Câmara de Deputados, à época deputada suplente do Partido Colorado, que a Comissão de Assuntos Constitucionais convidou, com ares notadamente mais abertos ao diálogo, tanto a Multisetorial, da qual a própria “Dra. Muñoz” fazia parte, quanto a Coordenação de Mulheres do Paraguai, para avaliação conjunta do projeto para um possível órgão estatal (SMRP, 1998).

Diferentemente do caso no qual a divisão conflituosa entre feministas ‘queimou’ a oportunidade de defender publicamente a mudança do Código Civil de outrora, esse documento foi produzido em conjunto por ‘políticas’ e ‘investigadoras’. E, em junho de 1991, ele foi enviado àquela Comissão com o nome ‘Bases para o Projeto de Lei para a Secretaria da Mulher’ (MULTI; CMP, 1991).

²⁰⁶ Lei nº34 de 1992.

O argumento desenvolvido nesse documento, doravante ‘Bases’, repete vários dos pontos levantados em ‘Críticas e sugestões’, mas ganha em especificidade quanto aos objetivos de uma Secretaria da Mulher e quanto às funções por ela desempenhadas. Dividido em seis pontos, aos quais se seguem ‘objetivo geral’, ‘objetivos específicos’, ‘funções’ e ‘estrutura organizativa’, esse documento faz uma crítica ao caráter disfuncional e irracional do Estado paraguaio. Neste sentido, o título do sexto tópico é cabal: ‘*Secretaría de la Mujer con rango ministerial: reivindicación de las organizaciones de mujeres y necesidad para la racionalización del Estado*’. Quanto a isso, elas dizem irônica e acidamente: “[a] racionalização do Estado paraguaio é imprescindível para fazer possível a democracia (...). [Basta ir a] qualquer dependência pública para notar que uma quantidade enorme de funcionários está ociosa e até para pagar impostos é necessário ter muita paciência” (MULTI; CMP, 1991, p.73). O alvo de crítica aí são aquelas dezenas de milhares de *planilleros* empregados e cooptados pelo regime stronista.

Ao argumentarem que ‘o Estado paraguaio está em dívida com as mulheres’, título do quinto tópico, elas chegam a reconhecer que alguns órgãos estatais tratam da ‘questão da mulher’, mas que esses órgãos são caracterizados por “dispersão, falta de coordenação, de recursos e de poder (...). Nada pode justificar a ausência de políticas públicas adequadas para possibilitar a plena participação das mulheres no Paraguai” (*idem*, p.73). Para as feministas da CMP e da Multisetorial, a Secretaria da Mulher seria “[a] máxima instância de coordenação e de decisão de políticas orientadas à mulher” (*idem*, p.73).

Esses pontos são sumamente interessantes para entender como a lógica encerrada nas reivindicações é caudatária de processos e retrocessos anteriores, daquilo que diz respeito à defeituosa e ineficiente arquitetura institucional do ‘Estado’ herdado do stronismo. Além disso, é significativa a posição ocupada por essas críticas no espaço textual de ‘Bases’: a dívida e a necessidade de racionalização do Estado paraguaio aparecem apenas ao final do argumento elaborado pelas organizações feministas. Se olharmos para os seus três primeiros tópicos, veremos que, mais importante que a herança histórica à qual ‘Bases’ pretende contrapor-se, é a evocação da imaginação dos interlocutores atuais com os quais o documento de fato dialoga.

O segundo e terceiro tópicos se chamam, respectivamente, ‘mandatos internacionais’ e ‘oficinas governamentais para o desenvolvimento de políticas públicas de superação da discriminação contra as mulheres: um signo de modernidade das transições para a democracia na América Latina’. Já vimos com B. Arditi (1989) que modernidade e democracia eram, ao lado de liberdades públicas, dois eixos do discurso público dos atores políticos que dirigiram a transição. Neste sentido, as feministas adequaram seus argumentos a um discurso no qual

seus interlocutores, que eram afinal decisivos para esta reivindicação, parecem e aparecem 'modernos e democráticos'. Ao apoiar a demanda pela Secretaria, eles estariam sendo tão avançados quanto Espanha, Equador, Argentina, Brasil e Chile – todos citados em 'Bases' –, pois esses governos já tinham percebido “que a participação igualitária das mulheres era um imperativo da construção da democracia e da modernização de cada um desses países” (MULTI; CMP, 1991, p.72). Desde o começo da abertura política, a Multisetorial já vinha tentando convencer o público parlamentar a respeito da necessidade da Secretaria e, desde as primeiras versões, seu argumento já contava com esse raciocínio que via 'signo de modernidade' nos órgãos estatais dedicados a políticas com enfoque de gênero de outros países.

Em um texto de avaliação da transição, duas feministas do CDE dão provas de que elas não desconheciam o peso da fachada de 'modernidade' na decisão dos atores políticos:

“Without doubt, Paraguayan women are now in a better position than at the end of the Stroessner regime. However, acceptance of women's demands for greater power is a success that cannot be celebrated without a certain fear of regression, above all when those who hold power have accepted such demands more as a demonstration of 'modernity' than because of any genuine conviction” (BAREIRO & SOTO, 1997, p.95).

Mas, como se sabe, toda modernidade tem sua tradição... E, diferentemente da lógica argumentativa do texto de 'Críticas e sugestões' que abria mão de qualquer alusão a uma noção fortemente reificada de mulher, 'Bases' faz, logo em seu primeiro tópico, uso daquele passado tradicional, imaginado e consagrado pelo regime stronista, para nele imprimir uma versão sem heróicos próceres, mas com heroínas:

“Nem 10% da população que sobreviveu a Guerra contra a Tríplice Aliança para semear, comerciar, transformar produtos, cuidar do gado, cozinhar, criar filhos, ensinar e governar, eram homens. A reconstrução nacional foi obra das mulheres, mas apenas quanto ao trabalho. Não foram elas que tinham o poder de decisão na sociedade, nem no Estado. Na realidade, praticamente não tinham direitos.

Quem teve sob sua responsabilidade a produção durante a Guerra do Chaco? Quem manteve durante toda a história a maioria dos lares paraguaios? Todos sabemos a resposta.

Mas, apesar de tudo, até hoje as mulheres não são sequer iguais aos homens perante a lei e, para constatá-lo, basta ler os Códigos Civil, Penal e Laboral. (...)

Em cada campo da vida nacional, é evidente a discriminação contra as mulheres: desde sua utilização como objeto nas campanhas publicitárias até os textos escolares. A metade da população paraguaia é discriminada e sem acesso ao poder. Poderíamos apresentar diversos exemplos para ilustrar essa afirmação, mas basta oferecer algumas cifras de participação política, âmbito que os legisladores conhecem tão bem.

(...)

A situação das mulheres na nossa sociedade poderia ser sintetizada como de muito trabalho e pouco poder” (MULTI; CMP, 1991, p.70-1).

Em seus dois primeiros parágrafos, são colocadas lado a lado as versões privada e pública da atuação das mulheres. Junto de alguns lugares-comuns do imaginário de gênero – ‘criar dos filhos’, ‘cozinhar’, ‘ensinar’ e, como não poderia deixar de ser, os ‘lares’ – perfilam as atividades consagradas e hierarquicamente celebradas por aquele mesmo imaginário, tais como ‘semear’, ‘comerciar’ e o ‘trabalho’. Mais importante que a citação das práticas desenvolvidas pelas mulheres em domínios público e privado, no entanto, é o enquadramento, para falar como os teóricos da *frame analysis*, aí acionado: primeiramente, as feministas fazem recurso àquele cenário sobre o qual falávamos no capítulo a respeito da ideologia stronista, àquele passado paraguaio idealizado por meio de suas honrosas guerras e figuras heróicas. Embora faça uso de tal cenário, o argumento não o reproduz sob sua forma hegemônica, introduzindo nele um novo personagem, ou melhor, novas protagonistas.

Quer dizer, ao mesmo tempo em que faz uso de um imaginário hegemônico cujas raízes remontam ao investimento nacionalista de outrora, ‘Bases’ também o ressignifica. Nesses termos, elas precisam justificar sua reivindicação para o público parlamentar – por quê uma Secretaria da Mulher? Para responder a tal questão, elas fazem um trabalho de enquadramento interpretativo, para falar como Benford & Snow (2000). Elas ‘moldam’, para usar um termo caro à literatura estadunidense, sua retórica ao mundo imaginado e compartilhado pelos prováveis leitores de ‘Bases’, a saber, os Deputados, de tal forma que o documento se afine à imaginação deles.

O documento fala, ao menos momentaneamente, a mesma língua desses interlocutores e, por essa via, pode fazer sentido, ou mais sentido, para eles. Claro está que, em sua totalidade, esse texto ultrapassa as alusões à guerra e ao passado, mas é também sumamente significativa, não apenas a evocação da versão bélica e nacionalista do Paraguai, mas a posição textual a ela dada ao início mesmo de ‘Bases’, bem como a posição dada às críticas mais acirradas à irracionalidade estatal. Ainda que tal estilo de argumentação não seja determinante para o reconhecimento estatal ali reivindicado, o registro através do qual ele se empreende e se molda, isto é, na chave do passado ressignificado com heróis e heroínas, denuncia o peso dessa imagética e dessa simbologia para a institucionalidade paraguaia, assim como para seus atores. Dito de outra forma, a ressignificação operada naquele cenário tradicional e idealizado faz um trabalho de tradução por meio do qual as feministas podem, em conjunto, expressar publicamente seu projeto político e, ao mesmo tempo, torná-lo estrategicamente inteligível para um grupo de indivíduos que, talvez ainda hoje, não abrem mão do imaginário militarista e idealizado do passado paraguaio.

Esse exemplo de ressignificação estratégica acionada pelas feministas paraguaias pode iluminar uma fronteira bastante tênue, porém pouco debatida na bibliografia estadunidense sobre os movimentos sociais, qual seja, a fronteira entre o ideológico e o cultural. Qual a relação que os grupos e organizações do movimento feminista mantinham, e mantêm, com essa versão bélica e fantasiosa de Paraguai ideologicamente produzida e difundida pelo regime stronista, mas também antes dele? Sem lugar a dúvidas, as feministas, em sua grande maioria, sabem que tudo isso é pura prosápia; elas lutam contra essa matriz nacionalista por sentirem, muitas delas na própria pele, que essa ideologia é excludente, arbitrária e violenta. ‘Críticas e sugestões’ já se contrapunha ao texto da Secretaria Técnica de Planificação porquanto esta última se valia de mitos nutridos pelas versões oficiais da Grande Guerra e, mesmo em ‘Bases’, as feministas explicitam a violência implicada na história oficial do país: “[a] ideia de que as mulheres paraguaias aceitam submissão, subordinação e condição de discriminação sem terem feito nada para transformar a sociedade é tão falsa quanto difundida. Para isso contribui a história oficial ensinada às crianças” (MULTI; CMP, 1991, p.72). Outra prova disso pode ser vista na referência à coletânea de depoimentos de mulheres perseguidas durante a Guerra contra o Paraguai, organizada por Guido Rodriguez Alcalá, coincidentemente também em 1991, que ganhou espaço nas páginas do *Anuario Mujer* daquele mesmo ano:

“Guido Rodriguez Alcalá [re]editou este ano um livro sobre a penosa história das mulheres paraguaias durante a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870). No livro se desmistifica a versão oficial nacionalista desta guerra. Com base documental, se demonstra a obrigatoriedade com que as chamadas *residentas* foram forçadas a acompanhar o calvário do Marechal Francisco S. Lopez. Também são descritos os assassinatos das mulheres pertencentes a famílias consideradas como inimigas políticas de Lopez” (CDE, 1991, p.30).

Ora, diferentemente do que supõe o raciocínio despolitizado e despolitizante do chamado ‘estoque cultural’²⁰⁷, o que esse exemplo nos mostra é a utilização estratégica de uma espécie de ‘estoque ideológico’. Pragmáticas e racionais, as feministas adequam seu discurso prático e abrem sua justificativa com aquela velha prosápia. Isto, contudo, não tem nada a ver com ‘códigos culturais’. Dizer que elas foram mecanicamente atrás de um ‘estoque *cultural* paraguaio’ seria esquecer e reproduzir a vocação totalitária daquele regime que um dia pretendeu que sua concepção de mundo coincidisse com o próprio universo paraguaio em suas múltiplas e conflitantes concepções e representações. Muito mais do que se utilizar de um estoque com vistas a justificar a necessidade de uma Secretaria da Mulher, as integrantes da CMP e da Multisetorial fizeram uso de parte dominante e predominante no acervo ideológico do

²⁰⁷ Cf. “The cultural material most relevant to movement framing processes include the extant stock of meanings, beliefs, ideologies, practices, values, myths, narratives, and the like, all of which can be construed as part of Swidler’s metaphorical ‘tool kit’” (SNOW & BENFORD, 2000, p.629) (Grifo meu).

Paraguai: 'todos sabemos' - dizem elas - 'quem manteve' o país nas guerras e quem o 'reconstruiu'!

6.3. A Secretaria da Mulher ao tempo de sua fundação: lógicas concorrentes e conflitos pela posição ministerial

Em setembro de 1992, então, é oficialmente instituída a Secretaria da Mulher da Presidência da República. De fato, esse órgão é uma resposta do Estado paraguaio às demandas de mulheres organizadas, expressas notadamente em 'Críticas e sugestões' e em 'Bases'. Sua gênese está contornada pelas altas expectativas sociais e pela efervescência da transição, marcada no Paraguai pela Convenção Nacional Constituinte de 1992, e pela realização de eleições municipais em 1991 e presidenciais em 1993. No entanto, a resposta àquela primeira questão – 'O que é a Secretaria da Mulher?' – não pode ser reduzida à sua gênese mesma, como quem diz, 'a Secretaria da Mulher é uma conquista da sociedade civil', ainda que isso seja estritamente verdadeiro. Para entender como essa questão foi primeiramente respondida, de 1993 até algum momento próximo da 'IV Conferência Internacional da Mulher', em 1995, é necessário se voltar para a formação do primeiro quadro burocrático da Secretaria e para as relações entre a Ministra colorada então empossada, Cristina Muñoz, e as diretoras da SM. Na procura por tal resposta, veremos como, de início e por algum tempo, foi muito difícil dar conta daquela pergunta.

Antes de passarmos ao perfil burocrático e à natureza das disputas travadas dentro da Secretaria ao seu início, é necessário situar uma das principais atrizes no processo de incorporação, tradução e difusão do projeto político feminista dentro do Estado paraguaio, quem seja, Cristina Muñoz. Foi por intermediação dela junto à Câmara dos Deputados, na obscura lógica das negociações e trocas partidárias inacessíveis à pesquisa, que o Estado paraguaio abriu-se para o diálogo com a Multisetorial e com a CMP. Seja como for, o currículo da 'Dra. Cristina', tal como é denominada por algumas funcionárias da Secretaria da Mulher, é no mínimo impressionante: ela participou da Assembleia Nacional Constituinte em 1992, foi eleita (em lista) Senadora da República em 1998, e permaneceu, com breves intervalos, à frente da Secretaria da Mulher desde sua formação até o ano de 2003, ou seja, foi Ministra durante as duas primeiras gestões presidenciais no Paraguai pós-ditatorial.

A trajetória de vida de Cristina Muñoz corresponde muito bem à dinâmica de mobilidade social típica da fase de dominação stronista, na medida em que é sua disposição pessoal de lutar no Partido Colorado e, sobretudo, por ele, que abre as portas para uma possível ascensão

social. Como indica seu *curriculum vitae*²⁰⁸, ‘nasceu em São João Batista de Ñeembucu’²⁰⁹, ‘viveu sua infância em uma zona rural’, e ‘caminhava 3 quilômetros e meio para assistir a escola’. Significativamente, ela abre sua primeira entrevista com esses mesmos elementos:

“Bueno, primeramente te voy a decir quién soy yo. Yo provengo de una familia campesina, humilde, del interior del Ñiembucú, donde caminaba tres kilómetros y medio para llegar a la escuela. Mi compromiso de lucha es social y es político, y es de género. Porque soy hija de una familia monoparental, mi padre no se hizo cargo mucho de nosotros. Soy de familia numerosa. Y mi primera participación en la política fue con mi abuela a los 9 años. A los 9 años participé de una reunión política acompañando a mi abuela”

No ensino primário e médio, ‘já tinha incursionado no campo sindical e político’, mas, nos reafirma seu currículo, ‘na realidade o primeiro ato político que assistiu foi aos 9 anos, acompanhando sua avó’. Note que não é necessário prestar atenção à eventual, e provável, verossimilhança dessas representações. Quer dizer, descobrir, por exemplo, se sua família era ou não campesina pouco ajuda a entender a função política dessa autoimagem. Como formas de autorrepresentação, elas encerram algumas das peças-chave daquele imaginário colorado de ‘pés descalços’, sobre o qual nos fala P. Lewis. Neste sentido, as referências à intensa ruralidade, ao sofrimento correspondente (‘3 quilômetros e meio!’), e ao berço familiar politizado operam tanto como autenticadores da sua gênese de classe ‘campesina’ – suposta, real ou inventada, não importa – quanto a legitimam para entrar e brigar na arena partidária.

Por outro lado, sua inserção prematura no ‘campo gremial e político’ a prepara discursivamente para seu destino que, segundo ela, não é o Partido Colorado, mas sim seu ‘compromisso de luta’ que é ‘social, político e de gênero’. Na faculdade, entretanto, “incursionou mais fortemente no campo gremial e político, sendo primeira delegada de curso, membro do Centro de Estudantes e integrando o Centro Colorado Universitário Dr. Ignacio A. Pane. Integrou o Comitê Central da Juventude Colorada reorganizada na clandestinidade, formou parte de uma combativa juventude colorada que acompanhou a luta pela instauração da Liberdade e da democracia” (MUÑOZ, p.1). Essas menções bastam para dizer que a forma pela qual a própria a ex-Ministra reconstrói sua biografia evoca, não apenas o imaginário ruralizado

²⁰⁸ Realizei duas entrevistas com a própria Cristina Muñoz, a primeira em sua casa e a outra, no seu escritório, na empresa pública de saneamento do Paraguai, CORPOSANA, onde ela trabalhava à época da pesquisa de campo. Realizado na semana imediatamente posterior à derrota do Partido Colorado, em abril de 2008, o primeiro encontro foi longo e intenso. Nessa oportunidade, um tanto abalada com a caída do oficialismo, Cristina Muñoz foi muito receptiva e me entregou algo como um currículo, intitulado ‘CRISTINA SOLANA MUÑOZ’, e é a partir dele, e na sua relação às entrevistas de funcionárias e das feministas civis, que redeseño sua trajetória. Já na segunda entrevista, as coisas não foram tão fáceis, pois ela questionou quais seriam os fins da minha investigação. Percebi que, anteriormente, ela havia me situado como um misto de estudante, pesquisador de ONG com jornalista. Eu, como de praxe nas entrevistas, repetia que me interessava entender a relação da Secretaria com a sociedade civil.

²⁰⁹ Atualmente com pouco mais de 6 mil habitantes, San Juan Bautista del Ñeembucú fica no Departamento de Ñeembucú, ao sudoeste paraguaio, na divisa com a Argentina.

do coloradismo, condição *sine qua non* para entrar na disputa por uma posição naquela arena partidária, mas também a centralidade ocupada pelo Partido em sua biografia²¹⁰.

Cristina Muñoz é peça central nas dinâmicas da institucionalização da perspectiva de gênero dentro do Estado paraguaio, pois ela conseguiu imprimir um estilo bastante peculiar, embora colorado, de gestão da Secretaria. Sua atuação como Ministra, notadamente após o processo alavancado em 1995 pela IV Conferência Mundial da Mulher, esteve voltada para as reivindicações das lideranças e organizações da CMP. Desse modo, ela logrou canalizar o repertório de capacidades técnicas e intelectuais acumulado, sobretudo, pelas feministas históricas, orientando-o para dentro da institucionalidade estatal e, ao mesmo tempo, ganhando alta legitimidade frente ao movimento. Neste sentido, tal como mostra o seguinte trecho da entrevista com a histórica Mirtha Rivarola, a ex-Ministra foi bastante ‘inteligente’:

“Lo qué, para mí fue inteligente es que ella [Cristina], al no tener la posibilidad de tener un equipo de alto nivel en la Secretaría, yo creo por un lado, por los recursos que no tenía suficiente... para tener un equipo grande, un equipo bueno. Pero además... Pero también creo que a ella le convenía mucho más que... Ella le prefería no tener tanta gente de tanto perfil, un perfil académico y intelectual muy alto, dentro de la Secretaría, como parte. ... Entonces, que [es] lo que ella hacía, y lo hizo muy bien, era tener siempre a personas de muy bueno perfil técnico como consultoras. Ella permanentemente estuvo consultando a personas que tenían legitimidad en el movimiento, que tenían un perfil importante, era un poco como... Se firmó un acuerdo con la CMP también, entonces eso le daba a ella legitimidad. Siempre que necesitava hacer un buen trabajo, o siempre que necesitava hacer una presentación para un país... Y, en ese sentido, creo que fue bien inteligente...” (Grifos meus).

Embora não possa explorar profundamente esse ponto agora, a fala de Mirtha Rivarola traz à baila uma diferença importante nas formas de aproximação entre Estado e sociedade civil no Paraguai. Há, de um lado, as figuras de ‘assessora’ e ‘consultora’, esta última constituindo um tipo *ad hoc* ou pontual de assessoria, nas quais as feministas civis trabalham para o Estado e com ele, mas não propriamente nele. De outro lado, estão as ‘diretoras’ e as ‘funcionárias’, que compõem oficialmente o quadro político-burocrático ou, como se diz no Paraguai, as ‘funcionárias de planta’. A então Ministra compreende essa divisão em função da relação entre posição ocupada, qualificação e remuneração: “porque você [alguém na posição de seleção estatal] não ia nomear uma pessoa [qualificada] de ONG como funcionário do Estado com um

²¹⁰ Se colocássemos lado a lado a *biografía evocada* de atores historicamente muito distantes entre si, como é o caso de Cristina Muñoz e daquele inimigo colorado de Stroessner exilado na década de 1950, Epifanio Méndez, veríamos o impressionante e paralelo peso desses dois traços biográficos, quais sejam, a evocação da intensa e sofrida ruralidade e da centralidade da vida partidária. Na orelha do livro ‘A Ordem para a Liberdade’, Méndez é apresentado assim: “[nasceu] no pitoresco povoado de San Pedro del Paraná. De pais humildes, trabalhadores do agronegócio, passou sua infância e adolescência entregado aos serviços rurais, e formando sua mente e coração na modesta escola do povoado. (...) Ingressa no Colégio Nacional da cidade de Guaira. Em pouco mais de dois anos, conquista o título de Bacharel em Ciências e Letras (...) consegue um posto na Companhia Telefônica local. De noite trabalha e dia estuda. Participa ativamente nas lutas estudantis (...) Do plano teórico passa ao prático, ingressando no Gran Partido Colorado, onde rapidamente se distingue por seus entusiasmos jovem e pelo caldo de idealismo patriótico que traça os rumos de sua militância política” (MÉNDEZ, s/p).

salário que não lhe satisfaria, correto? Tinha que ser elas, porque elas [as consultoras *ad hoc*] não estavam o tempo todo comigo. Mas as pessoas mais jovens eram ‘*de planta*’ (...) do Estado”. Deixo essa divisão apenas sugerida, pois ela remete aos lados da vereda da luta feminista – e isso significa que é necessário entender desde onde, desde qual lado se fala quando se ocupa uma posição tão ambígua como a de ‘consultora’ ou ‘assessora’.

Se, como veremos nos seguintes capítulos, as relações entre a ex-Ministra e as feministas históricas da CMP, especialmente no contexto da Conferência Mundial da Mulher, confluíram positivamente, já as relações voltadas para dentro da Secretaria pareciam ser bem mais difíceis. No conjunto das entrevistas com cerca de vinte funcionárias de diferentes gerações de entrada na SMPR, algumas delas atualmente ocupando cargos de direção e com bastante respeito das organizações civis, as representações em torno de Cristina Muñoz se polarizam bastante. Algumas falam dela com ‘muito carinho’, outras a caracterizam como ‘humana’. Tal representação se deve, em parte, ao incentivo institucional e profissionalizante possibilitado, de modo seletivo, pela própria Cristina Muñoz, com cuja ajuda algumas burocratas não apenas fizeram e terminaram seus cursos *escolares* e universitários, como também fizeram cursos de formação no exterior. Já outras funcionárias, não tão ‘abençoadas’ pelo apoio ‘institucional’, são taxativas: ‘Cristina perseguia’, era mesmo ‘autoritária’, ‘maltratava suas funcionárias’. Esta última representação negativa foi reforçada na entrevista de Perla Yore, diretora da primeira geração da Secretaria e cujo desafeto com relação à Ministra é publicamente conhecido, e ainda por outra consultora *ad hoc* da Secretaria. No que toca àqueles ‘incentivos’²¹¹, parece que sua lógica de distribuição entre as funcionárias da casa ficava a mercê da vontade ministerial, respondendo menos à aproximação dentro de uma mesma facção colorada, e mais aos seus humores e também à aproximação pessoal junto dela.

Voltando à gênese da Secretaria da Mulher e à sua composição, é necessário diferenciar, de um lado, as ‘femocratas’, designando tanto as feministas que lograram entrar na administração pública, quanto as que trabalham nas burocracias estatais em temas relativos a políticas para mulheres (VARGAS, 1998), e, de outro, as burocratas do funcionalismo público, via de regra, moderno. A série de entrevistas com as burocratas que entraram na Secretaria entre 1993 e 1995 levou a um perfil social de recrutamento bastante claro e, previsivelmente, de

²¹¹ Em meio às entrevistas, ficou claro que a distribuição de incentivos extrapolava os limites da institucionalidade estatal: em algumas situações, ‘pessoas pobres’ ou ‘famílias inteiras’ chegavam à Secretaria para pedir ajuda, por exemplo, para pagar uma passagem de volta ao interior do país... “A doutora Cristina dava do bolso, eu já vi!”, escutei isso poucas vezes – “ela é muito humana!” – as exclamações traduzem o entusiasmo de algumas funcionárias. Essas práticas não eram raras, mas tampouco faziam parte do cotidiano da Secretaria. Seja como for, importa notar que a lógica prebendária subjacente a tais práticas, na medida em que pretende responder de forma pessoal a necessidades imediatas dos seus ‘correli’ colorados, aproxima a Secretaria da Mulher de uma seccional colorada, mais uma, plantada no seio do aparato estatal paraguaio.

tons 'avermelhados': no conjunto por elas citado de 10 burocratas como sendo dessa primeira geração, entrevistei 6 delas²¹², e todas responderam que vinham de família colorada ou que eram afiliadas ao Partido Colorado *de forma voluntária*²¹³. O rol de perguntas tentava fazer uma trajetória das funções desempenhadas por cada uma delas na Secretaria e, portanto, lhes questionava qual era a primeira posição ali ocupada. A resposta a tal questão foi dada também em unísono, 'eu era secretária...', 'atendia o telefone'. Nada de novo entre o céu e a terra: na busca pela composição do quadro burocrático da primeira geração da Secretaria da Mulher, é possível encontrar mais um pedaço do Estado paraguaio que não apenas lembra uma *seccional*, como foi também privatizado pelo crivo desprofissionalizante e colorado de seleção. E isso se deu a tal ponto que algumas funcionárias àquela época sequer tinham concluído o ensino médio. A novidade, no entanto, é que tudo soava contraditório, pois ao menos três daquelas entrevistadas, apesar de terem iniciado como burocratas na Secretaria, gozam hoje de prestígio notório entre parte importante das feministas civis e são, além disso, reconhecidas e mesmo disputadas entre outros departamentos da administração pública paraguaia. Essa transformação de burocrata à femocrata é, como veremos durante a tese, um efeito da construção democrática impelida pelas trocas entre as organizações feministas e a institucionalidade estatal.

Já entre o grupo de 'femocratas' que fizeram parte da primeira geração da Secretaria da Mulher, é possível discernir entre as posições de 'assessora' e de 'diretora', sendo que esta última está situada entre as funcionárias públicas 'de planta', isto é, contratadas. As duas primeiras 'assessoras' ministeriais foram Esther Prieto e Eddy Irigoitia, ambas cuja atuação, respectivamente, na Coordenação de Mulheres do Paraguai e na Multisetorial, era conhecida e respeitada, em especial, nos temas relativos a direitos das mulheres e violência contra a mulher. Tal como deixa notar em entrevista, a atuação de Esther Prieto, feminista histórica da CMP, foi fundamental na Secretaria da Mulher:

Yo fui su asesora general, o sea, prácticamente muy pocas cosas pasaban para la Ministra sin que hayan pasado por mis manos... Era un cargo muy clave. Y yo salía de las filas de la Coordinación de Mujeres del Paraguay y entonces no tuve ningún problema, vamos a decir, de poder canalizar nuestras reivindicaciones en el ámbito de la Secretaría de la Mujer.

²¹² São elas, por ordem de data da entrevista: Marta Diarte (25/04), Sonia Brucke (28/04), Lourdes Guirland (30/04), Graciela Santacruz (02/05), Luz Gamelia Ibarra (02/05), Claudia Garcia (02/05).

²¹³ Digo filiação de caráter voluntário em oposição à filiação compulsória, como vimos, característica do regime stronista, que constringia todos aqueles que quisessem uma posição no mercado estatal de empregos a se ligarem oficialmente ao Partido Colorado.

Cabe notar, no entanto, que essa ‘canalização’ das reivindicações não se deu exclusiva ou preponderantemente através da pessoa de Esther Prieto. Embora sua atuação junto da institucionalidade estatal, mas não a partir de dentro dela, tenha contribuído especialmente na formulação de práticas político-públicas de combate à violência, a aproximação através da qual as reivindicações da CMP desembocaram e se canalizaram na Secretaria da Mulher se deu, como veremos mais adiante, na confluência conjuntural e oportuna aberta pela IV Conferência Mundial da Mulher de 1995. A feminista histórica foi, a princípio, contratada para lidar com o tema da violência contra a mulher, mas, depois de seis meses, permaneceu como ‘assessora geral’ da Ministra, devido à sua experiência internacional, com relação a tratados de direitos humanos, e também devido ao domínio de línguas como francês e inglês – espécie escassa de recurso na Secretaria à época. Posteriormente, por volta de 1996, Esther Prieto foi contratada como ‘consultora’ da Secretaria no bojo do projeto de ‘Fortalecimento Institucional’ da SMPR levado a cabo no contexto pós-1995. Cabe notar *en passant* que várias burocratas da Secretaria citam o nome de Esther Prieto nas entrevistas, de forma a sublinhar como o contato com ela e com seu repertório intelectual foi fundamental no sentido de incorporar o ‘gênero’.

Além das assessoras, a gênese da Secretaria da Mulher contou ainda com a contratação de oito ‘diretoras técnicas’ como funcionárias ‘de planta’, dentre as quais consegui dados biográficos de quatro delas – Nadimiy Perla Yore, Maria Angélica Cano, Marta Melgarejo e Carmen Colazo²¹⁴. Duas dentre estas, como já observamos, atuaram na Multisetorial: a militância de Perla Yore se faz notar já naquele *Encuentro-Taller* de 1987, tendo também participado ativamente da elaboração de ‘Crítica e sugestões’; Teté Cano, por sua vez, além da Multisetorial, teve uma passagem rápida pelo Centro de Documentação e Estudos, o CDE. Porém, a incorporação dessas duas figuras na Secretaria não se deu exclusivamente ou preponderantemente em função das suas trajetórias de militância no movimento amplo de mulheres. Evidentemente, o alto nível de investimento em especial por parte da Multisetorial na formação da Secretaria é fator relevante para que uma de suas principais e mais destacadas personagens, Perla Yore, figurasse na ‘conquista’ que essa institucionalidade estatal significava. No entanto, suas contratações têm ainda raiz de peso mais importante, a saber, suas respectivas heranças e disposições político-ideológicas. De um lado, a família de Teté

²¹⁴ Destas quatro diretoras, entrevistei apenas Perla Yore e Teté Cano. No entanto, à exceção dos dados de cunho biográfico, os demais dados não foram retirados de suas entrevistas. Por outro lado, não consegui encontrar Marta Melgarejo e Carmen Colazo. Os poucos dados biográficos coletados a respeito delas dizem que ambas são coloradas e ambas desenvolveram, ao longo dos anos 1990, um dos maiores projetos da Secretaria da Mulher, em parceria com Ministério da Educação e Culto, o PRIOME.

Cano está entre os milhares de colorados não-stronistas, denominados *epifanistas*²¹⁵, que desde a década de 1950 tiveram de migrar por razões políticas para a Argentina; a herança familiar de Yore, por sua vez, a vincula fortemente ao Partido Revolucionário Febrerista, legenda tornada ilegal durante o regime stronista devido à orientação ideológica comunista. Para além da herança político-partidária familiar, Perla Yore atuava também no Diretório de Mulheres Febreristas. Dessa forma, a incorporação dessas duas figuras à Secretaria da Mulher respondia, a um só tempo, a seus históricos de militância no movimento de mulheres e ao fato de que elas representavam, de alguma forma, uma variedade de legendas partidárias no órgão recém criado.

A inclusão de diretoras de diferentes afiliações partidárias traduz o perfil ‘pluralista’ autoadjudicado por Cristina Muñoz, bem como aquele ‘pluralismo’ reivindicado pelo argumento da Multisetorial. No contexto de formação da Secretaria, uma das provas de democraticidade de sua Ministra seria a variedade de legendas que ali co-habitavam. Neste sentido, suas diretoras não tinham apenas orientações político-partidárias distintas, como era o caso de Perla Yore. Mesmo quando se tratava de uma diretora colorada, tal como eram os casos de Teté Cano e de Carmen Colazo, a Secretaria da Mulher dava provas de sua abertura pluralista, pois essas duas representavam a ‘Ação Democrática Colorada’, linha interna ao oficialismo composta por *epifanistas* e de orientação distinta da facção da qual Cristina Muñoz fazia parte. Assim, diferentes tons de vermelho estavam bem representados na noviça instituição. Além disso, as duas assessorias ministeriais eram ocupadas por uma representante do próprio Partido Liberal Radical Autêntico²¹⁶, Eddy Irigoitia, bem como por Esther Prieto, cujo berço familiar liberal é amplamente conhecido. A imagem do recém criado órgão estatal de gênero parecia bastante diversificada quanto aos tons ideológicos que a compunham.

Se no nível das diretorias e das assessorias a Secretaria parecia um arco-íris partidário, o contraste com sua composição burocrática, faz parecer um todo muito mais monocromático, porque aí ela estava conformada em todas as suas posições por mulheres de alguma forma ligadas ao coloradismo. Neste sentido, algumas funcionárias de longa data comentaram em entrevista que sua entrada na Secretaria passou ‘pela ajuda da avó’ ou pelo ‘apoio dado na campanha eleitoral’ de 1992. Desse modo,

“[c]omo toda instância política nacional, a Secretaria da Mulher nasceu viciada ao ter que assumir um ‘custo político’ que implicou em incorporar filiadas do partido governista, na qualidade de funcionárias que não

²¹⁵ Como vimos, o termo ‘epifanista’ vem de Epifanio Mendez Fleitas, aquele arqui-inimigo de Stroessner, exilado do Paraguai em fins da década de 1950 e fundador da ‘Associação Nacional Republicana no Exílio e na Resistência’, agrupamento que reclamava o nobre título de representante autêntico do coloradismo.

²¹⁶ Denominação oficial do chamado Partido Liberal.

contam com perfil técnico necessário para a execução dos objetivos da instituição” (YORE & COLAZO, 2001, p.65).

No âmbito da conformação de seu quadro administrativo, portanto, a gênese da Secretaria pouco inovou em relação ao passado colorado de privatização estatal. Segundo a interpretação das feministas da Multisetorial, que em pouco tempo se tornou a Rede de Mulheres Políticas, essa lógica de seleção teria desagradado às feministas da CMP: “[a] politização da Secretaria da Mulher e a inclusão de algumas integrantes da Multisetorial no seu gabinete implicaram [inicialmente] no distanciamento das pesquisadoras sociais no que diz respeito as suas contribuições para a nova instituição” (YORE & COLAZO, 2001, p.65-66).

Se olharmos apenas para as posições ocupadas em nível diretivo, veremos que uma dupla lógica operou na conformação da Secretaria da Mulher. De um lado, a escolha para posições de diretoria e de assessoria seguiu como critério decisivo de seleção a atuação e a representação propriamente partidárias. Neste primeiro registro, se trata de fazer render uma imagem ‘pluralista’, seja da Secretaria ou da própria Ministra, ancorada em uma variedade de legendas e facções aí representadas. Neste sentido, a colorada Cristina Muñoz inovou em relação ao stronismo, ao mesmo tempo em que repôs seu *modus operandis*, pois, embora algumas nuances partidário-ideológicas pudessem ser vistas em nível diretivo, “[a] exceção de duas delas, o primeiro gabinete foi integrado em sua totalidade pelas mulheres do partido oficialista” (YORE & COLAZO, 2001, p.65). De outro lado, há uma lógica, que parece ser mais secundária, na qual contou como critério de seleção o envolvimento com o movimento amplo de mulheres e o conhecimento acumulado, por exemplo, naquelas arenas de 1987 e em outras tantas instauradas especialmente na abertura política, tanto quanto as competências específicas e adequadas a um órgão estatal voltado para a ‘situação das mulheres’.

Não tardou muito para que uma dessas duas lógicas se impusesse sobre a outra. As disputas de cunho partidário levaram a uma grave tensão entre Perla Yore e Tetê Cano, de um lado, e a figura ministerial, de outro. Neste sentido, a série cruzada de acusações vai desde uma auditoria interna demandada por Perla Yore, passando pela defesa da Ministra, que alegava ser alvo de uma ‘conspiração’ armada por suas diretoras, chegando ainda e chega a uma suposta ‘sabotagem’ da qual uma das então funcionárias se dizia vítima. De modo curioso, todo esse jogo de acusações teve vez em uma reunião da recém formada Rede de Mulheres Políticas, cuja criação, como veremos, se deu na própria Secretaria. Tendo como pano de fundo o Partido Colorado, o objeto em disputa nessa arena institucional era nada menos que o cargo ministerial, em torno do qual digladiavam as coloradas Cristina Muñoz e uma de suas diretoras coloradas. Essa pugna foi representada de maneira indireta e irônica pela cronologia do *Anuario*

Mujer daquele ano, na qual se pode ler que, ao mês de junho, “um grupo de damas coloradas solicitou ao presidente da República a destituição da ministra da Mulher” (CDE, 1997 [1994], p.64).

O alto nível de tensão implicado em tal disputa foi evidenciado em várias entrevistas, especialmente nos depoimentos das atrizes que deixaram o órgão estatal após certo tempo. Sem uma solução consensual encontrada para o conflito, tais desavenças atravessaram o ano de 1994 e extrapolaram os limites tanto da institucionalidade quanto do próprio movimento de mulheres, a ponto de ganhar exposição pública por meio de periódicos da capital paraguaia. “A um ano de funcionamento”, afirma a jornalista Maria Lis Rodriguez no ‘suplemento feminino’ do jornal *Última Hora*, “seus frágeis cimentos [da Secretaria da Mulher] se viram sacudidos por conflitos internos, originados principalmente pelas internas do partido oficialista” (UH, 1994, p.3).

Esse conflito dentro da Secretaria teve seu fim com a permanência de Cristina Muñoz no cargo de Ministra e com a saída de Perla Yore e de Teté Cano do órgão. Outro fator que estabilizou tais conflitos foi a oportunidade internacional, por assim dizer, implicada na Conferência Mundial da Mulher realizada em 1995, a partir de quando as lideranças da CMP e Cristina Muñoz entraram em uma relação de confluência positiva e recíproca. No seu todo, a sequência de disputas aí e então travadas nos mostra como a formação inicial da Secretaria esteve marcada por um tipo de seleção na qual tons ideológico-partidários foram contemplados e distribuídos pelas posições de diretorias e assessorias. E que, paralelamente a esse arco-íris partidário, opera a lógica do intenso faccionalismo oficialista, ou lógica intrapartidária, na qual a disputa voraz por posições estatais é travada entre facções coloradas e é reimplantada no tecido político-institucional paraguaio.

6.3.1. A Rede de Mulheres Políticas, seu vínculo com a Secretaria da Mulher e seu projeto partidário-participativo

“En octubre de 1993 en plenaria realizada en el auditorio de la Secretaría de la Mujer, la Multisetorial se convierte en Red de Mujeres Políticas del Paraguay”(YORE & COLAZO 2001, p.69) – esta frase abre o capítulo dedicado à Rede de Mulheres Políticas, cuja criação se deu literalmente dentro da Secretaria. Se, poucos anos antes, a queda de Stroessner e a subsequente eleição presidencial do general Rodriguez se refletiram na ênfase institucional do projeto da Mutisetorial²¹⁷, agora era a conquista desse órgão estatal de gênero, ele próprio, que alterava a disposição das lideranças que então se desfaziam da Multisetorial e formavam a RMP: “Sem sombra de dúvida, seu principal objetivo [da RMP] está centrado na conquista da cota de participação para as mulheres em lugares de decisão” (YORE & COLAZO, 2001, p.72).

Além de ter projetos distintos, a RMP e a Multisetorial se distinguem também em dois pontos: o perfil interno da Rede está concentrado, como se pode imaginar, em mulheres ligadas a partidos, afinal elas são ‘las políticas’. Mas, à diferença da articulação anterior, o vínculo por elas estabelecido com os respectivos partidos não era, por assim dizer, de representação. Isso significa que as integrantes da RMP se agrupavam ‘a título individual’, ou seja, “[elas] não atuavam em função de recomendações ou posturas assumidas partidariamente” (*idem*, p. 69). As razões levantadas para explicar esse tipo de ligação fazem menção à dificuldade vista em processos de formação de opinião na Multisetorial, sobretudo, nos casos que dependiam de consultas a outras organizações ou legendas partidárias. No entanto, como veremos, boa razão para essa desvinculação da representação partidária no bojo da RMP pode estar no simples fato de que seu projeto partidário-participativo concorria abertamente com os interesses de seus colegas de partido.

Em que pese aquela gênese à primeira vista incaracterística, a relação entre a Rede e a Secretaria passou fundamentalmente pela mediação de Cristina Munõz, que, além de ser ministra à época, era também integrante da RMP. Esse vínculo entre a organização civil e o órgão estatal se faz notar em boa parte das estratégias através das quais a RMP lutou pela transformação das regras eleitorais do jogo. “Foram organizados encontros e oficinas de sensibilização como”, por exemplo, “o painel de debate realizado em (...) junho de 1994 pela Secretaria da Mulher e pela Rede de Mulheres Políticas sobre o tema ‘Mecanismos de Participação da Mulher’” (YORE & COLAZO, 2001, p.80).

²¹⁷ Já citado: “[u]ma vez eleito Presidente da República o General Rodriguez, a Multisetorial de Mulheres decide reclamar publicamente (...) a criação da Secretaria da Mulher com nível ministerial” (YORE & COLAZO, 2001, p.45).

Essa foi apenas uma das arenas de mobilização do consenso erguidas no oportuno contexto inaugurado pela transformação do código eleitoral em 1994: “diante da Reforma do Código Eleitoral, e tendo conquistado as medidas de ação positiva em nível constitucional (...), começou a [luta pela] incorporação da cota na lei regulamentária” (YORE & COLAZO, 2001, p.78). Como resultado de uma série de encontros e também de contribuições feitas por militantes e organizações da CMP, “[a] Rede de Mulheres Políticas e a Secretaria da Mulher apresentaram [em agosto de 1994] uma proposta de modificação do Código Eleitoral à Comissão de Assuntos Constitucionais da Câmara de Deputados” (CDE 1997 [1994], p.68) (Grifo meu). Aí se vêem elementos facilitadores da ação coletiva: configurações político-institucionais em transformação abrem uma oportunidade, e esta, por sua vez, vem ao encontro do projeto compartilhado entre aquelas vozes civis e Cristina Muñoz.

Nessa primeira tentativa, a aposta da RMP (e, por que não, da então Ministra) era alta: o documento das ‘políticas’ sugeria que “se adote o sistema de representação proporcional segundo o qual nenhum dos sexos poderá ter mais de 60% de representação nas listas vindas das internas partidárias” (RMP, 1994, p.165). Mais ainda, as listas para disputa intrapartidária “deverão consignar a representação de homens e de mulheres de forma alternada, desde o primeiro lugar e em lugares elegíveis” (*idem*). Elas demandavam nada menos que a paridade máxima, ou quase máxima, entre homens e mulheres nas listas. Não é difícil imaginar a sorte dessa reivindicação, mas tão interessante quanto o alto nível da expectativa nutrido pelas integrantes da RMP é o argumento por elas acionado para justificar sua demanda:

“La Red espera el apoyo de todos los varones y mujeres democráticos y democráticas del país a los fines de lograr una mejor representación en el sistema electoral y en el país, el que merece que la política sea humanizada con incorporación de la proporcionalidad femenina que es la más sensible a la educación, a la salud y otros problemas no suficientemente atendidos por nuestra política nacional” (RMP, 1994 p.165) (Grifo meu).

O que se coloca nesse argumento é, mais uma vez, aquela tênue linha entre o ideológico e o cultural na qual se situam os apelos feitos por grupos e movimentos sociais. Aí, as lideranças da Rede de Mulheres Políticas recorrem a clássicos estereótipos de gênero como, por exemplo, uma política supostamente ‘humanizada’ pela presença feminina. Esse tipo de recurso argumentativo é, a meu ver, unicamente instrumental. Isso porque boa parte das lideranças da RMP foi nutrida pelos debates desenvolvidos no país, pelo menos, desde os encontros de 1987 e elas lutam contra o tipo de ideia que procura e vê nas mulheres uma ‘essência feminina’, uma só (e sempre virtuosa) ‘Mulher’. Ao fazer apelo à ideia de que as mulheres seriam ‘mais sensíveis à educação’, elas não estão senão falando a língua do seu

público receptor, os parlamentares. Frente a dados como este e àquele caso no qual as feministas evocavam o imaginário bélico de outrora, a noção de ‘efeito de audiência’ (BENFORD & SNOW, 2000, p.630) soa bastante adequada – ainda que esses autores não se detenham profundamente nela e sequer atentem para as distinções e aproximações entre o ideológico e o cultural, juntando tudo em um só ‘estoque’. Ao olhar para tais casos, é possível sugerir que seria o imaginário da ‘audiência’ que está na raiz da enunciação reivindicatória e, mais propriamente, no seu conteúdo.

No Paraguai, o imaginário de parte dos parlamentares e, mais amplamente, dos quadros do coloradismo estava, em meados de 1994, perpassado por certa saudade do stronismo. Exemplo adequado dessa nostalgia autoritária estava nas palavras de ordem veiculadas em uma reunião do coloradismo, na qual eram celebrados os correligionários sobreviventes de um confronto civil armado de 1947: “[a] reunião se converteu em uma desculpa já que, a julgar pelos oradores, o que se buscou foi reivindicar a figura de Stroessner [então vivo e exilado]” (ABC Madrid, 1994)²¹⁸. Nessa ocasião, o “colorado Julio Cesar Vasconcellos (...) afirmou que [os colorados] sairão às ruas ‘com fuzis para impor a ordem, para que o partido não caia e não tenham que chorar depois como mulheres, pelo que não souberam defender como homens’” (CDE, 1997 [1994], p.69). ‘Para que o partido não caia’, ou seja, ‘por toda a eternidade’ – esse foi o sonho, definitivamente anti-histórico e antidemocrático, do coloradismo hegemônico. Em resposta a essas declarações sexistas e truculentas, as integrantes da RMP ironicamente declararam que as mulheres podem, além de chorar, ‘contribuir para uma sociedade mais justa’ e que os homens também podem... ‘chorar’ (*idem*). Embora quase anedóticos, esses dados são ilustrativos do campo político-imaginário com o qual as militantes e organizações do feminismo paraguaio tiveram que lutar e, simultaneamente, dialogar. Por outro lado, eles não deixam esquecer que a matriz intolerante e violenta do stronismo seguiu, ao longo dos anos 1990, bastante viva dentro do coloradismo, mas não somente nele.

Desde a segunda metade de 1994 até o começo de 1996, quando da consagração do novíssimo código eleitoral paraguaio, os esforços da Rede de Mulheres Políticas ficaram concentrados nesse tema. Para ampliar seu alcance, a Rede organizou junto da Secretaria da Mulher várias arenas e em diversos âmbitos: dentro da própria Secretaria, nos partidos, em praça pública, na mídia e mesmo no Parlamento (CDE, 1998 [1995], p.70; 74; YORE & COLAZO, 2001, p.75-78). Em paralelo a tais esforços, as integrantes da RMP levavam esse tema para dentro dos respectivos partidos que, em ritmos e lógicas próprios, passaram a

²¹⁸ Veja-se ‘Un grupo del Partido Colorado pretende reivindicar a Stroessner’ (<http://hemeroteca.abc.es/nav/Navigate.exe/hemeroteca/madrid/abc/1994/08/26/034.html> - acessado em 20 janeiro de 2010).

incorporar as cotas para mulheres em seus estatutos. “O Partido Colorado foi o primeiro a fazê-lo, graças ao trabalho de Cristina Muñoz, membro da Rede, com o apoio de todas as companheiras da mesma [RMP]” (*idem*, p.75). Depois do oficialismo, os partidos Encontro Nacional, o Revolucionário Febrerista e o Democrata Cristão também inseriram as cotas em seus regimentos internos – ‘produto de árduas negociações com os dirigentes *varones*’ (YORE & COLAZO, 2001, p.75). Já o tradicional Partido Liberal, a despeito do investimento de suas militantes e do apoio da Rede, não tinha à época incorporado o tema.

O caminho institucional da consagração das cotas foi, para dizer o mínimo, tortuoso. Depois de três tentativas de apresentação de projetos em defesa da participação política das mulheres, a Câmara dos Deputados deliberou sobre o tema em fins de agosto de 1995. Apesar de ‘argumentos vergonhosos’ terem sido levantados para inferiorizar as mulheres e para justificar a exclusão delas da arena partidário-eleitoral, o último anteprojeto apresentado foi aprovado. Porém, devido à manobra de um grupo de parlamentares liberais e colorados, o pedido de uma ‘retificação’ fez com que, em uma segunda rodada, o número de votos em branco se somasse aos votos contrários às cotas, tendo como resultado o veto do projeto naquela Casa (*idem*, p.83).

Frente a essa derrota, uma aliada de peso, Senadora da República pelo Partido Liberal, apresenta naquele mesmo mês outro projeto de lei ao Senado. Apesar de ser caudatário das demandas e argumentos formulados pela RMP e defendidos em conjunto com a Secretaria, este texto traz uma mudança clara frente àquela primeira proposta de 1994: ele diminui a alta expectativa anterior com relação às porcentagens de representação de gênero nas internas partidárias, bem como à alternância entre nomes de homens e de mulheres nelas. “Na totalidade dos cargos eletivos”, lê-se nesse projeto, “a participação da mulher não será menor que 30% da lista completa”; e segue, “a lista deve incluir, sem exceção, uma mulher a cada dois homens, dentro do número total de cargos, até que se cubra a porcentagem que exige esta lei” (*apud*, CDE 1999 [1996], p.122-123).

Essa expectativa sofreu uma diminuição ainda maior em sua última e oficial versão. Ao ter sido aprovada pelo Senado paraguaio, o novo dispositivo legal dispunha uma mulher a cada cinco vagas nas listas intrapartidárias e sem um mecanismo regulador da alternância entre as posições ocupadas: “finalmente decidiu-se aprovar somente 20% de cota para as mulheres, sem alternância nem lugares elegíveis” (YORE & COLAZO, 2001, p.85); quer dizer, ainda que ocupem eventualmente algum espaço nas listas das internas partidárias ou nas disputas

eleitorais, as mulheres são, com esta regulamentação conquistada²¹⁹, catapultadas para os lugares mais baixos dessas listas.

Se os partidos passaram a respeitar e aplicar essa normativa e em que medida ela reorganizou os padrões de representação política de gênero vigentes no Paraguai são questões para outra investigação. O certo é que esse resultado não agradou às feministas: “[e]sta medida ainda requer modificações pelas quais a Rede está disposta a brigar no futuro” (YORE & COLAZO, 2001, p.85). Apesar desse relativo insucesso, esse conjunto de dados nos permite observar dois pontos interessantes para a compreensão das dinâmicas de interação entre atrizes civis e estatais. Por um lado, frente à gênese altamente conflituosa da Secretaria da Mulher, é interessante notar como aqueles embates pela posição ministerial não se impuseram à interação Secretaria-RMP ou, pelo menos, não minaram sua capacidade de articulação. Isso mostra, a meu ver, que o vínculo entre ambas e os objetivos autopropostos em função da conquista legislativa das cotas ultrapassavam quaisquer, e bastante prováveis, tensões existentes entre a então Ministra e algumas de suas ex-diretoras. Por outro lado, [XXX]a observação de tal vínculo se enraíza em uma categoria cuja plasticidade conceitual é notória, embora relativamente negligenciada: o que esse vínculo nutria era, em três palavras, um projeto político compartilhado pelas atrizes da Rede de Mulheres Políticas e, *del otro lado de la vereda*, pela então Ministra Cristina Muñoz. As arenas de mobilização do consenso forjadas em conjunto dão prova de que o projeto partidário-participativo pode alinhar e vincular atrizes civis e figura ministerial, de tal modo que os resultados conquistados com base nesse compartilhamento não podem ser exclusivamente atrelados a apenas um desses lados: “[a] aprovação da cota foi possível graças à demanda de organizações de mulheres (a Rede de Mulheres Políticas teve a iniciativa a respeito) e ao apoio da Secretaria da Mulher” (SOTO, 2001, p.92).

* * * *

Abrimos este capítulo com a questão: *Qué es la Secretaría de la Mujer?* A julgar pelo caminho que percorremos, a resposta mais satisfatória encontrada nos dados empíricos continua a girar em torno da ideia de ‘conquista’ das organizações civis de mulheres. Vimos como o projeto político da Multisetorial levantado em ‘Críticas e sugestões’ trazia um argumento enraizado na tensão entre várias realidades de ‘setores’ de mulheres oprimidas e uma ‘condição social’ que as perpassa. Aos olhos delas, cabia ao Estado paraguaio tanto ‘conhecer

²¹⁹ Veja-se PARAGUAY (1996).

de forma mais profunda a realidade do país', quanto reconhecer institucionalmente sua demanda. Demorou, mas a resposta veio junto de outras medidas pelas quais o Estado paraguaio reconhecia as demandas da Multisetorial e da CMP. Depois do argumento elaborado em conjunto com a Coordenação de Mulheres do Paraguai, em 1991, e por intermédio fundamental de uma aliada de peso como Cristina Muñoz no Estado Paraguai e, ao mesmo tempo, no Partido Colorado, a Secretaria da Mulher foi promulgada em 1992 e passou a funcionar no ano seguinte. Não por acaso, a própria Dra. Muñoz assumiu o recém criado órgão estatal e, aos olhos das feministas da Multisetorial, ela era de fato a pessoa "que nesse momento contava com o apoio da maioria das mulheres militantes" (YORE & COLAZO, 2001, p.63-64).

A argumentação conjunta da CMP e da Multisetorial permite observar, por um lado, como, diferentemente do caso da 'oportunidade queimada' no qual seus conflitos e divisões internas foram decisivos e destrutivos, aqui, a articulação entre as 'investigadoras' e 'políticas' deu resultados bastante férteis e imediatos – seja isso fruto da recepção do imaginário evocado pelo argumento em 'Bases', seja pela posição estratégica ocupada por Cristina Muñoz, seja pela eficaz e jocosa invasão do Parlamento paraguaio, ou por todas essas razões juntas.

Por outro lado, esse caso de demanda por reconhecimento institucional remete à nossa segunda hipótese parcial, pois ele levanta uma candente oposição feminista, qual seja, autonomia *versus* institucionalização. À diferença da militância feminista no Chile, por exemplo, onde as militantes da 'Coordinación' "escolheram uma estratégia de ação que buscava preservar a autonomia do movimento", enquanto "[a] Concertación de Mujeres (...) escolheu trabalhar pelas mudanças dentro dos parâmetros estabelecidos pela corrente central da política" (SCHILD, 2001, p.159), essa oposição não dividiu e não opôs as várias partes do movimento paraguaio em torno daquela 'conquista'. Ou seja, a expectativa de ver um órgão estatal voltado para a 'condição social da mulher' permeava tão fortemente os dois principais grupos e projetos políticos feministas de então, a tal ponto que os dilemas sobre uma possível e eventual cooptação por parte do Estado (rubro-)paraguaio sequer foram alvo de tematização coletiva. No contexto paraguaio, decidir se a incorporação estatal poderia, no termo cunhado por Vargas & Schumacher (1993), fazer delas 'álibi' da mesmíssima violência que pretendiam denunciar, não foi uma questão.

A meu ver, essa ausência de oposição, ou essa 'não-questão'²²⁰, se deve primeiramente ao sobrepeso das estruturas político-burocráticas herdadas do stronismo, que – embora

²²⁰ Para vários casos sulamericanos, talvez a maior parte deles, ocorreu o justo oposto: não-estar-com-o-Estado não era somente uma questão, era a questão. A fala de uma feminista colombiana diz tudo: "Fuimos anti-electoreras,

estivesse alicerçado em incorporações precárias, em cooptações, portanto, sem ações que merecessem a chancela de política pública porquanto fortemente corruptivas e privatizadas – era demasiado presente na vida pública paraguaia; presente como mercado estatal de ocupações pré-burocráticas e não como arena de institucionalização de conflitos e demandas. Essa herança histórica definitivamente importa: em uma realidade de tipo oriental, para falar em tom gramsciano, na qual o Estado é ‘tudo’ e, de modo mais fundamental, ‘onívoro’ (ARDITI, 1992), é perfeitamente razoável que a demanda das feministas passasse de modo quase necessário pela incorporação estatal, pois elas estão enraizadas em uma estrutura social na qual a máquina estatal pesa – elas sabem afinal onde estão: “nos encontramos com um Estado sobredimensionado em alguns campos e inexistente em outros” (MULTI, CMP, 1991, p.73).

Além disso, a inexistência do dilema autonomia *versus* cooptação, nesse caso, está informada também pela natureza da relação entre as próprias integrantes da Multisetorial de Mulheres. No caso do feminismo partidário brasileiro, por exemplo, uma linha divisória afastava as mulheres do PMDB das do PT, com estas últimas optando pela via movimentalista anti-institucional (PINTO, 2003). Ora, no exemplo do projeto político da Multisetorial, em viés exatamente oposto ao brasileiro, a linha partidária não operava como corte entre as representantes de distintas legendas, mas, muito antes, como linha costura entre elas, que pouco tempo depois dariam vida à *Red de Mujeres Políticas*.

Curiosamente, o mesmo eixo que as unia levou também à conformação de um campo de batalha na recém-criada Secretaria. Como observamos, o argumento de ‘Críticas e sugestões’ reivindicava uma ‘atitude pluralista’ que foi imediatamente posta em prática pela Ministra quando esta selecionou para o quadro de diretoras mulheres cujas trajetórias estivessem comprometidas com diferentes tons do espectro de legendas partidárias. Foi justamente o peso dessa peculiar lógica ‘pluralista’ que, no bojo de uma nascente e frágil instituição estatal, se sobrepôs às demais dinâmicas de relação operantes na Secretaria. Daí que, apesar do fino argumento alçado em ‘Críticas e sugestões’, a despeito, por exemplo, de sua defesa da heterogeneidade entre as mulheres, o projeto político da Multisetorial não tenha se implantado na Secretaria. Não é, portanto, apenas o crivo irracional e colorado de seleção que está na base desse primeiro momento de institucionalização da Secretaria da Mulher. Isso porque a lógica exclusiva e excludente de disputa por poder a partir de legendas partidárias – conhecida no Paraguai como ‘pluralismo’ – já era uma disposição e uma reivindicação própria às líderes da Multisetorial. Assim, depois de demandar e conquistar a pluralidade das legendas

anti-Estado... no conocimos al Estado, especialmente las que hemos sido de izquierda ... hasta hace poco años, nos negabamos a lidiar con el Estado” (ALVAREZ, 1998, p.270).

representadas, elas tiveram de encarar a forte pugna contra a então Ministra, da qual parte delas saiu derrotada.

Por fim, a formação da Rede de Mulheres Políticas mostrou, primeiramente, uma gênese civil ocorrida literalmente dentro de um órgão estatal. Aí, na criação da Rede, é a mudança no tecido institucional que age e transforma a disposição das lideranças da então extinta Multisetorial. Além disso, a despeito dos conflitos que marcaram a Secretaria da Mulher ao tempo de sua formação, a RMP e a Secretaria mantiveram um forte vínculo com base no qual forjaram arenas conjuntamente e lutaram pelas cotas nas listas partidário-eleitorais. Se o resultado então conquistado estava longe de ser satisfatório, e mais longe ainda da alta expectativa inicialmente nutrida, a luta feminista pelas cotas permitiu ver que os ânimos sócio-estatais foram se estabilizando. Com efeito, essa estabilização não esteve ligada unicamente ao vínculo RMP-Secretaria. Fator de peso na estabilização das tensões entre o feminismo paraguaio e a institucionalidade de gênero foi a confluência de interesses forjada entre Cristina Muñoz e a fração líder da Coordenação de Mulheres do Paraguai. Como veremos no próximo capítulo, essa aliança foi selada por meio da participação paraguaia na IV Conferência Mundial da Mulher ocorrida no ano de 1995 em Pequim. Mais adiante, no oitavo capítulo e perseguindo nossa hipótese, vamos observar os efeitos institucionais e institucionalizantes dessa confluência que reorganizou o sentido e, sobretudo, a intensidade das interações entre a institucionalidade e organizações e militantes feministas. Passemos, antes disso, ao contexto da Conferência da Mulher e ao conjunto de reivindicações, articulações e ‘internalizações’ ao redor dela.

7.

8. 'Gênero' e 'relação fluida': reivindicações e interações feministas antes, durante e depois da IV Conferência Mundial da Mulher

O processo em torno da quarta Conferência Mundial da Mulher, realizada no ano de 1995, serviu como uma espécie de palco no qual atrizes civis e estatais, dos mais diversos países, encenaram juntas um dos capítulos mais produtivos da recente história da luta pelos direitos das mulheres. No caso paraguaio, a Conferência de Pequim – doravante Beijing – ilustra de forma única a aproximação intensa entre a Secretaria da Mulher e a Coordenação de Mulheres do Paraguai. Se os conflitos internos à Secretaria deixavam a então Ministra Cristina Muñoz em uma delicada saia justa, a aproximação junto às lideranças da CMP foi a melhor opção para sair daquela situação e para inaugurar um padrão 'fluido' de interação com elas.

Este capítulo reconstrói três momentos ao redor da Conferência de Beijing. No primeiro momento, é apresentado o 'Camino a Beijing', ou seja, o conjunto de arenas de formação de opinião forjado e liderado pelas feministas da CMP. Nesse 'caminho' veremos como o 'gênero' é duplamente acionado. Por um lado, ele opera como um eixo que transforma uma miríade de organizações de mulheres em *um* só movimento; por outro, ele opera como forma de reivindicação. No caso desta última acepção, mostraremos como um enunciado do tipo "queremos que o Estado paraguaio incorpore a perspectiva de gênero" comporta, a um só tempo, um sujeito duplo: i) o movimento amplo de mulheres exposto através e a partir da 'vitrine de gênero' e ii) as feministas da CMP, desde então, orientadas para uma interação mais intensa com a Secretaria. Em seguida, com base nas entrevistas de campo, é apresentada em grandes linhas a participação do Paraguai na conferência na capital chinesa (nosso segundo momento). Nessa viagem que selou a aproximação entre a Coordenação e o órgão estatal de gênero, destacamos como a oposição do catolicismo mundial se fez imprimir, também, na delegação oficial do Paraguai e nas suas 'reservas' à Plataforma de Ação disputada e conquistada em Beijing. Como veremos, síntese máxima dessa oposição entre movimento feminista e contramovimento católico é a expressão 'guerras de gênero', alcunhada por J. Franco (1996)²²¹. Por fim, o capítulo mostra, no terceiro momento, como os compromissos contraídos na Conferência da Mulher foram internalizados e, posteriormente, avaliados. Ao falarmos de 'internalização' da Plataforma estamos, com Tarrow (2009), nos referindo à Mesa Tripartite de Beijing, a qual 'sentaram' atrizes civis, estatais e do sistema internacional. E ao falarmos de sua avaliação, nos referimos ao relatório elaborado pela CMP por ocasião dos cinco anos

²²¹ Veja-se, <http://www.hartford-hwp.com/archives/42a/038.html> - acessado em 23 de junho de 2009.

posteriores à conferência, mundialmente chamados de 'Beijing+5'. No seu todo, o capítulo traz marcos empíricos fundamentais para nossa hipótese de pesquisa relativamente às demandas feministas pela generificação estatal. Mas, antes de passar a esse dados, vamos nos deter brevemente na energia despendida pela hierarquia católica por conta da Conferência Mundial da Mulher em Beijing.

Ao redor de temas como 'População e Desenvolvimento', 'Meio Ambiente' e 'Direitos Humanos', as chamadas 'conferências internacionais' marcam a articulação internacional entre os Estados-parte da Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito de debater, acordar, e mesmo dar prosseguimento às etapas de implementação e monitoramento de agendas ('Plataformas de ação'). Como indicam as reflexões e sínteses a respeito da conferência, Beijing'95 foi marcado por um forte sentimento de ambivalência. Se, por um lado, seu resultado imediato foi o compromisso assumido pelos Estados no sentido de institucionalizar mecanismos de combate à desigualdade de gênero, por outro lado, o 'círculo da solidariedade misógina' (FACIO, 1996), agrupado em torno dos fundamentalismos religiosos notadamente católico e islâmico²²², saiu 'parcialmente vencedor' da reunião internacional, pois logrou ter questionado o parágrafo 14 da 'Declaração de Beijing' ('os direitos das mulheres são direitos humanos'). Bem no centro desse círculo de conservadorismos, agindo como força centrípeta e catalisadora, se encontrava a delegação do Vaticano, que chegou à China com a chamada 'Carta às Mulheres', na qual João Paulo II enviava sua 'cordial saudação'²²³. Duas ideias-chave desse comunicado estão nos parágrafos oitavo e décimo primeiro: a 'unidualidade' ou 'a unidade dos dois', homem e mulher, que compõem e fazem 'progredir' o 'gênero humano', e 'uma certa (leia-se uma restrita e não perigosa) diversidade de papéis':

Neste horizonte de 'serviço' — que, se prestado com liberdade, reciprocidade e amor, exprime a verdadeira 'realeza' do ser humano — é possível acolher também, sem consequências desfavoráveis para a mulher, *uma certa diversidade de papéis*, na medida em que tal diversidade não é fruto de arbitrária imposição, mas brota da peculiaridade do ser masculino e feminino (Carta às Mulheres, parágrafo 11).

A despeito desse tipo de investimento conservador em Beijing, a Conferência significou uma vitória das ONGs e dos movimentos feminista e de mulheres na China. Em seus dois documentos principais, na Declaração e na Plataforma de Ação, diversos dos avanços conseguidos desde os anos 1980 em outras conferências mundiais (a exemplo de Cairo'94 e da

²²² Quanto à violência desse 'círculo misógino', basta ver o exemplo das ação dos integrantes do *Front Islamique du Salut* (FIS) que, "em 'resposta' as celebrações do Dia Internacional da Mulher (8 de março)", na Argélia, "assassinaram, pois, somente nas primeiras investidas, entre 8 e 20 de março de 1995, doze vítimas não-portadores de véu"(ALVES, 2001, p.215). Apesar desse caso extremo, esta tese está repleta de exemplos que deixam claro que fundamentalismo não é exclusividade do islamismo nem de países islâmicos.

²²³ Além do parágrafo inicial e da pérola que é o sétimo item do comunicado papal, seguem em anexo os trechos completos relativos às citações em texto.

ECO 92, respectivamente, sobre população e desenvolvimento, e meio ambiente) não apenas se mantiveram, como também passaram a incluir a tematização dos direitos de âmbito sexual - ainda que sem a denominação própria de 'direitos sexuais'²²⁴. Além disso, os Estados-parte assinaram (com ressalvas, é verdade) a Plataforma de Ação de Beijing cujos seis capítulos e doze 'esferas de atenção especial'²²⁵, cada uma delas sub-divididas em 'diagnósticos', 'objetivos estratégicos' e 'medidas', servem como fórmulas e linhas gerais a serem adotadas pelos governos nacionais junto das respectivas sociedades civis e com o apoio do sistema internacional (BERMUDEZ-VALDIVIA, 1996).

Do ponto de vista de seu funcionamento, outros dois pontos fizeram o processo de Beijing particularmente interessante e único: por um lado, foi a primeira vez que o movimento de mulheres, incluindo-se aí o feminismo, participou no processo da conferência oficial (VARGAS, 1996). Isso significa que representantes da sociedade civil de parte dos países envolvidos participaram tanto na Conferência oficial dos Estados-parte quanto no Fórum de Organizações não-governamentais realizado de forma paralela em Huairou, a quase 50 quilômetros de Beijing. Por outro lado, a própria 'cena oficial' era muito distinta da Conferência da Mulher realizada em Nairobi, 10 anos antes, pois a maior parte dos Estados participantes contava com alguma instância governamental dedicada à 'mulher', fossem delegacias especializadas, oficinas na área de saúde, ou mesmo, as chamadas 'secretarias' de nível ministerial como (casos de Chile e Paraguai). Ao tratar de Beijing'95 e da 'globalização dos feminismos' implicada na conferência, Alvarez indica aquelas que apareceram como as 'novas aliadas' do movimento:

“as delegadas oficiais – muitas delas feministas (às vezes, antigas 'camaradas de luta') que, no decorrer da última década, tinham sido nomeadas para ministérios responsáveis por questões de mulheres ou sido eleitas para parlamentos, ou que tinham entrado para agências da ONU ou outros setores do *establishment* da ajuda internacional ao desenvolvimento” (ALVAREZ, 2000, p.384)

Essa citação se aproxima bastante do exemplo paraguaio, pois sua delegação oficial era composta, também, por feministas históricas da CMP. Contudo, para entender a ida à Conferência, é necessário voltar um pouco antes e reconstruir as arenas forjadas pela Coordenação de Mulheres do Paraguai de frente para Beijing'95. Vejamos a seguir, então, qual foi a reivindicação das paraguaias mobilizadas, lideradas pela CMP, em seu 'Camino a Beijing'.

²²⁴ Cf. PAM (1995, parág. 96).

²²⁵ As doze esferas de atenção são: A: mulher e pobreza; B: educação e capacitação da mulher; C: a mulher e a saúde; D: violência contra a mulher; E: a mulher e os conflitos armados; F: a mulher e a economia; G: a mulher no exercício de poder e na tomada de decisões; H: mecanismos institucionais para o avanço da mulher; I: os direitos humanos da mulher; J: a mulher e os meios de difusão; K: a mulher e o meio ambiente; L: a menina. Como veremos no oitavo capítulo, essas esferas de atenção informaram o *I Plan de Igualdad* da Secretaria, produzido no bojo da 'relação fluida' que marcou a volta de Beijing.

8.1. Camino a Beijing: o 'gênero' como vitrine e como reivindicação

Quase um ano antes de Beijing'95, a Coordenação de Mulheres do Paraguai fez um 'chamado amplo' às organizações de mulheres do país, abrindo um processo que ficou conhecido entre suas participantes como 'Camino a Beijing'. Nesse percurso, se encontraram e debateram organizações de mulheres vindas de vários 'setores sociais' – “campesinas, trabalhadoras, políticas e integrantes de ONGs, que definiram prioridades para a discussão nos fóruns setoriais” (VALLEJO, 1997 [1994], p.23)²²⁶. Além dessas quatro arenas de discussão setorial, o processo rumo à Conferência incluiu quatro 'fóruns' regionais com um alcance geográfico bastante significativo para um país administrativamente muito centralizado como o Paraguai. A iniciativa de levar arenas de discussão e de formação de opinião para o interior é importante, pois permite a vocalização de demandas geralmente restritas a organizações da capital assuncena. Esse processo implicou, então, oito arenas, sendo quatro delas 'setoriais' e quatro 'regionais'. A síntese documental desse processo está em 'Mujeres paraguayas camino a Beijing, *Kuña Paraguay Beijing Rapere* – Documento No Gubernamental del Paraguay para el Foro Internacional sobre la Mujer de Beijing 95' (CAB, 1994). Antes de passar ao argumento desse documento, doravante 'Camino a Beijing', bem como à posição nele ocupada pela noção de gênero, gostaria de apresentar em grandes linhas as arenas antecederam a sua produção.

“Na preparação nacional para Beijing, trabalhou-se com uma metodologia de oito fóruns setoriais e regionais que proveram os conteúdos para a redação do documento nacional das ONGs” (BAREIRO, 2000, p.25). Afim a um dos seus objetivos centrais, aquele que visava fortalecer o movimento amplo de mulheres no Paraguai, a CMP impulsionou e liderou essa preparação: “[embora] quantitativamente pequeno, foi o movimento feminista com suas organizações, grupos, iniciativas e ONG, o grande dinamizador desse ‘aprender a querer’ coletivo” (CAB, 1994, p.96). ‘Aprender a querer’ é o título da primeira parte de ‘Camino a Beijing’ e o seu significado nós veremos mais adiante.

Seguindo aqueles fóruns setoriais é possível ver que, em abril de 1994, “a CMP realizou um primeiro encontro entre várias organizações de mulheres” (CDE, 1997 [1994], p.57). No mês seguinte, “no auditório da Administração Nacional de Eletricidade, realizou-se o Fórum de Mulheres Trabalhadoras, organizado pela CMP”; outra arena setorial foi “*Kuña Campesina*

²²⁶ Utilizo aqui o texto '*En Paraguay no hay terremotos, pero hay mujeres que movilizan todo*', de Carmen Vallejo, feminista àquela época ligada ao CDE. Este texto está publicado no *Anuario Mujer* de 1994, que foi publicado somente em 1997, daí a citação (1997 [1994]), doravante apenas (1997). Já o documento 'Mujeres paraguayas camino a Beijing, *Kuña Paraguay Beijing Rapere* – Documento No Gubernamental del Paraguay para el Foro Internacional sobre la Mujer de Beijing 95' é referenciado como CAB (1994), pois seu original segue no anexo dessa mesma edição do anuário.

Beijing Raperé (...), o fórum de mulheres camponesas organizado pela CMP como parte do processo chamado 'Camino a Beijing'. [Este fórum] Ocorreu na cidade de Coronel Oviedo" (CDE, 1997, p.60). Já o "Fórum de Mulheres Políticas foi realizado no Hotel Guarani" (*idem*, p.61). E, por fim, "o Fórum de ONGs foi realizado no Salão Liberdade do Centro Paraguuaio de Estudos Sociológicos. As 54 participantes discutiram o balanço e as propostas para o documento (...) como parte dos preparativos para Beijing'95" (CDE, 1997 [1994], p.61).

Esse conjunto de arenas permite notar a experiência acumulada pelas organizações da CMP no sentido de produzir processos participativos e de consulta. Com essas arenas, a Coordenação tinha "o desejo de que participassem todas as mulheres que [assim o] quisessem para conseguir um documento mais inclusivo o possível, um documento que nos identifique e nos represente" (VALLEJO, 1997, p.23). É a veia universalista do feminismo paraguaio que aí se imprime. Tal como naquelas reuniões 'pela igualdade frente à lei' e nos fóruns para a Convenção Constituinte, a participação das 'outras', notadamente das camponesas, foi ativamente fomentada.

Observadas separadamente, as arenas setoriais trazem a marca das filiações sociais dos diferentes coletivos de mulheres – camponesas, trabalhadoras, políticas e de ONGs. No encontro das camponesas foram discutidas a violência da igreja contra elas e a desigualdade na educação, mas "o mais importante, sem dúvida, foi a resolução da plenária pela qual foi proposta uma coordenação de organizações camponesas independente e autônoma para apoiar o trabalho de promoção da mulher camponesa" (VALLEJO, 1997, p.23-24)²²⁷. Já os temas debatidos pelas trabalhadoras foram a desigualdade de salários e a violência contra a mulher, no entanto a presença nesse encontro foi 'mínima'. Na arena das mulheres políticas a 'palavra-chave foi capacitação' e o tema mais controverso foram as cotas, contra as quais mulheres de alguns partidos se posicionaram. Entre as mulheres ligadas a ONGs, foram debatidos o acesso das mulheres a espaços de poder e a necessidade de uma educação não-sexista. Enfim, "[o]s quatro fóruns [setoriais] tiveram a participação e o apoio de mulheres de diversas classes sociais, níveis e ocupações. Foi enriquecedora a conjugação de demandas de todo o tipo, muitas coincidentes e outras específicas de cada setor" (VALLEJO, 1997, p.24). Além desses encontros, a CMP organizou também quatro encontros regionais distribuídos pelo interior do país. No entanto, a despeito do esforço feminista de inclusão de vozes tradicional e geograficamente desconsideradas em dinâmicas de formação da opinião e vocalização,

²²⁷ Nessa citação, 'independente e autônoma' significa uma organização não-mista, isto é, composta apenas por mulheres. Como veremos no nono capítulo, a concretização dessa resolução ideal dar-se-á apenas entre 1999 e 2000, com a criação da *Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas*, CONAMURI.

“participaram desses quatro fóruns principalmente mulheres urbanas, líderes de povos e cidades, vereadoras, prefeitas e professoras” (*idem*, p.25).

O conjunto de propostas, resoluções e conclusões desses oito fóruns foi sintetizado por um grupo interno à Coordenação de Mulheres do Paraguai, o *Equipo de Trabajo de Beijing*. A partir do documento-base redigido por esta equipe, cerca de 300 mulheres se reuniram na capital paraguaia em um encontro denominado ‘*Por la plena participación de la mujer*’. Os debates travados nesse encontro, por sua vez, levaram a ‘*Mujeres paraguayas camino a Beijing, Kuña Paraguay Beijing Rapere* – Documento No Gubernamental del Paraguay para el Foro Internacional sobre la Mujer de Beijing 95’ (CAB, 1994).

A incorporação daquelas múltiplas demandas setoriais e geográficas resultou em um documento extenso, composto de três partes: uma de caráter introdutório, intitulada ‘aprender a querer’, e outras duas, ‘revisão da década’ e ‘propostas para o futuro’, ambas divididas em ‘cultura’, ‘poder’ e ‘desenvolvimento’. Embora as mulheres em seu ‘Camino a Beijing’ tenham entendido que ‘a cultura abarca tudo’ (VALLEJO, 1997, p.26), o espaço dedicado à tematização das questões sexuais (prazer, reprodução, contracepção...) não leva mais que um parágrafo. “A sexualidade”, elas dizem, “segue a grande ausente no nosso discurso e reflexão” (CAB, 1994, p.88) – isso mesmo depois de ‘*Menos carga laboral, más diversión, más placer*’ ter sido a conclusão de um dos encontros regionais que informaram o documento.

Seja como for, o texto é aberto por uma frase que traduz a incorporação daqueles fóruns: “Este documento reflete uma parte da multiplicidade de visões que as mulheres paraguaias temos sobre o processo que vivemos na última década” (CAB, 1994, p.85.) À introdução, elas argumentam que “a discriminação nos afeta de maneira diferente segundo nossa inserção social, pertencimento étnico, adscrição política, lugar de residência, idade, religião e muitos outros condicionantes” (*ibid*, p.85) (Grifo nosso). O marcador ‘lugar de residência’, embora bastante discreto entre tantos outros marcadores, designa aquilo que chamávamos de *continuum* rural-urbano constitutivo da realidade social paraguaia, cuja tematização é mais bem desenvolvida no item ‘como é a cultura que desejamos’: “a cultura democrática”, dizem elas,

“deve ser plural, inclusiva e igualitária, [deve] reconhecer o diverso que é nosso país, que não somos idênticos entre *nosotros* e *nosotras*. As 18 etnias indígenas não podem seguir excluídas, assim como suas línguas e sua cultura. (...)”

Como paraguaias compartilhamos traços culturais que devemos valorizar sem, por isso, perder a riqueza que outras culturas e novas gerações nos vão contribuindo. (...) Queremos que os mundos tão distintos da cidade e do campo, da capital e do interior do país, convivam de forma harmônica, sem esconder entretanto as tensões, mas, muito antes, canalizando adequadamente os conflitos” (CAB, 1994, p.111-112)

Na base desta citação está o recurso a um argumento interclassista bastante comum a movimentos de mulheres de contextos muito distantes entre si (SKOCPOL, 1995). Mas, será que a ‘discriminação’ que afeta essas mulheres ‘de maneira diferente’, e em cada um daqueles ‘dois mundos tão distintos’, obstaculiza a possibilidade de perceber elementos compartilhados entre essas mesmas formas de opressão? De certo que não: “Há uma década, nosso movimento de mulheres estava em seus inícios, buscávamos nossas coincidências, que então eram poucas (...). Hoje encontramos que a partir de nossa própria diversidade temos mais propostas comuns do que acreditávamos” (CAB, 1994, p.86). Ora, mesmo se a divisão sexual do trabalho organiza desigualmente o acesso a bens de diversos tipos e às várias instituições e, nelas, organiza também as relações sociais entre homens e mulheres, isso não significa que a sua tematização ou sua eventual contestação crítica seja acessível *per se* àquelas posições de sujeito sistematicamente desprivilegiadas por tal forma de divisão. Isso significa que, considerando-se que nenhum grupo social tem acesso privilegiado à ‘discriminação’ apenas por estar a ela sujeito, o fato mesmo de nomeá-la e explicitá-la pressupõe a construção de um ‘nós’ possibilitada por aquelas arenas setoriais e regionais: “[o] processo preparatório ‘Caminho a Beijing’”, nos deu a oportunidade de nos reunir e de expressar nossa voz conjunta, para decidir o que queremos e [para] nos obrigar a pensar com faremos para fazê-lo realidade” (*ibid*, p.86).

A construção desse ‘nós’ passa fundamentalmente pelo recurso à noção de ‘gênero’ que, nesse argumento, opera sempre como qualificativo de um substantivo precedente. Quer dizer, o termo aparece como ‘discurso de gênero’, ‘perspectiva de gênero’ ou ter ‘consciência’ dele. Ainda que essa não seja a data da gênese do uso da noção no vocabulário feminista paraguaio²²⁸, foi através desse ‘processo preparatório’ para a Conferência da Mulher que se deu a incorporação forte e, sobretudo, vinculante da noção de ‘gênero’:

“Ainda não se compreende bem o alcance do significado do feminismo e da consciência de gênero (...). Não apenas precisamos compreender o significado desses termos, mas também exercitar e capacitar a mulheres e homens para que atuem desde uma perspectiva de gênero, principalmente a profissionais da saúde, juizes e juizas, policiais e, em geral, a todos e a todas, tanto no setor público quanto no privado” (CAB, 1994, p.87) (Todos os grifos no original).

O texto é claro. Segundo elas, há a necessidade de se ‘compreender o significado’ e o ‘alcance’ do termo, e difundi-lo. Mas, fica a questão: o que significa ‘gênero’ para essas mulheres organizadas e afinal o que esse termo designa? De forma bastante significativa, a resposta a essas perguntas *não* pode ser textualmente encontrada em ‘*Camino a Beijing*’. A

²²⁸ Vários outros textos elaborados por organizações e militantes da CMP e da Multisetorial, datados da transição política, já traziam termos como ‘reivindicações de gênero’, ‘violência de gênero’, ‘política de população com perspectiva de gênero’ e ‘formas de discriminação em razão do gênero’.

acepção acadêmica do termo, qual seja, a afirmação de que o gênero, à diferença do sexo biologicamente determinado, designa o caráter socialmente construído (e, portanto, historicamente transformável dos pares) masculino/feminino e masculinidade/feminilidade, não é mencionada em qualquer momento. Ora, seria essa chamada ‘perspectiva de gênero’ um ponto de vista ‘das mulheres’ ou, em outros termos, teriam elas – *porque* mulheres – necessária ou compulsoriamente uma ‘consciência de gênero’? Segundo atesta esse documento, a resposta a essa última questão seria negativa:

“Na nossa cultura política persiste o nacionalismo militarista que restringe a compreensão e aceitação da diversidade, fomenta rígidas hierarquias e promove a obediência ao invés da razão. Se a democracia incorporasse em suas instâncias de decisão mulheres com consciência de gênero, se poderia construir uma sociedade diferente com democracia cultural, social, econômica e política” (CAB, 1994, p.93).

Dizer ‘se a democracia incorporasse mulheres com consciência de gênero’, significa por contraste que, aos olhos das mulheres organizadas, essa disposição específica não é inerente (‘peculiar’, dizia o Papa²²⁹) às mulheres, existindo, portanto, lado a lado aquelas com tal consciência e tantas outras sem ela. Isso significa, ainda, que o Estado pode e deve incentivar a participação de mulheres, independentemente de quais sejam suas disposições políticas, tanto quanto deve incorporar aquelas propriamente ‘com consciência de gênero’, tal como elas não apenas reivindicam, mas também se autodefinem: “[nós] mulheres com consciência de gênero queremos construir modelos de desenvolvimento diferentes que permitam uma mudança na nossa condição sociocultural e, em conseqüência, na estrutura mesma da sociedade” (CAB, 1995, p.110) (Grifo meu).

Aqui, o ‘gênero’ ou ter dele ‘consciência’ desempenha função de eixo vinculante que produz uma das bases daquilo que C. Tilly chama de ‘vitrine’ dos movimentos, qual seja, a construção e a exposição de uma ‘unidade’. ‘Gênero’ aí permite às mulheres organizadas se identificar entre si, de forma a produzir um ‘nós’ estratégico, e, ao mesmo tempo, fornece a entrada para um terreno discursivo comum a partir do qual elas constroem seus diagnósticos. Neste sentido, a produção desse ‘nós’ identitário pode ser também vista na análise sobre o pré-Beijing: “as companheiras de distintas regiões, setores sociais, classes e idades, se reuniam, refletiam e construía identidade de grupo” (VALLEJO, 1997, p.30).

No entanto, a busca por uma definição explícita e coerente do que é gênero em ‘Camino a Beijing’ seria vã porque, em geral, ele está apenas sugerido ou pressuposto. Sobretudo ao final, em ‘propostas para o futuro’, os remédios por elas levantados partem de um mesmo terreno no qual elas se identificam – o ‘gênero’ –, com fins a combater formas patológicas de ‘discriminação’: “Se [nós] mulheres combinarmos o acesso ao poder com uma

²²⁹ Veja-se em anexo ‘Carta às Mulheres’ (parág. 11).

perspectiva de gênero, teremos capacidade para construir um modelo de sociedade diferente, sem as discriminações que hoje existem por diferentes motivos” (CAB, p.115). Muito embora alguns trechos relativos à reivindicação de cunho institucional se utilizem expressamente dos termos ‘consciência’ ou ‘perspectiva de gênero’, mais uma vez, em nenhum momento eles vêm acompanhados de uma explicação detalhada. Tal ausência não deve espantar, pois, como se vê, o ‘gênero’ sustenta uma unidade discursivamente construída. Na vitrine por meio da qual se expõe o movimento de mulheres, e não somente feminista, se somam demandas específicas, comuns e difusas. Nesses termos, ter uma ‘consciência de gênero’ é compartilhar uma categoria vinculante através da qual, sujeitas a ‘discriminações’, as mulheres de diferentes ‘formas de inserção social’ se reconhecem entre si. E, na chave de uma aliança interclassista, se agrupam sob uma ‘voz conjunta’, de forma que a experiência sistemática e desvantajosa grupal – em uma palavra, essa experiência injusta – chega a se tornar inteligível para um público mais amplo e para elas próprias.

Junto dessa concepção vinculante de gênero, outro ponto importante na preparação anterior a Beijing é a avaliação então feita com respeito à Secretaria da Mulher. Como vimos no capítulo anterior, os primeiros meses de conformação da Secretaria estiveram fortemente marcados pelos conflitos internos ao oficialismo. Nesse contexto, a imagem pública da Secretaria estava bastante maculada por aqueles conflitos e, aos olhos do movimento, sua avaliação não era muito melhor: “a 9 meses da criação da Secretaria é ainda prematura sua avaliação, mas pode se afirmar que ainda não foram desenvolvidos mecanismos eficientes em nenhum nível para promover a igualdade real entre homens e mulheres”(CAB, 1994, p.101-2). E segue: “é necessária uma maior tomada de consciência e de compromisso, no âmbito nacional” (*ibid*, p.102). Já com relação ao ‘papel do Estado’ paraguaio, elas afirmam que este “não elaborou em toda essa década [1985-95] um modelo de desenvolvimento que atenda à problemática da mulher”, que ele “carece de uma política específica com respeito às mulheres nos planos de desenvolvimento” e, ainda, que “muitos dos projetos dirigidos à mulher foram assistencialistas, [e] outros sustentavam os papéis reprodutivos” (CAB, 1994, p.110-1).

Esse diagnóstico contundente e claramente insatisfeito com o Estado, em geral, e com a Secretaria da Mulher, em particular, é complementado por ‘propostas para o futuro’. Ali se lê que, segundo a opinião do movimento, a Secretaria da Mulher era um ‘passo formal importante’, mas para que “possa cumprir nossas expectativas [ela] deve se despartidarizar, se institucionalizar, elevar seu nível técnico e se expandir para os distintos pontos do país” (p.34). E mais: “os vários escritórios [ministeriais] que trabalham com mulheres e com o tema mulher o fizeram de forma descoordenada, sem diretrizes e sujeitas aos humores [*vaivenes*] partidários,

que não permitem uma gestão estável nas repartições públicas” (*ibid*, p.118). A solução proposta pelas mulheres organizadas estava na “participação ativa e efetiva das mulheres e suas organizações na formulação de políticas públicas” (*ibid*, p.118).

As organizações de mulheres não estavam apenas insatisfeitas; até Beijing, elas estavam também distantes da interlocução com a institucionalidade estatal, fosse porque não havia políticas públicas que poderiam ser virtualmente influenciadas a partir da sua ‘perspectiva de gênero’, fosse porque elas sabiam pela imprensa ou através de suas colegas de luta que a Secretaria, à época, havia se resumido a uma arena de disputas intrapartidárias.

De frente para a conferência na China, fundamentado naquele uso vinculante de gênero, as lideranças da CMP deram sinais de uma mudança estratégica. Pista da orientação desde então assumida pela Coordenação está no título da arena que sintetizou as discussões e contribuições dos fóruns setoriais e regionais – ‘*Por la plena participación de la mujer*’. “[T]emos interesse em participar nos projetos de decisão que nos afetam, mas isto não tem sido fácil, principalmente com os níveis executivos do Estado central. Não se encontraram canais de participação para a formulação, execução, nem avaliação de políticas públicas” (CAB, 1994, p.102) (Grifo meu). Resta saber quem é o sujeito desse ‘temos interesse em participar’? Ele é já um duplo sujeito: é, por um lado, aquele nós unitário construído através do uso vinculante de ‘gênero’ e, neste sentido, corresponde empiricamente às organizações do movimento amplo de mulheres implicadas em ‘Camino a Beijing’. Por outro lado, quem quer ‘participar nos projetos de decisão’ são as lideranças da Coordenação de Mulheres do Paraguai que passaram a investir fortemente nas interações com a Secretaria e com a própria Ministra.

A guinada ‘participativa’ da CMP fica espelhada em outras partes do argumento; junto do movimento de mulheres, suas integrantes não estavam senão reivindicando o direito à participação na formulação de práticas político-públicas – para não falar em ‘política pública’, algo quase inimaginável àquela altura: “[nós] organizações de mulheres queremos participar na elaboração e avaliação das políticas de ação estatal (...) queremos que nossas contribuições sejam incorporadas” (*idem*, p.119). Mais que isso, tanto as organizações da CMP quanto o movimento de mulheres querem que o Estado paraguaio incorpore a ‘perspectiva de gênero’: “é necessária a formulação e difusão dentro de toda a organização estatal acerca do trabalho com mulheres, desde uma perspectiva de gênero” (*ibid*, p.118)²³⁰. Trata-se de um tipo de

²³⁰ Essa assertiva se exprime em outros trechos: “não foram desenhados, desde o Estado, planos de desenvolvimento com perspectiva de gênero e tampouco se deu um debate sobre gênero” (p.104); e ainda, “[os] organismos multilaterais que colaboram com o Estado paraguaio deveriam orientá-lo para que possam incorporar efetivamente ações desde uma visão de gênero” (p.122).

reconhecimento prático-efetivo dentro do reconhecimento institucional e institucionalizado, dado que a Secretaria da Mulher já havia sido uma demanda oficialmente criada.

Dessa forma, é possível ver que nossa hipótese de pesquisa, naquilo que diz respeito à incorporação da ‘perspectiva de gênero’ por parte do Estado paraguaio, tem um marco empírico aqui delimitado. No processo preparatório para a Conferência da Mulher, as paraguaias mobilizadas exigiam uma mudança no Estado a partir de um ‘nós’ discursivo por meio do qual elas se expunham de forma unitária. Aí ‘gênero’ faz as vezes de uma vitrine do movimento e, ao mesmo tempo, encerra a mudança de tons participativos na disposição das organizações da CMP: “[nós, em duplo sentido,] recomendamos que o governo tenha uma política clara de desenvolvimento no econômico e social com uma perspectiva de gênero” (p.122).

7.1.1. Os primeiros passos de uma relação fluida...

Como vimos no capítulo anterior, a crise deflagrada pelas disputas intracoloradas na Secretaria da Mulher ao tempo de sua formação chegou através dos jornais assuncenos ao público mais amplo. Vimos aqui que uma das insatisfações das organizações reunidas em *Camino a Beijing* era precisamente a intensa partidarização da Secretaria e sua submissão aos ‘humores políticos’. O seguinte trecho de uma reflexão publicada no *Anuario Mujer* de 1995 sintetiza a visão que as integrantes da CMP faziam da Secretaria e, nela, as opções então disponíveis à Cristina Munõz:

“[Há] menos de um ano de sua criação [da Secretaria], a sensação nas mulheres [mobilizadas] era que seus medos estavam se tornando realidade e só víamos o espetáculo da partidarização e da banalização de um espaço pelo qual tínhamos lutado e que desejávamos que se convertesse em uma referência para a interlocução com o Estado. A permanência da Ministra (...) abria duas possibilidades: ou a Secretaria se fragmentava ainda mais, apelando exclusivamente para mulheres do próprio setor político[-partidário] para seus postos, ou começava uma abertura para a consolidação institucional, para uma interlocução mais adequada com outras instituições públicas, mais relacionamento com as organizações de mulheres e a busca de eficiência na gestão. Por sorte, optou-se pelo segundo caminho” (SOTO, 1998 [1995], p.27).

Apenas um retoque é necessário à última parte desse trecho: Cristina Muñoz optou pelo segundo caminho.

Insatisfeitas com a *performance* da Secretaria da Mulher, as feministas da CMP convocam, por volta de abril ou maio de 1994, Cristina Muñoz para uma reunião, “em privado, sem imprensa, e sem documento algum, [na qual] lhe foram feitas todas as críticas do que se via, de funcionamento da Secretaria da Mulher”, tal como disse em entrevista Line Bareiro. Entre as principais figuras e participantes das organizações da CMP, é bastante conhecida a expressão que resume todas as insatisfações expostas nesta reunião, a saber, ‘*chalai*’. ‘Sua

Secretaria é chalai!’ – essa foi a mensagem em tom de crítica escutada pela Ministra. Tal expressão significa em guarani algo entre 'zoneada' e bagunçada, e traduz fielmente a percepção que a Coordenação de Mulheres do Paraguai tinha sobre a partidarização e sobre o caráter irracional e desarticulado das poucas ações da Secretaria ao tempo de sua fundação.

Ao escutar que sua Secretaria era ‘chalai’, a reação da então Ministra foi altamente positiva e estratégica. Cristina Muñoz não apenas escutou os anseios ali expostos como também deu vazão real a eles, através de um intenso investimento na relação com a Coordenação de Mulheres do Paraguai. O primeiro passo nesse sentido foi o convite a duas históricas da CMP para integrar a delegação governamental na VI Conferência Regional sobre a Integração da mulher no desenvolvimento econômico e social da América Latina e do Caribe, realizada em setembro de 1994 em Mar del Plata. Em entrevista, Line Bareiro se lembrou positivamente desse evento, pois ela e Graziella Corvalán atuaram na redação do documento final, chamado ‘Programa de Acción Regional 1995-2001’, da Conferência promovida pela CEPAL. “[A] participação de duas companheiras da CMP (...) na delegação governamental marcou um ponto de inflexão nas relações entre as organizações de mulheres e a Secretaria da Mulher” (VALLEJO, 1997, p.22).

O ‘Programa de Acción’ da CEPAL encerrava indícios bastante sintomáticos tanto dos avanços dados pelo discurso feminista até ali, quanto dos desafios que ele teria de encarar, notadamente, nos palcos e pugnas do pós-Beijing. A linha estratégica que abre o documento não deixa dúvidas do estatuto alcançado pela noção de gênero nas agências e agendas do sistema internacional:

“incorporar la perspectiva de género em lo más altos niveles de planificación del desarrollo, en las políticas y las decisiones en materia social y económica, para superar la desigualdad entre mujeres y hombres derivada de la persistencia de marcos culturales y prácticas económicas y sociales discriminatorias” (CEPAL, 1994, p.131).

Se somássemos em alguma parte dessa citação ‘o Estado paraguaio’ ou ‘o Paraguai’, ela facilmente poderia ser considerada uma demanda do movimento amplo de mulheres ‘Camino a Beijing’. Seja como for, ainda que esse documento seja aberto pela indicação da necessidade política de incorporar a ‘perspectiva de gênero’, as reservas feitas pelas delegações nacionais a vários de seus parágrafos ilustram bem qual era o tema que inflamaria a oposição ao discurso feminista: os direitos reprodutivos ou, na definição do Programa de Ação do Cairo, a “saúde reprodutiva que implica (...) que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tenha a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando, e

quantas vezes o deve fazer” (CIPD, 1994, 7.2)²³¹. Cada vez que o texto da CEPAL reproduzia ou se remetia aos consensos alcançados no Cairo, sobremaneira, naqueles pontos ligados a direitos reprodutivos²³², as delegações nacionais não deixaram de expressar suas reservas. Curiosamente uma pista da influência e da atuação daquelas feministas históricas em Mar del Plata pode ser conferida na postura da delegação paraguaia, que não colocou qualquer reserva à versão final do documento final da CEPAL. Essa ausência foi, de certa forma, o ‘ponto de inflexão’ nas interações que dali em diante tornar-se-iam cada vez mais ‘fluidas’ entre a CMP e institucionalidade estatal. Mar del Plata foi, neste sentido, o prelúdio de Beijing.

Outro passo dado por Cristina Muñoz foi facilitado, para falar como os teóricos estadunidenses, pela IV Conferência Internacional da Mulher: “[a] Secretária da Mulher da Presidência da República convidou a duas integrantes da CMP [para] que fizessem parte da delegação que representaria o país na IV Conferência” (BAREIRO et al, 2004, p.180). Esse convite faz todo sentido em seu devido contexto: de um lado, Cristina Muñoz tinha seu rancho partidário no aparato estatal, e se via degladiando com parte de suas diretoras que pretendia tirar dela a vaga de Ministra. Em entrevista, a ex-Ministra diminui a importância desses conflitos e aponta para a brecha oportuna aberta por eles: “[fue] una de las pequeñas crisis que tuvimos que superar, pero que me vino bien porque me facilitó una mayor comunicación con las ONGs”. E, del otro lado de la vereda, estavam as organizações do movimento amplo de mulheres, lideradas pela CMP e unificadas pela ‘vitrine de gênero’, através da qual elas se identificavam e que lhes fornecia uma forma inteligível de expressar aquilo que elas ‘aprenderam a querer’.

E o que elas queriam? A resposta é inequívoca: queriam ‘participação’ e também que o Estado paraguaio incorporasse a ‘perspectiva de gênero’. “O processo preparatório para Beijing foi uma ocasião aproveitada pelas paraguaias organizadas para ter uma voz coletiva” – voz sintetizada naquela ‘vitrine de gênero’ – “e [que foi aproveitada] também para uma progressiva

²³¹ Ainda que não haja espaço aqui para uma reconstrução dos consensos implicados na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento ocorrida no Cairo em 1994, é importante notar que ela “foi decisiva e marco na evolução de direitos das mulheres, especialmente no que tange à capacidade de tomar decisões sobre sua própria vida. (...) [A] comunidade internacional chegou a um consenso sobre três metas a serem alcançadas até 2015: a redução da mortalidade infantil e materna; o acesso à educação, especialmente para as meninas; e o acesso universal a uma ampla gama de serviços de saúde reprodutiva, incluindo o planejamento familiar” (PATRIOTA, 2004, p.34).

²³² Veja-se, em especial, as ‘ações estratégicas’ II.5.i; V.1.v; VI.e do documento da CEPAL que tratam, respectivamente, de “impulsionar a adoção de medidas para proteger os direitos reprodutivos das mulheres, garantir sua discussão democrática e proporcionar os serviços correspondentes nos termos correspondentes assinalados pelos parágrafos do sétimo parágrafo da Plataforma de Cairo”; *ipsis verbis* “impulsionar a adoção de medidas para proteger os direitos reprodutivos das mulheres”; e “assegurar em cada país que as mulheres e os homens tenham acesso a anticoncepcionais e que se permita às mulheres exercer livremente seus direitos reprodutivos. Além disso, promover a investigação sobre os métodos científicos de regulação da fecundidade masculina que equilibrem o uso de anticoncepcionais femininos. No marco desta ação, se considera que, como figura no parágrafo 8.25 do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, ‘em circunstâncias em que o aborto não contraria a lei, esse aborto deve ser seguro’” (CEPAL, respectivamente, p.139; 151; 153).

aproximação com a instância estatal encarregada das políticas de gênero” (BAREIRO et al, 2004, p.180).

Situada naquele contexto, essa ‘progressiva aproximação’ e o papel altamente oportuno desempenhado por Beijing’95 são quase uma tautologia, pois a vontade expressa na reorientação do projeto das feministas é a saída mais estratégica e mais lucrativa para a Ministra então em apuros. Essa reorientação da CMP, agora explicitamente interessada na ‘participação’ e na institucionalidade relativa a políticas para mulheres, se deve, para retomarmos uma idéia anterior, à brecha aí existente *entre* a Secretaria em crise e a oportunidade internacional aberta pela ida à capital chinesa. E aquela ‘progressiva aproximação’ respondeu aos interesses de Cristina Muñoz e simultaneamente aos interesses dessas organizações civis. Saber se ou em que medida a ligação mais forte entre CMP e a Secretaria maculou a ‘autonomia’ das feministas ou foi um tipo de cooptação, instrumentalização ou coisa que o valha, é uma questão ligada à segunda parte de nossa hipótese, mas que não pode ser respondida *a priori*. Quer dizer, as implicações produzidas por tal aproximação devem ser entendidos à luz de sua devida reconstrução histórica. Por ora, vejamos como foi a ida da delegação do Paraguai à conferência em Beijing e como as atrizes civis e estatais, inclusive no caso paraguaio, tiveram de encarar a fúria do discurso religioso conservador, católico, em especial.

8.2. As guerras de gênero: conservadorismos religiosos *versus* interesses em confluência

A ida do Paraguai a Beijing teve um início um pouco conturbado. A princípio, o Estado paraguaio não colocou a então Ministra da Secretaria da Mulher, Cristina Muñoz, à frente da comitiva oficial para a Conferência da Mulher, que teria como seu presidente o então diretor da Secretaria Técnica de Planificação, Raul Cubas Grau. Além de não fazer qualquer sentido para as organizações e atrizes da rede de mobilização feminista, este nome tampouco era um grande conhecido do público paraguaio àquela época. O apontamento de Raul Cubas para a chefia da delegação em Beijing faz sentido, retrospectivamente, se notarmos que pouco tempo depois, em 1998, ele iria concorrer e vencer a disputa pela Presidência, sendo deposto no ano seguinte após um ciclo de protestos que ficou conhecido como o ‘Março paraguaio’. De olho na presidência, ao subir em um palanque internacional, aquele desconhecido colorado tinha a chance de se expor e se aproximar de uma ‘causa’ tão nobre e tão progressista como a assim chamada ‘questão da mulher’. Contudo, a rápida resposta e a pressão das organizações

feministas e de mulheres junto aos meios de comunicação logo mudaram essa situação, tirando Raul Cubas da comitiva:

“a crítica por parte das organizações de mulheres não se fez esperar. Os meios de comunicação fizeram eco e tanto barulho foi armado a respeito, que o presidente [Wasmosy] se viu obrigado a ratificar a lista prévia (...), a Ministra da Mulher passou [então] a presidir a delegação” (MARTINEZ, 1998 [1995], p.15).

Tal como se pode ler na memória da Secretaria, “a comitiva oficial, além de mulheres e homens representantes de diferentes organismos do Estado, incluiu representantes de organizações de mulheres da sociedade civil” (SMRP, 1998, p.). Entre estas últimas, figuravam participantes da Rede de Mulheres Políticas, Rafaela Guanes de Laino e Irene Capurro, ambas ligadas ao Partido Liberal Radical Autêntico, participantes da Coordenação de Mulheres do Paraguai, as feministas históricas Line Bareiro e Graziella Corvalán, e, além delas, duas mulheres, Néstar de Stark Rivarola e Blanca Zucollillo de Rodriguez Alcalá, cujas trajetórias e tomadas públicas de posição, como veremos, as aproximam fortemente da igreja católica²³³. Já do lado do Estado paraguaio, além de Cristina Muñoz, estavam duas recém contratadas diretoras ministeriais ‘de planta’, que substituíram os lugares ocupados por Teté Cano e Perla Yore, então derrotadas na pugnas dentro da Secretaria, duas assessoras diretas, bem como Luis Fernando Avalos, representante do Ministério das Relações Exteriores e que, segundo o depoimento de Line Bareiro, foi “[a] máxima voz [da comitiva] porque sabia o que Paraguai podia aprovar ou não”.

A comitiva paraguaia chegou à China não apenas acompanhada daquelas duas representantes católicas, mas também com o documento intitulado ‘Informe Nacional do Paraguai para IV Conferência Mundial da Mulher’, no qual são expressas as expectativas do país com relação ao encontro. Na conclusão desse texto, é possível ver que o “Paraguai estima que entre as medidas a serem implementadas com maior dedicação (...) se encontram aquelas relacionadas à educação e ao exercício da igualdade de direitos” (PARAGUAY, 1995, p.123.) Além disso, o país “está de acordo com que na Plataforma de Ação se formulem acordos para o fomento de Programas de Planificação Familiar com a condição básica do respeito à vida, isto é, que se aceitam os métodos que não interrompam o nascimento da vida” (*ibid*, p.123). Assim, é possível notar, especialmente através da defesa dogmática (‘condição básica’) do ‘respeito à vida’, que a disposição com que o Paraguai chegou à China tinha afinidade forte e clara com a opinião de uma daquelas representantes da igreja católica, Néstar de Stark Rivarola. Representante de uma ONG ‘pró-vida’ e integrante do arcebispado de Assunção, essa

²³³ A fala de Cristina Muñoz delimita bem a diferença entre essas atrizes: “*Blanca Zucullillo. Ella era vinculada a la Iglesia, pero de una posición moderada. Y otra persona era la Doctora Estar, que era radical, radical*”.

ginecologista, indignada com os consensos avançados alcançados pelo Programa de Ação do Cairo, um ano antes, chegou a afirmar publicamente que “[as] Nações Unidas começaram uma guerra contra as crianças porque o que buscam é o controle da natalidade se valendo inclusive do aborto” (*apud* CDE, 1994, p.71). O Programa do Cairo, na verdade, dizia justamente o oposto disso: “[em] nenhuma hipótese o aborto deve ser promovido como método de planejamento familiar. Todos os governos e organizações intergovernamentais e não-governamentais são instados a (...) considerar o impacto de um aborto inseguro na saúde como uma preocupação de saúde pública e a reduzir o recurso ao aborto” (CIPD, 1994, 8.25)²³⁴.

Seja como for, conforme os depoimentos das entrevistas com as feministas históricas e com a ex-Ministra, a participação das integrantes civis em Beijing’95 foi intensa e fundamental no sentido de aprofundar a experiência iniciada em Mar del Plata e de ‘diminuir os preconceitos’ com relação a Cristina Muñoz, e vice-versa. No âmbito das entrevistas, essas opiniões coadunam, especialmente com ênfase na participação das expertas civis em plenárias e votações. A maior parte do material documental, por sua vez, diz quase nada a respeito da atuação do Paraguai na e durante a Conferência.

Em sua entrevista, Line Bareiro enfatizou o clima de tensão entre as duas partes da comitiva paraguaia, uma sintetizada na postura dogmática religiosa e, outra, da qual ela própria fazia parte junto de suas colegas ‘históricas’ Esther Prieto e Graziella Corvallan, que ‘carregava o piano’ nas votações que exigiam maior capacidade de deliberação e conhecimentos específicos e adequados aos temas debatidos. A tensão entre esses dois lados da comitiva fica bem sintetizada em uma historietta que, embora anedótica, expressa a força investida nas mais diversas comitivas oficiais pelo conservadorismo católico em Beijing. Em determinado dia do encontro seriam votadas questões relativas à saúde e, a fim de evitar problemas com relação à posição do Paraguai em tal votação, a então Ministra teria convidado aquela ginecologista ultracatólica para fazer uma breve viagem e conhecer nada menos que a Muralha da China. Essa anedota não só sintetiza as tensões entre as duas partes, mas permite também entrever que Cristina Muñoz, ao tirar de cena uma atriz cuja *performance* poderia colocar o Paraguai no rol dos países oficialmente alinhados ao catolicismo dogmático, estava bastante disposta a se abrir para e a abrir as portas para as militantes feministas da Coordenação de Mulheres do Paraguai.

²³⁴ Pista discreta da batalha aberta pela (potencialidade da) Conferência do Cairo pode ser vista na reação ao “Seminário ‘População, Equidade e Transformação produtiva’ [que foi] realizado no marco (...) das atividades preparatórias da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento” (CDE, 1997 [1994], p.66). Em resposta a esse seminário, “bispos [da Conferência Episcopal Paraguai] criticaram duramente as campanhas de prevenção da gravidez levadas a cabo (...) por ONGs, organismos internacionais, etc., e defenderam o método natural” (*idem*, p.66).

Em seu todo, portanto, o processo em torno da Conferência Mundial da Mulher serviu como oportunidade única para a confluência entre as demandas expostas através daquela ‘vitrine de gênero’ e as necessidades mais imediatas da própria Ministra. Contudo, o desfecho efetivo da participação paraguaia em Beijing’95 pendeu menos para essa confluência e muito mais para a disposição dogmática, antecipada e veiculada por aquela ‘condição básica de respeito à vida’, com que a comitiva saiu do país. Isso porque, ao final do encontro, mesmo tendo subscrito os documentos ali debatidos, o Paraguai lançou uma nota intitulada ‘reservas e declarações quanto à interpretação da Declaração e da Plataforma de Ação de Beijing’ (PARAGUAY, 1995b).

As duas primeiras ressalvas colocadas pelo país tratam das relações entre corpo, informação e saúde sexual e reprodutiva. Na primeira delas, se lê: “con respecto a la sección C del capítulo IV, de la Plataforma de Acción, el Gobierno del Paraguay ve con satisfacción que el mismo responde al contenido de su Constitución Nacional y especialmente en su artículo 61”. O mencionado capítulo diz respeito à necessidade de ‘promover a investigação e difundir informação sobre a saúde das mulheres’, ao passo que a Carta constitucional paraguaia sustenta que

“el Estado reconoce el derecho de las personas a decidir libre y responsablemente el número y la frecuencia del nacimiento de sus hijos, así como a recibir, en coordinación con los organismos pertinentes educación, orientación científica y servicios adecuados, en la materia”.

Tudo se passa como se o Paraguai, mesmo antes da Conferência, já tivesse feito sua lição de casa: as paraguaias que desejam ter ou evitar filhos já contam com o direito ao acesso a um tipo de informação correspondente, cuja circulação, no entanto, era bastante improvável, senão mesmo impossível, de ser encontrada no seio do Estado paraguaio.

Também nos dilemas que circunscrevem usos e limites do corpo, a segunda ressalva do Paraguai gira em torno do parágrafo 94 da Plataforma e, mais especificamente, em torno da ideia de que ‘homens e mulheres têm direito a ser informados e a ter acesso a outros métodos de regulação da fecundidade que não sejam contra a lei²³⁵’. Em nota, a comitiva paraguaia apenas afirma que tal ideia “terá para a República do Paraguai o alcance que lhe permite sua legislação nacional” (PARAGUAY, 1995b). Para ser exato, não é possível afirmar que isso contradiga ou questione a Plataforma. Na mesma veia da convicção com que chegou a China,

²³⁵ “Reproductive health is a state of complete physical, mental and social well-being and not merely the absence of disease or infirmity, in all matters relating to the reproductive system and to its functions and processes. (...) . Implicit in this (...) condition are the right of men and women to be informed and to have access to safe, effective, affordable and acceptable methods of family planning of their choice, as well as other methods of their choice for regulation of fertility which are not against the law, and the right of access to appropriate health-care services (...)” (PAM, 1995, parág. 94) (Grifos meus).

contudo, tal postura apenas desresponsabiliza e afasta o Estado paraguaio de qualquer compromisso orientado para a mudança jurídica (mais, ou menos, criminalizante) no que toca as diferentes práticas e contextos de interrupção da gravidez.

Por fim, a última e mais importante parte da nota: “com respeito ao termo ‘gênero’ utilizado nos documentos adotados no seio dessa Conferência, o Governo do Paraguai interpreta que tal conceito se refere a ambos os sexos: o homem e a mulher, e com tal alcance foi incorporado em seus documentos nacionais” (PARAGUAY, 1995b). Simples e superficial: a comitiva paraguaia voltou para casa com um questionamento do ‘gênero’ cuja ênfase recaía sobre ‘ambos os sexos’. Falar em gênero, como se sabe, é falar no caráter socialmente construído das diferenças sexuais e não simplesmente falar da diferença sexual – ‘ambos os sexos’ não nos diz muito, diz apenas que a comitiva oficial do Paraguai manteve na volta da China uma forte afinidade com o ‘círculo da solidariedade misógina’, como dizíamos ao começo do capítulo, e com sua disposição conservadora. Por outro lado, e não menos importante, o caráter superficial dessa última parte da ‘nota de alcance’, aliado a partes não gravadas das entrevistas, permite entrever que as feministas envolvidas na delegação não estiveram implicadas em sua redação.

Se a delegação oficial da Igreja Católica já havia viajado munida da ‘Carta às Mulheres’, ela voltou da China lá deixando duas ressalvas de peso. Em ‘Reservas e declarações de interpretação do Vaticano’, o discurso religioso “lamenta que na Plataforma de Ação não se tenham feito referências a tão fundamental unidade social”, constituída pelo Homem e pela Mulher em Família. Nos 14 parágrafos desse documento, desfilam vários argumentos que tanto reiteram explícita e implicitamente a importância de instituições como o casamento, a família, a heterossexualidade, quanto, como de praxe, criticam a prevenção da AIDS e justificam o que é ali denominado de ‘gravidez forçada’. Junto dele, vem outro documento intitulado ‘Declaração da interpretação do termo ‘gênero’ da delegação do Vaticano’, cujo argumento central consiste em dizer que “o termo gênero é entendido pelo Vaticano como baseado na identidade sexual biológica, masculina ou feminina”. À medida que ambas as interpretações, da delegação paraguaia e da católica, colocam em questão o mesmo objeto, há forte paralelo entre elas. Porém, isso não significa dizer que elas têm uma mesma natureza justificativa, pois a argumentação religiosa se enraíza na explicação de cunho biológico, da qual a outra ressalva, por sua vez, abre mão, assentando-se em uma simples e superficial referência a ‘ambos os sexos’.

Por outro lado, como vimos, a incorporação estatal de ‘gênero’ foi central na demanda vocalizada por aquele sujeito duplo, a um só tempo, o movimento paraguaio de mulheres e as

feministas da CMP. Ao mesmo tempo, ‘gênero’ foi o termo que sustentou ‘nós’ identitário comum às organizações de mulheres que, mesmo se atravessadas por realidades sociais muito distantes e distintas entre si, denunciavam a ‘discriminação’ a qual estavam sujeitas. Para esta mesma acepção, e certamente não por acaso, apontam os documentos forjados em Beijing, a Plataforma e a Declaração, sendo que esta última compele seus Estados-parte a fomentar ‘políticas sensíveis a gênero’, a ‘igualdade de gênero’ e tal ‘perspectiva’²³⁶.

Tanto as ressalvas do Vaticano e do Paraguai quanto o uso feito pelas mulheres organizadas e pelos documentos da Conferência ao redor de um só e mesmo signo linguístico, parecem compor os polos daquilo que J. Franco chamou de *gender wars*. Essas ‘guerras’ se travaram em várias realidades nacionais na América do Sul, nas quais, sob o auspício do conservadorismo católico, vários atores políticos se voltaram violentamente contra o uso estatal da noção de gênero. “De acordo com os críticos do ‘gênero’”, nos diz a autora, “uma vez que as pessoas aceitassem que as diferenças entre homens e mulheres são socialmente construídas e, portanto, modificáveis, o caminho estaria aberto para o aborto legalizado, para a aceitação da homossexualidade, para o reconhecimento de famílias ‘irregulares’, e para o colapso dos valores da família” (FRANCO, 1996). Nesse cenário, reproduzido também no Paraguai, opositores e defensoras lutam em torno do ‘gênero’, em torno de quais deveriam ser seu uso e significado. A respeito da versão paraguaia dessa ‘guerra’, a leitura de Clyde Soto, feminista do CDE e da CMP, pode nos ajudar:

“[o Paraguai] apresentou uma nota de alcance referida ao termo gênero. É possível considerar que apesar dos esforços de anos de muitas mulheres, e também de alguns homens, para propiciar uma visão que reconheça a discriminação como um produto da cultura que pode ser mudado, algumas pessoas do governo não chegaram a entender plenamente o sentido do conceito de gênero” (SOTO, 1995, p.29).

Forjada nos laços e trocas de investigação social que marcam o perfil da Coordenação de Mulheres do Paraguai, a mentalidade de Clyde Soto capta acertadamente o cerne da noção de gênero: *qua* ‘produto da cultura’, a discriminação baseada na diferença sexual ‘pode ser mudada’ – portanto, aí não há nada de natural ou biológico e, à diferença do que queria acreditar o papa, nenhuma necessidade de qualquer ordem vive ‘em ambos os sexos’. Contudo, a interpretação feita pela investigadora do CDE com relação à nota de alcance perde de vista algo que, a meu ver, é fundamental: sob a forte influência religiosa, a reserva denota

²³⁶ “It is essential to design, implement and monitor, with the full participation of women, effective, efficient and mutually reinforcing gender-sensitive policies and programmes (...).Take all necessary measures to eliminate all forms of discrimination against women and the girl child and remove all obstacles to gender equality and the advancement and empowerment of women. (...) We hereby adopt and commit ourselves as Governments to implement the following Platform for Action, ensuring that a gender perspectives reflected in all our policies and programmes” (DEB, 1995).

em boa medida o reconhecimento do alto grau de *politicidade* implicado na noção de gênero. Se não a tivessem visto com algum potencial para questionar a naturalidade da divisão sexual do trabalho, nem as mais variadas delegações nacionais e tampouco o Vaticano dedicariam sequer um minuto para restringir seu significado. Prova de que o ‘gênero’ esteve cheio de potencial/perigo político está, por paradoxal que seja, inscrita na própria Plataforma de Ação, que reduz o significado do termo à sua compreensão ordinária: “*the word ‘gender’ as used in the Platform for Action was intended to be interpreted and understood as it was in ordinary, generally accepted usage*” (PAM, Anexo 4)²³⁷. Longe de afirmar, e mesmo de sugerir, que as dinâmicas de gênero se configuram como algo socialmente produzido (e, portanto, historicamente transformável) com base nos símbolos e lugares atribuídos aos sexos, o significado dado ao termo pela Plataforma é tão ou mais esvaziado de sentido que a apropriação feita pela delegação oficial paraguaia. Afinal é disso que se trata: de *apropriação*, de como inscrever no próprio signo ‘gênero’ os limites daquilo que ele pode significar e, por essa via, contestar: o uso e o significado do termo são, a um só tempo, armas e objetos em disputa nas ‘guerras de gênero’ que atravessaram durante boa parte da década de 1990 os países sulamericanos e também o Paraguai²³⁸.

No seu todo, a IV Conferência foi o palco das confluências entre atrizes agora em diferentes lados *de la vereda*, pois algumas delas, ‘antigas camaradas de luta’, nos termos de S. Alvarez, estavam em órgãos estatais ou internacionais. Ou, como disse M. Barrig, àquela altura o feminismo tinha saído dos bairros e conquistado os ‘corredores’. Além de servir como

²³⁷ Veja-se, em anexo, ‘Statement by the president of the conference on the commonly understood meaning of the term ‘gender’’. Com efeito, o que esse anexo faz é não tomar nenhuma posição substantiva com relação ao termo, que não aparece oposto ou em relação à natureza, biologia ou sexo: “there was no indication that any new meaning or connotation of the term, different from accepted prior usage, was intended in the Platform for Action”. Ao que parece, a estratégia das lideranças do sistema internacional é manter apenas em estado tácito a compreensão feminista da noção de gênero, sem explicitá-la. Apesar desse sentido amorfo, neutralizado e domesticado de ‘gênero’ não ter freado as inúmeras reservas de países de várias partes do mundo e de todos os níveis de desenvolvimento econômico e político, a Plataforma de Beijing operou, no caso paraguaio, como um impulsor da ‘internalização’, tal como o define S. Tarrow, “ou seja, [como] a construção de campanhas de ação local ou nacional, não-estatais, construídas em torno de questões externas – a maioria das vezes de forma visível em reação às ações adotadas pelas instituições internacionais” (TARROW, 2009, p.153) (Grifo meu). Do texto de Tarrow não é possível depreender as razões para o uso de ‘não-estatais’, mas seja como for, veremos adiante que a chamada ‘Mesa Tripartite’ encarnou isso que ele chama de ‘internalização’.

²³⁸ A pugna ao redor dos usos e significados de ‘gênero’ atravessou a década de 1990 e chegou até hoje. Em entrevista a um dos maiores jornais do Paraguai, Néstar de Stark critica a educação sexual; à pergunta sobre o quê o gênero significa, ela responde: “Significa interpretar el género como consecuencia de la cultura o la educación que vive el niño o la niña, cualquiera sea el género, que para ellos puede ser masculino, femenino, heterosexual, homosexual, transgénero y otros. (...) Es decir, se hace creer que la sexualidad no depende de la naturaleza. (...) Más todavía, hablan de ‘sensibilizar y capacitar con perspectiva de género’ a los funcionarios (de justicia, salud, seguridad)” – se parássemos por aqui, a fala da atriz ‘ginecodisciplinária’ dá uma mostra de para onde vão os esforços feministas, notadamente, depois de Beijing, mas sigamos com o dogmatismo ultracatólico – “[es] decir, no ir contra ninguna de esas formas de vida (...) Nosotros lo que queremos es evitar que se promueva otro tipo de vida que no sea la naturaleza humana: masculino y femenino. No se pueden promover leyes que contradigan la naturaleza humana, de graves consecuencias para la familia (...) Ellos [*algumas ONGs*] solo quieren legitimarlos a través de leyes para que el mismo Estado se encargue de las campañas” (ABC Color, 29 de maio de 2005).

palco para essas relações confluentes, Beijing'95 encenou os embates entre feministas e fundamentalismos religiosos. E as disputas para imprimir publicamente as respectivas concepções grupais de mundo, para difundir ou barrar os projetos feministas, foram travadas após a volta da China nas diferentes realidades nacionais (FRANCO, 1996).

Apesar de a comitiva do Paraguai ter mostrado, ao final do evento, uma afinidade com a disposição papal, sua interpretação oficial do 'alcance' do termo gênero ficou restrita a algo ambigualmente relacionado a 'ambos os sexos'. Já vimos que cruzada católica antifeminista no Paraguai fez da redação e da convenção constituintes um de seus espaços de disputa. Ora, essa não era a primeira nem a última guerra de gênero, para falar como J. Franco, travada entre movimento feminista e contramovimento católico fundamentalista. Como vimos, o fôlego e o pânico moral do catolicismo organizado paraguaio se mostraram fortes desde a abertura, quando o tema do divórcio arrepiou o episcopado paraguaio, atravessaram toda a década de 1990 e chegaram até a consagração presidencial de Fernando Lugo, em 2008, quando uma feminista de peso histórico foi nomeada para a pasta da Secretaria da Mulher e foi taxada, pelo discurso católico regional, de 'a ministra promotora do aborto'²³⁹.

A Conferência de Beijing operou então como uma espécie de oportunidade internacional, pois ela coadunou com os conflitos e desarranjos internos à própria Secretaria abriam uma brecha na sua recomposição. Neste sentido, a então Ministra se torna não uma aliada, mas a aliada das feministas da CMP, e sua aproximação responde aos interesses de ambas as partes. Em uma avaliação do pós-Beijing, intitulada 'Grandes créditos de Beijing', Line Bareiro se volta para o cenário anterior e vê que tal laço era distinto e distante: "Apesar do trabalho para a criação da Secretaria da Mulher, as relações entre esta e a CMP durante o primeiro ano de funcionamento da Secretaria foram tensas e distantes" (1999 [1996], p.15). Esse cenário se altera em Mar del Plata e muda radicalmente depois da ida à China. Apesar da 'nota de alcance' da comitiva paraguaia e dos esforços e cartas papais, a aproximação entre atrizes que queriam ver a 'perspectiva de gênero' dentro do Estado paraguaio e uma atriz que queria ganhar legitimidade e visibilidade através de sua Secretaria foi facilitada por Beijing'95. Prova disso, mesmo se anedótica, foi a retirada estratégica daquela atriz 'ginecodisplinária' de perto das votações e decisões sobre a saúde sexual e reprodutiva na conferência. Assim, o processo de Beijing trouxe 'grandes créditos' por duas razões: "[tanto] porque durante esse processo houve um crescimento político do movimento de mulheres" que, tal como vimos neste capítulo, tinha 'aprendido a querer' e a 'querer participar'; "[quanto porque] foram estabelecidas

²³⁹ Cf. 'Futura ministra da Mulher do Paraguai se declara promotora do aborto' - <http://www.acidigital.com/noticia.php?id=13959>, acessado em 10 de novembro de 2009.

as bases para uma cooperação dinâmica com a Secretaria da Mulher” (BAREIRO, 1999 [1996], p.14). Tal como veremos no oitavo capítulo, os esforços feministas articulados no pós-Beijing significaram os primeiros passos na incorporação estatal da ‘perspectiva de gênero’ e, mais que isso, a aproximação entre a Secretaria e algumas atrizes da CMP significou, para estas, ‘os encantos da participação’²⁴⁰.

7.2.1. A internalização da Plataforma de Beijing e a avaliação em ‘Beijing+5’.

Os dois principais resultados conquistados na e pela IV Conferência Mundial da Mulher foram a Declaração de Beijing e a sua correlata Plataforma de Ação (PAM, 1995). A plataforma elenca dozes ‘esferas críticas de preocupação’ que vão desde mulher e pobreza, passam por questões como educação e direitos humanos das mulheres, e chegam até a infância e os meios de comunicação. Além disso, traz diagnósticos, objetivos e medidas para a atuação nas arenas nacionais com respeito a cada uma daquelas esferas de preocupação. A despeito da acepção esvaziada de gênero veiculada por esses documentos, eles serviram como incentivadores do processo de ‘internalização’ (TARROW, 2009) da ação feminista no Paraguai. Quer dizer, os consensos e avanços logrados em Beijing, em especial aqueles prescritos nas medidas e objetivos da Plataforma de Ação, significaram tanto para o Estado paraguaio quanto para as feministas fazer a tarefa de casa, isto é, levar a cabo e fazer levar a cabo os compromissos internacionalmente assumidos. E, bem ao modo de uma oportunidade oportuna, o pós-Beijing encerrou uma dupla afinidade entre os objetivos da Plataforma e as capacidades das atrizes do feminismo paraguaio e, também, entre aqueles objetivos e as demandas das paraguaias mobilizadas que reivindicavam a generificação estatal.

A internalização da Plataforma de Ação no Paraguai se deu por meio da Comissão Tripartite instaurada a partir do Convênio ou ‘*Acuerdo tripartito para la Igualdad*’ (SMPR, ONU-Py, SMP, 1996). Esse convênio foi produto dos debates desenrolados no ‘Seminário Definição de Prioridades da Conferência Mundial sobre a Mulher’. “Essa Comissão Tripartite é de fundamental importância para dar seguimento efetivo à Plataforma de Beijing e para unificar os esforços realizados em prol do avanço da mulher em todos os campos” (*idem*, p.136). A síntese documental desse seminário sugere que a Comissão ou, como ficou mais conhecida, a Mesa Tripartite foi um ‘resultado inesperado’:

²⁴⁰ Título do *Anuario Mujer* de 1996: ‘Aquelarres en movimiento o los encantos de la participación’ (CDE, 1999 [1996]).

“o seminário teve como um resultado não esperado: articular atores com poder de decisão e de concretização, conformando uma Comissão (...) composta pela Secretaria da Mulher, representando o Estado, pela sociedade civil, através da Coordenação de Mulheres do Paraguai, e pelos organismos internacionais de cooperação, liderados pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)” (SMPR, ONU-Py, SMP, 1996, p.136).

Em sentido retrospectivo, contudo, a Mesa Tripartite não é algo inesperado, pois o que se vê antes dela é a aliança entre a Ministra da Mulher e lideranças da CMP, experimentada em Beijing e já esboçada em Mar del Plata. Aquelas cenas internacionais foram prelúdio de um padrão de interação sócio-estatal estabelecido entre essas partes: “uma das instâncias de cooperação [na Mesa] é entre organizações não-governamentais e organizações governamentais. O movimento começou na sociedade civil, mas chegou ao Estado e deve seguir penetrando em dita esfera” (SMPR, ONU-Py, SMP, 1996, p.136). Essa ‘penetração’ da sociedade civil no Estado é própria do pós-Beijing. Na verdade, como veremos no oitavo capítulo, a Mesa Tripartite é apenas um entre outros impulsos institucionais que marcaram a relação das feministas paraguaias com o Estado, para além mesmo da Secretaria da Mulher, na volta da China.

Em vários desses impulsos as históricas da CMP atuaram como ‘consultoras’ ou como pesquisadoras contratadas, e alguns deles já estavam em curso à época da formação da Mesa: “Com a criação da Secretaria da Mulher da Presidência da República e com o lançamento de planos e programas com perspectiva de gênero no seio do setor estatal, uma nova fase se iniciou nas relações Estado-sociedade: uma maior permeabilidade de ambas as esferas aos influxos do outro” (SMPR, ONU-Py, CMP, 1996, p.137)

As atividades desenvolvidas pela Mesa Tripartite atravessaram os dois mandatos nos quais Cristina Muñoz esteve no cargo ministerial, chegando, portanto, até meados de 2003. Tais ações estiveram notadamente concentradas na “criação de espaços alternativos de comunicação (...) para a transmissão de capacitação em temas de gênero” (*idem*, p.139). Exemplos desse tipo de espaço foram as arenas criadas para debater ‘*La imagen de la mujer en los medios de comunicación*’, ‘*El rol fundamental de la prensa en el seguimiento a la implementación de los compromisos de Beijing*’ e a elaboração do ‘*Guía para detectar el sexismo en la publicidad*’²⁴¹. Tema central nas práticas e atividades da Mesa foi a violência contra a mulher. Neste sentido, junto de outras campanhas impressas e televisivas de sensibilização, foi desenvolvido o anúncio ‘*Siempre hay una primera vez..., para denunciar la violencia*’, e, após a conquista de uma lei de violência intrafamiliar, a Mesa elaborou o ‘*Manual de Procedimientos para la Aplicación de la Ley 1600*’.

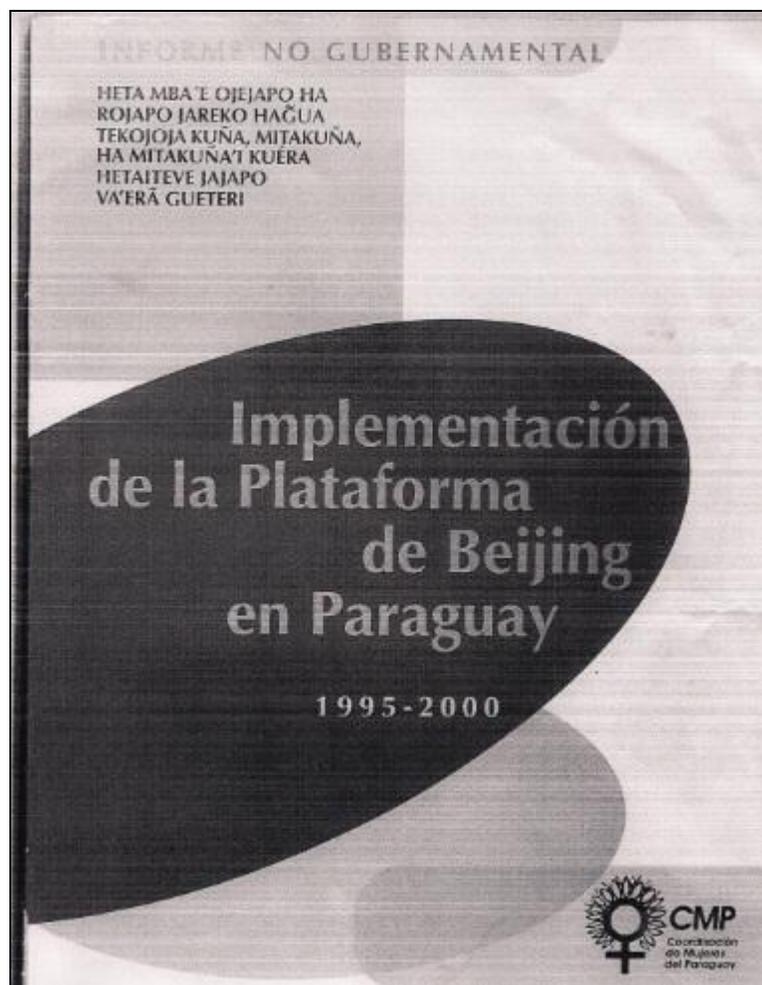
²⁴¹ Os dados sobre as práticas e atividades da Mesa foram consultados em <http://www.unfpa.org.py/unfpa/beijing/index.php> - acessado em 09 de junho de 2010.

Esse conjunto de práticas e arenas marcou o modo pelo qual atrizes civis, estatais e internacionais trouxeram parte dos compromissos herdados pelo Paraguai na China para dentro do país. Ao mesmo tempo, a Mesa Tripartite encarnou um dos espaços nos quais e por meio dos quais a sociedade civil ‘penetrou’ no Estado paraguaio. Mais propriamente, a Mesa foi uma das interações sócio-estatais nas quais, com o apoio do sistema internacional, se consolidou o padrão ‘fluido’ de interação entre a ex-Ministra Cristina Muñoz e as históricas da Coordenação de Mulheres do Paraguai. No oitavo capítulo, serão abordados outros exemplos dessa ‘relação fluida’ e daquilo que vou chamar de arenas civil/estatal/internacional de interação, bem como os efeitos institucionais por elas produzidos.

Para finalizar este capítulo, vamos observar em grandes linhas a avaliação feita pelas organizações integrantes da Coordenação a respeito da internalização da Plataforma de Beijing. A síntese documental desse processo de avaliação ‘independente do Estado’ ficou impressa em *‘Heta Mba’e Ojejapo ha Rojapo Jareko Hagua Tekojoja Kuña, Mitakuña, ha Mitakuña’i Kuéra Hetaiteve Jajapo Va’erã Gueteri - Implementación de la Plataforma de Beijing en Paraguay 1995-2005. Informe No Gubernamental’* (CMP, 2001)²⁴².

Figura 4: Capa do informe sobre a implementação da Plataforma de Beijing

²⁴² Utilizo a referência CMP (2001) apenas para designar a introdução (p.7-14), a conclusão (p.193-198) e o conjunto dessa obra. O significado daquela frase em guarani no título será explicitado logo adiante. Os demais textos, a exemplo da ‘Apresentação’ já citada assinada por Line Bareiro e Mirtha Rivarola, serão citados com referência a cada autora, a maior parte delas ligada a organizações da Coordenação.



Fonte: CMP (2001).

“[En] 1996 se creó la mesa Tripartita de Seguimiento a Beijing (...) [y en] el marco de ese compromiso, la CMP considero fundamental llevar adelante – independientemente del Estado –, el monitoreo y evaluación de la implementación de la Plataforma” (BAREIRO & RIVAROLA, 2001, p.5). ‘Independente’ nessa citação não significa que essa avaliação esteja, e sequer seja vista pela CMP, como que desligada das ações tomadas e que eram objeto de escrutínio daquele mesmo documento, pois ele foi feito “desde una perspectiva plural autocrítica y propositiva, [para] dar cuenta de los avances y desafíos pendientes” (BAREIRO & RIVAROLA, 2001, p.5) (Grifo meu). A postura então assumida pela Coordenação é interessante porque se reconhece como implicada no processo que almeja julgar:

“[presentamos] una rendición de cuentas de nuestra actuación y un control ciudadano al Estado y la sociedad paraguaya. Porque en eso consiste este trabajo colectivo: en examinar, con sentido crítico y autocrítico, lo sucedido en el país luego de la IV Conferencia Mundial de la Mujer” (CMP, 2001, p.7) (Primeiro grifo no original, segundo grifo meu).

A avaliação governamental ou civil dos avanços obtidos após o comprometimento com declarações e plataformas não apenas é comum a outras conferências internacionais, como é por elas prevista. No caso da Conferência Mundial da Mulher, esse processo ficou conhecido como ‘Beijing+5’ e, portanto, foi realizado ao redor de 2000. Essa data coincidiu com um contexto muito particular no Paraguai. No mês de março de 1999, após o assassinato do vice-presidente e sob pressão de uma grave convulsão social, caiu o então recém-eleito presidente do Paraguai – o mesmo que tentou liderar a delegação paraguaia na ida à China. A essa reviravolta institucional correspondeu a emergência de uma coalizão chamada ‘Gobierno de unidad nacional’ que, segundo a avaliação das feministas, ‘não tardou em tirar suas esperanças’ (CMP, 2001, p.12). Como veremos no nono capítulo, elas não estavam sozinhas nessa ‘desilusão’, estavam liderando o *Foro Permanente de Organizaciones de Mujeres*, uma das arenas pelas quais passou a tematização dos avanços pós-Beijing.

Para fazer essa avaliação, foram utilizadas aquelas doze ‘esferas de atenção’ da Plataforma de Beijing. Financiadas e apoiadas pelo sistema internacional, as redatoras do relatório não-governamental inquiriram os avanços, as ações tomadas e os retrocessos relativamente aos objetivos estratégicos de cada uma daquelas esferas de atenção. Para adequar a Plataforma à realidade paraguaia, a equipe da CMP resolveu não abordar o item relativo a ‘conflitos armados’, juntar os itens ‘economia’ e ‘pobreza’, bem como ampliar a discussão sobre saúde em dois capítulos distintos – um apenas com indicadores, e outro que gira ao redor das políticas de saúde.

A observação detida em cada um dos capítulos da avaliação nos levaria a um aprofundamento demasiado específico àquelas esferas de preocupação. Interessa-nos, antes, ver como se deu aquela postura dupla, ‘crítica e autocrítica’, e como ela percorreu a avaliação da CMP. À introdução e à conclusão do documento, é possível ver uma síntese dos retrocessos e avanços observados, bem como a autocrítica feminista. No que tange à realidade em retrocesso, a situação mais grave é a da saúde, ou seja, da falta dela: “[o] subdesenvolvimento do Paraguai se vê de maneira dolorosa no campo saúde. O indicador mais grave é que as mulheres jovens (...) continuam morrendo principalmente por razões de gravidez, parto e pós-parto” (CMP, 2001, p.195).

Já as conquistas podem ser vistas nos capítulos de mecanismos institucionais, participação política e educação. “Estas conquistas custaram o esforço das organizações de mulheres, mas é necessário reconhecer que o Estado paraguaio fez bem alguns de seus deveres. Isso foi principalmente mérito da Secretaria da Mulher (...) que soube vincular-se às organizações da sociedade civil e propor políticas públicas” (CMP, 2001, p.12). Esse tom

elogioso, no entanto, não veio desligado de uma crítica à institucionalização da Secretaria: “A ampliação dos mecanismos institucionais para o avanço da Mulher constitui um robusto avanço. Neste sentido, criou-se a Secretaria da Mulher (...), ainda que sua fragilidade resida na sustentabilidade frente às mudanças [parlamentares] de liderança nacional” (*idem*, p.196). Com isso elas querem dizer que o órgão estatal de gênero e, mais amplamente, a generificação estatal não deveriam depender do ‘compromisso e capacidade pessoais’ da então Ministra Cristina Muñoz (*idem*, p.13).

Com relação à autocrítica, a ênfase das feministas se voltou para a última esfera de atenção da plataforma de Beijing, qual seja, ‘a menina’. “O capítulo que trata da sua situação está cheio de informações (...) que [nós] as próprias mulheres organizadas não tínhamos nos questionado antes” (*idem*, p.14). E, ao final da avaliação, elas dizem que “[as] meninas são nossa grande dívida, assim como do Estado e da sociedade em seu conjunto” (*idem*, p.198).

De modo mui interessante, a avaliação de ‘Beijing+5’ encerra diferentes momentos de nossa tese. Seu contexto imediato de produção é o período pós-*Marzo* paraguaio que, como veremos, pacificou brutalmente as elites políticas no país e deixou como legado uma zona pública de interação entre autoridades e atores sociais, inédita no país, e da qual a posição ocupada pelo *Foro Permanente de Mujeres* era um exemplo. Já a avaliação dos retrocessos traz a triste realidade de uma maquinaria estatal que, mesmo em ritmo de modernização caudatária das trocas sócio-estatais observadas no seguinte capítulo, não dava conta da saúde paraguaia: “apesar do interesse por saúde e reprodutiva, o maior problema é que os próprios serviços vêm deteriorando” (*idem*, p.195). E, no que diz respeito à nossa hipótese, especificamente à incorporação estatal do ‘gênero’ e a seus avanços, elas reconhecem o ‘mérito’ de Cristina Muñoz que soube ‘vincular-se à sociedade civil’ – considerando-se aí não somente a CMP, pois a atuação de Muñoz junto à *Red de Mujeres Políticas* foi igualmente importante para os avanços da participação política das mulheres²⁴³.

Seja como for, notório na crítica da CMP é o seu caráter, por assim dizer, ponderado: ao mesmo tempo em que elogiam a interlocução e influência possibilitadas pela abertura da então Ministra da Mulher, as feministas da Coordenação avaliam que a institucionalização não pode depender de uma vontade pessoal. Esse tom ponderado atravessa os capítulos da crítica feminista. À exceção de ‘saúde’, o reconhecimento textual dos avanços conquistados vem ao lado do reconhecimento dos limites desses avanços. “Em termos gerais, é possível dizer que muito foi feito [por exemplo] com relação à violência contra a mulher desde a Conferência de

²⁴³ Como vimos, “[l]a aprobación de la cuota fue posible gracias a la demanda de organizaciones de mujeres (la Red de Mujeres Políticas tuvo la iniciativa al respecto) y al apoyo de de la Secretaría de la Mujer” (SOTO, 2001, p.92).

Beijing (...). Ainda assim, fica muito por ser feito” (MARTINEZ, 2001, p.85)²⁴⁴. O capítulo sobre ‘A mulher, pobreza e economia’ dedica um aparte aos ‘Avances desde Beijing’95’ (p.18-ss) e, até mesmo, o texto sobre ‘a menina’ vê avanços na produção de dados estatísticos nessa área (p.189). O primeiro parágrafo das conclusões encerra essa disposição: “Continuam sendo graves os problemas das mulheres paraguaias em todos os campos examinados. Apesar dos esforços, tanto estatais quanto da sociedade civil, persiste uma situação generalizada de discriminação contra as mulheres” (CMP, 2001, p.193) (Grifo meu).

Foi uma crítica ponderada e, como se vê, também autorreferida. A contribuição dada pelas organizações civis nos avanços e, conforme o caso, nas omissões da aplicação da Plataforma de Beijing no país se distribui por todos os capítulos do documento. Mais importante que ir a cada um deles é notar que tal postura ‘autocrítica’ está expressa, em guarani, naquela sentença-título do relatório e é reproduzida na sua capa e também no seu fechamento. “*En síntesis*”, elas dizem, “*heta mba’e ojejapo ha rojapo jareko hagua tekojoja kuña, mitakuña, ha mitakuña’i kuéra hetaitewe jajapo va’erã gueteri*” (CMP, 2001, p.198) – ou, vertido ao castelhano²⁴⁵, “*muchas cosas fueron hechas, e hicimos, para tener igualdad, las mujeres y las mujeres jóvenes aún tenemos más cosas por hacer...*” (Grifo meu). Essa postura ‘autocrítica’ é interessante por duas razões. Por um lado, ela permite notar que as próprias organizações e militantes feministas se viam como protagonistas desse processo. Longe de serem espectadoras, elas foram e se viam como atrizes centrais nas ‘muitas coisas’ feitas e conquistadas, para além mesmo da Plataforma.

Por outro, essa postura autorreferenciada dá uma idéia da profunda transformação ocorrida após a Conferência Mundial da Mulher. No pré-Beijing, o movimento amplo de mulheres, liderado pelas feministas e unificado através da ‘vitrine de gênero’, demandou que o Estado paraguaio incorporasse a ‘perspectiva de gênero’. Na ida à China, malgrado o investimento católico, os interesses da então Ministra da Mulher e das feministas históricas confluíram naquele palco oportuno que foi a conferência. E, na volta, a despeito das ‘reservas’ da delegação do Paraguai à Plataforma, aquela confluência vai se encarnar no relacionamento cada vez mais intenso das organizações feministas com várias partes da institucionalidade paraguaia e, em especial, com a Secretaria da Mulher²⁴⁶. É aí que a Mesa Tripartite entra, como

²⁴⁴ Veja-se, também, “[p]odemos dizer que foram criados os espaços necessários através dos quais é possível coordenar políticas nacionais e locais (...), mas assumimos que isso não é suficiente” (ELÍAS, 2001, p.113); “[é] importante registrar o avanço conquistado na visibilidade de gênero no discurso público (...). A dívida pendente [na educação] segue sendo o sexismo do currículo oculto” (CORVALÁN, 2001, p.45).

²⁴⁵ Pedi a companheiras paraguaias que traduzissem a frase e, para não perder muito do seu significado, preferi fazer apenas a tradução do guarani para o castelhano.

²⁴⁶ Veja-se: “La apuesta fuerte de la Secretaría en este período estudiado [1996-2000] fue, a más de fortalecerse como institución, integrar perspectivas de género en las políticas, programas y proyectos estatales. Prueba de ello

uma dentre outras formas civis/estatais/internacionais de interação, por meio das quais foi estruturado aquele padrão 'fluido' de interação cujas raízes, por sua vez, tinham sido plantadas em Mar del Plata. O caráter ponderado da avaliação de 'Beijing+5' e o protagonismo feminista ganham sentido em seu devido contexto, quer dizer, eles estão ligados a esse conjunto de mudanças que mostra um cenário bem distinto daquele pré-1995. As nuances desse cenário, ou seja, as interações sócio-estatais travadas no pós-Beijing e os seus efeitos delas advindos, são o objeto do nosso próximo capítulo – passemos sem mais a ele.

son los numerosos convenios interinstitucionales, (...) su apoyo a la creación de secretarías de la mujer en las gobernaciones (...), etc. Pero también dirigió su mirada al movimiento de mujeres, el cual le aportó intelectuales, investigadoras y trabajo conjunto en la lucha contra la violencia, la preparación para Beijing, a la implementación de la Plataforma de Acción de Beijing, entre otros apoyos. En este punto podemos considerar que hubo y hay un esfuerzo institucional importante de la Secretaría de la Mujer" (ELÍAS, 2001, p.110).

9. ‘Los encantos de la participación’: a incorporação estatal de ‘gênero’ nas arenas e interações civis/estatais/internacionais

‘*Aquelarres en movimiento o los encantos de la participación*’ – esse é o título do *Anuario Mujer* de 1996 (CDE, 1999 [1996]). ‘Aquelarre’ é um termo de origem basca que diz respeito a local ou reunião de bruxas, feiticeiras, e ‘aquelarres em movimento’ é uma anedota para retratar a movimentação das organizações feministas àquele ano. O sentido dessa movimentação é inequívoco e encanta: “não somos bruxas, mas nossos grupos são *aquellares* em movimento. Através desse movimento”, dizem as investigadoras do CDE, “descobrimos os encantos da participação, sobretudo, porque 1996 é ano de conquistas democráticas e de lutas pela igualdade, muito especialmente no que diz respeito à institucionalidade e o estabelecimento de relações mais fluidas entre sociedade e Estado” (CDE, 1999 [1996], p.7) (Primeiro grifo no original, segundo grifo adicionado).

Este capítulo aborda as interações e os temas das organizações feministas no intervalo de tempo que vai de 1996 a 1999, com especial atenção às atividades e arenas desenvolvidas nos dois últimos anos desse período. Estas datas foram escolhidas porque constituem os dois últimos anos de publicação do *Anuario Mujer* (CDE, 2000a [1998]; CDE 2000b [1999])²⁴⁷, de cujas cronologias nossos dados foram retirados. Além disso, 1999 é um ano chave na vida sócio-política paraguaia devido à deflagração do ciclo de protesto conhecido como *Marzo* paraguaio. Por questões de economia textual, as raízes desse ciclo, que compreendeu nada menos que o assassinato de um vice-presidente e a derrubada democrática de um presidente eleito, serão abordadas apenas no seguinte capítulo. O importante para nosso argumento é perceber que há aí uma bela coincidência: do ponto de vista do processo político interno ao país, o ciclo do *Marzo* é o ápice das tensões e conflitos que vinham se desenrolando entre diferentes facções e nuances coloradas em disputa pela Presidência, enquanto do ponto de vista da mobilização feminista, esse período (1996-1999) coincide com a volta de Beijing e, portanto, com a lição de casa prevista pelos instrumentos forjados na Conferência Mundial da Mulher.

No rastro de nossa hipótese central, o capítulo demonstra que as interações entre organizações feministas e partes do Estado paraguaio tiveram como efeito a incorporação

²⁴⁷ Dado que ambos os *Anuarios Mujer*, de 1998 e de 1999, foram publicados em 2000, eles serão identificados respectivamente como CDE (2000a) e CDE (2000b). Também publicado em 2000, o anuário de 1997 é aqui referenciado como CDE (2000c). Embora a maior parte das reflexões incluídas nessas memórias tenha sido elaborada *a posteriori*, as informações relativas à cronologia e às práticas das organizações feministas, bem como os documentos produzidos seja por organizações ou por instituições, ou por ambas, e reproduzidos nestes anuários levam suas datas e versões originais, sem prejuízo, portanto, da validade e da qualidade do dado empírico.

estatal do 'gênero' ou generificação estatal. E é daí, dessa incorporação e da relação 'fluida' à base dela, que vem o 'encanto' supramencionado das organizações e militantes feministas. Com todos seus limites e percalços, mas bem observada, essa dinâmica de incorporação estatal permite sugerir que, paralelamente à violenta pugna que levou ao *Marzo* de 1999, transcorreu uma tendência de racionalização de tom modernizante e profissionalizante de partes do Executivo paraguaio. Por outro lado, ao focar-se nos temas e arenas feministas, o capítulo mostra a ambígua posição ocupada pelas militantes, em especial pelas 'históricas', em suas interações com o Estado paraguaio.

O percurso é o seguinte: primeiramente são tratadas as interações sócio-estatais que tiveram como efeito a entrada da 'perspectiva de gênero' em diferentes partes burocrático-administrativas do Estado paraguaio. A atenção aqui recai sobre a relação 'fluida' entre as históricas da CMP e a Secretaria da Mulher e sobre o que chamaremos, na esteira de A. Giddens, de produção civil/estatal de conhecimento. Em seguida, passamos às arenas ao redor da violência contra a mulher e dos direitos sexuais e reprodutivos prova que, àquela altura, é estritamente equivocado falar do Estado como algo completamente exterior à ação feminista. Na volta de Beijing, os cruzamentos e as justaposições de veredas civil, estatal e internacional, ao mesmo tempo em que produzem um dos efeitos esperados por nossa hipótese, desfazem a imaginação que concebe o par sociedade civil-Estado como algo dicotomizado. Ao fim do capítulo, um excerto dedicado à *Red de Mujeres Políticas* mostra que o conjunto das interações feministas-Estado não ficou restrito às organizações da CMP, da mesma forma que, desde o Estado paraguaio, a Secretaria da Mulher tampouco foi a única interlocutora estatal aberta ao discurso e ao conhecimento feministas. No seu todo, o capítulo dá carne e osso a uma das faces de nossa hipótese de pesquisa e vai além, ao sugerir que uma tendência de democratização do laço entre partes executivas do Estado e vozes advindas da sociedade civil paraguaia se desenrolou mesmo debaixo do clima de alta instabilidade político-institucional que marcou fortemente o Paraguai durante toda a segunda metade dos anos 1990.

9.1. Efeito de uma 'relação fluida': produção civil/estatal de conhecimento no contexto pós-Beijing.

Em 1996, como dissemos, as feministas do CDE e da CMP tinham descoberto 'os encantos da participação'. Para entender essa atmosfera encantada, e o caráter fluido desde então implicado nas relações travadas entre as atrizes da CMP e institucionalidade, vale a pena retomar em grandes linhas os momentos anteriores dessa relação. Tal como para a maior parte dos movimentos feministas ao redor do mundo, a Conferência Mundial da Mulher foi um divisor

de águas também para feminismo paraguaio. Antes da ida à China, naquele *'Camino hacia Beijing'*, vimos que as paraguaias usaram o 'gênero' como uma estratégia vinculante de suas múltiplas demandas e exigiam que o Estado paraguaio incorporasse a 'perspectiva de gênero'. Por um lado, Beijing serviu de palco para o embate entre discursos feministas e fundamentalismos religiosos, e, alinhada a estes últimos, a delegação oficial do Paraguai na volta da China deixou suas 'reservas' ao alcance do termo gênero. Por outro, a conferência reorganizou as relações entre atrizes civis, estatais e do sistema internacional e, no caso paraguaio, serviu como uma oportunidade bastante oportuna para a aproximação a então Ministra da Secretaria da Mulher, Cristina Muñoz, e algumas das lideranças históricas da CMP. Antes da ida do Paraguai à conferência, vale lembrar, as mulheres da Coordenação tinham "somente êxitos pontuais ou parciais nas tentativas de manter relações mais fluidas de cooperação entre o Estado e as organizações sociais" (CAB, 1994, p.102) e a relação CMP-Secretaria, "apesar de ser atualmente [no pós-Beijing] fluida, teve diferentes momentos nos quais foi tensa e mesmo conflituosa" (BAREIRO, 2000, p.26).

Na volta da IV Conferência Mundial da Mulher, a dinâmica entre a Secretaria e a CMP é outra. Quatro iniciativas institucionais encarnaram a 'fluidez' então corrente entre atrizes estatais e civis: a primeira foi o estabelecimento de um 'Convênio de Cooperação' entre ambas as partes cujo objetivo final era "melhorar a capacidade dos setores públicos e privados para formular e implementar políticas que melhorem a condição e posição sócio-econômica e política da mulher paraguaia" (SMPR; CMP, 1996)²⁴⁸. Embora este convênio tratasse, ao menos em sua letra, de funções com as quais atrizes civis e estatais se comprometeriam e contemplasse uma *'red de monitoreo de la situación de la mujer en Paraguay'*, seu alcance parece pequeno, pois ele mal é citado nas memórias feministas e sequer aparece nos depoimentos de funcionárias da Secretaria.

Iniciativa que também marcou o laço SMPR-CMP foi o 'Programa de Cooperação Técnica para o Fortalecimento Institucional' da Secretaria, cujos eixos centrais foram desenho de políticas, modernização administrativa, capacitação técnica e organizacional, bem como coordenação interinstitucional. "Este projeto marca os caminhos de um aprofundamento da institucionalização da ação da SMPR" (SOTO, 1998, p.30). Tal como se nota por seus eixos, o projeto marcou a criação de uma instituição de fato administrativo-burocrática: "diferentes atividades já tinham sido realizadas no marco do Programa de Fortalecimento Institucional, ao fim de 1996, dentre as quais se pode destacar: capacitações em temas de gênero e planificação estratégica de funcionárias/os de diferentes níveis" (SMPR, 1998, p.68). Tomadas

²⁴⁸ In: CDE (1999a, p.149-151).

em conjunto, essas capacitações e atividades destoam bastante daquela Secretaria cheia de secretárias tal como vimos naquele unísono desprofissionalizado que foi a marca genética da instituição²⁴⁹. Fruto de um convênio da SMPR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o projeto de fortalecimento ficou “sob responsabilidade de uma equipe de primeiro nível integrada por profissionais nacionais e internacionais” (RIVAROLA, 2000, p.12). Bem ao modo daquele tipo individualizado de participação na qual os órgãos estatais fazem uso e dependem da *expertise* de ‘especialistas em gênero’ (MONTECINOS, 2003, p.367), duas históricas da CMP, Graziella Corvallán e Esther Prieto, atuaram como consultoras contratadas neste projeto. Possibilitada por esse projeto, a interação com as feministas históricas ficou marcada nas lembranças de algumas funcionárias que atualmente ocupam cargos de direção na Secretaria. A fala de Marta Diarte, hoje diretora da instituição, retrata positivamente essa lembrança: “[en] mi caso particular”, disse ela em entrevista, “*el espíritu crítico lo adquirí de Esther Prieto, que consideraba en ese tiempo yo una profesional modelo, sumamente objetiva al hacer sus análisis. Y esa es una semilla como que quedó en mí, que lo crítico no es malo, que es constructivo, que tiene que haber un equilibrio en el relacionamiento pero que solamente trabajando las debilidades se puede mejorar*”²⁵⁰.

As outras duas iniciativas que então marcaram a relação ‘fluida’ entre a Secretaria e a Coordenação de Mulheres do Paraguai foram a ‘Mesa Tripartite’ e o ‘Plano Nacional de Oportunidades para as Mulheres’. Como vimos ao final do capítulo dedicado a Beijing’95, a Mesa Tripartite encarnou o modo pelo qual o Paraguai ‘internalizou’ a Plataforma de Beijing. No mesmo registro destacado pela fala de Marta Diarte, é possível situar a fala da então funcionária da Secretaria da Mulher que atuou como representante governamental na ‘Mesa Tripartite’, Sonia Brucke, cujo depoimento enfatizou a experiência na Mesa como uma etapa fundamental de sua formação profissional.

O último, e quiçá mais importante, avanço institucional conquistado no período pós-Beijing foi o *Plan Nacional de Igualdad de Oportunidades para las Mujeres* (PARAGUAY, 1997), concebido e elaborado dentro dos limites daquele ‘Projeto de fortalecimento’ da Secretaria. O *Plan de Igualdad* foi oficializado em 1997, mas sua elaboração foi “iniciada em 1996, [tendo] como elemento orientador o critério da participação. A primeira versão do documento foi apresentada às organizações não-governamentais e aos grupos de mulheres para contribuir

²⁴⁹ Veja-se o capítulo sobre a gênese da Secretaria da Mulher.

²⁵⁰ O inverso também é verdade. O efeito pedagógico advindo da interação entre atrizes civis e estatais não foi destacado somente por estas últimas. Em suas entrevistas, Line Bareiro e Chachi Prieto também mencionam a experiência de terem transmitido alguns de seus conhecimentos e práticas a funcionárias da Secretaria. Na entrevista com Cristina Muñoz se repete essa percepção da interação históricas-funcionárias: “*Esther Prieto es una persona muy preparada, y de quien aprendieron las chicas muchas cosas*”.

com sugestões e críticas” (RIVALORA, 2000, p.13). Ter a chance de contribuir para um instrumento que, ao menos virtualmente, poderia se transformar em política pública é algo inegavelmente encantador²⁵¹. “[O] Plano Nacional (...) é uma ‘carta de navegação’ (...). Constitui um instrumento para formular e implementar políticas públicas setoriais e facilita a articulação do tema gênero na estrutura do Estado” (PARAGUAY, 1997a, p.125) (Grifo meu). Esse grifo ilustra um momento dramático para nossa hipótese a respeito da incorporação da ‘perspectiva de gênero’ no Estado paraguaio, que, a partir da Secretaria da Mulher e no bojo de suas interações com as lideranças feministas, agora se colocava como ‘objetivo’ nada menos que “influenciar nos mecanismos que geram a discriminação das mulheres, mudando a construção social baseada nas desigualdades de gênero” (PARAGUAY, 1997a, p.125).

Dividido em nove ‘âmbitos’, claramente influenciados pelas áreas de preocupação da Plataforma de Beijing²⁵², o *Plan de Igualdad* encerra uma miríade de termos caros ao vocabulário e a arenas feministas: traços sexistas, violência contra a mulher, identidade de gênero, imagens estereotipadas da mulher e direitos sexuais e reprodutivos são todos termos que atravessam o documento. Com esses dados em mãos seria redundante insistir na ideia de que o ‘gênero’ permeou o Estado paraguaio, porque, como se vê e como veremos, a noção permeou algumas de suas partes, notadamente no Executivo. No entanto, menos que dar a esse documento uma posição taxativa (e cômoda) para nossa hipótese de pesquisa, quero, na continuação deste tópico, sugerir que o *Plan de Igualdad* não deve ser entendido apenas como efeito das interações mantidas pela Secretaria da Mulher com as organizações civis²⁵³; ele deve ser compreendido, também, em meio a uma série de outras formas sócio-estatais de aproximação que engendraram o processo pelo qual o Estado paraguaio, para além da Secretaria da Mulher, foi generificado, quer dizer, interpelado pelo discurso de gênero.

A referência a impulsos institucionais como o *Plan de Igualdad* e o ‘projeto de fortalecimento da Secretaria’ importa porque eles atravessam boa parte da cronologia das práticas e interações das organizações feministas no período pós-Beijing: “É realizada uma

²⁵¹ Se o título do *Anuario Mujer* de 1996 traz ‘os encantos da participação’, o anuário de 1997 reflete um um clima não menos encantador: ‘Transgressões e ousadias’ é o nome do *Anuario Mujer* 1997, ‘Transgredir limites, ousar a igualdade’, o título de sua apresentação e ‘Cumprindo metas: Plano Nacional de Igualdade de Oportunidades para as Mulheres 1997-2001’ é intitulado o texto de Mirtha Rivarola.

²⁵² Como já vimos, as doze esferas de preocupação de Beijing são: a) mulher e pobreza; b) educação e capacitação da mulher; c) a mulher e a saúde; d) violência contra a mulher; e) a mulher e os conflitos armados; f) a mulher e a economia; g) a mulher no exercício de poder e na tomada de decisões; h) mecanismos institucionais para o avanço da mulher; i) os direitos humanos da mulher; j) a mulher e os meios de difusão; k) a mulher e o meio ambiente; l) a menina. A exceção dos tópicos sobre ‘a menina’ e ‘conflitos armados’, o *Plan de Igualdad* incorpora, reproduz e reinterpreta todos os demais âmbitos em seu texto.

²⁵³ E isso o próprio documento diz: “La Secretaría de la Mujer em estos tres años de vida, ha recogido las demandas de las mujeres y se ha convertido em la más clara y explícita expresión de nuevas formas de relación entre el Estado y la sociedad civil” (PARAGUAY, 1997, p.126).

oficina-seminário na SMPR, na qual se apresentaram os resultados do primeiro monitoramento realizado para o seguimento da Plataforma de Ação de Beijing” (CDE, 2000a [1998], p.70); “a SMRP se reuniu com representantes de entidades públicas e privadas para apresentar as propostas do Plano Nacional de Igualdade de Oportunidades para as Mulheres (PIO) 1997-2001” (CDE, 2000a, p.72); “como parte do seguimento da Plataforma de Ação de Beijing, a Comissão Tripartite formada pela SMPR, CMP e PNUD, organizou uma oficina para jornalistas” (CDE, 2000a, p.89); “no marco do Programa de Fortalecimento Institucional se realizou (...) uma oficina sobre ‘Transferência de metodologia do manual para implementação do Plano Nacional de Oportunidades para as Mulheres, voltado para especialistas setoriais e técnic@s dessa instituição” (CDE, 2000b [1999], p.125); “o Manual n.4 da SMPR se chama ‘Liderança para mulheres em cargos de decisão’ (...). O material foi elaborado (...) no marco do Programa de Fortalecimento Institucional da SMPR” (CDE, 2000b, p.119); “‘Descentralização, democracia e gênero’ se denominou a oficina organizada (...) pela SMPR (...) na cidade de San Bernardino. Esta atividade se enquadra no Programa de Fortalecimento Institucional” (CDE, 2000b, p.121-122).

Ao mesmo tempo em que produziram efeitos institucionalizantes, essas iniciativas aproximaram fortemente a Secretaria e as lideranças da Coordenação de Mulheres do Paraguai. Como se nota nas falas das funcionárias e ex-funcionárias da SMPR, a fluidez civil-estatal desenrolada no pós-Beijing e os projetos e programas que deram vazão a essa relação implicaram em um acúmulo de práticas e, sobretudo, de conhecimentos que até então o quadro administrativo da Secretaria parecia desconhecer. Exemplo desse conhecimento então produzido está na revisão bibliográfica feita por uma integrante do CDE: “[e]ste ano [1997] interessantes investigações específicas sobre a mulher se deram a conhecer: uma sobre a participação das mulheres nos espaços de poder, nas organizações e nas instituições públicas, intermediárias e sociais. Este material foi publicado pela SMPR, no marco do projeto de investigação sobre liderança feminina no Paraguai realizado por Line Bareiro e Clyde Soto” (MARTINEZ, 2000c, p.62). A referência bibliográfica dessa investigação toca naquilo que, relativamente à nossa hipótese de pesquisa, chamamos de produção e acúmulo estatal de conhecimento: “BAREIRO, Line; SOTO, Clyde. (1997) **Liderazgo femenino en Paraguay: el poder formal en cifras**. Asunción: Presidencia de la República, Secretaría de la Mujer”²⁵⁴.

²⁵⁴ Para todas as citações, fiz uma pequena adaptação a partir da forma como originalmente essas obras aparecem. Por exemplo: “BAREIRO, Line; SOTO, Clyde. [consultoras] **Liderazgo femenino en Paraguay: el poder formal en cifras**. Asunción: Presidencia de la República, Secretaría de la Mujer, 1997 – 93 p.”, tal como é citado por MARTINEZ (2000c, p.66).

Aí, as autoras são feministas do CDE e sua editora é a própria Secretaria da Mulher. Se antes, naqueles encontros de 1987, o domínio da literatura feminista e de suas referências bibliográficas estava concentrado nos espaços civis de reflexão, tal como vimos no caso das distintas 'panelistas' e de suas organizações, agora, uma década depois, a aproximação entre as investigadoras da CMP e a Secretaria permite ver, se não a produção, a editoração estatal de conhecimento feminista. Por meio de publicações como esta, algumas das formas de percepção e de apreensão do mundo compartilhadas por integrantes e organizações da CMP passaram a circular e a fazer parte do repertório do conhecimento da e na Secretaria. Exemplo bastante afim a esse é “‘Situación da mulher rural no Paraguai’, documento elaborado pela consultora Mirtha Rivarola, [que] foi apresentado na SMPR. Esta investigação forma parte do Programa de Fortalecimento Institucional da SMPR, apoiado pelo BID” (CDE, 2000a [1998], p.70). A referência de tal documento reproduz o perfil bibliográfico da obra anterior: “RIVAROLA, Mirtha. (1998) **Situación de la mujer rural en Paraguay**. Asunción: Secretaría de la Mujer”

Autoras civis, editora estatal: esse tipo de produção bibliográfica poderia nos levar a uma falsa questão: ‘de qual lado da vereda está *Situación de la mujer rural*? Quer dizer, esta é uma obra ‘civil’ ou ‘estatal’? Responder a tal questão nestes termos seria recolocar uma oposição ou uma divisão, na prática, desfeita pela ‘relação fluida’ entre ambas as partes. Na fala e nos textos das feministas da CMP, a menção à fluidez significa que, com Cristina Muñoz, elas tiveram maior facilidade de alcançar e influenciar o Estado paraguaio – de modo preponderante, mas não exclusivo – *via* Secretaria. Exemplo disso foi o encantador processo participativo ao redor do *Plan de Igualdad*, no qual as organizações de mulheres deixaram suas marcas. Nesse sentido, ‘relação fluida’ significa algo que flui, isto é, uma facilitação e uma abertura de canais de diálogo e da participação civil. E vale notar que este processo em particular não foi marcante apenas para atrizes civis. Tal como uma funcionária de nível de direção na Secretaria afirmou em entrevista, o molde participativo do primeiro e, posteriormente, do segundo Plano Nacional de Oportunidades foi ‘revolucionário’ também para o Estado paraguaio²⁵⁵, que segundo ela desconhecia iniciativas desse naipe.

Em outra acepção, a ‘fluidez’ entre a Secretaria e a CMP oferece às lideranças feministas uma posição sumamente ambígua, a tal ponto de borrar e de redesenhar a metáfora *de las veredas* da luta feminista. A posição de ‘consultora’ ou de ‘assessora’ nos projetos de

²⁵⁵ Além de conter dados claros quanto à participação de atrizes civis em sua concepção, o segundo *Plan de Igualdad* traz também uma pista da capacidade àquela altura internalizada em burocratas da Secretaria da Mulher que, junto de uma consultora feminista chilena, estiveram à frente da coordenação geral de dito plano. Antecipando um pouco a lógica de nosso argumento, na autoria do documento constam a SMPR e o Fundo de Populações das Nações Unidas, então aproximados por um convênio.

consolidação institucional e em projetos afins ofereceu uma justaposição civil/estatal às históricas que mantiveram uma relação fluida com a SMPR – com a condição de que não se escolha entre os lados dessa conectiva: nem lá, nem cá. Ao rememorar suas trajetórias em entrevista, as lideranças da CMP fizeram um unísono: ‘nunca atuei no Estado’. E não há qualquer contradição aí, pois a conectiva civil/estatal, empiricamente expressa na figura das ‘consultorias’, ofereceu a elas a possibilidade de estar ao lado do Estado paraguaio sem, de fato, fazer parte dele. As ‘históricas’ trabalharam pontualmente com o Estado, mas nunca nele; em nenhum momento elas foram ‘funcionárias de planta’, como se diz no Paraguai. Apesar de não ser contraditória, essa justaposição é ambígua e gera efeitos igualmente ambíguos especialmente quando, tal como veremos nos próximos capítulos, um nível *público* (de controle sobre o Estado) se interpõe entre os lados civil e estatal, separando e irremediavelmente ligando esses pólos. Por ora, apenas para utilizá-la como exemplo, basta dizer que, bem situada e compreendida, ‘*Situación de la mujer rural*’ não é uma produção civil nem estatal, mas ambas ao mesmo tempo.

Ainda que a Secretaria ocupe posição de destaque nas cronologias do CDE de 1998 e 1999, isso não significa que este padrão ‘fluido’ de interação tenha sido o único desenrolado nesse período. A atuação da Secretaria no sentido de produzir conhecimento relativo a questões de gênero não ficou restrita à interação com pesquisadoras da CMP²⁵⁶. A atriz estatal fez mais que um papel editorial, publicando, em 1998, “três materiais que iniciam uma série de capacitação: o nº1 se chama ‘Planificação estratégica com enfoque de gênero’, o nº2 ‘Formulação de políticas públicas com enfoque de gênero’, e o nº3 ‘Liderança para mulheres de organizações comunitárias. (...) [A] SMPR editou uma pasta que formou parte do conjunto de materiais de uma oficina (...) chamada ‘Formação de formadores: liderança e técnicas de negociação’” (MARTINEZ, 2000a [1998], p.59). Além disso, em coautoria com a Secretaria Técnica de Planificação e a Presidência, a SMPR passou a publicar desde 1996 um pequeno encarte bimestral chamado ‘Construyendo la igualdad’²⁵⁷. Mesmo sem acesso ao conteúdo empírico veiculado nesses materiais, a julgar apenas por seus títulos, é possível supor que eles, ou alguns deles, fizeram parte dos treinamentos e capacitações através dos quais se profissionalizava o quadro técnico-administrativo da Secretaria.

²⁵⁶ Veja-se, por exemplo, DURÉ, Elizabeth; CARDOZO, Gladys. (1997) **Educación y sexismo**. Asunción: Secretaría de la Mujer.

²⁵⁷ I.e. “PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARÍA TÉCNICA DE PLANIFICACIÓN; SECRETARÍA DE LA MUJER. **Construyendo la igualdad**. Asunción: SMPR, 1996. – Publicadas en 1996, año 1, nº1 y 2”(CDE, 1999, p.69). E, ao que parece, esse tipo de produção burocrática de informação seguiu nos anos posteriores: “SECRETARÍA DE LA MUJER. **Construyendo la igualdad**. Asunción: SMPR, 1999. – Publicadas en 1999: nº1 4 AL 17”(CDE, 2001b, p.94).

Boa parte das organizações da CMP, por sua vez, seguiu com a formação de arenas comunicativas e com a ‘educação moral’ de públicos-alvo ligados a sua área de atuação e interesse: “a Fundação *Kuñã Aty* realizou um almoço de trabalho no Gran Hotel no qual se tratou de ‘Sexualidade e anticoncepção na adolescência” (CMP, 2000a, p.75); “na Reitoria da Universidade Católica de Assunção, Fundação *Kuñã Aty* e a Faculdade de Direito assinaram um convênio através do qual os estudantes de Direito do último ano trabalharão no seguimento de casos judiciais de mulheres vítimas de violência ou que necessitem de ajuda nos trâmites de divórcio e prestação de alimentos a filh@s” (CDE, 2000b, p.109). “O Fundo de Populações das Nações Unidas apresentou (...) o ‘Guia para comunicadores/as: considerações básicas sobre direitos reprodutivos, população e desenvolvimento’, elaborado pela Base Educativa e Comunitária de Apoio” (CDE, 2000b, p.134).

Apenas por meio desses exemplos de arenas de mobilização do consenso, retomando B. Klandermas (1997), é possível observar pelo menos duas tendências no sentido assumido pela mobilização e pela tematização do feminismo paraguaio no contexto pós-Beijing. Relativamente à sua agenda de tematização, o movimento feminista paraguaio de fins dos 1990 traz uma diferença significativa frente àquele tímido movimento que mal se arriscava a disputar o consenso em torno do divórcio: no rol das questões publicamente tematizadas e questionadas pelas feministas emergia (como herança de Beijing, mas também do Cairo) a questão sexual entendida na chave dos direitos sexuais e reprodutivos – e, ao que parecia, tal emergência temática ‘não tinha mais volta’²⁵⁸. Ainda no que tange a agenda feminista de fins da década de 1990, é possível reconhecer a permanência do combate à violência contra as mulheres. Contudo, como veremos mais adiante, essa permanência traz uma transformação importante no papel desempenhado pelas organizações dedicadas a esse tema.

Outra tendência diz respeito às interações das organizações feministas que, ao longo da década de 1990, mantiveram uma estreita relação com diferentes agências das Nações Unidas no Paraguai. O sistema internacional aparece nessas interações como apoiador das atrizes civis, e, não raro, a interação entre essas partes incluía a presença de atrizes governamentais. Exemplo adequado desse encontro de múltiplas veredas pode ser visto no “‘II Seminário sobre Abordagem Terapêutica da Violência Doméstica’, organizado pelo Instituto de investigações em Ciências da Saúde e pela Fundação *Kuñã Aty*, com o patrocínio da SMPR e do UNICEF” (CDE, 2000a, p.80). Poderíamos supor que as relações entre atrizes do movimento feminista e as agências da ONU no país tenham se aprofundado no contexto pós-Beijing, mas é necessário

²⁵⁸ Cf. RAVERA (2000b [1999]). ‘Derechos sexuales y reproductivos: No hay vuelta atrás’, título do texto de Carolina Ravera Castro, então pesquisadora do CDE, publicado no *Anuario Mujer* de 1999.

levar em conta que essas relações tinham um caso antecedente e positivo de aproximação, ao menos desde 1995²⁵⁹, quando a circulação, a *expertise* e a legitimidade das históricas já alcançavam o sistema internacional. Não por acaso, outro exemplo deste tipo de interação ilustra claramente a produção de conhecimento a partir da justaposição, não apenas de duas, mas de múltiplas veredas: “PRIETO, Esther. (1998). **Paraguay. Mujer y desarrollo en síntesis 1988 – 1998**. Asunción: Secretaría de la Mujer de la Presidencia de la República; Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer; Coordinación de Mujeres del Paraguay; Sistema de Naciones Unidas en Paraguay”.

Esse tipo de documento tem como objetivo difundir alguns dados e conhecimentos acumulados especialmente pelas ‘investigadoras’ durante quase uma década de luta feminista. Ao mesmo tempo em que trazem a marca da interação entre atrizes civis, governamentais e internacionais, alguns desses documentos trazem os avanços conseguidos pelas paraguaias mobilizadas. À diferença de um daqueles grandes encontros de 1987 no qual a luta delas era ‘*Por nuestra igualdad ante la ley*’ (CMP, 1987), agora, bem ao modo das estratégias consensuadas na Plataforma de Ação Mundial de Beijing²⁶⁰, tratava-se de difundir as informações coletadas, bem como as novidades conquistadas: “PRIETO, Esther. (compiladora) (1996) **Igualdad ante la ley: nueva legislación en el Paraguay**. Asunción: Secretaría de la Mujer”.

A existência deste e dos demais documentos supracitados toca diretamente em uma das faces de nossa hipótese, segundo a qual boa parte dos investimentos e estratégias dos movimentos sociais está voltada para o chamado espaço estatal de vigilância. Recordemos: ao tratar dos argumentos em prol da criação da Secretaria da Mulher, vimos que a racionalização do Estado paraguaio era um dos pontos mais contundentes naquela reivindicação. Vimos também que em ‘Camino a Beijing’, as mulheres mobilizadas e lideradas pela CMP demandavam a incorporação estatal da ‘perspectiva de gênero’ e a sua participação na formulação de políticas públicas sob essa mesma perspectiva. No meio do caminho, depois do prelúdio de Mar del Plata, Beijing operou um oportuno palco internacional para a confluência e a aproximação entre institucionalidade estatal e as feministas históricas. Agora, no contexto pós-Beijing, a posição inextricavelmente justaposta destes documentos nos mostra que as interações mantidas entre as líderes da CMP e atrizes estatais, na maior parte das vezes com

²⁵⁹ Cf. “El Paraguay fue el único país que elaboro el ‘Informe Nacional de Desarrollo Humano con perspectiva de género’, realizado por el PNUD y la Secretaría de la Mujer en el que la mayoría de las expert@s contratad@s son integrantes de organizaciones de la CMP” (BAREIRO, 1999, p.15) (Grifo meu).

²⁶⁰ Cf. “Strategic objective H.3. Generate and disseminate gender-disaggregated data and information for planning and evaluation” (PAM, 1994).

apoio do sistema internacional, tiveram como efeito a produção de diversos materiais de treinamento e de difusão de conhecimento.

Ora, se uma das raízes do poder burocrático-administrativo reside na capacidade estatal de produzir e acumular conhecimento a respeito de grupos e relações sociais em um dado território (e isso, em chave policialesca e repressiva, o stronismo sabia e sabia fazer bem), essas fontes bibliográficas - retocando Giddens - de autoria civil/estatal são um recurso fundamental dessa espécie de poder. À medida que o conhecimento acumulado em obras como 'Mujer y desarrollo en síntesis', '*Situación de la Mujer*' e '*Liderazgo femenino*' se difunde e se espalha pelo tecido administrativo, este passa a conhecer determinadas dinâmicas de reprodução social ou institucional e pode, virtual ou realmente, reconhecer nelas padrões sistemáticos e injustos. Isto é, considerados injustos desde um viés de gênero informado e 'treinado' por trocas com as feministas, com suas categorias e conhecimentos²⁶¹.

Desde logo, não se trata de confundir essa série de títulos civil/estatais com 'políticas públicas com enfoque de gênero', mas, na esteira de Giddens, diria que eles são condição cognitiva para o desenho de tais políticas e, portanto, cumprem função fundamental na generificação estatal. Espalhados nos projetos de racionalização da Secretaria e difundidos nas interações entre históricas e funcionárias, esses documentos de origem dúplice formaram e informaram os quadros da Secretaria da Mulher. E prova de que essa parte da institucionalidade paraguaia havia sido de fato interpelada pelo discurso feminista estava no *Plan de Igualdad*, como vimos, uma 'carta de navegação' expressamente voltada para a 'articulação do tema gênero na estrutura de Estado'. Ora, não foi este mesmo Estado que na volta de Beijing tinha deixado expresso suas 'reservas ao alcance do termo gênero'? A despeito de tais reservas, entretanto, o conjunto de interações CMP-Secretaria da Mulher mostra que, se o Estado paraguaio era cognitivamente cego e, por isso, injusto com relação a gênero, algumas de suas personagens-chave (penso, sobretudo, na ex-Ministra Cristina Muñoz) estavam bastante dispostas a sanar essa deficiência, seja qual for o motivo 'político, social e/ou de gênero', como ela disse em entrevista, que orienta tal disposição.[xxx]

Ainda que a SMPR e sua ex-Ministra Cristina Muñoz sejam centrais para reconstruir a dinâmica de generificação estatal, é importante notar que a Secretaria da Mulher não foi a única agência político-burocrática que manteve forte diálogo com figuras civis feministas. No bojo daqueles conflitos desenrolados entre as próprias históricas, algumas feministas de inegável prestígio intelectual, mas que ficaram de fora daquela 'relação fluida', mantiveram uma estreita

²⁶¹ Como, por exemplo, o conhecimento acumulado e difundido em 'Mujer y empleo en áreas de frontera' de autoria de Graziella Corvalán e Rodolfo Elías, com edição da Secretaria.

relação com órgãos estatais inclusive mais respeitados e racionalizados que a própria Secretaria:

“[uma] boa surpresa [em 1996] foi comprovar que a maioria das publicações tem sido apoiada por distintas instâncias do Estado paraguaio. Se destacou, por exemplo, a *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC), dependente da Secretaria Técnica de Planificação, que é responsável pelo trabalho de Maria Victoria Heickel ‘Ser mulher no Paraguai’ (...) [ademais] a DGEEC publicou, também de Maria Victoria Heickel, ‘Produção bibliográfica sobre temas referidos à mulher, período 1982-1992’ (CDE, 1999 [1996], p.65)²⁶².

Como se vê, então, paulatinamente algumas categorias comuns ao discurso feminista passam a circular em diferentes níveis e âmbitos da institucionalidade paraguaia. A natureza sócio-demográfica do conhecimento produzido nos laços entre uma ‘distinta panelista’ de outrora e uma das partes mais profissionalizadas da administração pública paraguaia poderia fazer acreditar que a perspectiva de gênero teria permeado *tout court* as políticas públicas nacionais. Porém, “*en el marco del Programa de Fortalecimiento (...) de la Secretaría (...) se realizó una consultoría sobre la incorporación del componente de género en las estadísticas nacionales*”, e seus resultados indicam que “*la información se recoge desagregada por sexo, pero no se la procesa con perspectiva de género*” (ELÍAS, 2000, s/p). Segundo esses achados, eram várias as agências estatais, a começar pela Direção de Estatísticas (DGEEC), passando pelos Ministérios da Saúde, Educação e Agricultura, que passaram a considerar a variável ‘sexo’ em seus mecanismos de coleta de dados, sem ter implicado, contudo, em políticas de gênero²⁶³.

Junto de toda a bibliografia civil/estatal produzida nesse período, essa última citação evoca aquilo que A. Giddens chama de produção e acúmulo estatal de conhecimento. A citação sugere que diversas agências burocráticas responsáveis pelo acúmulo de dados populacionais tendiam a cometer um equívoco ao fundir sexo e gênero. Para além desse erro, aliás, bastante comum, o dado mostra a importância de ver a incorporação estatal de gênero como um processo, pois nem o *Plan de Igualdad* nem os conhecimentos produzidos pela justaposição

²⁶² A seguinte referência reproduz fielmente aquela idéia de produção civil/estatal de conhecimento, ao passo que a segunda traz uma agência da cooperação internacional em sua edição; veja-se “HEICKEL, M. V. *Ser mujer en Paraguay*. Asunción: DGEEC” e “HEICKEL, M. V. *Aportes a una política ambiental con perspectiva de género*. Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería; GTZ”.

²⁶³ Cf. “[U]no de los hallazgos de la investigación es que por lo general la información se recoge desagregada por sexo, pero no se la procesa con perspectiva de género. La DGEEC incorpora la variable sexo en la totalidad de sus fuentes propias de información. En cuanto a los ministerios, el MSPBS incorporó esta variable [sexo] en dos terceras partes de la información que recoge en los temas relacionados con salud reproductiva, el Ministerio de Agricultura y Ganadería incorpora el relevamiento por sexo en el Censo Agropecuario Nacional, pero no en encuestas específicas, el Ministerio de Educación y Cultura (MEC) ha incorporado la variable sexo en el 100% de sus fuentes de datos, en algunos ítems. El Ministerio de Justicia y Trabajo y el de Relaciones Exteriores procesan poca información estadística, pero en el diseño de sus fuentes de información hay intención de diferenciar por sexo” (ELÍAS, 2001, p.112).

civil/estatal são automaticamente traduzidos em políticas públicas. Neste sentido, a formulação e a consecução de políticas no país, sejam de gênero ou de outra natureza, bem como as limitações a elas, devem ser observadas no todo do processo político paraguaio. Por um lado, as interações entre lideranças históricas e figuras ou partes do tecido administrativo paraguaio visavam dar conta, ao mesmo tempo, das demandas de parte das organizações de mulheres e das deficiências de um Estado historicamente desprofissionalizado. Em sentido contrário a este, a atuação das históricas da CMP como consultoras em projetos, publicações ou avaliações teve efeitos diretos sobre a formação de burocratas especialistas e engajadas em questões de gênero e sobre a racionalização da Secretaria, que desde então passou a contar com uma ‘carta de navegação’ repleta de termos feministas.

Por outro lado, fator limitante da consecução de políticas públicas estava nas dinâmicas escrutinadas no próximo capítulo, quais sejam, os embates pouco institucionalizados e nada sublimados entre atores políticos. A pugna entre facções coloradas (*wasmosistas versus* *oviedistas versus* *argañistas*) colocava em xeque, não apenas a minguada capacidade estatal, mas, junto dela, a institucionalidade democrática e a vida social paraguaia como um todo. Em paralelo a esses conflitos, porém submetidas a eles quando a tensão entre atores políticos, tal como ocorreu nos protestos do chamado ‘*Marzo paraguaio*’, dava lugar à violência aberta, agências do Executivo como a Secretaria de Técnica de Planificação e a Secretaria da Mulher se lançavam em interações com organizações civis, nutriam-se da *expertise* acumulada nessas organizações e impulsionavam processos de reforma e modernização institucional em suas maquinarias²⁶⁴. Quer dizer, as aproximações entre feministas e partes do Executivo paraguaio significaram um avanço na generificação estatal, ainda que esse avanço estivesse, como esteve, rodeado de empecilhos político-institucionais passados e coetâneos que não permitiam falar em políticas públicas com enfoque de gênero. Importante notar que o conjunto de interações entre feministas e agências estatais extrapolou o laço fluido Secretaria-CMP,

²⁶⁴ No próximo tópico veremos o peso internacional nessa tendência de reforma institucional de parte das agências governamentais do Executivo. Exemplo disso é o ‘Programa para el Mejoramiento de las Encuestas y la Medición de las Condiciones de Vida en América Latina y el Caribe’ (MECOVI), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e apoiado pela CEPAL, desenrolado entre 1996 e 2002 no âmbito da ‘Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos’ (DGEEC). Não restrito ao Paraguai, esse programa é exemplo dessa tendência de modernização ocorrida nos instrumentos de classificação e vigilância do Estado paraguaio, que passou a contar com critérios e categorias internacionais de confiabilidade, comparabilidade e abrangência em seus censos populacionais. Tais critérios importam diretamente para nossa discussão, pois esse quadro técnico-administrativo pode, ou não, estar politicamente aberto e cognitivamente preparado para ver as dinâmicas populacionais de gênero: “[!]a Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC) convocó a instituciones gubernamentales y no gubernamentales para realizar un trabajo de mejoramiento de la boleta censal de 1992. En el nuevo formulario se reconoce a la mujer como jefa de hogar en igualdad de condiciones que el varón, y el trabajo femenino adquiere mayor visibilidad con los cambios introducidos en las preguntas sobre actividades laborales” (ELÍAS, 2001, p.112). De acordo com os técnicos capacitados pelo MECOVI, essa mudança foi positiva porque, ao ter-se substituído ‘emprego’ por ‘trabalho’, os resultados alcançados ganharam maior confiabilidade. Veja-se <http://www.dgeec.gov.py/MECOVI/index.htm>.

chegando, como veremos no final do capítulo, à *Red de Mujeres Políticas* e a outras siglas político-partidárias que, embora não fossem feministas, passaram nos anos 1990 a compor o movimento amplo de mulheres no país.

9.2. Direitos sexuais e reprodutivos e a violência contra a mulher: temas feministas nas arenas civis/estatais/internacionais de profissionalização

Vimos no capítulo anterior que o tema da violência contra a mulher ocupava uma posição central na agenda feminista ao início da transição democrática. Fosse a partir de um viés mais prático, como o fazia o *Colectivo 25 de noviembre*, ou no nível das disputas interpretativas contra posturas psicologizantes, as arenas instauradas pelas organizações ligadas à CMP, e pela Coordenação como conjunto, se esforçavam para fazer a ‘educação moral’ de partes do público cívico paraguaio a respeito da realidade desse tipo de violência. Ao lado desse objeto de tematização, a questão sexual aparecia como uma sorte de ausência presente: embora não aparecesse ligada ao prazer, a sexualidade era abordada no registro da pesquisa demográfica e também cruzada com a temática da violência. Entre essa presença e essa ausência presente, as questões corporais *latu senso* não emergiam na voz pública das feministas. Dez anos depois, esse rol temático permanece e se transforma. Violência e sexualidade seguem mais presentes do que nunca, mas as arenas nas quais se desenrolam sua tematização trazem, por um lado, as marcas da transformação ocorrida no padrão de interação entre organizações da sociedade civil e várias agências estatal-administrativas paraguaias, dentre elas a Secretaria da Mulher, e, por outro, as tendências mais amplas que irremediavelmente atravessaram os feminismos latinoamericanos.

Os títulos de dois textos do *Anuario Mujer* de 1999 (CDE, 2000b) dizem bastante dos temas de então – ‘*Y las voces fueron reconocidas: el derecho a una vida libre de violencia para las mujeres*’ de Verônica Villalba, então pesquisadora do CDE, e ‘*Derechos sexuales y reproductivos: no hay vuelta atrás*’, de Carolina Ravera Castro, feminista comunicadora então ligada ao programa de rádio ‘*Cosas de Mujer*’. Quanto à violência, “[o] tema hoje está instalado na sociedade [paraguaia], se debate, se fala, se denuncia, pouquíssima gente se atreve a dizer que não existe violência contra a mulher”, e a prova de sua entrada *de facto* na agenda pública estava “[no] editorial do jornal *El Día* (21/11/99) [que] fala da violência de gênero. Há alguns anos isso era impensável” (VILLALBA, 2000b, p.32;37). Já a questão sexual entra na tematização feminista sob a rubrica dos ‘direitos sexuais e reprodutivos’: “apoiada por UNFPA [Fundo de População das Nações Unidas], a CMP colocou na agenda de debate público, feito que marcou a tarefa sobre os direitos sexuais e reprodutivos durante este ano, que foi

fundamental no avanço da discussão e no reconhecimento de que não há volta atrás em relação ao que avançamos até hoje” (RAVERA, 2000b, p.45).

Segundo C. Ravera, 1999 foi um ‘ano chave’ para o debate sobre direitos sexuais no Paraguai. A centralidade dada a esse ano se deve, em boa medida, ao conjunto de atores e arenas implicados no debate com vistas a um anteprojeto de lei:

“[no] marco do processo de elaboração para a proposta do Anteprojeto de Lei de Saúde Sexual e Reprodutiva, levado adiante pela CMP, com o apoio do UNFPA, ocorreu nos dias 28 e 29 [de outubro de 1999] o ‘Seminário Internacional de Debate do Anteprojeto de Saúde Sexual e Reprodutiva’ no Parlamento Nacional. O mesmo contou com a presença de Susana Chiarotti, coordenadora de CLADEM [Regional] e Susana Galdós, da organização peruana Manuela Ramos. O Seminário foi organizado pela Câmara dos Senadores e pela CMP, com apoio do UNFPA” (CDE, 2000b, 132).

Embora aquele tenha sido um ‘ano chave’ na tematização pública dos direitos sexuais, o terreno comunicativo do qual esse tema se nutria já vinha sendo forjado desde a volta de Beijing. Nas cronologias do *Anuario Mujer* de 1996 e 1997, é possível ver que várias organizações da Coordenação de Mulheres do Paraguai já vinham abordando a questão sexual em arenas de difusão, com o apoio de outros grupos civis e sob diferentes óticas como a da ‘saúde reprodutiva masculina’, do ‘prazer feminino’ e da ‘educação sexual’. Boa parte do conteúdo e do conhecimento que circulava nessas arenas era produzido pelas próprias organizações civis como, por exemplo, a ‘*Encuesta Nacional de Demografía y Salud Reproductiva 1995 – 1996*’ (CEPEP, 1997) e ‘*Los derechos que ignoramos*’ (RUBIN, 1997)²⁶⁵.

Certamente não eram apenas as organizações que desde a sociedade civil paraguaia se interessavam pela tematização da saúde sexual e reprodutiva. Afinado com os compromissos herdados no Cairo e em Beijing, o Ministério da Saúde instituiu em 1997 o ‘*Plan Nacional de Salud Reproductiva. Versión Post-Cairo*’ (PARAGUAY, 1997b). Este documento reproduz aquela dinâmica de interação coautoral civil/estatal/ internacional: ao lado da Secretaria da Mulher e de outras agências governamentais e internacionais, a Fundação *Kuña Aty* e o CEPEP participaram da elaboração e da redação do Plano²⁶⁶. De modo interessante, a despeito daquela ‘nota de alcance’ na qual o Paraguai expressava suas reservas à Plataforma de Beijing, a Versão Pós-Cairo desse Plano é aberta assim:

²⁶⁵ Este último título é a versão publicada do Mestrado em Desenvolvimento intitulada ‘Investigación sobre Salud y Derechos Reproductivos’, de autoria da líder da Fundação *Kuña Aty* Gloria Rubin.

²⁶⁶ Cf. “Elaboración y revisión: Dirección General de Salud Familiar, Secretaría Técnica de Planificación, Ministerio de Educación y Culto, Ministerio de Agricultura y Ganadería, Secretaría de la Mujer, Oficina Coordinadora de Proyectos Internacionales (MINISTERIO DE SALUD PUBLICA Y BIENESTAR SOCIAL), Banco Interamericano de Desarrollo, JICA, Banco Mundial, UNFPA Fondo de Población de las Naciones Unidas, UNICEF Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia, Cátedra de Obstetricia – Facultad de Ciencias Médicas – UNA, Hospital Central de las Fuerzas Armadas de la Nación, CEPEP (Centro de Estudios de Población), *Kuña Aty*” (PARAGUAY, 1997).

“Más allá de los aspectos de población, mortalidad, fecundidad (visión demografía [sic]); [el Plan] incorpora la consideración de “calidad de vida” con énfasis en la satisfacción de las necesidades de hombres y mujeres como individuos, desde el derecho de las personas, la equidad social y de género.

[el Plan pretende] Apojar a mujeres y hombres a asumir la responsabilidad de su comportamiento sexual y reproductivo a través de la organización e implementación de actividades programáticas así como de información, educación y comunicación para hacer frente al riesgo reproductivo, de enfermedades de transmisión sexual y otras cuestiones de salud sexual y reproductiva como un problema de todos y de cada uno de los individuos” (PARAGUAY, 1997) (Grifo meu).

A Secretaria da Mulher, como vimos, não foi a única porta pela qual o ‘gênero’ entrou no Estado paraguaio. Além da interação mantida pela Secretaria Técnica de Planificação com feministas *experts*, o Ministério da Saúde também foi um dos âmbitos da institucionalidade paraguaia cujo aprendizado interativo com organizações como *Kuña Aty* e CEPEP levou a uma incorporação gradual da noção de gênero em seu repertório. Essas organizações são ‘parceiras’ do Ministério, ao mesmo tempo em que servem de base bibliográfica para dito Plano, que cita dois estudos dessa última ONG e outro de autoria de Maria Victorial Heickel (SEFEM, 1991). Além disso, o trecho acima sublinhado permite ver um exemplo nítido de vigilância estatal: ‘apoiar mulheres e homens a assumir a responsabilidade de seu comportamento sexual’ – isso é apenas um eufemismo para dizer que o Estado paraguaio concebe e consagra *este* padrão (‘responsável’ e ‘informado’) de reprodução sócio-sexual, e não outro qualquer. Para o que nos interessa, tal padrão está informado pelo consenso do Cairo e pelos ‘enfoques essenciais’ que orientam dito Plano, dentre eles o ‘de gênero’²⁶⁷.

Como se pode imaginar, há uma longa distância entre a vontade do Ministério da Saúde de consagrar um padrão de interação sexual específico até a difusão social e a internalização corporal desse padrão. Entre aquela vontade estatal e sua almejada realização, foram forjadas várias das arenas nas quais, apoiadas pelo sistema das Nações Unidas ou pela cooperação internacional, interagem organizações civis, muitas delas ligadas à CMP, e diferentes agências estatal-administrativas. O objeto de tematização é um só, enquanto arenas e públicos variam: “Serviço de Formação e Estudos da Mulher (SEFEM) realizou um encontro com mulheres parlamentares e com organizações de mulheres. Os temas abordados foram saúde sexual e reprodutiva, gravidez adolescente e qualidade da atenção, dentre outros”; “[s]eminário sobre educação sexual e saúde reprodutiva da/do adolescente. Organizado pelo Fundo de Populações da ONU (UNFPA), SMRP, Viceministério da Juventude, Fundação *Kuña Aty*, Instituto de Ciências da Saúde da UNA e Prefeitura de San Lorenzo” (CDE, 2000a, p.74; 77). E, em 1999, “Ministério da Saúde, UNFPA, OPS e OMS organizaram (...) curso sobre saúde

²⁶⁷ Cf. “[Hay que] incorporar enfoques esenciales que ayuden a priorizar los problemas, focalizar las acciones (...) Dentro de estos enfoques podemos distinguir: el de género, el de riesgo, el epidemiológico, el de participación social y el [enfoque] estratégico en donde se inscribe la totalidad del presente Plan” (PARAGUAY, 1997).

sexual e reprodutiva masculina, dirigido a funcionários governamentais, docentes, pesquisadores e representantes dos meios de comunicação” (CDE, 2000b, p.126)²⁶⁸.

Do ponto de vista do Estado paraguaio, tanto o *Plan de Salud Reproductiva* quanto essas arenas trazem um deslocamento, a meu ver importantíssimo, ocorrido nas categorias e instrumentos a partir dos quais saúde e reprodução são concebidas e planejadas como objeto de política pública no país: de uma concepção de ‘planejamento familiar’ centrado no controle da fecundidade feminina (planejamento pensado e exercido de modo tradicional para não dizer arcaico²⁶⁹), aquele Estado passou a uma visão pós-convencional de saúde centrada nos direitos humanos e nos direitos humanos das mulheres: uma de suas ‘bases conceituais’, lê-se no Plano, está nos “*derechos de la mujer considerados como un derecho humano y los hombres compartiendo las responsabilidades asociadas a la familia*” (PARAGUAY, 1997). Herdado das plataformas do Cairo e de Beijing²⁷⁰, esse deslocamento não é só produto da interação naquelas arenas civis/estatais de treinamento, pois “[a] pressão por reforma [na saúde e na educação paraguaias] veio de agências multilaterais de cooperação convencidas de que o *framework* institucional deveria ser modernizado à luz da necessidade urgente da elaboração de análises setoriais” (MOLINIER, 1997, p.148). Assim, as interações mantidas com vozes civis-feministas e a pressão de agências internacionais convergiram para um aumento da capacidade burocrática e uma mudança no espírito estatal, que, apesar do estranhamento mostrado frente a tão ‘polêmico’ tema como o dos direitos sexuais e reprodutivos, passou a contar com um marco normativo orientado, dentre outros enfoques, pela ‘perspectiva de gênero’.

Já do ponto de vista das transformações do feminismo latinoamericano no pós-Beijing, a questão dos direitos sexuais e reprodutivos passou a mobilizar redes feministas de *advocacy*, nas quais “desde final de 1996, estão envolvidas mais de 200 mulheres e suas organizações - espalhadas por onze países da região - num esforço de formação feminista, de compartilhamento de aprendizagens e de intercâmbio de reflexão” (ALVAREZ, LIBARDONI &

²⁶⁸ Vale notar que a temática dos direitos sexuais e reprodutivos não se restringiu à administração central do país – “[a] Prefeitura de Assunção [por exemplo] inaugurou a Oficina de Saúde (...) com o objetivo de educar a cidadania em saúde sexual” (CDE, 2000b, p.123).

²⁶⁹ Cf. “La Salud Materno Infantil se desarrolla con el componente de Planificación Familiar oficialmente (...) desde los años 70; durante 1979 se suspende la provisión de métodos anticonceptivos modernos, sosteniéndose el programa en base a programas educativos y a la implementación del método Billings. Algunas Organizaciones No Gubernamentales como el Centro Paraguayo de Estudios de Población (CEPEP), implementan sus acciones y servicios con métodos modernos de planificación, permitiendo que la Planificación Familiar se mantenga activa en el país, aunque sin alcanzar una cobertura nacional” (PARAGUAY, 1997b, p.7) (Grifo meu).

²⁷⁰ Cf “Las discusiones generadas en torno a los conceptos de Derechos Sexuales y Reproductivos resultan hasta ahora temas polémicos y de alta complejidad. Sin embargo la comunidad internacional ha reconocido y propiciado la realización de numerosos eventos para realizar la importancia de su abordaje y tratamiento. De las conferencias internacionales (...) se pueden destacar: (...) Viena 1993, (...) El Cairo 1994, (...) Beijing 1995, (...) Copenhague 1995” (PARAGUAY, 1997) (Grifo meu).

SOARES, 2000, s/p). A tematização dos direitos sexuais e reprodutivos por parte das organizações feministas ligadas à Coordenação de Mulheres do Paraguai traz uma diferença significativa em relação àquele acanhado movimento que se abstinha da tematização das questões corporais *latu senso*. E nem é preciso voltar até meados da transição para ver que o *début* das feministas paraguaias nos ringues de disputa pública pelos usos e limites dos corpos demorou a ocorrer: ainda em 1995, quando uma provável mudança no Código Penal paraguaio implicou numa virtual brecha para a transformação da penalização do aborto induzido, “as organizações feministas não fizeram sua aparição enquanto tais, marcando posturas e fazendo propostas. Mas houve a participação de representantes de destaque no movimento que escreveram, deram entrevista e participaram de programas de rádio e TV, trazendo à mesa de debate um ponto de vista menos fanático que o da igreja” (ELÍAS, 1998, p.38).

Desde 1996, as arenas instauradas por praticamente todas as organizações que compunham a CMP mostram publicamente uma face mais ousada do movimento, isto é, mais comprometida com o espinhoso rol das questões corporais. Dois textos do *Anuario Mujer* de 1997 são eloquentes neste sentido: ‘*Prostitución. El tema más difícil del mundo*’ e ‘*Una mirada sobre el Acoso sexual*’. Relativamente a essas questões, a introdução desse anuário diz que “[é] uma sorte que algo tenha se movido a esse respeito, já que o feminismo e o movimento de mulheres paraguaio há pouco tempo tinham mantido antes de tudo um silêncio sobre o tema, um silêncio temeroso e cúmplice da dupla moral sexual” (CDE, 2000c, p.7). Portanto, paralelamente aos esforços estatais contidos no *Plan Nacional de Salud Reproductiva* e nas arenas civis/estatais de difusão dessa concepção de vida sexual, o feminismo paraguaio compunha uma parte daquele terreno discursivo no qual os corpos de paraguaios e paraguaias eram, agora na chave da saúde sexual e reprodutiva, objeto de tematização e de disputa. Contudo, embora o tema tivesse entrado nas agendas feminista e pública de debate, levou certo tempo para que as tomadas feministas de posição deixassem de ser individuais, como em 1995, e passassem a se coletivizar no bojo daquelas redes de *advocacy* e dos temas corporais mais espinhosos nelas implicados: “data de 2002 a adesão da Coordenação de Mulheres do Paraguai (...) à Campanha 28 de Setembro pela Descriminalização do Aborto na América Latina e no Caribe” (SOTO, 2009, p.78).

Seja como for, a série de arenas notadamente civis/estatais instauradas entre 1997 e 1999 marcou a entrada - ‘sem volta atrás’ - dos direitos sexuais e reprodutivos na agenda pública paraguaia. Uma dessas arenas foi aquela primeiramente citada, realizada pela CMP e pelo Parlamento paraguaio, com o apoio de UNFPA, da qual resultou um anteprojeto de Lei de Saúde Sexual e Reprodutiva. Na fluidez dos laços que àquela época aproximavam a CMP e a

Secretaria, outro palco foi forjado “[na] Câmara dos Deputados, [na qual] se desenrolou um debate sobre a necessidade de elaboração de uma lei de saúde reprodutiva (...) Expuseram: [a Ministra] Cristina Muñoz, o Ministro da Saúde Martín Chiola, Hugo Oddone de UNFPA e Angélica Roa da CMP”(CDE, 2000b, p.110). Porém, no caso desta lei, “a batalha com os setores pró-vida impediu o prosseguimento do debate e a obtenção de consensos em torno do tema no interior dos grupos de mulheres e feministas” (SOTO, 2009, p.78). Dessa forma, 1999 foi uma entrada ‘sem volta’ mas também sem avanços no tema dos direitos sexuais e reprodutivos, pois, desde essa derrota parcial, durante toda a primeira década do século XXI, as feministas tiveram de encarar a fúria do fundamentalismo católico ‘pró-vida’, perdendo para ele várias outras *genders wars*, lembrando J. Franco, no Paraguai, como em todo o Cone Sul²⁷¹.

Outro tema que ocupou posição importante na agenda do feminismo paraguaio entre 1998 e 1999 foi o da violência de gênero. Se, no contexto de abertura e transição, tratava-se de politizar e de publicizar a questão da violência contra a mulher, opondo-se a interpretações psicologizantes e privatizantes e dando proteção a mulheres vitimizadas, agora, em fins dos anos 1990, “[o] reconhecimento público de que a violência sofrida pelas mulheres não é algo privado, é um grande salto que se deu graças aos esforços de mulheres que apostaram, e seguem apostando, na igualdade” (VILLALBA, 2000b, p.38).

À diferença dos marcadores e públicos das arenas feministas erguidas ao tempo da abertura política, agora não se trata de ‘educação cívica’, mas de ‘capacitação’ com sentido profissionalizante e voltada para públicos, de dentro e de fora do Estado paraguaio, relacionados à realidade de intervenção prática nessa forma de violência: “[foi] realizada na Direção de Polícia uma jornada de capacitação sobre o tema ‘Gênero e abordagem da violência contra a mulher adolescente e crianças’, organizada pela Fundação *Kuña Aty* e dirigida a agentes da Polícia Nacional” (CDE, 2000a, p.76); e “*Kuña Aty* e a Faculdade de Direito [da Universidade Católica de Assunção] assinaram um convênio de cooperação por meio do qual estudantes do último ano de Direito trabalharão no seguimento de casos judiciais de mulheres vítimas de violência” (CDE, 2000b, p.109). Analogamente ao tipo justaposto de produção de conhecimento que marcou o pós-Beijing, as arenas de difusão e de convencimento a respeito da violência contra a mulher e do seu combate também encerram a dinâmica de justaposição civil/estatal com apoio internacional: “[ocorreu o] II Seminário-oficina sobre Abordagem Terapêutica da Violência Doméstica organizado pelo (...) Instituto de investigações em Ciências da Saúde e pela Fundação *Kuña Aty*, com patrocínio da SMPR e do UNICEF”(CDE, 2000a,

²⁷¹ Sobre as derrotas parciais do feminismo paraguaio, veja-se SOTO (2009, p.76-ss). Para outros casos, veja-se a coletânea ‘Aborto no Brasil e países do Cone Sul’ (BALTAR ROCHA & BARBOSA, 2009).

p.80). E não foi somente a ONG liderada pela histórica Gloria Rubin que esteve ao lado do Estado paraguaio, pois, como afirmou em entrevista a ex-Ministra Cristina Muñoz, a Secretaria da Mulher contou por algum tempo com o apoio e a capacidade do Coletivo 25 de novembro no atendimento a mulheres vítimas de violência.

Cotejado com o panorama de fins dos anos 1980, vêem-se arenas com um mesmo tema, veredas cruzadas, públicos distintos e, sobretudo, um sentido distinto: a 'formação de voluntárias' de antes dá espaço e vez à *profissionalização*, não apenas de partes da sociedade civil e da máquina estatal paraguaias, mas simultaneamente das próprias organizações feministas. Se voltarmos pouco tempo atrás, em meados de 1995, veremos que algumas ONGs feministas promoviam festas para arrecadar verbas, veremos que a Fundação *Kuña Aty*, por exemplo, teve de contar com doações da Embaixada britânica no Paraguai para equipar seu local de trabalho (CDE, 1998 [1995]). Embora pareçam anedóticas, cenas como essa mostram a mudança ocorrida no pós-Beijing, desde (a partir de?) quando a *expertise* acumulada pelas feministas em suas organizações passou, em praticamente toda a América Latina (ALVAREZ et al, 2003), a ser incessantemente requerida e, sobretudo, remunerada pelos aparatos estatais – e no Paraguai não existem motivos para que fosse diferente.

Em que medida esse padrão de interação (qual seja, organizações feministas remuneradas devido à sua atuação profissional e profissionalizante em relações com a máquina estatal) macula ou coloca em risco a prezada autonomia feminista, é uma questão que, por ora, não pode ser respondida com nossos dados empíricos, que mostram, isso sim, a existência e a concentração de arenas nas quais a *expertise* feminista forma e informa partes do tecido estatal-administrativo no país.

Na volta da China, a 'fluidez' entre lideranças históricas da CMP e a Secretaria da Mulher encarna e aprofunda essa tendência rumo à especialização temática e profissionalizante. Em sua reflexão sobre o feminismo peruano, M. Barrig sintetizou esse processo na seguinte frase: "a política feminista se trasladou lentamente dos bairros populares aos corredores dos Ministérios e do Congresso" (BARRIG, 2002, p.579). Diagnóstico semelhante a esse se reproduz no caso chileno: "a transição para democracia levou a algumas mulheres, profissionais ou *experts*, especialmente de ONGs feministas, a se incorporar à institucionalidade" (SALDAÑA, 2005, p.934). Essa tendência é presente também no caso paraguaio, mas sua observação merece alguns retoques. Primeiramente, a ideia de 'traslado' soa algo inadequada para nosso caso. Paralelamente às pesquisas sobre as camponesas, as feministas paraguaias desde 1989 acionavam estratégias de interpelação junto ao Estado paraguaio, seja por meio de cartas ao Presidente, através de *lobby* na Constituinte ou por

outros meios. Além disso, a própria metáfora dos 'bairros populares' precisa ser matizada no caso do Paraguai, pois vimos que, na entrada dos anos 1990, as arenas feministas de difusão e convencimento estavam concentradas em Assunção, e essa concentração não é negada pelas integrantes do movimento: "a maior limitação da CMP é talvez que, apesar do seu nome, trata-se de uma organização principalmente assuncena" (BAREIRO, 2000, p.28). Daí, dessa concentração urbana e do reconhecimento dela, o esforço consciente da CMP, como foi o caso em Beijing e lá nas grandes reuniões de 1987, no sentido de incluir as vozes campesinas em seus processos de formação de opinião. Matizados, esses pontos deixam notar que não houve propriamente um traslado das feministas paraguaias, como se elas tivessem suposta e primeiramente 'de costas para o Estado', e depois, num outro momento, dentro do Estado paraguaio. (Aliás, para complicar, mesmo no pós-Beijing as feministas da CMP não se incorporaram à institucionalidade; elas passaram a ocupar posições ambíguas de 'consultoria' que lhes colocaram em relações 'fluidas' com a Secretaria da Mulher.)

Essa nuance, no entanto, não desfaz uma tendência comum aos demais feminismos sulamericanos: na segunda metade da década de 1990, as organizações da CMP entram em um padrão intenso e profissionalizante de interação com várias partes do tecido estatal-administrativo paraguaio – e, invertendo T. Evers, seria possível perguntar se tal tendência e, nela, a 'fluidez' entre a SMPR e as lideranças históricas, teria colocado a Coordenação 'de costas para a sociedade, longe do movimento'? Ao que tudo indica, a resposta a essa questão é negativa. Ao mesmo tempo em que as organizações feministas capacitavam burocratas de Estado, burocratas de rua como assistentes sociais e policiais, e estudantes, a CMP abriu um processo participativo ao redor da elaboração de um anteprojeto de '*Ley contra la violencia doméstica hacia la mujer*' (CMP, 1998). "[O] documento base", lê-se à sua apresentação, "serviu para que, no período de cinco meses, este anteprojeto fosse debatido com a participação ativa e ampla da cidadania, nos cinco fóruns organizados para tal" (CMP, 1998, p.121).

Entre agosto e dezembro de 1998, a Coordenação organizou cinco arenas nas quais grupos mobilizados de mulheres advindas da periferia de Assunção, do interior do país, dos partidos políticos e de ONGs feministas, puderam debater e contribuir para o anteprojeto. Como de praxe, a dinâmica de formação de opinião liderada pelas feministas contemplou a perspectiva campesina: "[a] CMP realizou em Coronel Oviedo o segundo fórum de consulta sobre o anteprojeto de lei (...). Nesta ocasião o encontro foi com mulheres campesinas" (CDE, 2000a [1998], p.84). Tal como no caso da reivindicação em prol da Secretaria da Mulher, este documento traz os compromissos internacionais assumidos pelo Estado paraguaio com relação

ao combate da violência contra as mulheres e, mais que isso, exhibe dados coletados e acumulados pelas organizações a respeito dessa violência e de suas cruéis faces. Não cabe aqui entrar na lógica argumentativa do anteprojeto e tampouco reconstruir seu destino posteriormente positivo²⁷²; o importante é que a aproximação ‘fluida’ junto à Secretaria da Mulher e a atuação das organizações da CMP, notadamente orientadas para o Estado paraguaio, não implicaram em um distanciamento da Coordenação em relação ao movimento de mulheres.

Assim, menos que se ver uma tendência profissionalizante de sentido exclusivo e excludente, a dinâmica de consulta ao movimento de mulheres então aberta pela Coordenação reproduz aquilo que Alvarez *et al* (2003, p.550-ss) chamaram de ‘dupla lógica’, da política de *advocacy* e da lógica identidade-solidariedade²⁷³, que passou a operar em praticamente todos os feminismos latinoamericanos: ao longo dos anos 1990, ao mesmo tempo em que as feministas ganharam peso e espaço em máquinas estatais, elas se mantiveram ligadas às idéias e vozes próprias aos movimentos de mulheres - “o processo levado adiante pela CMP para a elaboração do Anteprojeto foi muito importante, já que o seu conteúdo foi discutido e consultado com diferentes setores de mulheres organizadas” (VILLALBA, 2000, p.34). Além da ‘dupla lógica’, essas arenas de consulta mostram uma permanência no perfil do projeto político da CMP que seguia com fins jurídico-igualitários, isto é, orientado para a transformação do arcabouço legal injusto relativamente às mulheres, e mantinha sua natureza participativo-universalista, marcada pela busca de inclusão das diversas vozes do movimento de mulheres. Pouco mais de uma década tinha se passado desde a gênese da CMP e do feminismo paraguaio, e esse perfil jurídico de atuação da CMP se matinha. Ainda que não tenha sido alvo de crítica em nenhuma entrevista, essa permanência era algo sintomático do estilo de liderança exercido na rede, pois, embora a agenda das organizações da Coordenação seguisse a diversificação do rol latinoamericano de tematização feminista, esse acompanhamento se dava com um *gap* empiricamente expresso na diferença entre as tomadas pessoais e públicas de posição, respectivamente, de 1995 e de 2002. No último capítulo, veremos como a demora em

²⁷² Lei, 1600/2000 ‘*Contra la violencia doméstica*’.

²⁷³ “Durante os anos 1990, a lógica da *advocacy* de políticas funcionou tanto como complemento quanto como competidora da lógica da identidade/solidariedade das militantes mais de base e menos profissionalizadas. Por um lado, as duas lógicas se complementaram, à medida que as coordenações de ONGs para as conferências da ONU, como a de Beijing, basearam-se em contatos e discursos construídos através de redes de identidade e solidariedade preexistentes, e, na sua maioria, informais, enquanto que a luta das feministas locais se beneficiou da legitimação de algumas questões feministas históricas, agora oficialmente abraçadas pela ONU e nominalmente apoiadas por muitos dos governos da região”(ALVAREZ *et al*, 2003, p.551). Isso não deveria entrar no texto?

tomar uma posição pública contra a criminalização do aborto foi, posteriormente, um fator de tensão entre diferentes gerações na Coordenação.

Seja como for, tal como em outros casos sulamericanos, as feministas da CMP também encarnaram a identidade 'híbrida' de profissional-ativista (ALVAREZ, 1997, p.267), que, por algum tempo, fez conviver bem arenas de assessoramento e treinamento a partes do Estado paraguaio, a exemplo da saúde, com arenas nas quais várias partes do movimento de mulheres puderam debater e se posicionar. Mas, à diferença dos feminismos mais polarizados²⁷⁴, as interações travadas nas arenas civis/estatais não produziram dois blocos rígidos – as autônomas *versus* as institucionalizadas – em oposição no feminismo paraguaio. Quer dizer, se o caso paraguaio desde sua gênese compartilha com outros exemplos a divisão entre 'intelectuais' e 'políticas', ele não traz consigo uma oposição entre aquelas que aceitam e aquelas que não aceitam entrar em relações com órgãos governamentais e agências internacionais.

Essa não-oposição, contudo, não significa que a questão da autonomia esteja de fora dos dilemas da militância feminista paraguaia: “[a] cooperação entre a Secretaria e a CMP não foi motivo para que a articulação de mulheres abandone seu papel controlador. (...) [O] estabelecimento de múltiplas interlocuções não impediu a CMP de manter uma grande autonomia e independência” (BAREIRO, 2000, p.26). A ‘dupla lógica’ dos anos 1990 atualizou e transformou o dilema da autonomia, recaindo pesadamente sobre aquelas feministas cujo tipo de atuação se orientou para a interação intensa com a política estatal e internacional – “deveriam as militantes agora (...) envolvidas em arenas de políticas ‘masculinistas’ ser vistas simplesmente como a vertente da *advocacy* (...), ou estariam elas se ‘vendendo’, ou, pior ainda, seriam elas ‘traidoras’ da causa feminista?” (ALVAREZ et al, 2003, p.550). Os anos 1990 deslocaram o caráter reciprocamente excludente da equação real e imaginária Estado-feministas, de tal modo e a tal ponto que escolher entre ‘sim ou não’²⁷⁵, entre ‘ou álibi ou conquista’, não fazia mais sentido porque o cenário pré e pós-Beijing, em plano nacional e internacional, em nada lembra as décadas anteriores “[quando as] teias do poder apareciam como uma intrincada rede repleta de obscuras e malignas intenções. O ‘Estado’ e o ‘sistema’ se mostravam como grandes entidades alheias a nossa existência” (SCHUMAHER & VARGAS, 1993, p.353).

²⁷⁴ Penso, em especial, do caso chileno. Veja-se ALVAREZ et al (2003, p.556-ss) e RÍOS (2002).

²⁷⁵ Veja-se, por exemplo, “[i]nicialmente colocado como ‘Estado: sim ou não?’, esse dilema é muito mais complexo; o cenário – e a iconografia – do fim da década de 1990, evidentemente, não é igual ao de 1970” (BARRIG, 2003, p.607).

O contexto agora é outro também no Paraguai e os múltiplos cruzamentos e justaposições de veredas, observados nas arenas ao redor dos direitos reprodutivos e da violência contra a mulher, mostram que o Estado paraguaio não era um cenário exterior, ‘alheio’, perante o qual se desenrolava a ação feminista – e, de certo modo, ele nunca teve uma relação de externalidade *tout court* com o feminismo, pois, desde fins do stronismo e durante a transição, as arenas comunicativo-feministas apontavam direta ou obliquamente para ele. O fato é que, especialmente após a confluência forjada em Beijing entre algumas históricas e Cristina Muñoz, as organizações da CMP passaram a fazer parte *reconstrutiva* das chamadas ‘teias do poder’, entrando na disputa pelos sentidos e categorias em jogo nos quadros estatal-administrativos.

No conjunto dos dados que exprimem a interação entre organizações feministas e agências estatais, dois exemplos empíricos encarnam adequadamente uma das faces de nossa hipótese de pesquisa: o *Primer Plan de Igualdad de Oportunidades* (PARAGUAY, 1997) e o *Plan Nacional de Salud Reproductiva. Versión Post-Cairo* (PARAGUAY, 1997b). Seja a partir de uma série de parcerias, consultorias e avaliações das ‘*experts em gênero*’, de arenas civis/estatais que visavam treinar burocratas de rua e de gabinete, ou de convênios e apoios de vozes internacionais, a ‘*perspectiva de gênero*’ tão cara ao discurso feminista passou a compor o rol das categorias por meio das quais o Estado paraguaio, *com maior ou menor sucesso*, vigia sua população. Essa menção ao sucesso apenas relativo da vigilância estatal baseada a partir de uma ‘*perspectiva de gênero*’ é importante para matizar o alcance e os limites de nossa hipótese: apesar de o Estado paraguaio ter incorporado ‘*gênero*’ em vários de seus *Planes* e pesquisas, e apesar desse processo ter assumido sentido profissionalizante, ele não se traduziu de maneira automática em políticas de alcance nacional: “[*e*]l *gobierno paraguayo*”, analisa a Organização Panamericana da Saúde, “*cuenta con tres iniciativas para enfrentar a la pobreza; en las tres se observa la inclusión de la perspectiva de género y de grupos excluidos como las poblaciones indígenas, pero no se comprueban avances significativos en su implementación*” (OPS, 2007, p.610).

O reconhecimento de tais limites, contudo, não pode obliterar a compreensão da reconstrução de partes do Estado paraguaio desenrolada concomitantemente àquelas ameaças de ruptura e retrocesso político-institucional que culminaram, em 1999, no *Marzo* paraguaio. E entender essas temporalidades em paralelo é fundamental: enquanto colorados de vários matizes digladiavam-se pela Presidência levando ao colapso virtual do tecido institucional e social, porções do Executivo em interação com organizações civis foram alterando e aumentando sua capacidade técnico-normativa pressionadas, em geral, por vozes

internacionais. Exemplo disso estava nas publicações patrocinadas pela Secretaria Técnica de Planificação, bem como no *Plan Nacional de Salud Reproductiva*. Nesses exemplos, a atuação de determinadas organizações civis orientadas *por* categorias feministas e *para* esses espaços oficiais de vigilância corresponde simultaneamente à abertura relativa deles para interações sócio-estatais e para o conhecimento e as categorias gestados fora deles.

Essa dinâmica estatal de generificação precisa ser qualificada ainda do ponto de vista do debate feminista, que insiste na despolitização e/ou desradicalização da noção de gênero uma vez que esta chega a terras e âmbitos mais oficiais; M. Barrig dá o tom dessa crítica: “[m]enos urticante que la palabra feminismo, el concepto de género ha sido amasado hasta convertirse en un recurso técnico” (2008, p.579)²⁷⁶. Se voltarmos ao caso paraguaio veremos que, sim, o ‘gênero’ na linguagem oficial faz as vezes de um recurso técnico, uma ‘ferramenta’: “[la] incorporación de la perspectiva de género es mucho más que el mejoramiento de la situación de la mujer (...). Asimismo, es una herramienta para hacer de los intereses y necesidades de hombres y mujeres una dimensión integrada en el diseño, implementación, monitoreo, y evaluación de políticas y programas”(PARAGUAY, 2002, p.9). Contudo, ao contrário do que sugerem as visões mais críticas, o ‘gênero’ não é aí desligado de noções de desigualdade, de discriminação e de desvantagem, pois esse II *Plan de Igualdad*, elaborado também em moldes participativos, traz um glossário com termos como ‘análise de gênero’, ‘estereótipo’, ‘discriminação’, ‘divisão sexual do trabalho’ e, para evitar um erro clássico, distingue sexo de gênero: ‘mientras las diferencias de sexo son biológicas, las de género son culturales y transformables’, ‘género no es igual a mujer, ni igual a sexo (idem, p.104; 105). Do ponto de vista dos padrões de gênero culturalmente herdados e institucionalmente ignorados e legitimados no Paraguai, essa última afirmação, segundo a qual o corpo biológico (o ‘sexo’) não traça qualquer destino sócio-sexual necessário, não apenas é uma verdadeira metanóia naquele imaginário nacional, como é também (até hoje) alvo de renitentes ataques dos setores mais retrógrados da sociedade paraguaia. Nesses termos, o fato de que gênero opera como ferramenta técnica, que afinal serve de inspiração cognitiva para o espírito das políticas e

²⁷⁶ Na íntegra, a citação traz uma série muito comum e entrelaçada de metacríticas feministas da qual onguização e profissionalização aparecem como carros-chefe das punições autoimpostas: “[m]enos urticante que la palabra feminismo, el concepto de género ha sido amasado hasta convertirse en un recurso técnico que se ensambló fácilmente con el discurso de las conferencias de Naciones Unidas, con los requerimientos a las feministas por asesorías y recursos humanos especializados desde las dependências públicas y con los cada vez más altos grados de profesionalización de las activistas de las ONG de mujeres, a su vez ofertantes de servicios calificados” (BARRIG, 2002, p.579). A meu ver, essa série de críticas tende a superestimar o que os feminismos teriam de fato feito em suas gêneses, trajetórias e interações e, além disso, tende a subestimar a dimensão e o peso do autoritarismo social vigente relativamente a relações de sexo e gênero nos países latinoamericanos. São várias as autoras que, com outros rótulos e em âmbitos correlatos, concordam com M. Barrig (ALVAREZ, 1997; ESMERALDO & SAID, 2002; CHARLESWORTH, 2005).

práticas estatais, não precisa, a meu ver, ser alvo de crítica. Por outro lado, essas visões críticas da generificação soam corretas caso estejam apontando para o fato de que os *Planes* governamentais não incorporam as dimensões mais espinhosas do discurso feminista, notadamente aqueles temas corporais como o aborto e a lesbianidade – temas, há que se dizer, totalmente ausentes do II *Plan de Igualdad*. Essa ausência no documento estatal, contudo, não assusta se pensarmos que as lideranças históricas da CMP não foram ‘radicais’ em um primeiro momento para depois, em outro momento marcado pela interação com o Estado, se desradicalizarem ou terem sua veia polêmica ‘neutralizada’²⁷⁷. À exceção de uma ou outra tomada de posição individual, o rol de questões corporais espinhosas não foi o ponto forte dessa geração, de modo que esse naipe de tematização tardou a ganhar sua voz pública, coletiva e feminista no país.

Nas mãos do típico burocrata de rua paraguaio que provê, de modo seletivo e sexista, serviços à população, a incorporação estatal de ‘gênero’ fica bem iluminada em seus avanços e limites. Intitulado “DIU e pílulas contraceptivas vêm com ‘junto com empecilhos’ no Paraguai”²⁷⁸, estudo realizado entre 1998 e 2000 concluiu que “[os] provedores de serviços impunham empecilhos fazendo (...) com que as usuárias de DIU voltassem à clínica até cinco vezes no primeiro ano depois da colocação do dispositivo (...). [As] exigências ao redor da provisão e do seguimento (...) desencorajam o uso continuado de DIU e de anticoncepcionais orais” (CHIN-QUEE, 2004, p.147). Quer dizer, enquanto a normativa consagrada pelo Ministério da Saúde paraguaio seguia as orientações do Cairo e de Beijing, a distância entre a vontade estatal e a incorporação (literal) desse padrão ‘responsável e informado’ de prática sexual era, na prática, aumentada pelos estereótipos de gênero dos burocratas de rua²⁷⁹. Contra tais empecilhos, a solução dada por esse especialista aponta para a necessidade de ‘educar’²⁸⁰ os provedores de serviço com base nas ‘*guidelines*’ ministeriais – ora, essas ‘*guidelines*’ são justamente produto

²⁷⁷ Esse parece ser inclusive o caso de outros feminismos; Esmeraldo e Said, ao falar do movimento feminista no Ceará, apontam “[a] pouca e superficial discussão no interior dos movimentos de mulheres e feministas de questões específicas de interesse da mulher, como saúde, violência, sexualidade” (ESMERALDO E SAID, 2002, p.270). Mesmo com esse dado em mãos, elas insistem que “[e]ssa categoria [gênero] neutraliza o debate polêmico e político atribuído ao feminismo” (*idem*, p.275).

²⁷⁸ Cf. ‘In Paraguay, both IUDs and contraceptive pills come with “strings attached”’ (CHIN-QUEE, 2004).

²⁷⁹ Esse tipo de restrição que afasta as mulheres dos bens públicos não é um fato de hoje e sequer tipicamente paraguaio. Ao falar dos efeitos da distribuição de pensões maternas nos Estados Unidos do início do século XX, T. Skocpol observa que “[extremely] needy mothers (...) who did not meet the moral and behavioral criteria enshrined in their states’ laws or in their localities’ administrative cultures could have their applications for pensions denied. (...) [O]nce mother’s pensions were put into practice, they became the concern of bureaucrats and social workers, most of whom did not see their clients as part of the same moral universe” (SKOCPOL, 1995, p.469-470; 479).

²⁸⁰ Cf. “IUD clients in Paraguay are asked to make unnecessary revisits out of exaggerated concerns for infection prevention. The attitudes and beliefs that give rise to these behaviors appear to be cultural (...). [T]he Ministry of Public Health and Social Welfare should make a concerted effort to educate the providers in Paraguay not only on the content and the rationale for recommendations contained in the guidelines but also on the importance of respecting and serving clients well” (CHIN-QUEE, 2004).

da interação em arenas civis/estatais e da pressão/apoio de agências do sistema e da cooperação internacionais, e seus ‘enfoques essenciais’ são já produto dos fatores e discursos à base da reconstrução de partes mais abertas e/ou mais pressionáveis do Estado paraguaio.

Apesar do despreparo ou má-vontade mesmo dos burocratas de rua, de resto, um dado triste em uma realidade igualmente triste que atravessa a saúde do Paraguai como um todo, o que o conjunto de dados deste capítulo mostra é uma tendência que se desenrolou em arenas nas quais confluíram interesses e projetos civis, governamentais e internacionais, de maneira concomitante à extrema insegurança advinda dos conflitos de raiz político-eleitoral. Mais que isso, esses dados mostram a importância de dois ganhos teóricos da chave da construção democrática: primeiro, o Estado não é e não deve ser tomado como um só e único bloco (DAGNINO, OLVERA & PANFICHI, 2006, p.34-ss) e, segundo, o peso da complementaridade que vincula os interesses de atores civis e governamentais (DAGNINO, 2002). Como vimos, a incorporação da ‘perspectiva de gênero’ nos *Planes* estatais se deveu ao compartilhamento de interesses e projetos entre a Ministra da Secretaria da Mulher e as históricas da CMP, à pressão exercida por agências internacionais no cumprimento dos consensos de Beijing e do Cairo, bem como à abertura dessa e de outras instâncias estatais para a *expertise* feminista e de suas ONGs. Se, de um lado, a herança institucional do stronismo, a indisposição dos burocratas de rua e a pugna colorada pela Presidência, cada uma à sua forma, competiam com a elaboração e implementação de políticas racionais; de outro lado, operou uma tendência de modernização e racionalização de partes nada desimportantes do Executivo paraguaio. Portanto, tomado em seu caráter heterogêneo, o Estado contém múltiplas entradas possíveis para conexão sócio-estatal, nas quais podem se encaixar capacidades, projetos e interesses de parte a parte. E, desse modo, sai de tela qualquer possibilidade de pensar um único sentido ou um só nível no qual se dá a democratização da máquina estatal. Como tentei mostrar, essa tendência democratizante se encarnou em arenas de profissionalização e de abertura relativa de agências estatais àqueles domínios de conhecimento nos quais tais agências eram deficientes – daí então, desses fatores cruzados, a generificação estatal.

8.2.1. RMP e outras siglas ‘políticas’ do movimento paraguaio de mulheres.

Do mesmo modo que a Secretaria da Mulher não foi a única agência estatal a estabelecer interações com personagens feministas no contexto pós-Beijing, a CMP não foi a única atriz civil feminista a estabelecer interações com a institucionalidade paraguaia nesse mesmo período. Outra organização cujos investimentos se dirigiram para o Estado paraguaio foi

a *Red de Mujeres Políticas*. Como vimos, a RMP surgiu como desdobramento da Multisetorial de Mulheres e era integrada por mulheres de diferentes partidos e por algumas das ex-diretoras da primeira geração da Secretaria da Mulher. Ao longo da década de 1990, seu projeto político estava orientado pela e para a institucionalização de cotas para mulheres nas listas partidárias. Ao fim da década, porém, a atuação da RMP dividiu-se entre a luta por reformas no Código Eleitoral e a ‘capacitação’ de mulheres por praticamente todo o território paraguaio. Através do projeto ‘Capacitação para mulheres políticas para acesso ao poder e seu exercício’, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento entre 1998 e 2000, a *Red* tinha como objetivo ‘chegar até mulheres de diferentes localidades’ (YORE & COLAZO, 2001, p.98). “A RMP”, lê-se na cronologia do CDE, “vem desenvolvendo desde dezembro de 1998 um programa de capacitação dirigido a mulheres líderes dos departamentos Central, Cordillera, Itapúa, Concepción, Caaguazú y Presidente Hayes. (...) [Realizaram] este mês [agosto de 1999] duas jornadas de capacitação em Areguá e Encarnación” (CDE, 2001b, p.124). Como atesta a memória redigida pelas políticas, esse projeto significou uma ‘nova etapa para a Rede’ tanto porque o investimento em tais arenas “se converteu em uma experiência inédita e rica já que os grupos de mulheres se organizam e ganham coesão (...) por cima das diferenças ideológicas e pessoais”; quanto “[porque] ao concluir o projeto a Rede conta[va] com seis filiais organizadas e autônomas” (*idem*).

No entanto, essa orientação da RMP muda com a inflexão que o ciclo de protestos do Marzo de 1999 significou para o país como um todo. Tal como veremos no seguinte capítulo, o fim dos protestos e a retomada da normalidade institucional foram seguidos de uma coalizão partidária e de um amplo projeto de reformas. É nesse novo diapasão que se realiza “[o encontro] ‘Participação política da mulher e Reforma eleitoral’ (...) realizado na sede da Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais; participaram como panelistas: Josefina Duarte de Benitez da RMP [e outros atores partidários]” (CDE, 2000b, p.109). O fato é que a convulsão social do *Marzo* exigiu respostas dos atores políticos e o remédio por eles escolhido foi a propalada ‘Reforma do Estado’, que logo se tornou um ‘tema candente’ nas arenas e temas de deliberação das organizações civis: “[em] agosto de 2000, como fechamento do projeto [financiado pelo BID], a Rede de Mulheres Políticas organiza um evento que se configura como possibilidade de convocar as integrantes das diferentes filiais para debater sobre um tema candente no momento (...) ‘A Reforma do Estado: o ideal e o possível’ reuniu cerca de 450 mulheres” (YORE & COLAZO, 2001, p.110); “a RMP e PROMUR organizaram (...) um painel sobre ‘Participação cidadã e reforma do Estado’” (CDE, 2000b, p.126).

Ao lado de CIMPAP e RMMP, PROMUR é uma das siglas que passou a compor, durante a década de 1990, a fração das ‘mulheres políticas’ do movimento amplo de mulheres no Paraguai. O *Centro de Promoción de la Mujer*, PROMUR²⁸¹, tinha como objetivo ‘fortalecer a liderança da mulher na sociedade paraguaia’ e, desde 1999, como PROMUR/GES, suas ações se desenvolvem na chamada ‘temática social’. Nas memórias do feminismo paraguaio, a despeito de não se autoidentificar como feminista, esta ONG aparece como interlocutora e como apoiadora das iniciativas feministas, em especial, da RMP e de outras organizações de mulheres igualmente dedicadas ao tema da participação política: “Candidatas a prefeitas e vereadoras participaram em um encontro sobre ‘Mulher e poder local’, organizado por CIMPAP e PROMUR” (CDE, 1999 [1996], p.82).

A ‘Coordenadoria Interpartidária de Mulheres do Paraguai’, CIMPAP, também é uma ONG composta por mulheres vinculadas a diversos partidos, mas, diferentemente da RMP, essa ONG não se autoidentifica como feminista. Durante a década de 1990, esta coordenadoria engrossou a luta pelas cotas para mulheres nos partidos: “CIMPAP e PROMUR organizaram o debate ‘Análise da situação da mulher em cada um dos partidos políticos’” (CDE, 1999 [1996], p.80). Além deste e de outros debates, CIMPAP e PROMUR realizaram, entre 1999 e 2004, quatro edições do chamado ‘Congresso Nacional de Mulheres Políticas’.

Já a RMMP é a Rede de Mulheres Municipais do Paraguai. O termo ‘municipais’ designa pessoas ligadas ao poder municipal, neste caso, vereadoras e prefeitas do país. “O objetivo principal da Rede [RMMP] é definido da seguinte forma: ‘integração e capacitação de vereadoras e prefeitas em toda a República, bem como a formulação de políticas e planos de ação destinados às mulheres de seus respectivos municípios’” (RIVAROLA, 1999, p.43). Se PROMUR e CIMPAP aparecem nas memórias das organizações feministas mais próximas da Rede de Mulheres Políticas, a Rede de Mulheres Municipais, por sua vez, aparece mais próxima de algumas organizações da CMP: “[a] RMMP, a Área Mulher do CDE, a CMP e a Campanha pela expressão cidadã Decidamos organizaram o ‘Encontro de candidatas a prefeitas e vereadoras’” (CDE, 1999 [1996], p.92).

A menção a essas organizações de mulheres políticas é importante para observar que o campo de movimentação das mulheres no Paraguai não ficou restrito às articuladoras feministas e tampouco às camponesas organizadas. Mais importante ainda, a referência a essas siglas político-partidárias é necessária porque junto das vozes feministas elas conformaram, após o fim do *Marzo* de 1999, uma ampla e articulada plataforma chamada de ‘*Foro*

²⁸¹ Em meados de 1999, esta ONG passa a denominar-se PROMUR/GES, *Centro de Promoción de la Mujer y Gestión Social*. À exceção dos dados coletados nos *Anuarios Mujer*, os demais dados relativos a tal ONG foram acessados em: <http://www.promurges.com.py/inicio.html>.

Permanente de Organizaciones de Mujeres'. No próximo capítulo vamos juntar três pontos dessa trama: os conflitos colorados que culminaram no violento ciclo de protestos; a resposta privatizante escolhida pela coalizão multipartidária para dar conta dos dilemas postos pelo *Marzo*; e a postura que desde então se alastrou pela sociedade civil paraguaia e que fica bem sugerida em uma proposição do *Foro Permanente* liderado pelas feministas: “deve fazer-se público o que foi acordado, quem fez tais acordos e com quais critérios” (FORO, 1999a, 162). Como pretendo sugerir, esse tipo de postura publicizante foi uma das principais heranças do *Marzo* – vamos a ele.

10. O *Marzo* paraguaio: resistência cidadã, ‘Reforma do Estado’ e esfera pública no Paraguai pós-ditatorial

Se na volta de Beijing as feministas da CMP estavam tocadas pelos ‘encantos da participação’ (CDE, 1999 [1996]), o título do *Anuario Mujer* de 1998 nos mostra uma atmosfera bem distinta daquela encantada: ‘*Desilusión*’ (CDE, 2000a [1998]). No centro dessa atmosfera desiludida estava o chamado *oviedismo*, uma matriz autoritária cuja violência e popularidade não paravam de crescer e cujo messianismo colocava em risco toda a frágil arquitetura institucional paraguaia. De frente para mais uma eleição presidencial, em 1998, as integrantes da CMP diziam à opinião pública “que o Paraguai Democrático deve se manifestar contra o Paraguai autoritário (...). Esperamos que os setores que tratam de impedir as eleições não encontrem eco, mas, ao contrário, revejam e retirem suas propostas não-democráticas” (CMP, 08 de março de 1998). Para desilusão delas, as ‘propostas não-democráticas’ venceram e “a maioria do povo paraguaio concentra suas esperanças em um militar que promete voltar ao passado ditatorial com formato democrático” (CDE, 2000a, p.6). Esse militar era Lino Oviedo – aquele mesmo que, ao começo dos anos 1990, tinha expressado publicamente que juntos o coloradismo e as Forças Armadas governariam o Paraguai por toda a eternidade. O pacto militar-colorado virou a transição, seguiu operando ativamente durante o mandato do Presidente Wasmosy (1993-1998) e conseguiu conquistar a Presidência da República nas eleições de 1998. Pouco depois de assumir como Presidente, as decisões do *oviedista* Raul Cubas Grau levaram, em 1999, a uma crise hegemônica cuja expressão máxima foi o violento e vitorioso ciclo de protestos conhecido como ‘*Marzo paraguayó*’. Mas o prelúdio dessa crise se anunciava pelo menos desde 1996, na chamada ‘crise de abril’, quando o então líder das Forças Armadas, Oviedo, simplesmente não reconheceu a decisão presidencial que o tirava desse cargo. Os episódios de 1996 e 1999 traziam de volta ‘o fantasma do golpe’²⁸².

Este capítulo reconstrói os principais traços e forças que atravessam a política institucional paraguaia do começo do mandato de Wasmosy, em 1993, até a retomada da normalidade institucional após o fim do ciclo de protestos do *Marzo* paraguaio. O argumento se enlaça aos dois capítulos anteriores na medida em que recusa a embocadura de inspiração poliárquica para interpretar os entraves e os avanços da democratização paraguaia, repondo em tela a questão dos níveis negligenciados de observação e das atrizes ignoradas pelas lentes da transitologia e consolidação. Auxiliados pelos *insights* de C. Tilly e S. Tarrow, e de olho nos

²⁸² Cf. ‘La crisis de abril’ (LARA CASTRO, 1996, p.16). Veja-se também ‘Abril en crisis’ (GONZALEZ & BAREIRO, 1999).

tensões intracoloradas que delinearão os rumos do processo político do país, diremos que a democracia passou a ser considerada *'the only game in town'* no Paraguai – para usar o jargão consagrado no debate transitológico²⁸³. No entanto, ao observar as interações entre autoridades e atores sociais (sejam estes mulheres, camponeses ou uma turba insurgente), o capítulo deve mostrar que a adesão dos chamados *'atores politicamente relevantes'*²⁸⁴ à institucionalidade democrática, menos do que se enraizar em arranjos inraielites ou de cunho institucional, está ligada ao ciclo de protestos do *Marzo* de 1999 e a seus efeitos pacificadores e publicizantes.

Para chegar a essas conclusões, o caminho percorrido é o seguinte: em primeiro lugar, são apresentados traços da política institucional paraguaia e um exame da dinâmica contenciosa de 1999. Não se trata de uma interpretação original do próprio *Marzo* de 1999, mas sim daquilo que consideramos um de seus principais efeitos, a saber, a necessidade de uma esfera pública ativa como condição da viabilidade democrática no país. Em seguida, situadas no contexto posterior ao ciclo do *Marzo*, são abordadas a tentativa de colocar em prática uma agenda neoliberalizante de reformas e a eficaz oposição dos atores populares a tal agenda. Mais importante que apontar para o relativo insucesso do neoliberalismo em terras paraguaias é observar a mudança ocorrida na disposição de atores e atrizes civis que, no pós-*Marzo*, passaram a forjar plataformas articuladas de seguimento e controle contínuo do Estado paraguaio. Pista altamente significativa dessa disposição será vista na postura do *'Foro Permanente de Organizaciones de Mujeres'*, no qual se articularam organizações feministas e de mulheres políticas. Por fim, o capítulo aborda a *'Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas'*. Ao olhar para as interações sócio-estatais dessa organização feminista camponesa, veremos como sua ação e seu projeto político, marcado pelo cruzamento entre questões classe e de gênero, trazem as pistas da renovação pública e publicizante herdada do *Marzo*.

²⁸³ Cf. “[B]y a ‘consolidated democracy’ we mean a political regime in which democracy as a complex system of institutions, rules, and patterned incentives and disincentives has become, in a phrase, ‘the only game in town’” (LINZ e STEPAN, 1996, p.15).

²⁸⁴ Exatamente uma década tinha se passado desde *'Transitions from the Authoritarian Rule'*(1986), quando a publicação de *'Ilusiones sobre la consolidación'* e *'The Consolidation of Democracy and Representation of Social Groups'*, respectivamente de O'Donnell e de P. Schmitter, marcou o divórcio teórico entre eles. As respostas a *'Ilusiones'*, que é a um só tempo crítico e autocrítico, não escaparam porém do registro teleológico de análise criticado pelo argentino: “When all the politically significant groups in a new democracy acknowledge its political institutions as the only legitimate arena for political contestation and adhere to their behavioral norms, we regard the system as sufficiently consolidated” (GUNTHER, DIAMANDOUROS & PUHLE, 1996, p.53) Esse *'suficientemente consolidado'* encarna a teleologia apontada por O'Donnell, mas nossa insatisfação é outra, pois os tais *'politically significant groups'* são, afinal, “the individuals and groups who have the capacity (owing to their strategic locations or organizational resources) to destabilize a democratic system” (*idem*).

10.1. A política institucional pós-transição: pacto cívico-militar e messianismo desestabilizador entre 1993 e 1999.

Como vimos no capítulo anterior, a transição paraguaia teve seu fim com a eleição de seu primeiro presidente civil, o colorado Juan Carlos Wasmosy. Enriquecido com as prebendas e contratos ao redor de Itaipu, Wasmosy era a face civil do pacto colorado-militar e de sua reprodução. Contudo, no bojo do intenso faccionalismo que atravessava o coloradismo desde a queda de Stroessner, antes de disputar e vencer a eleição presidencial, o nome de Wasmosy teve de lutar dentro do oficialismo contra outro possível candidato, José Maria Argaña – Ministro da Corte Suprema durante o stronismo e Ministro das Relações Exteriores durante a transição. A opção entre Argaña e Wasmosy fornece uma evidência do caráter pouco democrático da cúpula colorada de então: “Argaña’s discourse had traditionally been aggressive, and he managed to get the support of a majority of the Colorado faction that followed Stroessner to the end. Wasmosy was clearly the candidate of the government establishment, the business elite connected to it, and especially the powerful First Army corps commander, General Lino C. Oviedo” (ABENTE, 1996, p.119).

Wasmosy teve de lutar pela vaga e lutou com todos os meios. Depois de ter sido derrotado na disputa das internas coloradas, a ala militarista do Partido Colorado forja uma convenção extraordinária, passa por cima do tribunal eleitoral partidário e garante o nome de sua preferência – Wasmosy²⁸⁵ – na lista colorada para a disputa pela Presidência. Assim, a eleição de 1993 não foi maculada apenas pela atuação chocante dos militares em favor de seu candidato, mas também pela voracidade com que colorados militaristas e colorados stronistas se enfrentavam na vida intrapartidária (RIQUELME & RIQUELME, 1997; YORE & PALAU, 2000). Ao fim da transição, a cena “era politicamente complexa, mas aceitável para todos; para o general Rodríguez porque foi eleito seu sucessor oficial (...); e para a oposição porque ela conquistou maioria parlamentar” (RODRIGUEZ, 1993, p.29).

A receita política que tinha levado Wasmosy à Presidência podia até ser aceitável para todos, mas acabou se mostrando bastante indigesta para ele próprio. De um lado, seu mandato teria que assegurar, dentro de um marco legal democrático, os interesses daqueles atores que o tinham catapultado; de outro, o oficialismo enfrentava uma inédita oposição parlamentar no

²⁸⁵ Cf. “La dirección militar optó [en 1992] por apoyar a Wasmosy como candidato del Partido Colorado. Para la lógica del poder, Wasmosy reunía al menos cuatro importantes cualidades para heredar el poder: figura civil; confiable para el general-presidente Rodríguez; destacado empresario del poderoso grupo económico conocido como “los barones de Itaipú”; y afiliado al Partido Colorado sin trayectoria política en la estructura partidaria. En medio de una profunda crisis interna generada en el mismo proceso electoral, en marzo de 1993 la jerarquía militar impuso (...) Wasmosy como candidato”(LARA CASTRO, 1996, p.18).

Senado e na Câmara dos Deputados²⁸⁶; e, para piorar a situação, os políticos colorados ligados à figura de Argaña (*argañistas*) se agruparam no Movimento de Reconciliação Colorada (MRC) e compuseram uma das bases da oposição ao governo de Wasmosy - “[a] falta de maioria parlamentar e a forte oposição de dentro de seu próprio partido limitaram severamente sua capacidade de governar (...). O MRC negociou uma aliança tática com o PLRA e EN que excluiu os colorados pró-Wasmosy das posições-chave no Congresso” (NICKSON, 1997, p.186).

Com algumas tréguas e pactos de governabilidade entre 1993 e 1994, as relações entre oposição e Executivo, na primeira metade do governo Wasmosy, se concentraram em duas questões intocadas na agenda da transição: a composição da Corte Suprema de Justiça no país e a despartidarização das Forças Armadas. Certamente essas duas tarefas não se completaram no mandato de Wasmosy, mas uma delas ultrapassou a esfera das tensões e negociações entre a oposição e o Presidente, que chegaram ao consenso de que o Poder Judiciário não poderia responder a uma vontade colorada, apontando para um início de avanço maior na Corte. Como veremos, a questão da despartidarização do estamento militar tocava direta e indiretamente nos interesses de militares, em especial, do general Lino Oviedo – de quem, desde fins de 1994, Wasmosy paulatinamente dava mostras de distanciamento.

Embora essas tarefas fossem sumamente necessárias, o nível institucional em que se desenrolou a agenda política pós-transição deixou pouco espaço para políticas econômicas e sociais. Algumas empresas estatais foram à época privatizadas, mas essas privatizações não mostravam retornos visíveis à população e se davam em áreas periféricas da economia paraguaia como, por exemplo, o transporte aéreo e a cana de açúcar. Além disso, entre 1995 e 1998, o Paraguai passou por três crises em função das discrepâncias entre economia real e oficial e em função do sistema financeiro ilegal ligado àquela primeira (MORÍNIGO, 1999, p.185-ss). A incapacidade estatal de dar resposta a essas crises levou a um aumento expressivo nas mobilizações de trabalhadores rurais e urbanos e na repressão, em especial, ao campesinato organizado (NICKSON, 1997; FOGEL, 1997; LAMBERT, 2000). De um ponto de vista mais amplo, o descontentamento social não ressoava em políticas públicas, que, embora diferissem do stronismo relativamente a seu potencial de institucionalização, mostravam baixa capacidade de resposta ao público e não tinham em sua grande maioria fins redistributivos, no governo de Wasmosy e depois dele (MOLINAS et al, 2004).

²⁸⁶ Cf. “In the Senate, the opposition parties PLRA [Partido Liberal Radical Auténtico] and EN [Encuentro Nacional] won a total of 25 seats compared with the Colorado Party’s 20, while in the Chamber of Deputies, they won 42 compared with the Colorado Party’s 38” (NICKSON, 1997, p.186).

De fins de 1994 em diante, ao mesmo tempo em que a oposição pressionava o Executivo no sentido de dar impulso à despartidarização efetiva das Forças Armadas, o nível de tensão entre o Presidente e o general Lino Oviedo aumentava devido a um jogo de forças que passava pela decisão do orçamento e salário de militares, pela voz de comando sobre a distribuição de posições dentro da hierarquia militar paraguaia e, mesmo, pela indicação de nomes no judiciário. Esse jogo de forças mostrava, na verdade, aquilo que J. Lara Castro (1996, p. 20) chamou de os ‘limites do poder dual’ nos quais a capacidade de decisão político-institucional era dividida e disputada entre o Presidente e o chefe das Forças Armadas. Enquanto Wasmosy chegava a consensos institucionais mínimos com a oposição, Oviedo se lançava em discursos, paradas e campanhas assistencialistas, e aumentava sua influência no Congresso, junto a atores de oposição ou colorados, e nos aparatos militar e estatal-administrativo (YORE & PALAU, 2000; MARTINI, 1999). Em médio prazo, o investimento do militar tinha como alvo a Presidência, mas um percalço atravessou seu caminho: em abril de 1996, Oviedo é destituído do cargo de chefe das Forças Armadas por Wasmosy, mas o militar responde negativamente ao poder presidencial, insubordinando-se e colocando o Paraguai em uma delicada situação institucional.

“A negativa do general Oviedo de acatar a decisão do Presidente representa um desafio direto à ordem constitucional”, dizia em nota a embaixada dos Estados Unidos, cujo “[governo] vê com grave preocupação esta ameaça à democracia no Paraguai”. Antes mesmo de Wasmosy tornar pública a insubordinação do caudilho militar, as embaixadas de Estados Unidos, Argentina, Brasil, bem como a OEA, demonstraram seu apoio incondicional a Wasmosy (VALENZUELA, 1997). Esses atores internacionais e regionais intervieram de modo rápido e efetivo, ainda que tenso, na estabilização dessa conjuntura (SANTISO, 2002; LUTZ & SIKKINK, 2001). Com resultados positivos, a pressão internacional negocia e logra a saída pacífica de Oviedo da chefia castrense e, como parte da negociação, Wasmosy chega a cogitar o nome de seu inimigo íntimo para o Ministério da Defesa. Em oposição a essa virtual nomeação, “[a] juventude estudantil expressou publicamente sua indignação cidadã em frente ao Palácio do Governo” (LARA CASTRO, 1996, p.22) e, em razão desses protestos²⁸⁷, o caudilho não ganha a pasta ministerial.

²⁸⁷ Não há aqui pretensão de celebrar uma juvenil e heróica ‘indignação cidadã’. Trata-se apenas de reconhecer o desempenho desses atores civis quanto à não-nomeação de Oviedo: “[si] bien es cierto que la presión internacional fue un factor decisivo en la culminación pacífica de esta crisis, la participación ciudadana fue fundamental, sobre todo en lo concerniente al no nombramiento de Oviedo como ministro de Defensa” (GONZALEZ & BAREIRO, 1999, p.36). Construtivistas como Lutz e Sikkink formulam essa ideia de modo mais ambíguo: “In Paraguay (...) international pressure interacted with an activated civil society that poured into the streets and plazas of Asunción in support of democracy” (2001, p.288). Já outros supõem que foi o apoio da comunidade internacional “that encouraged the population to come to the defense of democratic institutions” (VALENZUELA, 1997, p.54).

A despeito disso, e muito embora um processo legal tivesse sido aberto contra Oviedo e uma iniciativa civil chamada ‘Coordenadora Não à Impunidade’ pretendesse acompanhar tal processo²⁸⁸, o desenlace dessa conjuntura crítica foi bastante positivo para o caudilho que, inocentado e agora ex-militar, tinha caminho aberto para tentar chegar à Presidência²⁸⁹. Do ponto de vista da estabilidade institucional, o desfecho da ‘crise de abril’ encerrava um paradoxo, pois o país havia dado um passo importante quanto à institucionalização das Forças Armadas (BAREIRO, 1997), sem uma real involução institucional, mas, tal como a impunidade de Oviedo deixava ver, o pacto militar-colorado ainda era constitutivo da vida institucional e íntimo de todos os poderes da República. Mitigada pela atuação paralela de atores internacionais e civis, essa instabilidade passou, mas “ainda estava por vir o que seria a verdadeira crise política da transição paraguaia” (YORE & PALAU, 2000, p.20) – abril de 1996 havia sido o prelúdio do março de 1999.

Utilizando-se de uma retórica nacionalista e clientelista, Oviedo se lança em campanha para as franjas empobrecidas do campo e das cidades paraguaias, e ao mesmo tempo consolida uma nova facção dentro do coloradismo, a ‘União Nacional dos Colorados Éticos’ (UNACE). Em suas falas, Oviedo fazia promessas messiânicas, atualizando alguns dos lugares-comuns da ideologia stronista em um molde religioso²⁹⁰: “Oviedo desenvolve (...) uma visão de sociedade capaz de despertar adesões ativas e fortes. Sua visão de ordem institucional (...) se baseia na concepção primitiva que resgata como único critério de organização a relação existente entre o líder e o povo. Desse ponto de vista, o líder é a encarnação do povo”, e prossegue J. Morínigo, “[as] instituições da República perdem sentido e a vontade popular, cuja fé o líder encarna, supre a ausência de um programa sério e sistemático. (...) [Oviedo] possui um ‘exército’ de fanáticos” (1999, p.190). Esse tipo verticalista, messiânico e autoritário de discurso encontrava terra fértil em um ambiente marcado pela recessão e pela deterioração das condições de vida no país. E, pouco tempo após ter detonado a crise de abril, o oviedismo dava seus primeiros frutos: com base em uma vasta rede de dívidas e lealdades político-militares, o

²⁸⁸ Cf. “Después de abril, se conformó la Coordinadora ‘No a la Impunidad’ que intentó hacer un seguimiento del proceso a Oviedo, que se fue diluyendo de a poco, desencantada e incapaz de reaccionar ante el rumbo que iba tomando la justicia, que a finales del año [1996] concluyó que no hubo ningún intento de golpe militar” (GONZALEZ & BAREIRO, 1999, p.39).

²⁸⁹ Veja-se YORE e PALAU (2000, p.20).

²⁹⁰ Frases do próprio Oviedo: ‘Con la poderosa fuerza de nuestra fe en Dios y nuestra devoción a María Santísima, desterraremos el odio, la mentira, la trampa’; ‘el Paraguay necesita vivir en paz y libertad. Yo soy el elegido y el mensajero para encontrar el camino’; ‘el buen colorado debe ser gaucho y los hombres deben hacer el sacrificio de tener muchas mujeres’; ‘cuando sea Presidente, los campesinos tomarán las riendas de la nación, los corruptos irán a la cárcel y los asesinos y violadores terminarán en la silla eléctrica’ (*apud* MORÍNIGO, 1999, p.200-202). Veja-se, também, YORE & PALAU (2000, p.20).

nome de Lino Oviedo não apenas venceu nas internas coloradas para a disputa pela Presidência prevista para maio de 1998, como também liderava as pesquisas de opinião.

Nessas internas, além de ter derrotado um de seus maiores e mais antigos rivais, o stronista Luis María Argaña, Oviedo conseguiu emplacar Raul Cubas, um desconhecido engenheiro da Secretaria Técnica de Planificação, na posição de disputa pela vice-presidência. Tal como nas internas coloradas para a eleição de 1993, esse resultado foi altamente contestado, pois a própria cúpula partidária impugnou os resultados, ao mesmo tempo, porém, em que a Justiça Eleitoral lhes oficializava. Essa dupla vitória de Oviedo e sua incontestável popularidade levaram, no entanto, à reação dos colorados derrotados e de setores da oposição partidária. Em meio aos descontentes com o crescimento do oviedismo estava o próprio Presidente Wasmosy que instaura então um Tribunal Militar Extraordinário, julgando e condenando Lino Oviedo a dez anos de prisão por seus atos em abril de 1996. “A Suprema Corte de Justiça ratificou a condenação [de Oviedo] e a Justiça Eleitoral o inabilitou, tirando-o da corrida eleitoral a um mês dos comícios” (YORE & PALAU, 2000, p.21).

Com Oviedo em prisão militar e atento à força advinda da oposição partidária coligada na ‘Aliança Democrática’²⁹¹, o Partido Colorado surpreende ao respeitar seus próprios estatutos, lançando uma fórmula quase inimaginável para concorrer às eleições: para Presidente, o candidato de Oviedo, Raul Cubas, e para Vice, Luis María Argaña. Inimigos íntimos, um oviedista e um stronista (apoiados por Wasmosy) juntavam suas forças pelo partido e pela chegada ao Executivo. Se do ponto de vista do faccionalismo intrapartidário, essa fórmula parecia pouco imaginável, do ponto de vista eleitoral, ela foi pragmática e eficaz: em maio de 1998, o coloradismo conquistava mais uma vez a Presidência da República com mais de 53%, ao passo que a oposição ficou com 42% dos votos válidos²⁹². Embora tenha transcorrido em uma normalidade desconhecida na vida eleitoral paraguaia²⁹³, o que se destacou nesse processo foi o principal slogan da campanha de Cubas foi ‘*tu voto vale doble*’, ou seja, “sua candidatura se baseou na promessa de liberar Oviedo (...). Simbolicamente, foi Oviedo que ganhou as eleições desde a prisão” (RODRIGUEZ, 1998, p.32).

²⁹¹ Cf. “[The] united PLRA/PEN coalition (Alianza Democrática) ran a highly professional and well-organized campaign. A month before the election, the Colorado Party trailed by over 10 per cent in opinion polls, giving rise to expectations of an opposition victory for the first time” (LAMBERT, 2000, p.390).

²⁹² Cf. “Los resultados de las elecciones son los siguientes (en porcentajes): Partido Colorado, 53,7%; Alianza Democrática, 42,6%; nulos, 1,9%; en blanco, 1%; Partido Revolucionario Febrerista, 0,5%; Partido Blanco, 0,3%. (...) En el Senado la ANR tiene 24 bancas, la Alianza 20 y el Partido Blanco ha logrado 1. En Diputados, de los 80 escaños, 45 son de la ANR y 35 de la Alianza.”(RODRIGUEZ, 1998, p.29). Quanto aos números do Congresso, vale notar que as maiorias obtidas pelo Partido Colorado, 53% no Senado e 56% na Câmara, eram majoritariamente compostas por colorados argañistas.

²⁹³ Cf. “La victoria colorada en las elecciones del 10 de mayo [1998], las más limpias y libres de la historia, abría el último capítulo de la [ampliada] transición”(MARTINI, 1999, p18).

Antes de passar ao meteórico governo de Cubas e ao ciclo de protesto, ou de confronto²⁹⁴, que deu fim a esse governo, vale destacar três traços da dinâmica político-institucional no país. Do ponto de vista de suas interpretações, aquela versão alongada da transição atravessa os momentos dramáticos dessa dinâmica: “o principal ponto pendente para poder falar de democracia era a ingerência militar”, argumentava Line Bareiro em *Nueva Sociedad*, “[a crise de abril] terminou com a aposentadoria de Oviedo e com a subordinação dos uniformizados ao poder civil – finalmente! (...) A partir desse momento, a transição se encerra” (BAREIRO, 1997, p.6-7). Ao contrário dessa expectativa, a longa transição iria durar um pouco mais e com eventos ainda mais dramáticos. Em segundo lugar, notam-se também a voraz disposição e a capacidade de articulação interna do coloradismo para permanecer no poder político e no aparato estatal-administrativo, bem como a incapacidade de seus atores centrais no sentido de respeitar as regras do jogo, cujos efeitos desestabilizadores repercutiam por todo o tecido político-institucional paraguaio. ‘*Llore quien llore, chille quien chille*’ – era expressão comum no repertório de Oviedo e significava algo como ‘doa a quem doer, por quaisquer meios, o coloradismo está e permanecerá aqui’.

Em terceiro lugar, traço não menos importante nesse processo político é a centralidade e a popularidade do oviedismo traduzidas nas pesquisas pré-eleitorais de opinião e na dupla vitória de Cubas. Ao votar em Cubas, mais da metade do eleitorado paraguaio, no interior da qual se encontravam campesinos miseráveis, suburbanos pauperizados e frações dependentes da fonte estatal de enriquecimento (MORÍNIGO, 1999), escolheu, direta ou indiretamente, a liberdade do autointitulado ‘homem mais poderoso do Paraguai’²⁹⁵ cujas medidas enérgicas e messiânicas iriam supostamente ‘instaurar a paz no país’ e ‘salvá-lo’ da insegurança, da corrupção... Na verdade, a adesão a esse naipe de falas e medidas encerra uma espécie de saudade do stronismo muito difundida no senso comum paraguaio, quiçá, até hoje: ‘na época de Stroessner não era assim’, ‘não tinha toda essa violência e roubalheira’, ou pior, ‘*con Stroessner, yo era feliz y no lo sabía, todo era mejor*’²⁹⁶ – essas são verdadeiras máximas espalhadas à boca pequena por todo o Paraguai, e a matriz discursiva oviedista lhes fornecia

²⁹⁴ Ciclo de protesto ou ‘de confronto’, na tradução para o português da obra de Tarrow (2009), cuja definição básica é “uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; (...) com uma combinação de participação organizada e não-organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre desafiantes e autoridades (...) ele [o ciclo de protesto] produz resultados gerais que são mais do que a soma dos resultados de um agregado de eventos desconectados” (TARROW, 2009, p.192). Veja-se, também, McAdam, Tarrow e Tilly (2001, p.65-67).

²⁹⁵ Cf. Valenzuela (1997, p.46).

²⁹⁶ Certamente esse tipo de postura pública não ficou sem a devida resposta por parte daqueles que tinham se oposto ao autoritarismo e daqueles que, nascidos entre fins da década de 1970 até meados de 1990, também se opunham a matrizes autoritárias de convivência. Neste sentido, basta ver uma bela e irônica resposta à máxima segundo a qual ‘*todo era mejor con Stroessner*’, em anexo.

uma saída perfeita: “[para] a UNACE [a versão partidarizada do ovedismo] o novo condutor é o general Lino Oviedo. (...) [Ele] se apresenta como uma sorte de profeta, cuja vontade advém de um poder superior (...). Em seus discursos sempre oferece alternativas que implicam uma violação da ordem jurídica (...) [Oviedo] busca mostrar que seu poder está acima da lei” (MORÍNIGO, 1999, p.199-ss). Em suma, os traços centrais do processo político àquela altura davam provas de que democracia paraguaia estava longe de sua ‘consolidação’²⁹⁷. Mas tal distância não se devia somente à atuação de colorados e militares que, dentro e fora do partido, rompiam as regras do jogo; tal como a nostalgia do stronismo e a vitória ovedista de 1998 deixavam ver, a democracia tampouco era ‘*the only game in town*’ para boa parte do eleitorado paraguaio, ainda, à espera de soluções messiânicas e de medidas enérgicas.

Voltando à dinâmica institucional, apenas três dias após sua posse, o novo Presidente cumpriu sua promessa de campanha, deixou de lado a Constituição paraguaia e reduziu, por decreto²⁹⁸, a condenação de Lino Oviedo para três meses de pena. Com essa decisão, Cubas abriu uma crise institucional sem precedentes na história paraguaia (YORE & PALAU, 2000). Sua decisão exprimia não apenas uma dependência política, mas também sua completa incapacidade de previsão. Ao ter comutado a pena de Oviedo, descurando da inconstitucionalidade de seus meios e dos reflexos imediatos dessa decisão, Cubas colocou a normalidade democrática paraguaia em xeque: ou o Estado de Direito era respeitado e suas instituições, afirmadas, impondo-se o caráter inconstitucional de tal redução ou a continuidade institucional era interrompida pela força do ovedismo e o Paraguai viveria assim mais um retrocesso institucional.

“Os sete meses de governo de Cubas representaram a etapa mais regressiva da [longa] transição paraguaia desde 1989” (YORE & PALAU, 2000, p.22). Entre agosto de 1998 e março de 1999, o Paraguai viveu em uma espécie de limbo institucional com decisões jurídicas contraditórias, em diferentes âmbitos, contra o ex-militar e em sua defesa. Nesse ínterim, a Corte Suprema era deslegitimada pelo Executivo, mas se esforçava para recolocar Oviedo na prisão²⁹⁹, enquanto a ‘Frente Democrática’ composta pela oposição e pela maioria de argañistas articulava-se no Congresso para iniciar o julgamento político de Cubas. Lino Oviedo, por sua vez, livre e apoiado pelo Presidente, fazia aparições e discursos de uma truculência

²⁹⁷ Cf. “Behaviorally, democracy becomes the only game in town when no significant political group seriously attempts to overthrow the democratic regime or to promote domestic or international violence in order to secede from the state” (LINZ & STEPAN, 1996, p.15).

²⁹⁸ Decreto N.117, de agosto de 1998.

²⁹⁹ Cf. BAREIRO et al (1999, p.14); MORÍNIGO (1999, p.192-ss); Cf. BAREIRO (1999b, p.229).

desconhecida até mesmo pelos opositores do stronismo³⁰⁰: ‘na democracia o povo é o juiz e ele decide se se pede um julgamento político’, ‘correrão rios de sangue’ - com essas frases o caudilho intimidava os juízes da Corte Suprema que, no bojo dos avanços pós-Wasmosy, tinha lhe condenado. Essas defesas ovidistas da desnecessidade de casas parlamentares e uma série de atentados supostamente anônimos contra políticos e juízes afundavam a democracia e a sociedade paraguaias numa espécie de ‘pântano’ (BAREIRO et al, 1999, p.11).

Esse limbo pantanoso teve seu fim com o assassinato do vicepresidente Argaña – “Lino [Oviedo], assassino! – foi o grito que imediatamente se ergueu junto da dor, da perplexidade e da consternação generalizada” (BAREIRO et al, 1999, p.14). O magnicídio foi o detonador do mais grave ciclo de protestos pelo qual o país passou. O *Marzo paraguayo*, como ficou conhecido tal ciclo, teve como resultado a renúncia de Cubas, a saída de Oviedo do país e o retorno à normalidade institucional³⁰¹. Ocorrido entre 23 e 28 de março, essa série de protestos foi se desenhando a partir da ação inicial do mesmo grupo de estudantes mobilizados naquela crise de abril. O impulso mobilizador do grupo organizado chamado ‘jovens pela democracia’ fez das ruas e praças próximas ao Congresso Nacional o palco de suas reivindicações contra o Presidente, a platéia desde onde as performances dos congressistas seriam aplaudidas e as de Cubas, criticadas³⁰², e, ao mesmo tempo, o principal alvo da violência de grupos ovidistas de paramilitares.

Devido a uma coincidência, aproximadamente 30.000 campesinos organizados faziam sua marcha anual no centro de Assunção em sua luta pelo fim das dívidas de pequenos agricultores. Contudo, ao primeiro dia, eles não endossaram o protesto dos estudantes: “são duas manifestações distintas e não se misturam. Campesinos e campesinas temem ser manipuladas por interesses políticos” (BAREIRO, 1999, p.230). Outros atores sociais, no entanto, rapidamente se juntavam ao coro dos jovens: as duas maiores centrais sindicais paraguaias convocam uma greve geral até a renúncia de Cubas, e já no dia 24 conseguem paralisar o país quase por completo. Enquanto Cubas manda fechar as fronteiras para

³⁰⁰ Cf. “[Houve] a aparição da violência política exercida contra os adversários do ovidismo, que começou com agressões verbais, instigações atentados intimidantes e anônimos contra magistrados, parlamentares e políticos” (YORE & PALAU, 2000, p.22). “No dia 10 de dezembro [de 1998], Dia Mundial dos Direitos Humanos, em frente à sede do Congresso Nacional, em um discurso ameaçador, [Oviedo] exige a renúncia dos cinco membros da corte que ditaram a resolução n.415” (MORÍNIGO, 1999, p.194).

³⁰¹ Para as descrições e análises do *Marzo*, veja-se ‘Crimen y victoria popular ciudadana’ (BAREIRO, 1999); ‘La Plaza, el Congreso y la Corte: claves de la legitimidad del Presidente Gonzalez Macchi’ (MORÍNIGO, 1999); ‘El Costo de la Libertad’ (BAREIRO et al, 1999), ‘People Power’ in Paraguay (ABENTE, 1999); ‘A Decade of electoral democracy’ (LAMBERT, 2000); e ‘¿Comienza la democracia?’ (MARTINI, 1999).

³⁰² S.Tarrow lembra adequadamente do papel da *virtú* dos políticos em situações de ciclo de protesto: “[as autoridades] não ficam passivas enquanto os desafiantes contestam seu governo: elas reagem fraca ou fortemente, de modo seletivo ou geral, de forma inteligente ou estúpida diante da emergência do confronto, estabelecendo um padrão de interação que afeta também outros desafiantes” (2009, p.181).

investigar o magnicídio, tentando demagogicamente acalmar o público com um decreto de prisão de Oviedo, a Câmara dos Deputados decide iniciar seu julgamento político.

No dia seguinte, quase 5.000 camponeses se somam ao protesto contra Cubas e prosseguem nele mesmo depois da garantia dada pelos Deputados de que suas demandas seriam tratadas. As forças repressivas se dividiam: de um lado, as Forças Armadas se negam a seguir Oviedo e a atentar contra as manifestações, e de outro, a repressão policial, leal a Cubas, faz de tudo para dispersar os protestos – policiais a cavalo e balas de borracha, no entanto, não conseguem tirar os manifestantes dos arredores do Congresso. Os confrontos na praça ganham visibilidade midiática e conquistam adeptos não organizados que, de todo o perímetro urbano de Assunção, levam mantimentos e comida em apoio ao protesto³⁰³. A performance camponesa faz as vezes de uma corda de proteção aos manifestantes e ao parlamento. Médicos e bombeiros voluntários se mobilizam e atendem ao redor da Catedral e a solidariedade anti-Cubas se alastra com pequenas manifestações pelo interior paraguaio³⁰⁴. Grupos de oviedistas, por sua vez, esboçam uma contrarreação, mas não fazem mais que soltar bombas ruidosas e gerar tensão com brigas de punho com os manifestantes. Contudo, tal como mostrariam tristes imagens pouco tempo depois televisionadas para todo o país, essas bombas cobriam o barulho de tiros de paramilitares oviedistas que, desde o alto de edifícios nos arredores, disparavam primeiramente contra a multidão na praça do Congresso e, mais tarde, contra os manifestantes agrupados na Catedral. Esses tiros resultaram em oito mortos, centenas de feridos e um presidente deposto³⁰⁵, marcando o pico da violência contra os protestos, mas o nível de tensão no ciclo chegaria a aumentar ainda mais.

Em resposta a esse desenrolar fatal dos eventos, Cubas chegou a dizer aos meios internacionais de comunicação que os protestos estavam sob controle e que tudo não passava de um incidente entre manifestantes. A isso correspondeu uma reviravolta em cascata com a renúncia de prefeitos, governadores, embaixadores e ministros, com ordens de juízes para esvaziar aqueles prédios e com a intervenção da Marinha na proteção do Congresso e de sua praça. Sábado dia 27, o Presidente tenta se justificar perante o Senado, mas sua performance é pífia frente à divulgação, por parte de um canal local de televisão, da ordem de um senador oviedista para que policiais e paramilitares seguissem atirando. Na manhã do domingo, dia 28 de março, pessoas e famílias vão às praças, somando-se à platéia de manifestantes ansiosos pelo último ato, enquanto o nível de tensão chega a níveis insuportáveis devido a rumores de

³⁰³ Cf. MORÍNIGO (1999, p.207); ABENTE (1999, p.97-98).

³⁰⁴ Cf. BAREIRO (1999, p.232); MORÍNIGO (1999, p.212).

³⁰⁵ Cf. “La actuación de paramilitares, el viernes 26, que terminó con la vida de ocho jóvenes, fue el detonante final para que la comunidad internacional en negociaciones con Cubas y líderes colorados argañistas y de la oposición, consiguieran la renuncia de éste” (MARTINI, 1999, p.18).

que a clique paramilitar de Oviedo daria fim aos protestos e a Senadores *pró-impeachment* - “o ex-vicepresidente (...) anuncia que haverá uma guerra civil. O clima é tremendamente tenso” (BAREIRO, 1999, p.234). Antes de encarar a inevitável destituição que viria na segunda-feira e após ter negociado com a Igreja Católica e com as Embaixadas brasileira e estadunidense³⁰⁶, Cubas renuncia à Presidência nesse mesmo domingo e viaja para o Brasil, ao passo que o presidente argentino oferece asilo político a Oviedo. “Em sessão de ambas as casas do Congresso, [o Senador colorado] Luis Gonzalez Macchi assume como Presidente da República. São dez da noite. A festa segue em todo o país até de madrugada” (BAREIRO, 1999, p.234).

³⁰⁶ Cf. “[Congress] implemented a strategy of contacting key foreign embassies to seek a way of persuading Cubas to resign before Monday to avoid any more bloodshed. The Brazilian and U.S. ambassadors (...) played [again] a key role, as did the Papal Nuncio, Monsignor Lorenzo Baldisseri (...). On Sunday morning, the prodemocracy demonstrators gathered even more support. Entire families came to the *plazas*. (...) In desperation, Oviedo frantically appealed to his paramilitary forces to come to the *plazas* to end the popular uprising once and for all.” (ABENTE, 1999, p.98) (Grifo meu).

9.1.1. A ‘crise de abril’ e o ‘Marzo paraguaio’: pontes de resistência-estabilização cidadã e uma mesma necessidade político-pública

A descrição anterior do *Marzo* certamente não dá conta dos pormenores das tensões de gabinete e da articulação entre distintas forças e identidades nos arredores do Congresso paraguaio. Mas em grandes linhas ela permite distinguir o ciclo de protesto no qual um desafio é posto e imposto ao governo de Cubas: o impulso inicial de jovens, depois de conseguir o apoio de trabalhadores e camponeses mobilizados, se difunde com força pelo país e toca frações não organizadas da sociedade paraguaia que se unem às reivindicações pró-*impeachment*, ao mesmo tempo em que a performance de atores institucionais seguia em cascata as reivindicações. A lógica das tomadas de posição no ciclo e da adesão voluntária a ele segue o ritmo e a intensidade, às vezes fatal, do uso da violência por parte de policiais e paramilitares contra os protestos. E, as ações, decisões e justificativas de Cubas em resposta ao ciclo mostram não apenas um político desprovido de qualquer *virtù*, mas, para falar como Gramsci (1980, p.117), ‘um demagogo que sequer sabe que o é’.

A maior parte dos analistas do *Marzo* esteve presente e atuante no ciclo, de tal modo que essa participação imprime um tom político-emotivo em suas análises: “é a primeira vitória popular grande, grande mesmo, da história do Paraguai” (BAREIRO, 1999, p.234). Neste mesmo diapasão, esses protestos são considerados ‘um antes e depois’ na vida política do país e “assinalaram a conclusão da longa década de transição à democracia no Paraguai” (ABENTE, 1999, p.93). De fato, a dimensão assumida pelo ciclo é inegavelmente *sui generis* nessa história: o nível de tensão vivido, sobretudo, após o assassinato de manifestantes em praça, as provas de solidariedade e apoio aos protestos e seu desenlace duplamente positivo (com Cubas e Oviedo, ao menos temporariamente, fora de cena) são dados de sua importância.

Sem pretensão de negar esse caráter singular, vale a pena inserir o ciclo no seu processo de tal modo que o cotejo com a crise de abril de 1996 permita ver uma dinâmica de ‘resistência-estabilização’ (TILLY, 2005)³⁰⁷. Sob essa ótica, é possível discernir elementos comuns e distintos na comparação entre 1996 e 1999. Em primeiro lugar, dois fatores atuaram fortemente na estabilização político-institucional e na resistência contra os desmandos oviedistas: a mobilização de atores civis e a atuação de agentes internacionais. Em cada uma dessas crises, tais fatores agem e interagem com centralidades distintas: “não se pode

³⁰⁷ Faço uma adequação estilizada do processo descrito por C. Tilly como ‘extraction-resistance-settlement process’ (TILLY, 2005, p.7-8), pois tiro de tela a primeira parte dessa equação – qual seja, a ‘tentativa de extração por parte das autoridades com relação a recursos de uma população’ – para enfatizar i) a resistência contra o uso de meios violentos de convivência e reprodução políticas, ii) a luta ao redor desse tipo de uso e iii) a estabilização e o fim dessa luta.

desconhecer”, dizem M. Yore e M. Palau, “o importante papel dos países membros do MERCOSUR (...) que tiveram uma postura firme contra o perigo de quebra do processo democrático paraguaio, tal como já tinham feito [centralmente] na primeira crise produzida por Oviedo em 1996” (2000, p.24)³⁰⁸; a mobilização civil, por sua vez, foi mais central e mais robusta no último ciclo de protestos: “diferente do que não aconteceu em abril de 1996, a maré cidadã rumo às praças em frente ao Congresso foi crescendo” (MARTINI, 1999, p.18).

Essa ideia de ‘maré cidadã’ aponta indiretamente para uma diferença fundamental entre as conjunturas, qual seja, a visibilidade e o alcance dos protestos variaram muito nos dois casos. Em 1996, “os canais de televisão não estiveram à altura dos acontecimentos (...), causando no público um efeito artificial de ‘*aquí no pasa nada*” (GONZALEZ & BAREIRO, 1999, p.34). Já em 1999, “o Canal (...) de televisão difunde tomadas inacreditáveis de dois francoatiradores” (BAREIRO, 1999, p.233). Ao contrário de 1996, portanto, “os eventos nas *plazas* eram cobertos ao vivo em todas as estações (...). A nação podia ver o horror de homens armados atirando nos manifestantes desarmados. As pessoas podiam ver a brutalidade da polícia no seu máximo. A indignação pública espalhou-se como fogo” (ABENTE, 1999, p.99).

Naquilo que se assemelharam, ambas as crises permitem ver a interação entre (f)atores civis e internacionais, com centralidades e pesos próprios, como uma espécie de ponte no par resistência cidadã-estabilização institucional. Nos dois casos, o objetivo de tal ponte foi moderar um tipo indisciplinado, instabilizador e incivilizado de disposição (oviedista) no interior do sistema político paraguaio. Naquilo que lhes diferenciava, o ciclo de 1999 ganhou visibilidade, volume público-societal e apoios social e institucional, de fato, únicos na história paraguaia – “[o] movimento da praça não abarcou apenas a praça, mas chegou a cenários mais amplos: Assunção, várias cidades e povoados do interior, desde os quais os cidadãos se solidarizavam com aqueles à frente da contenda” (MORÍNIGO, 1999, p.210). Assim, os protestos e manifestantes do *Marzo*, apoiados pela ‘maré cidadã’ de anônimos, de voluntários e das

³⁰⁸ Não vou me dedicar ao elogio nem à crítica da eficácia dos mecanismos internacionais na estabilização de crises políticas no Paraguai. Sem tirar a centralidade desse tipo de intervenção no país, é importante notar uma discrepância entre as interpretações sobre o papel desempenhado por tais mecanismos. “The Santiago Declaration and Resolution 1080 provided the procedural means for rapid regional response to attacks on democracy in Guatemala, Peru, and Paraguay, and put the OAS in the forefront of efforts by international organizations to promote democracy” (LUTZ & SIKKINK, 2001, p.288). Já Valenzuela matiza o peso de tal mecanismo: “[The] outcome of the [abril 1996] crisis in Paraguay is a triumph for the international community (...). The Paraguayan case, however, underscores the limits of current OAS mechanisms for dealing with regime crises. By the time the OAS Permanent Council had convened to consider taking action in accordance with Resolution 1080, the critical moments of the Paraguayan standoff had passed” (VALENZUELA, 1997, p.53-54). De qualquer modo, é possível diferenciar a centralidade ocupada na resistência do peso no desenlace mesmo (ou seja, no último sentido assumido em nível decisivo) de uma dada crise. Se no caso de 1996 o protesto dos jovens operou no desenlace que afastou Oviedo de uma possível pasta ministerial, em 1999 “o embaixador brasileiro desempenhou papel-chave na solução da crise, impelindo o presidente Cubas a renunciar uma vez que o Senado prosseguia com o julgamento do *impeachment*” (SANTISO, 2002, p.408). É certo que todo um processo não se resume à sua última cena, mas esta pode (e parece) apresentar uma lógica estabilizadora própria, mesmo se derivada do processo.

maiores figuras institucionais do país, foram mais que uma defesa das chamadas regras do jogo. Por meio de sua performance pública, nesse palco ora platéia ora alvo, aqueles atores estavam dizendo, para usar os termos de Morínigo³⁰⁹, que a ‘eliminação factual de adversários’ não deveria mais ser um meio disponível na dinâmica política paraguaia – sob pena de transformar aquele ciclo numa turba³¹⁰ ou, pior, de recolocar o Paraguai numa guerra civil³¹¹.

Olhado da ‘não-consolidação prolongada’, no irônico e autocrítico termo de G. O’Donnell (1996, p.38), o *Marzo* representou um avanço na democratização do país, pois, não apenas os militares saíram da cena política, mas, sobretudo, porque desde o evento nenhum dos atores políticos ousou mais questionar se a democracia era ou não ‘*the only game in town*’. Mas, para ser uma genuína poliarquia, ainda faltava o revezamento eleitoral, que não chegou no Paraguai mesmo depois da convulsão de 1999. De outro ângulo, observadas dentro do processo político, as crises de abril e março se configuram como pontes de resistência-estabilização que lograram pacificar nada menos que o ovedismo, isto é, a fração mais desestruturante do ator mais estruturante da cena política paraguaia, o Partido Colorado. De forma contundente e aguda no ciclo do *Marzo*, partes amplas e ativas do público cívico paraguaio defenderam sua convicção, ao mesmo tempo em que convenceram partes mais passivas de que o recurso aberto à violência não deveria nem poderia mais pautar a dinâmica da disputa política e, em particular, eleitoral. De modo interessante, a interpretação de D. Abente segue nessa linha de argumentação, mas, ao falar dos efeitos do *Marzo*, aponta para uma direção mais republicanizada:

The March 1999 events also marked the emergence of a strong citizenry. (...) [I]t was the people who, for the first since the transition began, played the critical role. Their massive support for Congress was decisive. The demonstrations were, for the most part, spontaneous. Most of the youngsters defending the *plazas* were not party activists; they were simple citizens, fed up with the climate of violence, who decided to put an end to it. Thus the new government is, to a great extent, the result of a spontaneous plebiscite. The democratic system now rests on the will of the people and is no longer merely a byproduct of a split in the ruling coalition or the consequence of a succession crisis. (ABENTE, 1999, p.100) (Grifos meus)

³⁰⁹ Utilizo-me aqui da interpretação de J. Morínigo, que diz: “Para la sociedad paraguaya, la eliminación física del adversario político a través de um asesinato planificado y ejecutado profesionalmente rompía con las reglas del juego normalmente vigentes en las relaciones políticas”(1999, p.204) (Grifo meu). A meu ver, Morínigo observa adequadamente o que estava em jogo no *Marzo*, a saber, os limites e a forma da disputa entre adversários políticos. No entanto, não me parece que seja ‘a sociedade paraguaia’ que se opôs a tal recurso, mas antes partes amplas de seu público cívico. Em ‘Sociedad civil y construcción democrática en Paraguay’, essa ideia reaparece: “a sociedade paraguaia considerou que esse [magnicídio] era um limite ético” (BAREIRO et al, 2004, p.164).

³¹⁰ Não é somente a dinâmica do processo político paraguaio que facilita a compreensão desse ciclo de protestos. Apesar das mortes aí envolvidas, o desfecho relativamente civilizado e politicamente positivo do *Marzo*, que afinal não se configurou como um conflito civil, torna sua análise muito mais palatável. Quanto a isso, S. Tarrow diz: “os ciclos de confronto quase sempre começam em instituições, se espalham como confrontos entre pessoas comuns e colocam o estudioso diante de alguns dos aspectos menos edificantes da ação coletiva – a multidão, a turba, a insurreição armada. Quando terminam em repressão e em desilusão eles [os ciclos] levam a leituras deprimentes” (TARROW, 2009, p.183).

³¹¹ Cf. ABENTE (1999, p.96).

Essa ênfase político-emotiva no ‘cansaço do clima de violência’ é bastante precisa, pois, à medida que obstaculiza qualquer chance de construção conflituosa do consenso político na qual o conflito não seja sinônimo de violência pura e simples, tal ‘clima’ é a própria antípoda da convivência democrática. Contudo, afim a expressões de outros autores que falavam em ‘a sociedade paraguaia’ ou ‘indignação cidadã’, o texto de D. Abente também traz termos como ‘vontade do povo’ e ‘plebiscito espontâneo’ que tendem a obscurecer um traço marcante do processo político paraguaio: em meio ao ‘Povo’ estava, como permanece, o velho oviedismo³¹². A despeito da renúncia de Cubas e da saída momentânea de cena de Lino Oviedo, o oviedismo seguiu forte como matriz de significados e discursos atualizadores da imaginação stronista para um sem-fim de paraguaios, e seguiu mais forte ainda como partido institucionalizado, que se desligou do coloradismo, ampliando o espectro da direita paraguaia na União Nacional dos Colorados Éticos (UNACE). Assim, menos que mostrar que a democracia no país dependia da ‘vontade popular’ (no interior da qual é possível ver essa matriz messiânica e outras matrizes autoritárias), as pontes de resistência-estabilização cidadãs de 1996 e 1999 mostram que a construção democrática paraguaia, como condição de sua viabilidade e reprodução, requeria a instauração de públicos e canais através dos quais aquela ‘vontade’ fosse vocalizada e a partir dos quais a vida político-institucional pudesse ser controlada e civilizada.

Neste sentido, vale lembrar que na ‘crise de abril’ alguns atores civis chegaram a esboçar uma tentativa de acompanhamento do malfadado processo contra Oviedo. Impulso semelhante a esse, porém muito mais robusto, se reproduziu no pós-*Marzo*: ‘a CODEHUPY [Coordenadoria de Direitos Humanos do Paraguai] foi fundada por 25 organizações dias depois dos eventos vividos no país em março de 1999’³¹³. A ‘Coordenadoria Não à Impunidade’ de 1996 é *mutatis mutantis* a CODEHUPY de 1999. Desde então, esta última articuladora é responsável pela organização e publicação anual do ‘Informe Nacional de Direitos Humanos’, do qual organizações e militantes feministas são parte importante. Por meio dos informes anuais e de outras ações, a CODEHUPY exige ‘o cumprimento e a implementação pelo Estado

³¹² Certamente, Abente não desconhece a capacidade persuasiva de Oviedo, mas, ao que me parece, subestimou a capacidade de reprodução do oviedismo: “Two important observations should be made about the Oviedo electoral phenomenon. First, although Oviedo’s popular support never exceeded 40 percent either within the Colorado Party or in the nation as a whole, he was able to use his formidable communications apparatus and sophisticated psychological warfare techniques to create the impression that he was everywhere and that the support for him was far greater than it actually was. Second, after many years of poor economic performance, increasing poverty, (...) many Paraguayans were disillusioned (...) and eager to trust anybody who promised to bring back stability. Oviedo was not a charismatic leader. He had no clear ideology or doctrine. (...) Oviedo was something more prosaic—a “fantasy salesman” (...). As long as he was in no position to make good on his promises, people believed him, but they quickly became disillusioned after he rose to power under the Cubas presidency”(ABENTE, 1999, p. 99).

³¹³ http://www.codehupy.org/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=6 – acessado em 25 de janeiro de 2011.

paraguaio dos compromissos assumidos em instrumentos jurídicos internacionais e nacionais relativos a direitos humanos³¹⁴. Assim, do ponto de vista da função político-pública que (com maior, menor ou nenhum grau de sucesso) pretendem desempenhar, essas 'coordenadorias' são uma prova de que a saúde democrática no país dependia, e depende, de uma esfera pública desde a qual os atores políticos fossem controlados. Desse ângulo político-público, o efeito democratizante do ciclo do *Marzo* foi duplo: por um lado, quiçá devido ao potencial oceânico de estiolamento contido naquela 'maré cidadã', ele conseguiu pacificar a parte autoritária e indisciplinada do coloradismo, extirpando o uso de meios abertamente violentos da pugna política; por outro lado, o *Marzo* reorganizou fortemente o padrão predominante de interação sócio-estatal no país, tendo não apenas convencido os e as personagens civis do seu papel necessário e ativo no controle do Estado, mas também, como veremos adiante, tendo aberto novas instâncias de diálogo e de recepção de demandas sociais no próprio tecido institucional paraguaio.

Assim, na segunda metade da década de 1990, com vários percalços e limites, a política institucional paraguaia avançou em alguns de seus traços centrais. O tema da despolitização dos militares, depois de entrar na agenda no governo de Wasmosy, dá provas de paulatino avanço, em especial, com a recusa das Forças Armadas frente aos desmandos de Oviedo em 1999. Neste sentido, ainda que não desfaça por completo o pacto militar-colorado, o pós-*Marzo* traz um deslocamento considerável dos militares que, a despeito da continuidade de alguns privilégios, não ocupam mais o centro da cena política (YORE & PALAU, 2000, p.26). Em segundo lugar, a atuação da Corte Suprema de Justiça tende a ser, ou ao menos parecer, mais autônoma frente os outros poderes de Estado. Por sua vez, o oviedismo foi pacificado e, no pós-ciclo de 1999, institucionalizado. E, de um ponto de vista institucional mais amplo, a retomada da estabilidade, talvez mais duradoura, não apenas diminui a frequência e a intensidade dos conflitos partidários que, nos quadros estatal-administrativos, competem com a elaboração e a execução de políticas públicas, como também tende a alterar o padrão de interação entre autoridades e personagens civis.

Como é consenso, todo fim de ciclo gera oportunidades (TARROW, 2009) e o Paraguai não foi exceção: ao *Marzo* paraguaio se seguiu o chamado 'Governo de Unidade Nacional' (1999)³¹⁵. Sob a liderança do novíssimo Presidente, Gonzalez Macchi, essa coalizão abria portas e espaço para a atuação da oposição partidária nos rumos da política de Estado: "é estabelecido

³¹⁴ É importante diferenciar a CODEHUPY, surgida em 1999, do próprio 'Informe Nacional de Direitos Humanos', que já vinha sendo elaborado, não por acaso, desde 1996. A diferença é que, no pós-*Marzo*, a CODEHUPY surge para, dentre outras coisas, para encarnar em molde organizacional a articulação de várias vozes civis especificamente ao redor de dito Informe.

³¹⁵ 'Programa de Gobierno 1999-2003' (GOBIERNO DE UNIDAD NACIONAL, 1999).

um modelo de governo de responsabilidade compartilhada na administração do Estado *via* um arranjo multipartidário” (YORE & PALAU, 2000, p.25). O objetivo dessa coalizão era colocar em prática “um programa comum de reformas sociais e econômicas, incluindo um plano de privatização cuidadosamente desenhado” (ABENTE, 1999, p.100). Esse ‘*Programa de Gobierno*’ foi, em grande medida, uma tentativa programática de resposta à convulsão do *Marzo*. “Não são ideias novas nem mágicas as que propomos. São medidas que exigem uma grande disciplina na gestão pública” (GOBIERNO DE UNIDAD NACIONAL, 1999, p.190), lê-se à introdução desse programa, cujo primeiro capítulo é sintoma claro de como ele pretendia implementar tais ideias e tal disciplina: ‘Reforma do Estado’. Vejamos agora as tentativas de colocar esse programa em prática, a reação de uma miríade de atores a esse programa, bem como o principal legado deixado pelo *Marzo* de 1999.

10.2. ‘Reforma do Estado’: o Governo de Unidade Nacional e a luta antiprivatização

Vimos que o *Marzo* paraguaio foi o mais grave ciclo de protestos pelo qual passou o Paraguai pós-ditatorial e cujo desenlace final foi a renúncia do então presidente Raul Cubas, a saída de Lino de Oviedo do país e o deslocamento do estamento militar do centro da cena política paraguaia. Cotejada com outro episódio de crise político-institucional desenrolado em abril de 1996, a crise de 1999 encerra aquilo que, estilizando Tilly (2006), chamamos de ponte de resistência-estabilização cidadã, dado que o ciclo logrou pacificar a fração autoritária do coloradismo e, ainda, tirar o uso aberto da violência como recurso na disputa política *strictu sensu*. Vimos também que uma das razões pelas quais a democracia não estava ‘consolidada’ no Paraguai está na forte disseminação da nostalgia difundida pela matriz messiânica do oviedismo, cujas palavras de ordem evocavam a desnecessidade de instituições e a necessidade de um líder ‘*gaucho*’ para o país. De modo mais importante, a partir da aproximação de ambos os episódios contenciosos, sugerimos que um requisito fundamental da saúde e da viabilidade democráticas no país era a instauração de plataformas de esfera pública a partir das quais as decisões dos atores políticos e a pugna entre eles fossem controladas e disciplinadas. Contra os perigos de ruptura e de retrocesso autoritário, frações democráticas dos públicos cívico e institucional sustentaram o *Marzo*, cujo desenlace vitorioso (leia-se, vitorioso do ponto de vista cidadão e democrático) exigiu uma resposta política imediata daqueles que passaram a liderar o Estado paraguaio. Vamos observar agora como a chamada

'Reforma do Estado' deu o tom das reações e das disputas pelos rumos do Paraguai no contexto pós-*Marzo* e a postura das mulheres mobilizadas nesse contexto.

'Governo de Unidade Nacional' foi o nome dado à coalizão multipartidária inédita, ou quase inédita³¹⁶, na política paraguaia, liderado pelo colorado Gonzalez Macchi que, com o assassinato de Argaña e a queda de Cubas, passou da presidência do Senado à liderança do Executivo paraguaio. Embora fosse uma figura menor no próprio coloradismo, Macchi representava algum tipo de novidade, pois ele foi o primeiro Presidente que, desde o fim do stronismo, não tinha uma relação íntima com as Forças Armadas e tampouco estava ligado ao passado autoritário. A Unidade Nacional por ele liderada foi uma readequação do papel desempenhado pelo Partido Colorado que saía desgastado do ciclo de 1999 e que, até então, tendia a conduzir o Estado de modo exclusivo e excludente relativamente aos demais partidos. Junto desse desgaste, outros fatores como a subordinação dos militares ao poder civil e a retirada (ao menos provisória) de caudilhos históricos da cena política, estiveram também na base desse rearranjo político-partidário (YORE & PALAU, 2000). Ainda que sem um pacto formalizado, o Partido Liberal Radical Autêntico e o Partido do Encontro Nacional compuseram inicialmente a coalizão multipartidária e garantiram seu lugar em posições ministeriais e institucionais de peso e, mais amplamente, na implementação de uma agenda de reformas sócio-políticas sintetizada no 'Programa de Governo 1999-2003'(PARAGUAY, 1999)³¹⁷.

Muito embora tenha sido marcada por vários conflitos interpartidários, em especial aqueles que opunham liberais e ovedistas que, unidos contra colorados argañistas, questionavam a legitimidade da ocupação do posto presidencial por Macchi, a coalizão multipartidária foi em seu começo bem recebida pela opinião pública paraguaia. Já o 'Programa de Governo' não teve a mesma sorte e, em reação às críticas de vários grupos organizados, dentre os quais estavam as mulheres mobilizadas, foi convocada a 'Mesa de Diálogo Social' "na qual, por algum tempo, governo, sindicatos e empresários discutiram uma agenda social e, particularmente, tudo a que se referia ao Programa de Governo" (YORE & PALAU, 2000, p.34).

³¹⁶ Cf. "[En 1946 s]e instalaba un gobierno cívico militar compartido por colorados, febreristas y militares en un clima de amplias libertades públicas sin precedentes hasta entonces (se llega a legalizar al Partido Comunista inclusive), con el objetivo de lograr la normalización institucional de la república (...)[En] enero de 1947 un contragolpe de militares partidarios de los colorados, terminaba con la 'primavera democrática'" (YORE & PALAU, 2000, p.16).

³¹⁷ Cf. PARAGUAY, República del (1999) 'Programa de Gobierno 1999-2003'. In: *El Partido Colorado y la Reforma del Estado en el Paraguay*. Asunción: Instituto de Altos Estudios Políticos Dr. Ignacio A. Pane. O documento 'Programa de Gobierno 1999-2003' faz parte dos anexos do livro *El Partido Colorado y la Reforma del Estado en el Paraguay*. Além do apoio a Macchi, este livro coroa a liderança da fração neoargañista, celebradora do stronista e ex-vicepresidente assassinado, e, nela, o nome de Nicanor Duarte Frutos: "Mostrando una vez más su capacidad de soportar serios enfrentamientos internos (...), el Partido Colorado realizó en mayo de 2001 sus elecciones internas. La victoria del Movimiento de Reconciliación Colorada (MRC), corriente fundada por el fallecido Argaña, con Nicanor Duarte como candidato a la presidencia partidaria, significó también un espaldarazo para el tambaleante gobierno de González Macchi" (SOTO, 2001, p.13).

Boa parte dessas críticas civis foi incorporada a uma segunda versão do documento: “*Las diferencias formales con la primera versión presentada en el mes de julio son muy grandes y pareciera ser que se recogió efectivamente mucho de lo aportado por las agrupaciones políticas, sociales, gremiales, de mujeres, y de los debates departamentales*”, expunha Line Bareiro (2000, s/p). Essa dinâmica da ‘Mesa’ ilustra adequadamente duas dinâmicas típicas do desfecho de ciclos de protesto: por um lado, o fim do *Marzo* abriu portas para um padrão distinto de interação entre atores políticos e civis, encarnado na Mesa e em seu ‘processo inédito de participação’³¹⁸. Por outro, no entanto, “o que resta depois do entusiasmo do ciclo é um resíduo de reforma” (TARROW, 2009, p.220), e, a despeito das contribuições e críticas dos atores organizados, o sentido assumido pela implementação do ‘Programa de Governo’ se manteve fiel à sua primeira versão e à ‘reforma’ nele contida.

Dividido em quatro capítulos, à introdução do ‘Programa’ lê-se que nele “[n]ão são propostas ideias novas nem fórmulas mágicas. São medidas que exigem uma grande disciplina na gestão pública, uma defesa permanente da democracia, da estabilidade do regime republicano e o estrito respeito às instituições” (p.190). A posição aí ocupada pela ‘disciplina na gestão pública’ está em consonância com o capítulo que abre o Programa: ‘*Reforma del Estado*’ (p.191-201). As cinco ‘áreas estratégicas’ dessa reforma são ‘finanças públicas’, ‘privatizações’, ‘gestão pública’, ‘setor financeiro público e previdência social’ e ‘descentralização’. Poderíamos ver no detalhe os três outros capítulos (quais sejam, ‘políticas sociais e luta contra a pobreza’, ‘reativação econômica setorial’ e ‘competitividade e produtividade’); porém, mais que entrar em cada uma dessas linhas, importa aqui entender que “[esse] o documento, em essência, sugere um conjunto de políticas e anuncia medidas de combate à pobreza, para a reativação da economia e para a reforma do Estado com um enfoque neoliberal” (YORE & PALAU, 2000, p.28). Nessa citação, ‘enfoque neoliberal’ não significa uma desqualificação apressada da programática recomendada por instituições financeiras internacionais³¹⁹, endossada pelo coloradismo³²⁰ e liderada pelo novo Presidente. ‘Enfoque neoliberal’ significa que a implementação de dito programa assumiu um tom eminentemente privatizante cujas expressões institucionais mais fortes

³¹⁸ Cf. “Una comisión recogió esas y otras numerosas críticas y sugerencias de la sociedad paraguaya, en un proceso de participación inédito en nuestro país y se reformuló el Programa” (BAREIRO, 2000) – acessado em www.uninet.com.py/accion/200/atrabajar.html.

³¹⁹ Cf. NICKSON (2005, p.163-164)

³²⁰ Veja-se: *Resolución n.86/99 (28/VII/1999) de la Junta de Gobierno ‘Por la que se apoya al Presidente de la República y al Programa de Gobierno de Unidad Nacional’*. In: ‘*El Partido Colorado y la Reforma del Estado en el Paraguay*’. Asunción: Instituto de Altos Estudios Políticos Dr. Ignacio A. Pane, p.239-242.

foram a promulgação da Lei nº 1.615 de 2000³²¹ e a criação da chamada 'Secretaria Nacional de Reforma do Estado' (SNRE):

“[a] pesar de su título de amplio alcance, los objetivos de la SNRE se circunscribían exclusivamente a los esfuerzos por promover la participación del sector privado en la provisión de los servicios básicos (...) que se encontraban totalmente en manos del Estado. En contraste a ello, la SNRE prestaba poca atención a la reforma del personal público y al mejoramiento del suministro de servicios sociales básicos” (NICKSON, 2009, p.164).

Essa Secretaria encarnava institucionalmente a tônica do Programa de Governo, enquanto aquela lei estabelecia prazos e parâmetros para o ritmo das privatizações e dava ainda poderes ao Executivo para intervir diretamente naquelas empresas consideradas prioritárias. O país acabava de sair de uma crise hegemônica que colocou em risco a vida social paraguaia e o remédio dado como resposta por esse 'Programa' foi uma 'Reforma do Estado' na qual, do mesmo modo que em outros casos sulamericanos, o termo 'Reforma' era sinônimo de privatização e 'Estado' significava Estado reduzido – “[n]ão estamos propondo nem estamos dispostos a levar adiante uma liquidação do Estado”, se justifica G. Macchi frente a seu público de correligionários e interlocutores colorados, “[e]stamos, sim, dispostos e decididos a levar a cabo a mudança e a grande transformação da gestão pública (...). Não podemos esperar que cada Empresa [sic] do Estado colapse, como já ocorreu com algumas delas” (MACCHI, 2000, p.42) (Todos os grifos no original).

Certamente, essa era uma versão dentre outras versões concorrentes, ainda que silenciadas, do que o termo 'reforma' deveria significar. No vocabulário de uma histórica organização civil paraguaia, o Centro de Estudos Paraguaios Antonio Guash (CEPAG), cuja atuação remonta a meados dos tronismo e está voltada especialmente para atores camponeses e indígenas, o termo implicava em '*Reforma del Estado, Reforma del País, Reforma Agraria*' (EDITORIAL, 2000). Já para outro ator civil de importância na vida intelectual paraguaia, Dionisio Borda, líder do Centro de Análise e Difusão da Economia Paraguuaia (CADEP), o país "*necesita una nueva visión y formas de administrar el Estado para facilitar la reactivación económica, el pago de la deuda social y el desarrollo económico social sustentable*". Como veremos no próximo capítulo, Borda é figura central nas reformas levadas a cabo na gestão presidencial iniciada em 2003; sua versão de reforma tem duas faces: uma que leva em conta o que chama de 'dívida social' e outra, de tom moderno e maquiaveliano, mais orientada para a reconstrução do Estado paraguaio que deveria

³²¹ Veja-se "*Ley nº 1.615/2000, 'Ley General de Reorganización y Transformación de Entidades Públicas Descentralizadas y de Reforma y Modernización de Organismos de la Administración Central'*".

“recuperar su capacidad de planificación y programación (...) [debe] tener sentido de previsión y anticipo a los acontecimientos (...). Este rol requiere mejorar radicalmente la capacidad analítica de hacer políticas públicas. (...) [S]e necesita un Estado más abierto a la ciudadanía. (...) En la democracia se construye el Estado a partir de la sociedad y no viceversa. (...) [E]l estado debe coordinar mejor sus acciones y brindar mejores servicios. Dejar de hacer lo que le compete al sector privado y hacer bien lo que corresponde al dominio público, vale decir, concentrarse en temas de equidad, salud, educación, medio ambiente, seguridad e infraestructura. [D]ebe crear mecanismos de control apropiado e implantar un sistema de incentivos para quienes cumplen con sus obligaciones dentro y fuera de la administración pública” (BORDA, 2000, s/p).

Eventualmente, a reforma iniciada com o governo Macchi incluiu a promulgação da Lei ‘*de la función pública*’³²² que seguia um pouco dessa última acepção de ‘reforma’, voltada para a racionalização e reorganização global do corpo estatal-burocrático. A despeito dessa iniciativa que não chegou a ser posta em prática, o núcleo das reformas era a privatização, em especial, dos serviços de telefonia básica, provisão de água e eletricidade. No entanto, entre o fim de 2000, quando se iniciaram os processos de venda, e meados de 2002, uma série de denúncias de irregularidade, corrupção e subvalorização, envolvendo o próprio Presidente, atores econômicos internacionais e burocratas implicados nas transações, em específico, da Companhia Paraguaia de Comunicações (COPACO), levou à articulação de uma oposição denominada Congresso Democrático do Povo, “[que] conseguiu aglutinar organizações campesinas, centrais sindicais, partidos de esquerda e movimentos sociais urbanos, todos contrários à venda [da COPACO]” (NICKSON, 2009, p.166).

Ator central na oposição à privatização das empresas estatais foi o movimento campesino: “[a]proximadamente 5.000 campesinos e campesinas da Federação Nacional Campesina marcharam dia 20 de março [de 2002] pelas ruas de Assunção até o Congresso para rechaçar o projeto de reforma” (RIQUELME, 2002, p.228). Este foi apenas o começo de outro ciclo de protestos desenrolados entre março e junho de 2002. Nos dois meses que seguiram aquela marcha, a mobilização conjunta de centrais sindicais e do campesinato fechou estradas em vários departamentos do país - “*Hubo más de 30 mil personas movilizadas (...) con cierres de ruta, manifestaciones populares, actos cívicos, [y] huelgas*” (CONAMURI, 2009, p.27).

O governo paraguaio respondeu aos protestos alternando entre modalidades desmobilizadoras, nas quais ‘prometia estudar as demandas’, e práticas de cunho repressivo³²³. O uso excessivo da violência policial, porém, acabou vitimando fatalmente Calixto Cabral, dirigente campesino, e, junto ao amplo descrédito acarretado pelas denúncias de irregularidade e corrupção, teve como efeito imediato a suspensão legal dos planos de privatização, através

³²² Lei 1.626/2000 ‘*de la Función Pública*’.

³²³ Cf RIQUELME (2002, p.229-ss); e NICKSON (2005, p.166).

da promulgação da Lei nº 1.932 de 2002, ‘que suspende a aplicação da Lei nº 1.615/2000’³²⁴ – “o Governo cedeu a todas as exigências do campesinato (...). Os e as manifestantes qualificaram o fato como uma vitória contundente e histórica contra o governo corrupto, contra os políticos, o FMI e o Banco Mundial” (RIQUELME, 2002, p.229).

Assim, à resposta neoliberal oferecida pelo Governo de Unidade Nacional forjado no contexto pós-*Marzo* correspondeu uma reação articulada de forças e atores sociais populares em oposição, não à reforma do Estado paraguaio, mas ao tom privatizante daquele ‘Programa’. Devido às denúncias acerca da transparência da venda da empresa estatal de telecomunicações, aos protestos antiprivatização e ao desenrolar fatal das reações a tais protestos, a série de privatizações foi desfeita. Se, por um lado, essa foi sem dúvida uma ‘vitória histórica’³²⁵ dos atores populares contra a solução privatizante e corrupta oferecida para curar os males estatais, tal situação explicitava a anomia máxima incrustada no tecido burocrático-administrativo paraguaio: no coro antiprivatização atores socialmente muito distintos se uniam pela não-desnacionalização de empresas e recursos: em defesa de seus cargos em empresas estatais atrofiadas, protestavam funcionários públicos ao lado de camponeses em defesa de algo vital à sua existência como a água, ou qualquer outro recurso em jogo, caso as privatizações prosseguissem.

Mas não foram apenas estes atores que deram fim à agenda privatizante: ao mesmo tempo em que a crise econômica deteriorava ainda mais as condições de vida no país, partes da opinião pública e do ovidismo exigiam a renúncia de Macchi da Presidência. Este, por sua vez, sofria ataques da Vicepresidência, desde o segundo semestre de 2000 ocupada pelo Partido Liberal, gerando uma sensação de *déjà vu* muito parecida com aquela tensão entre Cubas e Argaña³²⁶. Neste contexto, “[t]emendo um julgamento político contra o Presidente (...) num período pré-eleitoral crucial, Nicanor Duarte Frutos, Presidente do Partido Colorado e candidato à presidência em 2003, obrigou Macchi a abandonar a venda da COPACO em troca de sua proteção política nos meses finais do mandato” (NICKSON, 2005, p.166). Menos de um ano depois da suspensão das privatizações, Nicanor Duarte Frutos colheu os frutos de sua defesa da posição presidencial nas mãos do coloradismo³²⁷, sendo eleito Presidente do Paraguai em

³²⁴ Veja-se “*Ley nº 1.932 que suspende la aplicación de la Ley nº 1.615/2000*”.

³²⁵ Cf. “Se logró una histórica victoria con el retiro de los proyectos (...) de privatización de empresas estatales. Esta acción marcó un hito en nuestra historia colectiva, mostrando la capacidad y fuerza del sector popular cuando logra la convergencia en la unidad de acción”(CONAMURI, 2009, p.27).

³²⁶ Veja-se YORE & PALAU (2000, p.35-ss).

³²⁷ Como já observamos, Nicanor Duarte Frutos e a cúpula colorada do pós-*Marzo* endossaram as reformas propostas pela coalizão de Macchi. Vale notar que tal endosso se deu em um registro discursivo que celebrava o ex-vicepresidente assassinado: “Esta é uma sessão histórica porque marca a decisão do partido de debater um tema complexo (...): o papel do Estado. (...) Está fora de discussão para o Partido Colorado que a presença ativa do Estado é absolutamente necessária para promover a equidade social (...). O que se pretende reafirmar aqui (...) é o

abril de 2003. Como veremos no próximo capítulo, o ‘nicanorismo’, termo referente ao governo e ao estilo de liderança de Nicanor, também empreendeu reformas, mas com sentido bastante distinto daquelas empunhadas por Macchi. Para fechar este tópico, vejamos como a reação do movimento amplo de mulheres ao programa do Governo de Unidade Nacional ilustra a inflexão publicizante herdada do *Marzo* de 1999.

9.2.1. O ‘Gobierno de Unidad Masculina’, as plataformas civis de controle e esfera pública no pós-Marzo

Dois dias depois do recém empossado Presidente Gonzalez Macchi dar forma a seu gabinete multipartidário, o seguinte questionamento foi levantado por uma daquelas siglas que compunham a fração ‘política’ do movimento paraguaio de mulheres: “Como é possível chamar-se ‘Governo de unidade nacional’ quando dele está excluído mais de 50% da população nas tomadas de decisão?” (CIMPAR, 1999, p.161). Pouco menos de um mês depois do fim do ciclo do *Marzo*, o conjunto de siglas políticas e as articuladoras feministas do país se juntavam em uma grande arena “[na] sede de PROMUR, [onde] se reuniram integrantes da CMP, do Fórum de Mulheres do Mercosul, Cimpar, RMMP e da RMP, para discutir sobre a exclusão das mulheres no chamado Governo de Unidade Nacional. No encontro, decidiu-se constituir o Fórum Permanente de Organizações de Mulheres e apresentar ao governo as demandas e propostas das mulheres” (CDE, 2000b, p.105). O Fórum Permanente de Organizações de Mulheres, doravante Fórum, foi a resposta das mulheres mobilizadas àquela coalizão multipartidária forjada no pós-*Marzo*.

Em seu comunicado intitulado ‘*Carta abierta de organizaciones de mujeres al Presidente de la República y a los presidentes de los partidos políticos que conforman el Gobierno de Unidad Nacional*’ (FORO, 1999a), síntese do primeiro encontro do Fórum, elas dizem: “[com o fim do ciclo do *Marzo*] o Paraguai derrotou um grupo assassino que quis passar por cima das leis (...) e foi possibilitada a formação de um governo que pudesse representar a diversidade de interesses sociais (...). Mas, observamos que o governo chamado de unidade nacional se converteu em um governo de unidade masculina” (FORO, 1999a, p.162). A ironia delas não é à toa, pois a ausência feminina na composição do gabinete recém formado foi a questão que impulsionou o Fórum. “A participação das mulheres nesses eventos [do *Marzo*] também foi relevante, mas não se refletiu na conformação do Gabinete de Governo” (FORO, 1999b, p.167).

pensamento histórico doutrinário do coloradismo, permanentemente refrescado nos últimos anos pelo Doutor Luiz María Argaña, quando dizia (...) que a única economia que vale à pena é aquela que serve (...) à promoção da felicidade da sociedade” (DUARTE FRUTOS, 2000, p.33-34) (Grifo no original).

Não foi apenas o assim ironizado ‘Governo de Unidade Masculina’ que ficou sob a mira das mulheres: “No Salão Liberdade do CPES, o Fórum Permanente (...) se reuniu (...) com o objetivo de analisar o Programa de Governo desde uma perspectiva de gênero” (CDE, 2000b, p.121). ‘*Sugerencias y críticas al Programa de Gobierno 1999-2003*’ (FORO, 1999b) foi o nome dado ao documento síntese dos seguintes encontros do Fórum, nos quais, como de praxe nas articulações lideradas pelas feministas, se destacaram a participação de mulheres de vários setores sociais e a preocupação com a questão campesina³²⁸. As sugestões aí elaboradas atravessam aqueles quatro capítulos do ‘Programa de Governo’. A exemplo do tema do combate à violência contra a mulher, suas demandas incluíam temas caros à agenda feminista, mas suas críticas ao ‘Programa’ “não se limitam exclusivamente aos aspectos concernentes às mulheres especificamente, [pois] foi feito, muito antes, um esforço de revisão e crítica de todas as propostas e da estruturação do documento” (FORO, 1999b, p.167).

Esse esforço do Fórum Permanente interpelou o Programa de Governo de três modos: em primeiro lugar, a composição textual do documento governamental teve seu viés sexista explicitado: “ainda que a proposta para modificar a linguagem para torná-lo [o Programa] inclusivo às mulheres possa parecer para muitas pessoas um aspecto ‘formal’ e pouco relevante, deve-se lembrar que a ideia de que o masculino abarca o feminino tem sido a razão de uma invisibilidade tradicional das mulheres” (FORO, 1999b, p.170). Neste sentido, os sujeitos beneficiados ou visados pelos objetivos e metas do ‘Programa’ foram explicitados ou somados: “*formación de personal caificado, técnicos y técnicas, de mandos medios. Asimismo, instrucción para microempresarias/os*” e “*capacitación de los recursos humanos, incluyendo a mujeres en todos los programas desarrollados al respecto*” (FORO, 1999b, p.180; 198) (Grifos no original reinterpretem PARAGUAY [1999]) – para citar apenas dois exemplos.

Em segundo lugar, a incorporação programática da ‘perspectiva de gênero’ foi central na crítica do Fórum: “é necessário incluir uma perspectiva de gênero em todos os capítulos e em quase todos os objetivos e estratégias determinados” (FORO, 1999b, p.169). Enquanto as interações ordinárias mantidas, notadamente no pós-Beijing, entre organizações civis feministas, agências internacionais e partes da administração pública paraguaia já impeliam

³²⁸ Cf. “Los días 4 y 10 de agosto pasados, se realizaron dos foros de discusión del Programa de Gobierno. Estos foros fueron convocados por el Foro Permanente de Organizaciones de Mujeres, y organizados por la Coordinación de Mujeres del Paraguay (...). Durante esos dos días, un número aproximado de 70 mujeres – provenientes tanto de la capital como del sector rural –, entre quienes se encontraban dirigentes e integrantes de organizaciones de mujeres, sindicales, campesinas, empresariales, y políticas, analizó a profundidad los cuatro capítulos que conforman el documento” (FORO, 1999b, p.166-167) (Grifo meu). No tópico ‘Temas y asuntos de especial interés y preocupación’, elas dizem ser necessário: “Privilegiar sectores: Interesa especialmente que la acción gubernamental privilegie al sector campesino de la población paraguaya, especialmente en lo referente a la reactivación económica” (FORO, 1999b, p.171).

esta última a incorporar gênero em seus marcos normativos mais amplos, a reorganização das relações sociedade civil-Estado no contexto pós-*Marzo* trazia uma oportunidade excepcional para que as mulheres mobilizadas fizessem valer sua categoria-chave no espaço estatal de vigilância - “entendida como uma postura orientada para a formulação de propostas e para a realização de ações que tendam a romper a discriminação contra as mulheres e a construir uma sociedade igualitária, esta perspectiva [de gênero] permite ver como a gestão estatal pode ser guiada em todos os seus níveis” (FORO, 1999b, p.169). Essa demanda se alastra por todo o ‘Programa’, pretende abarcar diferentes níveis da administração pública paraguaia³²⁹, e se faz notar logo em seu primeiro capítulo: “*Reforma del Estado. Objetivos: a) Conseguir mayor eficiencia, eficacia y transparencia en la función pública, teniendo en cuenta el principio de igualdad de oportunidades. (...) f) Crear las condiciones para un desarrollo social y económico sostenible con equidad de género” (FORO, 1999b, p.172) (Grifos no original reinterpretam PARAGUAY [1999]). É mais, ao lado do ‘gênero’ perfilam outros marcadores de diferença a serem combatidos porquanto produtores e fontes de desigualdade. Ao falar, por exemplo, das ‘políticas sociais e luta contra a pobreza’, elas não hesitam em dizer que esse capítulo “*no habla de indígenas (...); no habla de discapacidad; no habla de la tercera edad; (...) no trata el tema del medio ambiente de manera transversal*” (FORO, 1999b, p.178); contra esses silêncios, extrapolando o domínio dos interesses específicos, elas sugerem adicionar um tópico inteiro àquele capítulo, no qual deveria constar “*políticas sociales que considerem las dimensiones de género, generación y etnias*” (*idem*, p.179) (Grifo no original).*

Em terceiro lugar, é importante notar como a interpelação feita pelo Fórum Permanente não se desenrola apenas como uma demanda a ser incorporada pelo Estado paraguaio, tal como fica claro nos exemplos da crítica da linguagem sexista e da perspectiva de gênero. Ponto tão importante quanto o conteúdo dessas demandas é a posição na qual e *a partir da qual* elas são enunciadas: “convocamos um fórum permanente de reflexão no qual, de modo amplo e independente, se discutirá e se farão propostas. Ademais, decidimos assumir um papel controlador de seu governo e do processo aberto no dia 28 de março” (FORO, 1999a, p.163) (Grifo meu). Por meio da instauração do Fórum Permanente, as mulheres mobilizadas dão provas de que tinham captado uma das principais necessidades políticas desveladas pelos conflitos do *Marzo* paraguaio: a necessidade de plataformas a partir das quais o Estado e seus atores pudessem ser controlados. “Estamos à inteira disposição”, dizem elas, “para colaborar com o governo em tudo que beneficie a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres

³²⁹ Veja-se, por exemplo, “Garantizar la incorporación de la perspectiva de género en las políticas departamentales y municipales, así como en la legislación que regula los temas de descentralización y gobiernos locales” (FORO, 1999b, p.177) (Grifo no original).

(...) e o fortalecimento da democracia e da justiça no Paraguai. E, ao mesmo tempo, ratificamos o papel controlador assumido por nós organizações de mulheres” (FORO, 1999b, p.165). Há que ser justo: o ‘Programa de Governo’ reconhecia tal necessidade, colocando-se, dentre outras coisas, o objetivo de “melhorar o controle cidadão sobre a administração pública” (PARAGUAY, 1999, p.199). Para este mesmo sentido aponta a sugestão das mulheres mobilizadas que reivindicavam: “[s]ancionar la Ley de Descentralización; sancionar la nueva Ley Orgánica Municipal; sancionar una ley de Participación Ciudadana” (FORO, 1999b, p.178) (Grifo no original). Em suma, aquelas demandas de incorporação de uma linguagem não-sexista e da dimensão de gênero tomavam o Estado paraguaio como um alvo, ao passo que o ‘papel controlador’ autoproposto pelo Fórum fazia desse Estado um objeto a ser escrutinado e, de modo ainda mais utópico, as mulheres organizadas pretendiam fazer dele um espaço a ser compartilhado via participação institucionalizada.

Nada disso aconteceu... Como vimos, a ‘Reforma do Estado’ assumiu rumo privatizante³³⁰, mas foi refreada pelos protestos populares e pelos interesses ao redor da próxima eleição presidencial. O Governo de Unidade Nacional logo desencantou o entusiasmo inicial, silenciando versões alternativas de reforma que levavam em conta a ‘dívida social’ ou uma utópica ‘lei da participação cidadã’. Depois do entusiasmo, dizia S. Tarrow, vem a reforma, e ele segue, “[no] auge [do ciclo de protesto], o poder do movimento é elétrico e parece irresistível, mas [depois] é carcomido e integrado através do processo político” (TARROW, 2009, p. 220). Ora, teria sido a resistência cidadã do *Marzo* sido em vão? Teria sido aquela conquista de 1999 apenas carcomida pela normalidade política retomada e liderada por uma elite convenientemente seduzida por medidas e remédios neoliberais? Ao que parece, não. Primeiramente, o pós-*Marzo* parece ter selado a extirpação do uso da violência como meio de disputa na luta político-partidária – e prova disso estava no esforço, fracassado, de ovidistas e de liberais para tirar Macchi da Presidência por meios propriamente institucionais³³¹.

Além disso, ao contrário das visões teóricas que tendem a fazer da agenda neoliberal um monstruoso dilúvio inelutável e insolúvel, a ‘vitória’ antiprivatização foi prova de que a

³³⁰ Interessantemente, dentro do Fórum, o debate sobre o capítulo das ‘privatizações’ foi controverso; “no Fórum não houve acordo em geral sobre este capítulo. Decidiu-se sugerir uma discussão ampla e profunda para chegar a acordos” (FORO, 1999b, p.174). Motivo razoável para essa controvérsia pode estar na composição interna demasiado antagônica do Fórum, que compreendia de campesinas, sindicalistas e feministas, passando por mulheres de partido e eleitas, chegando a empresárias organizadas.

³³¹ Cf. “Inspirado en los escándalos de corrupción y ante la falta de apoyo popular y político a González Macchi, el PLRA realizó en mayo una solicitud de juicio político al presidente ante el Congreso, alegando mal desempeño de sus funciones. (...) El juicio político fracasó en la Cámara de Diputados, que decidió postergar *sine die* la decisión al respecto (...). Ante el fracaso de esta estrategia, los interesados en el relevo presidencial decidieron conformar el denominado Frente Patriótico, integrado por el PLRA [liberalismo] y el ovidismo, (...) decididos a seguir aunando esfuerzos para el cambio de la titularidad del Ejecutivo” (SOTO, 2001, p.14).

opinião dos atores organizados deveria ser levada em conta nas decisões políticas e que, *malgré tout*, foi decisiva. Infelizmente aquela pacificação entre atores políticos não se estendeu ao uso da força estatal nas dinâmicas contenciosas entre o Estado e atores sociais, mais especificamente, populares paraguaios. Ao mesmo tempo em que resultou em um 'vitória histórica' do movimento campesino contra a privatização, o ciclo de protesto de meados de 2002 implicou em um resultado fatal para esses atores. Contudo, o uso desproporcional da violência estatal relativamente ao protesto dos campesinos não ficou sem a devida e correspondente crítica civil: "a força pública segue cometendo excessos e faz pouco caso das normas nacionais e internacionais que regem o comportamento dos agentes encarregados de fazer cumprir a lei (...). A polícia cometeu excessos contra manifestantes sem qualquer necessidade disso, como no caso de Calixto Cabral" (RIQUELME, 2002, p.220). Para além desse caso, vários outros desmandos estatais foram acompanhados, tornados públicos e denunciadas pelo Informe Anual de Direitos Humanos (CODEHUPY, 2002) e por outras articuladoras como a *Plenaria Popular contra el Terrorismo de Estado*³³². Tais denúncias se concentram no emprego ilegítimo da violência como, por exemplo, detenções ilegais e perseguição notadamente contra campesinos, e incluem 'Estados de exceção' decretados por G. Macchi, devido a seus receios com o avanço do então partidizado oviedismo.

É nesse tipo de postura que vive a terceira e, a meu ver, uma das mais importantes heranças do *Marzo* de 1999: desde o fim desse ciclo de protestos, a disposição para controlar de modo articulado e contínuo os atores estatais atravessou a sociedade civil paraguaia como um todo. Neste sentido, o Fórum do movimento amplo de mulheres, o texto de Q. Riquelme sobre o direito à associação, reunião e participação de atores rurais, e a 'Plenária Popular' evidenciam uma tendência que passou a operar nos atores e atrizes civis cada vez mais dedicados a posições de publicização do Estado paraguaio. "[Las] iniciativas ciudadanas de control ciudadano", por exemplo, "*hacen seguimiento del uso de los bienes públicos, hacen propuestas de reforma y promueven la rendición de cuentas por parte del Estado. (...) [S]in duda alguna, estas iniciativas buscan que el Estado mejore su funcionamiento y sus acciones apuntan a ello*" (BAREIRO, 2002, p.24)³³³.

³³² Cf. "[E]l caso del secuestro, tortura, y posterior asesinato de dos militantes de la organización de izquierda Patria Libre fue interpretado como una profunda incapacidad del gobierno colorado de resolver ciertos problemas por la vía institucional (...). Para repudiar el hecho se constituía la Plenaria Popular contra el Terrorismo de Estado (donde participaban el MCNOC, ONGs, sectores estudiantiles y gremiales). Desde allí se dará comienzo a una serie de protestas y presentaciones judiciales ante organismos nacionales e internacionales denunciando las violaciones a los derechos humanos" (WINER, 2008, p.71).

³³³ As chamadas 'controladorias cidadãs', não por acaso, surgiram em 1999 e, mais recentemente, bem ao modo daquela utopia do Fórum, a "*Red de Contralorías Ciudadanas del Paraguay está preparando y socializando un Proyecto de Ley de Participación Ciudadana. Si bien existe todavía alguna resistencia a su estudio y aprobación, un*

Poderíamos multiplicar o número de casos dessas posições de publicidade que pretendem racionalizar o poder estatal e que não ficaram restritas à questão do uso da violência, à administração da coisa pública ou, para dar outro exemplo liderado por organizações de mulheres, à luta pela transparência no financiamento político³³⁴. Do ponto de vista empírico, porém, seria necessária uma outra tese e, nela, um anexo enciclopédico para dar conta das plataformas e canais que, desde então, proliferaram com vistas a seguir de perto a máquina estatal paraguaia. Utilizando-me da postura autoproposta e empreendida pelas mulheres do Fórum Permanente, e estendendo-a para um conjunto mais amplo de articulações, diria que as vozes civis paraguaias, ligadas a um sem-fim de domínios e objetos de tematização, se convenceram, depois dos conflitos do *Marzo* do seu ‘papel controlador’ e de que, como tal, elas deveriam “[permanecer] muito atentas às decisões e às aplicações dos três poderes de Estado que estão comprometidos com a sociedade paraguaia” (FORO, 1999a, p.163).

Não resta dúvida que organizações dedicadas ao controle do Estado mesmo antes de 1999 já existiam no país. Exemplo desse tipo de organização é *Transparencia Internacional* que, embora atuasse no Paraguai desde 1997, foi “fator decisivo para a aprovação da nova lei de contratações públicas [em 2003]” (NICKSON, 2005, p.172). A posição quase intermédia ocupada pelo ano de 1999 nessa citação, ou seja, o fato de que *Transparencia* passa a atuar de modo protagônico no pós-Marzo não é coincidência, e o próprio A. Nickson situa esta ONG dentro uma ‘mobilização crescente da sociedade civil contra a corrupção’³³⁵. Essa ‘crescente mobilização’ é um belo sintoma do *Marzo*, quer dizer, ela é a tradução prática da devida e complexa compreensão mostrada pelas lideranças e redes civis do país em relação àquele ciclo. No bojo dessa tendência de ‘crescente mobilização’, assim como as mulheres do Fórum Permanente configuraram uma plataforma em meio a outras que também passaram a ter como

buen porcentaje de parlamentarios ya están concientes de la necesidad de modernizarse en la democracia”, diz o principal líder dessa iniciativa, Carlos BAREIRO (2005, p.2).

³³⁴ Cf. “Integramos el Grupo Impulsor para la Regulación del Financiamiento Político: Mujeres Políticas en Red, Parlamento Mujer, Red de Mujeres Políticas, Coordinadora Interpartidaria de Mujeres del Paraguay (CIMPAR), Red de Contralorías Ciudadanas del Paraguay (RCCP), Contraloría Ciudadana de Ypané, Centro Interdisciplinario de Derecho Social y Economía Política (CIDSEP), [entre vários outros]” acesso a www.financiamientopolitico.org.py/V2/el-grupo.

³³⁵ Cf. “Aunque todas las políticas de reforma [anticorrupção] (...) han recibido un fuerte apoyo de la IFIS, también han sido el resultado de una creciente movilización de la sociedad civil en contra la corrupción estatal. Por ejemplo, la presión ejercida por el capítulo local de Transparencia Internacional, fundado en 1997, fue un factor decisivo para la aprobación de la nueva ley de contrataciones públicas. En el 2003 una campaña concertada con los medios de comunicación obligó al gobierno a revisar los contratos de compra, transporte fluvial y seguro de petróleo crudo de Argentina, operaciones que hasta entonces se constituían en una gran fuente de corrupción dentro de PETROPAR (...). En julio del 2004, diecinueve organizaciones de la sociedad civil crearon una asociación para presionar por la aprobación de una ley (...) destinada a poner la normalmente secreta administración pública paraguaya bajo el escrutinio ciudadano. En el mismo mes, *Pojoajú*, una alianza de ONGs rurales y ambientales, firmó un acuerdo (...) para un ‘monitoreo social’” (NICKSON, 2005, p.172)

objetivo precípua o seguimento dos mandos e desmandos político-estatais, a corrupção foi um objeto dentre inúmeros outros que passaram a ser monitorados a partir daquelas plataformas de crítica e publicização.

Para evitar mal entendidos, cumpre notar que não se trata de dar ao ciclo um papel de *Deus ex machina* do qual teriam brotado plataformas de monitoração, como se dele tivesse nascido uma virtuosa esfera pública paraguaia. Do ponto de vista explicativo, outras investigações dedicadas à democratização de políticas no Paraguai (e também à democracia no subcontinente³³⁶) corroboram a ideia de uma inflexão publicizante significada pelo *Marzo*. “Desde 1999”, nos diz Albuquerque, “a [Coordenadoria pelos Direitos da Infância e Adolescência] CDIA vem elaborando os Informes Alternativos sobre o cumprimento da Convenção Internacional [da infância]” (2008, p.135). Esse e os demais exemplos mostram que a retomada da normalidade institucional, ao contrário então do que imagina S. Tarrow, não carcomeu a energia da vitoriosa ponte de resistência-estabilização de 1999, que deixou como herança uma infraestrutura crescentemente articulada de vozes e redes civis dispostas a ‘*asumir un rol controlador*’ do Estado paraguaio.

Mas essa é somente uma das faces da questão, pois o fim do *Marzo* não significou apenas uma mudança na postura dos personagens civis, significou também uma reorganização no padrão de interação autoridades-atores em vários domínios. Na temática da infância, por exemplo, “[em] 2000, numerosas organizações da sociedade civil articuladas na CDIA, em conjunto com parlamentares, conseguiram a aprovação do *Código de la Niñez y Adolescencia*” (ALBUQUERQUE, 2008, p.45) (Grifo meu); e, em outro domínio temático, “[a] questão ambiental como assunto político e institucional sofreu uma conformação particular no ano de 2000, quando é criado o Sistema Nacional Ambiental (...). Tal Sistema formou-se com o fim de integrar todos os setores sociais relacionados à temática ambiental (estatais e não-estatais)” (CHAVEZ, 2004, p.52).

Um ‘sistema com o fim de integrar setores estatais e não-estatais’ é uma novidade nada desprezível em uma frágil institucionalidade que vinha tropicando desde meados de 1996. No raciocínio dessa pesquisadora, essa novidade é descolada do seu contexto, como se ela pudesse ser compreendida fora da reestruturação que o *Marzo* de 1999 significou para a renovação do contrato sócio-estatal, por assim dizer, no país. Nada, no entanto, deve nos fazer crer que os efeitos do *Marzo* recaíram apenas sobre os atores civis, pois a reorganização da dinâmica entre autoridades e atores sociais teve efeitos também *del otro lado de la vereda*.

³³⁶ A partir de pressupostos distintos dos nossos e com alcance sub-continental, ‘La Democracia en América Latina’ situa o Paraguai dentre os países nos quais os ‘controles dos poderes’ têm aumentado (PNUD, 2004, p. 152-ss).

Para além dos casos da infância e da questão ambiental, o contexto pós-Marzo foi um período marcado pela porosidade, inovação e renovação institucionais no país. Exemplo disso está na criação, em julho de 2000³³⁷, da *Comisión de Equidad, Género y Desarrollo Social de la Honorable Cámara de Senadores*, que abriu espaço para a influência de vozes e temas advindos das organizações de mulheres e feministas, cuja interlocução, como vimos, estava notadamente concentrada no Executivo. Essa novidade no tecido institucional encarna de modo bastante adequado as tendências herdadas do ciclo de 1999 e, se observada ao lado de outras antecelas temáticas paralela e posteriormente abertas nas duas Casas parlamentares, pode ser configurada dentro de uma inédita esfera pública *estatal* do país³³⁸. Para o que nos interessa mais diretamente, os contatos e encaixes da *Comisión de Equidad* com as organizações feministas serão abordados no próximo e último capítulo e devem ser entendidos no bojo das mudanças que marcaram o feminismo paraguaio, sobretudo, após a eleição presidencial de Nicanor Duarte Frutos.

De modo mui interessante, uma conquista feminista encarna as faces desse processo que não traz apenas fatores de ordem conjuntural, mas também contém dinâmicas anteriores ao ciclo de 1999. Alvo de tematização de longa data, a ‘violência doméstica’ foi objeto de juridificação, não por acaso, em outubro de 2000. Um primeiro fator na base dessa conquista legislativa é a afinidade entre o ‘Programa de Governo’ e o remendo a ele feito pelas mulheres do Fórum Permanente, pois ambos apontavam para a “aprobación de la Ley contra la Violencia hacia la Mujer” (FORO, 1999b, p.185) (Grifo reinterpreta PARAGUAY [1999]³³⁹). Como se vê, os técnicos da Secretaria Técnica de Planificação, afinal, os responsáveis pela redação da primeira versão do ‘Programa de Governo’, já estavam atentos para essa demanda. As raízes dessa afinidade podem estar nas interações mantidas pela Secretaria Técnica de Planificação

³³⁷ Cf. “Resolución N. 586 del 4 de julio de 2000, que crea Comisión Asesora Permanente de Equidad, Género y Desarrollo Social, destinada a emitir dictámenes sobre proyectos de Ley, resolución y declaración, vinculados al estudio o inclusión de criterios de equidad e igualdad de oportunidades, referidos a la deuda social, la discriminación y la segregación; especialmente, relacionadas con mujeres, minorías y grupos vulnerables”.

³³⁸ Esfera pública estatal de influência, mas também de controle, é preciso dizer, da qual bom exemplo é a ‘Defesa do Povo’. Embora estivesse prevista constitucionalmente desde 1992, a ‘Defensoria’ teve seu primeiro e efetivo impulso rumo à institucionalização, não por acaso, em 2001: “[la] designación del Defensor del Pueblo (...) pudo hacerse efectiva en octubre del año 2001 (...). La Defensoría (...) comienza sus primeros pasos en momentos en que el país atraviesa por una grave situación en los campos, económico y social. En este contexto de demandas sociales y ciudadanas insatisfechas, la Defensoría del Pueblo inicia sus trabajos actuando como puente de comunicación entre la sociedad y el Estado” (www.defensoriadelpueblo.gov.py - acessado em 10 de maio de 2011). Repetidas vezes, o órgão aparece nos informes da CODEHUPY para ser relembrado de sua função político-pública, qual seja, a ‘magistratura moral’ (isto é, sem função judicial ou executiva) ‘para os casos de violação de direitos humanos’; para tal, “[la] Defensoría del Pueblo cuenta con delegaciones para recepcionar quejas, reclamos y pedidos, atendidas por los delegados y las delegadas del defensor del Pueblo. [Además] (...) ha establecido departamentos especializados para la atención de casos que afecten a derechos específicos” (BAREIRO & PARINI, 2008, p.718; 720-721). Para uma crítica do órgão, ver VALIENTE (2004).

³³⁹ Em sua ‘área estratégica’ ‘mulher’, o Programa do governo de coalizão diz apenas e literalmente: “Metas. a) ley sobre erradicación de la violencia contra la mujer”(PARAGUAY, 1999, p.211).

com organizações feministas no pós-Beijing. A inclusão de tal 'meta' no 'Programa' pode ser entendida também se nos lembrarmos do processo participativo liderado pela CMP em fins de 1998 ao redor da elaboração de uma lei dedicada a este mesmo tema. Pode ainda ser compreendida, mesmo se de modo oblíquo, em função das arenas nas quais as organizações feministas vinham, desde fins dos anos 1980, interpelando a opinião pública e, mais recentemente, treinando partes do quadro estatal paraguaio. Esses fatores processuais não são, porém, suficientes para concretizar as demandas feministas, e, para retomar uma expressão nossa, eles encontraram no contexto de dilatação e renovação institucionais do pós-*Marzo* uma 'oportunidade oportuna'. Quer dizer, a lei contra a violência doméstica significa um encaixe forjado e aberto especificamente pela luta das organizações feministas cujo sucesso deve ser entendido no bojo dos rumos mais amplos que então transformavam a institucionalidade paraguaia e, mais propriamente, o padrão de interação entre autoridades e personagens civis.

Seja como for, o certo é que toda essa inovação institucional e a reorganização no padrão das interações sócio-estatais à base dela atingiram os atores organizados de forma muito desigual. Exemplo disso está nas respostas estatais dadas aos atores rurais, que, ao mesmo tempo em que continuaram sofrendo com o emprego ilegal e ilegítimo da violência, conquistaram um Estatuto Agrário promulgado em 2002³⁴⁰. E este novíssimo estatuto encarnou ao máximo as contradições que estruturam a vida sócio-política paraguaia, tendo avançado em relação ao reconhecimento da propriedade rural associativa proibida em outras legislações específicas, e tendo retrocedido com a extinção virtual da figura da expropriação (RIQUELME, 2002). Além disso, no que tange também a luta campesina, a onda de inovação institucional pós-*Marzo* desembocou, no ano de 2004³⁴¹, na criação do 'Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra'. O INDERT, como é conhecido por sua sigla, substituiu um órgão governamental herdado do stronismo, o chamado Instituto do Bem-Estar Rural, cujos desenvolvimento e alcance institucionais pós-transição parecem ter sido bastante precários³⁴².

Ainda que as mudanças institucionais não tenham sido aqui abordadas de modo exaustivo, é possível notar que o período pós-1999 foi marcado por conquistas e inovações institucionais que atravessam domínios de tematização muito distintos, dentre eles a infância, a questão ambiental, a luta campesina e a luta feminista. Essas e outras prováveis inovações

³⁴⁰ Cf. "Ley n.1863 de 2002, que establece el Estatuto Agrario".

³⁴¹ Cf. "Ley n. 2419 de 2004, que crea el Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra".

³⁴² "El IBR no dispone de los suficientes recursos económicos, ni cuenta con el poder político para responder a las demandas campesinas como el acceso al tierra, crédito, asistencia técnica, etc. Además de la limitación económica y política, no existe una coordinación adecuada con otras instituciones encargadas del problema agrario"(GARCÍA, BAREIRO, PALAU, 1997, p.307).

são, a meu ver, produto do duplo impulso de reorganização do laço Estado-sociedade legado pelo *Marzo*: paralelamente ao estabelecimento de plataformas civis de controle, foram forjadas várias instâncias de debate, influência e controle dentro do tecido institucional paraguaio. Se tomadas isoladamente, a criação de cada uma dessas instâncias oficiais pode eventualmente, e muito provavelmente, se dever à lógica dos interesses político-partidários e/ou a estágios próprios dos respectivos campos de luta e reivindicação. Isso, contudo, em nada contradiz a força motriz dessas inovações e tampouco o sentido publicizante que elas carregam em comum. Seja em substituição a uma velha agência estatal, como no caso do INDERT, seja como instâncias de fôlego de fato inovador, como nos casos do sistema ambiental e da *Comisión de Equidad* do Senado, o que permanece comum a essas instâncias é a função de operar como espaços por meio dos quais a sociedade paraguaia pode interpelar efetiva ou virtualmente o Estado. Como se nota, tal como os atores civis, a sociedade política paraguaia soube igualmente interpretar e incorporar as lições da convulsão coletiva experimentada na alvorada do século XX. Desde então, os atores políticos não apenas passaram a aceitar o regime democrático como *'the only game in town'*, como também ampliaram e renovaram as bases institucionais para estabelecer um relacionamento não-eleitoral e público com os atores organizados e suas demandas. Desse ponto de vista, por ter reorganizado *de los dos lados de la vereda* o padrão de interação autoridades-atores, o *Marzo* de 1999 desempenhou um inegável papel catalisador na conformação da esfera pública paraguaia contemporânea.

Vimos que todo esse processo atingiu os grupos mobilizados de maneira desigual e, quanto ao campesinato, contraditória. Em meio a conquistas, avanços e retrocessos, aquele Estatuto Agrário trouxe uma novidade: o reconhecimento da mulher como sujeito da reforma agrária. Para finalizar, vamos observar quem foram *'las sujetas'* dessa conquista e como, em pouco tempo, elas conquistaram o apoio e respeito de partes significativas da sociedade civil paraguaia.

10.3. Campesinas feministas socialistas: projeto, vínculos e interações sócio-estatais da 'Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas'

“A emergência de uma Coordenadoria de Mulheres Rurais (...) foi outro fato significativo por suas implicações”, dizem M. Yore e M. Palau, ao tratar das mudanças positivas pós-Marzo; e seguem aquelas autoras, “[esse] é o primeiro movimento popular de mulheres que vinculado à

problemática ‘de classe’ incorpora o tema de gênero” (YORE & PALAU, 2000, p.41). Para fechar este capítulo vamos tratar dessa coordenadoria cuja sigla é CONAMURI.

A *Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas* foi concebida em outubro de 1999 e, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, sua gênese não está ligada aos eventos e tampouco aos efeitos do ciclo de protestos daquele ano. Em nenhuma das fontes utilizadas e sequer das entrevistas com militantes da organização o *Marzo* foi citado como importante na formação de CONAMURI. Sua emergência aparece mais ligada a um esforço conjuntural desenrolado a partir de uma sorte de oportunidade internacional: “[en] 15 de octubre de 1999, en el Día Mundial de la Mujer Rural, nos reunimos en Asunción más de 300 mujeres trabajadoras rurales e indígenas, de aproximadamente 100 comités de mujeres de diversas organizaciones y comunidades de casi todos los departamentos del país” (CONAMURI, 2009, p.5)³⁴³.

O encontro de 1999 foi a semente plantada e nutrida ao longo de todo o ano seguinte, quando “*en octubre (...) realizamos nuestro congreso fundacional*” (idem, p.8). Apesar de não contar com dados específicos para tratar deste intervalo que marca a fundação da organização, outros documentos permitem notar que a gênese de CONAMURI está marcada pela trajetória prévia de suas militantes. A maior parte delas já vinha atuando em organizações mistas do movimento campestre paraguaio. Em entrevista, uma queixa comum perpassou o depoimento dessas militantes e era diretamente relacionada à qualidade da participação em organizações mistas: ‘cansei de só ficar cozinhando, eu queria participar’, essa é apenas uma versão da mesma demanda de várias mulheres por protagonismo – “*en medio de muchas contradicciones internas de procesos anteriores, en los cuáles el rol de las mujeres era invisible, no era reconocida ni valorada, y sólo participaban en las organizaciones como cocineras*” (CONAMURI, 2009, p. 12). A posição ocupada por essa queixa não pode e não deve ser minimizada no núcleo do projeto político da Coordenadoria, pois ‘contradições internas’ nessa citação significa o conflito deflagrado entre elas e seus companheiros de militância, não raro, seus maridos, irmãos e filhos que, no dizer de uma aliada urbana, viam nelas o papel de ‘alegrar os encontros

343 Os dados empíricos citados neste tópico advêm especialmente do documento ‘Mujeres en rebeldía y resistencia. *Ñande Rape*. Nuestro camino. *Ñane Ñe’e*. Sistematización de nuestros relatos’ (CONAMURI, 2009). Por meio deste documento, as integrantes da organização tiveram como objetivo “recuperar el valor de nuestra organización y de nuestra experiencia como mujeres, poniendo em común nuestras memorias y vivencias” (idem, p.5). Publicado em 2009, a elaboração dessa memória organizacional ocorreu mais ou menos à mesma época do meu trabalho de campo, e para as atrizes campestinas marcou quase uma década de lutas e, simultaneamente, “un momento muy especial del país (...) con la ruptura de 61 años de hegemonía del Partido Colorado en el gobierno” (idem, p.6). Em minha pesquisa de campo, além de entrevistar duas pesquisadoras de ONGs de Assunção que trabalham com desenvolvimento e associativismo rurais, realizei entrevista com sete integrantes de CONAMURI. Outra fonte alternativa foi o texto ‘Pertinencia de las organizaciones autónomas de mujeres campesinas e indígenas, en el Paraguay de hoy’ (FLEYTAS, 2007), de autoria de Magdalena Fleytas, integrante da organização por mim também entrevistada.

e reuniões'. Outras sentenças das próprias entrevistadas de CONAMURI ilustram a resistência sexista dos companheiros de luta e de vida: 'eles se opuseram, diziam que não iam deixar'; 'eles dizem que iríamos fragilizar o movimento'; 'diziam que estávamos inventando coisas'; 'nos chamavam de sem-marido'³⁴⁴. Contra este pano de fundo, a formação de CONAMURI implica

"el reconocimiento de las diferencias de poder entre las mujeres y los hombres, así como las diferencias de participación y protagonismo. Y en este sentido trajo aparejado contradicciones y cierta desconfianza hacia la emergencia de un espacio propio de las mujeres que además de las reivindicaciones de clase, incorporaban como nuevos elementos el género y la etnia. Surge igualmente como una respuesta a la necesidad de participación de las mujeres campesinas e indígenas para la defensa de sus derechos y lucha por sus reivindicaciones con una voz y protagonismo propios" (CONAMURI, 2009, p.18).

A consciência das 'diferenças de poder entre mulheres e homens' está enraizada nas interações que parte dessas mulheres manteve, desde fins do regime stonista, com personagens e organizações feministas. Fosse ao redor da questão do sobrenome, de frente para a Conferência de Beijing ou, mais ao final da década de 1990, ao redor do desenho da lei de combate à violência doméstica, a incorporação ativa da voz das campesinas foi tom permanente na disposição das feministas urbanas. No entanto, ainda que característica importante dessa interação tenha sido a inclusão das vozes campesinas nos processos de formação de opinião, sobretudo, lideradas pelas feministas da CMP, tal interação não esteve livre de tensões. Exemplo da tensão que, por algum tempo, permeou o laço feministas urbanas-campesinas organizadas já foi visto em uma daquelas grandes reuniões de 1987, na qual as participantes campesinas insistiam que o 'feminismo' dividia as forças de luta. De modo interessante, CONAMURI traz um discurso radicalmente distinto daquele e radicalmente feminista: "[la] *dictadura patriarcal se sustenta en la subordinación de las mujeres, la división sexual del trabajo, la discriminación social y cultural basada en el sexo como base para la imposición y continuidad de este modelo con la generación de enormes brechas de desigualdad*" (CONAMURI, 2009, p.8).

Essa é uma mudança bastante significativa. É certo que o movimento campesino paraguaio contava, antes da formação de CONAMURI, com organizações de mulheres e inclusive parte dessas organizações estava articulada, à metade da década de 1980, em torno da chamada Coordinación de Mujeres Campesinas. No entanto, dado aquele contexto de repressão e de distensão e cansaço do regime stonista, esta rede e outras organizações de

344 Falas como estas se refletem no documento de memória organizacional – "Nos preocupaba que nuestros reclamos y reivindicaciones no fueran tenidos en cuenta suficientemente en las organizaciones mixtas. Hasta ese momento se habían constituido Secretarías de la Mujer em organizaciones campesinas, pero las mujeres no teníamos una voz propia y en ocasiones éramos acalladas (...) Algunos criticaban a la CONAMURI señalando que 'no iba contra el sistema y no chocaba con el enemigo', y que las mujeres no son capaces de dirigir una organización. Las resistencias por nuestro proceso organizativo tuvieron varias manifestaciones, como por ejemplo denominarla con sobrenombres de intención burlona como KUÑAMURI o CONAMURO" (CONAMURI, 2009, p.17; 19).

atrizes rurais não se identificavam com o feminismo e sequer problematizavam o ‘tema da mulher’ àquela época. Neste sentido, o seguinte documento, no qual as históricas Esther Prieto e Olga Caballero resumem as atividades desenvolvidas entre 1991 e 1993 com camponesas, traz evidências de quão difíceis foram as primeiras interlocuções:

“En aquel entonces, conocimos a Maguiorina Balbuena, mujer dirigente del Movimiento Campesino Paraguayo, quien venía, fundamentalmente, en busca del material sobre derechos humanos, para la información y la capacitación de sus compañeros y compañeras. En una de esas visitas, conversamos con ella sobre la cuestión de género. Ella nos miró, dubitativamente, indicando que el tema no le era indiferente, pero tampoco muy familiar.

(...)

Sin embargo, fue sólo después del golpe militar y la caída de Stroessner que logramos relacionarnos más sistemáticamente, con la Coordinación de Mujeres Campesinas, brazo femenino del Movimiento Campesino Paraguayo. ‘Ahora que dictador cayó –nos dijo Magui–podemos ocuparnos con más tranquilidad, del tema de la mujer’” (CABALLERO & PRIETO, 1996, p.7-8) (Grifo meu).

O nome de Maguiorina Balbuena é central no histórico da luta camponesa paraguaia. Reconhecida por seu histórico de militância, que data de antes do fim do stronismo, Magui, como é conhecida, teve uma biografia dedicada à sua história de vida, foi indicada para o prêmio internacional ‘Mil mujeres por la paz’ e é possível observar sua presença nos anexos daquele primeiro *Encuentro por Nuestra Igualdad ante la Ley*, em 1987. Embora a série de interações travadas ao longo da década de 1990 entre feministas e camponesas não esteja no escopo de nosso domínio empírico, é certo que a relação entre ambas as partes não esteve restrita às lideranças históricas da Coordenação de Mulheres do Paraguai e tampouco à Magui Balbuena. Duas feministas ‘companheiras’ de Assunção, Moli Molinas e Elba Nuñez, foram repetidas vezes citadas em entrevista e aparecem na memória da organização, pois elas “*han acompañado [a la organización] en varios momentos de nuestro caminar*” (CONAMURI, 2009, p.6). Seja como for, o fato é que se olharmos para as reivindicações do camponato mobilizado em meados da metade da década de 1990, veremos que o ‘tema da mulher’, quando ganhava vez na agenda camponesa, vinha determinado por um viés no qual as mulheres eram reduzidas a papéis tradicionais e reprodutivos: no ‘Petitório de 21 pontos apresentados pela Mesa Coordenadora Nacional de Organizações Camponesas ao governo paraguaio’³⁴⁵, a ‘atenção a grávidas e crianças’ aparecia em décima oitava posição.

O projeto político característico da gênese de CONAMURI está enraizado nas experiências vividas neste campo de mobilização que tendia a invisibilizar a existência e a importância das questões de gênero. “*Antes de 1999, en el sector rural e indígena existían*

³⁴⁵ Cf. PALAU (1996).

escasas organizaciones de mujeres autónomas, aunque era común la formación de comités de mujeres o 'comisiones de damas', generalmente vinculadas a organizaciones no gubernamentales, la Pastoral Social, de la Mujer o del Niño, y a las municipalidades" (idem, p.11). A despeito do tempo que separa este documento daqueles encontros de 1987, é impressionante a ponte terminológica que aproxima esses dois momentos: não somos meras 'damas' nem 'mulheres-amostra', dizia o argumento que marcou a gênese do feminismo paraguaio contemporâneo; as campesinas reunidas na Coordenadoria parecem dizer algo bem parecido com isso: somos mais que 'comissões de damas'. Nestes termos, "[n]uestra organización nace ante a necesidad que teníamos como mujeres campesinas e indígenas de construir un espacio propio" (CONAMURI, 2009, p.15)

É na construção desse 'espaço próprio', portanto, que está a novidade de CONAMURI. Como a literatura feminista tem largamente debatido, a formação de 'contrapúblicos' específicos é fundamental para o fortalecimento da autoestima, bem como para a elaboração ativa daquilo que elas, *qua* sujeitos da organização, consideram suas necessidades e estratégias (FRASER, 1997). Nestes termos, sua crítica às organizações assim chamadas 'mistas' do campesinato é feita em defesa da participação ativa delas. A defesa de espaços específicos não significa, porém, manter-se isolado, pois as trajetórias de algumas das principais lideranças de CONAMURI foram marcadas por vínculos com figuras e ONGs que compõem, ou compunham, a Coordenação de Mulheres do Paraguai. Mais que isso: tal como boa parte das organizações campesinas no Paraguai, as atrizes do interior também mantêm, ou mantiveram, laços com organizações como o *Centro de Educación, Capacitación y Tecnología Campesina* (CECTEC), o *Centro de Capacitación de Desarrollo* (CCDA), *Base - Investigaciones Sociales* (BASE-IS), dentre outras (FLEYTAS, 2007). E, em âmbito subcontinental, outras transformações, redes e experiências como, por exemplo, a Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas (ANAMURI) do Chile e o *Movimiento de Mujeres Campesinas* (MMC) do Brasil³⁴⁶, também inspiraram fortemente a organização paraguaia.

A partir de seu próprio espaço de atuação, o projeto político forjado por CONAMURI é feminista e, enquanto tal, não aceita o acervo ideológico legado e consagrado pelo autoritarismo stronista – “[c]on la idea de que la Guerra de la Triple Alianza había provocado un desbalance poblacional se sostenían prácticas de sobrevaloración del varón, aunque la famosa frase de que había 7 mujeres para cada hombre era falsa”, elas dizem e seguem, “[e]

³⁴⁶ Cf. “La participación de un grupo de mujeres campesinas paraguayas en el 1er. Encuentro Latinoamericano Rural realizado en Fortaleza (...) fue una oportunidad de intercambiar experiencias con los movimientos campesinos de otros países, entre ellas la Articulación Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales de Brasil organizadas sobre la base de dos ejes: género y clase (...) esa fue una posición muy importante como antecedente de la CONAMURI” (CONAMURI, 2009, p.15).

patriarcado es una ideología que impregnó las bases de la sociedad y ubicó a las mujeres en un lugar donde no pueden ejercer sus derechos, no puede desarrollar sus capacidades ni adquirir conocimiento, quitándole oportunidades de desarrollo” (CONAMURI, 2009, p.12). Contudo, à diferença das organizações feministas de perfil urbano, o projeto feminista de CONAMURI incorpora uma forte dimensão de classe: *“Nos definimos también como una organización de mujeres del sector popular (...) y como una herramienta de lucha de la clase trabajadora y de las mujeres, que busca la construcción de una nueva sociedad basada en los principios y valores del socialismo: justicia social, democracia real, igualdad, cooperación y solidaridad”* (idem, p.52). Para que não restem dúvidas, é importante dizer que parte das feministas urbanas se identifica com ideologias de esquerda, com algumas de suas nuances, sem, contudo, fazer alusão a ‘classes’ ou à ‘luta de classes’. Isso ocorre assim, não tanto porque as militantes urbanas não deem crédito a noções como essas, mas antes porque boa parte de seus âmbitos de atuação (como os direitos sexuais e reprodutivos, por exemplo) atravessa as diferentes frações de classe, ainda que desigualmente.

Dois momentos nos quais CONAMURI interagiu com o Estado paraguaio ilustram adequadamente o peso da interseção classe/gênero nas ações da organização. O primeiro deles foi a *‘Marcha por la Dignidad, por Pan, Justicia e Igualdad’*, na qual participaram mais de 1.500 camponesas das diversas associações locais e regionais ligadas a CONAMURI. Em novembro de 2001, elas marcharam cerca de 50 quilômetros de Caacupé, cidade do interior tão religiosa como politicamente mobilizada, até a capital do país. Antes de passar aos objetivos e efeitos dessa marcha, vale a pena mencionar que o uso dessa tática de protesto foi pedagógico e controverso. Pedagógico porque o desenho prático desse protesto rearranjava a tradicional lógica dos papéis de gênero das camponesas em marcha e de seus companheiros. Na ‘circular nº2’ daquele ano lê-se: *“1.(...) traer datos sobre cantidad de mujeres que participarán de la marcha por cada organización; (...) 5. solicitar apoyo a nuestra organización, para que los compañeros apoyen durante los 3 días en la parte de cocina, seguridad, etc”* (CONAMURI, 2001). Por outro lado, a marcha foi fonte de tensão, pois determinadas ONGs próximas a CONAMURI se opuseram ao emprego dessa forma de protesto. Em resposta a isso e em defesa de sua ‘autonomia’, elas simplesmente disseram: ‘não são vocês que vão andar, somos nós’ – tal como afirmou uma entrevistada. Como é de se esperar, essa controvérsia não aparece na memória organizacional, que aponta para o saldo positivo de ‘reconhecimento’ das atrizes rurais como ‘verdadeiras atrizes políticas’ e não como ‘beneficiárias’ de outras ONGs (CONAMURI, 2009, p.20).

Os objetivos da *Marcha por la Dignidad* eram vários: “*sensibilizar a la ciudadanía sobre la situación de pobreza y las condiciones inhumanas de vida; denunciar el abandono por parte del gobierno del sector campesino e indígena y en particular de las mujeres, niñas y niños; exigir el cumplimiento del acuerdo firmado entre representantes del gobierno y la CONAMURI para la implementación de proyectos productivos*” (idem, p.24). Como se pode notar, na raiz dessas demandas está aquele projeto a um só tempo de classe e de gênero, com remissão à dimensão étnico-indígena. Deixando-se de lado o provável impacto sobre a opinião pública paraguaia, a marcha teve efeitos políticos imediatos, pois o Ministério da Agricultura, com apoio executivo da Secretaria da Mulher e do PNUD, assinou o projeto ‘*Desarrollo rural integrado en zonas críticas*’. Nele estiveram implicados meio milhão de dólares para 38 arranjos produtivos ligados a associações e famílias à base da organização.

Essa conquista era o efeito esperado daquele protesto, mas ela logo se tornou um pesadelo burocrático arrastado até 2003, trazendo consigo um efeito inesperado. Na avaliação das atrizes rurais, “*la implementación de los proyectos fue muy difícil por la falta de experiencia y madurez organizativa, y porque el proyecto no contemplaba recursos para el acompañamiento de la CONAMURI a sus bases ni para las gestiones administrativas y de seguimiento*” (idem, p.26). Ao lado da ‘falta de experiência organizacional’, outro fator que fez do projeto um pesadelo foi, como disseram algumas entrevistadas, a situação de analfabetismo da maior parte das mulheres do campo. E pista dessa limitação se reflete em um ofício do órgão do Sistema das Nações Unidas aí envolvido: “[e]l PNUD ha considerado flexibilizar al máximo los aspectos relacionados a las rendiciones administrativas dando prioridad a la ejecución de los proyectos tal como se le informó a las representantes de CONAMURI. Sin embargo nuestra responsabilidad (...) hace que exijamos requerimientos mínimos que puedan ser cumplidos”. Essa dinâmica sócio-estatal desencadeada a partir da marcha das campesinas compreende algumas dimensões da ação coletiva: o conteúdo de um projeto se encarna em uma tática de protesto cujos objetivos foram alcançados, dada a imediata e positiva reação governamental. No entanto, os efeitos inesperados advindos dessa conquista pesaram notadamente sobre as campesinas, que não detinham infraestrutura organizacional nem os ‘requerimientos mínimos’ (escolares) para prestar contas dos projetos produtivos. Ao perceberem sua ‘imaturidade organizativa’, as lideranças de CONAMURI encararam pela primeira vez, e bastante cedo do ponto de vista da sua constituição, o dilema da institucionalização comum aos movimentos estruturados pela divisão/união entre bases e organização³⁴⁷.

³⁴⁷ Dilema que só seria respondido pela própria organização anos mais tarde. “Entre el 2007 y el 2009 se intensifica nuestra capacidad de desarrollar proyectos y al mismo tiempo la necesidad de una mayor formación” (CONAMURI,

Outro momento no qual CONAMURI interagiu com o Estado foi a campanha ‘*Justicia para Silvino Talavera*’ – “*Silvino falleció el 7 de enero de 2003 en el Hospital Regional de Encarnación, cuando tenía 11 años (...), por la intoxicación debida a los agrotóxicos utilizados en las fumigaciones de cultivos de soja*” (CONAMURI, 2009, p.28). Neste caso, CONAMURI apoiou o processo judicial de Petrona Villasboa, militante campesina e mãe do menino falecido³⁴⁸, contra dois agricultores vizinhos devido à utilização irresponsável e fatal de agrotóxicos em larga escala. Após a realização de seguidos protestos de rua em conjunto com associações da região de Encarnação, ao sul do país, a organização conseguiu o envolvimento do Ministério Público paraguaio, bem como avanços no processo com a exumação “*del cadáver con presencia de varias organizaciones y de la Defensoría del Pueblo, a fin de determinar porcentajes de los productos que pudieron haber causado su muerte*” (RIQUELME, 2003, p.189). Pouco mais de um ano depois daquela morte, entre março e abril de 2004, o Tribunal de Justiça de Encarnação iniciou formalmente o julgamento dos agricultores acusados. “*El juicio oral fue muy costoso, y (...) implicó movilizar a un gran número de testigos y peritos. Hubo también un sin número de presiones y amenazas hacia la familia Talavera Villasboa y los testigos*” (idem, p.31). A despeito dos assédios e das formas de intimidações e violência, que levou à morte de um irmão de Petrona Villasboa, ambos os agricultores foram considerados culpados e condenados por homicídio culposo e por produção de riscos comuns.

Para a família Talavera Villasboa e para CONAMURI, essa foi uma vitória, não apenas devido ao acolhimento positivo de sua reivindicação, mas também porque significou uma importante brecha jurídica, um ‘precedente sem comparação’ (idem, p.31). Em sentido oposto a este, no entanto, vai a argumentação feita pelo juiz do caso para justificar sua sentença: “[*en este tribunal*”, diz o juiz Skanata³⁴⁹, “*no se está juzgando sobre el uso de agroquímicos en la agricultura nacional[,] no es un juzgamiento a todos los agricultores que utilizan este sistema en sus respectivas fincas de fumigación (...) de modo que [la decisión] es para un caso concreto[,] no es para la generalidad de la agricultura, que eso que eso quede bien claro*”. Traduzindo: esta condenação, supostamente, não abre precedente para outros casos. Sejam quais forem os

2009, p.46). Várias entrevistadas enfatizaram o problema ‘del bajar y del subir’, ou seja, de ir às bases e de fortalecer a capacidade organizacional, sem colocar uma ou outra ou ambas em risco.

³⁴⁸ Não temos condições de entrar nos detalhes do episódio dessa morte, mas, com base no relato de várias fontes orais e midiáticas, dois pontos podem ser destacados: ao falarmos de fumigação (ou seja, de aplicação de remédios ou produtos químicos por via gasosa), não se está falando aqui de algo indireto ou mediado, pois o menino falecido foi de fato fumigado pela máquina de um agricultor vizinho – “[Silvino Talavera] se apuró y al regresar [a casa] se topó con una fumigadora que lo roció completamente con un combinado químico” (<http://ea.com.py/silvino-talavera-agrotoxicos-agroquimicos-soja/> - acessado em 28 de maio de 2011). O segundo ponto é que, tal como em vários outros casos conhecidos, a contaminação devido ao uso irresponsável de agrotóxicos acabou afetando quase a totalidade da família Villasboa Talavera.

³⁴⁹ <http://www.cde.org.py/ww2/documentacion/myg/comunicados/2004/CONAMURI13042004.pdf> - acessado em 28 de maio de 2011.

meandros da vida jurisprudencial paraguaia (que, ao contrário do que diz esse juiz, acumula decisões e interpretações), o importante é que tanto o discurso jurídico quanto a batalha empreendida por CONAMURI, por razões distintas, giram ao redor do modelo de produção agrícola hegemônico no Paraguai. (Daí, então, a necessidade daquele juiz de ‘deixar bem claro’ que sua decisão dizia respeito somente àquele ‘caso concreto’ e não ao modelo de produção na base desse caso). Tal como a marcha de 2001, esta forma de interação sócio-estatal *via* poder judiciário também teve efeitos pedagógicos para as camponesas mobilizadas, pois “[a] *partir de la judicialización del caso Silvino la CONAMURI ha criticado con argumentos fuertes al modelo agroexportador [que] (...) desertifica, crea dependencia económica, peligra la soberanía alimentaria, contamina masivamente agua, tierra, aire, alimentos, enferma y mata*” (CONAMURI, 2009, p.32) (Grifo meu).

Porém, toda essa batalha não parou aí. Entre 2004 e 2006, em meio a recursos, apelações, suspensões e a contínuas formas de intimidação e assédio contra a família demandante, o processo judicial chegou ao ponto de ser quase extinto. Em reação a isso, CONAMURI conseguiu estabelecer inúmeras articulações nacionais, ganhou atenção e apoio em nível regional e internacional³⁵⁰, afirmando-se como uma voz politicamente ativa nas redes do associativismo paraguaio, para muito além do movimento camponês:

“[la] defensa presentó apelación ante la Corte Suprema de Justicia, aún con falta de argumentos, buscando a toda costa la extinción del caso (...). Fue un momento crucial para CONAMURI como organización y para su red de aliados nacionales e internacionales. Hubo manifestaciones simultáneas en distintos países, misiones de la CLOC y LA VIA CAMPESINA, de la Coordinadora de Derechos Humanos del Paraguay (CODEHUPY) y el Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales y Sociales (INECIP), entre muchas otras organizaciones e individualidades. Y fue este conjunto de esfuerzos que logramos estimular y articular los que evitaron la impunidad para el homicidio de Silvino, aunque la justicia fue débil y no ha sido ni pronta ni barata (...).

Ao final de 2006, a Suprema Corte do país recusou apelação da defesa e confirmou o veredito dado em instâncias prévias. Em seu todo, o caso ‘*Justicia a Silvino Talavera*’ ultrapassa em muito esse desfecho positivo. Ele significou um valioso aprendizado para as integrantes de CONAMURI. “*Como organización*”, elas dizem, “*aprendimos mucho sobre los agrotóxicos, y enmarcamos la lucha por la justicia para Silvino como un trabajo de defensa de la vida y de la soberanía*” (idem, p.33). Além disso, significou a entrada da questão da ‘soberania alimentar’ como tópico central na agenda do setor camponês paraguaio³⁵¹, bem como a

³⁵⁰ Veja-se, *inter alia*, ‘Visit to Paraguayan embassy in Brussels, October 2006’ (<http://lasojamata.iskra.net/node/7> - acessado em 29 de maio de 2011).

³⁵¹ Cf. “El hecho que desnudó la grave situación a la que se enfrentan las poblaciones rodeadas de plantaciones de soja, fue sin duda la muerte del niño Silvino Talavera, en enero del año 2003. A partir de allí y teniendo en cuenta el derecho a una vida digna y con un medio ambiente sano, las organizaciones camponesas se propusieron trabajar para la creación de una ley que reglamente el uso de los agroquímicos en la agricultura” (CDE, 2006, p.6).

consolidação das campestinas como atrizes de peso em diversos setores e espaços de mobilização e articulação no país. “*Con el apoyo de organizaciones campestinas, ecologistas, feministas, de derechos humanos, e incluso religiosas, logramos un precedente jurídico sin parangón [sui generis] con la sentencia que declaró culpables a los responsables de la fumigación*” (idem, p.44).

Em um período relativamente curto de tempo, CONAMURI ganhou respeito e reconhecimento que se fizeram ecoar fortemente em entrevistas e conversas de campo com inúmeros personagens civis. Como se vê, contra aquela resistência masculinista inicial, a defesa de um contrapúblico específico não levou a um fechamento das campestinas em si. Sobretudo através da campanha ‘*Justicia a Silvino Talavera*’, CONAMURI foi aprendendo e imprimindo sua voz nas mais diversas redes e em várias agendas de luta e mobilização no país e fora dele. Como essa voz reconfigura e diversifica o feminismo paraguaio deve ser tema do próximo capítulo, especialmente ao tratarmos da realização dos ‘*Encuentros Feministas*’ realizados a partir de 2003.

Para terminar este tópico, vale observar que ambos os exemplos de interação de CONAMURI com o Estado, a Marcha e o caso do menino Talavera, trazem marcas do contexto pós-*Marzo* e de outras dinâmicas abordadas ao longo de nossa tese. A posição ocupada pelo PNUD nos projetos produtivos conquistados após a ‘*Marcha por la Dignidad*’, por exemplo, reproduz aquela dinâmica na qual interagem atrizes, instituições e interesses civis, governamentais e internacionais. A crítica das campestinas à ‘ditadura do patriarcado’, por sua vez, permite ver não somente os laços que as aproximaram do discurso feminista, mas também o rechaço da ideologia e dos estereótipos de gênero mais consagrados no imaginário paraguaio. E, no bojo das mudanças e inovações de cunho publicizante pós-1999, a *Defensoría del Pueblo* aparece ao lado outras organizações civis em um momento decisivo para dar-se, ou não, início ao processo judicial na campanha ‘*Justicia para Silvino Talavera*’.

Embora estes não tenham sido os únicos casos nos quais CONAMURI interagiu com o Estado paraguaio, eles certamente foram os mais importantes para as campestinas. Ao fim do tópico anterior, sugerimos que outro *lócus* de interação sócio-estatal foi o Estatuto Agrário promulgado em 2002. Nos embates e debates que antecederam sua promulgação, as campestinas argumentavam que “*el Estatuto Agrario no puede desconocer el aporte que realizamos las campestinas en el área productiva, por lo cual debe darse especial atención a las mujeres*” (CDE, 2000). A vocalização das atrizes rurais foi central na conquista de artigos que além de lhes reconhecerem como sujeito da reforma agrária ali almejada, traziam a interessante

figura da 'mujer, cabeza de familia'³⁵². Se essa vocalização foi fundamental para o sucesso da ação, uma inovação institucional forjada no pós-Marzo não foi menos importante para tal êxito, pois “*en la discusión del proyecto [del Estatuto] e incorporación de las demandas de las mujeres, la Comisión de Equidad, Género y Desarrollo Social del Senado jugó un rol fundamental*” (MARTINEZ & SANTAELLA, 2002, p.145). E, como é de se esperar, a interseção entre classe e gênero que marca o projeto de CONAMURI ficou espelhada exemplarmente no segundo artigo do novo estatuto que visa “*promover el acceso de la mujer a la propiedad de la tierra, garantizando su arraigo a través del acceso al título de propiedad, al crédito y al apoyo técnico oportuno*” (PARAGUAY, 2002).

** ** ** **

Este capítulo compreende alguns dos ganhos analíticos acumulados pela chamada chave da construção democrática. Em primeiro lugar, ele exemplifica adequadamente a ideia de “que o processo democrático é interminável, não linear, complexo, cheio de tensões e interrupções” (DAGNINO, OLVERA & PANFICHI, 2006, p.18). Quantas vezes, neste e nos dois capítulos anteriores, a longa e infundável transição paraguaia não teve seu fim declarado e depois postergado? Ainda após a vitória do Marzo, um sociólogo paraguaio se perguntava: *¿Comienza la democracia?* (MARTINI, 1999). No registro da construção democrática, essa pergunta poderia ser colocada, se muito, para questões de cunho institucional (e.g., as regras institucionais começaram a ser respeitadas em tal ou qual período). Pois a condição inacabada e perpétua da disputa democrática, isto é, da disputa pela definição dos parâmetros que devem pautar a construção conflituosa da sociabilidade e do consenso sócio-políticos, impede que se coloque um ponto inicial ou, como queriam os consolidólogos, um ponto de chegada que marcaria a consolidação da Democracia. A inexistência de tais pontos e a natureza ‘interminável’ do processo democrático não implicam, contudo, na ausência de referentes político-discursivos tais como civilidade e igualdade, para citar apenas esses, que, apesar de servirem como norteadores e contedores mínimos de tal processo, estão em permanente disputa.

³⁵² Cf. “Orden de preferencia para la adjudicación [de tierra]. Las adjudicaciones serán realizadas tomando en consideración el siguiente orden de preferencia: a) a los que se encuentran en posesión pacífica y registrada de la tierra que cultivan; y, b) a los demás beneficiarios de la presente ley que reúnan las calificaciones más altas, en consideración a los siguientes factores: 1. mujer, cabeza de familia; 2. técnicos egresados de escuelas agrícolas; y, 3. calidad de repatriado, en cuanto acredite calidad y antecedentes de productor rural” (PARAGUAY, 2002).

A democratização paraguaia (como, de resto, os casos sulamericanos em seu conjunto) traz episódios contenciosos e projetos políticos que ilustram o alcance dessas proposições e a pujança desses parâmetros. Vimos no capítulo anterior que a luta feminista, alastrando-se por múltiplas e justapostas veredas, imprimiu referentes tais como responsabilidade e igualdade em *Planes* que eram ‘cartas estatais de navegação’. A ‘maré cidadã’ do *Marzo* segue também esse sentido de disputa de parâmetros válidos e, por vias conhecidamente trágicas e dolorosas, defendeu a legitimidade do conflito político civilizado e institucionalmente mediado. Na contramão dessa ‘maré’ e da bússola democrática que orientava aqueles personagens, há uma matriz messiânico-autoritária, cujas medidas enérgicas prometiam salvar o país mas que foi pacificada, derrotada dentro do coloradismo e posteriormente institucionalizada ganhando força eleitoral. Esse jogo de forças e contraforças, no qual digladiam versões antagônicas de mundo sem recurso à extinção da parte adversária, é próprio da disputa democrática por longo tempo desconhecida no Paraguai e quiçá ainda hoje não-reconhecida por determinadas matrizes e grupos políticos e sociais. É aí, nessa partícula, que reside a questão: a chave da construção democrática não descarta do aspecto institucional das democratizações e sequer do aspecto democratizante das institucionalizações – e prova disso está em nossa observação da gênese de órgãos público-estatais no tecido institucional paraguaio. O que nossa chave interpretativa faz é não se contentar com um *parti pris* que seleciona sujeitos ‘politicamente relevantes’. Isto nos leva à nossa última observação.

A aproximação das chaves do processo político e da construção democrática mostrou que o respeito às regras democráticas no caso paraguaio foi produto de uma dinâmica contenciosa que tem nome e data: o *Marzo* de 1999. Após o fim desse ciclo, como vimos, nenhum dos chamados ‘atores politicamente relevantes’ tentou passar por cima das instituições políticas. Utilizando o raciocínio transitológico, poderíamos sugerir que esse respeito às regras se deve a um cálculo no qual o potencial oceânico contido naquela maré cidadã implicaria, de qualquer ponto de vista, um custo demasiado alto a ser pago. Mas, bem compreendidas, aquelas chaves de leitura deslocam a questão aquém e além dos ‘atores relevantes’, aqueles que por sua posição estratégica teriam capacidade de desestabilizar o sistema democrático. Seja no *Marzo* ou no ciclo antiprivatização de 2002, o foco processual se volta para a observação de disputas que extrapolam os ringues parlamentar e institucional, quer dizer, nosso foco engloba interações e tensões entre Estado e atores sociais não definidos e indefiníveis *a priori*. A análise da articulação forjada pelas organizações de mulheres no pós-*Marzo* não mostra senão isso: olhando para a ação e postura de atrizes geralmente negligenciadas, pudemos ver uma tendência muito mais ampla que se espalhou pela sociedade

civil paraguaia. E, no outro lado dessa mesma inflexão publicizante, a observação das estratégias de CONAMURI deixou perceber como algumas das mutações e inovações do pós-Marzo operaram como mediadores da ação coletiva das campesinas. Assim, decidir se essas mulheres são, ou não, 'atores relevantes' varia de acordo com as respectivas disposições cognitivas. Agora, que a ação delas espelha, engendra, transforma e alarga os caminhos e limites da democratização paraguaia não resta dúvida.

11. A reconfiguração do feminismo paraguaio durante o ‘nicanorismo’: multiplicação, articulação e autonomia feministas

Nos capítulos 8 e 9 fizemos um duplo movimento: de olho nas interações e arenas civis/estatais/internacionais, observamos como a ‘perspectiva de gênero’ se deslocou para alguns dos marcos normativos do espaço de vigilância estatal no Paraguai. Esse movimento permitiu ver que a relação ‘fluida’ mantida entre as personagens históricas da Coordenação de Mulheres do Paraguai e a Ministra da Secretaria da Mulher, além de ter produzido efeitos profissionalizantes para esta última, fazia parte de uma tendência mais ampla de racionalização e de modernização que passou a operar, por coincidência ou não, na segunda metade da década de 1990 em diferentes partes do Executivo paraguaio. Na mesma etapa cronológica, mas em paralelo àquelas arenas e aos efeitos modernizadores delas advindos, se deram os conflitos intracolorados pela Presidência da República que desembocaram no ciclo de protestos do *Marzo* de 1999. Esse duplo movimento foi importante, por um lado, para captar temporalidades correlatas a âmbitos próprios, e interrelacionados, de interação entre autoridades e atores sociais. Por outro lado, ele permitiu entender a centralidade ocupada pelo *Marzo* paraguaio, não somente na ‘consolidação da democracia’ no país – dado que nenhum ator político desde então ousou desafiar a institucionalidade democrática –, mas também na gênese de uma zona pública de intercâmbio sócio-estatal na qual se situam plataformas de controle civil e canais institucionais de vocalização de demandas e questões sociais.

Atento a esses achados, este último capítulo trata das interações entre organizações do movimento feminista e o Estado paraguaio nos anos de 2004 e 2005, ou seja, no contexto do mandato presidencial do colorado Nicanor Duarte Frutos. Diferentemente dos capítulos anteriores, a discussão não se concentra nos efeitos propriamente institucionais produzidos pela interação entre Estado e organizações feministas e tampouco no debate com a chamada ‘consolidologia’. Importa, antes, trazer à baila a segunda parte de nossa hipótese de pesquisa, aquela relativa aos efeitos das interações sócio-estatais para a ‘autonomia’ das organizações feministas. Os dados utilizados foram retirados da '*Cronología sobre Mujeres y Género*', do arquivo *online* Centro de Estudos e Documentação (CDE), e seguem mais ou menos o mesmo padrão das cronologias do *Anuario Mujer*³⁵³.

³⁵³ Veja-se, para todos os dados, http://www.cde.org.py/ww2/pu_crono.html – acessado em 02 março de 2011. O quadro síntese dos dados relativos aos anos de 2004 e 2005 segue em anexo. A '*Cronología sobre Mujeres y Género*' daquele website está dividida por mês no arquivo do CDE e, portanto, as citações em ordem alfabética seguem a sequência dos meses; por exemplo, 2004a para janeiro daquele ano, 2004b para fevereiro e assim por diante. Outra fonte importante é a série bimestral do '*Informativo Mujer*'. Nesses informativos, à diferença do *Anuario Mujer* cuja lógica de composição textual era mais

Uma mudança aparentemente pequena nas relações entre institucionalidade e movimento muda todo o padrão anterior de interação: com a entrada de Nicanor Duarte Frutos na Presidência, se dá a saída de Cristina Muñoz da Secretaria da Mulher, pois ambos não estavam na mesma facção colorada. Embora Muñoz não tenha sido oficialmente a única mulher a ocupar o cargo de Ministra, ela foi a principal referência na aproximação com as lideranças históricas da CMP, nos investimentos voltados para o aprofundamento institucional da Secretaria, bem como no jogo das articulações burocráticas e partidárias dentro do sistema político paraguaio. À sua saída correspondeu a entrada de uma Ministra desconhecida do público feminista e do público em geral: Maria José Argaña³⁵⁴. Sem um histórico de ligação com o feminismo ou com o movimento de mulheres, Argaña trazia consigo apenas sua identidade político-familiar-colorada, pois ela é sobrinha do ex-vice-presidente assassinado, Luis María Argaña. O nome dela para a Secretaria expressava, na verdade, a dívida que o recém-eleito Duarte Frutos tinha com uma tradicional corrente dentro do coloradismo, o *argañismo*. Além de ter eventualmente se declarado 'cristocêntrica', outra breve declaração dada pela novíssima Ministra da Mulher dá uma ideia de sua habilidade política e de sua proximidade com o discurso feminista – *“cuando le preguntaron si se consideraba feminista su respuesta fue: 'soy más femenina que feminista, si hablamos de feminismo quiere decir que realmente nos sentimos discriminadas’”* (MARTINEZ, 2003, p.13).

Ao mesmo tempo em que rearranjou as interações entre organizações feministas e o Estado paraguaio, o ingresso de Maria José Argaña na Secretaria da Mulher foi uma das maiores fontes de tensão experimentadas dentro da Coordenação de Mulheres do Paraguai. Uma vez que aquele padrão 'fluido' de interação entre feministas históricas da CMP e a ex-Ministra Cristina Muñoz foi deslocado, a questão que então se impôs às integrantes da Coordenação e, especialmente, às suas lideranças era mais ou menos a seguinte: devemos, como CMP, continuar ou não apoiando a institucionalização da Secretaria da Mulher? Responder a essa pergunta não foi fácil e, como veremos, gerou conflitos e desgastes traumáticos na consagrada articuladora feminista paraguaia. No entanto, a saída de Cristina Muñoz da Secretaria da Mulher não é o único fator que está na base da reconfiguração ocorrida no feminismo paraguaio durante o nicanorismo. A emergência de outras posições de fala feminista, de dentro e de fora da CMP, irá multiplicar as vozes e faces do campo de mobilização feminista no país. Além da autoadscrição das camponesas feministas, outras duas vezes

coletiva, os textos levam tom mais autoral, sendo geralmente redigidos por integrantes da Área Mulher do Centro de Estudos e Documentação e, apenas excepcionalmente, por colegas militantes convidadas para tal.

³⁵⁴ Apesar de minhas tentativas, a ex-Ministra Maria José Argaña não conseguiu dispor de tempo para conceder-me uma entrevista.

marcam essa dinâmica de reconfiguração: CLADEM-Paraguai e Aireana. CLADEM, sigla de 'Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer', é uma emergente voz feminista paraguaia e parte da rede regional homônima, ao passo que *Aireana - Grupo por los derechos de las lesbianas* é a associação que, por meio da tematização da homossexualidade feminina, tirou o feminismo paraguaio, por assim dizer, 'do armário'.

Uma ação coordenada entre 2004 e 2005 pelas organizações do movimento feminista paraguaio sintetiza as várias dimensões e sentidos desse conjunto de mudanças: a confecção do '*Informe Sombra CEDAW – Vigilancia ciudadana sobre los derechos humanos de las mujeres en Paraguay*' (CLADEM, CMP, CDE, 2005). Em termos bastante resumidos, esse relatório consistiu em um esforço articulado para "*monitorear al Estado y elaborar un informe alternativo sobre el cumplimiento por parte del Estado paraguayo de la [Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women] CEDAW*" (NUÑEZ & BAREIRO, 2005, p.18) (Grifo meu)³⁵⁵. Este trecho traz uma marca do reordenamento ocorrido no feminismo paraguaio, pois sua autoria é compartilhada por uma integrante histórica da CMP, Line Bareiro, e uma das principais personagens de CLADEM-Paraguay, Elba Nuñez. Além disso, o destaque sobre 'monitorar o Estado' mostra que o Informe Sombra vem no bojo das lições e heranças do pós-*Marzo*, desde quando várias personagens e plataformas civis passaram a controlar continuamente o Estado paraguaio. Mas isso ainda não é tudo: a elaboração desse instrumento de 'vigilância cidadã' sobre o Estado paraguaio, como veremos, é também pista *sui generis* das mutações que atualmente ressignificam o sentido da 'autonomia'.

O capítulo se divide em três partes. Primeiro, são apresentadas as mudanças ocorridas no laço sócio-estatal com Nicanor Duarte Frutos à frente do Executivo paraguaio. Em seguida, a multiplicação das vozes, identidades e gerações do feminismo é abordada e exemplificada por meio dos 'encuentros feministas'. Na terceira parte do capítulo, os efeitos provocados pela mudança na Secretaria da Mulher são observados a partir dos casos e espaços de interação entre organizações feministas e diferentes partes da institucionalidade. Nesta última parte, é discutida a elaboração do Informe Sombra CEDAW. Se ele traz as marcas das mudanças então em curso no associativismo feminista, ele servirá também de inspiração para a nossa sugestão de que a tão defendida autonomia dos movimentos, nos contextos de construção democrática e

³⁵⁵ Alhures questioneei em chave comparativa se o uso da CEDAW, feito pelos feminismos brasileiro e paraguaio, permitia falar em algo como 'Una interfaz internacional?' (SZWAKO, 2010). A maior parte dos dados relativos ao 'Informe Sombra' já foram ali expostos e serão mais adiante reproduzidos, mas o ponto central daquele texto se ligava mais à observação de um gênero internacionalizado de *accountability*, bem como à interação entre atrizes civis e o referido instrumento internacional.

por causa deles, se transformou em algo que necessariamente ultrapassa a crítica às maquinarias estatais.

11.1. O *nicanorismo*: lógicas sócio-estatais, deslocamentos rumo à institucionalidade e a questão da 'autonomia'

Vimos no capítulo anterior que Nicanor Duarte Frutos foi um dos colorados responsáveis pela pacificação dos ânimos de *impeachment* contra Gonzales Macchi na Presidência da República. Ministro da Educação durante os três governos pós-transição (Wasmosy, Cubas e Macchi), a trajetória política de Duarte Frutos remete a meados da década de 1980, quando fazia parte de uma ala colorada opositora ao stronismo, e, como de regra no oficialismo, remete à filiação familiar e bastante prematura no partido. Com pouco mais de 37% dos votos válidos, a vitória de Duarte Frutos para a Presidência do Paraguai em 2003 não foi um êxtase eleitoral. Sua campanha foi exitosa, entretanto, devido a sua habilidade midiática e à ênfase em três eixos centrais de ação, quais sejam, o combate à corrupção, a luta contra a pobreza e a reativação econômica. Foram esses os elementos que permitiram ao ex-Ministro e ao coloradismo se diferenciarem de Macchi e, no limite, permanecerem na liderança do Executivo: “[n]o *asumir la responsabilidad del pasado ha sido una constante en las campañas políticas de la ANR [Partido Colorado] desde el inicio de la transición*” (RODRÍGUEZ, 2003, p.11-12)³⁵⁶.

A ênfase dada pela campanha de Nicanor Duarte Frutos fazia bastante sentido naquele contexto, pois, da segunda metade da década de 1990 até 2003, a pobreza e a deterioração das condições de vida e de segurança se aprofundaram ainda mais no país. Além disso, como já vimos, as denúncias de corrupção e a incapacidade de consensuar e de aplicar minimamente uma agenda de reformas sociais e políticas fizeram do governo Macchi a 'gestão mais desastrosa da transição' (VIAL, 2003, p.16). Frente a esse desastre e afinada a expectativas ávidas por medidas enérgicas, a *performance* eleitoral de Duarte Frutos esteve assentada em um consagrado estereótipo político-eleitoral de gênero, tendo passado de um 'homem linha dura' – no combate à corrupção, por exemplo – para um 'homem de pulso firme' (RODRIGUEZ, 2003). Após sua vitória presidencial, L. Bareiro (2003a) sugeriu que Nicanor teria três faces:

³⁵⁶ Transição quase sem fim, diga-se de passagem: “[el nuevo] Ejecutivo sigue buscando apoyos, algunos han sido rubricados, pero muchos otros no. (...) Nicanor lanza señales que no son claros signos de cambio real. Esta es la otra pregunta clave que queda flotando: ¿se adviene un nuevo gatopardismo similar al de 1989: cambiar para no cambiar?” (RODRIGUEZ, 2003, p.17)

para ela, existiriam 'três Nicanores', o 'padrinho', o 'integrista' e o 'estadista'. *i)* O 'padrinho' seria aquele aquiescente com os 'ilegalismos' institucionalizados e com as fraudes de uma clique de apadrinhados colorados; *ii)* o 'integrista', um dogmático cujas ações governamentais estariam orientadas por sua filiação religiosa; *iii)* o 'estadista', por sua vez, seria um homem público inovador tanto porque conseguiu não se indispor com seu candidato à vice-presidente, quanto porque algumas de suas promessas se traduziram efetivamente na nomeação ministerial de figuras e equipes reconhecidas como capazes, técnica e intelectualmente, para dar conta daqueles eixos prometidos.

É neste último ponto que reside o dilema vivido e encarado durante o nicanorismo por parte das pessoas, organizações e redes mobilizadas não apenas do feminismo, mas de frações mais amplas da sociedade civil paraguaia. Vimos ao longo da tese que a sede de colonização do stronismo teve efeitos para a universidade paraguaia e para os núcleos de produção de conhecimento deslocados do campo acadêmico nacional. A posição de ilha de racionalidade administrativo-burocrática por longo tempo ocupada pela Secretaria Técnica de Planificação, como órgão quase que exclusivo de produção estatal de conhecimento, espelhava, em âmbito institucional, os efeitos nefastos daquela mesma vontade colonizadora. Como vimos no oitavo capítulo, notadamente na segunda metade da década de 1990, alguns órgãos do Executivo paraguaio se modernizaram a partir das interações com alguns daqueles núcleos, dentre os quais estavam organizações feministas. Por meio de tais interações esses órgãos tentavam dar conta de seus *déficits* administrativos e institucionais, eles próprios herdados do stronismo.

Agora, nesta nova etapa da política paraguaia e em sintonia com suas promessas de campanha, o governo do recém-empossado Presidente reproduz essa lógica de nutrir o aparelho e as políticas de Estado a partir da *expertise* civil, mas com a seguinte diferença: ao invés de agências do Executivo entrarem em interação com atores civis, estes últimos passarão a ser chamados para ocupar o topo de determinados quadros ministeriais. Esta é uma das lógicas nicanoristas de atração estatal e ela ficou expressa tanto na política social quanto econômica, nas quais, como veremos, se imprimiu o Nicanor 'estadista'. No entanto, menos do que lógicas separadas, aquelas faces de 'padrinho', dogmático e 'estadista' fizeram conviveram e cruzar sua respectivas lógicas de atração em diferentes domínios temático-institucionais.

Se em alguns domínios institucionais como, por exemplo, a Secretaria da Mulher, a lógica da nomeação encarnava as dívidas e lealdades partidárias o 'Nicanor padrinho'³⁵⁷, em

³⁵⁷ Cf. "Ninguno de los [órganos] que tienen rango de ministro se salva de la calificación de mediocre y ahí se puede incluir a la ministra de la Mujer (...), al viceministro de la Juventud (...) y al ministro de la Secretaría de Acción Social

outras agências ministeriais a indicação de nomes advindos da sociedade civil respondeu a critérios mais racionais. Neste sentido, a escolha que deixou ver a face 'estadista' do novo Presidente foi a nomeação do economista Dionisio Borda para o Ministério da Fazenda. Reconhecido por sua formação e autonomia intelectuais, Borda é fundador do 'Centro de Análisis y Difusión de Economía Paraguaya' (CADEP), organização não-governamental fundada em 1990 e dedicada ao desenvolvimento do pensamento econômico no país. A tarefa do novíssimo Ministro da Fazenda era racionalizar a economia paraguaia, isto é, utilizando os termos do próprio Borda³⁵⁸, sua tarefa era acabar com a 'economia subterrânea' do país. Fazer isso significava muitas coisas ao mesmo tempo: combater as conhecidas atividades ilegais de comércio, as falsificações em massa e a especulação financeira crescente desde os anos 1990, bem como desfazer os laços que conectam partes do Estado, agenciadas por nós burocrático-partidários, a fundos e recursos públicos em todos os níveis da administração pública paraguaia.

As medidas econômicas então tomadas renderam, em um intervalo relativamente curto de tempo, frutos bastante positivos. Em pouco mais de um ano, além de ter alcançado a estabilidade macroeconômica e de ter rearranjado o pagamento de dívidas herdadas do governo anterior, evitando o chamado 'calote' nas instituições financeiras internacionais, a equipe de técnicos advindos de organizações civis liderada por Borda conseguiu também aumentar o volume total de arrecadação de impostos. Dentro de um conjunto mais amplo de leis e medidas³⁵⁹, é possível destacar dois exemplos ilustrativos de como esse novo quadro ministerial orientou seus esforços no sentido de racionalizar as finanças públicas do país: a lei de '*Reforma y sostenibilidad de la Caja Fiscal, Sistema de Jubilaciones y Pensiones del Sector Público*' e a lei de '*Reordenamiento administrativo*'³⁶⁰, significaram, em termos gerais, uma quebra dos privilégios ao redor de aposentadorias de parte do funcionalismo público e um esforço de combate à evasão fiscal generalizada no país (MOLINIER, 2004).

Apesar dos positivos resultados, imediatos e de médio prazo, vistos na estabilidade e no discreto crescimento econômicos do país até o fim do nicanorismo (MOLINIER, 2007), Borda foi, logo em 2005, destituído da pasta ministerial. Essa substituição encarna as outras faces de Nicanor: ao mesmo tempo em que dava conta das pressões coloradas, seja de argañistas ou de outras facções, o presidente coroava um padrão religioso, especificamente menonita, de

(SAS). (...) Los ministros de Salud (...), Justicia y Trabajo, (...) y Agricultura y Ganaderia (...) son paradigmáticos de la continuidad de nombramientos a caudillos políticos sin capacidad o sin voluntad de realizar una gestión en la que se proyecten y apliquen políticas públicas tendientes a solucionar los problemas a su cargo" (BAREIRO, 2004, p.18).

³⁵⁸ Veja-se <http://www.uninet.com.py/accion/188/economica.html> – acessado em 07 agosto de 2011.

³⁵⁹ Cf. MOLINIER (2004, p.34).

³⁶⁰ Respectivamente, Ley 2345/2003 e Ley 2421/2004.

seleção estatal, do qual o Ernst Bergen, substituto de Borda³⁶¹, foi apenas um nome dentre outros³⁶². Frente a esses dados, é possível sugerir que a indicação de María José Argaña para a pasta da Mulher não se deve apenas à sua identidade partidário-familiar, mas também à reciprocidade entre esta identidade e sua convicção autodeclarada 'cristocêntrica'.

O que se vê, então, são lógicas de seleção estatal correlatas àquelas faces de Nicanor. Uma destas lógicas, que correspondia à face 'estadista', se imprimiu na pasta da Fazenda, mas não somente nela. Na esteira de suas promessas que visavam a melhoria das condições de vida da população, Nicanor Duarte Frutos criou o chamado 'Gabinete Social', órgão responsável pela coordenação das políticas sociais, e nomeou como seu diretor Domingo Rivarola, renomado pesquisador do Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos (CPES) – aquela mesma ONG da qual fazem, ou fizeram, parte as feministas históricas Graziela Corvalán e Mirtha Rivarola. E, em 2004, Luis Galeano, outro pesquisador e fundador do CPES passou a liderar a estatal '*Dirección de Plan de de Estrategia de Lucha Contra la Pobreza*'. A entrada desses atores em instâncias institucionais ficou refletida na '*Estrategia Nacional de Lucha contra la pobreza, la desigualdad y la exclusión social*' (PARAGUAY, 2004). Este documento reproduz aquela dinâmica de interação civil/estatal/internacional, pois "*contó con la colaboración de instituciones públicas, de actores políticos y de la sociedad civil, y de organismos de la cooperación internacional*" (idem, p.3). 'Estratégia nacional' é interessante pois ilustra o caráter tendencialmente mais permeável da fronteira estatal em cuja base estava a disposição nicanorista para atrair nomes civis para o governo. Mais que isso, esse documento governamental mostra que o padrão de interação sócio-estatal alcançou outro patamar com o nicanorismo: se em um momento anterior, tal como ocorreu com o 'gênero', alguns dos *déficits* de partes do Executivo paraguaio foram combatidos por meio da interação, em arenas civis/estatais/ internacionais, com sujeitos e conhecimentos civis, agora é o deslocamento de parte destes últimos para dados domínios institucionais em níveis decisórios que vai ser marca da mudança então em curso no laço sócio-estatal.

Mas, poderíamos questionar, de que *lado de la vereda* estão tanto 'Estratégia nacional' quanto aquela série de medidas de racionalização econômica? Embora a resposta a esta questão pareça óbvia, dado que esses são documentos e medidas governamentais, o cotejo com documentos de raiz feminista pode nos ajudar a perceber a transformação ocorrida no vínculo Estado-sociedade civil com a subida de Duarte Frutos à Presidência. '*Situación de la*

³⁶¹ Cf. "No cabe duda de la confianza que el presidente tiene depositada en el ingeniero Bergen, por el lado de su afinidad religiosa, y del apoyo que éste tendrá por parte de su viceministro" (MOLINIER, 2005, p.7).

³⁶² Cf. "La conquista [de un Estado laico] fue leída como la posibilidad de introducir otra religión dominante, concretamente la de los Hermanos Menonitas en este caso, con numerosos nombramientos basados exclusivamente en la per tenencia a la religión de la esposa del presidente Duarte" (BAREIRO, 2005, p.26).

mujer rural, por exemplo, era uma referência de raiz dúplice, com autoria civil e editoração estatal, portanto, 'nem lá, nem cá', argumentamos. Já o primeiro e o segundo *Planes de Igualdad* que marcaram o 'fortalecimiento institucional' da Secretaria da Mulher eram sim de autoria estatal, mas plenamente informados pela 'encantada' participação civil feminista. O que se tem agora, com os casos da pasta da Fazenda e de políticas contra a pobreza, é algo distinto: uma permeabilidade estatal e uma série de deslocamentos que situam algumas figuras civis e os mecanismos governamentais por elas produzidos *del otro lado de la vereda*. Não há aqui veredas justapostas e sequer ambíguas posições de consultoria; há, antes, personagens civis deslocando-se para posições-chave na institucionalidade paraguaia e, a partir dela, implementando medidas de caráter vinculante como leis e programas³⁶³. Como veremos a seguir, essa lógica de atração oficial tem efeitos para as organizações civis em seu conjunto e, como veremos adiante, o deslocamento dos sociólogos do CPES rumo ao Estado replica as tensões vividas pelas integrantes da Coordenação de Mulheres do Paraguai durante o nicanorismo.

Em paralelo às medidas econômicas e aos frutos colhidos, o estilo nicanorista de exercício do poder se mostrou bastante violento com os grupos civis mobilizados. De um lado, o setor campesino foi o que mais sofreu com a 'mão firme' prometida e cumprida por Duarte Frutos. Entre as principais denúncias campesinas contra sua administração estão a 'criminalização' dos protestos populares, o uso ilegal de medidas repressivas, bem como a perseguição e o aumento exponencial dos assassinatos de líderes rurais (*inter alia*, CODEHUPY, 2007; LAND RESEARCH ACTION NETWORK et al, 2007). De outro lado, o Presidente passou a adotar uma postura pública nada amigável com as organizações não-governamentais do país: "*No sé qué es lo que hacen las ONGs en Paraguay, porque me cuentan que hay 100 ONGs que trabajan con los indígenas, y no veo que hayan mejorado su situación de vida en nuestro país*" – disse ele a um dos maiores jornais de Assunção³⁶⁴. Segundo ele, as ONGs seriam 'ricas' e 'incontroláveis'. No bojo daquelas medidas de racionalização da economia paraguaia, o tom do discurso anti-ONG era mais ou menos este: as ONGs não prestam contas à sociedade nem ao Estado e são uma concorrência desleal ao setor produtivo privado, dado que evitam taxaço e reforçam a evasão fiscal no país. Ao ter criticado e homogeneizado um campo muito heterogêneo de organizações, Duarte Frutos não

³⁶³ Evidente que entre a permeabilidade estatal e a consecução de políticas há uma grande distância. "A Nicanor no le gusta institucionalizar las políticas sociales. (...) [Hoy hay s]uperposición institucional, ningún avance en la coordinación de políticas sociales, ninguna política oficial antipobreza en un país con 41% de pobres y con toda la cooperación internacional dispuesta a aportar (...). ¿Cómo [Nicanor] hizo entonces para calmar la protesta? Con una fórmula compleja pero clásica del populismo: establecimiento de una relación directa con la población empobrecida y persecución a las organizaciones sociales" (BAREIRO, 2005, p.22).

³⁶⁴ *Apud* POJOAJU (2006, p.12).

apenas deu a entender que 'melhorar a situação de vida dos indígenas' seria papel delas, e não do Estado paraguaio, como também colocou suspeitas quanto à lisura das ONGs (SOTO, 2004).

Esses ataques geraram uma resposta imediata daquela que, ao lado da CODEHUPY, é a maior articuladora de ONGs do país, Pojoaju – uma espécie de Abong paraguaia. '*Identidad y Acción de las ONGs en el Paraguay*' (POJOAJU, 2006) foi a síntese documental das discussões realizadas entre 2004 e 2005 pelas ONGs da articuladora para responder, dentre outros pontos, como elas se autodefinem, com o que se identificam, para quem trabalham e quais são suas fontes de financiamento. Por um lado, a tematização e a autodefinição identitárias levaram as integrantes de Pojoaju a destrinchar níveis (jurídico, político, etc.) de identidade e tipos de ONG (facilitadora, clientelista, subsumida, etc.). Por outro lado, essa reação aos ataques presidenciais evoca o que mais nos interessa de perto: o vínculo Estado-sociedade civil. Como se sabe, a máquina estatal é, de vários modos e para além do Paraguai, uma das fontes de financiamento, seja de ONGs ou movimentos sociais. Na discussão acerca do papel do financiamento público e da relação com o Estado, as discussões de Pojoaju fizeram uma sinuosa ginástica mental: suas integrantes afirmam que são 'poucas as ONGs com financiamento do Estado', mas reconhecem as 'críticas a ONGs que atuam como uma empresa privada contratada qualquer' (p.41); e, ao mesmo tempo em que defendem que a ação das ONGs 'deveria fazer parte da agenda estatal', elas dizem que a procedência do financiamento não importa se e à medida que não lhes 'tira a autonomia', à diferença do que ocorre com aquelas organizações que se 'veem obrigadas a se inserir em um programa público pré-definido' (p.42). Entre essas curvas defensivas, as ONGs não chegaram a um consenso sobre a 'necessidade de um cofinanciamento do orçamento público', mas fizeram a ressalva de que prestar serviços ao Estado 'é muito diferente' de receber financiamento dele (p.41).

Se seguíssemos esta última diferenciação (entre serviços e financiamento), poderíamos dizer que as consultorias prestadas por feministas históricas à Secretaria da Mulher, bem como as arenas civis/estatais/internacionais de profissionalização típicas do pós-Beijing, se encaixam na 'prestação de serviços' ao Estado. Embora não contemos com dados concretos, é bastante plausível imaginar que a *expertise* feminista na base dessas consultorias e arenas não foi financiada, ou melhor, não foi remunerada somente por fontes internacionais. Mais importante que se prender a uma tipologia dos modos de interação sócio-estatal (treinamento, consultoria, financiamento, etc.), é observar que os múltiplos cruzamentos e justaposições de veredas, além de terem implicações para a modernização e racionalização de partes do tecido institucional

paraguaio, têm também efeitos para as próprias organizações civis. E as ONGs de Pojoaju não desconhecem tais implicações:

“Un rol asumido [por las ONGs] frente al Estado es el de instituciones expertas en algún tema específico, que concursan cuando existe una licitación o que son directamente contratadas para la realización de un servicio. Este rol de consultoras no significa que la identidad de los y las integrantes de las ONGs sea de tales, pero indudablemente es un hecho que afecta a la identidad. Más aún, este tipo de tareas (...) es también una fuente de conflictos por diversos motivos. En primer lugar, porque en una licitación la ONG compite con empresas que deben pagar impuestos (...). En segundo lugar, porque puede verse afectada la autonomía de la ONG y el margen para ejercer críticas públicas a la institución que la contrata” (POJOAJU, 2006, p.22) (Grifo meu).

Tal como essa citação permite ver, o dilema da autonomia se recoloca e, em seu próprio contexto, se atualiza. Quanto a esse ponto, na visão das organizações de Pojoaju, a contratação estatal de serviços 'pode afetar' a 'margem para exercer críticas públicas'. Quanto à posição ocupada nas licitações e à concorrência com empresas privadas, a promulgação daquela lei de 'Reordenamento administrativo' tornou mais clara a situação jurídica das ONGs. Estas foram tipificadas como 'entidades sem fins lucrativos' e, daí, exoneradas de taxaço ordinária, mas consideradas responsáveis pelas eventuais omissões e evasões de impostos nos casos previstos em lei. Ironia à parte, foi precisamente o deslocamento de uma equipe de especialistas civis, do CADEP, rumo à institucionalidade que permitiu que as próprias ONGs se percebessem de modo mais nítido, ao menos juridicamente, em meio e em relação a outros atores, sejam eles econômicos ou estatais.

A complexidade e as nuances político-institucionais da primeira metade da gestão presidencial de Duarte Frutos certamente ultrapassam os episódios acima elencados. De qualquer forma, essa síntese traz alguns dos traços marcantes desse mandato e que tiveram efeitos para a atuação dos movimentos sociais e para sua interação com o Estado. O primeiro deles, apenas implícito nas passagens anteriores, é a extrema habilidade de Nicanor Duarte Frutos. Sua capacidade de articulação foi tal que, mesmo tendo subido à Presidência com uma pequena base de apoio parlamentar, ele não apenas conquistou alianças dentro do ovedismo, do liberalismo e da nascente direita urbana agrupada no Partido Pátria Querida, como também conseguiu enfraquecer o *argañismo*, imprimindo seu nome como corrente central no coloradismo. Por meio dessa notória *performance*, de suas declarações, nomeações e alianças, foi Duarte Frutos quem, à diferença dos demais presidentes eleitos, 'pautou a agenda nacional' (BAREIRO, 2004).

Daí que o próprio termo nicanorismo espelhe essa força emergente no Partido Colorado, mas também no Estado paraguaio. Neste âmbito, a aparente contradição nas nomeações ministeriais foi outro traço marcante nesse mandato: ao lado das faces de 'padrinho' e

'integrista', ancoradas respectivamente em lógicas partidário-familiares e em afinidade religiosa, o 'Nicanor estadista' colocou nomes altamente qualificados em domínios institucionais que extrapolam a economia e a pobreza³⁶⁵. O investimento presidencial na atração de profissionais consagrados (seja da iniciativa privada, da sociedade civil ou de outra esfera) ampliou as chances de atuar na máquina estatal, sobre ela e a partir dela, colocando-as em outro patamar, qual seja, nos mais altos níveis institucionais de decisão. No caso da Secretaria da Mulher, a indicação ministerial não seguiu esse lado 'estadista' de Duarte Frutos e, como veremos, isso teve efeitos para o feminismo paraguaio e, mais fortemente, para a CMP. Já em vários outros casos, a força centrípeta governamental atraía personagens civis de um conjunto de organizações historicamente ligadas à luta pela democratização do país.

Com efeito, essa lógica nicanorista de atração antecipou, ao mesmo tempo em que subverteu, um dilema de militantes sulamericanos, vivido via de regra no contexto de ascensão de forças políticas de esquerda e centro-esquerda (TATAGIBA, 2007). Neste sentido, a questão que alguns militantes de longa data se colocaram diante do nicanorismo pode ter sido algo como: 'devo ou não compor os quadros de um governo não-amigo?'. As respostas a essa questão variaram enormemente, mas o importante é que a força desse investimento de atração chegou a tal ponto que ele se fez refletir e imprimir no estatuto de outra grande articuladora de organizações civis paraguaias: "*Artículo 12: Las personas físicas que ejerzan alguna función de representación en y de la CODEHUPY no podrán ejercer al mismo tiempo cargos estatales de responsabilidad política o administrativa*" (CODEHUPY, 2004)

Como se vê, não foram apenas os ataques presidenciais contra as ONGs que forçaram uma resposta coletiva e estatuída de duas das maiores redes de organizações paraguaias. De modo mais explícito naquele documento de Pojoaju e de modo mais implícito neste trecho do estatuto da CODEHUPY, ambas as articuladoras estão tematizando a sua autonomia, e, sobretudo, tratando de defendê-la. A função pretendida e desempenhada pela rede de organizações de direitos humanos sempre foi político-pública, quer dizer, uma função de crítica e controle civis ao Estado paraguaio. E é esta função que o décimo segundo artigo do estatuto da CODEHUPY quer preservar, pois ele proíbe que uma mesma pessoa tenha um cargo estatal e simultaneamente pretenda fazer o papel de crítica civil. No contexto do nicanorismo, porém, as fronteiras sócio-estatais pareciam se desdesenhar e se desfazer ao sabor da reciprocidade

³⁶⁵ Cf. "[Nicanor i]ntrodujo la reivindicación de la deuda ecológica y nombró como ministro del ambiente al primer funcionario de ese rango que se compromete en la lucha contra la depredación ambiental. De la misma manera, continúa nombrando a personas calificadas. A Velázquez le sucedió como ministra de Salud, la doctora Teresa León, un cuadro técnico en salud pública. A eso se suma la presidenta del directorio del Banco Central, Mónica Pérez, que tiene formación y que hasta su nombramiento en el BCP trabajaba en el Fondo Monetario Internacional" (BAREIRO, 2005, p.22).

entre permeabilidade estatal e deslocamentos civis, que tocaram inclusive na CODEHUPY³⁶⁶. Nessa dinâmica que desfaz fronteiras, os financiamentos, deslocamentos e relacionamentos apontados para o Estado colocariam a capacidade civil de crítica em risco – ao menos é assim que as organizações de Pojoaju pensam: “[un] tema emergente en cuanto al financiamiento es si las ONGs deberían o no tratar de tener un financiamiento incluido en el Presupuesto General de Gastos de la Nación (...). El temor que existe sin embargo, es que se podría perder autonomía en general y específicamente para ejercer críticas al Gobierno” (POJOAJU, 2006, p.43)³⁶⁷.

Poderíamos erroneamente supor que as feministas ficaram alheias a todo esse imbróglio no qual entram deslocamentos rumo a um 'governo não-amigo', ataques presidenciais anti-ONGs e argumentos em defesa da autonomia das ONGs. Supor isso seria fácil uma vez que a lógica nicanorista de atração de personagens consagrados não se reproduziu no caso da Secretaria da Mulher e, portanto, as militantes e organizações feministas não teriam que lidar com todas essas questões. Nada disso, pois, ao ter tirado Cristina Muñoz da pasta da Mulher, Duarte Frutos não apenas deslocou aquela 'relação fluida' entre as históricas da CMP e a Secretaria da Mulher, como também colocou indiretamente para as feministas paraguaias uma questão análoga àquele dilema de outros militantes: continuar ou não apoiando o aprofundamento da institucionalidade de gênero em um 'governo não-amigo'? Antes de ver como o feminismo paraguaio respondeu a essa questão, vamos ver como se deu a multiplicação de identidades e, junto delas, de temas e arenas feministas no contexto do nicanorismo.

11.2. Multiplicação das vozes feministas: permanência e transformações temáticas no feminismo paraguaio

Como vimos no oitavo capítulo, a questão da violência contra a mulher marcava uma continuidade na agenda de tematização feminista vinda lá de fins dos anos 1980. Ao lado da violência, no contexto pós-Beijing vimos que a emergência dos direitos sexuais e reprodutivos

³⁶⁶ Exemplo de como esses deslocamentos afetaram a CODEHUPY está no nome de um de seus fundadores, César Báez Samaniego. No relatório da CODEHUPY de 2002, ele assina o informe sobre o Direito à Vida como integrante da *Asociación Americana de Juristas*. Já em 2005, ele assina o texto 'Ministerio Público y derechos humanos' como *Asesor jurídico de Derechos Humanos de la Fiscalía General del Estado* (bibliojuridica.org/libros/5/2226/10.pdf – acessado em 08 de agosto de 2011). Entre essas duas datas vê-se a subida de Nicanor Duarte Frutos à Presidência da República.

³⁶⁷ Versão máxima, e quase inexplicável, desse tipo de raciocínio está em uma nota de rodapé na qual são abordados aquela lei de Reordenamento Fiscal, seus autores e seus supostos efeitos. “Notablemente, diz a nota, “el liderazgo en la elaboración de dicha ley fue de personas provenientes de ONGs que en ese entonces estaban en el Estado como el Ministro de Hacienda, Dionisio Borda y su asesor, Fernando Masi, lo que nos estaría indicando la debilidad identitaria de los integrantes de ONGs para la defensa del sector” (POJOAJU, 2006, nota 30, p.21) (Grifo meu).

nas agendas feminista e governamental de debate 'não tinha mais volta'. Ao olharmos para as interações entre organizações feministas e partes do Executivo paraguaio entre 1998 e 1999, vimos que as arenas ao redor desses dois temas tinham perfil profissionalizante relativamente aos quadros de agentes estatais. No contexto do nicanorismo, há uma permanência temática dessas arenas, mas estas agora trazem a marca de conquistas legislativas notadamente no âmbito da violência de gênero: “*La Secretaría de la Mujer y la Fundación Kuña Aty organizaron (...) un taller denominado 'Cultura y Sociedad en el marco de la Ley 1600/00', dirigido a oficiales de Policía*” (CDE, 2005, p.2). Liderada pela histórica Gloria Rubin, *Kuña Aty* seguia como espaço especializado no acolhimento de mulheres e crianças vitimizadas e como núcleo de produção de conhecimento nessa área, tendo publicado, por exemplo, '*El señor es contigo... Femicidio en Paraguay*' e, com apoio internacional, '*Abordaje de la violencia hacia la mujer desde las masculinidades*'. Contudo, no rastro dos efeitos institucionalizantes de interações anteriores, esse tema não é mais monopólio civil e passa a compor o rol das capacidades acumuladas na e pela institucionalidade de gênero: “*La Secretaría de la Mujer realizó (...) un taller de capacitación (...) dirigido a docentes y funcionarios/as del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social, donde se abordaron temas como la Ley 1600 sobre violencia intrafamiliar, educación cívica y derechos y obligaciones de los/las ciudadanos/as*” (*idem*). E, junto dessas arenas estatais ou civis/estatais, a tematização da violência de gênero ou, reenquadrada, a tematização do 'feminicídio' se mantém de modo continuado, antes e depois de 2004 e 2005, em lugares espacialmente públicos. Nesse tipo de arena, armada em praças e ruas, os esforços coletivos e de alcance subcontinental como, por exemplo, a '*Campaña 16 días de activismo contra la violencia hacia las mujeres*', envolvem atrizes civis e estatais, enlaçando mais uma vez agendas feminista e pública ao redor da conscientização do público mais amplo.

No âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos vê-se um paralelo com o padrão acima observado: por um lado, organizações civis produzem conhecimento específico, a exemplo da '*Encuesta Nacional de Demografía y Salud Sexual Reproductiva – 2004*' (CEPEP, 2005), e, além disso, se mantêm conectadas a redes transnacionais de mobilização, tal como é o caso da ligação da Coordenação de Mulheres do Paraguai à '*Campaña por la Convención Interamericana de los Derechos Sexuales y Reproductivos*'. Por outro lado, agências do Executivo paraguaio se esforçavam não somente para 'educar' seus funcionários de acordo com as normativas já consagradas³⁶⁸, mas também para dar conta do agravamento dos índices de mortalidade materno-infantil no país: “[a]nte las alarmantes cifras de mortalidad neonatal (...),

³⁶⁸ Veja-se, por exemplo, “[e]n el marco del proyecto 'Red de Monitoras y Monitores en Salud Sexual y Reproductiva' apoyado por el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), la Secretaría de la Mujer de la Presidencia de la República realizó (...) un taller sobre salud sexual y reproductiva” (CDE, 2004b, p.1).

el gobierno paraguayo dispuso la distribución gratuita de 'kits de partos' (...) a mujeres de escasos recursos" (CDE, 2004a, p.1-2)³⁶⁹. No entanto, a despeito desses esforços, a gravidade dessa questão chegou a tal ponto que, ainda no mandato presidencial de Duarte Frutos, o Ministério da Saúde reconheceu publicamente que o aborto praticado em condições inseguras era a primeira causa de morte materna no país (SOTO, 2007).

Nesse mesmo diapasão temático, e em consonância com o ritmo de radicalização que vinha marcando os objetos de discussão no feminismo paraguaio desde fins da década anterior, veem-se arenas instauradas ao redor do aborto: "*se llevó a cabo en el Salón Libertad del Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, la conferencia de prensa de presentación de la semana de actividades de la Campaña 28 de Setiembre 'Día por la despenalización del aborto en América Latina y el Caribe'*" (CDE, 2004i, p.2). Apoiadas por outras organizações de dentro e de fora do movimento feminista, a Coordenação de Mulheres do Paraguai liderava a 'Campaña 28 de setembro' e discutia o aborto em chave bastante ousada: '*¿Hasta dónde lo legal es justo?*', '*Aborto, una realidad: rompamos el silencio*', '*La penalización del aborto: un problema para las mujeres, para la salud pública y para la sociedad paraguaya*' e '*Aborto, aspectos médico-legales*', são os títulos dos debates ali e então travados. A solidariedade de outros feminismos da região também se fez presente na 'Campaña' daquele ano por meio da exposição de '*La experiencia uruguaya en la lucha por el derecho al aborto*'. Foi desse modo em 2004, em 2005³⁷⁰, e vem sendo até hoje: as feministas paraguaias articuladas a partir de redes subcontinentais de tematização em domínios específicos de luta, seja na questão dos direitos sexuais e reprodutivos ou da despenalização do aborto.

Assim, se as arenas ao redor da violência contra a mulher e dos direitos sexuais e reprodutivos marcam uma permanência temática na agenda feminista, a tematização do aborto traz a marca de uma novidade no repertório dos objetos publicamente debatidos pelas organizações. "*En septiembre de 2004*", afirma Carolina Thiede, então pesquisadora do CDE e ex-integrante da Coordenação de Mulheres do Paraguai, "*tuvo lugar la semana de actividades por la despenalización del aborto en Paraguay, sin dudas, un rotundo avance en el tema, consecuencia de años de debates internos en el movimiento feminista*" (THIEDE, 2004, p.11)

³⁶⁹ Essa iniciativa de distribuição de 'kits', por sua vez, teve como efeito a atuação de agências público-estatais para atuar como controladoras: "Las comisiones de Equidad Social de las cámaras de Senadores y Diputados (...) firmaron un acuerdo de cooperación para realizar un monitoreo de la ejecución del presupuesto del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social en lo referente al programa de salud sexual y reproductiva y de la distribución de los kits de partos, con el apoyo del UNFPA" (CDE, 2005d, p.3).

³⁷⁰ Veja-se: "En el marco de la Campaña 28 de septiembre Por la Despenalización del aborto en América Latina y el Caribe y con el lema "Por la vida de las mujeres, hablemos de aborto", se llevaron a cabo tres actividades (...) convocadas por la CMP, el CLADEM Paraguay, y la Campaña por la Convención Interamericana de los Derechos Sexuales y Reproductivos" (CDE, 2005j, p.5).

(Grifo meu). Aí 'avanço rotundo' significa que pela primeira vez as integrantes e organizações da CMP, por meio da *Campaña* de 2004, se expuseram publicamente como defensoras de um projeto alternativo, quer dizer, não-discriminatório e descriminalizante de interrupção da gravidez. Além disso, esse 'avanço' trazia também marcas de uma tensão entre diferentes gerações de militantes dentro da CMP. Em pouquíssimos momentos de entrevistas de campo, ao menos com o gravador ligado, essa tensão geracional foi verbalizada: “*éramos nosotras, las chicas, sacando la cara por el tema del aborto*”, disse uma de 'las chicas'. Vale notar, contudo, que não se trata de dois grupos claros em oposição dentro da CMP, como se nela se opusessem grupos cronológicos bem definidos e alinhados a posições contra o aborto e contra ele. Com efeito, o tema do aborto e a (tardia) tomada de posição pública da articuladora feminista com relação a ele conformam, na verdade, um elemento dentro de um conjunto mais amplo de tensões e descontentamentos que então atravessavam e indispunham as integrantes da Coordenação de Mulheres do Paraguai.

Junto dessa inovação temática, outra questão que então renovou a agenda da CMP é a tematização da homossexualidade feminina. A emergência da lesbianidade como objeto de discussão se dá no país por meio da formação de *Aireana – Grupo por los derechos de las lesbianas*. *Aireana* foi criada em 2003 e fundada por Rosa Posa e Verónica Villalba; ambas faziam parte de uma organização do movimento LGBT paraguaio, o 'Grupo de Acción Gay y Lésbico' (GAC-L) e Verónica era também integrante do CDE. De acordo com seus depoimentos, a saída do GAC-L e a formação de um grupo propriamente lésbico responderam à necessidade sentida de não serem invisibilizadas por um rótulo mais amplo, qual seja, 'gay' ou '*los homosexuales*'. Neste sentido, a gênese de *Aireana* reproduz aquela lógica marcante na demanda das campeãs de CONAMURI por protagonismo e 'espaço próprio'. Vista de outro ângulo, a emergência da mobilização e da tematização lésbicas foi mais que ousada, foi uma rajada de ar fresco na agenda da Coordenação de Mulheres do Paraguai: “*Desde que estoy en la CMP*”, diz Verónica Villalba em entrevista, “*el tema de la sexualidad era un tema tabú (...), no se hablaba en general de sexualidad, y menos de aborto. [Hablar] De homosexualidad, olvídalo*”³⁷¹. A fala de Carmen Vallejo, feminista então ligada à Coordenação, segue nesse mesmo sentido e dá pista da transformação e do entrelaçamento temáticos então ocorridos na articuladora: “[*Aireana*] *hizo diferencia positiva porque introduce el tema lésbico al interior de una organización [la CMP] que apenas empezaba a discutir el aborto. O, bueno, discutíamos*

³⁷¹ Ao que parece, contudo, a dificuldade ou a limitação de incorporar o tema lésbico não é monopólio nem da CMP nem do feminismo paraguaio: “apesar de as feministas lésbicas sempre terem sido centrais nos movimentos feministas e de mulheres por toda a região [na América Latina], elas [as lésbicas organizadas] tiveram que lutar para incluir a questão da orientação sexual na agenda feminista” (ALVAREZ et al, 2003, p.564).

hace años el aborto, pero había gente que no estaba de acuerdo, y llega en un momento en que ya todas estamos de acuerdo, entonces [Aireana] trae un nuevo tema, el tema de la libertad [de orientación sexual]”.

Do ponto de vista de sua atuação, *Aireana* mantém com a tematização lésbica, *mutatis mutandis*, a relação que organizações como a Fundação *Kuña Aty* e o *Colectivo 25 de noviembre* mantêm com a violência de gênero. Dentre outras coisas, *Aireana* visa oferecer atenção jurídico-psicológica a garotas e mulheres em situação de risco, neste caso, devido à intolerância contra sua forma íntima e afetiva de vida³⁷². Além disso, seja através de 'marchas do orgulho' ou de aproximações junto a autoridades, o grupo visa debater e publicizar a questão dos direitos de lésbicas e outros sujeitos não-heterossexuais e também influenciar a agenda e a prática político-institucionais. Já à diferença daquelas duas organizações, o grupo lésbico conta com uma sorte de arena comunicativo-afetiva, chamada *La Serafina*. Além de compreender conversas de conscientização do público leigo interessado e encontros de militantes e organizações feministas e de mulheres, este espaço também opera como *locus* seguro para a sociabilidade expressiva e para o *outing* de mulheres lésbicas da região de Assunção.

Tal como CONAMURI, em pouco tempo de constituição organizacional as integrantes de *Aireana* alcançaram proeminência em diferentes espaços de mobilização para muito além do feminismo e do movimento LGBT paraguaios e, mesmo, fora do Paraguai³⁷³. Dentro do movimento feminista, o grupo lésbico passou a desempenhar papel de peso na realização dos chamados '*Encuentros feministas*' realizados no Paraguai desde 2003. Em paralelo a essas grandes arenas, como também veremos a seguir, a tematização da questão da liberdade de orientação sexual reverberou na institucionalidade paraguaia e, mais especificamente, em um daqueles canais público-estatais de vocalização forjados no contexto pós-1999. E, logo em 2006, a luta das lésbicas organizadas ganhou vez e voz na principal plataforma de defesa dos

³⁷² Proteger a vida e a liberdade de não-heterossexuais em um regime tradicionalista de sexualidade como o paraguaio é, sem exagero, tarefa hercúlea. Além de conhecidos casos de privação da liberdade praticados por famílias de garotas, garotos homossexuais e transexuais, organizações como *Aireana* combatem também a perseguição e a violência institucionais perpetradas contra esses sujeitos. Um exemplo basta: “En octubre de este año una mujer de 26 años, fue víctima de detención arbitraria (...). La víctima se encontraba dentro de su casa con su pareja, cuando llegaron dos policías en moto que quisieron entrar a revisar la casa para ver si 'no tenían drogas' (...). Los policías (...) volvieron con una patrullera y más policías, entraron (...) y la llevaron detenida por no tener documentos en ese momento. Dos horas más tarde un amigo fue hasta la comisaría a llevarle su cédula de identidad. Igual no la dejaron salir hasta el día siguiente” (POSA, ROBLEDO e ZABALA, 2006, s/p).

³⁷³ Os argumentos elaborados e defendidos pelas integrantes de *Aireana* são radicais e radicalmente pós-estruturalistas. Por ocasião das discussões travadas ao redor da participação, ou não, de mulheres transexuais no 'VII Encuentro lésbico feminista latinoamericano', no ano de 2007 no Chile, elas enviaram a seguinte nota à organização de dito encontro: “Não podemos participar de um espaço que nega a inclusão de mulheres trans que se identificam como lésbicas, porque (...) [para] ser lésbica e feminista, não é necessário ter Trompas de Falópio, nós entendemos como feministas que não podemos considerar algumas formas anatômicas de nascimento mais legítimas que outras para identificar-se como mulher, como lésbica e feminista. Nossas identidades são uma mistura de nossas histórias, elas se materializam em nossos corpos, negar a construção delas é desconhecer o que somos, inventando uma essência que não existe” (*apud* BENTO, 2008, s/p).

direitos humanos do país: 'De invisibles a sujetas de derechos. Informe sobre DDHH de lesbianas en Paraguay' (POSA, ROBLEDO e ZABALA, 2006) foi o título de um dos textos que compõem o informe anual da CODEHUPY daquele ano.

Mas não foram somente as lésbicas organizadas que renovaram o leque de tematização do feminismo paraguaio. Em paralelo aos investimentos feitos na campanha '*Justicia para Silvino Talavera*', CONAMURI realizou em 2005 o '*Segundo Encuentro Nacional de Mujeres Indígenas del Paraguay*'. Tendo reunido lideranças de onze povos de sete departamentos paraguaios, esse encontro visou não apenas conferir maior protagonismo às indígenas dentro da organização, mas também possibilitar uma forma articulada de ação entre as lideranças dos diferentes grupos étnicos com vistas a interpelar a opinião pública e o Estado paraguaio (ROIG, 2008, p.308-310). No entanto, embora a atenção de algumas militantes feministas ao longo da década anterior estivesse ocasional e individualmente voltada para as condições de vida das e dos indígenas, o *debut* da questão indígena na agenda feminista paraguaia, como veremos a seguir, se deu um pouco antes de 2005, por ocasião das grandes arenas armadas ao redor dos '*Encuentros Feministas*' a partir de 2003.

Por fim, outra emergência temática significativa das transformações que reconfiguraram o campo feminista de mobilização no país está no protagonismo ganhado pelo 'Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer', CLADEM-Paraguai. CLADEM regional é uma rede latinoamericana de militantes feministas, cuja constituição remonta à segunda metade da década de 1980, no pós-Nairobi, e cujo mote central é 'o direito como instrumento de transformação'³⁷⁴. A reconstrução da gênese de CLADEM no Paraguai é um tanto difícil porque, embora a denominação tenha chegado no país por meio da histórica Esther Prieto já em 1989, foi apenas em 1992 que o *Comité* passa, não a ter representação própria, mas a ser um 'enlace' ligado à Coordenação de Mulheres do Paraguai, sendo chamado de 'CLADEM-CMP' até 1996. No conjunto dos depoimentos e dados coletados, seja nas memórias do CDE, da CMP, da Secretaria da Mulher ou da *Red de Mujeres Políticas*, CLADEM-Paraguai não aparece como vínculo dessas atrizes, aparecendo excepcionalmente em meio a outras notas de repúdio àquele magnicídio de 1999.

Segundo o depoimento das duas principais militantes que estiveram na base do fortalecimento do *Comité* no país, María del Carmen Pompa e Elba Nuñez, dois projetos posteriores a 1999 marcaram a consolidação de CLADEM-Paraguai como um 'capítulo' ou 'ponto' de CLADEM regional, quais sejam, o *Diagnóstico de los Derechos Sexuales y*

³⁷⁴ Cf. http://www.cladem.org/index.php?option=com_content&view=article&id=300&Itemid=71 – acessado em 15 de agosto de 2011.

Reproductivos e a Declaración Universal de los Derechos Humanos con enfoque de Género. Surgidos de um programa de pesquisa e denúncia elaborado pela rede latinoamericana mais ampla, esses projetos colocaram o ponto focal paraguaio em interação com partes do Poder Judiciário. De tais projetos surgiram 'ferramentas didáticas' por meio das quais o 'enfoque sócio-jurídico' de CLADEM, tal como sintetizou Elba Nuñez, passou a se imprimir nessa parte da institucionalidade.

'Sócio-jurídico' aí designa a tematização do 'acesso à justiça', quer dizer, dos padrões tendencialmente injustos que recaem sobre mulheres em contextos de acesso à justiça. Exemplo prático disso está no programa de 'Monitoreo y capacitación para el mejoramiento del acceso a la justicia de las mujeres víctimas de violencia', conhecido por sua sigla MAJUVI. Iniciado durante a segunda metade do mandato de Duarte Frutos, o MAJUVI visa, ou visava, sensibilizar e capacitar os chamados operadores de justiça a respeito das adequadas observação e aplicação da normativa conquistada e consagrada no Paraguai. Além disso, as arenas nas quais quadros do judiciário são formados e informados pela perspectiva de gênero³⁷⁵, permitem ver também que o 'gênero' se espalhou por diferentes âmbitos do tecido estatal paraguaio e para além dele. Isso porque as oficinas de sensibilização do MAJUVI, dirigidas por feministas de CLADEM e também da CMP, contaram com a recepção da Direção de Direitos Humanos da Corte Suprema de Justiça – criada, no contexto pós-Marzo³⁷⁶, como '*Unidad de Derechos Humanos*'. Bem observadas, as arenas do MAJUVI encarnam adequadamente aquilo que, na esteira de T. Skocpol, entendíamos como afinidade ou encaixe sócio-estatal, pois em 2006 foi criada a chamada 'Área de Género' dentro da Direção de Direitos Humanos do Poder Judiciário paraguaio. E, junto da aderência temática que aproxima o projeto 'sócio-jurídico' a essa 'área', a presença de aliadas posicionadas em níveis intermediários e superiores³⁷⁷, também é apontada pelas integrantes de CLADEM como fator relevante nesse encaixe. Por outro lado, ao modo de outras arenas civis/estatais/internacionais

³⁷⁵ Veja-se, por exemplo, “[s]etenta y cuatro Jueces/zas de Paz, Jueces/zas de Primera Instancia en lo Civil, Comercial, Penal, de la Niñez y de la Adolescencia, Fiscales/as, Defensores/as Públicos y Policías de la Circunscripción Judicial Capital participaron del IV Seminario taller '*Acceso a la justicia, género y violencia*' (...). Este Seminario Taller forma parte del programa de capacitación que viene desarrollando CLADEM Paraguay en el marco del Proyecto MAJUVI, conjuntamente con el Área de Género de la [Corte Suprema de Justicia] CSJ y el Ministerio de la Defensa Pública” (CLADEM, 2007, p.1).

³⁷⁶ Cf. “La oficina de Derechos Humanos fue creada por Resolución Nº 759/2000, como organismo técnico administrativo especializado de la Corte Suprema de Justicia, con la denominación Unidad de Derechos Humanos (UDH), *con funciones de Monitoreo, Información, Investigación, Análisis y Difusión*. (...) [En] 2006 fue convertida en Dirección de Derechos Humanos (...) considerando como áreas temáticas prioritarias: niñez y adolescencia, género, indígena y casos internacionales” (http://www.pj.gov.py/ddh/ddh_inicio.asp - acessado em 16 de agosto de 2011) (Grifo meu).

³⁷⁷ Dois nomes foram citados nas entrevistas: Alicia Pucheta, ministra e posteriormente presidente da Corte Suprema de Justiça, cuja presença pode ser encontrada na lista das ouvintes daqueles dois grandes encontros de 1987, e Mercedes Bounggermini, que me concedeu uma breve entrevista e segue sendo responsável pela 'Área', atualmente, 'Secretaria de Género'.

de interação, vê-se que a complexificação do tecido institucional de gênero ultrapassa o âmbito estatal, dado que o MAJUVI contou com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), então recém-criado no Paraguai³⁷⁸.

Como se pode notar, ali no alvorecer do século XXI, o movimento feminista paraguaio foi enriquecido por uma multiplicidade de identidades, de gerações, de temas e de agendas, que complexifica a própria compreensão do que é esse movimento. Em um momento anterior, notadamente no pós-Beijing, a proeminência das feministas históricas e das organizações da Coordenação de Mulheres do Paraguai deslocou a dinâmica 'investigadoras-versus-políticas', que foi marcante da gênese do feminismo no país em fins dos anos 1980. Agora, a emergência de CONAMURI, *Aireana* e CLADEM reconfigura não somente o rol de tematização feminista, mas ao mesmo tempo o espaço das relações (e, portanto, das tensões) entre militantes, organizações, redes e autoridades. Aquém e além de nossa hipótese de pesquisa, os efeitos da luta feminista não se limitam a impactos institucionais, mas se desdobram em outras posições de fala e se cruzam com outros marcadores de diferença que também operam como fontes e justificativas de desigualdade. Essa reconfiguração e a heterogeneidade polifônica e multifacetada por ela trazida são, com efeito, comuns a maior parte dos feminismos latinoamericanos (ALVAREZ, 1998; VARGAS, 2002). No Paraguai, aquele acanhado movimento de outrora foi deixado para trás com a tematização de questões sexuais e reprodutivas altamente polêmicas para a opinião pública paraguaia e o discurso de gênero ganhou nova embocadura no registro cruzado com classe proposto e defendido por CONAMURI. Nesse mesmo sentido de rearranjo, as interações CLADEM-Poder Judiciário são coerentes com nossa hipótese, reforçam alguns de nossos achados e apontam para outras dinâmicas de complexificação institucional ocorridas em âmbito estatal e também internacional. Mas se as arenas do MAJUVI deram vazão e acesso àquele projeto 'sócio-jurídico', não foram elas que marcaram a cristalização de CLADEM-Paraguai como voz central no movimento feminista paraguaio. Como pretendo argumentar ao fim do capítulo, a centralidade conquistada por CLADEM no bojo da reconfiguração do feminismo paraguaio se deu com a elaboração do Informe Sombra CEDAW. Como é de se esperar, foram as militantes da CMP quem mais sentiram a força dessa reconfiguração, sem, contudo, se ressentirem desse processo de rearranjo. Aliás, ao contrário, um dos poucos uníssonos que alinhou as entrevistas de integrantes e ex-integrantes da Coordenação residiu na ideia de que a 'renovação' no movimento não era só desejável, era mesmo 'necessária'. Dedicado aos '*Encuentros*

³⁷⁸ E esse desenvolvimento institucional do sistema das Nações Unidas produz, por sua vez, efeitos para a luta feminista, pois UNIFEM não apenas passa a ser, ao lado de UNFPA, mais um apoiador/pressionador internacional da agenda de gênero, como também passa a compor o rol das possibilidades para a atuação de militantes feministas.

feministas', o próximo sub-tópico nos fornece pistas tanto da reconfiguração e da multiplicação das posições de fala no feminismo paraguaio, quanto das tensões que atravessaram a CMP durante o nicanorismo.

10.2.1 'Encuentros feministas': uma vasta, múltipla e polifônica arena

Em novembro de 2003 as organizações da Coordenação de Mulheres do Paraguai realizaram o '*Primer Encuentro Feminista del Paraguay*'³⁷⁹. Contando com financiamento de agências do sistema internacional e realizado no interior do país, o evento reuniu quase 500 mulheres e incluiu atividades como painéis de debate, conversas, oficinas, exposições artísticas e venda de produtos artesanais. Títulos de oficinas e painéis como 'Mujer y Administración de Justicia', 'Empoderamiento de la Mujer en el ámbito cooperativo' e 'Juventud y participación de género' são apenas alguns dos exemplos que ilustram a polifonia dessa grande arena.

Curiosamente, tanto o impulso da CMP para a realização do '*encuentro*' quanto a sua recepção por parte de militantes de organizações de mulheres de todo o país evocam várias dinâmicas e dilemas característicos do feminismo paraguaio desde 1987 e ao longo da transição e da construção democráticas. Dar ao evento o predicado de 'feminista' foi ponto 'discutido e consciente' entre as organizações realizadoras do encontro, mas, tal como em fins da década de 80, elas sabiam que o predicativo poderia causar estranhamento: "*en un principio se dudó del poder de convocatoria del término feminista - debido a los prejuicios y sobre todo a la falta de información sobre el movimiento*"³⁸⁰. Outra questão que impulsionou as integrantes da CMP foi a necessidade sentida de fazer alianças quanto àqueles temas de raiz feminista como no caso dos direitos sexuais e reprodutivos (GONZÁLEZ et al, 2003).

Mais de 15 anos depois daquela ousada oficina do *Encuentro-Taller* se mantém o alto nível de interesse em falar sobre prazer e sexualidade, e disso dá prova a concorrida audiência para a oficina 'o clitóris e o prazer', tão procurada que foi incapaz de abarcar todas as mulheres nela interessadas. A anedota sintetiza tudo: "[c]omo había mucho interés en el tema, se formó un grupo 'paralelo', que dejó una declaración 'clitoridiana' donde las participantes reclamaron, entre risas y gritos, 'un mejor trato al clítoris para la sustentabilidad y gobernabilidad de nuestros cuerpos', y exigieron 'el rescate de la historia de la existencia del clítoris'" (THIEDE, 2004b,

³⁷⁹Os textos utilizados como base para este sub-tópico foram: 'Nuestra primera vez: Encuentro Feminista en Paraguay' (THIEDE, 2003b) e o diálogo-entrevista intitulado 'Después del Primer Encuentro Feminista'(GONZALEZ et al, 2003). Os sites consultados sobre o primeiro e o segundo encontro, realizado em 2005, foram <http://www.aireana.org.py/c1EFPy.html> ; <http://www.aireana.org.py/c2EFPy.html> e http://ef-py.comunicacionfeminista.info/?page_id=128 - acessados 17 de agosto de 2011.

³⁸⁰ Cf. <http://www.aireana.org.py/c1EFPy.html> - acessado 17 de agosto de 2011.

p.26). As participantes do '*primer encuentro*' queriam falar de prazer, de sexualidade e, sob um guarda-chuva temático ampliado, escutar a respeito da homossexualidade: "*las lesbianas querían tener hijos y [argumentan] que tienen derecho a ello y me pareció muy válido su argumento*", diz uma participante cooperativista (*apud* GONZALEZ, 2003, p.47). Provavelmente esse depoimento se refere ao debate 'Discriminación y derechos humanos de lesbianas', considerado 'muy fértil' por sua coordenadora, segundo a qual, "[n]o hay un verdadero feminismo sin una comprensión cabal de todos los derechos sexuales de las mujeres, aunque esto incluya algunos [derechos] que una nunca va a ejercer" (*apud* THIEDE, 2003, p.26).

Retomando B. Klandermas, o '*encuentro feminista*' aparece como uma grande e múltipla arena de formação e ampliação do consenso. Ao lado das questões sexuais, lésbica e dos direitos reprodutivos, essa arena foi enriquecida também pelo depoimento das indígenas do grupo *nivache* que "*compartieron su testimonio de vida, sus apreciaciones sobre las discriminaciones que las aquejan y sus estrategias de sobrevivencia y lucha*" (*idem*, p.27). Certamente esse espaço de diálogo e articulação não foi marcado só por consensos. Através de uma nota, cujo tom 'desconstrutivo' lembra o argumento de *Aireana*, algumas feministas se opuseram ao chamado 'mulherismo': "*no somos mujeristas, porque no creemos en ningún esencialismo de bondad o maldad intrínseca de ningún grupo humano, pero hacemos de la igualdad de las mujeres en la sociedad nuestra lucha principal*" (*apud* THIEDE, 2003, p.27). Seja como for, o manifesto final do '*primer encuentro*' é prova cabal das múltiplas e articuladas vozes em circulação no feminismo paraguaio e em diálogo com ele:

"Ore kuña [em guarani, nós mulheres] paraguaya, nosotras las *nivache*, nosotras las jóvenes, nosotras feministas latinoamericanas, nosotros hombres feministas, ore [nós]campesina, nosotros los jóvenes, nosotras mujeres políticas, mujeres lesbianas, mujeres de las diversas regiones del país, nosotras cooperativistas, artistas, periodistas, intelectuales, nosotras funcionarias públicas, parlamentarias nacionales y municipales, nosotras, con nuestras múltiples identidades [...], disfrutamos del simple hecho de encontrarnos, compartimos nuestras penas y alegrías, aprendimos sobre formas desconocidas de placer, protestamos porque no se hizo mucho antes este encuentro y sobre todo, brimos los oídos, la mente y el corazón para comprender lo que dicen, sufran, disfrutan, sueñan las y los demás" (*apud* THIEDE, 2003, p.25).

Em reação à instauração dessa arena, o incansável contramovimento do catolicismo institucionalizado reacendeu mais uma batalha das 'gender wars', no termo de J. Franco. A Conferência Episcopal Paraguaia declarou em entrevistas à imprensa que as feministas procuram se 'desligar da sociedade' e que, embora reconheça o movimento como 'necessário', o feminismo é 'extremista' quando passa a 'linha do natural e do normal'³⁸¹. Se as diferentes vocalizações do discurso de gênero já tinham colocado em dúvida qualquer naturalidade inata a

³⁸¹ Veja-se <http://archivo.abc.com.py/2003-11-21/articulos/79950/obispos-hablaran-en-caacupe-sobre-el-feminismo-extremo> – acessado em 16 de agosto de 2011.

homens e mulheres desde antes de Beijing, agora era a linha imaginária da normalidade sócio-sexual paraguaia que era posta em cheque pelas lésbicas organizadas, quer dizer, pela sua emergência pública ao lado de outros coletivos não-heterossexuais. E, diferentemente do que diz o contramovimento religioso, o movimento não se isolava. Ao contrário, por meio dessa arena de ampliação do consenso, o feminismo paraguaio redesenhava as linhas do imaginário de gênero paraguaio, conquistava aliadas articulando-se a outras organizações de mulheres e, como bem prova o trecho acima citado, ampliava suas posições de fala.

Dois anos depois, a CMP realiza o segundo 'encuentro', que teve sequência em 2007 e 2009 com os terceiro e quarto encontros, respectivamente. Em sua segunda edição, o evento mantém alguns traços: do mesmo modo que em 2003, a arena foi erguida no interior do Paraguai, sendo composta por várias atividades comunicativas e por uma pluralidade de vozes expressa pela participação '*de mujeres de todo el país, de distintas etnias, clases sociales, orientaciones sexuales, edades, adscripciones políticas y religiones*'³⁸². Tal como antes, esta edição foi apoiada por agências do sistema internacional e, à diferença de 2003, o evento de 2005 teve um lema pré-definido: 'Cambio cultural e justicia social'.

Ao redor desse mote, diversas organizações, feministas ou não e de fora da CMP, apoiaram e/ou lideraram atividades no segundo '*encuentro*'. Para sua 'convocatória', a segunda edição do evento contou com o apoio de algumas daquelas organizações de atrizes 'políticas', tais como a *Red de Mujeres Municipales*, a conhecida *Red de Mujeres Políticas* e a então recém-criada *Mujeres Políticas en Red* – criada, como veremos, a partir de uma dissidência da RMP no contexto nicanorista de rearranjos feministas. Dentre os grupos que realizaram painéis ou oficinas, é possível ver CLADEM-Paraguai e CONAMURI ao lado das organizações da CMP, bem como associações como o *Club Soroptimista de Asunción*, 'Campaña por la Expresión Ciudadana' (DECIDAMOS) e 'Promoción y Defensa de la Salud' (PROMESA), dentre várias outras.

Esse conjunto de esforços, apoios, laços, financiamentos, comunicações, atividades e vozes, agrupado nos dois primeiros 'encuentros' e consagrado nas edições seguintes, traz a marca das mudanças de então no feminismo paraguaio. Essas arenas encarnam a renovação temática produzida pela emergência de novas organizações, identidades e gerações feministas. "*Para quienes participaron de este primer encuentro, una de las principales riquezas fue la diversidad de rostros y voces*", afirma a então componente do CDE, Carolina Thiede (2003, p.25), referindo-se não somente às lésbicas organizadas mas também à participação indígena. A partir dessas vastas arenas de debate e difusão, os temas feministas podem e, de fato,

³⁸² Cf. http://ef-py.comunicacionfeminista.info/?page_id=128 – acessado em 17 de agosto de 2011.

conseguem conquistar aliados, e simultaneamente outros sujeitos, organizações e instituições podem vir a se identificar com o feminismo³⁸³.

No entanto, nada deve fazer imaginar que o conteúdo gestado nessas oficinas e audiências enriquece apenas as recém-chegadas no feminismo: ao falar da interação com CONAMURI, as integrantes do CDE afirmam que 'alguns estereótipos foram destroçados' devido à abertura das campesinas para debater questões controversas: *“los puntos más conflictivos de la agenda feminista como la despenalización del aborto y la libertad de orientación sexual no encontraron resistencia entre la dirigencia de mujeres campesinas”* (CDE, 2005, p.4). No rastro daquelas disposição e potência igualitárias que impregnaram os encontros de mulheres de 1987 e outros processos participativos ao longo dos anos 1990, as tensões entre feministas urbanas e campesinas feministas se desfizeram no bojo das vastas arenas de agora – *“[La] apertura [de las campesinas] hacia la libre orientación sexual y su participación en algunas actividades de las lesbianas feministas muestran una visión amplia, ciudadana y democrática, que trasciende sus intereses específicos. Hoy podemos hablar de un diálogo entre pares, con algunas diferencias y muchas coincidencias”* (CDE, 2005, p.4).

Todo o investimento nos 'encuentros' não estava, porém, livre de tensões. Como vimos, parte de tais tensões tinha raízes geracionais e identitárias, e se exprimiu, por exemplo, na tomada pública e coletiva de posição da CMP ao redor da legalização do aborto. Tal como vínhamos falando à introdução, a mudança ministerial promovida por Duarte Frutos na pasta da Mulher colocou para a Coordenação de Mulheres do Paraguai como conjunto, e para suas organizações individualmente, a questão a respeito de sua relação com essa parte da institucionalidade. Essa questão, por sua vez, se impôs nos debates travados por ocasião da concepção dos 'encuentros feministas' e foi mais uma fonte de mal-estar entre as integrantes da CMP. 'Convidar ou não a mais nova representante da Secretaria da Mulher para o encontro?' - essa frase sintetiza a pugna marcada por duas posições traduzidas no depoimento de uma militante jovem da seguinte forma: “Por que convidá-la? Se é um encontro feminista e ela [María José Argaña] diz que é cristocêntrica? (...) [O]bviamente, que seja convidada como qualquer autoridade convidada para estar em um evento grande, mas ela tem que falar? E as outras diziam 'como não [convidar]? [Essa é] A Secretaria que nós fundamos, vamos dar a ela [à Argaña] a dúvida, o benefício da dúvida””. Essa pugna é de difícil tratamento empírico pois os dados sobre ela são escassos. Para o que nos interessa, ela exprime empiricamente a natureza coetânea de dois processos paralelos, unidos e separados: de um ângulo, do ponto de vista do

³⁸³ Veja-se o depoimento de Pilar Calizo, segundo a qual “[el primer encuentro] fue como un espacio más natural para un grupo de mujeres que, sin estar en movimientos feministas, sintieron la necesidad de poder ser identificadas dentro de un mismo quehacer” (*apud* GONZALEZ, 2004, p.46).

associativismo feminista, as integrantes da CMP se indispunham entre si, menos em função da tematização de questões espinhosas, e mais devido à pressão das mais jovens para oxigenar temas e para ressignificar o próprio feminismo da Coordenação.

Tensão semelhante se reproduziu por ocasião da elaboração do Informe Sombra CEDAW (CLADEM, CMP, CDE, 2005). Como veremos ao fim do capítulo, esse relatório representou, dentre outras coisas, uma contundente crítica à institucionalidade de gênero. No entanto, se era ansiada pelas militantes mais jovens, a elaboração do 'Informe' foi contenciosa entre as lideranças históricas da Coordenação, pois parte delas não pretendia se contrapor à María José Argaña e menos ainda à Secretaria. “Nós ensinamos muito à Cristina Muñoz, por que não à María José? Aliás, ela também aprendeu”, me disse *in off* uma histórica. Nos debates e embates ao redor desse dilema, o argumento de uma líder apontava para a manutenção do vínculo com a Secretaria. Outra figura histórica, referindo-se àquela ideia de retrocesso reproduzida no 'Informe sombra', disse: “Retrocesso do quê? Se isso [a institucionalidade de gênero] está em construção”. Para complicar um pouco as tensões dentro dessa mesma geração, a então Ministra da Mulher, seguindo seus vínculos e apoios organizacionais, passou a distribuir posições muito provavelmente almejadas por algumas das históricas: “*Gloria Rubín, directora ejecutiva de la Fundación Kuña Aty, fue electa por la Secretaría de la Mujer y el Ministerio de Relaciones Exteriores para representar al país en el Comité de Expertas/os del Mecanismo de Seguimiento de la Implementación de la Convención (...) de Belém do Pará*” (CDE, 2005h, p.2). Antes de passarmos aos detalhes do Informe Sombra, vamos ver como as organizações feministas interagiram, durante o nicanorismo, com partes cada vez mais variadas do Estado paraguaio.

11.3. Outro contexto, outras interações: a ampliação de pontos de contato entre organizações feministas e a institucionalidade paraguaia, e os limites da generificação estatal

No oitavo capítulo, vimos que o período pós-Beijing foi marcado por aquilo que algumas militantes da CMP chamaram de 'relação fluida' com a Secretaria da Mulher. O nome de Cristina Muñoz foi central nessa 'fluidez' que, por sua vez, significou um aumento das chances de acesso das organizações feministas especialmente, mas não exclusivamente, daquelas lideradas pelas históricas, à institucionalidade e de influência sobre ela. A observação daquele contexto permitiu ver que, para além das interações sócio-estatais mantidas pela Secretaria, outros órgãos, sobretudo do Executivo, também se abriram para interações e que, apoiados por

agências do sistema internacional, foram permeados pela *expertise* civil, feminista ou não, profissionalizando seus quadros e modernizando algumas de suas normativas.

Agora, o contexto é outro e, portanto, o jogo das interações sócio-estatais também o é. Como vimos, o nicanorismo imprimiu uma novidade no recrutamento de atores governamentais, porque passou a convidar nomes de personagens civis não ligados aos partidos, seja ao coloradismo ou a outros. Essa lógica, contudo, não chegou à Secretaria da Mulher, cuja indicação ministerial seguiu critérios intrapartidários. Ao ter tirado Cristina Muñoz do cargo, Duarte Frutos diretamente moveu uma peça fundamental no anterior padrão sócio-estatal de interação, aquele 'fluido', e indiretamente colocou a Coordenação de Mulheres do Paraguai em uma situação dúplice ou bivalente. Tal situação se expressou, por exemplo, nas atividades desenvolvidas em março de 2004 por ocasião do 'Dia Internacional da Mulher': por um lado, organizações como o *Colectivo 25 de noviembre* e a Fundação *Kuña Aty* estavam ao lado da Secretaria da Mulher na campanha '*No más violencia contra las mujeres*'. E, por outro, a CMP manifestou publicamente sua preocupação com o "*retroceso en la institucionalidad estatal paraguaya*" (*apud* CDE, 2004c, p.5), referindo-se à própria SM. Quer dizer, a maior parte das organizações da CMP seguiu atuando em projetos com a Secretaria ou para ela, ao passo que a Coordenação como conjunto passa a criticar pública e veementemente esse mesmo órgão estatal – isso configura uma situação dúplice.

Ao falar de 'retrocesso' a CMP está falando das medidas tomadas por María José Argaña quando de sua entrada na Secretaria da Mulher. De acordo com funcionárias e ex-funcionárias, a então recém-empossada Ministra teria levado a cabo medidas bastante comuns na administração pública paraguaia que consistem basicamente em deixar fora de ação burocratas ligadas a uma figura institucional anterior. Funcionárias da Secretaria, nutridas pela *expertise* civil em arenas de outrora e respeitadas por boa parte do movimento, seriam vinculadas a Cristina Muñoz, e por isso teriam sido mantidas no 'freezer', tal como é apelidada essa dinâmica cujas razões primeiras estão nos embates intracolorados. Dessa dinâmica, então, a necessidade da CMP de manifestar sua preocupação com tal 'retrocesso'.

Mais importante que entrar nos meandros dessas práticas institucionais é observar as lógicas aí operantes: por um lado, desde 2003, a maior parte das organizações que compõem a Coordenação interage *individualmente* com a Secretaria da Mulher. Prova disso está nas respostas das feministas entrevistadas à questão sobre o relacionamento com a pasta da Mulher: à exceção de Aireana e do Centro de Estudos e Documentação, todas as demais organizações disseram ter algum tipo de vínculo com essa atriz institucional. As formas de vínculo variam e vão de projetos e consultorias pontuais, passam por arenas de treinamento, tal

como no tema da violência, e chegam a papéis civis de controladoria, a exemplo da ação mencionada por *Mujeres por la Democracia* relativamente à prestação estatal de contas. Quanto àquelas duas exceções, é possível observar que, no contexto nicanorista, o CDE não desenvolveu nenhum projeto com e sequer para a Secretaria, ao passo que *Aireana*, embora não tenha travado uma interação oficial com a Secretaria, foi interpelada por algumas burocratas que, oficiosamente, demonstraram interesse em uma oficina sobre lesbianidade.

Por outro lado, a CMP *qua* rede, ou seja, como conjunto passou a acompanhar com olhar bastante crítico as ações da Secretaria da Mulher. A fala de uma femocrata expressa de modo adequado a disposição desde então 'mais vigilante' da Coordenação com relação à Secretaria:

“Por ejemplo Sonia Brucke, Ana Paredes, salieron y eran personas [funcionarias] que ya hacía tiempo que estaban en la institución. Mucha gente se fue comisionada. (...) [Eso] también influye, porque la CMP va como midiendo la gestión de la Secretaría, y cuando hay una Ministra nueva, están muy atentas de cómo se maneja esa ministra. (...) [L]a gente se acostumbró a verla a Cristina [Muñoz] como ministra. (...) [Las de la CMP] Como que están ahí pendientes, '¡cháke!', [ellas] están mucho más vigilantes cuando está otra ministra. Entonces, cuando viene María José [Argaña], la misma resistencia, más fuerte, también porque no les gustaba el perfil de María José” (Grifo meu).

Esta fala evoca várias coisas ao mesmo tempo: a 'resistência' provocada pela entrada de María José Argaña, a saída forçada de burocratas de longa data na casa, bem como o fato das 'pessoas' estarem 'acostumadas' com Cristina Muñoz à frente da pasta da Mulher. Mais que isso, o enfático *cháke* utilizado neste trecho sintetiza bem a orientação de crítica então assumida pela CMP, pois o termo em guarani é uma interjeição de alerta, e significa algo como 'tome cuidado, fique atenta'. Essa orientação se cristalizou pouco tempo depois no Informe Sombra CEDAW que, entre outras críticas, diz: “[h]ay un retroceso institucional en general a partir del nuevo gobierno. Constatamos un marcado debilitamiento de la Secretaría de la Mujer por conflictos internos, la remoción de personal calificado, así como por la falta de asignación de recursos presupuestarios adecuados” (CLADEM; CMP; CDE, 2005, p.33). É preciso notar, entretanto, que a ideia de 'retrocesso' da Secretaria nao era um mínimo consenso entre as lideranças históricas da CMP, de modo que tal crítica em âmbito internacional entrou como um ingrediente explosivo na crise interna à articuladora. A essa dissonância ao redor do retrocesso soma-se, como veremos, outro tipo de conflito entre algumas das históricas, mas o que nos interessa aqui é a bivalência desde então mostrada pelas organizações da CMP e pela Coordenação como conjunto. O depoimento de Angélica Roa, integrante da CMP desde o seu começo, evoca essas duas lógicas em operação:

“Yo tengo una experiencia muy particular con la Secretaría de la Mujer. La última vez que yo creo, así, que participé (...) que todavía era una cuestión participativa, o por lo menos yo sentía que nos invitaban, que podíamos hablar, que podíamos debatir, [fue cuando] se evaluó el Primer Plan [de Igualdad]. (...). Y, después, vino esta crisis de la administración de María José, que luego nos apartamos totalmente, no hubo mucha posibilidad de participar desde la CMP, pero paradójicamente, el proyecto en el cual yo estoy, nosotros logramos insertar nuestro tema, articular con el sector, porque ellos tienen una Secretaría que le llaman Sectoriales. Y hay un Sectorial que es de 'Empleo, Trabajo' no sé, y Marta Diarte, nunca antes había trabajado con ella, pero ella tuvo mucha influencia después en esta administración, yo la he visto muy cercana, tenía mucha simpatía hacia nuestro trabajo” (Grifos meus).

Esse trecho exemplifica a experiência de uma militante que viveu a mudança ocorrida, como efeito de uma decisão presidencial, no padrão de interação entre a consagrada articuladora feminista, suas organizações tomadas separadamente e a Secretaria da Mulher. À diferença do que pensa esta feminista, essa experiência não é apenas sua, não lhe é 'particular', pois suas colegas da CMP compartilham desta mesma situação bivalente que, de um ponto de vista subjetivo, pode parecer 'paradoxal'. O que esta série de dados e falas mostra, então, é que aquela 'relação fluida', na qual eram centrais os protagonismos das históricas e da ex-Ministra da Mulher, deu lugar e vez ao aumento dos pontos organizacionalmente individuais de contato e conexão entre ambas as partes. E, no detalhe, o trecho acima dá pista do desenvolvimento interno à Secretaria, cujo desenho institucional parece se complexificar em paralelo aos encaixes sócio-estatais, mas também junto de outros níveis de encaixe³⁸⁴. Isso mostra que, ao tempo do nicanorismo, havia uma relativa heterogeneidade institucionalizada e profissionalizada no seio da própria Secretaria que permitia relações com organizações feministas, apesar da figura ministerial.

Curiosamente ao falar daquele 'retrocesso', o Informe Sombra CEDAW afirma que “*las relaciones entre el Estado y la sociedad civil se han deteriorado*” (CLADEM; CMP; CDE, p.33). Essa afirmação exige um retoque: foi o padrão até então predominante de interação, com os protagonismos nele implicados, que sofreu uma deterioração. O termo 'deteriorado' poderia levar a um equívoco, fazendo-nos tomar a posição assumidamente crítica da CMP como regra ou dinâmica comum a outras vozes e organizações. À diferença do que diz esse termo, o espaço das trocas entre feministas e institucionalidade não foi deteriorado; com o nicanorismo, ao mesmo tempo em que a Coordenação, *qua* rede, se afastou criticamente da Secretaria, suas organizações integrantes continuaram, individualmente, mantendo contato com o órgão de gênero e com várias outras partes e âmbitos do tecido institucional paraguaio.

³⁸⁴ Exemplo de que a perspectiva de gênero ia se espalhando por, e entre, outros níveis da administração pública paraguaia e, simultaneamente, da complexificação institucional então ocorrida na Secretaria da Mulher pode ser visto no “Taller de Capacitación y Concertación”, dirigido a las Secretarías de la Mujer de las Gobernaciones, [que fue] (...) organizado por la Dirección de Descentralización de la Secretaría” (CDE, 2005d, p.1). De acordo com funcionárias da casa, tanto a Direção de Descentralização quanto aquele setorial mencionado por Angélica Roa passaram a existir apenas na gestão de María José Argaña.

O mandato ministerial de María José Argaña não afetou somente a CMP, ele acarretou também um rearranjo das organizações de mulheres 'políticas' e de suas interações com o Estado. Vimos ao longo da tese que a *Red de Mujeres Políticas* veio boa parte da década de 1990 lutando centralmente por cotas partidárias para mulheres. Também vimos as tensões que, à época da gênese da Secretaria, se desenrolaram entre a então Ministra e algumas de suas funcionárias que, além de ocupar àquela época cargos de diretoria, faziam igualmente parte da RMP. Agora, com a entrada de María José Argaña na Secretaria da Mulher, se dá a formação de um grupo dissidente da *Red* liderado por duas daquelas ex-diretoras, quais sejam, Teté Cano e Perla Yore. De denominação irônica, elas formam em dezembro de 2003 a associação *Mujeres Políticas en Red*, com propósitos político-partidários semelhantes aos da sua rede anterior. O tom partidário operante na divisão entre as redes é colorado e fica bem expresso, de um lado, na vinculação de Argaña à recém-criada *Mujeres Políticas en Red* e, de outro, na presidência da RMP agora ocupada pela ex-Ministra Cristina Muñoz.

No bojo desse rearranjo, Teté Cano e Perla Yore voltaram a estabelecer uma forte aliança com a Secretaria da Mulher, agora desde fora da institucionalidade, por meio de sua organização não-governamental chamada *Tiempo Nuevo*. “*En el salón Bicameral del Congreso Nacional se realizó (...) la sesión inaugural del [proyecto] Parlamento de Mujeres con la presencia de la ministra María José Argaña. El proyecto es impulsado por las organizaciones Tiempo Nuevo y Mujeres Políticas en Red, con la Secretaría de la Mujer*” (CDE, 2005c, p.1). Com o objetivo de simular um espaço parlamentar de atuação para mulheres de vários partidos ligadas à novíssima rede, esse projeto reproduz adequadamente aquela lógica civil/estatal/internacional de interação, pois, além de aproximar a Secretaria à ONG daquelas feministas, contou com recursos de uma embaixada estrangeira. Um detalhe quase anedótico sobre essa iniciativa pode nos ajudar ao fim do capítulo: esse projeto logrou rápida e notória visibilidade, tendo conquistado um prêmio da prefeitura de Assunção e concorrido a um concurso internacional de 'best practices'³⁸⁵. Vale notar, em tempo, que as interações sócio-estatais mantidas por *Tiempo Nuevo* ultrapassam o *Parlamento Mujer*, como também era chamado, e tocavam outros espaços institucionais como, por exemplo, o *Centro de Liderazgo Feminino* da Secretaria da Mulher.

Se a tensão provavelmente existente entre a então Ministra e a ex-Ministra afastava a *Red de Mujeres Políticas* do espaço das interações travadas pela Secretaria da Mulher nessa nova gestão, isso não significa que a RMP não tenha seguido com suas conexões sócio-estatais. No contexto nicanorista de rearranjo, a interlocução institucional da *Red* passou a se

³⁸⁵ Cf. <http://habitat.aq.upm.es/bpal/onu06/bp0142.html> – acessado em 21 de agosto de 2011.

concentrar em uma parte específica do Judiciário paraguaio: “[la] *Red de Mujeres Políticas* presentó su Plan de Trabajo (...) en el salón de actos del Tribunal Superior de Justicia Electoral” (CDE, 2004a, p.1). Em consonância com esse dado, as integrantes da RMP enfatizaram em entrevista os convênios realizados com a Justiça Eleitoral com o objetivo de alterar, em chave de gênero, o Código Eleitoral. E, junto dessa luta, a rede manteve o sentido de ações anteriores orientadas para a interiorização: “[la RMP] realizó un panel debate sobre propuestas de modificación al Código Electoral paraguayo y la participación de las mujeres en la política (...). La misma organización habilitó (...) su filial en la ciudad de Ñemby” (CDE, 2005a, p.2).

O rearranjo das interações mantidas por organizações da CMP e por essas duas redes de 'políticas' com diferentes partes da institucionalidade é efeito quase que diretamente provocado pela troca ministerial feita por Duarte Frutos na pasta da Mulher. Mas, como se sabe, a nova presidência não se dá em um vazio institucional, ela própria é exercida em um institucionalidade conformada por forças e impulsos anteriores. Neste sentido, vínhamos argumentando que várias agências de natureza público-estatal foram criadas como herança do *Marzo* de 1999. Uma dessas agências é a *Comisión de Equidad, Género y Desarrollo Social* do Senado, doravante *Comisión de Equidad*, que assinou em fins de 2003 o 'Convênio Pela Não-Discriminação', com o Centro de Estudos e Documentação e com o Fundo de População das Nações Unidas, UNFPA³⁸⁶. Tal convênio visava formular ações para a regulamentação do 46º artigo da Constituição paraguaia, relativo à disposição estatal para combater positivamente a discriminação, bem como influenciar a agenda pública em relação a diferentes formas de discriminação. Para alcançar tais objetivos, foram instauradas arenas de debate no interior do país e também no coração do poder político nacional:

“En la Sala de Sesiones del Congreso Nacional se realizó (...) el primer 'Foro contra toda forma de discriminación' con el fin de debatir con la ciudadanía (...) un proyecto de ley contra la discriminación en Paraguay, en el marco del convenio firmado (...) [El] senador Carlos Filizzola habló sobre su 'Proyecto de ley para Prevenir y Eliminar la discriminación'”(CDE, 2004f, p.3).

Depois de quase dois anos de debates, após ter conseguido alguns aliados e vários opositores³⁸⁷, os esforços e reflexões do convênio ficaram sintetizados em um 'Proyecto de ley para prevenir y eliminar la discriminación', cuja sorte veremos em seguida, bem como em uma referência cuja sobreposição de editores lembra aquelas obras que informaram a

³⁸⁶ Além da cronologia e dos *Informes Mujer* do CDE, os dados relativos a mais essa forma de interação e a suas arenas foram acessados em outros dois sites: <http://www.unfpa.org.py/nodiscriminacion/> e <http://nodiscrimines.org/> - acessados em 22 de agosto de 2011.

³⁸⁷ Cf. “[El año de 2006 fue] marcado por el avance de grupos fundamentalistas cristianos, organizados para bloquear leyes sensibles a las políticas de reconocimiento e inclusión y a los derechos humanos” (<http://nodiscrimines.org/> - acessado em 22 de agosto de 2011).

profissionalização da Secretaria da Mulher: “BAREIRO, Line. (Org.) (2005) **Discriminación-es. Debate teórico paraguayo y medidas legislativas antidiscriminatorias**. Asunción: CDE, Comisión de Equidad, Género y Desarrollo Social de Cámara de Senadores, UNFPA”.

Dentre outros efeitos, a aproximação do CDE junto à *Comisión de Equidad* abriu uma brecha para *Aireana* e outras vozes LGBT, com a realização do debate '*La opción sexual como derecho humano*'. Armada em palco parlamentar, esta arena contou com a exposição de dois integrantes do CDE, da feminista costarriquenha Ana Elena Obando e de Rosa Posa de *Aireana*. Curiosamente, uma oportunidade internacional aberta pelo Brasil contribuiu para a formação dessa brecha: tratava-se da iniciativa do governo brasileiro que, em 2003, enviou uma proposta de resolução sobre orientação sexual e direitos humanos à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. Não apenas os demais Estados teriam de se posicionar perante tal proposta³⁸⁸, mas também os respectivos movimentos LGBT utilizaram a oportunidade aberta pelo Brasil (OBANDO, 2004). “*Paraguay fue parte de este movimiento internacional generado en torno a la propuesta [brasileña] de la resolución (...) [s]e conformó una articulación de organizaciones GLTB, de derechos humanos y feministas (...) bajo la coordinación de Aireana*” (VILLALBA, 2004, p.16-17).

A interação sustentada até 2006 pelo convênio entre a *Comisión de Equidad* e o Centro de Estudos e Documentação, teve como um de seus principais efeitos a formação de uma ampla articuladora denominada '*Red Contra Toda Forma de Discriminación*'. Ademais do CDE e de *Aireana*, essa rede é composta por várias outras organizações e redes civis, CODEHUPY e CMP dentre elas, cujo objetivo comum é a promulgação do anteprojeto forjado nas e pelas interações daquele convênio. Por outro lado, vale ressaltar que o espaço das interações mantidas pela *Comisión de Equidad* com movimentos, organizações e outras partes da institucionalidade é bastante vasto, desempenhando papel de vocalizador de demandas civis, de mediador entre estas e a institucionalidade, e de controlador de práticas governamentais.

A totalidade das interações organizações feministas-institucionalidade, travadas durante o nicanorismo, ultrapassa o conjunto de casos reunidos neste tópico. Como vimos antes, neste mesmo período CLADEM-Paraguai e CONAMURI também travaram relações, de sentidos distintos, com o Judiciário: enquanto CLADEM se empenhava por imprimir seu projeto 'sócio-jurídico' nos operadores de justiça, reforçando a tendência de generificação estatal, a luta das

³⁸⁸ Talvez devido à reação do Vaticano e de alguns países islâmicos, a proposta do governo brasileiro sequer foi votada àquela época nas Nações Unidas. Mais recentemente, o Paraguai aparece entre os países posicionados favoravelmente em relação à inclusão da 'orientação sexual' na resolução que condena casos de 'execução arbitrária e seguimento extrajudicial'. A posição favorável de boa parte dos Estados votantes nessa resolução certamente não esteve desligada das articulações civis: “civil society from around the world (...) were vocal in pressuring their governments to support critical human rights protections for LGBT people” (<http://www.iglhrc.org/cgi-bin/iowa/article/pressroom/pressrelease/1291.html> - acessado em 22 de agosto de 2011).

campesinas estava orientada pela demanda de 'Justicia para Silvino Talavera'. Aqui importa menos dar conta de todas as interações sócio-estatais mantidas por cada uma das organizações do movimento, e mais notar três pontos: o primeiro deles é o efeito reorganizador impellido pela mudança em uma posição-chave na institucionalidade de gênero. A situação dúplice da CMP e de suas organizações individualmente, a criação de *Mujeres Políticas en Red* e a interação RMP-Poder Eleitoral são três provas desse efeito reorganizador. O segundo ponto é a criação de agências estatais que aumentaram o rol das chances de interação e interpelação dos grupos civis. Esse aumento vem, em parte, no bojo das forças herdadas do *Marzo* paraguaio. Exemplos disso foram vistos no convênio do CDE com a *Comisión de Equidad*, bem como nas arenas do MAJUVI nas quais operava o encaixe entre a Unidade de Direitos Humanos do Poder Judiciário e CLADEM. Note-se, porém, que esse aumento não se resume a inovações forjadas características do pós-*Marzo*, pois o desenvolvimento e a complexificação institucionais seguem outras lógicas que não encerram necessariamente sentido nem origem publicizantes.

Seja como for, os dois pontos citados acima mostram que, ao tempo do nicanorismo, em paralelo à multiplicação identitária, temática e geracional vista nas arenas dos 'encuentros feministas', aumentaram as chances de encaixe e interação das diferentes organizações e redes do movimento com o Estado paraguaio, dado que o tecido institucional também se complexificava e se especializava. Algumas novidades são notórias aí: o domínio de encaixe institucional feminista passa a englobar, além do Executivo e do Legislativo, o Poder Judiciário paraguaio, seja em função da afinidade temática apresentada por novas agências desse âmbito da institucionalidade com o projeto de CLADEM, seja em função do desarranjo entre as redes de mulheres 'políticas'. Outra novidade é a tematização político-pública das formas de discriminação, tema pouco palatável para a opinião pública paraguaia e o público parlamentar, mas cuja vocalização foi permitida pelo acolhimento institucional daquela *Comisión* público-estatal. Esse acolhimento não deve ser superestimado nem subestimado, ele é produto dos processos subjacentes à democratização do próprio laço sócio-estatal paraguaio: “¡quién lo hubiera dicho!” – o debate sobre orientação sexual chegou ao parlamento, quem diria, exclama uma líder lésbica – “la realización del panel-debate denominado 'La opción sexual como derecho humano' nos demostró cuanto se ha avanzado” (VILLALBA, 2004b, p.32-33).

O palco público-estatal encarnado na *Comisión* e as interações com o Poder Judiciário encerram, sem dúvida, avanços conquistados pelas organizações do feminismo paraguaio. Mas, se significaram uma real ampliação dos pontos de contato com a institucionalidade paraguaia, esses avanços não se traduziram automaticamente em generificação estatal. Quer

dizer, eles tiveram fortes limites cujas raízes parecem estar na capacidade de pressão institucional do catolicismo intolerante no país. Exemplo disso pode ser visto no projeto de lei que visava criar o *'Programa Nacional de Prevención y asistencia a las víctimas de hechos punibles contra la autonomía sexual y contra menores'*. A elaboração de tal projeto não se deu em função da ação feminista, mas, muito antes, das organizações do movimento de direitos da infância. Depois de passar pela apreciação das antessalas público-estatais do Senado e de ter sido aprovado nessa Casa, o projeto seguiu para a Câmara dos Deputados, onde foi reprovada – “[el] *rechazo fue producto de una campaña mediática y de presión de sectores cristianos conservadores, opuestos a hablar de 'autonomía sexual' (...) y de 'género'*” (CODEHUPY, 2005, p.28).

O insucesso deste projeto deve ser entendido no conjunto mais amplo de derrotas que as forças e grupos civis de corte democrático vêm encarando. “*En 2002*”, por exemplo, “*la entonces senadora Ylda Mayeregger tuvo la iniciativa de generar una propuesta de Ley de Paternidad y Maternidad Responsables, que lamentablemente fue al freezer y no salió hasta el momento de ese frío lugar parlamentario*” (SOTO, 2005, p.18). Não resta dúvida: a força que vem derrotando o feminismo paraguaio e os discursos informados por ‘gênero’, e que vem empurrando os temas familiares, ou seja, político-corporais, para esse não-lugar institucional do *freezer*, é o fundamentalismo de várias matizes religiosas no país, para além do catolicismo: Em 2003, por exemplo,

“fue presentado a la Cámara de Senadores un Proyecto de Ley para Prevenir y Eliminar la Discriminación (...). Sin embargo, estas iniciativas (...) enfrentan actualmente una fuerte campaña de ataques provenientes de sectores conservadores de varias iglesias cristianas, opuestas a la inclusión que cuestiona relacionadas con la perspectiva de género – entre otros temas, como la educación sexual, la orientación sexual – en la legislación y en las políticas públicas del Estado paraguayo” (CODEHUPY, 2005, p.28).

Seria necessário outra tese para entender a racionalidade dos atores desse contramovimento, que se diz ‘em defesa da família’ e simultaneamente desprotege menores, barrando leis que defendem padrões responsáveis e igualitários de convivência e de reprodução familiares. Seja como for, o importante é notar que, a despeito da ampliação dos pontos de contato entre partes do feminismo e do Estado, a resistência religiosa ao ‘gênero’ e, portanto, à generificação estatal tem sido bastante eficaz em âmbito legislativo – diferentemente, por exemplo, do que ocorreu durante a transição paraguaia. Os dados dessa dinâmica movimento/contramovimento têm implicações que extrapolam os limites colocados ao feminismo. Para além de tais limites, interessaria entender como a matriz religiosa, seja organizada em grupos ‘pró-vida’ ou institucionalizada no episcopado, se relaciona com aquele

padrão religioso de seleção estatal veiculado pelo nicanorismo e, ainda, entender se e como essa relação se reflete em diferentes partes da institucionalidade paraguaia.

Voltando aos processos que reconfiguravam o feminismo e aumentavam os pontos de interação entre suas organizações e a institucionalidade, vimos que um dilema atravessou a CMP durante o nicanorismo: elas deveriam ou não seguir apoiando a institucionalização da Secretaria da Mulher? Para fechar este capítulo, vamos ver, por meio do Informe Sombra CEDAW, como as integrantes da Coordenação e o feminismo paraguaio como um todo responderam esse dilema.

10.3.1. Informe Sombra CEDAW: uma interface internacional e a questão da autonomia

A 'Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women', doravante CEDAW, acompanha o feminismo paraguaio desde a sua gênese. Mais que mero apêndice, a convenção forneceu um pilar utópico e conceitual para a mobilização feminista em 1987 e, dada a circulação e preparo internacional de duas personagens históricas, tornou-se uma 'oportunidade oportuna' para o movimento àquela época. Agora, no começo do século XXI, esse instrumento ganha um novo uso para além do comprometimento dos Estados-membros uma vez que servirá para a apresentação de sínteses periódicas sobre seus esforços e avanços no combate às diferentes formas de discriminação contra as mulheres. Desde 1999, por meio de seu Protocolo Facultativo, o Comitê CEDAW recebe 'comunicações' de sujeitos coletivos ou mesmo individuais que 'aleguem ser vítima de uma violação do respectivo Estado-membro'³⁸⁹. Como efeito de uma ação coordenada entre organizações civis, a Secretaria da Mulher e a *Comisión de Equidad*, o protocolo foi ratificado pelo Senado paraguaio em 2001³⁹⁰, possibilitando o uso civil da convenção no país.

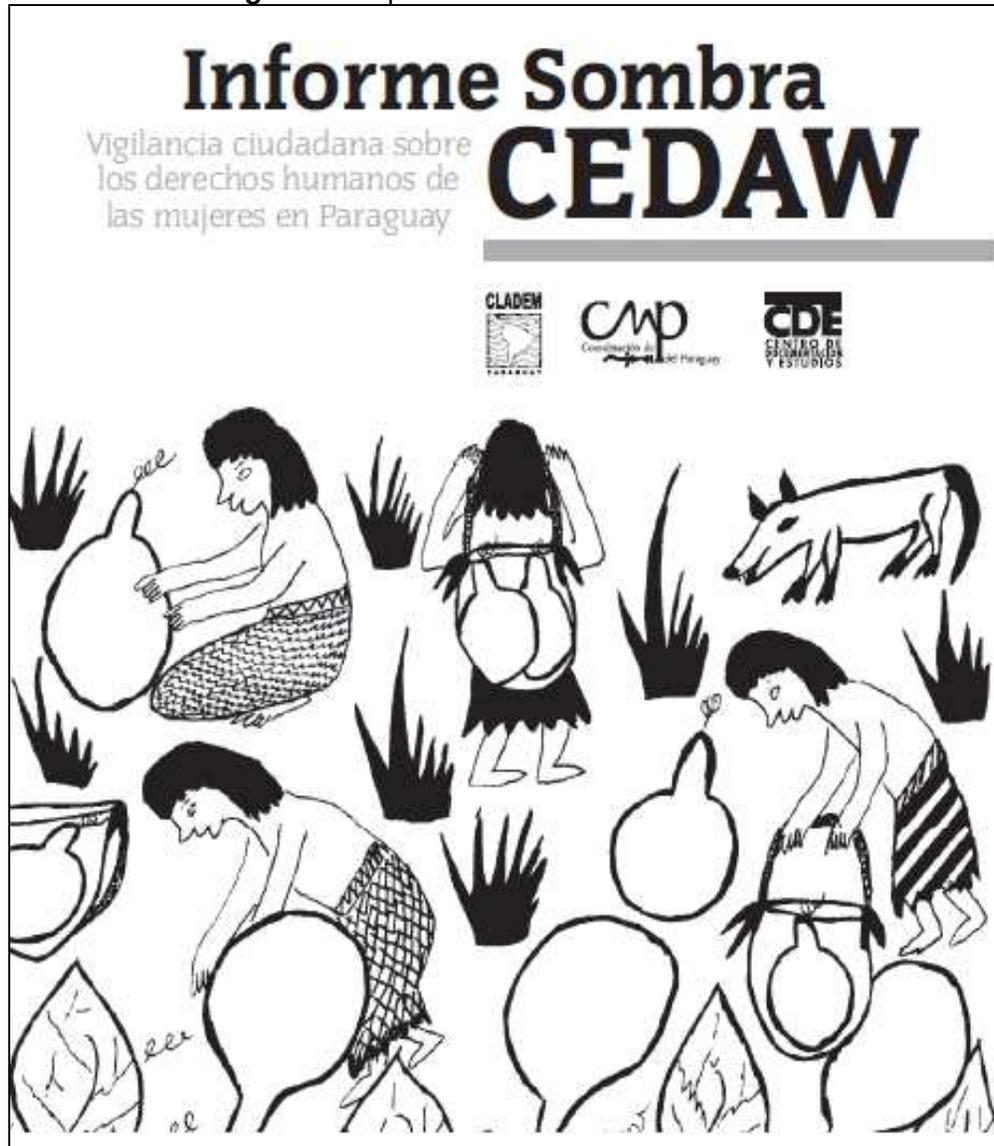
O Comitê CEDAW tinha, no ano de 1996, recebido os dois primeiros relatórios oficiais do 'Paraguai' – veremos em seguida o porquê dessas aspas. Em 2005, “[la] *presentación por parte del gobierno paraguayo del Quinto Informe Periódico (...) ofreció a las mujeres organizadas una oportunidad excepcional*” (NUÑEZ & BAREIRO, 2005, p.16). Junto da abertura possibilitada pelo Protocolo Facultativo, a apresentação agrupada dos terceiro, quarto e quinto informes oficiais forneceu às organizações de mulheres e feministas paraguaias a 'oportunidade excepcional' de fazer e apresentar um contrainforme. O 'Informe Sombra CEDAW. Vigilancia ciudadana sobre los derechos humanos de las mujeres en Paraguay' (CLADEM; CMP; CDE,

³⁸⁹ Cf. Artigo 2o do Protocolo CEDAW.

³⁹⁰ Veja-se, Ley 1.683/2001.

2005)³⁹¹, doravante 'Informe Sombra', teve como “*propósito señalar, desde la mirada de la sociedad civil, los avances, dificultades y retrocesos del Estado en la adopción de medidas para cumplir con la Convención*” (CLADEM; CMP; CDE, 2005, p.53) (Grifo meu). Como se nota, é uma disposição de controle que está na raiz dessa iniciativa.

Figura 5: Capa do Informe Sombra CEDAW



Fonte: Capa de CLADEM; CMP; CDE (2005).

³⁹¹ O 'Informe Sombra CEDAW. Vigilancia ciudadana sobre los derechos humanos de las mujeres en Paraguay' é um documento composto por duas partes pré-textuais, 3 textos, o informe propriamente dito, além de anexos. Para os elementos pré-textuais (p.5-13) e o informe (p.48-81) utilizo a referência CLADEM; CMP; CDE, 2005. Para os textos diferenciados por autoria cito 'Así lo hicimos', de NUÑEZ & BAREIRO (p.14-28) e 'Presentación del informe sombra ante el Comité para la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer', MENDOZA & MOLINAS (p.29-38).

No bojo da reconfiguração do movimento, CMP e CLADEM-Paraguai, a partir da liderança desta última e do estímulo de CLADEM Regional às suas colegas paraguaias, convocam ao fim de 2004 mais de 30 organizações do movimento amplo de mulheres, para “*propiciar la activa participación de las organizaciones en la realización del informe alternativo sobre el estado de cumplimiento de la [CEDAW]*” (CDE, 2004l, p.1). Nessa arena tratava-se de responder o que o Estado paraguaio tinha feito em relação ao cumprimento da convenção e ao seu parcial e eventual não cumprimento. Nutrida pela multiplicidade de vozes que então enriqueciam o feminismo paraguaio e seus vínculos com outras organizações de mulheres, a crítica feminista aos limites do Estado paraguaio ficou sintetizada no Informe Sombra.

O contrainforme acompanha os 16 primeiros artigos da *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*, e aponta, 'desde la mirada civil', a ação e os limites do Estado paraguaio na observação de cada um deles. Em janeiro de 2005, Graciela Mendoza de CLADEM e Moli Molinas, então integrante da CMP, fizeram a apresentação do Informe Sombra perante o Comitê CEDAW em Nova York. No entanto, ao invés de se aterem àqueles 16 capítulos, as duas feministas paraguaias, tendo sido informadas e capacitadas por redes internacionais de *advocacy*³⁹², expuseram '4 problemas que precisam de revisão urgente', quais sejam,

“1º) el retroceso institucional y el marcado debilitamiento de la Secretaría de la Mujer; 2º) la persistencia de una de las mayores tasas de mortalidad materna de la región y la elevada muerte de mujeres por abortos debido a la continuidad de medidas punitivas ineficaces y discriminatorias en la legislación penal; 3º) la agudización de la pobreza y desigualdad en el acceso a la tierra; y 4º) el empeoramiento de las condiciones de vida de las mujeres indígenas” (MENDOZA & MOLINAS, 2005, p.32).

É a reconfiguração e a multiplicação feminista que está na base desses dados: o impulso de CLADEM-Paraguai para o uso oportuno do Protocolo Facultativo reflete sua consolidação no feminismo e, mais amplamente, na sociedade civil paraguaia. Já a escolha desses 'problemas' reflete, por um lado, a entrada definitiva da crítica à criminalização do aborto no leque de tematização feminista. Por outro, os dois últimos pontos de queixa permitem notar uma sutil, porém importante, diferença entre aquilo que C. Tilly chama de 'vitrine' dos

³⁹² Se a variável internacional é uma constante no feminismo paraguaio, como provavelmente em outros, desde a sua gênese, os usos das tecnologias de informação e transferência pedagógica parecem ser uma bela novidade nessas relações entre os âmbitos nacional e internacional. Veja-se, “[la] capacitación [de Graciela y de Moli] se enmarcó dentro del programa 'De lo Global a lo Local', organizado por el IWRAP Asia Pacific y UNIFEM New York, con un componente teórico-práctico que tuvo como objetivo proveer suficiente orientación, entrenamiento y capacitación a las participantes para el trabajo de incidencia ante el Comité. Del programa participaron las delegaciones de la sociedad civil de Argelia, Croacia, Samoa, Turquía y Paraguay. (...) Toda la información recibida fue clave para comprender mejor el rol y la participación de las ONG’s en las sesiones del Comité. Se constató la importancia que el Comité le da a las informaciones proveídas por las ONG’s como fuente alternativa creíble al considerar los informes de los Estados”. (MENDOZA & MOLINAS, 2005, p.30) (Grifo meu).

movimentos e a transformação do feminismo em princípio articulatório. Em um momento anterior, no contexto de 'Camino a Beijing', as questões campesinas eram somadas (e exteriores) ao discurso feminista; na chave de uma estratégia interclassista de exposição, aquelas eram trazidas para dentro da chamada 'vitrine' feminista. Agora, a base daqueles dois últimos pontos está ocupada por um 'diálogo entre pares'. Quer dizer, é a *articulação* entre campesinas inspiradas pelo discurso feminista e feministas urbanas transformadas pela (crítica à) realidade campesina, que vocaliza tais queixas. Essa transformação política do associativismo feminista pode ser vista igualmente em um dos 'aprendizados' possibilitados pelo contrainforme, qual seja, "*la necesidad de pensar en las posibilidades de ejercicio de los derechos por parte de colectivos específicos de mujeres, en los que se cruzan o intersectan distintas formas de discriminación y no solamente la discriminación por razones de género*" (NUÑEZ & BAREIRO, 2005, p.28).

À apresentação dos contrainformes se segue, não imediatamente, o relatório do Comitê CEDAW, no qual este expressa suas 'recomendações e preocupações' com relação ao papel do Estado-parte no cumprimento da convenção. Como mostrei alhures (SZWAKO, 2010), à exceção da ideia de 'retrocesso institucional', o Comitê incorporou neste caso todas as questões trazidas à baila pelo Informe Sombra. Um exemplo disso pode ser visto na 'preocupação' demonstrada pelo Comitê a respeito da "*persistencia de elevadas tasas de mortalidad materna, en particular las defunciones por abortos ilegales, [d]el acceso limitado de las mujeres a la atención de salud (...) y [de] la aparente necesidad desatendida de anticonceptivos*" (CEDAW/C/PAR/CC/3-5, parág. 38). Essa preocupação se dirige ao Estado paraguaio que, como vimos, se esforçava para combater os níveis de mortalidade materna e neonatal. No entanto, aos olhos das mulheres organizadas, esses esforços 'tinham sérias deficiências em seu funcionamento'³⁹³ e esta crítica, por sua vez, se fez refletir na opinião final das atrizes do sistema internacional. Aí, ao escutar as 'preocupações e recomendações', o Estado paraguaio não está escutando somente a opinião internacional; dada a incorporação dessa e de outras críticas reunidas no contrainforme, ele está escutando também as posições e questões levantadas pelo movimento amplo de mulheres do seu país³⁹⁴. Assim, essa dinâmica

³⁹³ Cf. "Para garantizar a la mujer servicios apropiados en el embarazo, parto y periodo posterior al parto, (...) se están entregando en los servicios de salud los 'Kits de Parto' constituidos por medicina de uso básico para parto normal y cesárea. Desde marzo de 2003 se libera los costos de atención de la embarazada en el prenatal, parto y puerperio. Ambas medidas siguen presentando serias deficiencias en su funcionamiento" (CLADEM, CMP, CDE, 2005, p.74).

³⁹⁴ E, as recomendações internacionais ao Estado paraguaio em nada se parecem àquilo que, graças à contrarreação católica, chegou aos ouvidos da opinião pública no país: "[I]a prensa reprodujo de un modo erróneo, descontextualizado e incompleto, las recomendaciones de la CEDAW, dando un énfasis desproporcionado a la información donde se señala que 'la ONU recomienda a Paraguay legalizar los abortos', a partir de un cable de [una]

de 'vocalização civil-incorporação internacional-escuta estatal' pode ser compreendida como uma 'interface internacional', pois é um modo de interação no qual a prestação de contas dos Estados-parte fica sob escrutínio, ao mesmo tempo, civil e internacional. Pouco tempo depois, na volta de Nova York, as 'preocupações' (civis) internacionais foram internalizadas no Paraguai por meio da criação da 'Mesa Interinstitucional de seguimento da CEDAW'.

O conteúdo e os efeitos do Informe Sombra espelham, respectivamente, as mudanças de então no feminismo paraguaio e uma interface comunicativa, mas o contexto no qual ele está inserido, e que afinal lhe empresta sentido, está duplamente marcado. O contrainforme, por um lado, deve ser situado e entendido em meio às plataformas públicas de controle criadas depois do *Marzo* de 1999. A disposição publicizante do Informe Sombra está expressa em seu subtítulo – 'vigilância cidadã' –, sendo a crítica ao Estado o espírito incontestado deste esforço feminista. Além deste, outro sentido de publicidade também permeia o documento, que vincula democracia à necessidade de acesso a dados e registros oficiais: “*requisito previo a la existencia de un orden político democrático (...) es el acceso irrestricto a la información pública como mecanismo de control de las autoridades y base para la exigibilidad de los derechos*” (CLADEM; CMP; CDE, 2005, p.11).

A resultante final dos debates internos à rede, tal como se depreende do contrainforme, apontou para a crítica da institucionalidade. Mas, de modo curioso, a situação dúplice da CMP se fez notar no informe enviado pelo Estado paraguaio ao Comitê CEDAW: “*La Secretaría de la Mujer de la Presidencia de la República elaboró el Quinto Informe Periódico sin consulta alguna con la sociedad civil*” (BAREIRO & NUÑEZ, 2005, p.17-18). Como se lê, o relatório governamental não contou com a participação da CMP *qua* rede nem de outras organizações do movimento amplo de mulheres. Porém, a título individual, uma atriz histórica prestou à Secretaria a consultoria que deu vida e forma a esse informe³⁹⁵. Aos olhos das militantes e organizações feministas, muito mais grave que ter sido feito sem participação e por meio de uma consultoria, foi o fato do texto do documento oficial não explicitar 'o lugar de onde fala', quer dizer, o seu ambíguo '*locus*' gerou um grande mal-estar entre as feministas:

“No resulta claro el lugar desde el cual el Estado paraguay realiza su informe, pues no permite precisar sobre las responsabilidades que le competen como emisor del mismo. Las actuaciones de organismos gubernamentales y no gubernamentales son presentadas de manera indiferenciada, dando la impresión de ser un informe elaborado en forma conjunta por la Secretaría de la Mujer de la Presidencia de la República

(...) agencia de la Iglesia Católica, noticia que generó una inmediata polémica en esos términos (ver, por ejemplo, en Última Hora, 03/02/05 y La Nación, 01/02/05)” (VALIENTE, 2005, p.8-9)

³⁹⁵ O fato do relatório oficial ter sido produzido a partir de uma voz civil, com base em uma lógica de contrato privado, não é exclusivo do caso paraguaio, pois o uso da CEDAW no caso de outros países reproduz esta mesma forma de aproximação sócio-estatal. Veja-se SZWAKO (2010).

(SMPP) y el movimiento de mujeres, y esto no es real, pues la sociedad civil no ha participado en la elaboración del informe gubernamental" (CLADEM; CMP; CDE, 2005, p.53).

Essa ideia atravessou do começo ao fim as entrevistas com militantes tanto de CLADEM quanto da CMP. Resgatar, no detalhe, se e com que força o texto oficial fundiu e confundiu 'responsabilidades governamentais e não-governamentais' não nos levaria muito além de sua eventual constatação. Mais importante que entrar nesses detalhes é notar que essa confusão estatal/civil, ou seja, o tom 'indiferenciado' do informe estatal teve efeito diferenciador e autonomizante no tom assumido pelo informe civil. A apresentação do contrainforme diz: "Informe Sombra CEDAW (...) *ofrece una amplia visión del proceso que ha llevado la sociedad civil para informar de manera independiente (...), sobre lo actuado por el Estado paraguayo*" (CLADEM, CMP, CDE, 2005, p.5). Dentre seus efeitos pedagógicos ficou, por exemplo, "*la constatación que el informe Sombra es un importante instrumento de derechos humanos para dar la 'otra mirada' que tenemos desde la sociedad civil*" (MENDOZA & MOLINAS, 2005, p.38). E, ao se prepararem para ir a Nova York, as representantes de CLADEM e da CMP foram convidadas pela Secretaria da Mulher para compor a delegação oficial, mas declinaram por considerar "*que era más adecuado mantener una autonomía respecto a la delegación gubernamental*" (NUÑEZ & BAREIRO, 2005, p.25).

Dois dimensões caras à saúde democrática estão implicadas nesse uso da CEDAW. Como vimos, ele pode ser entendido como uma interface internacional na qual, por meio da mediação do Comitê CEDAW, se deu a vocalização das demandas e críticas feministas dirigidas ao Estado paraguaio. É a dimensão da publicidade que entra em relevo, uma vez que, ao modo de um controle social sobre a *accountability*, as vozes civis interpelam o Estado *via* interface. Outra dimensão aí implicada é a da autonomia feminista. Elas enfatizam que o contrainforme foi feito 'de maneira independente', que expressa '*una otra mirada*', civil. Esta disposição importa para nossa hipótese de pesquisa, pois os vínculos sócio-estatais das organizações da CMP individualmente mantidos poderiam ter minado a capacidade de crítica feminista. Três fatores ajudaram para isso: a iniciativa de CLADEM-Paraguai no sentido de fazer o relatório por meio de uma aliança; a situação bivalente da CMP, pois foi enquanto rede que suas feministas empreenderam sua crítica; e, ainda, o fato de que a resultante final das tensões inter e intrageracionais e dos debates internos à Coordenação, a respeito de qual deveria ser sua relação com a Secretaria, apontou para a crítica à institucionalidade.

Nesses termos, o Informe Sombra encerra força democratizante em duplo sentido, visto que nutre a 'autonomia' das feministas, ao mesmo tempo em que publiciza ações e limites

estatais, servindo inclusive de instrumental pedagógico para outras plataformas civis³⁹⁶. Esse cenário todo seria ideal não fosse o silêncio do feminismo paraguaio relativamente ao uso da CEDAW durante as gestões de Cristina Muñoz à frente da Secretaria da Mulher – afinal, por que esse mecanismo internacional não foi utilizado em oportunidades anteriores?

“No es posible determinar de manera inequívoca por que las organizaciones de mujeres no presentaron un Informe Sombra en 1996. No fue por falta de información ya que la 'International Women's Rights Action Watch - Asia Pacific' avisó con tiempo al CDE y éste comunicó a la CMP (...). Se debía más bien a que el Informe Inicial, completado por el Segundo Informe Periódico, había sido elaborado por la misma organización [por la CMP] y porque además existía una fluida relación con la Secretaría de la Mujer de la Presidencia de la República” (NUÑEZ & BAREIRO, 2005, p.17).

O 'Paraguaí', dizíamos entre aspas, enviou seus primeiro e segundo relatórios à CEDAW no ano de 1996 e, como se vê, foi a 'relação fluida' típica do pós-Beijing que deu forma a eles³⁹⁷. Daí, então, o uso didático das aspas, não porque elas desconstroem a oficialidade do relatório, mas, pelo contrário, porque afirmam seu histórico (iterativo, cruzado, justaposto, dúplice) de autoria e permitem ver que ele, como tantos outros documentos, é produto do padrão de interação predominante em seu contexto e, de modo mais específico, em sua área temático-institucional. A posição governamental veiculada pelo relatório de 1996 é indissociável das interações, afinidades e proximidades sócio-estatais que lhe deram vida. De modo bastante sintomático e, em boa medida, devido a um autoelogio autonomista caro a qualquer movimento oposicional, algumas entrevistadas civis constitutivas daquela 'relação fluida' insistiram em negar a preponderância daquela 'fluidez', como se ela fosse um problema ou algo a ser escondido.

Ora, a aproximação sócio-estatal não é um problema nem algo a ser negado; ela é condição e uma conquista da democratização não somente, e não tanto, das maquinarias estatais, mas, mais principalmente, das chances de interação e interlocução com elas. Sabemos que analiticamente já faz algum tempo que a autonomia deixou de ser entendida como 'não-relação' (TATAGIBA, 2007). Mas é do ponto de vista empírico, ou seja, dos embates transcorridos entre feministas e por elas vividos, que aquela negação assume seu sentido. Se se quer democratizar o Estado, se a existência de aliados institucionais-chave abre canais de interlocução e aumenta o espaço de alcance, se o sistema internacional incentiva e financia interações sócio-estatais, nada mais racional que uma estratégia civil de aproximação junto à

³⁹⁶ Veja-se 'Informe Sombra al Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos' (CODEHUPY, 2006).

³⁹⁷ E essa 'fluidez' inscreveu-se de tal modo no relatório oficial de 1996 que reverberou positivamente na postura final da CEDAW: “El Comité destacó el esfuerzo que representaba la presentación de este informe para un país que iniciaba un proceso democrático después de una larga dictadura, y manifestó su beneplácito por que en su elaboración hubiera participado no sólo el Gobierno, sino también organizaciones no gubernamentales e instituciones académicas” (parág. 113).

institucionalidade visando transformá-la. Bem observado, esse contexto reconstruído ao longo da tese informa a racionalidade (as 'escolhas') dessa geração feminista. No entanto, essa estratégia de aproximação lhes coloca, por um lado, de frente para os embates e críticas feministas, e, por outro, levanta aquilo que L. Tatagiba persuasivamente chamou de 'tensão intrínseca' entre a eficácia política dos movimentos e sua autonomia, em situações de interação sócio-estatal.

Quanto às críticas feministas, empíricas e bibliográficas, o contexto acima delineado permite, a meu ver, deslocar o modo pelo qual foi pensado (e criticado) 'o engajamento em instituições nacionais e internacionais' comum a diversos feminismos sulamericanos nos anos 1990 (ALVAREZ et al, 2003). Lido por algumas atrizes como um 'passo necessário'³⁹⁸, o 'engajamento' com tais instituições foi também designado como uma sorte de 'pragmatismo espontâneo'³⁹⁹. Tal como o entendemos, esse 'engajamento' foi, antes, resultante da afinidade entre o registro (modernizante) das transformações institucionais em curso e as capacidades técnicas acumuladas por aquelas atrizes '*experts* em gênero' - como foram pejorativamente denominadas. O que permanece intocado e impensado no tom autonomista de crítica àquele 'pragmatismo', ou seja, à aproximação feminista junto às instituições é o fato de que estas últimas não encarnavam mais o patriarcado nem o Mal. E a abertura de personagens e de parte das agências internacionais e burocráticas para a *expertise* civil e, às vezes, para demandas civis é prova dessa 'desmalignização'.

Mais que isso, o caráter seletivo dessa postura aberta não desfaz uma séria consequência nela implicada: ao aumento das trocas sócio-estatais corresponde a ocupação da primeira parte dessa conectiva. Quer dizer, algum discurso encarnado em sujeitos individuais ou coletivos advindos da sociedade civil tem, e necessariamente teve, de ocupar uma posição e desempenhar um papel naquelas trocas *sócio-estatais* que, no Paraguai e fora dele, foram uma das maiores conquistas dos períodos pós-ditatoriais. Se reconhecermos que, dados aqueles fatores, as feministas 'escolheram' uma via institucional de luta e se, ao mesmo tempo, fomos capazes de observar o peso e a persistência do conflito movimento feminista/ contramovimento religioso naquele mesmo contexto, veremos que a *expertise* delas (e não o discurso de outros

³⁹⁸ Já citado: "A questão sempre contenciosa da autonomia agora [na década de 1990] viria girar em torno de um novo eixo: o engajamento cada vez maior de algumas feministas em instituições políticas nacionais e internacionais – visto por algumas como um "passo necessário" para o avanço da agenda transformadora feminista, mas também visto por outras como um desvio perigoso em direção ao 'patriarcado global neoliberal' ou, até mesmo, em conluio com esse patriarcado" (ALVAREZ et al, 2003, p.550).

³⁹⁹ Cf. "[U]n cierto pragmatismo espontáneo ha predominado en las estrategias feministas, y no siempre ha aparecido con nitidez el lugar de enunciación y el posicionamiento desde donde las feministas influyen, concertan o colaboran con los gobiernos. Aparentemente, sin mediar un tránsito entre la identidad del colectivo feminista y sus apuestas 'contraculturales', se llegó al Estado en un proceso insuficiente de debate" (VARGAS, 2002, p.311).

sujeitos) ocupou a posição civil nas trocas sócio-estatais, de forma a desempenhar papel inegável na transformação dessas institucionalidades.

No caso paraguaio, essa estratégia teve efeitos institucionais que profissionalizaram partes da burocracia e modernizaram normativas informadas pelo 'gênero'. Contudo, as interações sócio-estatais travadas por organizações e militantes feministas não têm apenas efeitos institucionais, elas também traz implicações *del otro lado de la vereda* – e esses efeitos dizem respeito à 'autonomia' ou à perda dela. Mas não somente para estas, pois o aumento quantitativo e qualitativo dessas interações traz implicações também para a legitimidade dos movimentos e grupos civis aí envolvidos. Perguntávamos-nos há pouco sobre o não-uso da CEDAW por parte da Coordenação durante os anos de 'relação fluida' e vimos que a resposta àquele silêncio estava nessa mesma 'fluidez'. Longe de ser um modo acusativo de inquirimento, fazer essa pergunta abre outra lacuna a ser respondida: quem vigia as vigilantes? Ou, dito de outra maneira, o que confere legitimidade a determinada voz civil para criticar o Estado, para 'vigia-lo', em um momento mas não em outro? '*Cháke* Argaña, *cháke* Estado', isto é, 'tomem cuidado' – foi mais ou menos isso que o feminismo paraguaio articulado na aliança CLADEM-CMP deixou vocalizado por meio daquela interface. O mais próximo disso no período anterior foi a avaliação da Coordenação feita no balanço de 'Beijing+5', cujo tom foi, como vimos, notadamente ponderado.

Tarefa difícil entender essa crítica flutuante, difícil porque o que ela esconde e pressupõe é uma mutação ocorrida nos sentidos da 'autonomia'. Embora uma personagem histórica tenha argumentado em entrevista que o Informe Sombra 'não se dirigia àquele governo especificamente, mas ao Estado paraguaio', basta ver que a queixa de 'retrocesso' é uma crítica ao nicanorismo e a suas lógicas de nomeação ministerial. Boa parte das atrizes, civis e também governamentais, explica essa flutuação recorrendo a uma ênfase contextual: 'são dois contextos muito diferentes', segundo algumas, 'incomparáveis'. A meu ver, o fato de em outro momento uma Ministra aliada ter aberto dinâmicas participativas 'encantadoras' (a exemplo das que resultaram nos *Planes de Igualdad*) não significa que elas possam justificar qualquer omissão civil feminista – sejam quais forem os resultados prático-democratizadores de tais dinâmicas. Do contrário, a democratização do Estado *via* interação participativa seria nada além de apórica, pois a abertura de qualquer agência ou ator institucional para processos consultivo-participativos conteria virtualmente a justificação da negação a formas publicizantes de controle do Estado.

Dessas confusões, diferenciações, vocalizações e silêncios é possível depreender uma importante implicação normativa. Vimos que partes do tecido institucional paraguaio foram

permeadas pela 'perspectiva de gênero' como efeito de diferentes formas de interação com organizações feministas. A partir do caso do Informe Sombra, vê-se que para o feminismo paraguaio, assim como para Pojoaju e a CODEHUPY, ser autônomo é basicamente ter capacidade para criticar o Estado. É aí que está o *quid* da questão: já em fins da década de 1990, como argumentei no oitavo capítulo, falar da maquinaria estatal paraguaia como algo completamente exterior à ação feminista era estritamente equivocado – e essa tendência de aproximação junto ao Estado se expandiu e chegou a outro patamar institucional no contexto nicanorista. Nesses termos, reconhecida a intensificação das trocas e jogos sócio-estatais, não parece adequado guardar um sentido de autonomia tributário de uma realidade na qual 'Estado' era sinônimo, para usar termos nativos, de uma maligna teia de poder. Isso porque a sequência cumulativa de interações, neste caso, feministas-institucionalidade, atualiza e transforma o sentido da autonomia: o que significa fazer crítica a um Estado quando se é parte constitutiva de um padrão de interação sócio-estatal e, portanto, quando esse 'Estado' (objeto de crítica) é, em alguma medida, efeito da interação consigo? Embora não seja formulado nesses termos, esse dilema está tacitamente posto a diversos grupos e movimentos sociais que, como as integrantes e organizações da CMP, entraram em variadas e, sobretudo, intensas formas de interação com partes do Estado. Esse dilema é uma implicação dos processos de construção democrática nos quais os sujeitos mobilizados viram, de modo notadamente desigual e descontínuo, aumentar suas chances de interpelar as máquinas estatais.

Do ponto de vista empírico, o dilema vivido e encarado pelas feministas ao redor do Informe Sombra (e também ao redor da contenda de convidar, ou não, a nova Ministra para o *encuentro*) mostra a mutação ocorrida no próprio sentido da autonomia. Seguindo as falas das entrevistas, embora o texto do contrainforme defendesse 'autonomia' *qua* distância e crítica em relação à institucionalidade, havia diferentes avaliações especialmente a respeito da crítica do 'retrocesso institucional'. Enquanto algumas atrizes julgavam que a Secretaria ainda estava 'em construção', outras falavam em apoiar Argaña para 'ensiná-la', 'introduzi-la ao feminismo'. Já entre as vozes mais jovens, apoiadas por parte das históricas, a opinião era de manter distância da figura ministerial e da Secretaria – e essa foi, ao final, a versão que se imprimiu no texto apresentado e defendido em Nova York. No entanto, a despeito dessa crítica e dessa distância, as organizações feministas, seja da CMP ou não, seguiram mantendo intensas e espraiadas interações com as diferentes partes do Estado paraguaio.

Do ponto de vista da análise, este último dado a respeito da continuidade nas interações sócio-estatais ilustra bem a ideia de L. Tatagiba (2007), segundo a qual autonomia não é sinônimo de não-relação com a institucionalidade. Ou seja, é possível manter-se 'autônomo' e

crítico perante o Estado mantendo relações com ele. Mas, como decorrência do aprofundamento das interações sócio-estatais, a prezada autonomia dos movimentos se transformou em outro sentido, mais ligado àquelas diferentes avaliações em disputa, e é outra 'definição preliminar' que pode nos ajudar a captar esse sentido: "[a autonomia é] a capacidade de participar com o outro sem perder certa 'distância crítica' que permite colocar a própria relação como objeto de reflexão. Para isso é preciso ter poder e, no caso dos movimentos, esse poder advém da força dos vínculos mantidos com a sociedade civil" (TATAGIBA, 2010, p.68) (Grifo meu). Inspirada em Melucci, essa última acepção de autonomia fica bem ilustrada no confronto, apenas obliquamente apanhado através das entrevistas, entre posições a respeito do que deveria ser, especificamente, a relação com a Secretaria da Mulher. Diferentes vozes e avaliações compuseram um público interno ao movimento e fizeram da aproximação sócio-estatal um 'objeto de reflexão'. Quer dizer, as vozes internas ao movimento empreenderam uma autocrítica, isto é, uma crítica do próprio papel desempenhado no estabelecimento de determinados padrões de interação. Daí, então, a discreta, porém importante, mutação transcorrida como efeito da intensificação das interações sócio-estatais que, como vimos, não minaram a capacidade de crítica ao Estado e, até aquele momento, tampouco a vontade de autocrítica do movimento, que foi capaz de se questionar e de dar espaço e abrir-se para vozes insatisfeitas com o padrão interacional até ali vigente. Sem essa dissonância e sem um (in)certo grau de publicidade e tematização internas, os feminismos, assim como outros setores mobilizados intensamente envolvidos em conexões sócio-estatais, podem ter sua autonomia em dupla acepção maculada.

*

*

*

Este capítulo tratou das profundas mudanças do feminismo paraguaio e do aumento dos pontos de contato entre organizações feministas e institucionalidade ao redor de 2004 e 2005. Nesse contexto, vimos como a eleição presidencial de Nicanor Duarte Frutos afetou o campo feminista de mobilização no país. Ao ter tirado Cristina Muñoz da pasta da Mulher, Duarte Frutos não fez senão abrir outra oportunidade para o movimento. Quer dizer, o realinhamento implicado na escolha de Maria José Argaña para a institucionalidade de gênero se fez refletir, direta e indiretamente, no associativismo feminista. A distância entre a recém-criada *Mujeres Políticas en Red* e a *Red de Mujeres Políticas*, bem como a situação bivalente da CMP, mostram como as organizações se rearranjam e são rearranjadas em função daquele realinhamento. Mas não foi apenas o nicanorismo que reorganizou e aumentou o espaço das

interações sócio-estatais mantidas pelas organizações feministas, que passou então a incluir o Poder Judiciário paraguaio. Outros desenvolvimentos institucionais, dentre os quais enfatizamos aqueles surgidos como herança do *Marzo* paraguaio, também ampliaram os pontos feministas de contato e de interpelação institucional. No entanto, como vimos, desses pontos de conexão não resulta diretamente um processo robusto de incorporação estatal do 'gênero', pois a força do contramovimento católico impôs limites a esse impulso de generificação especialmente em âmbito legislativo.

Questão importante que atravessou este capítulo foi aquilo que chamei de multiplicação dos temas e das posições feministas de fala. Aí vários fatores agem em paralelo: a entrada de uma geração mais jovem nas organizações do movimento, a pressão pela tematização ampla de questões corporais e a emergência do lesbofeminismo são alguns desses fatores. Essa multiplicação ficou espelhada nos 'encuentros feministas', entendidos como arenas de formação de alianças e de ampliação do consenso. Mais que um aumento das posições feministas de fala, esse foi um processo articulatório do qual as campesinas de CONAMURI foram o grande exemplo: elas incorporaram a agenda feminista tanto quanto as feministas urbanas incorporaram, como vimos nas queixas ao Comitê CEDAW, a agenda campesina. De modo um tanto paradoxal, mesmo com toda a mobilização dos 'encuentros', com as articulações forjadas a partir de um denominador feminista e com a ida da aliança CLADEM-CMP a Nova York, uma militante-pesquisadora paraguaia insistiu, àquela mesma época, que era difícil falar em movimento feminista no país (cf. DURÉ, 2005). Segundo ela, para além das militantes da CMP, apenas um 'feminismo institucional', composto por mulheres de partido e figuras institucionais, seria notável no Paraguai. Uma boa razão para esta compreensão limitada do movimento está na duplicação então ocorrida entre as redes de 'mujeres políticas' e também na rápida e relativa visibilidade conquistada pelo principal projeto desenvolvido por *Mujeres Políticas en Red*. Essa leitura de que o feminismo paraguaio era somente ou preponderantemente de caráter institucional chegou a irritar algumas das militantes mais jovens: "*¿Existe movimiento feminista en Paraguay? Para quienes nos sentimos parte de esta expresión política y de pensamiento, la respuesta es obvia*" (THIEDE, 2005, p.57).

Por fim, no contexto do mandato presidencial de Duarte Frutos, devido à lógica de atração de atores civis para postos institucionais decisórios, a questão da autonomia se impôs a frações democráticas e profissionalizadas da sociedade civil paraguaia. De saída, a escolha de María José Argaña para a pasta da Mulher colocou para as feministas, não o dilema a respeito da autonomia, mas a dúvida de se elas deveriam ou não seguir travando relações com essa parte da institucionalidade. Pois elas seguiram: a maior parte das organizações da CMP, assim

como a ONG *Tiempo Nuevo*, fez parte dos vínculos da Secretaria ao tempo do nicanorismo, ao passo que a Coordenação, *qua* rede, passou a manter uma disposição crítica com relação ao ‘retrocesso’ naquela mesma instituição.

A autonomia passou a ser uma questão para as feministas quando o relatório enviado pelo Paraguai ao Comitê CEDAW confundiu responsabilidades civis e governamentais. O Informe Sombra liderado pela aliança CLADEM-CMP, ao mesmo tempo em que exprimia as mudanças, emergências e articulações feministas, foi um modo de defesa da autonomia do movimento frente àquela confusão. Aí autonomia designava basicamente a capacidade civil de crítica ao Estado, mas, perguntamos, o que significa criticar o Estado em um contexto constituído pela intensificação quali e quantitativa das trocas sócio-estatais? Este dilema não é apenas do feminismo paraguaio, nem somente dos feminismos sulamericanos, mas são eles afinal que mais se debruçaram sobre a autonomia. A partícula adversativa utilizada por V. Vargas encerra bem o dilema de quem precisa defender “*un estrecho margen de maniobra para tener la capacidad de incidencia en políticas públicas pero al mismo tiempo, mantener la autonomía para la crítica y la movilización*” (VARGAS, 2002, p.311-312) (Grifo meu)⁴⁰⁰. Recorrer a uma disjuntiva entre as duas partes dessa citação é desconhecer que os cenários de construção democrática transformaram o sentido da autonomia: em contextos nos quais o objetivo de ‘incidir sobre as políticas’ é nutrido por um sem-fim de aproximações sócio-estatais e incentivado seja por governos muito, pouco ou mesmo nada amigáveis, a autonomia não pode ser restringida à crítica do Estado; ser autônomo nesses contextos é ser também autocrítico, é ser capaz de criticar reflexivamente o próprio papel desempenhado na construção de determinados padrões de interação sócio-estatal.

⁴⁰⁰ ‘Autonomia engajada’ ou ‘autonomia crítica’ foi o termo utilizado por boa parte da literatura feminista para designar o fato de que os grupos feministas entraram em relações com instituições, ‘mas’ se mantiveram ‘críticas’ a elas. “O debate [sobre a oposição] feminista/política perdeu sua força, à medida que muitas feministas revisaram sua compreensão do que poderíamos chamar de ‘autonomia engajada’ – negociando com, ou participando de movimentos e partidos revolucionários e de Esquerda, bem como de instituições sociais e políticas dominantes, mantendo, ao mesmo tempo, uma postura crítica e feminista” (ALVAREZ et al, 2004, p.547) (Grifo no original). Outro exemplo desse mesmo tipo de raciocínio é dado por V. Vargas, segundo a qual “uma das mudanças mais significativas [nos anos 1990] foi a mudança de uma postura anti-estadista para uma postura crítica de negociação com o Estado e instituições internacionais formais” (apud ALVAREZ et al, 2004, p.551) (Grifo meu).

Conclusão: a democratização paraguaia à luz da luta feminista, e vice-versa.

Nesta conclusão, vamos retomar nossos objetivos e hipóteses de pesquisa e fazer referência a alguns dos raciocínios e elementos que atravessaram a tese. Nossos pressupostos teórico-analíticos se enraizaram nisso que chamei de chave da 'construção democrática'. A partir dela, um conjunto de lugares-comuns sobre a relação entre movimentos sociais e democracia, e sobre ambos separadamente, foi deslocado e devidamente criticado: os atores da sociedade civil são conflituosos e heterogêneos, do mesmo modo que o são o caráter variavelmente democrático ou autoritário de seus projetos políticos, e suas formas de interação com o Estado, ele também heterogêneo. Nesse enquadramento, o objetivo principal de investigação indagava pelos efeitos produzidos pela interação entre organizações do movimento feminista e partes da institucionalidade paraguaia. A este propósito central, foram somados dois objetivos parciais: um deles inquiria quais foram os projetos feministas dirigidos ao Estado paraguaio ao longo do período pós-ditatorial, ao passo que o outro se perguntava pela forma como interagem contextos oportunos e projetos políticos. Já nossa dupla hipótese de pesquisa procurou qualificar os efeitos perseguidos pelo objetivo principal: como resultado da série de interações feministas-Estado, este último teria incorporado a 'perspectiva de gênero'. *Del otro lado de la vereda*, como supúnhamos, essas interações também trouxeram efeitos para a 'autonomia' das organizações feministas; efeitos não reduzíveis, contudo, àquilo que boa parte da literatura especializada rotula como 'cooptação'.

Entre o primeiro e o terceiro capítulos, vimos alguns dos principais traços do último regime autoritário paraguaio. Tal como os autoritarismos vizinhos, e em aliança com eles, o stronismo perseguia os setores mobilizados, especialmente no campo, fazendo uso sistemático e ilegítimo da violência. Sua longevidade, como vimos, não foi garantida apenas através de práticas repressivas; a tríade Forças Armadas-Estado-Partido e a abertura do mercado estatal de empregos para apoiadores do regime forneceram a base institucional do regime. Como efeito dessa dinâmica, partes importantes da burocracia estatal foram desprofissionalizadas e a corrupção, institucionalizada. Este era, segundo a justificativa de Stroessner e de sua clique ilicitamente enriquecida, 'o preço da paz'. A falsa '*Pax Stroessner*' era, na verdade, apenas um momento do roteiro ideológico stronista. Em quase tudo, nas 'seccionales', nas praças, nas cidades, nas músicas, no passado de guerras gloriosas ou no futuro mais glorioso ainda, e mesmo nas práticas íntimas, a veia totalitária do regime tentou se imprimir. Desse modo, àquela

base tríplice reproduzida institucionalmente somou-se uma estrutura de produção ideológica que tentou negar duplamente a historicidade paraguaia: seja 'presentificando o passado', por meio de guerras e próceres ressuscitados, seja operando a anexação povo-Partido e negando, pela imposição do partido-Uno, quaisquer indícios de diferenças, de divisões e de conflitos sociais.

No terceiro capítulo vimos que a gênese do feminismo paraguaio tem data e endereço: 1987 no Seminário Metropolitano de Assunção. Em clima de fadiga do regime e do ditador, foram realizados o *Encuentro Nacional de Mujeres* e o *Encuentro Taller*. Neles se destacou a liderança de mulheres previamente ligadas a subterrâneas organizações de oposição ao stonismo. As categorias em circulação em ambas as reuniões eram notadamente feministas, muito embora essa forma de identificação não fosse alardeada publicamente e tampouco bem aceita pelas campesinas mobilizadas. O primeiro encontro deu vida e forma à Coordenação de Mulheres do Paraguai e a seu projeto jurídico-igualitário; já o segundo, embora mais ousado, não rendeu frutos em seus próprios termos e temas, mas suas lideranças pouco tempo depois formaram a Multisetorial de Mulheres do Paraguai. Seguindo nossa definição, junto de Melucci (2001), esses dados ilustram adequadamente a gênese de um movimento, ou seja, a formação de um conjunto de pessoas e organizações que compartilham (e disputam) uma unidade de sentido feminista e agem de modo coordenado em função dessa forma de identificação.

Ao mesmo tempo em que mostrou a gênese contemporânea do feminismo no país, esse capítulo deu o tom da forma pela qual a relação entre contextos oportunos e projetos políticos foi apreendida, não somente ali, mas na tese como um todo. Ao redor desse clássico dilema sociológico, vimos que optar entre a dimensão da ação ou da estrutura, ou, em nossos termos, pelo projeto das atrizes ou pela oportunidade política, seria algo equivocados. A reconstrução rigorosa da ação coletiva feminista, em seu período de formação e, mais adiante, no contexto de rearranjo jurídico-normativo de transição, mostra que ambas, ação e estrutura, são dimensões autônomas e simultaneamente interrelacionadas. Esta inter-relação está expressa, por exemplo, naquele caso de conflito entre as 'investigadoras' da CMP e as 'políticas' da Multisetorial, pois ali vimos que a dimensão histórico-estrutural da oportunidade não dava conta da explicação do desenrolar da ação. Fator de peso para a compreensão da relação entre projeto e contexto foi o encaixe entre ambos. Inspirada em T. Skocpol (1995), essa ideia foi um pouco mais desenvolvida para chegar àquilo que chamamos de 'oportunidade oportuna', por meio da qual enfatizamos a afinidade entre a capacidade acumulada pelos grupos mobilizados e o registro ou domínio específico da mudança político-institucional. Já mais ao fim da tese, no décimo capítulo, outro exemplo desse encaixe foi observado na interação entre o projeto 'sócio-

jurídico' de CLADEM e uma parte do Poder Judiciário afim àquele projeto. Neste mesmo sentido, a reorganização político-pública pós-*Marzo*, observada no nono capítulo, significou uma oportunidade mais que oportuna para a consagração da lei de violência doméstica, ao redor da qual o movimento vinha trabalhando desde 1998 e tematizando desde o fim do regime autoritário.

Juntos, o terceiro, quarto e quinto capítulos levantaram alguns traços marcantes do feminismo paraguaio. Durante a transição, seu sucesso político-institucional é notório: as mudanças ao redor do Código Civil, a influência sobre a redação da Carta Magna paraguaia e a conquista da Secretaria da Mulher, 'com nível ministerial', foram as principais conquistas dessa fase inicial. Nesses episódios, a série de pontes forjadas entre as militantes da Multisetorial e da Coordenação desempenhou papel inegavelmente positivo. Traço constitutivo do movimento no Paraguai é também sua relação com as mulheres mobilizadas desde o campo. Se o vínculo feministas-campesinas assumiu a forma de uma tensão de classe nas reuniões de 1987, ele se transformou ao longo da década de 1990 e transformou também a própria forma de constituição e de articulação dessas atrizes. Não somente a agenda campesina passou, com a emergência de CONAMURI, a ser atravessada pelas 'questões de gênero', como também a agenda das feministas urbanas passou a ser cada vez mais permeada, senão mesmo estruturada⁴⁰¹, pelas demandas das campesinas.

Os sexto e sétimo capítulos mostraram os argumentos feministas levantados, respectivamente, em prol da Secretaria da Mulher e no 'camino a Beijing'. Vimos que a demanda por um órgão de estatuto ministerial, e não somente como uma 'subsecretaria' dentro de um Ministério, era central no projeto da Multisetorial de Mulheres do Paraguai. Em dois momentos, primeiro em 'Críticas e sugestões' e depois em 'Bases', essa demanda foi sistematizada em um argumento dirigido e enviado aos atores governamentais. Se, por um lado, esses documentos compartilhavam a ideia de heterogeneidade existente entre as mulheres paraguaias, por outro, 'Bases' se distanciava do texto de 'Críticas' ao fazer uso de um passado imaginado e forjado pelo regime stronista. Nessa versão, o Paraguai seria como 'um

⁴⁰¹ Recentemente, o movimento feminista paraguaio, ainda mais diversificado, empreendeu a segunda elaboração do Informe Sombra CEDAW. Ao que parece, mais uma vez, as demandas indígenas e campesinas – notadamente as demandas de CONAMURI – foram centrais nas críticas ao Estado paraguaio, que novamente foi interpelado por essa interface internacional: "La problemática de las mujeres rurales e indígenas también mereció atención del organismo internacional [Comité CEDAW]. Solicitan al gobierno que realice estudios exhaustivos sobre las consecuencias negativas de la mala utilización de productos agrotóxicos en la agricultura, con el fin de eliminar los efectos en la salud de las mujeres y sus hijos e hijas. Recomiendan mejorar el acceso de campesinas e indígenas a servicios de salud integral y a la educación, promover el desarrollo empresarial y la capacitación técnica como medio de lucha contra la pobreza" (<http://us2.campaign-archive1.com/?u=4075bc9facc694123047b1de9&id=fed5a44c3d&eo=0b7bda875d> – acessado em 01 de novembro de 2011).

só coração’, tal como dizia o general; um país sem divisões internas, mas sempre disposto ao confronto bélico. No contexto de reivindicação por um ministério, o argumento feminista fez uso desse imaginário nacionalista, imprimindo nele novas heroínas. Esse foi um uso estratégico do acervo hegemônico no país e de modo algum significa que as feministas endossem tal ideologia. A mesma lógica instrumental se repetiu no caso da demanda por cotas nas listas partidárias, em prol das quais as militantes da *Red de Mujeres Políticas* argumentavam que a ‘mulher’ seria mais ‘sensível à educação e à saúde’. Com base nesses exemplos, dissemos que o enquadramento ou ‘alinhamento’ exercido pelos movimentos não se nutre de um suposto estoque cultural, mas de um acervo ideologicamente herdado e ressignificado.

Como sugerido no sexto capítulo, podemos agora avançar um pouco quanto ao chamado ‘efeito de audiência’ (BENFORD & SNOW, 2000). A partir dos casos citados acima, é possível sugerir que o alinhamento do qual falam os teóricos estadunidenses não seria feito pelas organizações do movimento, não se destinava a moldar um público, mas, ao contrário, seria por este moldado. Neste sentido, é o interlocutor privilegiado com o qual se dialoga – no caso dessas demandas específicas, o público parlamentar – que molda e, no limite, determina o conteúdo de tal ou qual argumentação. Empiricamente aquelas reivindicações falam a língua e evocam o imaginário daqueles que são os principais intermediadores do eventual sucesso de sua demanda. Nestes termos, compreendê-las é, em boa medida, compreender os pressupostos do seu público receptor. Quer dizer, uma demanda que pretenda sucesso precisa fazer sentido para sua ‘audiência’, e é deste último lado que parece estar concentrada a explicação da relação entre reivindicação e argumento. A disposição cognitiva subjacente a essa idéia trata com maior acuidade os casos nos quais figuras e metáforas ideologicamente herdadas são utilizadas e ressignificadas de modo estratégico. Quer dizer, determinadas formas de reivindicação se valem instrumentalmente do velho para, partindo de um terreno discursivo comum, cujos limites são dados não por quem enuncia, mas pela audiência⁴⁰², empreender ações e argumentações orientadas pelo e para o novo.

O sétimo capítulo tratou da maior inflexão nas interações feministas-Estado paraguaio no período pós-ditatorial: a participação na IV Conferência Mundial da Mulher. Se uma das reivindicações elaboradas pela Multisetorial levantava a questão do desconhecimento estatal em relação à situação das paraguaias, no contexto da conferência internacional, nossa hipótese de pesquisa ganha clara evidência empírica: em seu ‘camino a Beijing’, as paraguaias

⁴⁰² Cf. “Na realidade, toda corrente cultural cria a sua linguagem, isto é, participa do desenvolvimento geral de uma determinada língua nacional, introduzindo termos novos, enriquecendo de conteúdo novo termos já em uso, criando metáforas, servindo-se de nomes históricos para facilitar a compreensão e o julgamento de determinadas situações atuais” (GRAMSCI, 1978, p.170).

mobilizadas demandaram expressamente incorporação estatal da 'perspectiva de gênero'. A observação desse simples dado evoca um de nossos pressupostos centrais e, além disso, aponta para uma implicação de cunho normativo. Contra interpretações teleológicas, em especial a transitologia, pressupomos que o processo histórico é contingente e não traz em si nenhuma necessidade (em sentido forte), de forma que sua reconstrução exige categorias de análise adequadas e abertas à historicidade dos fatores e atores em disputa. A leitura da participação paraguaia na Conferência de Beijing sintetiza essa postura cognitiva processual: a conferência rearranjou as relações entre feministas civis e suas respectivas maquinarias estatais em praticamente todo o mundo. No caso paraguaio, ela selou a 'fluidez' existente entre a Secretaria da Mulher e a CMP, e mantida até a eleição de 2003. Isso não significa, contudo, que a história do feminismo paraguaio, devido àquela oportunidade internacional, seria necessariamente essa. Fator de peso na aproximação inicial entre as lideranças da Coordenação e a então Ministra estava nos agudos conflitos internos à Secretaria ao tempo de sua formação. Sem tais conflitos, a postura daquela figura ministerial em relação a essa fração do movimento poderia ter sido outra, de maneira que tanto os rumos da institucionalização de gênero no país, com a centralidade aí ocupada por aquela relação 'fluida', quanto os caminhos e descaminhos do feminismo paraguaio, com o protagonismo nele conquistado pela CMP, seriam também outros.

Por outro lado, o caso de 'camino a Beijing' tem também uma implicação de cunho normativo, pois nesse 'caminho' foi forjada aquela 'vitrine de gênero'. Como vimos nos quarto e quinto capítulos, as militantes da Multisetorial e da Coordenação já tinham feito apelos às autoridades governamentais expondo em sua vitrine pública atributos como unidade e comprometimento. O tom delas era mais ou menos o seguinte: não somos poucas, nossas trajetórias atestam que somos comprometidas e, mais, somos *um* movimento – ao menos no momento de sua enunciação. Lógica argumentativa semelhante a essa se reproduz frente à Conferência Mundial da Mulher. Ao mesmo tempo em que operava como uma categoria vinculante capaz de fazer o trabalho de unificação prática e imaginária do movimento amplo de mulheres, a 'vitrine de gênero' expunha uma reivindicação de incorporação estatal. Na base dessa reivindicação estava um duplo sujeito, qual seja, o 'movimento' exposto e forjado através do 'gênero' e também sua fração feminista, mais especificamente, a CMP. Por si mesma, a construção de tais vitrines não suscita problemas normativos, mas, a meu ver, em seus efeitos, elas têm implicações para a vocalização dos diferentes grupos (de mulheres, em nosso caso) que representam ou pretendem representar. Nestes termos, é possível sugerir o risco potencial de sub- ou sobrerrepresentação exercida entre diferentes vozes (e, portanto, em detrimento de

algumas delas), se e à medida que a construção de uma vitrine implicar, não em práticas de articulação e negociação entre grupos, mas em práticas de anexação ou subordinação entre eles.

Os oitavo, nono e décimo capítulos responderam de modo conjunto e completo o objetivo parcial que perguntava quais foram os projetos feministas dirigidos ao Estado paraguaio no período delimitado. A CMP e a Multisetorial de Mulheres do Paraguai marcaram a primeira fase de interações entre Estado e feminismo paraguaios. Por um lado, composta pelas lideranças do efêmero e ousado *Grupo-Taller*, a Multisetorial visava reconhecimento institucional. Por meio de alianças com a CMP e depois da jocosa e eficaz invasão do Congresso paraguaio, as integrantes da Multisetorial conquistaram a Secretaria da Mulher. A conquista desse órgão, por sua vez, teve como efeito reorganizar a disposição de suas principais demandantes, pois ao reconhecimento institucional correspondeu a transformação da parte líder e partidarizada da Multisetorial em *Red de Mujeres Políticas*. E esta última, nascida dentro da Secretaria e nutrida do vínculo com a então Ministra da Mulher, levantou a bandeira das cotas para mulheres nas listas partidário-eleitorais. Por outro lado, a Coordenação de Mulheres do Paraguai nasce com um projeto jurídico-igualitário que se fez inscrever na legalidade então aberta e em transição, não sem a contribuição de figuras-chave da Multisetorial. Essa orientação jurídico-igualitária muda no contexto da Conferência da Mulher, desde quando a reivindicação por 'participação' nas ações e decisões da Secretaria toma lugar central no projeto da CMP. Mais evidente nestes dois últimos casos, reside aí um tipo de efeito que não é senão o outro lado da expressão '*policies transform politics*' (SKOCPOL, 1995, p.57). Parafraseando esta autora, diria que os '*achievements transform achievers*'. Uma vez observados determinados os efeitos para os atores e grupos civilmente mobilizados, vê-se que as conquistas institucionais da luta se impõem e transformam a luta desses atores, quer dizer, essas conquistas transformam as condições, alvos e projetos subsequentes dos atores civis

A observação dos projetos feministas em interação com a institucionalidade foi completada no nono e no décimo capítulos. Neles, vimos que esses projetos se multiplicaram com o aumento das posições de sujeito que, de dentro e de fora do feminismo, passam a se identificar com ele. A autoadscrição 'socialista feminista' de CONAMURI vem de seu projeto entrecruzado por classe e gênero, projeto, como vimos, parcialmente incorporado pelo Estado paraguaio em seu Estatuto Agrário de então (PARAGUAY, 2002). É esse cruzamento que informa a luta das camponesas orientada para o Judiciário e o Executivo, expressa nos casos Talavera e da Marcha de 2001, respectivamente. Outra voz que marca a multiplicação e a recomposição internas ao feminismo no país é CLADEM-Paraguaio. Legado pela rede regional

homônima, seu projeto 'sócio-jurídico' se nutre de alianças e encaixes institucionais que, ao mesmo tempo em que lhe vinculam ao Poder Judiciário, pretendem transformá-lo em chave de 'gênero'.

De igual importância é notar a ênfase dada àquilo que ao longo do texto chamamos de 'laço sócio-estatal' e à lógica explicativa dele derivada. A expressão que nomeia nossa tese quer salientar as dinâmicas empíricas por meio das quais é possível observar a aproximação de grupos feministas organizados junto ao tecido institucional paraguaio. No decorrer dos capítulos, 'del otro lado de vereda' passou a designar também uma postura de análise voltada para a função operada pelo laço sócio-estatal na disposição de atores tanto governamentais quanto civis. Na abertura política, por exemplo, a liberalização e a constitucionalização alteraram a 'percepção' tanto de grupos civis organizados, dentre eles as feministas, quanto das autoridades que passaram a se mostrar mais 'democráticas', a despeito da sua majoritária ligação com o passado stronista. O mesmo foi visto no período posterior ao ciclo de protestos do *Marzo* de 1999, desde quando atores civis e autoridades passaram a fomentar, respectivamente, plataformas públicas e público-estatais de controle do Estado paraguaio. Estes exemplos históricos permitem notar como o chamado laço sócio-estatal modula a orientação *global* dos atores em suas trocas e interações.

No entanto, mais interessante que constatar essa força modulatória seria entender se e como a variação interna de tal laço, ou seja, a existência de lógicas e domínios distintos e relativamente autônomos de interação operantes em um mesmo laço sócio-estatal, pode ser pensada como um índice de democratização. Ora, o stronismo e sua sede totalitária de publicidade são um dos exemplos mais perfeitos de como as formas sócio-estatais de conexão eram reduzidas a uma só e sufocante (ideo)lógica monocromática. Já em um cenário democrático, as diferentes formas pelas quais, em vários domínios, o governo de Nicanor Duarte Frutos atraiu interlocutores e atores civis dão, a meu ver, pistas da democratização do laço sócio-estatal paraguaio. Talvez o mesmo pudesse ser dito da relativa abertura mostrada por agências do Executivo já antes da convulsão de 1999, caso elas buscassem incorporar não somente a *expertise*, mas também parte das demandas das organizações e movimentos sociais. Fica, então, sugerida a ideia de que a compreensão dos padrões e domínios de interação dentro de um laço sócio-estatal pode iluminar os avanços e limites dos cenários de democratização.

Tal como observamos no oitavo capítulo, o Estado paraguaio incorporou parcialmente a 'perspectiva de gênero' como efeito das interações com organizações e militantes feministas. Vimos que a atuação das lideranças históricas da CMP em projetos e consultorias para a

Secretaria da Mulher teve como efeito a profissionalização do quadro dessa última. Esse mesmo capítulo constatou que documentos oficiais como o *Plan de Igualdad* e o *Plan de Salud Reproductiva* traziam as marcas e categorias das arenas civis/estatais/internacionais de interação com sentido profissionalizante. Ainda que a luta dos feminismos, em específico, e dos movimentos sociais, em geral, não seja reduzível à interação com o Estado, esses dados ilustram a concepção de A. Giddens (2008), segundo a qual a luta dos movimentos visa interpelar políticas estatais em suas raízes institucionais. Se, na transição, as feministas já tinham contribuído para transformar algumas leis e a Constituição herdadas do stronismo, no pós-Beijing elas tentaram e conseguiram imprimir sua categoria – ‘gênero’ – no rol de vigilância estatal, capacitando agentes burocráticos e repressivos, e nutrindo partes e planos do Executivo com sua *expertise*.

Foi no pós-Beijing que a ‘generificação’ estatal deu seus primeiros avanços no Paraguai e seguiu forte no período subsequente. No pós-Marzo e, mais claramente, no nicanorismo, a luta das organizações e redes do feminismo paraguaio só fez aumentar seu escopo de interpelação institucional. De um tipo de interação inicialmente restrito a agências do Executivo, as interações sócio-estatais travadas por feministas da capital e do interior, e para além da CMP e de suas organizações, passaram a incluir partes do Legislativo e do Judiciário paraguaios.

Essa dinâmica de ‘generificação’ deve ser duplamente apreendida: por meio de consultorias e de arenas profissionalizantes de interação, foi aumentada a capacidade institucional e burocrática paraguaia. Neste sentido, a ‘perspectiva de gênero’ passa a informar quadros e normativas estatais, reforçando a dominação estatal e, ao mesmo tempo, transformando a constelação de concepções na qual e a partir da qual se exerce tal dominação. Ao terem cristalizado o ‘gênero’ em instituições e quadros estatais, as feministas e suas organizações não colocaram somente mais um instrumento técnico, supostamente neutro, no repertório estatal; elas lhe emprestaram uma forma radicalmente histórica de pensamento: a ideia de que o sexo anatômico biologicamente herdado não determina realidades sociais e sequer realizações pessoais era, talvez sem o nome de ‘gênero’, uma questão tematizada desde os encontros de 1987. Em grande parte, é o reverso disso que passa a permear a institucionalidade, ou seja, um reconhecimento estatal considerável de que as relações entre paraguaios e paraguaias, suas disposições e seus lugares ocupados ou não, bem como as representações sobre ambos, são historicamente construídas e, portanto, passíveis de reorganização *via* políticas estatais.

Esse processo, porém, também deve ser apreendido em seus limites e em seu devido contexto. Como vimos, a incorporação estatal da 'perspectiva de gênero' se deu em um contexto mais amplo de racionalização e de modernização de diferentes partes do Estado paraguaio. Neste sentido, a relação 'fluida' entre as lideranças da CMP e a Secretaria da Mulher, bem como a produção civil/estatal de conhecimento informado por 'gênero', devem ser entendidas *dentro* dessa dupla tendência que, ao menos até 1999, pareceu estar concentrada em agências executivas do aparato estatal paraguaio. Tal como enfatizamos no oitavo capítulo, falar em generificação estatal não significa falar em políticas públicas com enfoque de gênero. Embora alguns órgãos da administração pública se abrissem, com a pressão e o financiamento internacionais, para a interação com grupos e demandas civis, o tecido burocrático-administrativo do país tinha de encarar seu passado de desprofissionalização intensa e, ainda, os embates colorados que àquela época colocavam em risco toda a arquitetura democrática da qual eles faziam parte. Um exemplo sintetizou bem a limitação desse quadro de generificação: o sexismo dos burocratas de rua reinava e colocava empecilhos ao uso de anticoncepcionais femininos, enquanto a normativa do Ministério da Saúde paraguaio, forjada nas arenas e trocas com organizações feministas, lhes recomendava outra postura.

Mas não são apenas esses limites político-institucionais que devem ser ressaltados, pois também o campo feminista de mobilização paraguaio mostrou suas limitações. A meu ver, o longo silêncio público a respeito das espinhosas questões corporais é o principal objeto passível de crítica. As próprias feministas paraguaias não desconhecem isso, mas os projetos mais ousados (penso em especial no *Taller* de 1987) foram sintomaticamente esquecidos no bojo das memórias e das entrevistas. Esse silenciamento/esquecimento, contudo, não é somente paraguaio, pois a emergência das questões corpóreo-sexuais também foi refreada, ou ganhou menor espaço, no rol de tematização de outros feminismos.

Nossa hipótese de pesquisa se desdobrava em duas sub-hipóteses, uma que apontava para os efeitos institucionais das interações sócio-estatais observadas, e outra que apontava para a 'autonomia' feminista. No sétimo capítulo, vimos que a participação paraguaia na Conferência Mundial da Mulher aproximou as lideranças da CMP e a então Ministra da Mulher, selando o que, no pós-Beijing, se tornou para elas uma 'relação fluida'. Aos olhos de uma atriz central nessa aproximação, "*la cooperación entre la Secretaría y la CMP no ha sido motivo para que la articulación de mujeres abandone su rol controlador*" (BAREIRO, 2000, p.26). E prova de que essa intensa e 'fluida' relação não capturou 'o papel controlador' das feministas da CMP foi visto, naquele mesmo capítulo, no exame crítico e ponderado por elas feito quanto os avanços e os limites no cenário de 'Beijing+5'.

O décimo capítulo mostrou que, no contexto do mandato presidencial de Nicanor Duarte Frutos, a questão da 'autonomia' se impôs para o feminismo e também para a fração profissionalizada e democrática da sociedade civil paraguaia. Como vimos, o tom indiferenciado do relatório oficial do Paraguai então enviado ao Comitê CEDAW foi lido como uma afronta pelas feministas paraguayas. Em reação à falsa sugestão de que movimento e Estado eram ambos autores daquele relatório, parte das feministas fez questão de afirmar seu ponto de vista 'independente'. Em defesa de sua 'autonomia', a partir de uma aliança entre CLADEM e CMP, o movimento elabora o Informe Sombra CEDAW, fazendo nele contundentes críticas ao Estado paraguaio. Dentre elas estava uma crítica dirigida particularmente ao governo nicanorista, devido ao 'retrocesso' supostamente impingido à Secretaria da Mulher com a escolha de uma ministra alheia ao movimento e ao discurso feministas. No entanto, nem a elaboração desse contrainforme e sequer a crítica do 'retrocesso institucional' eram pontos pacíficos dentro do CMP. Algumas atrizes não viam 'retrocesso' algum a ser criticado porque a Secretaria ainda estava 'em construção', enquanto outras defendiam a necessidade de 'ensinar' a recém Ministra, ao passo que outras afirmavam sua 'autonomia feminista', defendendo uma distância em relação à figura ministerial. O vetor final do embate entre essas posições apontou, no texto do contrainforme, para a crítica à institucionalidade. Na prática e na sequência das interações sócio-estatais, porém, as organizações feministas, da CMP e de fora dela, seguiram *malgré tout* interagindo com um número cada vez maior de partes variadas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário paraguayos.

Como tentei argumentar, todo este enredo mostra a transformação que o estabelecimento de padrões de interação trouxe para os sentidos da autonomia. Entre as atrizes e os atores civis do Paraguai, ser 'autônomo' é ser capaz de criticar o Estado, é não perder seu 'papel controlador', nos termos de L. Bareiro. Ao fazer o 'Informe Sombra', as feministas paraguayas mantiveram seu papel de crítica ao Estado e mantiveram suas conexões com ele simultaneamente⁴⁰³. Ora, já faz algum tempo que autonomia deixou de ser sinônimo de 'ausência de relação', para ser entendida como "capacidade de participar com o outro [ator] sem perder certa 'distância crítica' que permite colocar a própria relação como objeto de reflexão" (DAGNINO e TATAGIBA, 2010, p.176) (Grifo meu). Nesses termos, ter uma disposição 'autônoma' não é somente ter capacidade de criticar o Estado, mas ser também

⁴⁰³ Simultaneidade análoga a essa é também vista em contextos de interação institucionalmente muito distintos do caso feminista paraguaio. "Ao mesmo tempo em que o entrevistado afirma que movimento popular não pode se misturar com movimento político, (...) ele diz que o vereador que vem pedir voto da população tem que dar algo em troca para a comunidade, e que os movimentos têm que saber cobrar isso. Ao mesmo tempo em que afirma que o movimento não pode se envolver com partido; acha normal mobilizar as redes mais pessoais para 'ter as melhorias para as comunidades'" (TATAGIBA & TEIXEIRA, 2006, p.237) (Grifos meu).

capaz de criticar a própria interação com ele. Isso é evidenciado pelos nossos dados: no caso dos embates internos à CMP, as vozes dissonantes e mais radicais da articuladora tiveram espaço para questionar o padrão anteriormente predominante de interação, quer dizer, tais vozes fizeram desse padrão 'um objeto de reflexão'. Assim, em casos de intensa e contínua interação sócio-estatal, a complementação entre crítica (ao Estado) e autocrítica (do movimento) pode ser normativamente considerada como parte constitutiva da saúde dos movimentos e de sua 'autonomia'.

Mas os problemas não param por aí. Se, como argumentamos, os cenários de construção democrática transformaram o que se concebe como 'autonomia', isso se deu nas mais diversas acepções e usos do termo. "Falar sobre a autonomia dos movimentos", dizem Tatajiba e Teixeira, "significa perguntar até que ponto eles são capazes, nessa relação, de escolher os seus interlocutores em função das suas agendas, de defender seus interesses, de definir os objetivos da interação, e até que ponto eles pautam ou são pautados" (2006, p.229) (Grifo meu). Subjacente a este grifo está um tipo de externalidade cognitiva cujas raízes estão, a meu ver, no debate herdado dos anos 1980: "o sujeito autônomo", diz Sader, "não é aquele (...) que seria livre de todas as determinações externas, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade" (SADER, 1988, p.56). Frente a esta citação, pergunto-me se, em casos nos quais partes importantes dos movimentos são constituintes de padrões de interação sócio-estatal, a 'vontade' dos atores civis (isto é, sua racionalidade, sua identidade e seu rol de tematização) é empiricamente dissociável da relação por eles mantida com a institucionalidade? E, ainda, como delimitar, dentro desses padrões, aquilo que seria o interesse ou a agenda exclusiva ou puramente dos atores da sociedade civil? Aquela chamada 'relação fluida', o forte vínculo entre Cristina Muñoz e a *Red de Mujeres Políticas*, bem como a gênese deste último grupo civil literalmente em ambiente estatal tocam nesse naipe de questões. Embora não seja possível respondê-las de modo adequado, fica a sugestão de que a intensificação das interações com o Estado opera como fator central e estruturante da disposição dos atores civis aí envolvidos, reorganizando a compreensão da própria constituição desses atores, de sua vontade e seus interesses. Se isso for correto, a questão passa a ser como e em que medida a estruturação de padrões de interação, em diferentes domínios temático-institucionais, restringe ou amplia a canalização de determinados interesses ou temas, para os atores civis e também governamentais neles implicados.

Além e aquém de nossa hipótese e de nossos objetivos, a reconstrução das interações entre organizações feministas e Estado paraguaio deu acesso a três dimensões que atravessaram a tese, ou mesmo se impuseram a ela. Elas são: a dinâmica movimento/

contramovimento, o peso da variável internacional e a esfera pública. Vimos que a cada momento em que a voz das organizações feministas se aproximava da institucionalidade, ou se fazia escutar na opinião pública, o catolicismo mobilizado reagiu com fôlego. Foi assim nas lutas públicas ao redor do divórcio, na Convenção Constituinte, (no Cairo e) em Beijing, no pós-Beijing, no nicanorismo... O último campo de batalha ao redor do gênero foi erguido em setembro de 2010, quando a Conferência Episcopal Paraguaia e suas organizações 'pró-vida' saíram às ruas de Assunção. Em defesa das crianças, esse catolicismo reagiu à declaração oficial de que o 'Marco Reitor Pedagógico', o maior dispositivo legal da educação no país, seria orientado por nada menos que a 'perspectiva de gênero'. Para algumas pessoas, isso significava o fim do mundo e para outras, uma conquista; para nós, trata-se de mais uma das guerras de gênero, na qual as feministas ao final foram derrotadas. Aliás, uma vez observada a sequência de embates entre discursos religiosos e feministas ao longo das duas últimas décadas, o atual cenário de fundamentalização religiosa não chega a surpreender. O surpreendente, pelo contrário, é que essa matriz retrógrada em relação aos direitos das mulheres e, mais recentemente, aos direitos de não-heterossexuais, não tenha emergido com tamanha força pública bem antes. Porém, já faz algum tempo que feminismo e religiosidade católica deixaram de ser exclusivamente antípodas, pois, para complicar um pouco a compreensão do conflito movimento/contramovimento, a articulação entre partes dessas matrizes discursivas, encarnada em *Católicas por el Derecho a Decidir*, chegou no Paraguai em meados de 2007.

Outro ponto que permeou a compreensão da luta feminista foi a dimensão internacional⁴⁰⁴. Desde a gênese do feminismo paraguaio, a presença de mecanismos internacionais, naquele caso, a presença da CEDAW, foi um componente central da luta daquelas atrizes. Em outro momento, a Conferência de Beijing, além de ter favorecido a aproximação entre as lideranças 'históricas' da Coordenação de Mulheres do Paraguai e a Secretaria da Mulher, deixou linhas de ação a serem internalizadas no país no período pós-Beijing. Tão fundamental quanto o papel desempenhado por esses mecanismos e tratados, é o papel das agências do sistema das Nações Unidas, bem como da cooperação internacional. Apesar de não termos pesquisado a natureza dos vínculos entre grupos feministas e estas agências, elas aparecem centralmente no apoio às arenas civis/estatais/internacionais de

⁴⁰⁴ E não é somente a ação feminista que encontra na dimensão internacional um fator explicativo de peso. A guinada do episcopado paraguaio ao tempo da abertura política, como vimos, não estava ligada apenas à mudança no clima político paraguaio, mas também às transformações eclesiais em nível mundial e à consagração de um modelo de papado antiliberalista (em perseguição aos teólogos da libertação) e fundamentalmente retrógrado quanto aos direitos das mulheres.

interação e também no fomento à produção civil/estatal de conhecimento – feminista, em nosso caso.

O último exemplo dramático do peso assumido pela dimensão internacional para o feminismo, paraguaio ou outro, está na ‘interface internacional’ encarnada na CEDAW. Poderíamos ter observado esse instrumento à luz de uma leitura bastante difundida e consagrada: ali o objetivo da aliança CLADEM-CMP foi alcançar um ‘efeito *boomerang*’ (KECK & SIKKINK, 1998) que, no final das contas, foi alcançado com a internalização das críticas do Comitê CEDAW em uma mesa interinstitucional posteriormente criada. Nossa leitura, no entanto, enfatizou diferentes camadas implicadas na ida das feministas a Nova York: visto dentro do processo político paraguaio, o Informe Sombra era uma *dentre otras* plataformas civis de controle; do ponto de vista contextual, ele foi uma resposta ao governo de Duarte Frutos; e, do ponto de vista associativo, ele expressava a reconfiguração dos protagonismos, das gerações e das articulações do e no campo de mobilização feminista paraguaio.

A variável internacional também pesou nas transformações temáticas recentes do feminismo paraguaio. As redes latinoamericanas de *advocacy* feminista erguidas ao redor de questões controversas é uma realidade inegável para o fortalecimento da tematização de tais questões dentro das arenas públicas nacionais e de suas respectivas *polities*. O exemplo mais claro dessas redes, no caso paraguaio, é a ‘*Campaña 28 de septiembre. Día por la despenalización del aborto en América Latina y el Caribe*’. Além dessa forma, as redes transnacionais também influenciam o associativismo nacional por meio de articuladoras como o ‘*Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer*’. A emergência de CLADEM e sua subsequente consolidação são ricas empiricamente não apenas porque espelham as mudanças ocorridas no feminismo, mas porque CLADEM-Paraguai também vem se fortalecendo em nível regional⁴⁰⁵.

Por fim, a dimensão da esfera pública também se impôs à tese e, em particular, ao debate travado contra a transitologia e a consolidologia. Se a crítica teórica a essa chave de leitura enfatiza a atuação dos atores supostamente não ‘relevantes’, a reconstrução empírica das arenas feministas de mobilização nos mostrou que, ao tempo da abertura, elas ‘faziam’ seus públicos e se situavam em um substrato público de tematização. Ao lado de outras categorias e vozes civis, as feministas foram à praça pública e disputaram com algumas daquelas vozes o ar antes privatizado pelo stronismo sufocante. A observação dos efeitos dos protestos do *Marzo* paraguaio vai neste mesmo sentido: é o princípio de publicidade, entendido

⁴⁰⁵ Veja-se http://www.cladem.org/index.php?option=com_content&view=article&id=310&Itemid=76 – acessado em 22 de setembro de 2011.

como controle das ações, decisões e razões estatais, que desde então passou a operar na disposição de parte dos atores civis e das autoridades. Curiosamente, do ponto de vista analítico, o teórico que inspira esta concepção de vida pública umbilicalmente ligada à saúde democrática, é o mesmo pensador que, depois de desligar o ‘mundo da vida’ dos ‘subsistemas’, radicalizou sua empresa normativa, virtualizando a noção de esfera pública e tirando dela sua força histórico-política (GURZA LAVALLE, 2002). Em realidades nas quais a intensificação das interações sócio-estatais parece se aprofundar, se torna quase redundante dizer que aquele desligamento perde bastante alcance heurístico.

No seu todo, ao se perguntar pelos efeitos das interações entre organizações feministas e Estado paraguaio, esta tese mostrou diversas conquistas institucionais e legais produzidas por tais interações. Tais conquistas permitem falar que essas atrizes foram, ao lado de outros discursos e forças sociais, protagonistas da democratização do país. A partir de seus projetos e por meio de estratégias e alianças, elas transformaram partes nada insignificantes do tecido institucional, nunca é demais lembrar, herdado do stonismo. O ‘gênero’, o ‘discurso de gênero’ ou a ‘perspectiva de gênero’, como efeito da luta feminista, foi parcialmente incorporado em aparelhos, mecanismos e quadros estatais no país. Enfatizar essa conquista não significa, de modo algum, ignorar suas limitações. Como vimos no último capítulo, fator limitador da institucionalização estatal de gênero está na força com que o contramovimento católico conservador tem conseguido frear, especialmente no campo legislativo, as demandas inspiradas em ‘gênero’ provenientes do campo feminista de mobilização ou de outros campos. Por mais paradoxal que soe, a dimensão da reação católica dá pista dos limites da generificação estatal e, ao mesmo tempo, do seu relativo sucesso, porque as *gender wars* não cessaram no país até hoje⁴⁰⁶. Falar da incorporação estatal do gênero não significa tampouco dizer que o feminismo paraguaio seria ‘sobretudo institucional’ ou institucionalizado, isso porque, já há algum tempo, o discurso feminista se tornou princípio articulatório e mesmo identidade para outros grupos mobilizados, como as jovens, as campesinas e o movimento pelos direitos da infância, por exemplo.

Em suma, esta reconstrução dos momentos nos quais as organizações do movimento feminista interagiram com partes do Estado nos permitiu ver para além dos efeitos propriamente institucionais, levando-nos a aspectos centrais da democratização do país. Aspectos centrais, mas largamente desconhecidos ou, no mínimo, negligenciados – é preciso dizer. Seja por meio dessas conquistas específicas; seja através da força de inscrição constitucional, força delas e

⁴⁰⁶ Veja-se, por exemplo, a acusação de um jornal católico paraguaio segundo a qual o ‘Gobierno de Lugo promueve la ideología de género’ OBSERVADOR SEMANAL (2011, p.3).

de outros grupos marginalizados; seja nas microinterações que interpelaram partes do Executivo; seja na dolorosa conquista de uma vida pacífica e democrática impelida pelo *Marzo* de 1999; seja mesmo na mais recente multiplicação das lógicas de aproximação estatal junto aos atores organizados; através disso tudo e de todas as outras histórias inauditas, ou ainda não reconstruídas, se deram as bases nas quais e a partir das quais a democratização paraguaia vem sendo construída e disputada. Devido aos mais que evidentes limites desse processo e a ele impostos, a força com que se deu a democratização do país não é amplamente conhecida, mas ela encontra aqui um de seus primeiros contornos.

12. Referências

ABENTE, D. (1996) Paraguay: Transition from *Caudillo* Rule. In: DOMINGUEZ, J.; LOWENTHAL, A. *Constructing Democratic Governance*. South America in the 1990s. Baltimore, London: The Johns Hopkins University Press. p.118-132.

ABENTE, D. (1999) 'People Power' In Paraguay. In. *Journal of Democracy*. v.10, n.3, p.93-100.

ALBUQUERQUE, M.C. (2008) A participação da sociedade civil na redefinição de políticas de direitos - Os direitos da infância e o direito à moradia em países do cone sul na virada para o século XXI. Tese de doutorado em Integração da América Latin. USP.

ALONSO, A. Teorias dos movimentos sociais. In: *Lua Nova*.

ALVAREZ, S. (1990) *Engendering Democracy in Brazil*. Women's movement in transition politics. New Jersey: Princeton University Press.

ALVAREZ, S. (1998). Feminismos latino-americanos. *Revista Estudos Feministas*, v.6, n.2, p.265-284.

_____. (1999) Advocating feminism. The Latina American Feminist NGO BOOM. In: *International Feminist Journal of Politics*, v. 1, p. 181-209.

_____. (2000) A globalização dos feminismos latino-americanos. In: *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, p.383-425.

ALVAREZ, S., DAGNINO, E., ESCOBAR, A.. (org.) (2000) *Cultura e Política nos movimentos sociais*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ALVAREZ, S.; LIBARDONI, M., & SOARES, V. (2000). Dossiê Advocacy Feminista. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2.

ARDITI, B. (1989) Adiós a Stroessner: Nuevos espacios, viejos problemas. In: *Nueva Sociedad*. n.102, p. 24-32.

ARDITI, B. (1992) *Adiós a Stroessner*. La Reconstrucción de la política en el Paraguay. Asunción, CDE.

_____. (1995) Calculo y contingencia en las transiciones a la democracia. In: *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, n. 59, Amsterdam, p. 77-95.

ARDITI, B. & RODRIGUEZ, C.J. (1987) *La Sociedad a pesar del Estado: Movimientos sociales y recuperación democrática en el Paraguay*. Asunción: El Lector.

ARDITI et al (1987) Comunidad cultural y democratización en el Paraguay. In: PSOE (org.) *Jornadas por la democracia en Paraguay*.

ASOCIACIÓN NACIONAL REPUBLICANA. (2000) *El Partido Colorado y la Reforma del Estado en el Paraguay*. Asunción: Instituto de Altos Estudios Políticos Dr. Ignacio A. Pane.

BAREIRO, C. (2005) Participación ciudadana en el control de la gestión pública en Paraguay. Acessado em <http://www.clad.org/congresos/congresos-antecedentes/x-santiago-2005/programa-horario-detallado>

BAREIRO, L. (1988). *Situación de la mujer en el Paraguay*. Asunción, CDE.

BAREIRO, Line. (1997) Paraguay. Buenos y malos no son lo que fueron. In: Nueva Sociedad. 152, p.4-10.

BAREIRO, L. (1999a [1996]). Responsabilidad compartida. Implementación de la Plataforma de Acción de Beijing en el Paraguay. In: *Anuario Mujer 1996 – Aquelares en movimiento o los encantos de la participación*. Asunción: CDE, p.11-23.

BAREIRO, L. (1999b) Crimen y victoria popular ciudadana. In: Revista Paraguaya de Sociología. Asunción: CPES.

BAREIRO, L. (2003a) Tres Nicanores distintos y un solo presidente electo. In: *Informativo Mujer*. n. 163. CDE: Asunción.

BAREIRO, L. (2003b) Cambio de gobierno. In: *Informativo Mujer*. 164. CDE: Asunción.

BAREIRO, L. (2005) Gobernabilidad pragmática y personalista. In: *Derechos Humanos Paraguay 2005*. Asunción: CODEHUPY.

BAREIRO, L. & PRIETO, E.. (1987) La Condición legal de la mujer en Paraguay. In: Encuentro Nacional de Mujeres. *Por nuestra igualdad ante la ley*.

BAREIRO, L.; CANO, T.; COLAZO, C.. (1989) Participación política de las mujeres en 1989. In: Mujeres en el año del cambio. Assunção: CDE, Area Mujer.

BAREIRO, L. & SOTO, C. (1994) Avances y retos para el futuro. In: *Anuario Mujer 1992*. Cosecha 92: antiguos sueños nuevos retos. CDE: Asunción.

BAREIRO, L. et al (1999). El Costo de la Libertad. Asesinato y heridas en el marzo paraguayo. CDE, Jóvenes por la Democracia.

BAREIRO, L. & PARINI, (2008) Institucionalidad de la protección de los derechos humanos en el Estado paraguayo. In: CODEHUPY (org.) *Derechos humanos en Paraguay 2008*. Asunción, p.707-728.

BALTAR da ROCHA, M. I.; BARBOSA, R. (Orgs.) Aborto no Brasil e países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos. Campinas: NEPO.

BARRIG, M. (2002) La persistencia de la memoria. In: *Sociedad civil, esfera pública y democratización en América Latina: Andes y Cono Sur*. México: Fondo de Cultura Económica; PUC-Peru. p.578-609.

BENFORD, R. & SNOW, D. (2000) Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. In: *Annual Review of Sociology* 26, p.611-639.

- BENHABIB, S. (2006) *Las Reivindicaciones de la Cultura*. Igualdad y diversidad en la era global. Katz: Buenos Aires.
- BERMUDEZ-VALDIVIA, V. (1996) 'Avanços das mulheres nas últimas conferências mundiais'. In: *A Muralha e o labirinto: marcas das mulheres na Conferencia de Beijing*. Trad. Silvia Pimentel e Valeria Pandjarian, p.8-11.
- BOCCIA PAZ, A.; GONZÁLEZ, M.; PALAU, R. (1994) *Es mi informe: los archivos secretos de la policía de Stroessner*. Assunção: Centro de documentación y estudios.
- BOURDIEU, P. Espíritos de Estado. Gênese e estrutura do campo burocrático. In: *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus.
- BRAY, A. (1958 [1945]) *Solano Lopez: soldado de la gloria y del infortunio*. Buenos Aires: Kraft Ltda, 2 ed.
- CABALLERO, O. (1987) El Código Civil paraguayo vigente. In: Encuentro Nacional de Mujeres. *Por nuestra igualdad ante la ley*.
- CABALLERO, O.; PRIETO, E. (1996) *Oficio de Mujer*. CEDHU: Asunción.
- CAPDEVILA, L. (2005) Posfácio a *Ideologia Autoritária*. Coleção America do Sul. Trad. Luiz Moreira e Marcela Quinteros. Brasília: Funag/IPRI.
- CARDOSO, R. (1983) Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: BORJ, S.; TAVARES, M.H.. *Sociedade e política n Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, p.215-239.
- _____. (1994) A trajetória dos movimentos sociais. In: *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, p.81-90.
- CASTRO, Jorge Lara. (1985) in: CASANOVA.
- CASTRO, Jorge Lara. (1996) Paraguay. In. *Nueva Sociedad*. 144, p.16-22.
- CHAVEZ, F. (2004) *A Questão ambiental na esfera pública e a democracia no Paraguai*. Mestrado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CHIN-QUEE, D. (2004) Paraguay, both IUDs and contraceptive pills come with strings attached. In. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, v. 16, n.2.
- CMP (2001). Heta Mba'e Ojejapo ha Rojapo Jareko Hagua Tekojoja Kuña, Mitakuña, ha Mitakuña'i Kuéra Hetaiteve Jajapo Va'erã Gueteri. *Implementación de la Plataforma de Beijing en Paraguay 1995-2005. Informe No Gubernamental'*. Asunción: PNUD, Unifem.
- CODEHUPY (Org.) (2002) *Derechos Humanos Paraguay 2002*. Asunción: CODEHUPY.
- CODEHUPY (2004) *Estatutos de la Coordinadora de Derechos Humanos del Paraguay* (Modificación de estatutos aprobada en Asamblea Extraordinaria – 23 de noviembre de 2004). Asunción: Codehupy.
- CODEHUPY (2005) *Informe alternativo al Segundo Informe Periódico del Estado de*

Paraguay presentado en virtud del art. 40 del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos. Asunción: CODEHUPY.

CODEHUPY (Org.) (2008) *Derechos Humanos Paraguay 2008.* Asunción: CODEHUPY.

COHEN, J. (1985) Estrategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. *Social Research*, v. 52, n. 4

CORVALÁN, G.; RIVAROLA, M.; ZARZA, O. (1987) Discriminación de la mujer en la actualidad. In: Encuentro Nacional de Mujeres. *Por nuestra igualdad ante la ley.*

COSTA, Ana A. (2005) O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. In: *Labrys. Estudos feministas.* Acessado em 05 de abril, <http://e-groups.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.htm>

COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA (2008) Informe Final. Anive haguã oiko. Algunos Casos Paradigmáticos. Tomo VII. Asunción.

CONAMURI (2009) Mujeres en rebeldía y resistencia. *Ñande Rape.* Nuestro caminho. *Ñane Ñe'e.* Sistematización de nuestros relatos. Asunción: CONAMURI.

DAGNINO, E. (1994) Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania. In: *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil.* S. Paulo: Brasiliense, 1994, p. 103-115.

DAGNINO, E. (Org.) (2002) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.* São Paulo: Paz e Terra.

DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. (2006) Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: *A disputa pela construção democrática na América Latina.* São Paulo: Paz e Terra/ Unicamp, p.13-91.

DAGNINO, E. & TATAGIBA, L. (2010) Mouvements sociaux et participation institutionnelle : répertoires d action collective et dynamiques culturelles dans la difficile construction de la démocratie brésilienne. In: *Revue Internationale de Politique Comparée.* v.17, n.2., p.167-185.

DIAMOND, L. et al. (1999) Politics, Society, and Democracy in Latin America. In: *Democracy in developing countries: Latin America.* Boulder: Lynne Rienner, 2.ed., p.1-70.

DORATIOTO, F. História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [on line], Coloquios, 2009, Puesto en línea el 13 janvier 2009.

DUEÑAS-VARGAS (2006) In: *Historia de las Mujeres en España y América Latina.* Madrid: Cátedra, v.4, p.597-618.

ECHAURI, C. (1990) Vida cotidiana al margen de la democracia. In: *Anuario Mujer 1990.* Crónicas de haceres, deseos y olvidos. Asunción: CDE.

- ELÍAS, Margarita. (2001). Mecanismos institucionales para el adelanto de la mujer. In: Heta Mba'e Ojejapo ha Rojapo Jareko Hagua Tekojoja Kuña, Mitakuña, ha Mitakuña'i Kuéra Hetaiteve Jajapo Va'erã Gueteri. *Implementación de la Plataforma de Beijing en Paraguay 1995-2000. Informe No Gubernamental*. Asunción: PNUD, Unifem.
- ESCOBAR, T. (1992) *Textos varios sobre Cultura, Transición y Modernidad*. Asunción: Agencia Española de Cooperación; Centro Cultural Español Juan de Salazar.
- FEIJOÓ, María del Carmen. (2002) El feminismo contemporáneo en Argentina: encuentros y desencuentros en un escenario turbulento. In: *Sociedad civil, esfera pública y democratización en América Latina: Andes y Cono Sur*. México: Fondo de Cultura Económica; PUC-Peru. p.177 - 210.
- FLAX, Jane. (1991) Pós-modernismo e relações de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.) *Pós-modernismo e política*. Rio: Rocco. p. 217-250.
- _____ (1992) The End of Innocence. In: SCOTT, J.; BUTLER, J. (org.) *Feminists Theorize the Political*. New York: Routledge.
- FLEYTAS, M. (2007) Pertinencia de las organizaciones autónomas de mujeres campesinas e indígenas, en el Paraguay de hoy. In: *Libertas*, Revista da Faculdade de Serviço Social da UFJF, fev, p.121 – 144.
- FOGEL, R. (2003). *Los sin tierra en Paraguay*. Buenos Aires: CLACSO.
- FORO (1999a) Carta abierta de organizaciones de mujeres al Presidente de la República y a los presidentes de los partidos políticos que conforman el Gobierno de Unidad Nacional In: *Anuario Mujer 1999*. Asunción: CDE.
- FORO (1999b) Sugerencias y críticas al Programa de Gobierno 1999 – 2003. In: *Anuario Mujer 1999*. Asunción: CDE.
- FRANCESCHET, S. (2003) "States and Women's Movements: the Impact of Chile's Servicio Nacional de la Mujer on Women's Activism" In: *Latin American Research Review*, v.38, 1.
- FRANCESCHET, S. (2007) From Persuasion To Power? Women's Policy Machineries in Latin America. Draft Prepared for the conference 'Women in the Americas: Paths To Political Power'.
- FRANCO, J. (1996) The Gender Wars. In. NACLA Report on the Americas.
- GARCÍA, S. M.; BAREIRO, V.; PALAU, T. (1997) Derecho al Desarrollo Rural. In: *Derechos Humanos en Paraguay 1997*. Asunción: CODEHUPY, p. 299-307.
- FRASER, N. (1997) *Justice interruptus: critical reflections on the 'postsocialist' condition*. New York: Routledge.
- GECD - Grupo de Estudos da Construção Democrática (2000). 'Os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil, esfera pública e gestão participativa' In: *Ideias*, IFCH – Unicamp, n.5/6.

- GIDDENS, A. (2008) O Estado-Nação e a Violência: Segundo volume de uma Crítica Contemporânea ao Materialismo Histórico. São Paulo, Ed.USP.
- GIL LOZANO, Fernanda. (2006) Las experiencias de la 'segunda ola' del feminismo en Argentina y Uruguay. In: *Historia de las Mujeres en España y América Latina*. Madrid: Cátedra, v.4, p.881-902.
- GLAVINICH, N. (1990) 1990. Un movido año parlamentario, pero sin muchos resultados. In: Crónicas de haceres, deseos y olvidos. Anuario Mujer 1990. CDE: Asunción, p.11-18.
- GOHN, M. G. (2000) *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola.
- GOMEZ-FERRER, G. et al (orgs.) (ed.) (2006) *Historia de las Mujeres en España y América Latina*. Vol 4. Madrid: Cátedra.
- GONZALEZ, M. & BAREIRO, L. (1999 [1996]) Abril en crisis. In. Anuário Mujer 1996 – Aquelarres en movimiento o los encantos de la participación. Asunción: CDE, p.24-39.
- GONZÁLEZ, Myrian et al. (2004) Después del Primer Encuentro Feminista. In: *Informativo Mujer*. n. 166. CDE: Asunción.
- GRAMSCI, A. (1992) *Sobre Poder, Política e Partido*. São Paulo: Brasiliense.
- GROSSI, Miriam. (1998) Feministas históricas e novas feministas no Brasil. *Antropologia em Primeira Mão*, n. 28, Florianópolis, p.5.
- GUNTHER, P. DIAMANDOUROS, N. & PUHLE, H. (1996) O'Donnell's 'Illusions': A Rejoinder. In: *Journal of Democracy* 7, pp. 151-59.
- GURZA LAVALLE, A. (2002) . Habermas: a virtualização da publicidade. *Margem*. São Paulo, v. 16, n. 16.
- GURZA LAVALLE, A. (2003) Sem Pena nem gloria. In Novos Estudos. CEBRAP, CEBRAP. São Paulo, v. 66, n. 66, p. 91-110, 2003
- GURZA LAVALLE, A., CASTELLO, G., BICHIR, R. (2004) . 'Quando Novos Atores Saem de Cena'. In: Revista Política e Sociedade, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 35-54,
- HABERMAS, J. (2003) *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio: tempo Brasileiro, 2ª Ed.
- HILL, A. (1993) El milagro brasileño del Paraguay : evolución y perspectivas. Documento de trabajo, n. 41. Asunción: CDE.
- HORST, Rene H. (2002) The Catholic Church, Human Rights Advocacy, and Indigenous Resistance in Paraguay, 1969-1989. *The Catholic Historical Review*. v.88, n. 4, p. 723-744.
- IGLESIAS SALDAÑA, M. (2006) Mujeres en Chile y Perú: historia, derechos, feminismos, 1970-1990. In: *Historia de las Mujeres en España y América Latina*. Madrid: Cátedra, v.4, p.923-945.

ISUNZA, E. (2005) Interfaces Sociedad Civil-Estado en México: Hacia una Tipología de la direccionalidad de los procesos de Democratización. In: Texto presentado no XXV Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia, Porto Alegre.

KARL, T. L. (1990). Dilemmas of Democratization in Latin America. *Comparative Politics*, v. 23, No. 1 (Oct.), pp. 1-21.

KECK, M. & SIKKINK, K. (1998) *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Ithaca: Cornell University.

KLANDERMAS, Bert. (1997) *The Social Psychology of Protest*. Oxford; Cambridge: Blackwell.

KOOPMANS, R. Political. Opportunity. Structure. Some Splitting to Balance the Lumping. In: *Sociological Forum*. V. 14, n. 1, p.93-105.

KUPER, A. (2002) *Cultura. A visão dos antropólogos*. Bauru: EDUSC.

LAMAS, M. (2006) De la protesta a la propuesta: el feminismo en México a finales del siglo XX. In: *Historia de las Mujeres en España y América Latina*. Madrid: Cátedra, v.4, p.903-921.

LAMBERT, P. (2000). A Decade of electoral democracy: continuity, change and crisis in Paraguay. In: *Bulletin of Latin American Research*, v.19, n.3, p.379-396.

LARA CASTRO, J. (1985) In: *Historia política de los campesinos latinoamericanos*.

LARA CASTRO, Jorge. (1996) Paraguay. In: *Nueva Sociedad*. n.144, pp. 16-22.

LAMBERT, P & NICKSON, A. (1997) *The Transition to Democracy in Paraguay*. Hampshire; New York: St. Martin's Press.

LAND RESEARCH ACTION NETWORK et al. (2007) *Derechos humanos en el campo latinoamericano: Brasil, Guatemala, Honduras y Paraguay*. São Paulo: Red Social de Justicia y Derechos Humanos.

LECHNER, N. (2004) Os novos perfis da política: um esboço. *Lua Nova*, n.62, p.5-20.

LEFORT, C. A Invenção democrática: os limites do totalitarismo.

LEWIS, P. (1980) *Paraguay bajo Stroessner*. Mexico: Fondo Economico de Cultura.

LINZ, J. & STEPAN, A. (1996). Toward Consolidated Democracies. In: *Journal of Democracy* 7. p.14-33.

LUTZ & SIKKINK, (2001) *The International Dimension of Democratization and Human Rights in Latin America*. In: Garreton & Newman (eds). *Democracy in Latin America: (Re)Constructing Political Society*. New York: United Nations University Press, p. 278-300.

MACCHI, G. (2000) Filosofía de la Reforma del Estado. In: *El Partido Colorado y la Reforma del Estado en el Paraguay*. Asunción: Instituto de Altos Estudios Políticos Dr. Ignacio A. Pane.

- MARTINEZ, O. (1998 [1995]) Odisea femenina ante la Muralla de Beijing. In: *Anuario Mujer* 1995. Asunción: CDE, p.11-19.
- MARTÍNEZ, Ofelia. (1995) 1995: Odisea femenina ante la muralla de Beijing. In: *Anuario Mujer*, CDE, Asuncion, p.11-23.
- MARTINEZ, O. (2003) Final de una etapa, inicio de otra: género en el Estado paraguayo. In: *Informativo Mujer*. 164. CDE: Asunción.
- MARTINI, Carlos. (1999) ¿Comienza la democracia? In: *Nueva Sociedad*. 161, p.13-18.
- MASI, F. (1989) *Stroessner. La extinción de un modelo político en Paraguay*. Asunción: Ñanduti Vive/Intercontinental.
- MCADAM, D. et al (2001). *Dynamics of Contention*. Cambridge; New York: Cambridge University Press.
- MEYER, D.; MINKOFF, D. (2004) Conceptualizing Political Opportunity. In: *Social Forces*, v. 82, n. 4, Jun., p. 1457-1492.
- MELUCCI, Alberto. (2001) *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.
- MEZA ORTEGA, N. (2004) Proyecto de Ley de Protección en el Proceso Penal a Niñas, Niños y Adolescentes Víctimas de Violencia y Abuso Sexual. In: *Informativo Mujer* n.171. Asunción: CDE.
- MOLINAS, J.; PEREZ LINAN, A.; SAIEGH, S. (2004). Political Institutions, Policymaking Processes, and Policy Outcomes in Paraguay, 1954-2003. In: *Revista de Ciencia Política*. (Santiago), v.24, n.2, p.67-93.
- MOLINIER, Lila. (2004) De un modelo de desarrollo insostenible a otro sostenible. In: *Derechos Humanos - Paraguay 2004*.
- MONTEITH, Richard S.; CARRON, Juan Maria; WARREN, Charles; MELIAN, Maria M.; CASTAGNINO, Dario.; MORRIS, Leo. (1988) Contraceptive Use and Fertility in Paraguay, 1987 In: *Studies in Family Planning*, v. 19, n. 5, set-out, pp. 284-291.
- MONTECINOS, Verónica (2003). Feministas e tecnocratas na democratização da América Latina. *Revista Estudos Feministas*, v.11, n.2, p. 351-380.
- MORAES, C. (2000) *Paraguai: o processo de consolidação da ditadura de Stroessner – 1954-63*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- MORÍNIGO, José. (1999) La Plaza, el Congreso y la Corte: claves de la legitimidad del Presidente Gonzalez Macchi. In: *Revista Paraguaya de Sociología*. CPES: Asunción.
- MOTA, C.G. (1995) História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. In: *Estudos Avançados*, v.9, n.24.
- MUÑOZ, Cristina. S. (s/d) *Curriculum vitae*.

NICHOLSON, Linda. (2000) Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41.

NICKSON, A. (1995) Paraguay's Archivo del Terror. In: *Latin America Research Review*. v. 30, 1, p. 125-129.

NICKSON, A. (1997) The Armed forces. In: *The Transition to Democracy in Paraguay*. Hampshire; New York: St. Martin's Press.

NICKSON, A. (2005) Reformando el Estado en Paraguay. In: ABENTE & MASI (Org.) *Estado, Economía, y Sociedad: una Mirada Internacional a la Democracia Paraguaya*. Asunción: CADEP.

NICKSON, A. (2008) Una oportunidad para Paraguay: los desafíos de Fernando Lugo. In: *Nueva Sociedad*, n.216.

OBANDO, Ana Elena. (2004) La opción sexual como derecho humano – Parte I. In: *Informativo Mujer*. n.169. Asunción: CDE.

O'DONNELL, G. *et al* (1988 [1986]) *Transições do Regime Autoritário*: Primeiras conclusões. São Paulo: Vértice.

PANFICHI, Aldo.. (org.) (2002) *Sociedad civil, esfera pública y democratización en América Latina: Andes y Cono Sur*. México: Fondo de Cultura Económica.

PALAU, T. (1996) Anexo. El petitorio de los 21 puntos presentados por la MCNOC al gobierno. In: *La agricultura paraguaya al promediar los 90s: situación, conflictos y perspectivas*. Noviembre. 1996

PATRIOTA, Tania. (1994) Apresentação do Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Plataforma do Cairo) In: *Instrumentos internacionais de direitos das mulheres*. Brasília: SEPM.

PARAGUAY, República del. (1981) *Mensajes y discursos del Excelentísimo Señor Presidente de la Republica del Paraguay General del Ejército Don Alfredo Stroessner*. Asunción: Subsecretaría de Informaciones y Cultura; Presidencia de la República.

PARAGUAY, República del. (1995b) Aprobación de la Declaración de Beijing y de la Plataforma de Acción. Reservas y declaraciones en cuantos a la interpretación de la Declaración y la Plataforma de Acción Nota de alcance a Plataforma de Beijing. In: CDE (1998) *Anuario Mujer* 1995, p.159.

PARAGUAY, República del. (1997a) Plan Nacional de Igualdad de Oportunidad para las Mujeres (1997-2001). In: CDE (2000c) *Anuario Mujer* 1997, p.124-131.

PARAGUAY, República del. (1997b) 'Plan Nacional de Salud Reproductiva. Versión Post-Cairo' - acessado em www.unfpa.org.py/download/doc_cnsr.doc .

PARAGUAY, República del (1999). Programa de Gobierno (Julio, 1999). In: *El Partido Colorado y la Reforma del Estado en el Paraguay*. Asunción: Instituto de Altos Estudios Políticos Dr. Ignacio A. Pane, p.181-237.

PARAGUAY (2002) *Estatuto Agrario*. – acessado em <http://www.maq.gov.py/Ley%201863-02.pdf>

PARAGUAY, República del. (2010) *Informe Rendición de Cuentas de 2 años de Gestión*. Asunción: Secretaría de la Función Pública.

PICHARDO, N. (1997) New Social Movements: A Critical Review. *Annual Review of Sociology*, v. 23. p. 411-430

PILZ, D. (2005) Pérdida de protagonismo del movimiento sindical y deterioro de las condiciones laborales marcan el final de una década. In: CODEHUPY. Informe de DDHH, 2005, p.295-303.

PINHEIRO, Paulo S. (1987) A tirania Stroessner In. *Folha de São Paulo*, 22 de janeiro. p. A-3.

PINTO, Celi. (2003) *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

PNUD (2004) *La Democracia en América Latina. Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos*.

POPULATION COUNCIL (1992) Paraguay 1990: Results from the Demographic and Health Survey. In: *Studies in Family Planning*, v. 23, n. 2, mar-abr, p. 137-141.

POSA, R.; ROBLEDO, C.; ZABALA, C. (2006) De invisibles a sujetas de derechos. Informe sobre DDHH de lesbianas en Paraguay. In: *Derechos Humanos Paraguay 2006*. Asunción: CODEHUPY.

RAGO, Margareth. (2006) Feminismos a la brasileña. In: *Historia de las Mujeres en España y América Latina*. Madrid: Cátedra, v.4, p.863-880.

RIQUELME, Q. (2002) Derecho a la asociación, reunión y manifestación. Represión y movilizaciones en periodo de crisis. In: *Derechos Humanos en Paraguay 2002*. Asunción: CODEHUPY.

_____. (2003) *Los sin tierra en Paraguay: conflictos agrarios y movimiento campesino*. Buenos Aires: CLACSO.

_____. (2008) Documento de trabajo N°71. Paraguay - Informe de Coyuntura Mayo-junio de 2008. CLACSO.

RIQUELME, Quintin; PILZ, Diana. (2006) Estado y sociedad en Paraguay: Reforma, políticas públicas y movimientos sociales. In: GARCÉS et al (orgS.) *Democracia y ciudadanía en el Mercosur*. Santiago: LOM, p.441-506.

RIQUELME, Quintin; PILZ, Diana. (2006) Estado y sociedad en Paraguay: Reforma, políticas públicas y movimientos sociales. In: GARCÉS et al (orgS.) Democracia y ciudadanía en el Mercosur. Santiago: LOM, p.441-506.

RÍOS, Marcela. (2002) Feminismo chileno en la década de 1990: paradojas de una transición inconclusa. In: *Sociedad civil, esfera pública y democratización en América Latina: Andes y Cono Sur*. México: Fondo de Cultura Económica; PUC-Peru.

RIVAROLA, D. (Org.) (1986) *Los Movimientos sociales en Paraguay*. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos.

RIVAROLA, M. (2009) *Transición desde las memorias*. Asunción: Decidamos.

RIVERA CASTRO, Carolina. (2000b) Derechos sexuales y reproductivos. In: *Armas de Mujer – Anuario Mujer 1999*. Assunção: CDE, p.40-48.

RODRIGUEZ, J. C. (1993) Paraguay. Mansa transición democrática. In: *Nueva Sociedad*, n.127, set- out, p. 18-22.

_____. (1998) Paraguay. Transición sin alternância. In: *Nueva Sociedad*, n.157 Set-Out, p. 29-33.

_____. (2004) Paraguay: la transición sin alternancia. In: *Política* (Santiago), n.42, outono.

RODRIGUEZ, M.L. (1989) El golpe no nos encontro con las manos vacías. In: CDE. Paraguay, mujeres en el año del cambio. In: *Anuario Mujer 1989*. Asunción, p.21-28.

RODRIGUEZ, M.L. (2003) Análisis de coyuntura sociopolítica. In: *Derechos Humanos Paraguay 2003*. Asunción: CODEHUPY.

RODRIGUEZ ALCALÁ, G. (1998) Fascismo e revisionismo. In: *Folha de S. Paulo*, Especial Brasil 500 anos.

RODRIGUEZ ALCALÁ, G. (2005) *Ideologia Autoritária*. Coleção America do Sul. Trad. Luiz Moreira e Marcela Quinteros. Brasília: Funag/IPRI.

RODRIGUEZ ALCALÁ, G. (Org.) (2010) *Residentas, destinadas y traidoras*. Testimonio de mujeres de la Triple Alianza. Asunción: Servilibro.

RODRIGUEZ ZUCOLILLO, C. (2000) Língua, Nação e Nacionalismo: um estudo sobre o guarani no Paraguai. Tese de Doutorado em Linguística, IEL, Unicamp.

ROIG, E. (2008) *Semilla para e futuro. Magui Balbuena*. Buenos Aires.

ROMERO, M. (2000) La doctrina social del coloradismo ante el tercer milenio', In: *El Partido Colorado y la Reforma del Estado en el Paraguay*. Asunción: Instituto de Altos Estudios Políticos Dr. Ignacio A. Pane,

- RUBIN, G. (2008) Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. Assunção, Paraguai, 20/02/2008. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas e Andrei Martin San Pablo Kotchergenko. Revisada por Andrei Martin San Pablo Kotchergenko.
- SANTISO, C. (2002) Promoção e proteção da democracia na política externa brasileira. In: Contexto Internacional (Rio), v. 24, n.2, p. 397-431.
- SANTOS, M. (1998) *Operação Condor uma conexão entre as polícias políticas do Cone Sul da América Latina, em particular Brasil e Paraguai, durante a década de 70*. Dissertação de Mestrado em Integração da América Latina – PROLAM.
- SILVA, M. G. (2008). Transição, estabilidade e alternância: Fernando Lugo e a possibilidade de inserção tardia do Paraguai no processo latinoamericano de consolidação da democracia. In: *Observador on-line*, v. 3, p. 2-27.
- SCHUMACHER, S., VARGAS, E. (1993) 'Lugar no governo: álibi ou conquista?' In: Revista de Estudos Feministas. n.2. Rio: Ciec/ECO/UFRJ, 1993.
- SKOCPOL, T. (1987) Resenha de 'The Nation-State and Violence'. In: *Social Forces*, v.66, n. 1, p. 294-296.
- SKOCPOL, T. (1995) *Protecting soldiers and mothers: the political origins social policy in the United States*. Cambridge: Harvard University Press.
- SMPR (1998) *Memoria de la Secretaría de la Mujer 1993 – 1998*. Asunción: Secretaría de la Mujer de Presidencia de la República.
- SMPR; ONU-Py; CMP (1996) Definición de prioridades de la Conferencia Mundial sobre la Mujer. In: CDE (1999) *Anuario Mujer 1996*. Aquelarrés en movimiento o los encantos de la participación. Asunción: CDE, p. 135-140.
- SOLER, Lorena. (2002) La transición perenne. Partidos políticos y coyuntura electoral en Paraguay (1989-2000). In: e-l@tina, v.1. out-dez.
- SOTO, C. De la neutralidad a la acción. Paraguay: mujeres e institucionalidad estatal. In: *Anuario Mujer 1995*. CDE: Asunción. p.25-31
- SOTO, C. (2001) La mujer en el ejercicio del poder y la adopción de decisiones. In: CMP (org.) Heta Mba'e Ojejapo ha Rojapo Jareko Hagua Tekojoja Kuña, Mitakuña, ha Mitakuña'i Kuéra Hetaiteve Jajapo Va'erã Gueteri. *Implementación de la Plataforma de Beijing en Paraguay 1995-2005. Informe No Gubernamental'*. Asunción: PNUD, Unifem.
- SOTO, C. (2001b) Bajo el signo del estancamiento. In: *Nueva Sociedad*. n. 176, p.11-16.
- SOTO, Clyde; BAREIRO, Line; RIQUELME, Quintin; VILLALBA, Roberto. (2004) Sociedad civil y construcción democrática en Paraguay. Experiencias de participación de los movimientos sociales. In: ALBUQUERQUE, M.C.(org.) *La construcción democrática desde abajo en el Cono Sur*. San Pablo: Instituto Polis, p.135-193.

- STOKES, W. (1964). *Latin American politics*. New York: Crowell.
- TATAGIBA, L. (2009) Movimentos sociais e sistema político. Um diálogo (preliminar) com a literatura. Paper apresentado no 6º Encontro da ABCP.
- TARROW, S. (2009) *O Poder em movimento*. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes.
- TARROW, S. (2009b) Outsiders inside e insiders outside: entre a ação pública nacional e transnacional em prol dos direitos humanos. In: *Cadernos de Recursos Humanos*. v.22, p. 151-161.
- TILLY, C. (1997). 'Parliamentarization of Popular Contention in Great Britain, 1758-1834' In: *Theory and Society*, v.26, p. 245-73.
- TILLY, C. (1999) Wise Quacks. In: *Sociological Forum*, v. 14, n. 1, p.55-61.
- TILLY, C. (2003) Agendas for social movements research. In: *States, Parties and Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TILLY, C. (2005) Why and how history matters. In: GOODIN & TILLY (eds.) *Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*.
- TILLY, C. e TARROW, S. (2007) *Contentious Politics*. London: Paradigm.
- THIEDE, C. (2004a) De frente, por la despenalización. In: *Informativo Mujer* n.171. Asunción: CDE.
- THIEDE, C. (2004b) Nuestra primera vez: Encuentro Feminista en Paraguay. In: *Informativo Mujer* n.166. Asunción: CDE.
- THIEDE, C. (2004c) Imagen feminista: radicales y solas. In: *Informativo Mujer* n.166. Asunción: CDE.
- THIEDE, C. (2005b) Sobre el feminismo paraguayo. In: *Informativo Mujer* n.176. Asunción: CDE.
- UBALDI, N. (1989) Recuento de un año de violencia. In: CDE. Paraguay, mujeres en el año del cambio. *Anuario Mujer* 1989. Asunción, p.13-20.
- VALIENTE, H. (2003) *Incidencia en la modificación de leyes. La CMP y la igualdad ante la ley*. Serie Experiencias paraguayas de incidencia de la sociedad civil en los poderes públicos. Asunción: AlterVida; CDE.
- VALIENTE, H. (2004) Defensoría del Pueblo: polémica elección. In: *Informativo Mujer* n.169. CDE: Asunción.
- VALIENTE, H. (2005) Paraguay ante el Comité de la CEDAW. In: *Informativo Mujer* n.173. CDE: Asunción.
- VALENZUELA, A. (1997) Paraguay: The Coup that Didn't Happen. In: *Journal of Democracy*. v.8, n.1, p.43-55.

VARGAS, V. (1996) Caminos a Beijing: IV Conferencia Internacional de la Mujer en América Latina y el Caribe.

VALLEJO, C.(1997) *En Paraguay no hay terremotos, pero hay mujeres que movilizan todo*. In: Anuario Mujer 1994, CDE: Asunción.

VARGAS, V. (2002) Los feminismos latinoamericanos en su tránsito al nuevo milenio (Una lectura político personal). In: *Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder*. Caracas: CLACSO, Universidad Central de Venezuela, p. 307-316.

VARGAS, . SCHUMAHER, S. (1993) Lugar no governo: conquista ou álbi?
WEFFORT, F. (1984) Por que democracia? São Paulo: Brasiliense.

VIAL, A. Una cultura política que debe ser superada. In: Partido Colorado. Las causas de su caída. Asunción: Azeta, p.179-197.

VIAL, Alejandro. Paraguay, ¿un nuevo comienzo?. In: *Nueva Sociedad* n.189. pp.15-21.

VILLALBA, Verónica. (2004a) La opción sexual: más humana que nunca. In: *Informativo Mujer* n.168. Asunción: CDE.

_____. (2004b) Ciudadanía activa frente a las discriminaciones. In: *Informativo Mujer* n.169. Asunción: CDE

WILLS & ZAMBRANO (2002) Los 'cinco viajes' de los feminismos en Colombia: avances y estancamientos. In: *Sociedad civil, esfera pública y democratización en América Latina: Andes y Cono Sur*. México: Fondo de Cultura Económica; PUC-Peru. p.411-448.

WINER, S. (2008) Las políticas de Seguridad y Defensa en Paraguay: perspectivas y desafíos frente al nuevo escenario político. In: *Revista Esboços* nº 20, Universidade Federal de Santa Catarina, p.67-99.

YORE, P. & COLAZO, C. (2001) *Al Rescate de nuestra historia*. La historia de lucha y conquistas de la Multisectorial de Mujeres y de la Red de Mujeres Políticas del Paraguay. Asunción: QR; RMP.

YORE, M. (1992). *La dominación stronista. Orígenes y consolidación*. 'Seguridad nacional' y represión. Asunción: BASE - Investigaciones sociales.

YORE, M. & PALAU, M. (2000) Presidencialismo Moderado y Gobierno de Coalición. Emergencia y fracaso de una experiencia inédita. BASE-IS. n.101. Asunción.

YOUNG, I. (1990) *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton.

YOUNG, I. (1996) Reflexions on Families in the Age of Murphy Brown: On Gender, Justice, and Sexuality. In: *Revisióning the Political: Feminist Reconstructions of Traditional Concepts in Western Political Theory*. Oxford: Westview Press.

13. Fuentes

CDE (1990) *Anuario Mujer 1989*. Mujeres en el año del cambio. Asunción: CDE.

CDE (1991) *Anuario Mujer 1990*. Crónicas de haceres, deseos y olvidos. Asunción: CDE.

CDE (1992) *Anuario Mujer 1991*. Nadie dijo que sería fácil. Asunción: CDE.

CDE (1994) *Anuario Mujer 1992*. Cosecha 92: antiguos sueños nuevos retos. Asunción; CDE

CDE (1995) *Anuario Mujer 1993*. Memorias de un tiempo nuevo. Asunción: CDE.

CDE (1997) *Anuario Mujer 1994*. De mujeres, clamores y luna. Asunción: CDE.

CDE (1998) *Anuario Mujer 1995*. Sirenas conquistando sueños. Asunción: CDE.

CDE (1999) *Anuario Mujer 1996*. Aquelarres en movimiento o los encantos de la participación. Asunción: CDE.

CDE (2000a) *Anuario Mujer 1998*. Desilusión. Asunción: CDE

CDE (2000b) *Anuario Mujer 1999*. Armas de mujer. Asunción: CDE.

CDE (2000c) *Anuario Mujer 1997*. Transgresiones y osadías. Asunción: CDE.

ENM (1987) *Encuentro Nacional de Mujeres*.

ETM (1988) *Encuentro-Taller de Mujeres*.

PARAGUAY, República del. (1981). *Mensajes y discursos del Excelentísimo Señor Presidente de la Republica del Paraguay General del Ejército Don Alfredo Stroessner*. Asunción.

14. Lista de websites consultados

www.abc.com.py

www.aireana.org.py

www.bibliojuridica.org

www.cde.org.py

www.cladem.org

www.defensoriadelpueblo.gov.py

www.financiamientopolitico.org.py

<http://hemeroteca.abc.es/>

<http://www.iglhrc.org/>

<http://karakukuera.wordpress.com/>

<http://lasojamata.iskra.net/>

<http://nodiscrimines.org/>

www.pj.gov.py/cdya/

<http://www.pj.gov.py>

www.ultimahora.com

<http://www.unfpa.org.py>

<http://www.uninet.com.py/>

<http://us2.campaign-archive1.com/?u=4075bc9facc694123047b1de9&id=fed5a44c3d&eo=0b7bda875d>

15. Apêndice

Quadro 1: Panorama das práticas das organizações feministas em 1989.

Mês / 1989	Formato / Nome	Quem realiza	Para/com quem*	Local	Apresentação ou temas tratados
Fev	Painel-debate / O que as mulheres querem e esperam da democracia?	Mulheres pela Democracia e Comissão de Defesa dos Direitos Humanos no Paraguai		Centro Cultural Juan de Salazar	Line Bareiro, Esther Prieto, Pilar Filártiga e Adalita del Puerto Schaerer são expositoras
Abr	Ciclo de painéis	'Mulheres em Ação' [ACJ]	[jovens]	Associação Cristã de Jovens	Educação cívica, implicações sociais da conjuntura, ideologia e programas dos partidos
Jul	Seminário / Violência, mulheres e legislação penal	Centro Paraguai de Estudos da Mulher [CEPEM] e Centro Interdisc. de Direito Social e Economia Política [CIDSEP]		Hotel Guarani	O programa é exposto por Jorge Bogarín, Nilda Cuevas, Padre José Rubio, Esther Prieto, Line Bareiro e Olga Caballero Aquino.
04 de ago	Fórum / Mulher e políticas públicas	BASE-IS e GEMPA [CPES]			Mulher e saúde, emprego e educação, e desenvolvimento urbano são discutidos.
19 de ago	"Inquietudes da CMP"	Departamento de Assuntos Femininos do PLRA			Dissertação sobre as leis que marginalizam a mulher
23 de ago	Oficina	Multisetorial de Mulheres	Participam 70 mulheres de 30 organizações		A criação de uma Secretaria da Mulher é proposta.
12 de set	Palestra / Secretaria da mulher, uma necessidade impostergável	Coordenadoria de Mulheres Febreristas		Casa do Povo [Partido Febrerista]	Com o patrocínio da Multisetorial e com a presença de <i>diplomáticas</i> (sic)
Out	Painel / O que se passa hoje com a justiça?	Mulheres pela Democracia		Igreja da Santíssima Trindade	
04 de out	Ato	Coordenação de Mulheres do Paraguai	Por volta de 500 mulheres assistem	Radio Ñandutí	Apresenta o anteprojeto de reforma do Código Civil à cidadania

*Apenas a parte entre parênteses é adicionada por mim e não consta na 'Cronologia' elaborada pelo CDE, todo o demais consiste em conteúdo empírico.

Fonte: 'Cronología'. In: *Mujeres en el ano del cambio*. Assunção: CDE, 1989 p.33-54.

Continuação: Panorama das práticas das organizações feministas em 1989.

Data	Formato / Nome	Quem realiza	Para/com quem*	Local	Apresentação ou temas tratados
28 de out	Seminário / Mulheres, direitos e política	Coordenadora de Mulheres Febreristas		Edifício Inter Express	[Seminário] patrocinado pelo CEDHU
09 de nov	Exposição, Painel / Derechos mujer	Participam Luly Cudas na arte, Line Bareiro na política, Carmela Insfrán na lei, Marilyn Renfeld em antropologia, Beatriz Rivarola em psicologia		Centro Cultural Paraguai Alemão / Centro Cultural Paraguai - Americano	Painel sobre a problemática da mulher desde diferentes ângulos.
10-11 de nov	Seminário / Mulher e política	Organizado por CIDSEP, patrocinado pela Multisetorial de Mulheres	Com a participação de representantes de 4 partidos políticos.	Hotel Guarani	
12 de Nov	Seminário	CEPEP		Hotel Guarani	Apresentação de resultados da Pesquisa de Prevalência de Anticoncepcionais no Paraguai
25 de Nov	Ato / Dia Internacional de não-violência contra a Mulher	Coletivo 25 de novembro	Público em geral	Rua Palma [Centro de Assunção]	O ato consiste em uma série de esquetes sobre as formas de violência contra a mulher, canções e apresentação do livro 'Transgressão e violência' de Norma Ubaldi, Marlene Molinas e Clyde Soto.
15 de dez	Seminário / Mulher e participação	CIDSEP e Multisetorial de Mulheres		Hotel Paraná	[Seminário] com a participação de Perla Yore, Teté Cano, Ma. Teresa Escobar y Carmen Colazo, para tratar da problemática feminina na presente década.

*Apenas a parte entre parênteses é adicionada por mim e não consta na 'Cronologia' elaborada pelo CDE, todo o demais consiste em conteúdo empírico.

Fonte: 'Cronología'. In: *Mujeres en el ano del cambio*. Assunção: CDE, 1989 p.33-54.

Quadro 2: Panorama das práticas das organizações feministas em 1990.

Data	Formato / Nome*	Quem realiza	Para/com quem*	Local	Apresentação ou temas tratados
24 de fev	Encontro	Coordenação de Mulheres do Paraguai	Objetivo: dar a conhecer os diversos grupos de mulheres [sindicatos, grupos autônomos, de bairro, ONG e partidos] e suas ações específicas.	Rádio Ñandutí	Tema: a problemática da mulher e as possibilidades de melhora da condição feminina. Cada grupo realiza uma apresentação.
26 de fev	Painel	Mulheres pela Democracia		Seminário Metropolitano	Código eleitoral. Expositores: Emilio Camacho e Line Bareiro.
10-11 de mar	Cursos de educação cívica	Mulheres pela Democracia	Professores do ensino primário e secundário	Instituto de Desen. Interdisc. da Amér. Latina [IDIAL]	As palestras estão a cargo de Vitalina Paez, Sady Saguier e Melquiades Alonso.
13 de mar	[Comunicado]	Coletivo 25 de novembro	[público amplo]		O Coletivo [...] presta ajuda jurídica e psicológica a [uma determinada] mulher e emite comunicado de denúncia.
08 de abr	[Interpelação]	Coordenação de Mulheres do Paraguai	Parlamento	[idem]	Anteprojeto de modificação do Código Civil
04 de mai	[Interpelação]	Multisetorial de Mulheres	Câmara dos Deputados	[idem]	Secretaria da Mulher. Projeto de criação desse organismo.
05 de mai	Encontro sobre a situação atual da mulher no Paraguai	Programa de radio 'De mulher para mulher'		San Ignacio [interior]	Expositoras: Gloria Rubin, Clara Rosa Gagliardone e Olga Caballero Aquino.
18 de mai	Conferência	Associação de Advogadas do Paraguai		Palácio de Justiça	Expositora: a advogada Mercedes Sandoval de Hempel
21 de mai	Painel	CIDSEP e Mulheres pela Democracia		Hotel Guarani	Painel sobre a descriminalização da mulher no Código Penal
21 de mai	[Inauguração]	Coletivo 25 de novembro	Mulheres	Casa da Mulher	Objetivo: oferecer apoio jurídico e psicológico a mulheres vítimas de violência
24 de mai	Interpelação pública sobre Mulher e Municipalidade	GEMPA - Grupo de Estudos da Mulher Paraguaia	São interpelados: [os candidatos e candidatas à prefeitura de Assunção]	CPES	Objetivos: alcançar maior participação da mulher na gestão municipal e sensibilizar aos candidatos

Continuação: Panorama das práticas das organizações feministas em 1990.

Data	Formato / Nome*	Quem realiza	Para/com quem*	Local	Apresentação ou temas tratados
8-9 de jun	Seminário sobre violência, mulher e legislação penal	CIDSEP e CEPEM	[alunos universitários]	<i>Encarnación</i>	
7 de jul	Jornada de Trabalho / A mulher liberal radical autêntica no atual processo de transição	Departamento feminino do PLRA	Assistem quase 250 mulheres afiliadas	Partido Liberal Radical Autêntico [PLRA]	Expositoras: Rafaela Guanes de Laino, Haideé Benitez de Vargas, Graciela de Radice, e as senadoras Adalita del Puerto e Carmen de Lara Castro
17 de ago	[Comunicado]	Mulheres pela Democracia		Câmara dos deputados	Denuncia perante a Comissão de Direitos Humanos [...] casos de tortura e maltrato contra mulheres presas
31 de ago	Oficina de reflexão	Alter Vida e GEMPA	Quase 50 mulheres participam.	CPES	Reflexão sobre sexualidade feminina e direitos reprodutivos [...]. A oficina é conduzida por profissionais do grupo Católicas pelo Direito de Decidir e do movimento feminista urguaio.
06 de set	Painel sobre Mulher e Prefeitura	Comissão de Mulheres da Associação Nacional Republicana	[afiliadas coloradas]		Objetivo: capacitar a mulher para uma maior participação no processo democrático
15 de set	Seminário-oficina sobre participação da mulher no desenvolvimento local	Alter Vida		Centro Cultural Juan de Salazar	Objetivo: promover a capacitação cívica e política da mulher e analisar o seu papel no município.
13 de out	Curso sobre Mulher e violência	Coletivo 25 de novembro		[Casa da Mulher]	Objetivo: criar voluntárias para ajudar a mulheres vitimizadas
10 de dez	[Denúncia internacional]	Coordenação de Mulheres do Paraguai	Subdivisão para o Avanço da Mulher do Centro de Desenv. Social da ONU		A CMP denuncia o governo paraguaio frente à [mencionada] Subdivisão [...] pelo não cumprimento da CEDAW

*Apenas a parte entre colchetes é adicionada por mim e não consta na 'Cronologia' elaborada pelo CDE, todo o restante consiste em conteúdo empírico.

Fonte: 'Cronologia'. In: *Crônicas de haceres, deseos y olvidos. Anuario Mujer 1990*. Assunção: CDE, p.34-56.

Quadro 3: Panorama das práticas das organizações feministas em 1998.

Data	Formato / Nome	Quem realiza	Para/com quem (*)	Local	Apresentação ou temas tratados
09 de fev	Seminário / oficina / “Seguimento da Plataforma de Ação de <i>Beijing</i> ”	Comissão tripartite formada pela CMP, pela SMRP e pelas Nações Unidas		Secretaria da Mulher da Presidência da República (SMPR)	Esta comissão é financiada pela UNIFEM – Fundo de desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
12 de fev	Lançamento de livro, “Situação da mulher rural no Paraguai”	Documento elaborado pela consultora Mirtha Rivarola. Esta investigação faz parte do Programa de Fortalecimento Institucional da SMPR.	(funcionárias da Secretaria)	SMPR	Na ocasião, a ministra da Mulher, Cristina Muñoz e a consultora Line Bareiro assinaram um contrato (...), no marco de uma investigação mais ampla sobre liderança feminina no Paraguai, cuja primeira parte foi realizada no ano passado.
06 de mar	Jornada de reflexão sobre a atual situação política	Coordenação de Mulheres do Paraguai		Centro de Assunção	Além disso, emitiu um comunicado à opinião pública e organizou uma panfletagem no centro da capital
14-16 de abr	Seminário sobre educação sexual e saúde reprodutiva da/do adolescente	Organizado pelo Fundo de Populações da ONU (UNFPA), SMRP, Viceministério da Juventude, Fundação <i>Kuña Aty</i> , Instituto de Ciências da Saúde da UMA e Prefeitura de San Lorenzo	Dirigido a jovens	Reitoria da Universidade Nacional de Assunção	
22 de mai	Jornada de capacitação	Fundação <i>Kuña Aty</i>	Dirigida a agentes da Polícia Nacional	Direção de Polícia	Sobre o tema ‘Gênero e abordagem da violência contra a mulher adolescente e crianças
29 de mai	Encontro, Campanha pelo Exercício dos Direitos Sexuais e Reprodutivos	Serviço de Formação e Estudos da Mulher (SEFEM)	Com mulheres parlamentares e com organizações de mulheres		(...). Temas abordados foram saúde sexual e reprodutiva, gravidez adolescente e qualidade da atenção, dentre outros
06 de jul	II Seminário-oficina sobre Abordagem Terapêutica da Violência Doméstica	Fundação <i>Kuña Aty</i> e Instituto de investigações em Ciências da Saúde	Com o apoio da SMPR e do UNICEF		Violência doméstica

29 de ago	Lançamento de livro	CLADEM-Paraguay		Feira Internacional do Livro	[Título] Silêncios públicos, mortes privadas. A regulação jurídica do aborto na América Latina
-----------	---------------------	-----------------	--	------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: 'Cronología – 1998'. In: *Desilusión. Anuario Mujer 1998*. (CDE, 2000a, p.68-93).

Continuação: Panorama das práticas das organizações feministas em 1998.

Data	Formato / Nome	Quem realiza	Para/com quem (*)	Local	Apresentação ou temas tratados
01 de out	Fórum de análise e debate	Coordenação de Mulheres do Paraguai	Organizações de mulheres	Palácio de Justiça	Anteprojeto de lei de combate à violência contra a mulher
05 de nov	Oficina	Comissão tripartite – CMP, SMRP, PNUD	Para jornalistas	Gran hotel do Paraguai	

Fonte: Cronología – 1998. In: *Desilusión. Anuario Mujer 1998*. (CDE, 2000a, p.68-93).

Quadro 4: Panorama das práticas das organizações feministas em 1999.

Data	Formato / Nome	Quem realiza	Para/com quem*	Local	Temas tratados, apresentação
23 de mar	Comunicados	CMP; RMP Grupo de trabalho CLADEM;	Opinião pública		Entre 23 e 29 [de março], distintas organizações de mulheres expressaram sua adesão à cidadania, que resistia nas praças contra as tentativas violentas de romper a institucionalidade.
29 de mar	Comunicados	Mulheres pela Democracia; CIMPAR	Opinião Pública		
14 de abr	Encontro / Fórum	CMP, CIMPAR, RMP, Rede de Mulheres Municipais		PROMUR	No encontro, se decidiu constituir o Fórum Permanente de Organizações de Mulheres
06 de mai	“Participação política da mulher e Reforma eleitoral”	RMP	USAID, Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais (IFES)	IFES	Processo de análise e formulação de propostas para a reforma da lei eleitoral
07 de mai	Convênio de cooperação	<i>Kuña Aty</i>		Universidade Católica de Assunção	Estudantes de Direito do último ano trabalharão no seguimento de casos judiciais de mulheres vítimas de violência
03;10 de ago	Reuniões / Fórum	CMP, CIMPAR, RMP, Fórum de Mulheres do Mercosul-Paraguai, Rede de Mulheres Municipais, Rede de Educadoras Populares, Assoc. Parag. de Empresárias, Executivas e Profissionais.		Centro Paraguai de Estudos Sociológicos	O Fórum Permanente de Organizações de Mulheres se reuniu com o objetivo de analisar desde uma perspectiva de gênero o Programa de Governo de Unidade Nacional. A partir das conclusões dessas duas reuniões, se elaborou um documento apresentado ao governo com vistas a incluir as críticas e demandas das mulheres.
28 de out	Seminário / Debate Anteprojeto de Saúde Sexual e Reprodutiva	Coordenação de Mulheres do Paraguai e Câmara de Senadores	Parlamentares	Senado	No marco do processo de elaboração para a proposta de anteprojeto de Lei de Saúde Sexual e Reprodutiva, com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas, no Parlamento Nacional. O evento contou com a presença de Susana Chiarotti, coordenadora de Cladem e Susana Galdós, da organização peruana Manuela Ramos.
11 de nov	Apresentação	Base Educativa e Comunitária de Apoio (BECA) e Fundo de Popu-		ONU	UNFPA apresentou o ‘Guia para comunicadores/as: considerações básicas sobre direitos

		lações da ONU			reprodutivos, população e desenvolvimento'.
--	--	---------------	--	--	---------------------------------------------

Fonte: Cronología. In: *Armas de Mujer – Anuario Mujer 1999*. (CDE, 2000b, p.98-141)

Quadro 5: Panorama das práticas das organizações feministas em 2004.

Mês	Formato / Nome	Quem realiza	Para/com quem	Local	Apresentação ou temas tratados
Jan	Comunicado	CONAMURI Coord. Nac. de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas	Opinião pública		Comunicado sobre o caso do menino Silvino Talavera, morto há um ano devido fumigações com herbicidas.
Mar	Reunião com Grupo de trabalho de Organizações de direitos Humanos	Aireana	Anistia - Py, CODEHUPY, Grupo de Ação Gay, Lésbico e Transgênero e Comunidade Homossexual do Paraguai.		Postura do governo paraguaio sobre a “Resolução sobre Orientação Sexual e Direitos Humanos”, apresentada pelo Brasil na ONU
Mar	Manual “Abordagem da violência contra a mulher desde as masculinidades”	Fundação Kuña Aty	Profissionais de assistência social, direito, psicologia e outras pessoas que trabalham contra a violência doméstica / Com o apoio da agência sueca.	Fundação Kuña Aty	[Apresentou] um resumo de mais de 150 horas de oficinas realizadas na Fundação nos anos de 2002 e 2003
Abr	Terceiro Encontro	<i>Mujeres Políticas en Red</i>		Fernando de la Mora [grande Assunção]	Abordaram (...) o empoderamento das mulheres.
Mai	Reunião	Rede de Mulheres Políticas		Residência de ex-deputada liberal	No marco do processo de organização de filiais no Chaco, se reuniram a presidente Cristina Muñoz, a vice e outras integrantes da <i>Red de Mujeres Políticas</i>
Set	Semana de atividades / “Dia pela despenalização do aborto na Am. Latina e Caribe”	Coordenação de Mulheres do Paraguai	Jovens, outros movimentos e atores sociais, meios de comunicação, público em geral	Vários locais, na capital e no interior do país.	[Títulos das atividades] Até onde o legal é justo?; Rompamos o silêncio; A penalização do aborto; Aborto, aspectos médico-legais; A experiência uruguaia na luta pelo direito ao aborto.
Nov	Consulta	CLADEM –	65 organiza-	Hotel	O objetivo do encontro foi

	cidadã "Informe Sombra CEDAW"	Paraguai e Coordenação de Mulheres do Paraguai	ções do movimento de mulheres, com apoio de UNFPA	Cecilia	propiciar a participação ativa das organizações na realização do informe alternativo sobre o cumprimento da CEDAW
--	----------------------------------	---------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------	---------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Continuação: Panorama das práticas das organizações feministas em 2004.

Data	Formato / Nome	Quem realiza	Para/com quem (*)	Local	Apresentação ou temas tratados
Jan	Adesão à Campanha "Mulheres para a Corte"	Rede de Mulheres Políticas	[Elite e operadores do poder judiciário]	Tribunal Superior de Justiça Eleitoral	RMP apresentou seu Plano de Trabalho 2004 e o apoio às propostas das candidatas para Corte Suprema de Justiça.
Jan	Comunicado	CONAMURI Coord. Nac. de Mulheres Traba- lhadoras Rurais e Indígenas	Opinião pública		Comunicado sobre o caso do menino Silvino Talavera, morto há um ano devido fumigações com herbicidas.
Mar	Reunião com Grupo de Trabalho de Organiza- ções de direitos humanos	Aireana	Anistia - Py, CODEHUPY, Grupo de Ação Gay, Lésbico e Transgênero e Comunidade Homossexual do Paraguai.		Para tratar da postura do governo paraguaio sobre a "Resolução sobre Orientação Sexual e Direitos Humanos", apresentada pelo Brasil na 60ª sessão da Comissão de Direitos Humanos da ONU
Mar	Lançamento da campanha "No más violencia contra la mujer"	Anistia - Py, Fundação <i>Kuña Aty</i> , Coletivo 25 de <i>noviembre</i> , Mulheres pela Democracia, Mujeres Políticas en Red, [ONG] <i>Tiempo Nuevo</i> e a SMPR*		Rua Palma [centro de Assunção]	Na ocasião foi apresentado ' <i>Está en nuestras manos. No más violencia contra las mujeres</i> ' e outros materiais que ajudarão na difusão da campanha
Mar	Manual "Abordagem da violência contra a mulher desde as masculini- dades"	Fundação <i>Kuña Aty</i>	Profissionais de assistência social, direito, psicologia e outras pessoas que trabalham contra a violência doméstica.	Fundação <i>Kuña Aty</i>	Com o apoio da agência sueca (...) Diakonia, [apresentou] um resumo de mais de 150 horas de oficinas realizadas na Fundação nos anos de 2002 e 2003

Abr	Diagnósticos participativos ' <i>Mujer, género y políticas públicas</i> '	<i>Mujeres por la Democracia</i>	Grupos de mulheres destas regiões	Villarrica [interior do país]	[Diagnósticos] sobre o papel das administrações locais na problemática de gênero.
-----	------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------

*Além das organizações citadas, estiveram também implicados na campanha a Prefeitura de Assunção, o Instituto de Estudos Comparados em Ciências Sociais e Penais (INECIP), a Rede de Mulheres Municipais e a Sociedade Paraguaia de Criminologia.

Continuação: Panorama das práticas das organizações feministas em 2004.

Data	Formato / Nome	Quem realiza	Para/com quem (*)	Local	Apresentação ou temas tratados
Abr	Terceiro Encontro	<i>Mujeres Políticas en Red</i>		Fernando de la Mora [grande Assunção]	Abordaram (...) o empoderamento das mulheres.
Mai	Reunião	<i>Rede de Mulheres Políticas</i>		Residência de ex-deputada liberal	No marco do processo de organização de filiais no Chaco, se reuniram a presidente Cristina Muñoz, a vice e outras integrantes da <i>Red de Mujeres Políticas</i>
Mai	Painel "A opção sexual como direito humano"	Aireana (coord.) e Grupo de trabalho de Organizações de Direitos Humanos pela Resolução sobre Orientação Sexual*	[Apoio] Human Rights Watch e Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas (IGLHRC)	Sala de Sessões da Câmara de Deputados	Participaram como panelistas a advogada feminista (...) Ana Elena Obando, Rosa Posa integrante de Aireana, a politóloga Line Bareiro e o advogado Hugo Valiente.
Jun	Debate público	Rede de Mulheres Políticas	[Apoio] USAID e Centro de Informação e Recursos para o Desenvolvimento	Hotel Las Margaritas	Sobre a participação política das mulheres e a necessidade de modificação do Código Eleitoral
Jun	Fórum "Contra toda a forma de discriminação"	CDE, Comissões de equidade e gênero do Senado e da Câmara de Deputados, e UNFPA	Cidadania (sic) [opinião pública]	Congresso Nacional	Debater com a cidadania as bases teóricas para a elaboração de um projeto de lei contra a discriminação no Paraguai. (...) [As organizações] apresentaram documentos iniciais e o senador Filizzola falou de seu 'Projeto de lei para prevenir e eliminar a discriminação', em estudo

					no Senado.
Ago	“Corte Penal Internacional e Justiça de Gênero”	[Graciela Mendoza, da] Coordenação de Mulheres do Paraguai		Santiago, Chile	O objetivo de fortalecer os processos legislativos de ratificação e implementação do Estatuto da Corte Penal Internacional nos países da região.

*Grupo integrado pela Rede GLBT- Amnistia Internacional, CODEHUPY, Comunidade Homossexual do Paraguai.

Continuação: Panorama das práticas das organizações feministas em 2004.

Data	Formato / Nome	Quem realiza	Para/com quem (*)	Local	Apresentação ou temas tratados
Set	Semana de atividades / “Dia pela despenalização do aborto na Am. Latina e Caribe”	Coordenação de Mulheres do Paraguai	Jovens, outros movimentos e atores sociais, meios de comunicação, público em geral	Vários locais, na capital e no interior do país.	[Títulos das atividades] Até onde o legal é justo?; Rompamos o silêncio; A penalização do aborto; Aborto, aspectos médico-legais; A experiência uruguaia na luta pelo direito ao aborto.
Set	Oficinas do projeto: ‘Desafios à Equidade’	Mulheres pela Democracia		Assunção e Villa Hayes [interior]	Oficinas com objetivo de fomentar a participação ativa das mulheres na consolidação democrática
Out	Marcha pela Dignidade, Igualdade, Vida e Soberania	CONAMURI Coord. Nac. de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas	Org.Nacional de Aborígenes Independiente, Plenária Popular Permanente Frente Nacional de Luta pela Vida e Soberania	Caaguazú [interior]	Em comemoração ao Dia da Resistência dos Povos Originários da América, ao Dia Mundial da Mulher Rural e Indígena e ao Dia Mundial da Alimentação.
Nov	Consulta cidadã “Informe Sombra CEDAW”	CLADEM – Paraguai e Coordenação de Mulheres do Paraguai	65 organizações do movimento de mulheres, com apoio de UNFPA	Hotel Cecilia	O objetivo do encontro foi propiciar a participação ativa das organizações na realização do informe alternativo sobre o cumprimento da CEDAW
Nov	Seminário “Direitos Humanos das mulheres: mecanismos	CLADEM - Paraguai e Corte Suprema de Justicia		Palácio da Justiça	Expositoras do Uruguai, do Capítulo paraguaio da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, e da Área de Gênero da

	internacionais de proteção”				Unidade de Direitos Humanos da Corte
Nov	Jornada “Construir a paz é viver sem violência”	Coletivo 25 de <i>Noviembre</i> , CLADEM – Py, CMP, Anistia - Py, Prefeitura de Assunção, Rádio <i>Trinidad</i>	[Público amplo]	Via rádio e em praças de Assunção	Debates de rádio sobre discriminação contra a mulher, apresentação de obras teatrais e um festival de música com artistas solidários.
Dez	Apresentação da lista do eleitorado segregada por sexo	Rede de Mulheres Políticas	Tribunal Superior de Justiça Eleitoral	TSJE	Avaliação do trabalho conjunto e apresentação do ‘padrão’ eleitoral

Fonte: http://www.cde.org.py/ww2/pu_crono.html - acessado em 10 de novembro de 2010.

Quadro 6: Panorama das práticas das organizações feministas em 2005.

Data	Formato / Nome	Quem realiza	Para/com quem (*)	Local	Apresentação ou temas tratados
Jan	Ato cultural “Utilização indiscriminada de grotóxicos”	CONAMURI Coord. Nac. de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas	Com apoio Alter Vida e Rádio Trinidad	CONAMURI	Ato de comemoração aos dois anos da morte de Silvino Talavera, falecido Devido à utilização de agrotóxicos
Jan	Painel de debate	Rede de Mulheres Políticas		San Lorenzo	Debate modificação do Código Eleitoral paraguaio
Fev	Convênio de Cooperação	Tiempo Nuevo [ONG]	SMRP, Embaixada Suíça		Projeto ‘Parlamento de Mulheres’ no qual 80 participantes assumirão o papel de parlamentárias
Mar	Oficina de difusão, Informe Sombra CEDAW	CMP e CLADEM - Paraguay	Organizações de mulheres.	Centro Paraguai de Est. Sociológicos (CPES)	Resultados do Informe Sombra, sobre o cumprimento da CEDAW por parte do Estado paraguaio
Mar	Marcha	CONAMURI e Coordenação de Mulheres Campesinas	Público em geral	Assunção	Contra a militarização do campo e a criminalização das lutas sociais
Mar	Diálogo	CMP	Campanha por uma ‘Convenção Interam. pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos	CPES	Diálogo jovem sobre o 10º Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe

Mar	Diálogo	Alter Vida		CPES	“O que o Fórum Social Mundial nos deixou?”
Abr	Capacitação no tratamento de vítimas de abuso físico, sexual e psicológico.	Fundação <i>Kuña Aty</i>	Apoio da Agência Espanhola de Cooper. Internacional e da SMRP		Projeto “Atenção Integral a mulheres, meninas e meninos de escassos Recursos”
Abr	Debate “Jornadas pelo Direito à terra”	CONAMURI e Mulheres pela Democracia	Diakonia, Ação Ecumênica ueca.	Manzana de la Rivera, Assunção	“Histórias de violência devido à distribuição injusta da terra e à falta de reforma agrária”
Abr	Campanha “Por uma paternidade responsável”	Fundação <i>Kuña Aty</i>	AECI		Capacitação voltada para mães, filhos/as e jovens, além de difusão massiva de materiais

Continuação: Panorama das práticas das organizações feministas em 2005.

Mês	Formato / Nome	Quem realiza	Para/com quem (*)	Local	Apresentação ou temas tratados
Mai	Lançamento da série ‘Experiências de trabalho p/ igualdade de gênero no Paraguai’	Centro de Documentação e Estudos	Fundo p/ a Igualdade de Gênero e Agência Canadense de Desenvol. Internacional	Mansão da Coop. COOME-CIPAR	Resultado de um processo de reflexão e construção de conhecimentos realizado por diversas organizações.
Mai	Projeto ‘ <i>Más mujeres a los municipios</i> ’	Rede de Mulheres Políticas		Ciudad del Este	A presidente da RMP, Cristina Muñoz, participou da apresentação do Plano Nacional de Inscrição 2005, do TSJE
Jun	Oficina	Fundação <i>Kuña Aty</i> e SMRP		Instituto de Ensino Policial	Objetivo capacitar e sensibilizar atores relevantes na prevenção e abordagem da violência contra a mulher
Jun	Fórum ‘Voces esenciales, mujeres incidiendo en políticas locales’	Mulheres pela Democracia	Centro de Informação e Recursos para o Desenvol. e USAID	Guairá [interior]	A atividade marcou o fim da iniciativa ‘Mulher, Gênero e Políticas Públicas’
Jul	Mostra de Cinema “Les	Aireana*	Público em	Centro Cultural	A atividade incluiu produções em diferentes formatos que desenvol-

	bi gay trans” / Debates		geral	Juan de Salazar	vem temas ao redor da sexualidade identidade
Jul	Debate Discriminação e Medidas Antidiscriminatórias; Lançamento	CDE, UNFPA, Comissão de Equidade Social e Gênero e Com. de Dir. Hum. e Assuntos Indígenas	[Público em geral]	Congresso Nacional	Lançamento do livro “ <i>Debate Teórico Paraguayo y Legislación Nacional Vol.2</i> ”, com reflexões em torno da discriminação por motivos de pobreza, saúde, VIH/SIDA, migração e religião.
Ago	II Encontro Feminista do Paraguai	Coordenação de Mulheres do Paraguai		Centro Paraguayo de Est. Sociológicos (CPES)	Apresentação oficial do programa de atividades do II Encontro Feminista do Paraguai
Ago	Seminário “DESC e Globalização”	CLADEM Paraguai	Magistrados /as, operadores/as do Judiciário, e organizações de mulheres.	Hotel Cecilia	O objetivo foi refletir sobre direitos econômicos, sociais e culturais desde uma perspectiva de gênero.

*Apoiada por Anistia Internacional, Campanha por Convenção Interamericana pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos, Festival de Cinema Gay Lésbico de Madrid, Fundação Triângulo e ONUSIDA.

Continuação: Panorama das práticas das organizações feministas em 2005.

Mês	Formato / Nome	Quem realiza	Para/com quem (*)	Local	Apresentação ou temas tratados
Set	II Encontro Feminista do Paraguai	Coordenação de Mulheres do Paraguai (organização)	Organizações do movimento amplo de mulheres*	San Bernardino [interior]	
Set	Campanha 28 de setembro	CMP, CLADEM Paraguai e Conv. Interam. por pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos	[Público amplo e parlamentar]	Centro Cultural Juan de Salazar	Proposta de despenalização do aborto no Paraguai apresentada à Comissão de Reforma do Sistema Penal e Penitenciário
Out	Campanha ‘Pela resistência em defesa da vida’ / Marcha / Seminário	CONAMURI	[Público amplo]	Seminário Metropolitano / Praça Uruguiaia [centro de Assunção]	Campanha que incluiu a realização do II Encontro de Mulheres Indígenas, de uma marcha até a Praça uruguiaia, e do seminário ‘Los nuevos rostros del neoliberalismo’
Out	Inauguração	Fundação	Ministério de	Fund.	No marco do projeto

	de espaço de atenção a meninos e meninas	<i>Kuña Aty</i>	Relações Exteriores da Espanha, da AECI, e da Associação de Investigação e Especialização sobre temas Iberoamericanos (AIETI).	<i>Kuña Aty</i>	“Atenção integral a mulheres e meninos/as de escassos recursos econômicos, (...) capacitação de usuárias e jovens na promoção da igualdade de gênero”
Nov	Campanha ‘16 dias de ativismo contra a violência contra as mulheres’ / Debate	Coletivo de 25 de <i>Noviembre</i> , CLADEM Paraguay, CMP, Direção de Políticas Municipais e Gênero da Prefeitura Assunção.			Debate ‘O feminicídio como expressão máxima da violência contra as mulher’, <i>panelistas</i> Gloria Rubín, Graciela Mendoza e Cintia Donnabelli.

*Cf. “O II Encontro Feminista foi organizado pela CMP e convocado por Anistia – Paraguai, Associação Paraguaia de Enfermeiras, CLADEM Paraguai, Coordenadora de Direitos Humanos do Paraguai (CODEHUPY), Coordenadora Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas (CONAMURI), Decidamos – Campanha pela Expressão Cidadã, FM Trinidad – Jaku’éke Mujer, Mulheres Políticas em Rede e Rede de Mulheres Políticas. Apoiaram o empreendimento a Coordenadora de Mulheres de San Bernardino, a Governação do Departamento Central, a Prefeitura de San Bernardino e o projeto Paraguai Silvestre, e contou com o financiamento de Mama Cash, de Organização Intereclesiástica para a Cooperação para o Desenvolvimento (ICCO), Fundo de Pequenos Projetos, UNIFEM, UNFPA, UNICEF e o PNUD” (CDE, 2005i, p.)

Fonte: http://www.cde.org.py/ww2/pu_crono.html - acessado em 15 de novembro de 2010.

Anexos

COMANDO DE INSTITUTOS MILITARES DE ENSEÑANZA
COMANDO DE LOS CIMEFOR
II. Departamento.

M.R.Alonso, 15 de enero de 1985.-

DECLARACION INDAGATORIA

NOMBRE Y APELLIDO : JESUS
GRADO : Sqto Asp.Inf.
UNIDAD : M.R.Alonso

COLEGIO : [REDACTED]

NOMBRE DE LOS PADRES : Jose [REDACTED]
Ana [REDACTED]

DIRECCION : [REDACTED]
[REDACTED]

PREGUNTADO: Si esta consiente y tiene conocimiento del motivo de su arresto?

DIJO : Si, por homosexualidad y estoy consiente de estos

PREGUNTADO: Como cayó en este placer ?

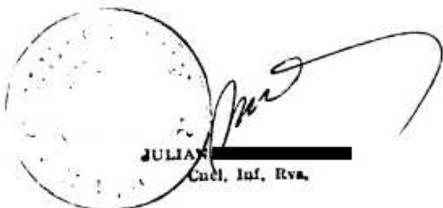
DIJO : Cuando era chico, luego despues de adolescente lo hice jugando, luego me encontré con un amigo vecino de nombre Guillermo Mendoza este amigo me presionaba con la amenaza de contar a mis padres yo era jovencito sin conocimiento de nada tenía miedo de mis padres, y así de vez en cuando continuaba conviviendo con él. las

[. . .]

PREGUNTADO : Como piensa trabajar y en donde para ganarse la vida

DIJO En este momento no tengo ni una posibilidad de trabajo pero tengo una beca de U.V. Internacional para estudiar dactilografia, luego prepararme para arquitectura el año que viene con la ayuda de mis padres.

EN CONCLUSION: de lo conversad sale a relucir que lo expresado era veridico y una vez leida queda ratificada este escrito con su firma


JULIAN [REDACTED]
Cnel. Inf. Rva.


JESUS [REDACTED]
Sgto Asp. Inf.

CARTA DO PAPA JOÃO PAULO II ÀS MULHERES

A vós, mulheres do mundo inteiro, a minha mais cordial saudação!

1. A cada uma de vós dirijo esta Carta, sob o signo da solidariedade e da gratidão, ao aproximar-se a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que terá lugar em Pequim no próximo mês de Setembro.

Antes de mais, desejo exprimir o meu *vivo apreço* à Organização das Nações Unidas, que promoveu uma iniciativa de tamanha importância. Também a Igreja se propõe oferecer a sua contribuição para a defesa da dignidade, do papel e dos direitos das mulheres, não só através da específica colaboração da Delegação oficial da Santa Sé nos trabalhos de Pequim, como também falando directamente ao coração e à mente de todas as mulheres. Recentemente, por ocasião da visita que a *Senhora Gertrudes Mongella*, Secretária Geral da Conferência, me fez tendo em vista precisamente tão significativo encontro, quis entregar-lhe uma *Mensagem*, na qual estão recolhidos alguns pontos fundamentais do ensinamento da Igreja a este respeito. É uma mensagem que, para além da específica circunstância que a inspirou, se abre para a perspectiva mais ampla da realidade e dos problemas das *mulheres no seu conjunto*, pondo-se ao serviço da sua *causa* na Igreja e no mundo contemporâneo. Por isso, dei instruções para que fosse transmitida a todas as Conferências Episcopais, para garantir a sua máxima difusão.

Retomando quanto escrevi em tal documento, gostaria agora *de me dirigir directamente a cada mulher*, para reflectir com ela sobre os problemas e perspectivas da condição feminina no nosso tempo, detendo-me em particular sobre o tema essencial da *dignidade* e dos *direitos* das mulheres, considerados à luz da Palavra de Deus.

O ponto de partida deste diálogo ideal não pode ser senão um *obrigado*. A Igreja — escrevia na Carta apostólica *Mulieris dignitatem* — « *deseja render graças à Santíssima Trindade pelo 'mistério da mulher' — por toda a mulher — e por aquilo que constitui a eterna medida da sua dignidade feminina, pelas 'grandes obras de Deus' que, na história das gerações humanas, nela e por seu meio se realizaram* » (n. 31).

(...)

7. Permitti-me, pois, caríssimas irmãs, que juntamente convosco, medite uma vez mais aquela página bíblica maravilhosa que mostra a criação do homem, e na qual se exprime bem a vossa dignidade e missão no mundo.

O Livro do Génesis fala da criação, de modo sintético e com linguagem poética e simbólica, mas profundamente verdadeira: « Deus criou o homem à sua imagem, criou-o à imagem de Deus; *Ele os criou varão e mulher* » (Gn 1, 27). O acto criador de Deus desenvolve-se segundo um preciso projecto. Antes de mais, diz que o homem é criado « à imagem e semelhança de Deus » (cf. Gn 1, 26), expressão que esclarece logo a *peculiaridade do homem no conjunto da obra da criação*.

Depois, diz que ele, desde o início, é criado como « varão e mulher » (Gn 1, 27). A mesma Sagrada Escritura fornece a interpretação deste dado: o homem, mesmo encontrando-se rodeado pelas inúmeras criaturas do mundo visível, dá-se conta de *estar só* (cf. Gn 2, 20).

Deus intervém para fazê-lo sair desta situação de solidão: « *Não é conveniente que o homem esteja só; vou dar-lhe uma auxiliar semelhante a ele* » (Gn 2, 18). Portanto, na criação da mulher está inscrito, desde o início, *o princípio do auxílio*: auxílio — note-se — não unilateral, mas *recíproco*. A mulher é o complemento do homem, como o homem é o complemento da mulher: mulher e homem são entre si *complementares*. A feminilidade realiza o « humano » tanto como a masculinidade, mas com uma modulação distinta e complementar.

Quando o Génesis fala de « auxiliar », não se refere só ao âmbito do *agir*, mas também do *ser*. Feminilidade e masculinidade são entre si complementares, *não só do ponto de vista físico e psíquico*, mas também *ontológico*. Só mediante a duplicidade do « masculino » e do « feminino », é que o « humano » se realiza plenamente.

8. Depois de criar o homem, varão e mulher, Deus diz a ambos: « Enchei e dominai a terra » (Gn 1, 28). Não lhes confere só o poder de procriar para perpetuar no tempo o género humano, *mas confia-lhes também a terra como tarefa, comprometendo-os a administrar os seus recursos com responsabilidade*. O homem, ser livre e racional, é chamado a transformar a face da terra. Nesta tarefa, que é essencialmente a obra da cultura, *tanto o homem como a mulher* têm, desde o início, igual responsabilidade. Na sua reciprocidade esponsal e fecunda, na sua tarefa comum de dominar e submeter a terra, a mulher e o homem não reflectem uma igualdade estática e niveladora, mas tampouco comportam uma diferença abissal e inexoravelmente conflituosa: a sua relação mais natural, conforme ao desígnio de Deus, é a « *unidade dos dois* », ou seja, uma « unidualidade » relacional, que permite a cada um de sentir a relação interpessoal e recíproca como um dom enriquecedor e responsabilizador.

A esta « unidade dos dois », está confiada por Deus não só a obra da procriação e a vida da família, mas a construção mesma da história. *Se durante o Ano Internacional da Família*, celebrado em 1994, a atenção se concentrou sobre a *mulher como mãe*, a Conferência de Pequim torna-se ocasião propícia para uma nova tomada de consciência *da múltipla contribuição que a mulher oferece à vida inteira das sociedades e nações*. É uma contribuição, inicialmente de natureza espiritual e cultural, mas também sócio-política e económica. Devem realmente muito ao subsídio da mulher, os vários sectores da sociedade, os Estados, as culturas nacionais, e, em última análise, o progresso de todo o género humano!

(...)

11. Neste horizonte de « serviço » — que, se prestado com liberdade, reciprocidade e amor, exprime a verdadeira « realeza » do ser humano — é possível acolher também, sem consequências desfavoráveis para a mulher, *uma certa diversidade de papéis*, na medida em que tal diversidade não é fruto de arbitrária imposição, mas brota da peculiaridade do ser masculino e feminino. É um tema que tem a sua específica aplicação, mesmo no seio da Igreja. Se Cristo — por escolha livre e soberana, bem testemunhada no Evangelho e na constante tradição eclesial — confiou somente aos homens a tarefa de ser « *ícone* » *da sua imagem de « pastor » e « esposo » da Igreja através do exercício do sacerdócio ministerial*, isto em nada diminui o papel da mulher, como afinal sucede com os outros membros da Igreja não investidos do sagrado ministério, já que *todos* são igualmente dotados da dignidade própria do « *sacerdócio comum* », radicado no Baptismo. Tais distinções de papéis, com efeito, não devem ser interpretadas à luz dos cânones em uso nas sociedades humanas, mas com os critérios específicos da *economia sacramental*, ou seja, daquela economia de « sinais » livremente escolhidos por Deus para Se fazer presente no meio dos homens.

De resto, precisamente na linha desta economia de sinais, mesmo se fora do âmbito sacramental, não é de pouca importância a « feminilidade » vivida segundo o sublime modelo de Maria. Há, de facto, na « feminilidade » da mulher crente, e especialmente da mulher « consagrada », uma espécie de « profecia » imanente (cf. *Mulieris dignitatem*, 29), um simbolismo fortemente evocador, dir-se-ia uma sugestiva « iconicidade », que se realiza plenamente em Maria e exprime bem o ser mesmo da Igreja, enquanto comunidade consagrada com a dimensão de absoluto de um coração « *virgem* », para ser « *esposa* » de Cristo e « *mãe* » dos crentes. Nesta perspectiva de complementaridade « icónica » dos papéis masculino e feminino, ficam mais em evidência duas dimensões imprescindíveis da Igreja: o princípio « mariano », e o princípio « apostólico-petrino » (cf. *ibid.*, 27).

Por outro lado — lembrei-o aos sacerdotes na mencionada Carta da Quinta-Feira Santa deste ano —, o sacerdócio ministerial, no desígnio de Cristo, « não é expressão de *domínio*, mas de *serviço* » (n. 7). É tarefa urgente da Igreja, na sua renovação quotidiana à luz da Palavra de Deus, pô-lo sempre mais em evidência, quer no desenvolvimento do espírito de comunhão e na promoção atenta de todos os instrumentos tipicamente eclesiais da participação, quer através do respeito e valorização dos inúmeros carismas pessoais e comunitários, que o Espírito de Deus suscita para edificação da comunidade cristã e serviço dos homens.

Neste amplo espaço de serviço, a história da Igreja nestes dois milénios, apesar de tantos condicionamentos, conheceu realmente o « génio da mulher », tendo visto surgir no seu seio mulheres de primária grandeza, que deixaram amplos e benéficos vestígios de si no tempo. Penso na longa série de mártires, de santas, de místicas insignes. Penso, de modo especial, em Santa Catarina de Sena e em Santa Teresa de Ávila, a quem o Papa Paulo VI, de venerável memória, conferiu o título de Doutora da Igreja. E como não lembrar também tantas mulheres que, impelidas pela fé, deram vida a iniciativas de extraordinário relevo social, especialmente ao serviço dos mais pobres? O futuro da Igreja, no terceiro milénio, não deixará certamente de registar novas e esplêndidas manifestações do « génio feminino ».

(...)

Que Maria, Rainha do amor, vele pelas mulheres e pela sua missão ao serviço da humanidade, da paz, da difusão do Reino de Deus!

Com a minha Bênção Apostólica.

Vaticano, 29 de Junho de 1995, solenidade dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo.

Report of the United Nations Conference on Human Settlements (Habitat II)*

Istanbul, 3-14 June 1996

Annex V

Statement on the Commonly Understood Meaning of the Term "Gender"⁺

1. During the 19th meeting of the Commission on the Status of Women, acting as preparatory body for the Fourth World Conference on Women, an issue arose concerning the meaning of the word "gender" in the context of the Platform for Action of the Conference. In order to examine the matter, the Commission decided to form a contact group in New York, with the Commission's Rapporteur, Ms. Selma Ashipala (Namibia), as Chairperson. The Commission mandated the informal contact group to seek agreement on the commonly understood meaning of "gender" in the context of the Platform for Action and to report directly to the Conference in Beijing.

2. Having considered the issue thoroughly, the contact group noted that: (1) the word "gender" had been commonly used and understood in its ordinary, generally accepted usage in numerous other United Nations forums and conferences; (2) there was no indication that any new meaning or connotation of the term, different from accepted prior usage, was intended in the Platform for Action.

3. Accordingly, the contact group reaffirmed that the word "gender" as used in the Platform for Action was intended to be interpreted and understood as it was in ordinary, generally accepted usage. The contact group also agreed that the present report should be read by the President of the Conference as a president's statement and that the statement should be part of the final report of the Conference.

* The statement was presented at the Fourth World Conference on Women by the President of the Conference.

⁺ <http://ww2.unhabitat.org/declarations/annex5.htm> - acessado em 03 de janeiro de 2009.

**EN ÉPOCA DE STROESSNER
TODO ERA MEJOR**



**MEJOR callarse
MEJOR obedecer
MEJOR ser colorado
MEJOR no te agarre la policía
MEJOR estar de acuerdo al gobierno**

 **ZeNoura**
web design / sistemas

Fonte: <http://karakukuera.wordpress.com/cuaderno-del-golpe/vigilia/>